

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CAMPUS FRANCA

DANIELLE OLIVEIRA MÉRCURI

**OS LETRADOS CASTELHANOS NO RASTRO DAS
MULHERES QUATROCENTISTAS**

Da defesa e da educação delas

FRANCA

2016

DANIELLE OLIVEIRA MÉRCURI

**OS LETRADOS CASTELHANOS NO RASTRO DAS
MULHERES QUATROCENTISTAS**

Da defesa e da educação delas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França

FRANCA
2016

Mércuri, Danielle Oliveira.

Os letrados castelhanos no rastro das mulheres quatro-centistas : da defesa e da educação delas / Danielle Oliveira Mércuri. – Franca : [s.n.], 2016.

275 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Susani Silveira Lemos França

1. Castela e Leão (Espanha). 2. Mulheres - Conduta.
3. Educação feminina. I. Título.

CDD – 946.3

DANIELLE OLIVEIRA MÉRCURI

OS LETRADOS CASTELHANOS NO RASTRO DAS MULHERES QUATROCENTISTAS

Da defesa e da educação delas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Linha de Pesquisa: História e Cultura Social

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França

1oExaminador: _____

Profa. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

2oExaminador: _____

Profa. Dra. Maria Manuela Tavares do Santos Silva

3oExaminador: _____

Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima

4oExaminador: _____

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira

Franca, 01 de agosto de 2016.

Ao Luis Otávio; aos meus pais, Sonia e Oscar; aos meus irmãos, Ricardo, Eduardo e Rangel.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer algumas pessoas que foram decisivas no percurso que resultou neste trabalho. Primeiramente, agradeço à Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França por fazer parte, desde 2006, da minha trajetória como pesquisadora, pelo cuidado e dedicação com que me orientou todos esses anos e pela confiança que sempre depositou em mim e no meu trabalho. À minha supervisora de estágio no exterior, a Profa. Dra. Maria Soledad Tena García, por ter me acolhido com carinho e zelo em Salamanca. Por não ter medido esforços para que eu fosse bem recebida pelos professores, bolsistas e funcionários da *Facultad de Geografía e Historia* da *Universidad de Salamanca (USAL)*, bem como pudesse assistir à disciplina que ministrou e às aulas do Prof. Dr. Ángel Vaca Lorenzo. A todos integrantes do grupo *Escritos sobre os Novos Mundos* pelas discussões sobre teoria e indicações de leitura a este trabalho, quando ele ainda era um projeto. Às Profas. Dras. Maria Isabel Del Val Valdivieso (*Universidad de Valladolid*), Ana Vargas Martínez (*Universidad Carlos III de Madrid*) e Diana Pelaz Flores (*Universidad de Valladolid*) por responderem às minhas dúvidas e me indicarem bibliografia através de correio eletrônico. Aos Profs. Drs. Marcelo Pereira Lima (UFB) e Ricardo Alexandre Ferreira (UNESP/Franca) pelos apontamentos e críticas feitos no exame geral de qualificação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES- PDSE, processo 1876/13-9) por ter me dado a oportunidade de, em 2013, realizar o estágio de doutorado sanduíche na Espanha. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2012/22746-1) pelo financiamento e apoio, sem os quais, com certeza teria sido muito mais difícil conseguir desenvolver esta pesquisa. Aos Funcionários da Seção de Pós-Graduação, em especial, à Máisa Helena de Araújo, pela gentileza e prontidão.

Não posso deixar de agradecer os meus amigos: Dominique Monge Rodrigues de Souza, Kátia Brasilino Michelin, Cristiane Olegário, Carlos Antônio dos Reis, Vinícius Pires, Patrícia Machado, Isabela Sanchez e Kelly Meira Alqualo pelos momentos de descontração, prosa, comilanças e degustações etílicas. Às minhas queridas companheiras durante a minha estância salmantina: Ling ling Yang, Manuela Casu e Resu Chamoso Ramos, por terem me ensinado um pouco sobre a língua, cultura e culinária de seus países. À Maria Emília Graduque José pelos momentos de ócio criativo e passeios pela *calle Toro*. À Edvanilce Ramalho por ter me ajudado a enfrentar, de maneira equilibrada, as dores e os sabores da minha vida. Aos meus pais, Sônia e Oscar, pelo amor e amparo que sempre me deram. Aos meus irmãos, Ricardo,

Eduardo e Rangel, pelo carinho e companhia. Ao meu Luis, companheiro, amigo e amante, pela paciência, dedicação e pelo amor que enche meus dias de alegria.

Quando Pedro me fala sobre Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo.

Sigmund Freud.

Mércuri, Danielle Oliveira. **Os letrados castelhanos no rastro das mulheres quatrocentistas.** Da defesa e da educação delas. 2016. f. 275. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

A composição de alguns tratados em defesa das mulheres durante o reinado de Juan II (1405-1454) de Castela é representativa de um anseio que parece ter-se tornado comum entre os letrados desse reino a partir da primeira metade do século XV: não só impedir que as memórias e os feitos das nobres mulheres caíssem no esquecimento, mas sobretudo coibir que, acerca delas, se pronunciasse unicamente a aviltante palavra. Para percorrer tal caminho, esses nobres não puderam se eximir de travar um embate contra aqueles que, desde longa data, ou mesmo contemporaneamente a eles, insistiam em relegá-las ao esquecimento ou ao vitupério. Mas não apenas essas formas de arrazoado em favor delas trouxeram-nas à luz neste momento, os jogos de poder colocaram-lhes igualmente na mira das discussões promovidas pelos letrados, pois a crise sucessória que assolou o reino castelhano, na segunda metade do século XV, dividindo-o entre duas possíveis herdeiras da coroa – D. Juana (suposta filha de Enrique IV e neta de Juan II) e D. Isabel (irmã de Enrique IV e filha de Juan II) –, bem como a ascensão ao trono castelhano por D. Isabel (1474), vieram a reforçar, ainda que sob outra dimensão, o interesse dos castelhanos de dedicar-lhes comentários, ou mesmo de prestar-lhes serviços e preparar-lhes algumas orientações de conduta. Nesta pesquisa, propomo-nos indagar sobre os sentidos atribuídos à defesa e à educação das mulheres pelos letrados deste reino peninsular, a partir de algumas questões centrais, a saber: por que elas passaram a ser, de uma maneira mais regular, o mote e as destinatárias dos textos confeccionados pelos nobres castelhanos; que tipos de prescrições e recomendações estes homens prepararam para elas; quais fatores contribuíram para que algumas delas, especialmente as rainhas, fossem as principais interlocutoras e/ou demandantes destes textos e em que medida os debates estabelecidos entre alguns homens e as inquietações de algumas mulheres tornaram-se eixo das prescrições a elas dirigidas.

Palavras-chave: Mulheres. Embate. Letrados. Castela. Educação.

Mércuri, Danielle Oliveira. **The castilian lettered in the trail of quattrocentist women. Of their defense and education.** 2016. f.275. Thesis. (PhD in History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

The composition of some treaties in defense of women during the reign of Juan II (1405-1454) of Castile is representative of a longing that seems to have become common among the lettered of that kingdom from the first half of the fifteenth century: not only to prevent the memories and deeds of noble women from falling into oblivion, but rather repress that, about them, only the shameful word was pronounced. To go through this path, these nobles could not avoid to wage a fight against those that, for a long time, or even contemporary to them, insist on exile them to oblivion or vituperation. But not only these forms of reasoning in favor of women brought them to light at this time, the power games put them also in the sights of the discussions held by the lettered, as the succession crisis hit the Spanish kingdom in the second half of the fifteenth century, dividing it between two possible heirs to the crown - Lady Juana (supposed daughter of Enrique IV and Juan II granddaughter) and Isabel (sister of Enrique IV and daughter of Juan II) - and the ascension to the Spanish throne by Isabel (1474), which came to strengthen, even if in another dimension, the interest of the Castilians to dedicate them comments, or even to provide them with services and prepare them some guidelines of conduct. In this research, we propose to inquire about the meaning attributed to the defense and education of women by scholars of this peninsular kingdom, from some central questions, to know: the reason they came to be, in a more regular way, the motto and the recipient of the texts written by the Castilian nobles; what type of prescriptions and recommendations these men prepared them; which factors contributed for some of them, specially queens, to be the main interlocutors and / or claimants of these texts and to what extent the debates established between some men and the concerns of some women became axis of the requirements addressed to them.

Keywords: Women. Clash. Lettered. Castile. Education.

Mércuri, Danielle Oliveira. **Los letrados castellanos en las huellas de las mujeres cuatrocentistas. De su defensa y de su educación.** f. 275. Tesis (Doctorado en Historia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMEN

La composición de algunos tratados en defensa de las mujeres durante el reinado de Juan II (1405-1454) de Castilla es representativa de un fuerte deseo que parece haberse tornado común entre los letrados de ese reino a partir de la mitad del siglo XV: no solo impedir que las memorias y los hechos de las nobles mujeres cayeran en el olvido, pero sobretudo, cohibir que, sobre ellas, se pronunciara únicamente la menospreciante palabra. Para recoger tal camino, esos nobles no pudieron eximir de trabar un embate en contra aquellos que, desde larga fecha, o mismo contemporáneamente a ellos, insistían en relegarlas al olvido o al vituperio. Pero no solo esas maneras de planteamientos en su favor las trajeron a luz en este momento, los juegos de poder la pusieron igualmente en la mira de discusiones promovidas por los letrados, pues la crisis sucesoria que asoló el reino castellano, en la segunda mitad del siglo XV, dividiéndolo entre dos posibles herederas de la corona - doña Juana (supuesta hija de Enrique IV y nieta de Juan II) y doña Isabel (hermana de Enrique IV e hija de Juan II) -, bien como la ascensión al trono castellano por doña Isabel (1474), vinieron a reforzar, aunque bajo otra dimensión, el interés de los castellanos de dedicarles comentarios, o mismo prestarles servicios o prepararles algunas orientaciones de conducta. En esta pesquisa, nos proponemos a indagar sobre los sentidos atribuidos a la defensa y a la educación de las mujeres por los letrados de este reino peninsular, a partir de algunas cuestiones centrales, a saber: por qué ellas pasaron a ser, de una manera más regular, el tema y las destinatarias de los textos confeccionados por los nobles castellanos; qué tipos de prescripciones y recomendaciones estos hombres les preparaban; cuáles factores contribuyeron para que algunas de ellas, especialmente las reinas, fueran las principales interlocutoras y/o demandantes de estos textos y en qué medida los debates establecidos entre algunos hombres y los disturbios de algunas mujeres se tornaron el eje de las prescripciones a ellas dirigidas.

Palabras clave: Mujeres. Embate. Letrados. Castilla. Educación.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
 CAPÍTULO 1 A corte castelhana e o elogio às mulheres	 20
<i>1.1 Das recomendações aos nobres cortesãos</i>	<i>23</i>
<i>1.2 Das letras e do amor</i>	<i>30</i>
<i>1.3 Do tempo livre e das festividades</i>	<i>42</i>
<i>1.4 Dos conflitos no reino e das contendias entre os nobres</i>	<i>51</i>
<i>1.5 Da defesa das damas</i>	<i>66</i>
 CAPÍTULO 2 Da querela sobre as mulheres à querela entre duas mulheres	 91
<i>2.1 As mulheres nos jogos de poder</i>	<i>96</i>
<i>2.2 A história a serviço dos reis. Os cronistas e a coroa</i>	<i>99</i>
<i>2.3 Das querelas no reino e da sucessão ao trono</i>	<i>108</i>
<i>2.3.1 A difamação dos reis como argumento da ilegitimidade da princesa Juana</i>	<i>113</i>
<i>2.4 Uma querela entre os sexos. Da herança e do regimento do reino pelas mulheres.....</i>	<i>122</i>
<i>2.5 Regimento de princesas: da arte de fazer-se virtuosa</i>	<i>129</i>
 CAPÍTULO 3 Os cuidados com a educação das mulheres	 147
<i>3.1 Da exortação às letras e dos incentivos régios à instrução</i>	<i>151</i>
<i>3.1.1 Saber e ensinar: deveres dos reis</i>	<i>151</i>
<i>3.1.2 A corte como domus palatina</i>	<i>157</i>
<i>3.1.3 O florescimento da tipografia e dos centros educativos</i>	<i>173</i>
<i>3.2 Dos diálogos da nobreza castelhana com o que vinha de fora</i>	<i>179</i>
<i>3.2.1 Da estima pela antiguidade</i>	<i>179</i>
<i>3.2.2 Da autoridade sobre as letras</i>	<i>186</i>
<i>3.2.3 Do primado da educação</i>	<i>189</i>
<i>3.3 Da educação das mulheres</i>	<i>197</i>
<i>3.3.1 As virtudes, a nobreza e o matrimônio ensinados pelos pais</i>	<i>202</i>
<i>3.3.2 Regular o tempo, reformar os costumes e orientar as práticas das mulheres</i>	<i>214</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247
---	------------

APRESENTAÇÃO

O condestável do rei Juan II de Castela (1405-1454), Álvaro de Luna (1388-1453), no *Libro de las claras e virtuosas mugeres* (1446), dizia considerar “inumano” que “tantas obras de virtudes e exemplos de bondade, falados sobre a linhagem das mulheres, fossem calados e enterrados nas escuras ignorâncias do esquecimento”. Por isso, apregoava que lançaria seus escritos “contra aqueles que sinistras coisas contra elas não se avergonharam nem duvidaram escrever”.¹ Pela mesma época, um outro nobre da corte de Juan II, Diego de Valera (1412-1488), veio a consagrar um de seus tratados à rainha D. Maria (1396-1445) e igualmente a romper o silêncio a favor das senhoras tantas vezes pintadas como “malditas”. No seu tratado, intitulado *En defensa de virtuosas mujeres* (1445), sua motivação declarada era “mostrar quão longamente os feitos das nobres mulheres tinham estado abandonados e submersos sob as ondas, penetrados pelo esquecimento”. Assim como o condestável, Valera lembrava que este trabalho lhe exigia inicialmente apresentar “o que haviam dito os maldizentes e, a cada juízo destes, respondê-los e anulá-los”.² A estes nobres se juntou o clérigo franciscano, Juan Rodríguez Del Padrón (1390-1450), ao atribuir à sua escrita, no *Triunfo de las donas* (1440) – obra também dedicada à rainha D. Maria –, uma forma de “vingança” contra os ofensores da honra das mulheres.³ Essas três vozes que emergiram entre os nobres castelhanos, como procuraremos examinar, não se anunciam como vozes isoladas, antes parecem ser representativas de uma vontade que se tornou relativamente corrente na primeira metade do século XV entre os letrados do reino: compor, sob os auspícios régios, uma memória positiva das mulheres, de modo a evitar que elas fossem relegadas ao esquecimento ou que sobre elas se pronunciasse somente a aviltante palavra.

A essas formas de arrazoado em favor das mulheres, trazidas à luz pelo debate de seus defensores contra os vituperadores de suas honras, vieram se juntar certos jogos de poder que também as colocaram na mira das discussões promovidas pelos letrados na Castela do Quatrocentos. Se, durante o reinado de Juan II, D. Maria tinha assumido um papel estratégico entre as alas aragonesa e castelhana da nobreza e sido a destinatária de grande parte dos tratados

¹ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres**. Edição preparada por Manuel de Castillo. Toledo: Establecimiento Tipográfico de Rafael G. Menor, 1908. p. 20-21.

² VALERA, D. **En defensa de virtuosas mujeres**. Edição para a biblioteca Saavedra Fajardo de Rafael Herrera Guillén, 2005. p. 5 e 29.

³ DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*. In: **Obras Completas**. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982. p.214-215.

elogiosos às mulheres, a crise sucessória que assolou o reino castelhano, na segunda metade do século XV, dividindo-o entre duas possíveis herdeiras da coroa – D. Juana (suposta filha de D. Enrique IV e neta de Juan II) e D. Isabel (irmã de Enrique IV e filha de Juan II) –, bem como a ascensão ao trono castelhano por D. Isabel, reforçaram, ainda que sob outra dimensão, o interesse dos castelhanos de refletir diretamente sobre elas e dedicar-lhes escritos, prestando-lhes serviços ou preparando-lhes orientações de conduta. Os cronistas foram alguns que se atreveram nessa tarefa. Segundo eles, a conduta desregrada e depravada de D. Juana, esposa do sucessor e filho de Juan II, o rei Enrique IV, havia criado brechas para a construção da ilegitimidade de sua filha, a princesa Juana, e para que a irmã do rei, D. Isabel, fosse considerada herdeira legítima do trono castelhano. Diante dessa circunstância, pois, não só a fama das mulheres mais importantes do reino tinha sido vista como peça decisiva na condução do reino, mas também passou a ser motivo de preocupação a sua educação. Entre aqueles que atuaram auxiliando D. Isabel nesse sentido, frei Martín de Córdoba (? -1476), fazendo oposição aos direitos sucessórios de D. Juana, preparou-lhe o *Jardín de nobles doncellas* (1468). Neste, que pode ser considerado um dos primeiros espelhos de princesa escrito em vernáculo, Martín de Córdoba dispunha-se a, de um lado, legitimar D. Isabel como herdeira ao trono, de outro, garantir à nova sucessora “sabedoria moral”⁴, a partir de ensinamentos sobre como ela deveria se portar quando assumisse o posto mais alto que uma mulher poderia ocupar em sua sociedade: o de rainha. Outro membro da corte castelhana, Diego Rodríguez de Almela (1426-1489), capelão de Isabel, preparou o *Tractado de cómo las mugeres heredaron siempre en España los regnos, ducados, condados, señoríos e mayorazgos después de la muerte de sus padres, non dexando fijos varones legitimos que los heredasen* (1483), sob o argumento de que a “ilustríssima rainha” sentiria grande prazer ao ver tais escritos sobre como os exemplos da história confirmavam os direitos das mulheres castelhanas de legarem e transmitirem a coroa.⁵ Em outras palavras, as discussões mais amplas entre detratores e defensores das mulheres, iniciadas no reinado de Juan II, passaram a compartilhar espaço no reinado de seus filhos, Enrique IV (1425-1474) e D. Isabel (1451-1504), por um lado, com uma contenda específica envolvendo D. Juana (1462-1530) e D. Isabel, os direitos sucessórios e as capacidades governativas das mulheres, por outro, com a urgência de que, através da educação, as mulheres alcançassem o caminho da virtude e se preparassem para as funções que deveriam assumir.

⁴ CÓRDOBA, M. **Jardín de nobles doncellas**. Introdução de Padre Felix García. Madri: Coleção Joias Bibliográficas, 1953. p. 9.

⁵ RODRÍGUEZ DE ALMELA, D. **Cartas** (BL Ms Egerton 1173). Edição preparada por David Mackenzie. Exeter, 1980, p. 61-71.

Tendo em vista o papel significativo que as mulheres ganharam nas letras e nos jogos de poder em Castela no Quatrocentos, propomo-nos, nesta pesquisa, indagar sobre que elementos são recorrentes nos escritos dos letrados deste reino peninsular em defesa e em prol da educação das mulheres. Assim, nosso fito será compreender, de um lado, por que elas passaram a ser, de uma maneira mais regular, o mote e as destinatárias dos textos confeccionados pelos nobres castelhanos; por outro, que tipos de prescrições e recomendações estes homens lhes prepararam, bem como quais fatores contribuíram para que algumas delas, especialmente as rainhas, fossem as principais interlocutoras destes textos. Examinaremos, ainda, em que medida os debates estabelecidos entre alguns homens e as inquietações de algumas mulheres tornaram-se o eixo das prescrições destinadas a elas. O ponto de partida de nossa análise será, pois, o reinado de Juan II (1405-1454), momento em que pudemos mapear o início de uma discussão mais ampla entre detratores e defensores das mulheres, bem como a produção de tratados vinculados à corte, cujos autores notoriamente se declararam defensores e fomentadores de uma história das virtuosas e nobres mulheres. A investigação estender-se-á aos reinados de Enrique IV (1425-1474) e de Isabel (1451-1504), durante os quais os debates em torno das mulheres passaram a incluir, em virtude da inevitabilidade da sucessão ao trono por uma delas, temas relativos aos direitos à herança e ao governo do reino; temas que ganham forma, por sinal, retomando o esquema dos *specula principum*, adaptados para ensinar a rainha a como desempenhar satisfatoriamente sua função.

Algumas incursões ao século XVI, dados os pontos de contatos dos textos de então, serão inevitáveis, todavia, interessa-nos especificamente a reforma moral promovida pela rainha católica, durante seu reinado, pois consideramos que esta teve um peso decisivo no aprofundamento do empenho dos letrados quatrocentistas em defender e cuidar da educação das mulheres; diligência que, no século XVI, não teve o mesmo fôlego, visto que não foi uma preocupação recorrente entre os que sucederam essa monarca no trono. Quer dizer, conquanto tenham sido produzidas, na Castela de Quinhentos, traduções de alguns tratados pedagógicos voltados para as mulheres – tais como a *Instrucción de la mujer cristiana* (1528) e o *Carro de las Donas* (1542) –, a sua edificação, nessa altura, resultou de motivações pontuais, que não permitem falar em um empenho castelhano mais amplo, como foi no tempo da rainha Católica. No século XVI, pois, as mulheres deixam de ser o maior alvo dos tratados pedagógicos castelhanos, os quais passam a conceder mais espaço ao tema do matrimônio⁶ e, do mesmo

⁶ Não se pode negar que a tentativa de definição do casamento virtuoso, especialmente no século XVI, é diretamente tributária do interesse dos quatrocentistas pela educação das mulheres, no entanto, nos tratados matrimoniais, o foco dos letrados foi definir o bom casamento e os perfis dos virtuosos esposos. Os *Coloquios*

modo, a posição delas nos jogos de poder sofre algumas alterações. O posto de rainha deixa de ter um papel tão relevante com D. Juana⁷ – sucessora de D. Isabel ao reino castelhano –, uma vez que, além de ter sido considerada inábil para o regimento do reino, suas prerrogativas foram preteridas em favor de seu marido, Felipe (o Formoso), de seu pai, o rei Fernando, e, depois, de seu filho, Carlos I.⁸

Sem perder de vista as temporalidades próprias das narrativas, ou seja, evitando a atribuição de sentidos posteriores aos letrados castelhanos quatrocentistas, buscaremos compor uma história dos significados atribuídos à defesa e à educação das mulheres, bem como das prescrições que a elas foram dirigidas. Faremos um mapeamento dos gestos, posturas, condutas, regras e interditos direcionados às mulheres, no período em que escrever sobre elas e/ou para elas, ganhou notável importância em Castela. Sem ignorar as contribuições das pesquisas que partem do gênero como categoria de análise histórica⁹ – mas sem compartilhar com elas algumas de suas premissas, tal como a ênfase dada à dominação masculina, às classificações e hierarquias prévias –, optamos por uma abordagem que, longe de afirmar um sujeito das mulheres, uma categoria atemporal, ou se respaldar em um viés militante, próprio da contemporaneidade¹⁰, busca esquadriñar e analisar aquilo que homens e mulheres, em um determinado momento histórico, compartilharam como verdadeiro.¹¹ Dito de outro modo, evitando engessar nossas reflexões no caráter transtemporal de um conceito, ou nos limites de

familiares (1529) de Erasmo de Rotterdam foram traduzidos para o espanhol por Alonso Ruiz de Virués, Juan de Molina preparou o *Sermón en loor del matrimonio* (1528) e Francisco de Osuna o *Norte de los Estados* (1531). Com o Concílio de Trento (1563), houve uma maior sistematização jurídica e teológica do matrimônio. Sobre esse tema ver: CODET, C. **Femmes et éducation en Espagne à l'aube des Temps Modernes (1454-fin des années 1520)**. 2014. f.770. Tese (Doutorado) - École normale supérieure de Lyon, Lyon, 2014. p.136.

⁷ Segundo um dos estudos sobre essa rainha, ela foi cativa dos interesses de seu marido, pai e depois de seu filho. Pela loucura que lhe atribuíram foi considerada inapta para exercer o regimento do reino. Viveu, depois da morte de seu marido, reclusa em Tordesilhas. ARAM, B. **La reina Juana**. Gobierno, piedad y dinastía. Madri: Marcial Pons, 2001.

⁸ Cécile Codet destaca na sua tese que o interesse voltado para as mulheres, mais perceptível no século XV, é substituído no XVI, pelas reflexões sobre o matrimônio. Ademais, a relativa tolerância que teria permitido algumas mulheres do século XV se associarem a tendências de uma espiritualidade mais interiorizada deu lugar a certas restrições no século XVI, em virtude de um controle maior sobre os livros desencadeado pela contrarreforma. **Femmes et éducation en Espagne à l'aube des Temps Modernes (1454-fin des années 1520)**. 2014. f.770. Tese (Doutorado) - École normale supérieure de Lyon, Lyon, 2014.

⁹ SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: < http://archive.org/details/scott_gender >. Acesso em: 25 maio. 2016.

¹⁰ Fabrice Virgili não ignora que a história das mulheres, em virtude de suas relações com os movimentos feministas, e, portanto, por seu teor combativo, quase sempre teve o compromisso moral de contar uma histórica dos séculos de opressão masculina e das lutas das mulheres pela emancipação, legitimidade, memória e identidade. *L'Histoire des femmes et l'histoire des genres aujourd'hui*. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, França, n.75, julho-setembro, p. 7, 2002.

¹¹ Como enfatiza Paul Veyne, sobre o pensamento foucaultiano, o historiador tem a tarefa de tentar desmontar o que em cada época os homens compartilharam e consideraram verdadeiro. VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.25.

uma categoria, optamos por interrogar como homens e mulheres em um certo espaço e em um determinado tempo (Castela, no século XV) utilizaram certo vocabulário em um jogo de relações. Daí nosso esforço de evitar o uso de palavras estranhas ao universo vocabular dos castelhanos do século XV. A partir da formação discursiva¹² do Quatrocentos, tentaremos examinar em que medida os ditos e escritos inscreveram-se nos pensamentos e corpos das mulheres. Embora não sejamos ingênuos ao ponto de desconsiderarmos que o nosso interesse pelo tema das mulheres guarda relações, tal como qualquer indagação histórica, com o presente, as perguntas que lançamos nessa investigação buscam respaldo no anseio evidenciado pelos castelhanos quatrocentistas, isto é, no desejo que eles demonstraram, de lançar luz sobre elas. Ainda que essa vontade possa, em um primeiro momento, sugerir alguma relação de proximidade com aquela esboçada pelos primeiros historiadores das mulheres do século XX, qual seja, desobscurecer o contributo delas ao longo do tempo¹³, empenhar-nos-emos para que a singularidade temporal e espacial do desejo dos letrados castelhanos se sobreponha a qualquer tentativa de nivelamento com as inquietações do nosso tempo.

É importante esclarecer, ainda, que o debate estabelecido entre os letrados castelhanos em torno das mulheres se inscreve em uma discussão mais ampla que ocorreu, embora de maneira específica, em outros recantos europeus no século XV.¹⁴ Por isso, os estudos arrolados, sobretudo pela historiografia francesa, inglesa e espanhola, acerca da chamada *Querelle de femmes*, isto é, sobre este período em que os letrados europeus teriam discutido sobre as mulheres e estado no rastro delas, foram fundamentais na definição do problema desta investigação e na proposição de contribuições às pesquisas já realizadas. Em âmbito francês, só para citar alguns poucos, mas fundamentais estudos, as pesquisas sobre os debates envolvendo as mulheres começaram a ganhar expressão no final do século XIX, através dos trabalhos de Arthur Piaget acerca do empenho, evidenciado pelo poeta Martin Le Franc em *Le Champion des dames* (1441), de lançar-se contra os detratores das mulheres. Nos primeiros decênios do século XX, a este estudo se juntaram outros acerca da chamada querela da Rosa, isto é,

¹² Lembrando que discurso não se reduz à análise de discurso strito sensu, mas sim àquilo que uma época disse sobre ela própria. VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UNB, 1998.p. 253.

¹³ Cf. DUBY, G. **Eva e os Padres: Damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. DUBY, G. **Idade Média. Idade dos Homens. Do amor e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 2011. DUBY, G; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Afrontamento, 1994.

¹⁴ Os estudos referentes à Querelle de femmes não dizem respeito apenas ao século XV, pois, incluem também os séculos XVI, XVII e XVIII. Não abarcam os séculos posteriores ao XVIII porque levam em conta que depois dele as lutas sociais envolvendo dos direitos das mulheres se sobrepuseram aos debates acerca delas. Revisiter la “querelle des femmes”: mais de quoi parle-t-on? In: VIENNOT, E. **Revisiter la “querelle des femmes”**: discours sur l'égalité-inégalité des sexes, de 1750 aux lendemains de la Révolution, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2012.

consagrados à repercussão que a segunda parte do *Roman de la Rose* teve no reino francês. As primeiras teses, dedicadas ao desempenho histórico de Christine de Pizan e em relação à defesa e elaboração de uma história das mulheres, focalizaram o debate acerca dos méritos do continuador do *Roman de la Rose*, Jean de Meun, impulsionados por esta letrada, por Jean de Montreuil, Gontier, Pierre Col e por Jean Gerson. Retomado na França, Inglaterra e Canadá, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, em virtude dos impulsos dados a essa discussão pelos movimentos feministas, este debate ganhou, não obstante grande parte dos investigadores o tenha circunscrito apenas ao cenário francês, interpretações diferentes.¹⁵ Ao passo que alguns desses pesquisadores conferiram a esse debate o caráter de precursor do feminismo,¹⁶ outros atribuíram-lhe o cunho de uma mera disputa no âmbito das letras, sem qualquer relação ou efeito no âmbito social.¹⁷

Essa divisão interpretativa igualmente encontrou ensejo entre os estudos que passaram a incluir, sobretudo a partir do século XXI, a península ibérica, tais como aqueles realizados por Robert Archer¹⁸ e pelas pesquisadoras da *Asociación Cultural Al-Mudaya*,¹⁹ que organizaram dossiês específicos sobre a querela na península ibérica.²⁰ Um dos estudos mais amplos sobre esse tema foi preparado pelo professor de Filologia da *Universidad Complutense de Madrid*, Julio Vélez Sainz; docente que publicou, no ano de 2013, *De amor, de honor e de donas. Mujer e ideales cortesés en la Castilla de Juan II (1406-1454)*. Diana Pelaz Flores, doutoranda da *Universidad de Valladolid* e sob orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Del Val Valdivieso, é outra estudiosa espanhola que tem pesquisado sobre a querela das mulheres e defendeu sua tese em novembro de 2015, *Reynantes (s) em Uno. Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV*, focalizando especialmente a figura da rainha

¹⁵ Nos primeiros estudos sobre a querela envolvendo as mulheres que ganharam espaço na historiografia francesa foi dada maior ênfase ao caráter francês desse debate. ZIMMERMANN, M. Querelle des femmes, querelle du livre. In: COURCELLES, D; VAL JULIÁ, C. (Org.). **Des femmes et des livres**. France et Espagnes, XIVe – XVIIe siècle. Paris: École de Chartes, 1999. p. 85.

¹⁶ KELLY, J. Early feminist theory and the Querelle des femmes 1400-1789. **Signs**, n.8, v.1, p.4-28, 1982.

¹⁷ Éliane Viennot aponta as reflexões de Etienne Telles em *L'œuvre de Marguerite d'Angoulême, reine de Navarre, et la querelle des femmes (1937)* como representativos dessa perspectiva. Revisiter la “querelle des femmes”: mais de quoi parle-t-on? In: VIENNOT, E. **Revisiter la “querelle des femmes”**: discours sur l'égalité-inégalité des sexes, de 1750 aux lendemains de la Révolution, Publications de l'Université de Saint-Étienne, p.6, 2012.

¹⁸ ARCHER, R. **Misoginia y defensa de las mujeres**. Antología de textos medievales. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001. ARCHER, R. **The problem of woman in Late-Medieval Hispanic Literature**. Suffolk: Tamesis, 2005.

¹⁹ Para a consulta de todas as publicações, ver: < <https://sites.google.com/site/acalmudayna/publicaciones> > . Acesso em: 29 maio. 20016.

²⁰ Sobre como a querela é interpretada por algumas historiadoras que seguem a abordagem do feminismo diferencialista na Espanha, consultar: RIVERA GARRETAS, M. M. La querela de las mujeres: una interpretación desde la diferencia sexual. **Revista Política y Cultura**, México, n.6, p.25-39, 1996.

Dona Maria e Dona Isabel de Portugal.²¹ Além dos estudos realizados por esses espanhóis, os preparados pela pesquisadora francesa Cécile Codet, entre os anos de 2010 e 2014, no CIHAM (Centro Interuniversitário de História e Arqueologia Medievais da *École Normale Supérieure de Lyon*), embora com o foco voltado apenas sobre os tratados didáticos escritos para as mulheres castelhanas, também contribuíram para ampliação sobre o tema. Essa pesquisadora francesa defendeu, no ano de 2014, sua tese *Femmes et éducation en Espagne à l'aube des Temps modernes (1450-1550)*, além de ter publicado edições comentadas de alguns textos preparados por Hernando de Talavera, a saber: *Suma y Breve compilación e Avisación*. A despeito dos vários estudos sobre as mulheres, contribuições, sem dúvida, imprescindíveis realizadas no âmbito da historiografia francesa, inglesa e espanhola, procuramos, ao longo do presente estudo, explorar um outro caminho. As questões filológicas ou a redução do objetivo do debate dos letrados a uma disputa entre misóginos e filóginos cedem aqui espaço para uma análise que tem como meta relacionar a querela sobre as mulheres e a produção de manuais pedagógicos direcionados a elas. Por isso, talvez neste ponto a pesquisa possa contribuir para algum aprofundamento dos estudos sobre o lugar das mulheres na Castela quatrocentista.

Em busca de compreender os significados atribuídos pelos letrados castelhanos à defesa e educação das mulheres, dividimos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro deles, dedicar-nos-emos a refletir sobre as condições de formulação dos discursos sobre e para as mulheres na corte castelhana, durante o reinado de Juan II, e acerca do significado que a defesa e o vitupério delas teve entre seus arautos. Buscaremos esquadriñar – fazendo referência especialmente ao reinado de Juan II, momento em que poetas e tratadistas colocaram suas plumas a serviço da discussão se seriam as mulheres mais propensas aos vícios ou às virtudes –, de que maneira e em que medida a sua defesa ganhou mais espaço e foi construída nos livros e tratados escritos não só com a meta de protegê-las das afrontas, mas também de lembrá-las positivamente. Neste capítulo, apesar de concedermos lugar à análise de alguns discursos em verso, em que o debate delas igualmente ganhou força, ou em que, dentre as orientações apresentadas ao nobre cortesão, apontava-se a obrigação de defendê-las, examinaremos os tratados de combate às infâmias preparados por Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera e Álvaro de Luna. Escrito em 1440 por Juan Rodríguez Del Padrón e dedicado à rainha D. Maria, o *Triunfo de las donas* foi um dos primeiros tratados em vernáculo preparados em defesa das mulheres. A ele se juntaram em poucos anos, *En defensa de virtuosas mujeres* (1445), escrito

²¹ Tivemos acesso a vários artigos publicados por esta autora, no entanto, não nos foi possível ter acesso à sua tese pelo fato de que ela só foi defendida no final de 2015. Disponível em: <<http://www.medievalistas.es/?q=node/2102>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

por Diego de Valera e também endereçado à rainha D. Maria, e o *Libro de las claras e virtuosas mujeres* (1446), preparado por Álvaro de Luna.

Dada a importância do reinado dos filhos de Juan II (Enrique IV e Isabel I) nas disputas pelo poder do reino envolvendo as mulheres, no segundo capítulo, nosso fito será refletir – a partir da trama narrativa tecida pelos cronistas, algumas cartas e certos pronunciamentos – sobre como a sucessão do reino pelas mulheres e a capacidade governativa delas também começaram a ser alvo de discussões. Mais uma vez, ainda que numa condição específica, a saber, a disputa pela coroa entre duas mulheres, abordaremos os parâmetros históricos da defesa ou do vitupério delas. Dito de outro modo, tentaremos compreender como o vitupério de uma rainha e de uma princesa (D. Juana e de sua filha de mesmo nome), dentre outros fatores, auxiliou na construção da legitimidade e na defesa de outra mulher: D. Isabel. Do mesmo modo, os primeiros espelhos de princesa dedicados a D. Isabel, tais como os preparados pelos clérigos Martín de Córdoba (*Jardín de nobles doncellas* -1468), Íñigo de Mendoza (*Dechado*- 1475) e Hernando de Talavera (*Colación muy provechosa* -1476), serão incluídos em nossa análise, pois, neles, as mulheres passam a ser não só o alvo, mas igualmente as destinatárias das orientações dos letrados.

No terceiro capítulo, por fim, analisaremos em que medida houve, especialmente na segunda metade do século XV, uma paulatina acentuação da força da educação, da instrução e da edificação do caráter das mulheres, perceptível pela produção de um conjunto de textos pedagógicos destinados especificamente a elas. Nesse sentido, além de mapearmos quais foram estes tipos de textos, procuraremos catalogar os saberes e as práticas indicados às mulheres de acordo com os lugares que ocuparam na sociedade castelhana, indagando quais delas foram as principais destinatárias das prescrições elaboradas pelos tratadistas. Nosso alvo, em outras palavras, será compreender as relações estabelecidas entre a produção desses textos de caráter pedagógico e a atuação de uma mulher, D. Isabel (1451-1504), como governante do reino castelhano e proponente de uma reforma moral no reino. Nessa etapa do trabalho, estarão em nossa mira a *Relación a las señoras y grandes dueñas de la doctrina que dieron a Sarra*, preparada por Fernán Perez de Guzmán em meados do século XV, o tratado *Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas*, escrito por um anônimo também em meados do Quatrocentos, e os vários textos pedagógicos preparados por Hernando de Talavera: *Avisación* (1475); *Tratado sobre la demasia en el vestir, calzar, comer y beber* (1477) ; *Suma y Breve compilación* (1486-1492); e o *Memorial de Hernando de Talavera para la reina cerca de la orden que debía tener en el despacho de los negocios*, igualmente escrito na segunda metade do século XV.

CAPÍTULO 1- A corte castelhana e o elogio às mulheres

No *Libro de las claras e virtuosas mugeres*, escrito em 1446, e supostamente dedicado à rainha D. Maria²², o referido condestável Álvaro de Luna (1388-1453) declarava que a sua tarefa de compor a história das mulheres nesse livro se justificava porque “a memória das mulheres virtuosas e de seus claros feitos tinha sido silenciada” pela maior parte dos escritores dos livros e tratados antigos. Em razão disso, anunciava seu empenho de colocar sua escrita a serviço do “resplandescimento da glória e honra das virtuosas mulheres”.²³ Pela mesma época, Diego de Valera (1412-1488), nobre donzel de Juan II, em um tratado escrito na mesma década, igualmente se mostrava determinado a retirar-se do silêncio a favor daquelas que foram “malditas”. Declarava, no *En defensa de virtuosas mujeres*, sua mesma motivação, a de mostrar como elas estavam esquecidas.²⁴ Acrescentava ainda o donzel que, ao escrever o seu tratado, não queria “a mentira, nem tão pouco encobrir a verdade, para que a virtude e a excelência das nobres mulheres não acabassem manchadas ou menosprezadas pela malícia ou pelo pouco saber”.²⁵ Alguns anos antes, provavelmente em 1444, Juan Rodriguez Del Padrón (1390-1450) – clérigo franciscano, por vezes, integrante do séquito de Juan II²⁶ –, iniciara o texto do *Triunfo de las donas* louvando, por um lado, a quem ele se dirigia, a rainha, como “a mais digna e muito mais formosa do universo, em graça e virtudes singular, a muito ensinada e perfeita senhora Dona Maria”,²⁷ por outro, colocando-se contra os que haviam dito mal sobre as mulheres com as seguintes palavras: “Adversários fados! E ainda não contentes, vós que ainda demonstraís insensíveis à minha pena e que, para maior o meu tormento, tanto ofenderam a honra das donas, deste lugar miserável devem despertar!”.²⁸

²² Segundo defendem alguns, a morte precoce da rainha D. Maria, no ano de 1445, teria impedido a menção da mesma como destinatária do livro escrito por Luna, uma vez que, D. Juan II, logo se casou com D. Isabel de Portugal. BOYER, A. *Estudio descriptivo del “Libro de las virtuosas e claras mugeres” de Don Álvaro de Luna, fuentes, género y ubicación en el debate*. Berkely: Universidade da Califórnia, 1988. p. 17.

²³ LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mujeres*, p. 20.

²⁴ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres*, p. 29.

²⁵ *Ibid.*, p. 6.

²⁶ Os estudos sobre a vida do padronense indicam que aspectos de ordem amorosa teriam motivado seu afastamento da corte castelhana e a perda do seu favorecimento régio. Com a meta de voltar a integrar a corte e reaver os benefícios régios, Del Padrón teria dirigido o *Triunfo de las Donas* à rainha Dona Maria. VARGAS MARTÍNEZ, A. Sobre los discursos políticos a favor de las mujeres (El Triunfo de las donas de Juan Rodríguez de la Cámara). *Arenal: Revista de Historia de las mujeres*, Granada, v. 20, n. 2, p. 215, jul./dez. 2013.

²⁷ DEL PADRÓN, J.R. Triunfo de las donas. In: *Obras Completas*. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982. p. 211.

²⁸ *Ibid.*, p. 214.

Essas passagens escritas pelos citados nobres castelhanos não são, como se poderia pensar, casuais. São antes representativas de uma vontade que parece ter-se tornado comum no reino castelhano na primeira metade do século XV, pelo menos entre grande parte dos que se dedicaram a escrever sobre as mulheres: a vontade de compor uma boa memória sobre elas. Dito de outro modo, esses trechos colocam em relevo o anseio compartilhado por esses nobres de não só impedir que as memórias e os feitos das mulheres do passado caíssem no esquecimento, mas também, e sobretudo, o desejo de que, acerca das mulheres, não se pronunciasse unicamente a aviltante palavra. Para percorrer, porém, tal caminho, esses nobres não puderam se eximir de travar um embate contra aqueles que, desde longa data, ou mesmo contemporaneamente a eles, insistiam em relegá-las ao olvido ou ao vitupério. Diego de Valera havia deixado claro, em seu tratado, que nele tentava primeiro apresentar “o que haviam dito os maldizentes e, a cada juízo destes, respondê-los e anulá-los”.²⁹ Juan Rodriguez Del Padrón, do mesmo modo, compartilhava a ideia de que, para defender as mulheres, fazia-se necessário compreender as críticas que haviam sido feitas a essas, especialmente aquelas realizadas no “maldizente e ‘vituperioso’”³⁰ Corbacho.³¹ Não menos diferente, o nobre condestável Álvaro de Luna enfatizava seu propósito: lançar sua escrita “contra aqueles que sinistras coisas contra elas não se avergonharam nem duvidaram escrever”.³² Com efeito, inicialmente, tratava-se de uma justa verbal, aos modos de um duelo dialético, o empreendimento que, sob os auspícios régios, esses homens diziam estar incumbidos de cumprir.

Tal interesse de defesa e louvor da honra da memória das mulheres não parece ter se restringido ao espaço castelhano-leonês, uma vez que podem ser recordados muitos debates³³ travados na França do século XV, após a publicação do *Roman de la Rose*, texto que fomentou algumas disputas e vários desdobramentos desse tema, aquém e além dos limites do reino francês.³⁴ Guardadas as devidas particularidades, a querela sobre as mulheres, ou seja, esse

²⁹ VALERA, D. **En defensa de virtuosas mujeres.**, p. 5.

³⁰ DEL PADRÓN, J.R. **Triunfo de las donas.**, p. 98.

³¹ Alfonso Martínez de Toledo, o Arcipreste de Talavera, escreveu no ano de 1438 *Corbacho*, também intitulado Reprovação do amor mundano. Tal obra, dentre outras referências como o Tratado do amor cortês, foi inspirada nas referências do Corbaccio, escrito por Giovanni Boccaccio, em 1355. Nesse texto de Martínez de Toledo é notável a ênfase dada pelo religioso aos perigos relacionados às mulheres e ao amor.

³² LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres.**, p. 20-21.

³³ A querela sobre as mulheres em âmbito francês teve início com a chamada querela da Rosa. Nesse debate, iniciado por Jean de Montreuil (secretário do rei e bispo de Lille), participaram Gontier, Pierre Col, Jean Gerson e Christine de Pizan. Inicialmente debatia-se sobre os méritos de Jean de Meun, continuador do *Roman de la Rose*, porém, logo passou a ser debatido o valor e a dignidade das mulheres. VARGAS MARTÍNEZ, A. “La ciudad de las damas” de Christine de Pizan: obra clave de la querella de las mujeres. In: SEGURA GRAÍÑO, C. S. (Coord.). **La Querella de las Mujeres I. Análisis de textos.** Madri: A. C. Almudayna, 2009. p. 247.

³⁴ Cf. DUBY, G. **Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 76.

debate entre seus defensores e detratores, tão candente entre os temas escritos na corte castelhana de Juan II (1405-1454), se aproxima da contenda que marcou os debates de Christine de Pizan a propósito do *Roman de la Rose*, na corte francesa do século XV.³⁵ Em outras palavras, do mesmo modo que alguns nobres franceses haviam considerado insultantes as palavras de Jean de Meun dirigidas às mulheres e reunidas na segunda parte do *Roman de la Rose*³⁶, os nobres castelhanos³⁷ haviam criticado as palavras de detratores que, à maneira do Arcipreste de Talavera, Alfonso Martinez de Toledo (1398-1470), afirmavam “que não se devia amar ninguém mais que a Deus” e apresentavam “conselhos para que, dos laços do mundo, do diabo e da mulher”³⁸, todos conseguissem guarda e defesa. Ou mesmo de detratores que, à maneira do poeta catalão Pere de Torrella (1420-1492), repetiam a afirmação de que todas as mulheres eram “naturalmente malignas”.³⁹ Assim como Christine de Pizan havia proclamado defender a honra das mulheres virtuosas, por meio da escrita de suas histórias⁴⁰, alguns nobres castelhanos procuraram, por intermédio de seus poemas e tratados, apresentar tanto uma suma das respostas aos vilipêndios dirigidos a elas, como um conjunto de prescrições que deveriam compor as práticas dos homens em relação às suas mulheres, práticas dentre as quais se incluía a de fazê-las memoráveis e desatadas das aviltações.⁴¹

Para além das aproximações e dos distanciamentos que, acerca dessa questão, podem ser estabelecidos entre esses dois reinos⁴², procuraremos sondar os motivos que conduziram

³⁵ Cf. RIVERA GARRETA, M. M. **Textos y espacios de mujeres**. Barcelona: Icaria Editorial, 1995. p. 186.

³⁶ Quarenta anos separam a primeira parte do Romance da Rosa, escrita por Guillaume de Lorris, da segunda parte, continuada por Jean de Meun, que provavelmente a finalizou entre 1269 e 1278. Se na primeira parte é ressaltado o caráter inconclusivo do amor, na segunda, a concretização do ato simbolizado pela colheita da rosa enfatiza o triunfo do desejo sobre a continência dos corpos e a não restrição do ato sexual ao matrimônio. VERDON, J. **El amor en la Edad Media**. La carne, el sexo y el sentimiento. Barcelona: Paidós, 2008. p.107.

³⁷ MAESO FERNANDEZ, M. E. **Defensa y vitupério de las mujeres castellanas**. Mundos Nuevos. In: Colóquio Familia y organización social en Europa y América siglos XV-XX Murcia-Albacete 12-14, s/p., dez. 2007. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/23692?lang=pt>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

³⁸ MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. **Corbacho o Reprobación del amor mundano**. Edição de Cristóbal Pérez Pastor. Madri: Sociedade dos bibliófilos espanhóis, 1901. Cap. XXXVII.

³⁹ TORRELLA, P. Coplas fechas por Mosén Pedro Torrellas de las cualidades de las donas o Maldecir de las mujeres. Cancioneiro de Estúñiga, Biblioteca Nacional de Madrid apud ARCHER, R. Las coplas de las cualidades de las donas de Pere Torrella y la tradición lírica catalana. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras**, 47, p. 405-423, 1991-2000.

⁴⁰ Pizan chama a atenção para o debate sobre as mulheres, discutindo com humanistas de prestígio, pedindo o apoio da rainha, Isabeau de Baviera, e dialogando com homens, laicos e religiosos, de elevado saber. *A Cidade das Damas* pode ser considerada uma obra em que Pizan apresentou seus argumentos em defesa das mulheres. VARGAS MARTÍNEZ, A. “La ciudad de las damas” de Christine de Pizan: obra clave de la querella de las mujeres. In: SEGURA GRAÍNI, C. S. (Coord.). **La Querella de las Mujeres I**. Análisis de textos. Madri: A. C. Almudayna, 2009. p. 247.

⁴¹ Cf. VELEZ SANZ, J.J. **El debate sobre la naturaleza de la mujer en la corte literaria de Juan II con una edición crítica de la obra completa de Álvaro de Luna**. 2008. f. 638. Tese (Doutorado em Literatura Espanhola e Latino-americana) – Faculdade de Filologia, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2008. p. 22.

⁴² LUQUIENS, F. B. **The Roman de la Rose and Medieval Castilian Literature**. Romanische Forschungen

esse debate em terras castelhanas, isto é, temos o fito de questionar quais foram as singularidades dessa querela no reino de Castela.⁴³ Interessa-nos, pois, indagar como e porque em um curto espaço de tempo foi produzido por incentivo régio castelhano e, sobretudo inicialmente, sob os auspícios da então rainha Dona Maria e do rei Juan II, um conjunto de textos cujo mote era a oposição ao vilipêndio dirigido às mulheres. A proposta deste capítulo é, primeiramente, mapear as condições de formulação dos discursos⁴⁴ sobre e para as mulheres na corte castelhana, durante o reinado de Juan II, visando, a seguir, interrogar quem foram aqueles que falaram sobre elas e o que eles tinham a dizer e, assim, aproximarmo-nos dos significados que tanto o vitupério como a defesa tiveram entre seus arautos. Partiremos, pois, de um exame das práticas sugeridas nos discursos sobre o que se esperava dos homens em relação às mulheres. Em seguida, procuraremos analisar as particularidades e/ou os *topoi* desses textos de combate às infâmias, isto é, pretendemos esquadriñar de que maneira e em que medida a defesa das mulheres é construída nos livros e tratados escritos, não só com a meta de protegê-las das afrontas, mas também de lembrá-las positivamente.

1.1- *Das recomendações aos nobres cortesãos*

São todas naturalmente
malignas e suspeitosas,
não secretas e mentirosas
e movediças certamente;
se movem como folha ao vento, [...].⁴⁵

Foi com essas palavras que o poeta catalão Pere de Torrella dirigiu-se às mulheres nas suas coplas intituladas *Maldecir de las mujeres*, escritas provavelmente antes de 1458. Nelas, o poeta repetia os lugares comuns dos aspectos negativos sobre as damas, tão significativos na

20. Bd., I. H. (1907). p. 284-320. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/27935574>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

⁴³ Sobre a querela em âmbito europeu ver: ZIMMERMANN, M. Querelle des femmes, querelle du livre. In: COURCELLES, D; VAL JULIÁ, C. (Org.). **Des femmes et des livres**. France et Espagnes, XIVe – XVIIe siècle. Paris: École de Chartes, 1999. p. 79-94.

⁴⁴ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 36-37.

⁴⁵ TORRELLA, P. Coplas fechas por Mosén Pedro Torrellas de las cualidades de las donas o Maldecir de las mujeres. Cancioneiro de Estúñiga, Biblioteca Nacional de Madri apud ARCHER, R. Las coplas de las cualidades de las donas de Pere Torrella y la tradición lírica catalana. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras**, 47, 1991-2000. p. 270.

má canção provençal, como nos poemas catalães de vilipêndios.⁴⁶ Essas formas de expressão representavam uma outra versão da lírica cortesã, uma vez que, ao contrário de fazerem sobressair o amor e glorificarem a amada, nelas ganhavam mais espaço a amargura e o rancor, bem como o sentimento de desengano em relação àquelas comumente amadas e exaltadas.⁴⁷ Nos séculos XV e XVI, tais coplas, conhecidas nas cortes de Navarra, Nápoles e Castela, circularam em dezessete manuscritos, além de terem integrado o *Cancioneiro Geral*⁴⁸ e o de *Estuñiga*.⁴⁹ Esses versos, acima de tudo, alimentaram vários poemas nos quais sobressaíam as críticas a propósito da maneira como o poeta catalão havia dito mal sobre as mulheres⁵⁰; críticas que teriam levado o próprio Torrella a retratar-se dos prejuízos que havia causado à imagem delas, ao denegri-las em suas primeiras coplas – mudança de posicionamento que ele empreendeu no *Razonamiento de Pere Torroella en Defensa de las donas contra maldicientes por satisfacción de unas coplas que en decir mal de aquéllas compuso*. A começar pelas várias respostas elaboradas pelos poetas castelhanos, dirigidas em tom de crítica às coplas de Torrella⁵¹, além, é claro, da mudança de posicionamento diante do tema que o catalão havia realizado na sequência, podemos mapear alguns traços das condições de formulação dos discursos sobre e para as mulheres.

Conforme havia destacado o poeta castelhano Suero de Ribera (1410-1480)⁵² em resposta aos vitupérios sobre as mulheres ditos por alguns e, em especial, por Torrella: “Aos de vil condição/consinto que digam mal/seguindo sua natural / sem freio de discrição, / mas em tais insistências, / quando seja necessário, / os fidalgos devem ser/ em defesa das mulheres. ” Ou seja, segundo aponta Suero de Ribera, se a difamação das mulheres se explicava pela

⁴⁶ Entre os séculos XII e XIII, um grupo de trovadores provençais lançou críticas às damas que não concediam nada em troca da sujeição de seus vassalos trovadores. Na má canção denunciava-se as dificuldades práticas do fin’amor e os aspectos negativos das damas. ARCHER, R; RIQUER, I. *Contra las mujeres: poemas medievales de rechazo y vitupério*. Barcelona: Quaderns Crema, 1998. p.9- 17.

⁴⁷ LACARRA LANZ, E. Misoginia y vitupério: un camino de ida y vuelta a los maldits. In: BELTRAN, V; PAREDES, J. *Convivio*. Estudios sobre la poesia de cancionero. Granada: Universidad de Granada, 2006. p. 419-430.

⁴⁸ Este cancionero foi ordenado a partir de 1490, por Hernando del Castillo, que possibilitou, ao reunir vários poemas, que eles viessem a ser impressos em 1511. Cf. DEYERMOND, A. D. *Historia de la Literatura Española. La Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. p. 354.

⁴⁹ O Cancioneiro de Estuñiga foi compilado na corte de Afonso V de Aragão, quando este, ao conquistar Nápoles em 1443, reuniu ao seu redor vários poetas aragoneses, castelhanos, catalães e humanistas italianos. Ibid. p. 346.

⁵⁰ Mesmo quarenta anos após a composição do poema de Torrella, vários escritores fizeram referência às suas coplas e a seu nome como personagem responsável pelo vitupério das mulheres. Exemplo disso, encontramos nas respostas aos vitupérios escritas pelos poetas Suero de Ribera e Gómez Manrique, na novela sentimental, *Grisel y Mirabella*, escrita por Juan de Flores e na *Repetición de amores* de Luis de Lucena. ARCHER, R. *Misoginia y defensa de las mujeres*. Antologia de textos medievales. Madri: Edições Cátedra, 2001. p.45.

⁵¹ ARCHER, R. Las coplas de las calidades de las donas de Peres de Torrella y la tradición lírica catalana. *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, XLVII, p. 405-423, 1999-2000.

⁵² Sobre a vida do poeta ver em: GERLI, M (Ed.) *Poesía cancioneril castellana*. Madri: Edições Akal, 1994. p. 278.

proveniência dos maldizentes, homens vis e de baixa condição, ela não era tolerável se fosse praticada por homem nobre e fidalgo, pois não lhe parecia digna da condição de nobre a difamação das mulheres, “nem tomar as boas e leais pelas vis”, já que, como ressaltava ele, “em boca de gentil homem/ mal está a vilania”.⁵³ De modo parecido, também em resposta às coplas escritas por Torrella, o poeta castelhano Gómez Manrique (1413-1491) advertia que “aqueles que com irritação/ das damas descontente, / tal fez julgamento, / fundado sobre conjunto/ de raízes de maldade, / esqueceu a cortesia”.⁵⁴ Logo, segundo esses poetas castelhanos apregoavam, não deveria compor os hábitos dos homens que frequentavam as cortes e cultivavam os valores que nelas eram compartilhados, qualquer tipo de desdém à imagem das mulheres, assim como não eram dignos de serem chamados de nobres aqueles que generalizavam ou nomeavam as destinatárias dos seus aviltos. Em outras palavras, todo homem que quisesse ser considerado nobre e cortês deveria ser portador de virtudes que, para além daquelas respectivas à consanguinidade da linhagem⁵⁵, ou seja, adquiridas por herança, só poderiam ser alcançadas através do exercício de atos de gentileza e cortesia, entre os quais o de defender as mulheres.

Talvez por isso Torrella se dirigiu às damas para explicar-se e desculpar-se das ofensas lançadas contra elas com as seguintes ponderações: como “o nome dona designa senhora”, e mulher significa “mansidão”, o primeiro exige “obediência”, bem como necessidade de “pedir perdão” e, o outro, a “confiança” de alcançá-lo.⁵⁶ Tal pedido de desculpas do poeta catalão, portanto, pode ser interpretado, de um lado, como um modo de fazer com que seu discurso viesse a ser bem recebido entre os nobres que o liam⁵⁷ e entendiam a defesa das mulheres como um dos costumes de cortesia; de outro, como um reconhecimento de que as mulheres de seu tempo eram donas, quer dizer, eram senhoras que possuíam os seus senhorios sobre uma série de varões que, como Torrella, lhes serviam como vassalos e lhes deviam obediência. Tendo em vista tal construção dos padrões de cortesia, cabe questionarmos quais foram os atos e gestos

⁵³ RIBERA, S. Contra los que dicen mal de las donas. Cancionero de Ixar. Biblioteca Nacional. Madri, fólhos 228-228v apud ARCHER, R. **Misoginia y defensa de las mujeres**. Antologia de textos medievales. Madri: Edições Cátedra, 2001. p.275-276.

⁵⁴ MANRIQUE, G. Respuesta al mal dicho de Mossén Pedro Torrella, catalano, “Quien bien amando persigue”. Cancionero de Gómez Manrique. Biblioteca Nacional de Madri, ms. 7817, fólhos 23-26 apud ARCHER, R. **Misoginia y defensa de las mujeres**. Antologia de textos medievales. Madri: Edições Cátedra, 2001. p.278.

⁵⁵ Sobre as relações entre virtude e linhagem, ver: VAUCHEZ, A. **Beata Stirps: Sainteté et lignage en Occident aux XIIIe et XIVe siècles**. Werner Karl Ferdinand. Roma: Escola Francesa de Roma, 1977.

⁵⁶ TORRELLA, P. Razonamiento de Pere Torroella en defensión de las donas contra maldicientes por satisfacción de unas coplas que en decir mal de aquéllas compuso apud. ARCHER, R. **Misoginia y defensa de las mujeres**, p.272.

⁵⁷ Segundo destaca Michel Foucault “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 36-37.

compartilhados pelos castelhanos no âmbito da corte, atentando em especial para o lugar conferido ao tratamento das mulheres, bem como para o papel exercido pelas donas nos jogos de poder.

O costume de criar os jovens nobres nas cortes dos reis, tão difundido nos reinos medievais, já era uma prática comum em Castela e Leão no século XI, haja visto os serviços prestados por Rodrigo Díaz de Vivar, alcunhado de El Cid, desde os seus quatorze anos ao rei Fernando I e posteriormente ao infante Sancho. Todavia, esse costume não se restringiu a esse episódio, tendo-se mantido nos reinados de Afonso VI e VII, bem como nos séculos posteriores, pois era uma prática que possibilitava aos jovens conquistar honra e riquezas, além de ocupar funções ligadas à administração e à defesa régias.⁵⁸ Desde o século XIII, conforme aparece no tratado de sabedoria, intitulado *Flores de Filosofia*, ao ser mencionado o que o homem poderia aprender no espaço da corte, a cortesia era entendida como a “soma de todas as bondades” e “vergonha a Deus, aos homens e a si mesmo”.⁵⁹ De modo parecido, nas normativas das *Siete Partidas*, escritas sob os auspícios do rei Afonso X (1252-1284), a corte já era vista como lugar propício para que os homens aprendessem “bons ensinamentos” e “bondades”, então identificados como “cortesia”, porque eram “achados e apreciados nas cortes”. Por isso, era costume dos homens nobres de “Espanha”:

enviar seus filhos às cortes dos reis para que aprendessem a ser cortesões e ensinados e subtraídos de vilania e de todo erro, e se acostumassem bem assim, em dito como em feito, para que fossem bons, e os senhores tivessem razão de fazer-lhes bem.⁶⁰

Assim, aqueles que entravam na corte, geralmente por serem filhos de criados⁶¹ ou dos nobres que já faziam parte dela, quer dizer, pelo prestígio e poder de parentes ou pessoas muito próximas, aprendiam, por meio da convivência com outros nobres, a caça – como treinamento e entretenimento –, a montaria, a cetraria, os modos à mesa, a harmonia dos movimentos e da

⁵⁸ BECEIRO PITA, I. **La educación derecho y deber del cortesano**. La enseñanza en la Edad Media. In: X Semana de Estudios medievales, 1999, Nájera; Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, 2000, s/p. Disponível em: < <http://www.vallenajerilla.com/berceo/florilegio/beceiopita/educacioncortesana.htm> >_Acesso em: 28 fev. 2014.

⁵⁹ **Flores de Filosofia**. Transcrição do manuscrito 9428 realizada por José Manuel Lucía Megías. Cap. XV. Disponível em: <<http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Flores2.html>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

⁶⁰ LAS SIETE PARTIDAS. Partida II, título IX, Lei 27.

⁶¹ Eram servidores domésticos, pertencentes a linhagens menores, que comumente seguiam os seus senhores onde quer que estes fossem. Poderiam exercer funções domésticas, administrativas e/ou militares. Como para se estabelecerem nessas funções necessitavam da confiança dos senhores, acabavam mantendo laços estreitos com esses últimos. Para um estudo específico sobre esse tema, ver: ORTEGA CERVIGÓN, J. I. Por servicios muchos y buenos que me ha fecho. Los criados de las casas nobiliarias coquenses en la Baja Edad Media. **Anuario de Estudios Medievales**. 32/9, p. 703-721, 2002.

voz, dentre outros costumes cultivados nas cortes.⁶² Dito de outro modo, era no espaço da corte que os homens aprendiam certos ensinamentos que os faziam aptos a conviver, compartilhar e perpetuar determinadas condutas e virtudes que, cada vez mais, não se considerava que fossem meramente transmitidas consanguineamente entre nobres, mas também eram efeito do que se poderia aprender através do refinamento dos costumes, do controle das pulsões, da sociabilidade, ou até mesmo, como se verá no século XV, de uma fina educação para com as mulheres.⁶³ Em suma, pouco a pouco, foram elaborados pelos nobres que viviam na corte os atos, gestos e as posturas colocados por eles como requisitos para serem reconhecidos entre os seus iguais, bem como distinguidos dos demais.⁶⁴

A corte dos reis medievais, mais do que constituir a casa dos monarcas, a qual se vinculava ao espaço ocupado pelo rei e sua família, também constituía o local onde emergia, a partir dos vários oficiais régios que a compunham, a fabricação do discurso da história, das leis, dos saberes, enfim, da organização do reino em seus diversos âmbitos.⁶⁵ Até o século XV, a realeza castelhana manteve certa itinerância de sua corte, mesmo diante das dificuldades relacionadas às condições dos caminhos percorridos durante as viagens, aos desconfortáveis meios de transporte⁶⁶ e, até mesmo, perante a dificuldade de conseguir alojamentos nas cidades e vilas que estivessem de acordo com a honra e dignidade dos reis e daqueles que o acompanhavam. Durante o reinado de Juan II, embora o número de deslocamentos não tenha sido reduzido, a itinerância ocorreu em um espaço limitado pelo centro governativo do reino, dado que algumas cidades, pouco a pouco, passavam a abrigar alguns órgãos da administração, como era o caso de Valladolid, onde se instalou, a partir de 1442, a real Chancelaria do reino.⁶⁷ Logo, conquanto a itinerância tenha sido comum, mesmo que circunscrita a certos espaços do reino, no XVI ela deixa de ser praticada, tendo em vista a instalação definitiva da corte na cidade de Madri, salvo entre 1601-1606, em que Felipe III a transferiu para Valladolid. Assim, a corte dos reis medievais castelhanos se deslocou por muitos séculos entre cidades, como:

⁶² BECEIRO PITA, I. **Libros, lectores y bibliotecas en la España Medieval**. Murcia: Nausícaa, 2007. p.85-135.

⁶³ Cf. RUIZ RODADO, A. M. **Tristura conmigo va**. Fundamentos de amor cortés. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000.

⁶⁴ Como nos lembra Norbert Elias, os comportamentos socialmente aceitáveis nas cortes medievais, que nos diversos reinos foram denominados de cortesias, distinguiam aqueles que faziam parte dos círculos cortesãos dos demais grupos sociais. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p.76.

⁶⁵ Tratam dessa questão: GOMES, R. C. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Portugal: DIFEL, 1995, p.4 e DUBY, G. **Idade Média, Idade dos homens**. , p.77.

⁶⁶ Geralmente as viagens eram feitas nos lombos dos cavalos ou mulas, onde os nobres vinham sentados em suas cadeiras ou em suas carruagens. Cf. CAÑAS GÁLVEZ, P. F. **El itinerario de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)**. Madri: Ediciones Silex, 2007. p.42-43.

⁶⁷ Um estudo detido sobre os trajetos percorridos pela corte de Juan II, bem como sobre as condições das viagens pode ser encontrado em: CAÑAS GÁLVEZ, P. F. **El itinerario de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)**., p.17.

Segóvia, Valladolid, Toledo, Ávila, Madri, Tordesilhas, entre outras; nas quais os reis e aqueles que o acompanhavam encontravam abrigo nos palácios de famílias nobres ou em mosteiros, arrecadavam taxas para sua fixação, faziam valer as leis e a justiça entre os povos visitados, assim como faziam visível o poder régio simplesmente pela presença do soberano e dos seus familiares mais próximos. Sem contar que o itinerário das cortes representava igualmente o percurso pelo qual os costumes cortesões eram compartilhados, bem como estabelecidos pelo conjunto de nobres que, junto dos reis, fomentava os jogos de poderes, a composição da memória do reino e dos saberes que circulavam nele.⁶⁸

A propósito das vias de acesso aos saberes e daqueles que foram responsáveis pela educação, não podemos nos esquecer de que, entre os séculos XIII e XV, no reino castelhano e em outros reinos medievais, houve um considerável interesse dos reis, das ordens religiosas, dos nobres e elites urbanas em conceder fomento à criação de escolas, *studia* e colégios, bem como em atribuir aos diplomados das universidades privilégios e honras fiscais.⁶⁹ Se até o século XIII, os principais centros de saber haviam sido as escolas monásticas, onde nos seus *scriptorium* eram copiados os manuscritos e códices antigos, a partir desse século aparecem as escolas catedralícias, ou urbanas, nas quais se passam a ensinar as disciplinas do *trivium* e do *quadrivium*⁷⁰, a partir do incentivo dado pelos conselhos urbanos, pela igreja e pela coroa. As primeiras universidades castelhanas também são fundadas nesse período, tendo sido a de Salamanca criada em 1218 e a de Valladolid começado a funcionar em 1346, passando elas a formar alunos provenientes das famílias de fidalgos, cavaleiros ou membros das elites urbanas. A criação dessas primeiras universidades também implica em algumas transformações no que diz respeito à produção livresca, a saber: nascem as oficinas de livros, o ofício de copista é valorizado e o amparo da universidade aumenta o número de livreiros, livrarias e bibliotecas. Além disso, as modificações a propósito do material em que circulavam os livros, do pergaminho, mais comum até o século XIII, para o papel, mais econômico e maleável, permitiu uma maior agilização dos saberes, ainda que os livros em papel, na Castela do século XV, pudessem custar tanto quanto um cavalo, isto é, ainda constituíssem um objeto de luxo. Dessa

⁶⁸ CARRASCO MANCHADO, A. I. **Desplazamientos e intentos de estabilización: la corte de los Trastámara. E-spania.** In: L'itinérance des cours (fin XIe siècle - milieu XVe siècle): un modèle ibérique?, s/p., dez. 2009. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/18876>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

⁶⁹ RUCQUOI, A. Éducation et société dans la Péninsule Ibérique médiévale. **Histoire de l'éducation**, Paris, n. 69, p. 17, jan. 1996.

⁷⁰ Os ensinamentos de base, chamados à moda antiga de as *sete artes liberais*, estavam repartidos entre o *trivium* (gramática, retórica, dialética) e *quadrivium* (aritmética, música, geometria, astronomia). Tal repartição foi mantida até o século XV, embora, já no XIII, efetivamente a filosofia moral e natural, não previstas no curso original de artes, já fossem também ensinadas. VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999. p.33.

maneira, os livros, outrora reunidos especialmente pelos religiosos nos mosteiros, passaram a, do mesmo modo, ser colecionados nos castelos e palácios pelos nobres e pela realeza, os quais, cada vez mais, sustentavam a educação de seus descendentes em tratados de educação e outros regimentos de príncipes.⁷¹

Na primeira metade do século XV, à medida que os reis e nobres foram se interessando pelos estudos e pelas leituras, conforme já dito, outrora restritos aos espaços ocupados pelos clérigos, alguns focos de investigação e estudo se espalharam no ambiente das cortes e bibliotecas senhoriais. Do século XV, temos algumas notícias de grandes coleções bibliográficas senhoriais, a maioria delas de uso pessoal, formadas de maneira semelhante às bibliotecas régias. Foi, pois, durante o reinado de Juan II, que a quantidade de livros recompilados, escritos, traduzidos, bem como reunidos pela realeza e pelos nobres, aumentou consideravelmente. Dito de outro modo, dentre as relevantes bibliotecas régias hispânicas, podemos citar não só aquela composta durante o reinado de Juan II e que, posteriormente, foi herdada e acrescentada por sua filha, Dona Isabel (a católica), com 393 códices, mas também as bibliotecas senhoriais, como aquelas que compuseram Fernán Pérez de Guzmán, D. Enrique de Villena, Íñigo López de Mendoza (marquês de Santillana), Pedro Fernández de Velasco (Conde de Haro) e Alfonso de Pimentel (III Conde de Benavente).⁷² Como exemplo dessas bibliotecas senhoriais, aquela composta pelo nobre Fernán Pérez de Guzmán reuniu cerca de 85 títulos, entre os quais os temas mais recorrentes versavam sobre: literatura italiana, autores clássicos, história, religião, poesia, direito e tratados de formação de príncipes. Esses livros, pelo que se deduz de outros documentos, concediam destaque social àqueles que os possuíam, dado que, ao mesmo tempo que representavam ricos tesouros por se constituírem, de maneira semelhante às tapeçarias, ou às relíquias, artigos de luxo; além disso, diferenciavam aqueles que haviam sido educados e dispunham de tempo e possibilidade para dedicar-se aos estudos. Em suma, as bibliotecas desses nobres são representativas tanto do crescente interesse da nobreza pelos saberes escritos, como das novas formas de distinção social que a posse e os saberes oferecidos pelos livros garantiam. São igualmente ilustrativas, pelos temas dos livros que as constituíam, de alguns novos horizontes da instrução da nobreza castelhana.⁷³

⁷¹ Vale destacar que o saber dos livros seguia fechado e restrito, já que além de muitos deles serem escritos em latim, língua que não se incluía entre os saberes da maioria letrada, não foram veiculados de forma impressa até o último quarto do século XV, quando teve início, no ano de 1472, a impressão em Segóvia do Sinodal de Aguilafuente. MONSALVO ANTÓN, J. M. *La Baja Edad Media en los siglos XIV-XV*. Política y Cultura. Madri: Editorial Síntesis, 2005. p. 180-182.

⁷² Cf. IGLESIAS, A. A. Las bibliotecas del otoño medieval. Con especial referencia a las de Castilla en el siglo XV. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, série III, t. 4, p. 297-321, 1991.

⁷³ Cf. VAQUERO, M. Cultura Nobiliária y biblioteca de Fernán Pérez de Guzmán. *Revista Lemir*, Universidad de Valência, n. 7, s/p., 2003.

1.2- Das letras e do amor

No caso da corte castelhana do século XV, sob o reinado de Juan II, soberano apreciador das letras e dos livros, aqueles que escreveram deixando impressões sobre esse período não ignoraram, dentre outros aspectos, como os destacados por um dos críticos a esse reinado, Fernán Perez de Guzmán⁷⁴ (1370-1460), que ao rei agradava-lhe “ouvir os homens avisados e graciosos e notava muito aquilo que deles ouvia”. Era um rei que “sabia falar e entender latim, lia muito bem, agradavam-lhe muitos livros e histórias, ouvia de muito bom grado os dizeres rimados e conhecia os vícios deles, tinha grande prazer em ouvir palavras alegres e bem apontadas”.⁷⁵ Esse rei havia, portanto, reunido ao seu redor uma série de escritores graças ao seu deliberado apoio às artes e às letras⁷⁶, tendo ele mesmo composto alguns poemas e, até mesmo, organizado e arbitrado justas entre poetas.⁷⁷ Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), cronista e capitão dos exércitos do rei Carlos I, ao celebrar os varões ilustres, relembrar as várias tensões entre a monarquia e a nobreza castelhanas, bem como rememorar os aspectos marcantes de alguns reinados em sua *Batallas y quinquagenas*⁷⁸, enfatizava que era costume entre aqueles que iam até a corte de Juan II, “ainda que não estivessem apaixonados, ou que passassem da metade da idade, fingir que amam, para servir e favorecer como quem estivesse em festa e outras coisas que se oferecem de tais passatempos e amores ...”.⁷⁹ Quer dizer, dentre os ensinamentos elaborados, difundidos e valorizados pela corte de Juan II, além do valor dado às letras, estava – como era então comum em outras cortes vizinhas, como a da França⁸⁰ – o fingir-se apaixonado, para que, nessa condição, os nobres conseguissem elaborar, em poesia ou em prosa, os temas sobre o amor e a amada, tão cultivados no espaço da corte.

⁷⁴ Fernán Perez de Guzmán nasceu entre o final do reinado de Enrique II e início do reinado de Juan I. Pertenceu a uma família ilustre, foi sobrinho do chanceler Pero López de Ayala, tio do marquês de Santilla (Iñigo Lopez de Mendoza) e bisavô de Garcilaso de la Vega. VAQUERO, M. Cultura Nobiliaria y biblioteca de Fernán Pérez de Guzmán. *Revista Lemir*, Universidad de València, n. 7, s/p., 2003.

⁷⁵ PÉREZ DE GUZMÁN, F. *Generaciones y Semblanzas*. Edição e notas de J. Domínguez Bordona. Madrid: Espasa- Calpe, S.A, 1941. p.118.

⁷⁶ Cercou-se de humanistas, tais como: Leonardo Bruni, Candido Decembrio e o cardeal Bessarion. SALVADOR MIGUEL, N. *Isabel La Católica*. Educación, mecenazgo y entorno literario. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008. p.31.

⁷⁷ PUYMAIGRE, T. *La cour littéraire de Don Juan II*. Roi de Castille. França: Livraria A. Frank, 1873. p. 33.

⁷⁸ RÍO NOGUERAS, A del. *Diálogo e historia en Batallas y quinquagenas de Gonzalo Fernández de Oviedo*, *Criticón*, n. 52, p. 91-109, 1991. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/literatura/criticon/PDF/052/052_093.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

⁷⁹ FERNÁNDEZ DE OVIEDO y VALDÉS, G. *Batallas y quinquagenas*. Edição de Juan Bautista Avallé-Arce. Salamanca: Disputación de Salamanca, 1989. I, dialógico 28.

⁸⁰ Desde o século XII o amor vinha sendo tema de poemas, romances e tratados escritos nos recantos franceses. Para maiores informações, ver: DUBY, G. *Idade Média, Idade dos homens.*, p. 68-75.

Tal gosto pelos temas amorosos, cultivado sobretudo no século XV castelhano, explica, em alguns aspectos, a recopilação de diversos poemas nos cancioneiros⁸¹, como os de *Baena*, do *Palacio* e do *Geral de Hernando del Castillo*. Esses cancioneiros, elaborados na forma de antologias de textos poéticos, reuniam autores desde o século XIV, e eram uma espécie de amostra de uma moda muito comum nesses séculos, a saber: nobres se converterem em poetas. Como alertava o marquês de Santillana, a poesia era uma atividade que distinguia o espírito nobre dos homens comuns ou, como destacava Alfonso de Baena, na apresentação do cancioneiro que organizou, “não poderiam aprender, nem ter, nem alcançar a poesia” aqueles que não fossem de “muito alta e sutil invenções, de muito elevada e pura discrição, de muito são e direito juízo”, uma vez que era imprescindível para compor poesia: ser, dentre outras coisas, “nobre, fidalgo, cortês, comedido, gentil, gracioso, polido, cheio de dons” e “amador”, mesmo que para isso fosse necessário fingir-se “apaixonado”⁸². Produzidos nos meios cortesãos, esses cancioneiros, na maioria dos casos, foram dirigidos, ao menos em primeira instância, à audição, ao divertimento e à reflexão dos cortesãos, embora não se possa negligenciar o valor instrutivo e os apelos políticos presentes neles.⁸³ Os autores dos poemas reunidos nessas antologias eram notários, secretários reais e outros típicos oficiais régios empenhados em difundir e respaldar as novas pretensões de poder da realeza castelhana, ou mesmo, escritores que tiveram algum tipo de relação com a corte real.⁸⁴

As razões que esclarecem o florescimento da lírica, entre esses homens da Castela desse período, são muitas, desde o desenvolvimento léxico e sintático da língua castelhana, a retomada de uma tradição galego-portuguesa e provençal das canções líricas, até o conhecimento e gosto pelas artes italianas da poesia de Dante, dos sonetos de Petrarca e da encarnação do amor pela dama realizada pelos poetas do *dolce stil novo*.⁸⁵ Além disso, é importante lembrar o interesse que os nobres e cavaleiros castelhanos, desejosos de serem

⁸¹ Segundo os estudos de Brian Dutton no seu *Catálogo índice de la poesía cancioneril del siglo XV*, foram produzidos mais de 190 manuscritos de cancioneiros, onde foram mencionados mais de 800 poetas. Dentre os cancioneiros, podemos citar: Baena, Estuñiga, Geral, do Palácio, de Pero Guillén de Segovia, de Juan Fernández de Ixar, alguns deles de caráter musical, foram: o Cancionero Musical de la catedral de Segovia e o musical de la Colombina, dentre outros. GERLI, M (Ed.) *Poesía cancioneril castellana*. Madri: Akal, 1994. p.11.

⁸²BAENA, J. A. Prolugus Baenensis. In: GERLI, M (Ed.) *Poesía cancioneril castellana*., p.50.

⁸³ Se para Nieto Soria a poesia foi, assim como as crônicas, uma forma de promover valores, ou mesmo de legitimar posturas políticas, para Michel Gerli, ela foi uma forma de compensar as antigas funções e prerrogativas feudais que, pouco a pouco, a aristocracia perdia. Ver em: NIETO SORIA, J. M. Apologia y propaganda de la realeza en los cancioneiros castellanos del siglo XV. Diseño literario de un modelo político. *En la España Medieval*. Madri: Editorial Complutense, n. 11, p. 185-221, 1988 e GERLI, M. (Ed.) *Poesía cancioneril castellana*., p.10.

⁸⁴ Cf. NIETO SORIA, J. M. Apologia y propaganda de la realeza en los cancioneiros castellanos del siglo XV. Diseño literario de un modelo político. *En la España Medieval*. Madri: Editorial Complutense, n.11, p.185-221, 1988.

⁸⁵ Cf. BLANCO VALDÉS, C.F. *El amor en el Dolce Stil Novo*. Fenomenologia, teoría y práctica. Espanha: Universidade de Santiago, 1996.

conhecidos como poetas, tiveram de refletir a respeito da natureza da poesia, considerada como “arte” e “gaia ciência”⁸⁶, ou mesmo a necessidade que alguns tiveram, como Enrique de Villena (1384-1434) na *Arte de trovar*, de estabelecer normas métricas ou retóricas para aqueles que ansiavam aventurar-se sobre a poesia. Logo, alimentaram as cantigas reunidas nesses cancioneiros desde temas como o amor, até os retratos de personagens ilustres, as questões poéticas, a vida dos santos, a imagem das mulheres, os perfis dos galãs, dentre outros tópicos relacionados com as virtudes e os costumes cortesões.⁸⁷

Desde o século XII, a elaboração de conselhos destinados às damas ou donzelas, bem como aos cavaleiros e escudeiros, a respeito de como deveriam se comportar diante dos momentos de galanteio, ou mesmo em ocasiões de sociabilidade nas cortes, já era parte das preocupações daqueles que, nos reinos medievais, elaboraram tratados, exemplares e outros textos de caráter instrutivo.⁸⁸ Não obstante tais antecedentes, em Castela, foi somente no século XV que parece ter havido a necessidade de verter a escrita para essa finalidade. Se, no *Libro de buen amor*, escrito pelo Arcipreste de Hita, provavelmente entre 1330-1343, dentre outros aspectos, houve a preocupação de apresentar conselhos sobre ter bons costumes nas relações amorosas, nos poemas que compuseram os cancioneiros castelhanos do século XV, a elaboração, pelos poetas, de normas para o galã fez desses poemas espécies de manuais de gentileza. Tais regras – como as *Coplas de quién debe ser el galán* (Suero de Ribera), o *Doctrinal de gentileza* (Hernando de Ludueña), a *Regla a los galanes* (Diego de Valera), o *Porque algunos le preguntaran qué cosa era la corte y la vida dela* (Juan del Encina), os *Diez Mandamientos de amor* (Juan Rodríguez Del Padrón), dentre outros escritos, tanto em poesia como em prosa – são ilustrativas da necessidade que esses homens tiveram de informar e sistematizar uma correta maneira de viver do cortesão. Mais do que oferecer instruções a propósito da conduta do galã, colocava-se em relevo, pelo que sugerem os títulos desses poemas, a obrigatoriedade de serem seguidas as prescrições indicadas neles para os próprios compositores e para os demais homens que compunham a corte.⁸⁹

⁸⁶ Oferecessem-nos reflexões desse tipo Alfonso de Baena na apresentação do Cancioneiro de Baena, Enrique de Villena em *Arte de Trovar* e o marquês de Santillana em seus poemas. Cf. DEYERMOND, A. D. **Historia de la Literatura Española**. La Edad Media. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. p. 329.

⁸⁷ MONSALVO ANTÓN, J. M. **La Baja Edad Media en los siglos XIV-XV**. Política y Cultura. Madri: Editorial Síntesis, 2005. p.208.

⁸⁸ LUIS CANET, J. Literatura ovidiana (Ars Amand y Reprobatio amoris) en la educación medieval. **Revista Lemir**, n. 8, p. 2, 2004.

⁸⁹ CHAS AGUIÓN, A. De ceremoniales, galanteo y técnica poética: los manuales de gentileza en la poesía de cancionero. In: HEUSCH, C. (Coord). **De la lettre a l'esprit: hommage à Michel Garcia**. França: Éditions Le Manuscrit, 2009. p. 139-141.

Como nos lembra Juan Rodriguez Del Padrón nos seus *Diez Mandamientos de amor*⁹⁰, fazendo alusão a uma tópica do amor cortês⁹¹, ao traduzir os elementos do amor e da amada, a partir das referências religiosas, como aquelas dos dez mandamentos bíblicos⁹², todos que quisessem amar deveriam estar atentos às dez prescrições para o amor que, em forma de mandamentos, o poeta organizava nesse texto, a saber: “amarás/ onde conheças ser amado”, “Serás constante em amar/ a senhora que servires”, “Serás casto”, “Mostrar-te-á ser comedido”, “Cuides para ser esforçado”, “Sempre serás verdadeiro”, “Fugirás da solidão”, “Trabalhes por te trazer/ ricamente com destreza”, “estudioso tu serás/ em obras de gentileza” e “Serás franco do querer”. Quer dizer, dentre as características requeridas ao cortesão galã, segundo destaca Del Padrón, não poderiam faltar a firmeza, a constância, o esforço, a discrição e a franqueza, virtudes estas que, conforme diz o padronense, eram encontradas onde houvesse nobreza, especialmente no rei.

Vão ao muito soberano
príncipe, rei de Castela
que da mais alta cadeira
a reparte com sua mão.
A seus pés está o comedimento
regendo toda a sua sala
a mão esquerda a gala,
de outra ponta prudência,
de semblante muito diverso;
sobre aquela discrição
alferes de seu pendão
governando o universo.⁹³

Sob a temática do amor cortês, elaborada pelos poetas occitanos nos séculos XII e XIII e difundida para além dos Alpes e Pirineus⁹⁴, esse poema escrito por Del Padrón, embora com

⁹⁰ Para um estudo mais detido acerca desse poema, ver: TOMÁS LOBA, E del C. Los Diez Mandamientos de Amor de Juan Rodríguez Del Padrón o El discurso alegórico en un Decálogo del amor cortés. **Estudios Románicos**, Espanha, v. 16-17, 2007-2008.

⁹¹ É importante lembrar que foi Gaston de Paris, no século XIX, em um estudo sobre Lancelot, quem auxiliou na propagação do uso do termo “amor cortês”. Embora tenha sido mais frequente entre os medievos o uso do termo fin’amor, o trovador Peire d’Alvernha (1146-1168) já fazia menção à corte do amor, por isso justificamos o uso deste termo. Dentre os aspectos que marcaram o amor cortês, não só occitano como também o castelhano, podemos destacar: o poder enobrecedor do amor, a superioridade da dama, a sinceridade ou o fingimento de estar apaixonado, o ambiente de corte e o protagonismo dos jovens que aprendem com o jogo do amor. Cf. RUIZ RODADO, A. M. **Tristura conmigo va**. Fundamentos de amor cortés. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000. p.14 e 187.

⁹² Na poesia lírica foi comum o sincretismo entre “Eros” e “Ágape”. Cf. GERLI, M. La “religión del amor” y el antifeminismo en las letras castellanas de siglo XV. **Hispanic Review**, Estados Unidos, v. 49, n. 1, p. 66, 1981.

⁹³ TOMÁS LOBA, E del C. Los Diez Mandamientos de Amor de Juan Rodríguez Del Padrón o El discurso alegórico en un Decálogo del amor cortés. **Estudios Románicos**, v. 16-17, p. 992-999, 2007-2008.

⁹⁴ VERDON, J. **El amor en la Edad Media**. La carne, el sexo y el sentimiento. Barcelona: Paidós, 2008. p. 86.

características particulares, é representativo de como, na lírica cortesã castelhana do século XV, os valores da nobreza e da cortesia se fundem na figura régia, que é representada pelo poeta como modelo supremo de gentileza. É importante lembrar que, quando esse poema foi escrito por Rodriguez Del Padrón, provavelmente em 1411, D. Juan II tinha seis anos de idade e o reino encontrava-se sob a regência de sua mãe, Dona Catarina de Lancaster, e de seu tio, o aragonês, Fernando de Antequera. Por isso, o padronense faz menção ao príncipe infante defendendo a legitimidade da sucessão do mesmo ao reino; aspecto que é representativo de como não só algumas práticas sociais eram discutidas na lírica, como também o eram os jogos de poder do reino.⁹⁵

Igualmente motivado por apresentar um modelo de galã, ainda que desvinculado de qualquer personificação, Suero de Ribera, em suas *Coplas sobre la gala*, do mesmo modo apresentava indicações de como o galã deveria ser “extremo, claro e distinto”, vestir-se com “capelo, galochas e luvas”, ser leitor de “histórias e livros” de “cavaleiros andantes”, “bem cantar e compor/ em coplas e consoantes”, evitar “comer cozidos”, “jantar pouco”, ser “comedido em beber”, esquivar-se de qualquer gesto grosseiro e “dizer que é a sua senhora/ a melhor das melhores”.⁹⁶ Com efeito, os modos de se vestir, comer e falar, os tipos de leitura e tratamento em relação às mulheres, prescritos não só por Suero de Ribera, mas também por outros poetas castelhanos, compõem uma suma da pedagogia amorosa e, de modo geral, cortesã, dos jovens castelhanos, isto é, configuram-se como um compêndio dos ditos e interditos dirigidos aos homens das cortes, ou que, de algum modo, vislumbravam fazer parte dela. Por isso, não foram somente os modelos de cortesia que chamaram a atenção dos poetas castelhanos, tendo sido o seu oposto também alvo da sua atenção. Conforme indicam as palavras de crítica de Juan de Mendoza⁹⁷ dirigindo-se a Juan de Castilla: “Sua língua muito atrevida/ não a põe pelas partes/ se não em dizer mal das damas/ em nisto é sua vida. / Pois, sendo tão conhecido/ este defeito no galã, / que lhe dirão?”.⁹⁸ Ou seja, mais uma vez a atenção concedida ou dispensada pelos nobres aos aspectos positivos das mulheres é mencionada como indicativa da correta e incorreta conduta do homem cortesão.

⁹⁵ Cf. TOMÁS LOBA, E del C. Los Diez Mandamientos de Amor de Juan Rodríguez Del Padrón o El discurso alegórico en un Decálogo del amor cortés. **Estudios Románicos**, v. 16-17, p. 999, 2007-2008.

⁹⁶ RIBERA, S. Coplas que hizo Suero de Ribera sobre la gala. In: GERLI, M (Ed.) **Poesía Cancioneril Castellana**, p. 278-279.

⁹⁷ Apesar da obscuridade que cerca a vida desse poeta, devido à falta de dados acerca dele, pode-se encontrar algumas informações sobre ele no texto *Batallas y quinquagenas* escrito por Gonzalo Fernandez de Oviedo. Cf. AVALLE-ARCE, J.B. Don Juan de Mendoza, festivo poeta del Cancionero general. **Bulletin Hispanique**. t. 92, n. 1, p. 71-81, 1990.

⁹⁸ DUTTON, B. **El Cancionero del Siglo XV**. Salamanca: Biblioteca Espanhola do século XV, v. 1, p. 171-172, 1990.

Podemos notar, no entanto, que, a despeito de terem sido comuns nesses manuais de gentileza algumas orientações acerca da idade certa para os jovens iniciarem o galanteio – sugestões a propósito da vestimenta apropriada para as diferentes ocasiões na corte e a indicação de algumas virtudes necessárias para a composição do perfil do galã –, alguns poetas chegaram a criticar tanto o fingimento do amor como o peso concedido às aparências e aos gestos que compunham a conduta do cortesão. Diego de Valera, em *Regla a los galanes*, reprovava aqueles que buscavam mostrar a gentileza somente através dos adornos e vestimentas, dizendo que: “Da gentileza tratam/ muitos sem a conhecer/ e tão somente provam/ ao superficial parecer/ Certamente gentileza/ é linhagem guarnecida/ de virtudes e nobreza / segundo penso e li”.⁹⁹ Em outras palavras, contra os excessos dos modos e das modas cortesões que pouco a pouco ganhavam adeptos no reino castelhano, alguns críticos tentavam evitar os descomedimentos ou, até mesmo, reafirmar os valores morais da nobreza, outrora fixados sobretudo na importância das virtudes relacionadas à linhagem e à cavalaria. Desse modo, se antes era sobretudo no espaço da guerra e/ou através da rememoração das glórias dos antepassados que os nobres se revelavam como superiores, ou mais dignos de seus ancestrais, paulatinamente, no amor e nos gestos refinados, passavam a buscar igualmente o seu prestígio. Apesar dessas disputas sobre quais valores deveriam fundamentar as ações, os gestos, a fala, assim como a escrita desses homens que transitavam pela corte, é inegável o peso concedido pela lírica ao tratamento do amor e da amada como componentes dos ensinamentos imprescindíveis para se viver na corte de um rei que, como vimos proposto por Del Padrón, era o exemplo maior de nobreza e cortesia.

Esse caráter prescritivo e instrutivo a propósito do amor não se restringiu, como se pode ver na produção de um conjunto de tratados ou manuais, à lírica.¹⁰⁰ Através desses textos, buscou-se orientar e refletir sobre o amor, também sob os auspícios do rei Juan II. A necessidade que alguns castelhanos do século XV sentiram tanto de teorizar sobre o amor em termos genéricos, como de escrever sobre ele em primeira pessoa ou de remetê-lo a casos particulares, foi, pois, notável. Provavelmente entre os anos de 1437 e 1440, esse rei teria pedido a Afonso

⁹⁹ DUTTON, B; GONZALEZ CUENCA, J. Cancionero de Juan Alfonso de Baena. Madri: Visor, 1993. p.110 apud CHAS AGUIÓN, A. De ceremoniales, galanteo y técnica poética: los manuales de gentileza en la poesia de cancionero. In: HEUSCH, C. (Coord.). *De la lettre a l'esprit: hommage à Michel Garcia*. França: Éditions Le Manuscrit, 2009. p. 150.

¹⁰⁰ O amor passa a ser uma categoria específica entre os temas discutidos pelos poetas, os quais, pouco a pouco, buscaram definir em verso que coisa era o amor. A partir da *Definición de amor* feita por Hugo de Urriés, diplomata e poeta que viveu grande parte de sua vida na corte navarro-aragonesa, parece que os postulados doutrinários de origem universitária sobre o caráter natural do amor passaram a estar presentes também nas poesias. CHAS AGUIÓN, A. “*El amor ha tales mañas*”. *Descriptio amoris en la poesia de cancionero*. Universidade de Coruña. Departamento de Filología Española y Latina. Cancionero General, v. 2, p. 32, 2004.

Fernández de Madrigal¹⁰¹ (1410-1455), mestre em Artes, Filosofia moral e Teologia da Universidade de Salamanca, que realizasse um estudo exegético de um aforismo platônico¹⁰² e o apresentasse em um tratado em latim. Sob esse encargo régio, Fernández de Madrigal, conhecido como “El Tostado”, escreveu o *Breviloquium de amore et amiçia*, que, igualmente com o incentivo do rei, foi traduzido pelo autor para que os que desconhecassem o latim pudessem ler os ensinamentos sentimentais, as noções básicas de fisiologia aristotélica, os remédios para o amor ovidianos e algumas fábulas gentílicas reunidos e discutidos nele. Por meio dessa incumbência dada por Juan II a Fernández de Madrigal, chegou à corte uma das mais importantes incursões sobre as características natural e fisiológica do amor, na qual o autor apresentou as diferenças entre o amor e a amizade, a naturalidade do amor como maneira de se propagar as gerações, o amor a Deus, bem como os conhecimentos acerca dos efeitos do amor carnal, da paixão libidinosa e dos remédios para o amor.¹⁰³

A propósito dessa primeira questão, ou seja, da diferença entre o amor e a amizade, Fernández de Madrigal inspirava-se nas epístolas de Sêneca a Lucílio para dizer que, se o amor era próprio das coisas inanimadas e tinha como objetivo o bem do amante, ao contrário, a amizade tinha como alvo o bem do amado. Segundo defendia El Tostado, retomando o livro segundo da *Ética a Nicômaco*, escrito por Aristóteles, todas as coisas que estavam na alma ou eram atos, ou hábitos, ou paixões; pensando assim, enquanto a amizade era um hábito, o amor não poderia ser considerado ato, nem hábito, mas sim, paixão; e como era a paixão comum tanto entre os animais como entre os homens, ela só poderia pertencer à natureza. Conforme sustentava El Tostado, o amor pertencia à natureza dos homens e dos outros animais que naturalmente, para se conservarem e se multiplicarem, necessitavam fomentar as gerações. Contudo, Fernández de Madrigal apresentava uma distinção entre o amor dos animais e do homem, dado que, se entre os primeiros ele se circunscrevia somente ao físico, à “alma vegetativa”, no caso dos homens, ele significava muito mais que o deleite provocado pelo

¹⁰¹ Também Dona Maria incumbiu Fernández de Madrigal de discorrer sobre algumas metáforas utilizadas para se referir à Virgem Maria, estudo que o Tostado empreendeu no *Las cinco figuratas padadoxas* (1437). MUÑOZ FERNÁNDEZ, A. María y el marco teológico de la Querella de las Mujeres (Interferencias y transferencias con los debates culturales de la Castilla siglo XV). *Arenal: Revista de Historia de las Mujeres*, Granada, v.20, n.2, p. 235-262, jul./dez. 2013.

¹⁰² “Do magnífico rei em mandamento recebi, sobre um dito de Platão, em estilo proceder, o título do qual era este: quando tiveres amigo, cumpre que sejas amigo do amigo do mesmo, mas para isso não cumpre que sejas inimigo do inimigo”. Todavia, segundo os estudos de Pedro Cátedra, essa questão não foi pensada a partir dos ditos de Platão, mas sim de ditos semelhantes que se encontram no *Bocados de Oro*, escrito no século XIII e representativo da literatura sapiencial. Citamos as passagens selecionadas por Pedro Cátedra em **Amor y pedagogia en la Edad Media**. Estudios de doctrina amorosa y práctica literaria. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989. p.27.

¹⁰³ GARCÍA PARRILLA, C. M. Qui Scit, docere debet. Acerca de Alfonso de Madrigal El Tostado. *Archivum: Revista de la Facultad de Filología*. Espanha, t. 54-55, p. 369, 2004-2005.

contato carnal, pois nutria-se simplesmente da imagem que se fazia da amada.¹⁰⁴ Pensando assim, e a despeito de não ignorar que, por vezes, nasciam do amor várias enfermidades e aborrecimentos, as reflexões de Fernández de Madrigal faziam do amor a mais perfeita das paixões.¹⁰⁵

Essas reflexões não se restringiram ao *Breviloquium de amore et amiçia*, tendo-se desdobrado em outros textos castelhanos¹⁰⁶ do século XV e XVI, a saber: *La Celestina*, também intitulada *Comedia de Calisto y Melibea*, escrita por Francisco de Rojas¹⁰⁷; a *Repetición de amores y arte de ajedrez* (1497), elaborada por Luis Ramírez de Lucena, e até mesmo em outros tratados sobre o amor, como no *Tratado de cómo al hombre es necesario amar*, cuja proximidade temática ao texto de Fernández de Madrigal levou a que se cogitasse ser sua a autoria. Todavia, esse texto, ao contrário daquele escrito por Fernández de Madrigal, não se trata de uma discussão filosófica preparada para circular entre os grupos de letrados que compunham a corte de Juan II. Nele, o autor anônimo, experiente nos insucessos do amor, dialogava com o seu interlocutor enfatizando a necessidade de amar as mulheres, pois, como considerado por ele no tratado, o homem, depois de amar-se, naturalmente amaria uma mulher. Destacava, entretanto, que do amor nasciam perigosas enfermidades e perigos, como aqueles vivenciados por Sansão, David, Salomão, dentre outros homens cujas histórias de amor perigosas resultaram em malefícios. A despeito de levar em conta esses perigos e a capacidade da mulher de, através do amor, confundir os homens, o tratadista finalizava sua reflexão ressaltando que, quando a mulher era digna de ser amada, o amor sempre era justificado e encontrava o seu fim no matrimônio.¹⁰⁸

Acrescenta-se a esses tratados o *Tratado do amor*, escrito provavelmente por Juan de Mena (1411-1456), poeta, cronista e escritor de proêmios, exegeses e traduções.¹⁰⁹ Mena viveu no ambiente áulico de Álvaro de Luna, a quem concedeu apreço no seu *Laberinto de Fortuna*, poema no qual tentou destacar a oposição que marcava o reino entre: a Fortuna (do lado da qual

¹⁰⁴ CÁTEDRA, P. **Amor y pedagogia en la Edad Media**. Estudios de doctrina amorosa y práctica literaria. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989. p. 53.

¹⁰⁵ CHAS AGUIÓN, A. “El amor ha tales mañas”. Descriptio amoris en la poesia de cancionero. Universidade de Coruña. Departamento de Filología Española y Latina. Cancionero General, v. 2, p. 21, 2004.

¹⁰⁶ A preocupação em compor uma fenomenologia do amor, bem como destacar o caráter natural dele, também foram ressaltados nos cancioneros pelos poetas, ou seja, essas questões não se limitaram aos tratados escritos em âmbito universitário, nem mesmo à prosa. CHAS AGUIÓN, A. “El amor ha tales mañas”, p. 20.

¹⁰⁷ Sobre as fontes que alimentaram o texto que conta a história de amor entre Calisto e Melibea, bem como a propósito das possíveis autorias, variações e adições desse texto, ver: **Comedia de Calisto y Melibea**. Edição crítica preparada por José Luis Canet Vallés. Valência: Universidade de Valência, 2011.

¹⁰⁸ CÁTEDRA, P. **Amor y pedagogia en la Edad Media**. p. 116.

¹⁰⁹ LÓPEZ FÉREZ, J.A. Notas sobre la tradición clásica en el Labirinto de Fortuna de Juan de Mena. **Nova Tellus**, México, v. 28,1, p.228, 2010.

estavam alguns grandes nobres, o pecado, a magia e a guerra civil) e a Providência divina (do lado da qual estavam Álvaro de Luna, a reconquista, a fama, a poesia de Mena e Juan II).¹¹⁰ Longe dessas questões políticas que assolavam o reino e mais próximo das inquietações apresentadas no âmbito universitário salmantino, em que Fernández de Madrigal havia escrito as suas reflexões sobre o amor e do qual Juan de Mena também fazia parte, o foco dado ao amor por Mena nesse tratado, todavia, se distanciava um pouco daquele dado pelo Tostado. Sem o objetivo de desenvolver as reflexões filosóficas mais profundas sobre o amor, como havia feito Fernández de Madrigal, Mena apenas insere um preâmbulo teórico no qual discute a diferença entre amor lascivo e amizade ou dileção, pois centra o seu texto principalmente na história sentimental que ele desenvolve a partir de uma queixa amorosa. Assim como Fernández de Madrigal, Mena também distingue o amor da amizade ou dileção, dividindo o amor entre aquele que é lícito e são, e aquele ilícito e insano. Dessa maneira, a narrativa é desenvolvida a partir das causas que movem principalmente os virtuosos a amar, a saber: a virtude, a formosura, as dádivas, a fala doce, a nobre linhagem, dentre outros; e, quando a relação não tem êxito, os mecanismos e as prescrições para remediar o amor e esquecer a pessoa amada.

Em suma, em todos esses tratados produzidos na corte castelhana é notável, dentre outras preocupações, a de definir o amor. Preocupação que não se restringiu aos limites das discussões acadêmicas, dado que esteve presente nos versos de poetas que, como Jorge Manrique, Juan del Encina, Rodrigo de Cota, Pedro del Castillo, dentre outros, tentaram elaborar definições, descrições sobre o amor e suas consequências. Manrique definia-o como “força tão forte/ que força toda razão/ uma força de tal sorte/ que todo sentido converte”¹¹¹; Juan del Encina, como uma “afeição / de desejo deseioso/ onde falta a razão”¹¹²; e Pedro del Castillo, como uma “afeição/ que nasce do pensamento”.¹¹³ O que se pode notar em tais tentativas de definição do amor realizadas pelos poetas é que eles a realizaram recorrendo, em grande medida, direta ou indiretamente, às discussões sobre o caráter natural do amor elaboradas nos âmbitos universitários. Essa tentativa de definição do amor pelos poetas estaria marcada, assim, por uma estreita relação com os âmbitos acadêmicos daquela época¹¹⁴, bem

¹¹⁰ DEYERMOND, A. D. **Historia de la Literatura Española**. La Edad Media. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. p. 331.

¹¹¹ GERLI, M (Ed.). **Poesía cancioneril castellana**. Madri: Akal, 1994. p. 208.

¹¹² DEL ENCINA, J. **Obras completas**. ed. A. M. Rambaldo. Madri: Espasa- Calpe, v. III, 1978. p. 219

¹¹³ DUTTON, B. **El Cancionero del Siglo XV**. Salamanca: Biblioteca Espanhola do século XV, v. 1, 1990. p. 237.

¹¹⁴ GACÍA-BERMEJO GINER, M. Algunos aspectos de la definición del amor en la poesía cancioneril castellana del siglo XV. In: MENÉNDEZ COLLERA, A; RONCERO LOPEZ, V (Ed.) **Nunca fue pena mayor**: Estudios de literatura española en homenaje a Brian Dutton. Cuenca: Servicios de Publicaciones de la Universidad de Castilla La-Mancha, 1996. p.282.

como estaria ela relacionada à revivescência da preocupação ovidiana de instruir os apaixonados a respeito da definição e condução do amor, assim como de alertá-los e prepará-los para os perigos que rondavam esse sentimento e, por vezes, para a necessidade de esquecê-lo ou remediá-lo.¹¹⁵

Poucos textos procedentes do mundo grego e latino tiveram tantas edições no medievo como os de Ovídio (43 a. C- 18 d. C), encontrando-se *A arte de amar* e a *Reprovação do amor* tanto nas universidades como nos colégios bispais e claustros monacais. Tais escritos, tomados como referência pelos medievais, principalmente desde os séculos XII e XIII, para ensinar as normas de galanteria, os meios para se conquistar as mulheres e rememorar as senhoras sábias e exímias na arte da dança, do grego e do latim – preceitos que foram resumidos por Ovídio na *Arte de amar* –, encontravam algumas oposições nos *Remédios para o amor*; obra ovidiana que, ao contrário daquela, alimentou a tradição moralista medieval de reprovação do amor e de defesa do *contemptus mundi*.¹¹⁶ André, capelão na corte francesa de Maria de Champagne do século XII, foi um dos que, dentre os escritores medievais, buscou inspiração nesses textos ovidianos e quem, de algum modo, auxiliou na sistematização de uma arte de amar no medievo. Em 1180, esse clérigo parisiense, igualmente oscilou entre destacar a natureza, as formas, os modos de manutenção e os deleites do amor e da amada – temas abordados nos dois primeiros livros que compõem o seu *Tratado do amor cortês* – e salientar os perigos relacionados às mulheres, as quais, no terceiro livro desse mesmo tratado, recebem os epítetos de invejosas, maledicentes, inconstantes, soberbas, dentre outros.¹¹⁷

No caso do reino castelhano, entre outras referências, como aquelas feitas por Fernández de Madrigal no *Breviloquium de amore et amiçia* a Aristóteles, Sêneca, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Dionísio e Hugo de San Victor, também são notáveis nos tratados sobre o amor que circularam no espaço castelhano, as menções aos textos de Ovídio e às temáticas desenvolvidas pelo capelão francês. Acrescenta-se a essas referências, Giovanni Boccaccio (1313-1375), quem havia escrito, provavelmente em 1355, *Corbaccio*, composição inspirada nas tristezas desse autor após as negativas amorosas de uma dama e na qual ele teve

¹¹⁵ Foi muito comum entre os poetas e os medievos, de maneira geral, ver o amor como uma enfermidade do corpo. Entre muitas autoridades médicas medievais, considerava-se o amor com um mal fisiológico, que poderia levar à loucura e, até mesmo, à morte. Para maiores informações ver em: JACQUART, D. e THOMASSET, C. *Sexualidad y saber médico en la Edad Media*. Barcelona: Labor, 1989.

¹¹⁶ Cf. CANET VALLES, J. L. *Literatura ovidiana (Ars Amandi y Rebrobatio Amoris) en la educación medieval*. *Revista Lemir*, n. 8, 2004.

¹¹⁷ A defesa, bem como o vilipêndio, constituiu parte dos possíveis sobre as mulheres pensados pelos medievos, tendo sido essa uma ambiguidade muito comum entre aqueles que escreveram sobre esse tema. Acerca dos motivos que teriam levado André o Capelão a transitar entre a defesa e o vitupério das mulheres, ver a Introdução ao *Tratado do amor cortês* preparada por Ivone Castillo Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.p. LV-LXXV.

como mote pintar as mulheres como seres imperfeitos, incapazes de controlar seus instintos mais primários e, consequentemente, como não merecedoras do sofrimento e amor dos homens.¹¹⁸ Quer dizer, em alguns casos, essas alusões foram retomadas mais para advertir sobre os perigos e pecados que rondavam o sentimento amoroso do que, propriamente, para exaltá-lo. Exemplo dessa postura encontramos no *Corbacho*, também intitulado *Reprobación del amor mundano*, texto homônimo daquele escrito por Boccaccio¹¹⁹, preparado em 1438, pelo Arcipreste de Talavera e capelão do rei Juan II, Alfonso Martínez de Toledo. Mais do que uma reprovação do amor em geral e do amor cortês em particular, esse texto de Martínez de Toledo integra os escritos de reprovação do mundo ou os *contemptus mundi* oriundos de uma tradição, nascente no século XI, com a reforma gregoriana.¹²⁰

Além de enfatizar o estado de degradação mundana¹²¹ a que se havia chegado, em virtude de os homens depositarem o amor em quem não se devia¹²², ou seja, ademais de criticar o alto valor concedido pelos homens da corte de Juan II ao amor dedicado às mulheres¹²³, Martínez de Toledo dava continuidade à produção escrita por moralistas ou ditos sermonísticos, que enfatizavam o distanciamento mundano para a edificação e salvação das almas.¹²⁴ Ora, não

¹¹⁸ Cf. CURI, R. **Reseña a Diego de Valera, En Defensa de virtuosas mujeres**. Biblioteca Saaedra Fajardo de Pensamiento Político Hispano. p.2. Disponível em: <<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0023.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2014.

¹¹⁹ Esse texto de Boccaccio já havia sido traduzido pelo catalão Narcís Franch, contudo, em Castela o grande responsável pela difusão dos textos de Boccaccio foi o Marquês de Santillana, Íñigo Lopez de Mendoza, que reunia em sua biblioteca textos originais, traduzidos e comentados de Boccaccio. Cf. ALVAR, C. Boccaccio en Castilla: entre recepción y traducción. Cuadernos de Filología italiana, Espanha, n. extraordinário, p.349, 2001.

¹²⁰ Em 1073, com a ascensão ao pontificado por Hidelbrando, antigo monge cluniacense, que tomou o nome de Gregório VII, se desenvolve a chamada reforma gregoriana que, na verdade, não havia começado com Gregório VII, dado que foi iniciada pelas reformas de seus antecessores e tão pouco se esgota nos limites do pontificado de Gregório VII. Esse papa fez seu programa reformador conhecido através do *Dictatus Papae*, através do qual colocava ênfase na supremacia do poder espiritual sobre o temporal. Cf. NIETO SORIA, J. M. **El Pontificado Medieval**. Madri: Arco Libros, 1996. p.20-21.

¹²¹ O sentido de degradação do mundo também se apresentou nos versos das poesias, como nas *Coplas de la muerte de su padre*, de Jorge Manrique; nas *Coplas de Mingo Revulgo*, de Íñigo López de Mendoza, dentre outras. GERLI, M (Ed.) **Poesía cancioneril castellana**. Madri: Akal, 1994. p. 22-23.

¹²² “E como um dos usados pecados é o amor desordenado, e especialmente das mulheres, por onde se seguem discórdias, homicídios, mortes, escândalos, guerras e perda de bens e, ainda pior, perdição das pessoas e, muito pior, perdição das tristes almas pelo abominável e carnal pecado com amor junto desordenado. E em tanto e a tanto decaimento é já o mundo vindo que o moço sem idade e o velho fora de idade, já amam as mulheres loucamente”. Cf. MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. **Corbacho o Reprobación del amor mundano**. Edição de Cristóbal Pérez Pastor. Madri: Sociedade dos bibliófilos espanhóis, 1901. Prólogo. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/arcipreste-de-talavera-o-corbacho--0/html/fedfb970-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#I_3>. Acesso em: 17 mar. 2014.

¹²³ Além de enfatizar a reprovação do amor mundano, Alfonso Martínez de Toledo, apresenta vários vícios das mulheres. Como veremos mais a diante, os tratadistas tiveram como ponto de partida a crítica às considerações feitas por difamadores das mulheres, dentre eles, Alfonso Martínez de Toledo.

¹²⁴ VELEZ SAINZ, J. ¿Reprobatio amoris o Rerobatio amoris mundi?: Alfonso Martínez de Toledo, la tradición misógina gregoriana y la corte de Juan II. In: BAUTISTA PÉREZ, F; GAMBA CORRADINE, J. (Eds.). **Estudios sobre la Edad Media, el Renacimiento y la temprana Modernidad**. San Millán de la Cogolla, Cilengua: SEMYR, 2010. p.427.

podemos nos esquecer de que, quando falamos em amor no medievo, devemos levar em consideração os vários significados atribuídos a essa palavra, ou seja, desde o sentimento de devoção extrema a Deus e de caridade que dele derivava, até “o sentimento natural que nascia da visão da beleza do outro sexo e da lembrança obsedante dessa beleza”¹²⁵, e que poderia levar aos prazeres e aos pecados da carne. Palavras como *caritas*, *dilectio*, *cupiditas* foram utilizadas, ao longo dos séculos para nomear, seja o que sentiam em relação ao outro ou a Deus, seja os sentimentos e práticas que eram permitidos ou interditos.¹²⁶

Guardadas as devidas singularidades do texto escrito por André, o Capelão, e dos tratados elaborados pelos castelhanos, podemos notar a insistente necessidade de sistematização e prescrição que, sobre o tema do amor, houve desde o século XII em muitos reinos, e, em Castela, de modo particular, durante o reinado de Juan II. Insistência, seja para instruir o público cortesão – para quem grande parte desses textos foram dirigidos – sobre os modos do nobre diante do amor e sobre o cortejo de sua amada, seja para criticar tal postura dizendo que, como entre os mandamentos divinos estava “Amarás a teu Deus, teu criador e senhor, sobre todas as coisas”, convinha “a Ele só amar” e “as mundanas coisas e transitórias de tudo deixar e esquecer”.¹²⁷ Assim, não podemos considerar esses textos meramente como frutos do ambiente cortesão, a essa altura, marcado pelo amor, pelo galanteio, pela defesa das mulheres e – em oposição a essa atmosfera amorosa da corte – delineado também pelas críticas à valorização do temporal em detrimento do espiritual e pela condenação feita por alguns nobres de certos modos e modas cortesões; mas sim, como discursos, traduções das inquietudes dos castelhanos desse tempo. Inquietudes que atravessaram os diversos gêneros de escrita em Castela no século XV¹²⁸ e que permitiram estabelecer o que deveria ou não pertencer ao ambiente cortesão compartilhado pelos nobres.¹²⁹ Nesses textos, a defesa das mulheres, as reflexões sobre o amor e os refinados tratos dos amantes, são temas recorrentes nas prescrições dirigidas aos cortesãos e por ele compostas. Nesse sentido, a cortesia, ou seja, esses costumes e práticas comuns na esfera da corte castelhana – dentre os quais incluíam-se os modos amorosos –, menos do que

¹²⁵ CAPELÃO, A. **Tratado do amor cortês**. Edição preparada por Ivone Castillo Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.5.

¹²⁶ RUCQUOI, A. **Aimer dans l’Espagne Médiévale**. Plasir Licites et Illicites. Paris: Les Belles Lettres, 2008. p.12-14.

¹²⁷ Cf. MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. **Corbacho o Reprobación del amor mundano**. Prólogo. s/p.

¹²⁸ Sobre como esse tema foi tratado no espaço francês ver em: BALDWIN, J.W. **Les langages de l’amour dans la France de Philippe Auguste: la sexualité dans la France du Nord au tournant XIIe siècle**. Paris: Fayard, 1997.

¹²⁹ Explicitar uma prática discursiva, consiste em interpretar o que as pessoas faziam, diziam, ou seja, em compreender o que supunha seus gestos, suas palavras, suas instituições. Cf. VEYNE, P. **Foucault**. Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.26. “Certamente os meios produzem também enunciados, e os enunciados também determinam os meios”. Cf. DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p.41.

promover qualquer tipo de valorização da mulher, colaborou na afirmação dos valores dos poetas, tratadistas e, em geral, do nobre cortesão, dado que as mulheres eram o objeto através do qual esses homens logravam ingressar e manter-se ao redor do rei e daqueles que o acompanhavam. Em resumo, eram elas os sujeitos das coplas cujos predicados eram elaborados pelos poetas na condição de galãs, nobres e cortesões; era através delas que esses nobres, na qualidade de apreciadores da lírica, estabeleciam as nuances dos temas que pertenciam aos seus refinados gostos auditivos e de leitura; bem como eram os tratos em relação a elas, parte dos ditos e interditos prescritos aos nobres e pelos nobres na tratadística amorosa e nos poemas.

É certo que não se pode descuidar de que, a essa altura, também havia algumas mulheres integrantes desses círculos cortesãos, como nos lembra Afonso de Baena, secretário de Juan II, ao dizer que tanto a rainha Dona Maria¹³⁰, como as damas que compunham o seu séquito¹³¹, poderiam apreciar os poemas que ele compendiava. Tampouco podemos nos esquecer de que também a elas eram dirigidas as prescrições amorosas, ou mesmo um papel específico nos jogos do amor, isto é, enquanto a eles cabia uma postura comedida, discreta, ardente e nobre, a elas cabia ser: formosa, nobre, recatada, distante, devota e casta. No entanto, se, por vezes, essas damas foram consideradas ouvintes, leitoras, dignas do amor dos homens, protetoras daqueles que escreviam, ou mesmo, foram elas os árbitros dos jogos de amor, conforme suas dignidades como nobres, damas, princesas ou rainhas, elas não deixaram de ser um prêmio, um meio através do qual os homens exercitavam suas virtudes como nobres, poetas, cortesãos e galãs.¹³²

1.3- Do tempo livre e das festividades

É importante lembrar que houve na corte desse rei trastâmara uma crescente preocupação com a sistematização dos diversos saberes oferecidos pelo conhecimento das

¹³⁰ Graças ao convívio constante dessa rainha com o poetas e literatos que circulavam pela corte castelhana e, até mesmo, pela formação que havia recebido enquanto infanta aragonesa, Dona Maria nutriu um grande interesse pelos saberes e pelas letras, tendo atuado como incentivadora dos mesmos no reino castelhano. PELAZ FLORES, D. “A la más virtuosa de las mujeres”. La reina Maria de Aragón (1420-1445) como impulsora de las letras en la corona de Castilla. **Hispania**, Madri, Espanha, v. LXXIV, n. 247, p. 335, mai/ago. 2014.

¹³¹ As servidoras das damas eram denominadas donzelas ou donas, ou às vezes, criadas. O acompanhamento de muitos criados significava, em grande medida, a posição social predominante daqueles ou daquelas que tinham um numeroso séquito. BECEIRO PITA, I. La mujer noble en la Baja Edad Media castellana. In: FONQUERNE, Y.R; ESTEBAN, A. (Coord.). **La condición de la mujer en la Edad Media**. Atas do Colóquio celebrado na Casa de Velázquez de 5 a 7 de novembro de 1984. Madri: Universidad Complutense, 1986. p.310.

¹³² Cf. BLOCH, R. H. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 199. DUBY, G. **Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.85.

letras, organizado em suas diferentes formas e finalidades, isto é, desde o tratado didático até os poemas de amor, desde a cronística compromissada com a “verdade” do passado até o romance para o deleite, em suma, de todos os ensinamentos que eram considerados edificantes da moral e das virtudes até aqueles que se ligavam aos momentos festivos, de deleite e de folga e que, de modo parecido, prescreviam determinadas condutas.

Como destacara Juan Afonso de Baena, ao dedicar a sua organização de poemas, no seu cancionero, ao rei Juan II, “era com grande desejo de agradar, comprazer e alegrar e servir à sua grande realeza e muito alta senhoria”, um dos motivos que o teria levado a iniciar essa sua composição. Outros motivos ligavam-se ao fato de que o rei encontraria nesse conjunto de textos “repouso e descanso dos trabalhos e fadigas e aborrecimentos”, além de conseguir esquecer e afastar dele “todas as tristezas, pesares, pensamentos e aflições de espírito que muitas das vezes atraem, cansam, acarretam aos príncipes, os seus muitos e árduos negócios reais”.¹³³ Conforme acrescentava Afonso de Baena, estendendo o público leitor e/ou ouvinte dos poemas reunidos nesse cancionero, a leitura dos mesmos agradaria igualmente a “muito alta e muito nobre, e muito esclarecida rainha de Castela, D. Maria” e “as donzelas de sua casa”, divertiria e agradaria “o muito ilustrado, muito gracioso e muito generoso príncipe D. Enrique” e, por fim, “ todos os grandes senhores” do reino, como “os prelados , infantes, duques, condes, ‘adelantados’, almirantes”, como também “os mestres priores, mariscais, doutores, cavaleiros e escudeiros; e todos os outros fidalgos e gentis homens, seus donzéis e criados e oficiais da casa real que podem ouvir, ler e entender”.¹³⁴ Com efeito, Afonso de Baena, além de frisar que não só a rainha Dona Maria, mas também as mulheres que compunham o séquito desta eram potencialmente leitoras e/ou ouvintes¹³⁵ dos textos que circulavam na corte, de igual modo nos aponta indicações de que a oralidade era ainda um dos possíveis modos de divulgação desses textos, permitindo, até mesmo aos que não fossem letrados, o acesso a eles, dado que eram comumente declamados no ambiente da corte.

Como se pode ver, houve na corte de Juan II¹³⁶, uma certa valorização dos momentos de descanso e tempo livre, o que, em grande medida, se contrapunha ao que grande parte dos moralistas e teólogos medievais dizia sobre esse tema, dado que, para estes, a ociosidade era

¹³³ GERLI, M (Ed.) *Poesía cancioneril castellana.*, p. 46.

¹³⁴ Ibid., p. 46-47.

¹³⁵ ZUMTHOR, P. *A letra e a voz. A “literatura” medieval.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.21.

¹³⁶ Segundo nos informa o cronista régio, Juan II apreciava os livros de filósofos e poetas, “era douto em língua latina, muito honrador das pessoas de ciência. Tinha muitas graças naturais: era grande músico, tocava, cantava, trovava e dançava muito bem”. *Crónica del serenísimo príncipe Don Juan.* In: *Crónica de los reyes de Castilla.* Edição preparada por D. Cayetano Rosell. Madri: Librería de los sucesores de Hernando, 1923, t. II, p. 692-693.

inimiga da alma, incentivadora dos vícios e desencadeadora da danação eterna.¹³⁷ Grande parte dos eclesiásticos medievais não admitia facilmente o ócio, os prazeres gratuitos, nem mesmo os jogos, frequentemente considerados por eles como ocasiões favoráveis para pecar.¹³⁸ Era mais comum entre eles a defesa da consagração do tempo livre a Deus, bem como às boas obras que, contrariamente a esses momentos fortuitos e desencadeadores da perdição, levavam à salvação das almas e ao cumprimento das obrigações para as quais cada um havia sido criado por Deus. Assim, na maioria dos casos, as pausas para o descanso e para as celebrações só eram autorizadas caso se associassem às pausas do calendário eclesiástico, as quais rememoravam o nascimento, o calvário e a morte de Cristo, bem como os dias consagrados aos santos ou às orações semanais.¹³⁹ Em alguns casos, entretanto, também se admitia que a alma, por vezes, tivesse necessidade de recreio, segundo afirmava São Tomás de Aquino.¹⁴⁰ Ou que o método e a ordem garantiam o bom aproveitamento do tempo livre vertido para a dedicação aos estudos dignos e úteis, conforme assegurava Hugo de San Victor.¹⁴¹ Em outros, havia certa tolerância em relação a alguns jogos, em especial àqueles praticados durante os anos iniciais de vida e que, de algum modo, ajudavam a disciplinar ou ensinar as tarefas próprias de cada condição social ou sexo, conforme apontavam as indicações feitas por Ramon Llull a seu filho na *Doctrina Pueril*, enciclopédia pedagógica escrita provavelmente em 1275, que circulou nos séculos XIV e XV através de várias cópias.¹⁴²

Mais próximo da perspectiva da não autorização do tempo livre, dizia Fernán Perez de Guzmán que, a despeito de o rei Juan II ter apresentado as diversas habilidades de escrita e leitura do vernáculo e do latim, nunca teria usado nem uma, nem outra para trabalhar no regimento do reino, ao contrário, grande teria sido “a negligência e remissão” do rei “na governação do reino, dando-se a outras obras mais apazíveis e deleitáveis do que úteis e honráveis [...]”.¹⁴³ Para Perez de Guzmán, de nada adiantaria ao rei dedicar-se ao conhecimento,

¹³⁷ GUREVITCH, A. **As Categorias da cultura medieval**. Lisboa: Editora Caminho, 1990. p. 308.

¹³⁸ Sobre os pecados no medievo, ver em: CARRASCO MACHADO, A. I; RÁBADE OBRADÓ, M. P. **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008.

¹³⁹ MARTÍN CEA, J. C. Fiestas, juegos y diversiones en la sociedade rural castellana de fines de la Edad Media. **Edad Media: Revista de Historia**, Valladolid, n.1, p.115, 1998.

¹⁴⁰ Ao discutir sobre se teria ou não descansado Deus no sétimo dia, depois da criação, São Tomás destaca que Deus teria reservado esse dia para aproveitar-se a si mesmo. Logo, Deus também permitiria a todos o descanso. AQUINO, S. T. **Suma de Teología**. Edição preparada pelos regentes de estudos das províncias dominicanas da Espanha. Madri: Biblioteca de autores cristianos, 2001. Quest 76, art. 2, p. 658.

¹⁴¹ SAINT VICTOR, H. **Didascálicon: da arte de ler**. Introdução e tradução de Antonio Marchionni. Bragança Paulista: Ed. Da Universidade São Francisco, 2007. p. 33.

¹⁴² TORRANO VIANOU, C. La Doctrina Pueril de Lulio: una enciclopédia escolar del siglo XIII. **Educación XXI**, UNED, v. 16, n. 2, 2013. p. 97-114.

¹⁴³ PÉREZ DE GUZMÁN, F. **Generaciones y Semblanzas**. Edição e notas de J. Domínguez Bordona. Madri: Espasa-Calpe, S.A, 1941. p. 118-120.

que os momentos de folga lhe proporcionavam, se o soberano não conseguisse vertê-lo no trabalho de regimento do reino. Contudo, o valor dado ao ócio por Baena se aproxima tanto da maneira como esse tema aparece em alguns trechos dos textos bíblicos¹⁴⁴, como do livro I do *De Consideratione*¹⁴⁵, escrito por São Bernardo de Claraval, nos quais há indicação do ócio como momento de descanso para o equilíbrio das ações e pensamentos do bom cristão, para que assim, ele conseguisse realizar as suas tarefas cotidianas e não se afastasse do caminho de Deus. Em suma, se para Baena o ócio era justificado porque era através dele que o rei conseguia recompor-se de suas tarefas árduas como administrador do reino, para Pérez de Guzmán, o soberano deveria se limitar a exercer as suas atividades como governante, sem conceder atenção ao que, segundo ele, o distanciava dos seus efetivos afazeres.

Para além dessas distintas percepções acerca não só do ócio, mas da conduta régia adotada por Juan II, é importante salientar que corte de Juan II de Castela abriu espaço para muitos festejos animados pelo gosto do rei e de outras figuras políticas importantes, que gravitaram em torno da disputa pelo reino, a saber: D. Álvaro de Luna, privado¹⁴⁶ e condestável de Juan II, e os primos desse rei, os infantes de Aragão. Com o incentivo e sob a organização destes homens, foram realizados no reino: torneios, justas, jogos de “canas”, entradas senhoriais e régias¹⁴⁷ – em espaços abertos – e banquetes, representações com máscaras e danças, geralmente ocorridos na sala do palácio.¹⁴⁸ Acrescentavam-se a essas festas oficiais, promovidas pelos poderes senhoriais e régio, aquelas realizadas pontualmente pelos populares como: matrimônios, batizados, procissões, corrida de touros e carnavais.

Antes de mencionarmos como funcionavam algumas dessas festas oficiais, bem como mapearmos os sentidos atribuídos a elas, é necessário lembrar que tais festas eram reguladas, desde o século XIII, pelas chamadas leis suntuárias – conjunto de normas que estabeleciam, dentre outros aspectos, além dos modos de se trajar, os gastos permitidos em eventos como os matrimônios e, até mesmo, se opunham à venda, sem pagamento prévio, de víveres para a realização de almoços e jantares nos festejos oferecidos pelas pessoas comuns. No século XV,

¹⁴⁴ No Evangelho segundo Lucas conta-se que estando Jesus em uma aldeia e tendo sido recebido na casa de Marta, esta pede licença a ele para dedicar-se aos afazeres da casa, ao invés de escutar as suas palavras. Jesus adverte Marta sobre o que era realmente necessário a ela, o trabalho ou a escuta de algumas palavras. BIBLIA SAGRADA DE JERUSALEM. Evangelho de São Lucas. Cap. 10, versículo 38. São Paulo: Editora Claretiana, 1997.

¹⁴⁵ CLARAVAL, B. **Da Consideração**. Tradução de Ricardo da Costa. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/da-consideracao>>. Acesso em 26 fev. 2014.

¹⁴⁶ Aquele que, pela proximidade ao monarca, goza de privilégios e responsabilidades. Cf. CARCELLER CERVIÑO, M del P. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Béltran de la Cueva: un estudio comparativo del privado régio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, 2009, 32. p. 85-112.

¹⁴⁷ Especificamente sobre a entradas régias ver em: ANDRÉS DIAS, R. Las entradas reales castellanas en los siglos XIV y XV, según la crónicas de la época. *En la España Medieval*, n. IV, p. 47-62, 1984.

¹⁴⁸ LADERO QUESADA, M. A. *Las fiestas en la cultura medieval*. Barcelona: Areté, 2004. p. 102.

esse tipo de restrição suntuária, muito comum em todos os territórios da coroa de Castela, limitava até mesmo os tipos de comidas servidas nos festejos, visto que, a título de exemplo, segundo apontavam as *Ordenanzas de Piedrahíta* de 1499, aprovadas pelo segundo duque de Alba¹⁴⁹, as aves só poderiam ser servidas em celebrações organizadas por escudeiros, fidalgos ou regedores. Desse modo, enquanto aos cavaleiros, escudeiros e fidalgos eram permitidos os luxos e faustos dos casamentos e banquetes, sem restrições a propósito da duração e do número de comensais, à população comum era exigido o cumprimento das normas e leis suntuárias, conforme sua condição social.¹⁵⁰ Durante o reinado de Juan II, como indicam as Cortes de Valladolid, realizadas em 1442, devido os “grandes gastos” e “doações” feitas pelo rei, alguns nobres reunidos no conselho pediam que fossem “tirados poderes, alimentos e ofícios inúteis” e que fossem colocadas em prática “as leis sobre os vestuários e gastos dos matrimônios”.¹⁵¹ Em outras palavras, se a distinção entre as pessoas comuns e os nobres pelas vestes e pelas potencialidades das festas, oferecidas por eles, marcava as leis suntuárias castelhanas desde o século XIII, a política de concessão de benefícios empreendida pelos reis da dinastia de Trastâmara¹⁵², em especial aquela realizada pelo rei Juan II, além de alimentar as exigências dos nobres de retomar essas leis suntuárias – dado que elas garantiam a diferenciação social – colocava em evidência a oposição entre os setores da nobreza e os novos seguimentos que haviam se enriquecido ou se beneficiado com as concessões régias.¹⁵³ Em suma, o favoritismo e os benefícios concedidos pelo rei Juan II a alguns grupos, de certo modo, rompiam a distribuição de riquezas segundo a honra e a dignidade dos estados, o que teria alimentado uma

¹⁴⁹ SANTOS CANALEJO, E. Piedrahita, su comunidad de vida y tierra y los duques de Alba en el siglo XV. **En la España Medieval**: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, t. V, p. 1141-1174, 1986

¹⁵⁰ Segundo as pesquisas realizadas por Juan Carlos Martín Cea as primeiras leis suntuárias, ou seja, as primeiras restrições a propósito das maneiras de se vestir e dos gastos ligados aos matrimônios foram preparadas por Afonso X ao conselho de Ledesma em 1253, todavia, esse modelo foi repetido pelos monarcas castelhanos em suas cortes nos séculos posteriores. *Fiestas, juegos y diversiones en la sociedad rural castellana de fines de la Edad Media. Edad Media*. Revista de Historia, Valladolid, n.1, p. 120, 1998.

¹⁵¹ **CORTES DE LOS ANTIGUOS REINOS DE LEÓN Y DE CASTILLA**. Madrid: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, Tomo III, 1866. p. 401-402.

¹⁵² Nieto Soria destaca as cerimônias realizadas pelos reis da dinastia de Trastâmara como um aspecto que auxiliou a compor a legitimidade dessa dinastia, bem como analisa esses eventos como parte das propagandas de fortalecimento e legitimação do poder régio castelhano junto à concessão das chamadas *mercedes enriqueñas*. Muitos foram os cavaleiros e fidalgos que ascenderam socialmente graças à concessão de jurisdições que proporcionavam rendas vinculadas a funções de mercado e judiciais. **Cerimonias de la realeza**. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara. Madrid: Editorial Nerea, 1993. p.23. SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. **Nobleza y monarquía**. Madrid: La esfera de los libros, 2003. p. 29.

¹⁵³ Valdeón Barúque destaca que houve durante o reinado de Juan II disputas entre três protagonistas: a monarquia representada por Álvaro de Luna, os infantes de Aragão e as linhagens da nobreza castelhana. Sobre esse terceiro grupo nos lembra de que, desde Enrique II, iniciador da dinastia de Trastâmara, a concessão de benefícios havia fortalecido certos seguimentos da nobreza e o enriquecimento de alguns homens. Além disso, esse autor destaca que essa nobreza não era homogênea, nem tinha os mesmos interesses. **Los trastámaras**. El triunfo de una dinastía bastarda. Madrid: Ediciones temas de hoy, 2001. p.128.

recorrente necessidade de diferenciação ou de afirmação dos valores da nobreza, aspecto que se pode notar até mesmo nas festas organizadas pelos nobres.¹⁵⁴

Em algumas dessas festas, especialmente naquelas com motivos cavaleirescos, como os torneios e as justas, além de os jovens nobres arriscarem suas vidas para alcançar a estima de seus companheiros e de suas damas, igualmente encontravam oportunidade para mostrar ardor, destreza, *status* e riqueza.¹⁵⁵ Como salientava Afonso de Baena, os jogos eram praticados pelos “grandes senhores” que buscavam, através deles, “mostrar sua grande nobreza e franqueza”, “fortaleza e bom esforço”.¹⁵⁶ Comum em diversos reinos medievais desde o século XII¹⁵⁷, e recorrentemente praticados no reino castelhano, principalmente no século XV, os torneios e as justas eram espetáculos em que os guerreiros, montados em seus cavalos e, muitas vezes, trazendo suas lanças, se preparavam, mesmo em tempos de paz, para os vindouros e possíveis momentos de guerra.¹⁵⁸ Por conseguinte, esses eventos constituíam-se ocasiões propícias para o treinamento bélico e para o fortalecimento do corpo, bem como para a aprendizagem das estratégias de enfrentamento. Era comum que, nesses festejos, os jovens se esforçassem para alcançar destaque e lograr os prêmios, pois, agindo assim, encontravam oportunidade para prender a atenção das damas, a quem, muitas das vezes, dedicavam suas vitórias. Mais do que apresentarem destrezas com as armas, esses jovens encontravam, nessas circunstâncias, ensejo para colocar em prática outras habilidades, como aquelas ligadas aos modos e gestos de galanteio que compunham os jogos do amor.

Exemplo de como era no espaço da corte, em meio às justas, aos torneios e momos¹⁵⁹ em que o nobre cortesão encontrava ocasião para se aproximar de sua amada, nos é apresentado por Diego de San Pedro no *Tractado de Amores de Arnalte y Lucenda* (1491). Essa novela sentimental escrita por San Pedro, uns dos criados do conde de Urueña, Juan Téllez Girón, foi dedicada às damas do séquito rainha Isabel, ilustres senhoras com as quais o autor mantinha

¹⁵⁴ A concessão de benefícios sem merecimento e honra é uma das principais críticas feitas por tratadistas do século XV, aos reinados de Juan II e Enrique IV. PITA BECEIRO, I. Argumentos ideológicos de la oposición nobiliária bajo los Trastámaras. *Cahiers de Linguistique et Civilisation Hispaniques Médiévale*: Université Paris-Nord, n. 25, p. 216-217 e 231, 2002.

¹⁵⁵ ANDRÉS DÍAZ, R. Las fiestas de caballería en la Castilla Trastámara. *En la España Medieval*. Madrid: Editorial Complutense, t. V, 1986. p. 89.

¹⁵⁶ GERLI, M (Ed.) *Poesía cancioneril castellana.*, p.49.

¹⁵⁷ RUÍZ DOMENEC. J.E. Reflexiones sobre la fiesta en la Edad Media. Reflexiones sobre la fiesta en la Edad Media. *SÉMATA*, Ciencias Sociais e Humanidades, n. 6, p. 31-43, 1994.

¹⁵⁸ No caso das justas os cavaleiros disputavam com lanças com o objetivo de derrubar o seu oponente do cavalo enquanto cavalgavam em máxima velocidade. Já os torneios, tratavam-se de confrontos coletivos nos quais os cavaleiros, ao disputarem espaços ou simularem assaltos, corriam o risco de morte. Nem todos os nobres, nem mesmo os representantes da igreja católica, viram esses eventos com bons olhos. CARTAGENA, A. *Tratados Militares*. Edição, estudo e notas de Noel Fallows. Espanha: Ministério da Defesa, 2006. p. 28.

¹⁵⁹ Espetáculos que combinavam texto, dança, música e disfarce. SALVADOR MIGUEL, N. La instrucción de Isabel la Católica. Los años cruciales (1451-1467). *Arbor*, Espanha, n. 701, p. 122, mai. 2004.

certo contato. Nela, Diego de San Pedro descreve como o apaixonado Arnalte se aproxima de Lucenda depois de ter sido convidado pelo rei a participar de uma justa. Segundo narra Diego de San Pedro, dando voz a Arnalte, a despeito de a tristeza e pouca vontade terem-lhe constrangido a aceitar o convite régio, a personagem “suplica ao rei que nas justas do dia, como nas festas de momos da noite”, convida “todas as damas da cidade”¹⁶⁰, pois sabia que esse seu pedido faria obrigatória a presença de Lucenda. Passadas as justas realizadas durante o dia e chegado o momento da noite, em que os momos¹⁶¹ buscavam uma dama para dançar, Arnalte encontra ensejo para fazer o mesmo, convidando Lucenda. Pedido que, apesar de ser primeiramente negado pela dama, não foi recusado por ela, visto que o aceite integrava os padrões de cortesia da época. É importante salientar que, embora Arnalte e Lucenda sejam personagens criados por Diego de San Pedro, há, nesse seu texto, a composição de uma representação da nobreza cortesã do século XV, dado que ela é, ao mesmo tempo, personagem e público desse texto, assim como são os temas e problemas que gravitavam em torno dela – como as festas, os amores, a cortesia, a cavalaria e as mulheres – os motes dessa composição.

Os membros da nobreza encontravam, também nessas festas, ocasião para ostentar suas fortunas, bem como os lugares que ocupavam na sociedade, dado que compareciam nos passos, torneios e justas com luxuosos trajes e armaduras, mostrando a todos os grandes gastos que podiam fazer.¹⁶² Segundo nos conta, a propósito dessa questão, o autor da crônica do condestável Álvaro de Luna, esse oficial régio, além de ter sido “muito inventivo e dado a falar invenções e contar histórias em festas, ou em justas, ou em guerras”¹⁶³, tinha o costume de receber o rei Juan II e sua corte com muitas festas e honras, assim como de reunir nessas celebrações “os seus cavaleiros, escudeiros e pajens”, muitos deles, destaca o cronista, “filhos de condes e de grandes homens e pessoas importantes”, os quais “procuravam sair ricamente vestidos e adornados às festas e justas” para servirem “de boa presença.” Nessas ocasiões, o condestável dava “a todos roupas muito ricas”, como aquelas de “seda” e era possível de se ver,

¹⁶⁰ SAN PEDRO, D. **Cárcel de amor**. Arnalte y Lucenda. Sermón. Edição preparada por José Francisco Ruiz Casanova. Madri: Edições Cátedra, 2011. p. 178.

¹⁶¹ Os momos constituam máscaras, uma espécie de disfarce, utilizado quando da recitação de um poema e/ou oferta de um presente. As referências a tais momos são frequentes ao longo do século XV. Elas aparecem tanto na Crônica do rei Juan II, como na do Condestável Álvaro de Luna e na de Miguel Lucas de Iranzo. DEYERMOND, A. D. **Historia de la Literatura Española**. La Edad Media. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. p. 637.

¹⁶² OREJA ANDRÉS, S. Cerimónias, fiesta y poder durante los reinados de Juan II y Enrique IV de Castilla: el arte textil como sintoma de prestigio, a la luz de las Crónicas. **Anales de Historia del Arte**, Espanha, v. 23, n. especial, p. 321-333, 2013.

¹⁶³ CHACÓN, G. **Crónica de D. Álvaro de Luna**, condestable de los reynos de Castilla y León, maestre y administrador de la orden de la caballería de Santiago. Apéndice de Josef Manuel de Flores. Madri: Imprensa de António de Sancha, 1734. p.182.

entre os presentes nesses festejos, muitos “bordados”, “fitas”, “colares”, “jóias de grandes preços e com finas pedras e pérolas”, de “tal maneira que toda aquela corte reluzia e resplandecia”.¹⁶⁴ Ora, esses festejos eram ocasiões propícias para Luna tornar público não só o apreço que o rei lhe dispensava, mas igualmente para alardear, aos demais nobres do reino, o poder que ele dispunha. Eram esses, como se pode deduzir, momentos importantes para Luna afirmar os amplos poderes que o rei lhe havia concedido e fazer evidente as riquezas e glórias que ele havia conquistado, já que sua origem bastarda e não tão nobre – dado que Luna foi introduzido na corte de Juan II, por volta de 1408, através dos esforços de seu tio, o arcebispo de Toledo, D. Pedro de Luna – exigia-lhe reiterar regularmente sua legitimidade.¹⁶⁵

O rei, em especial, fazia resplandecer o seu poder de grande senhor feudal e modelar cavaleiro nas justas. Segundo nos conta o seu cronista, na ocasião da justa organizada pelo condestável Álvaro de Luna, no dia primeiro de maio do ano de 1434, tendo em vista as celebrações da guerra, da cavalaria e da preparação para as campanhas militares realizadas frequentemente no mês de maio¹⁶⁶, tal presença se mostrou destacada. O oficial régio teria reunido “trinta cavaleiros seus e da Casa do rei”, “quinze vestidos de verde” e os outros “quinze de amarelo” e, entre cavaleiros vestidos de uma e outra cor, o rei Juan II saiu como “aventureiro”, “rompendo sua lança”¹⁶⁷ contra os cavaleiros, demonstrando sua honra e valor diante dos mais nobres guerreiros do reino.

Muitas vezes, após eventos marcados pelos jogos e combates corporais, sucediam-se almoços e jantares acompanhados de danças e música. À referida justa de 1434, organizada pelo condestável, o cronista diz ter sucedido um “jantar com todos os ‘justadores’ e outros muitos cavaleiros, dos que então na corte estavam”.¹⁶⁸ E na comemoração do batizado de um dos filhos de Álvaro de Luna, de quem Juan II e Dona Maria eram padrinhos, nos lembra o cronista de que, “levantadas as mesas, houve muitas danças, jogos e instrumentos musicais, e deram-se muitas porções de alimentos, não só aos cavaleiros que com o rei estavam, mas a todos os que pelas ruas as queriam tomar”.¹⁶⁹ A respeito das celebrações realizadas pelos reis em ocasiões como batizados, matrimônios, vitórias em guerras, recepção de nobres e príncipes

¹⁶⁴ CHACÓN, G. *Crónica de D. Álvaro de Luna*, p. 45.

¹⁶⁵ CALDERÓN ORTEGA, J. M. *Álvaro de Luna: Riqueza y Poder en la Castilla del siglo XV*. Madri: Editorial Dykinson, 1998. p. 20-30.

¹⁶⁶ No tempo de Juan II as festas cavaleirescas eram realizadas sobretudo no mês de maio, mês em que, desde a Roma antiga, se celebrava as hostilidades bélicas. CAÑAS GÁLVEZ, P. F. *El itinerário de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)*. Madri: Ediciones Silex, 2007. p. 72.

¹⁶⁷ Crónica del serenísimo príncipe Don Juan. In: *Crónica de los reyes de Castilla*. Edição preparada por D. Cayetano Rosell. Madri: Librería de los sucesores de Hernando, 1923. t. II, Cap. IV. p. 516.

¹⁶⁸ Ibid, p. 516.

¹⁶⁹ CHACÓN, G. *Crónica de D. Álvaro de Luna*. p. 129.

de outros reinos, nas quais se preparam os alimentos e as bebidas para recepcionar os convidados, é importante salientar que as rainhas castelhanas tinham oficiais próprios responsáveis, dentre outros aspectos, pela compra das comidas e bebidas, pela feitura dos pratos e pela organização das mesas. Apesar de, desde dona Urraca (1078-1126), dona Leonor de Platageneta (1160-1214) e dona Berenguela (1180-1246), já termos notícias de oficiais régios próprios do séquito dessas rainhas, foi somente com Maria de Molina (1265-1321) que se produziu uma organização da casa das rainhas, a qual seria repetidamente retomada pelas outras rainhas do reino. A casa, que tinha como objetivo satisfazer as necessidades régias, era dividida em: capela, câmara, guarda, cavalaria e armazém; nela, o mordomo maior era o responsável por dirigir e supervisionar os serviços da cozinha e da mesa. O despenseiro cuidava da compra de víveres e da repartição dos mesmos aos oficiais, o cozinheiro cuidava da alimentação da rainha e do preparo dos pratos e a ele se juntavam padeiros, boleiros, mestres-salas, copeiros, dentre outros servidores. Tal organização, modificada pelos modos à mesa de estilo borgonhês, perdurou até o fim do reinado de Isabel (a católica), 1504, mas desde meados do século XV já tinham sido praticadas no reino algumas ordenações borgonhesas na organização dos serviços nos palácios, bem como já circulavam, no reino, traduções de algumas etiquetas borgonhesas, a saber: a de Felipe (o Bom) e a de Carlos (o Temerário), escritas por Olivier de La Marche¹⁷⁰ em 1474.¹⁷¹

Em tais espaços de socialização e de exibição, tanto do poder régio como dos nobres anfitriões da realeza, descrito pelos cronistas, não só a rainha como as “donas generosas, que então na Corte se achavam”¹⁷², participavam das celebrações, sendo elas próprias, em alguns casos, o motivo do festejo. D. Leonor de Aragão, por exemplo, foi a motivadora da festa organizada pelo infante aragonês Enrique, quando ela passava pelo reino de Castela, no ano de 1428, em direção ao reino português para casar-se com D. Duarte. À atenção dos cronistas sobre essa passagem, não escaparam os detalhes que envolveram os preparativos da corte castelhana para os casamentos das filhas dos reis católicos, Isabel e Juana, respectivamente com o príncipe português Afonso e Felipe de Borgonha.¹⁷³ Participavam essas nobres ainda, entregando

¹⁷⁰ Olivier de La Marche (1422-1502) prestou serviços aos duques de Borgonha durante toda a sua vida e mapeou em seus livros o cotidiano dos cortesãos, a maneira como educavam os seus filhos e o modo como eram organizados os serviços domésticos dos duques. VARELA MERINO, E. **Los galicismos en el Español**, siglos XVI y XVI. Madri: CSIC, v. I, p. 145, 2009.

¹⁷¹ LABRADOR ARROYO, F. La evolución de lo servicio de la mesa en la casa de las reinas hispanicas durante el siglo XVI. In: MERLOTTI, A. (Org.). **Le tavole di corte tra Cinquecento e Settecento**. Roma: Bulzone, 2013. p. 126-128.

¹⁷² **Crónica del serenísimo príncipe Don Juan**. t. II, p. 446.

¹⁷³ Díez GARRETAS, M. J. Fiestas y Juegos cortesanos en el reinado de los reyes católicos. Divinas, motes y momos. **Revista de Historia Jerónimo Zurita**, Espanha, n. 74, p. 163-174, 1999.

prêmios aos nobres vencedores das justas, ou mesmo realizando apresentações de danças antes dos banquetes – participação que se estende ao reinado de Enrique IV e ao governo dos reis católicos.¹⁷⁴ Isabel, a propósito, ainda na condição de princesa, teria pedido ao poeta Gómez Manrique que compusesse alguns momos para que ela e algumas damas da corte o encenassem, parabenizando o seu irmão, Afonso, pelo seu décimo quarto aniversário.¹⁷⁵ Desse modo, é importante enfatizar que o tempo livre e os novos costumes dos nobres e das nobres interessados sobretudo em leituras, recitações de poemas, justas poéticas, danças, ou seja, de uma nobreza que cultivava novos costumes e outras virtudes, como a de “bem falar” e bem portar-se, são notáveis no reino castelhano sobretudo no século XV. Mesmo que esses novos costumes ligados à vida cortesã e aos serviços prestados aos reis não tenham deixado de conviver e, em alguns casos, de conflitar com aqueles ligados às armas e atividades guerreiras, próprias da nobreza ao longo do medievo, eles ganharam força. E foi, pois, nesses espaços festivos fomentados por uma corte em disputa, que os temas relativos ao amor, às mulheres e, de um modo geral, às relações destes com as virtudes e os comportamentos que cabiam à nobreza começaram também eles a serem motivos de justas.

1.4- Dos conflitos no reino e das contendadas dos nobres: entre a espada e as letras

A composição da *Crónica de Juan II* por diferentes cronistas, encarregados dessa tarefa pelos grupos nobiliárquicos que disputaram o reino, após a morte de Enrique III, é um indicativo das contendadas que ora foram travadas entre os regentes Fernando de Antequera¹⁷⁶ e Catarina de Lancaster (durante da menoridade de Juan II), ora entre Juan II (com o apoio, e porque não dizer, transmissão de poderes ao condestável Álvaro de Luna) e os seus primos aragoneses, que ambicionavam o poder em Castela. Dito de outro modo, a maneira como a crônica foi elaborada e refundida por vários escritores – a saber: uma primeira parte, que relata de 1406 a 1420, foi

¹⁷⁴ LADERO QUESADA, M. A. *Las fiestas en la cultura medieval*. Barcelona: Areté, 2004. p.100-108.

¹⁷⁵ SALVADOR MIGUEL, N. *Educación, mecenazgo y entorno literario*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008. p. 233.

¹⁷⁶ Embora a regência de Fernando tenha sido marcada pela fidelidade ao seu sobrinho e pelo empenho na guerra contra o infiel, houve o incremento dos bens de sua linhagem, assim como a extensão de seus poderes aos seus filhos: Alfonso, Juan, Enrique, Pedro, Sancho, Maria e Leonor. SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. *Nobleza y monarquía*. Entendimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española. Madri: La esfera de los Libros, 2003. p. 156.

realizada por Alvar García de Santa Maria, já a segunda parte, que relata de 1420 a 1454, não se sabe ao certo até que ponto foi escrita por Alvar García de Santa Maria, refundida por Fernán Perez de Guzmán, emendada por Fernand Díaz de Toledo e revisada por Galíndez de Carvajal – indica a necessidade que houve de recontar a história desse reinado. Tal falta de unidade foi sintoma também das tensões que haviam marcado os jogos de poder entre os nobres do período, pois, num primeiro momento, a morte do regente do reino castelhano, Fernando de Antequera, e a concessão de poder aos seus filhos, os infantes aragoneses – Enrique, Juan e Sancho¹⁷⁷ –, tinha feito com que grande parte da nobreza castelhana se alinhasse a esses, assim como outra parte dela se colocasse favorável ao sucessor legítimo do reino castelhano, Juan II. Após a neutralização dos grupos aragoneses, as disputas entre os grupos nobiliárquicos castelhanos foram marcadas pela defesa ou pelo repúdio à autoridade exercida pelo condestável do rei, Álvaro de Luna, já que a autoridade do condestável se sobrepunha muitas vezes àquela que se acreditava caber só ao soberano.¹⁷⁸ Daí a necessidade de contar e recontar essa história segundo os vaivéns das forças em contenda pelo reino, ou mesmo segundo os valores sobre os quais se amparavam essas forças. Tais disputas teriam permitido, assim, tanto a recuperação dos valores da velha aristocracia castelhana, que sob a figura de Antequera e de seus filhos representavam o valor das armas e da guerra de reconquista contra os muçulmanos¹⁷⁹, como o apreço à cortesia e às novidades livrescas que a corte de Juan II fomentava.¹⁸⁰ Tendo isso em conta, pode-se supor que, ao longo do reinado de Juan II, não houve somente disputas entre os reinos peninsulares de Aragão e Castela, ou entre os grupos políticos e linhagens partidários de um e de outro reino, ou da figura política que os representavam, mas sobretudo, entre modelos de condutas e valores da nobreza.¹⁸¹

Outro relato sobre esses mesmos conflitos nos é apresentado por Fernán Perez de Guzmán (1376-1460), em *Generaciones y Semblanzas*, ao compor a trajetória das grandes

¹⁷⁷ São notórios os esforços de Fernando de Antequera na tentativa de conseguir que seus filhos liderassem as ordens militares do reino, assim como fosse mencionada a honra cavaleiresca deles. Se Alfonso, o primogênito, com a ascensão de seu pai ao reino de Aragão, perdeu os senhorios castelhanos, visto que era o sucessor ao reino aragonês, Juan, duque de Peñafiel, conde de Mayorca e senhor de Lara, seguia com seus senhorios. Já Enrique era conde de Albuquerque e mestre da ordem de Santiago, Sancho morreu precocemente e Pedro era ainda muito novo. SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. **Nobleza y monarquía**. p. 166.

¹⁷⁸ VADEÓN BARUQUE, V. **Los Trastámaras**. El triunfo de una dinastía bastarda. Madri: Temas de hoy, 2001. p.126

¹⁷⁹ Fernán Pérez de Guzmán não deixa de frisar, dentre as várias virtudes de D. Fernando, a ter dado continuidade à guerra contra os mouros de Granada ao serviço de Deus e em honra de Castela. **Generaciones y Semblanzas**. Edição e notas de J. Domínguez Bordona. Madri: Espasa-Calpe, S.A, 1941. p. 24.

¹⁸⁰ VELEIZ SAINZ, J. **De amor, de honor e de donas**. Mujer e ideales cortesés en la Castilla de Juan II (1406-1454). Madri: Editorial Complutense, 2013. p.38.

¹⁸¹ GOMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana**. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2217.

linhagens do reino castelhano, através da rememoração do percurso de vida de alguns homens ilustres. Nesse registro memorial, o nobre não deixou de enfatizar que as causas principais dos “danos de Espanha” haviam sido “a remissão e negligente condição do rei e a ambição excessiva do condestável”, além da “grande cobiça dos cavaleiros”, que, segundo ele, tinham deixado de lado a “consciência e o amor à pátria” para “acrescentar seus estados e rendas”. Assim, conforme destaca Perez de Guzmán, esses nobres cobiçosos teriam “tido prazer em ter o rei por todo tempo turvado e desordenado”, bem como se moviam “contra o condestável, dizendo ao rei que ele o teria enganado”, atitudes que ocasionaram: “danos, insultos, movimentos, prisões, desterros, confiscações de bens, mortes e geral destruição da terra, usurpação de dignidades, turvação da paz, injustiça, roubos”¹⁸², dentre outros males. As palavras de Perez de Guzmán são representativas, desse modo, tanto das disputas pelos poderes entre o monarca castelhano e os nobres do reino, como da crise de valores da nobreza, já que, consoante apontava Perez de Guzmán, nem o rei exercia o seu papel de condutor e administrador do reino e daqueles que nele habitavam, nem eram respeitados os laços de honra e fidelidade que ligavam os nobres ao rei. Ora, o prolongado período de disputas internas, em que os grupos de nobres competiram pela influência sobre o monarca, visto – segundo as palavras de Pérez de Guzmán¹⁸³ – como negligente e omissos, e a crescente oposição deles aos poderes exercidos por Álvaro de Luna, teriam se realizado, assim, para além dos campos de batalhas: não só através das espadas e lanças, mas sobretudo por meio das plumas.¹⁸⁴

No prefácio da refundição da *Crónica de D. Juan II* elaborada por Lorenzo Galíndez de Carvajal (1472-1528), ao rei Carlos I (1500-1558), bisneto de Juan II, o cronista não deixou de reconhecer que a mesma tinha sido “escrita e ordenada por muitos autores”, tendo “uns” calado “os outros”, ao mesmo tempo que não ignorou o fato de o reinado de Juan II ter “inaugurado uma nova maneira de mundo, segundo as mudanças e novidades de fatos e Estados que neles houve”, por isso enfatizava a impossibilidade de explicar como tudo aquilo havia ocorrido.¹⁸⁵ Considerada pelos estudiosos que se debruçaram sobre ela como uma crônica que, ao fim e ao cabo, desde a menoridade do rei, até o seu falecimento, contou mais a história de seu valido e condestável, Álvaro de Luna, e da série de conflitos entre os grupos nobiliárquicos que se

¹⁸² PÉREZ DE GUZMÁN, F. *Generaciones y Semblanzas*. p. 136-137.

¹⁸³ A postura de Fernán Perez de Guzmán, ao relatar o perfil de Juan II, bem como a atuação de Álvaro de Luna, é de crítica tanto à debilidade política do primeiro, como à ganância por poderes do segundo. Contudo, acerca de Fernando de Antequera e de seus filhos, a postura desse nobre foi a de defesa.

¹⁸⁴ KAGAN, R. L. *Los cronistas y la corona*. La política de la Historia en España en las Edades Media y Moderna. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010. p.74. GERLI, M (Ed.) *Poesía cancioneril castellana*. p.9.

¹⁸⁵ *Crónica del serenísimo príncipe Don Juan*. t. II, p. 18.

enfrentaram pelo poder, a *Crônica de Juan II* pode ser interpretada menos como a história dos feitos desse rei, do que como uma história das disputas que ganharam espaço no seu reinado. Significativa, nesse sentido, é a consideração feita por Galíndez de Carvajal sobre o reinado de Juan II ter, senão inaugurado, pelo menos auxiliado a inaugurar uma nova “maneira de mundo”¹⁸⁶, que privilegiou não só o domínio das artes da equitação, da caça e das justas, que preparavam o nobre para ser um futuro guerreiro, mas também os saberes das letras, da dança, dos ornamentos, dos cantares, do amor e do tratamento das mulheres, tão frequentemente tematizados nos tratados didáticos e nos poemas declamados na corte.¹⁸⁷

O domínio de tais artes e saberes, segundo nos conta Gonzalo Chacón – que desempenhou relevante papel como privado da rainha Isabel (a católica), em cujo reinado houve uma retomada da memória positiva sobre o referido condestável¹⁸⁸ –, na *Crônica de D. Álvaro de Luna*, poderia ser notada no próprio condestável que, desde os dez anos de idade, já “sabia ler e escrever o que convinha ao cavaleiro, e já sabia cavalgar e colocar-se bem a cavalo, e procurava trazer limpo e bom o que vestia e ser muito cortês e gracioso em sua fala”.¹⁸⁹ Pode igualmente ser percebida nas próprias palavras do condestável no seu proêmio ao *Libro de las claras e virtuosas mujeres*, no qual Luna ressalta que, conquanto os seus afazeres como cavaleiro e regedor “da coisa pública” exigissem muito de seu tempo, isto é, o impossibilitassem de ter o ócio e o repouso necessários para o exercício da atividade da escrita, não poderiam ser desconsideradas “as virtudes e obras maravilhosas e claras vidas de muitas virtuosas mulheres, assim santas como imperiais, e reais duquesas e condessas e de muitos outros estados”.¹⁹⁰ Sem contar que, como os outros nobres cortesãos de seu tempo, Luna também registrou em versos o amor às damas e os seus esforços nas justas para conquistar o apreço de sua amada.¹⁹¹ Luna também não teria medido esforços, segundo nos conta o seu cronista, para ser visto como “servidor de mulheres virtuosas”, tais como Joana D’Arc, já que teria atendido aos seus pedidos

¹⁸⁶ Essas mudanças estariam relacionadas aos novos gostos em relação aos temas do amor, dos prazeres, da leitura, do ócio, das diversões mundanas e também aos novos gostos estéticos e filosóficos. MONSALVO ANTÓN, J. M. Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos. *Miscelánea Alfonso IX*, Salamanca, 2010. p. 18.

¹⁸⁷ GOMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa medieval castellana*. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2262.

¹⁸⁸ Juan Mata Carriazo é quem atribui a autoria da *Crónica del Condestable* a Gonzalo Chacón, uma vez que este compartilhou os mesmos ambientes que Luna, guardando fidelidade a ele. Cf. SUÁREZ, L. *Isabel I Reina*. Barcelona: Editorial Planeta, 2013. p. 9. Todavia, alguns estudos apontam que além de Chacón, outro escritor igualmente teria composto essa crônica. GONZÁLEZ DELGADO, R. Tradición clásica y doble autoria en la Crónica de Don Álvaro de Luna. *Bulletin Hispanique*, França, t. 114, n. 2, p. 839-851, dez. 2012.

¹⁸⁹ CHACÓN, G. *Crónica de D. Álvaro de Luna*. p.9.

¹⁹⁰ LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mugeres*. p.20.

¹⁹¹ Tais aspectos podem ser percebidos nas três canções escritas por Álvaro de Luna.

por suprimentos, para a guerra contra os ingleses, enviados em carta ao rei Juan II.¹⁹² Em outras palavras, para além da desenvoltura com as armas e com os afazeres ligados à governação do reino, outras virtudes ligadas ao refinamento da fala, da maneira de vestir-se e do tratamento em relação às mulheres, também deveriam ser cultivadas. Assim, a guerra e os exercícios que preparavam os homens seguiam concedendo aos nobres glórias e notoriedade, porém, as atividades ligadas às letras, tanto em prosa como em verso, mais do que um passatempo ou adorno, constituíam, nesse momento em Castela, fontes de acesso a cargos administrativos no reino¹⁹³, formas de distinção social e, eram elas próprias, uma expressão de poder.¹⁹⁴

Vários nobres do século XV – refletindo sobre a relação entre armas e letras ou mesmo sobre se seria a honra do nobre derivada mais de sua estirpe (herdada) ou de sua conduta (conquistada) – procuraram discutir em seus textos os aspectos que fundamentavam o valor da nobreza. Como bem lembrado pelo cronista na *Crónica de D. Álvaro de Luna*, essa era uma “questão muito antiga” discutida pelos “sábios” que se questionaram “se seria a nobreza e a fidalguia próprias daqueles que nasciam de claras linhagens”, ou se daqueles que, embora “humildes e de baixa linhagem”, “pelos graus da virtude e do nobre percurso de suas vidas, sabiam subir e conquistar a cadeira da nobreza e da bem ganhada glória”.¹⁹⁵ Com efeito, foi pela via da discussão que as principais indagações compartilhadas pelos nobres castelhanos ganharam espaço nos escritos produzidos em Castela no século XV; entre as quais indagações se destacaram: a relação entre armas e letras, a importância da língua vulgar como veiculadora de saberes¹⁹⁶, os fundamentos da nobreza, as virtudes próprias dos soberanos, bem como a discussão sobre os vícios e as virtudes das mulheres.¹⁹⁷ Daqueles que procuraram discutir sobre essas questões, podemos destacar: Afonso de Cartagena (1384-1456), Rodrigo Sanchez de Arévalo (1404-1470), Diego de Valera (1412-1488) e Juan Rodríguez Del Padrón (1390-1450).

¹⁹² CHACÓN, G. *Crónica de D. Álvaro de Luna*. p. 131-132. Segundo os apontamentos de Adeline Rucquoi esse fato é inverídico, visto que, além de não se ter nenhuma informação sobre a solicitação supostamente feita ao rei castelhano, o episódio, segundo o relato do cronista, passa-se no ano de 1436, ou seja, cinco anos após a morte de Joana D’Arc. De Jeanne D’Arc à Isabelle la Catholique: l’image de la France en Castille au XVe siècle. *Journal des savants*, França, n. 1-2, p. 161, 1990.

¹⁹³ BECEIRO PITA, I. Los cambios en el discurso político de la nobleza castellana durante la baja Edad Media. *Cahiers d’études romanes*, Espanha, n. 4, p. 5, 2000.

¹⁹⁴ PÉREZ, J. *Humanismo en el Renacimiento Español*. Madri: Editorial Gadir, 2013. p.105-107.

¹⁹⁵ Segundo o cronista, embora a linhagem tivesse o seu valor, mais apreço deveriam merecer aqueles que, como o condestável Álvaro de Luna, tinham acrescentado em virtudes o nome dos seus antepassados. CHACÓN, G. *Crónica de D. Álvaro de Luna*. p. 4-5.

¹⁹⁶ FERNÁNDEZ GALLARDO, L. *Lengua y identidad nacional en el pensamiento político de Alonso de Cartagena*. E-Spania. Convivencia de lenguas y conflictos de poder en la península ibérica durante la Edad Media, s/p., jun. 2012. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21012?lang=en>>. Acesso em 12 abr. 2014.

¹⁹⁷ GOMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa medieval castellana*. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2865. FERNÁNDEZ GALLARDO, L. Alonso de Cartagena y el Humanismo. *La Corónica*. 37.1, p. 202, 2008.

Jurista, embaixador e defensor da monarquia, Afonso de Cartagena teria reservado o seu tempo livre para a dedicar-se às letras e às traduções que fez de Cícero, Sêneca e Aristóteles.¹⁹⁸ Diante das transformações pelas quais passava o reino castelhano, tendo em vista os conflituosos jogos de poder entre os vários seguimentos da nobreza e a monarquia, bem como frente à necessidade de afirmação dos nobres em razão do enriquecimento de novos grupos, Cartagena – com a composição do seu *Doctrinal de los caballeros*, escrito entre 1444 e 1445 – ajudou a redefinir os ideais cavaleirescos.¹⁹⁹ Nesse doutrinal – dividido em quatro livros, cada qual precedido por um prólogo –, Cartagena enfatizava desde a importância da leitura dos tratados teóricos antigos, das crônicas e das leis, para a formação do cavaleiro, até os galardões dignos daqueles que retornavam das guerras; sem contar os desafios, as exigências, os delitos e os privilégios próprios dos cavaleiros.²⁰⁰ Assim, a analogia entre letrados e cavaleiros, assinalada pelo jurista, exigia de ambos o conhecimento livresco e a qualificação que só se podia obter através do estudo.²⁰¹ Partindo do sentido de ofício pensado por Cícero, o ofício da cavalaria, consoante frisava Cartagena, deveria respaldar-se em um sentido ético, isto é, referia-se às virtudes a serem colocadas em prática pelos cavaleiros: principalmente a prudência²⁰² e a fortaleza. Tais virtudes, conforme indicava o jurista no seu *Doctrinal*, deveriam ser praticadas com a meta de concretizar as duas atividades próprias dos cavaleiros, a saber: “governar a república”, assim como “defendê-la e ampará-la de seus adversários”²⁰³; o que conferia uma dimensão, por vezes, sagrada a este ofício, já que a defesa e o amparo deveriam estar acima da

¹⁹⁸ Cartagena, em embaixada ao reino português, teria também traduzido alguns livros a pedido dos soberanos lusitanos. Se grande parte dos textos de Cícero foi traduzida a pedido do rei lusitano, D. Duarte, que ansiava compreender melhor as virtudes apresentadas por Cícero, aqueles de Sêneca, foram traduzidos a pedido do rei castelhano Juan II, que procurava acrescentar os seus saberes. FERNÁNDEZ GALLARDO, L. Alonso de Cartagena y el Humanismo. *La Corónica*. 37.1, 2008. p. 175 e 185.

¹⁹⁹ Cartagena também discute esse tema ao responder a um problema suscitado pelo marquês de Santillana, Íñigo Lopez de Mendoza, acerca da leitura de *militia* de Bruni. GOMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa medieval castellana*. p.2865.

²⁰⁰ Em diversos momentos Alfonso de Cartagena faz menção às Siete Partidas, ao Fuero Real e ao Ordenamiento de Alcalá, fontes jurídicas escritas, no caso das duas primeiras, sob os auspícios do rei Alfonso X (1252-1284) e no caso da última, em 1348, durante o reinado de Alfonso XI. Sem contar que o bispo de Burgos não ignora o direito civil e canônico, a Ética a Nicômaco, a Política, e as obras de Sêneca, Cícero, Lucano e Valério Máximo. CARTAGENA, A. *Tratados Militares*. Edição, estudo e notas de Noel Fallows. Espanha: Ministério da Defesa, 2006. p.16.

²⁰¹ “E se do estudo das altas ciências, se ocuparam os grandes varões, quanto mais devem se ocupar ao que pertence aos atos de cavalaria, cujo ofício têm”. CARTAGENA, A. *Tratados Militares*. p. 63.

²⁰² A prudência era adquirida sobretudo a partir dos conhecimentos livrescos e dela dependia a execução das demais virtudes” [...] segundo diz Santo Agostinho, entre as virtudes principais a primeira é a prudência, que é assim como a luz que mostra a todas as outras o caminho por onde deverão andar e a esta pertence aconselhar e ensinar o que as outras três [justiça, fortaleza e temperança] deverão fazer, já que o conselho deve vir antes da obra”. GARCÍA DE CASTROJERIZ, J (1344). *Glosa castellana al Regimiento de Principes de Egídio Romano*. Edición, estudio preliminar y notas de Juan Beneyto Pérez. Madri: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2005. p.89.

²⁰³ CARTAGENA, A. *Tratados Militares*. p.63.

própria vida do cavaleiro.²⁰⁴ Em suma, é significativa a vontade de Cartagena de provar que, mesmo em tempos de pouco apreço à honra e à defesa da pátria, como havia alertado Perez de Guzmán, a cavalaria ainda era válida e ganhava sentido justamente pela defesa e amparo oferecidos ao reino. De igual modo, é relevante na composição dessa sua defesa do ofício cavaleiresco a compreensão de que não eram somente o sangue e a linhagem os pré-requisitos daqueles que exerciam esse ofício, dado que, não menos importantes, eram os estudos e os saberes que as letras ofereciam.²⁰⁵

Não se pode ignorar que os diálogos entre Afonso de Cartagena, Iñigo Lopez de Mendoza e Fernán Perez de Guzmán fomentaram a escrita de cartas e tratados sobre vários temas, como, por exemplo, os valores e a origem da cavalaria e, até mesmo, a propósito dos vícios e das virtudes dos homens e das mulheres.²⁰⁶ Ao marquês de Santillana, Cartagena teria escrito uma resposta à questão levantada pelo marquês sobre a leitura de *De militia*, escrito por Leonardo Bruni (1369-1444)²⁰⁷, ocasião que Cartagena encontrou para escrever um outro tratado sobre a cavalaria, bem como sobre o juramento dos cavaleiros. Para tal feito, o jurista teria primeiramente partido de um estudo sobre os sentidos atribuídos ao termo latino *miles* pelas *Etimologias* e pelas *Siete Partidas*²⁰⁸, bem como teria ampliado o entendimento de *miles*, o que fez associando o trabalho dos letrados aos dos cavaleiros, dado que, segundo ele, tanto uns como outros, cavaleiros armados e desarmados, se esforçavam a serviço da coroa, seja através das armas, seja através das palavras e do conhecimento da prática forense.²⁰⁹ Sem contar

²⁰⁴ GALLARDO FERNÁNDEZ, L. Alonso de Cartagena y el debate sobre la caballería en Castilla del Siglo XV. **Espacio, Tiempo y Forma. Série III. Historia Medieval**, t. 26, p.92, 2013.

²⁰⁵ A despeito de, remontando-se a Vegécio, Cartagena considerar que em alguns momentos homens comuns, como lavradores, lenhadores e carpinteiros eram recrutados como cavaleiros, esse bispo de Burgos enfatizava que a qualidade da “vergonha”, imprescindível a todo cavaleiro, só era perceptível no homem de origem nobre. CARTAGENA, A. **Tratados Militares**. p. 76-77.

²⁰⁶ Além desses textos, acredita-se que Alfonso de Cartagena também teria escrito, a pedido da rainha Dona Maria, o *Libro de las mujeres ilustres*, todavia, a existência desse panegírico ainda é incerta. BOYER, A. **Estudio descriptivo del Libro de las virtuosas e claras mugeres de Don Alvaro de Luna: fuentes, género y ubicación**. Berkeley: University California, 1988. p. 6.

²⁰⁷ Afonso de Cartagena nutriu um grande interesse pelos textos de Leonardo Bruni. Escreveu até mesmo uma crítica à tradução do grego para o latim de *Ética a Nicômaco* feita por Bruni, o qual revidou a crítica indiretamente, endereçando-a a Francesco Pizolpasso, bispo de Milão e homem próximo a Cartagena desde os concílios da Basileia, que atuou como intermediário epistolar entre ambos. FERNÁNDEZ GALLARDO, L. El en torno a los “studis humanitatis” en la Castilla del Cuatrocientos, Alonso de Cartagena y los autores antiguos. **En la España Medieval**, n. 22, p. 228, 1999.

²⁰⁸ “Cavalaria foi chamada antigamente a companhia dos nobres homens que foram postos para defender as terras, e por isso lhes puseram o nome em latim de militia, que quer tanto dizer companhia de homens duros e fortes e escolhidos para sofrer males, trabalhando e penando em prol de todos comunalmente [...] mas em Espanha chamam cavalaria não por razão de andarem cavalgando em cavalos, mas porque assim como os que andam a cavalo vão mais honradamente que em outra besta, outrossim os que são escolhidos para cavaleiros são mais honrados que todos os outros defensores.” **LAS SIETE PARTIDAS**, Partida II, Título XXI, lei 1.

²⁰⁹ Conforme destaca Alfonso de Cartagena no seu *Doctrinal* o cavaleiro deveria ser conhecedor das doutrinas militares, das crônicas e das leis. CARTAGENA, A. **Tratados Militares**. Edição, estudo e notas de Noel Fallows. Espanha: Ministério da Defesa, 2006. Prólogo. p. 64.

que, embora reconhecesse a origem romana da cavalaria, Cartagena enfatizava que aquela de seu tempo se sobrepunha à do passado, uma vez que a fé cristã fazia de seus contemporâneos superiores aos antigos. Mais uma vez Cartagena encontrava, pois, oportunidade tanto de aproximar cavaleiros e letrados, como para enfatizar a importância da vivacidade dos valores da cavalaria para grandeza do reino.

A Fernán Pérez de Guzmán, por sua vez, Cartagena escreveu *Duodenarium* para responder a quatro questões: sobre a preferência ou alternância entre imperador e rei, acerca da diversidade das línguas, sobre qual rei teria sido melhor e a propósito de quem merecia melhores elogios, o homem ou a mulher.²¹⁰ No que tange a esse último tema, entre a defesa e o vitupério de um ou de outro, a posição tomada por Cartagena foi a da conciliação, dado que nesse texto buscou apresentar as virtudes de ambos, homens e mulheres, pois queria pôr fim ao que chamou “guerra dos sexos”. Para tanto, Cartagena colocou em diálogo três casais²¹¹ que personificavam as virtudes dos homens e das mulheres, bem como inseriu um tratado sobre a perfeita casada, inspirando-se no perfil das mulheres casadas traçado nos Provérbios de Salomão. Cartagena buscou, pondo em cena tais diálogos, falar sobre o homem e a mulher perfeitos, embora não tenha deixado de considerar a natureza inferior das mulheres a respeito da capacidade intelectual.²¹² Ao partir da concepção de que as virtudes e os vícios das coisas derivavam da natureza delas, esse bispo de Burgos tentava amenizar as diferenças entre homens e mulheres, haja visto que ambos possuíam, segundo ele, virtudes conforme suas naturezas, o que não era passível de ser questionado ou comparado. Dito de outro modo, se às mulheres eram comuns as virtudes da modéstia e da castidade, aos homens eram comuns a fortaleza e a justiça; tendo-se assim garantida a repartição e complementariedade das regras morais entre um senhor justo e valente e sua esposa abnegada. Para além das conclusões a que chegou Cartagena, acerca das questões que lhe foram apresentadas pelos nobres citados, é necessário destacar o quão vigoroso foram os debates sobre esses temas no reino castelhano, ora alimentados pelas indagações próprias de cada nobre, ora alimentados pelas questões que um nobre lançava a outro.

²¹⁰ FERNÁNDEZ GALLARDO, L. **Alonso de Cartagena**. Iglesia, Política y Cultura en la Castilla del siglo XV. 1998. Tese (Doutorado em História Medieval) – Departamento de História Medieval, Universidad Complutense, Madrid, 1998. p. 1363. Disponível em: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/19972000/H/0/H0041305.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

²¹¹ Cartagena escolhe um casal da antiguidade (Catão e Lucrecia), um do antigo testamento e um contemporâneo (Berenguela e Fernando III), ou seja, aqueles que faziam referência às leis: natural, das escrituras e da graça. FERNÁNDEZ GALLARDO, L. **Alonso de Cartagena**, p. 1371.

²¹² Ibid., p. 1360.

Preocupações semelhantes também marcaram os textos de Rodrigo Sanchez de Arévalo (1404-1470).²¹³ Formado em direito civil e canônico pela Universidade de Salamanca, onde teria convivido com Afonso Fernández de Madrigal, Sanchez de Arévalo iniciou o ofício eclesiástico em Burgos, ocasião em que, ao se aproximar de Alfonso de Cartagena, encontrou oportunidade para ser inserido na corte de Juan II. Nessa corte, atuou como secretário e embaixador do rei, por isso pôde intervir em várias missões diplomáticas importantes no tempo desse soberano e no de seu filho, Enrique IV. Dentre as reflexões que registrou por escrito, são notórias aquelas que se encontram na *Suma de la Política* (1454-1455), na qual igualmente concede atenção às instruções que careceriam receber os cavaleiros, quando descreve que aspectos deviam ser levados em consideração para a boa constituição de uma cidade, como: o clima, a disposição das ruas, a proximidade ou o distanciamento do mar, a organização do governo e a educação dos cidadãos.²¹⁴ Sobre essa última questão, Sanchez de Arévalo recorda-nos, na disposição XVII desse seu compêndio, que em seu tempo era muito comum os cavaleiros gastarem “mais em roupa ou em um pequeno anel, que em todas as suas armas”. Denunciava, desse modo, o estado, quase que geral, de degradação dos valores do cavaleiro, nobre que, segundo ele, mais gastava “com guarnições supérfluas, que na principal armadura”, e trazia “penachos muito formosos e de grande valor”, embora portasse “armas de vil preço”. Dessa maneira, em tom de crítica, Sanchez de Arévalo defendia a austeridade de todo cavaleiro diante de qualquer circunstância, fosse à mesa, fosse diante de uma dama, ou mesmo em sua forma de vestir, dado que, acima de qualquer gesto ou ornamento externo, cinco eram as obrigações de todo cavaleiro, a saber: fidelidade e honra a Deus, honra e defesa da Igreja, obediência e reverência ao rei, morte em defesa do rei e da república, além do amparo e defesa das viúvas, dos órfãos e de todas as pessoas miseráveis.²¹⁵ Para cumprir essas obrigações, segundo destaca Sanchez de Arévalo, o cavaleiro não deveria apenas ser forte e corajoso, ou mesmo ter boas armas, necessitava ser sobretudo conhecedor das façanhas de outrora, contadas

²¹³ Dentre os textos escritos por Sánchez de Arévalo podemos citar: *Speculum vitae humanae, Compendiosa Historia Hispánica, De origine ac differentiis principatus imperialis et regalis, Vergel de príncipes, De arte, disciplina et modo alendi et erudiendi filios pueros et juvenis, De pace et bello* e *Suma de la política*. SÁNCHEZ de ARÉVALO, R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velásquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p.13.

²¹⁴ BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, B. **La educación en la España antigua y medieval**. Madri: Ediciones SM, 1992. p. 629.

²¹⁵ O papel da nobreza como defensora do reino é assinalado tanto nas Sete Partidas, como por Ramon Llull no seu Livro da Ordem de Cavalaria. Dentre as tarefas do cavaleiro assinaladas por este último estavam: a defesa das mulheres e dos órfãos, auxiliar na governação do reino, defender a fé católica, contribuir para o respeito a justiça, dentre outros. RUCQUOI, A. **Être noble en Espagne au XIV^e – XVI^e siècles**. Nobilitas. Funktion und Repräsentation des Adels in Alteuropa, herausgegeben von Otto Gerhard Oexle & Werner Paravicini, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1997. p. 273-298.

pelos clássicos e cronistas, bem como carecia ser eloquente ao animar os cavaleiros em combate.²¹⁶ Ou seja, assim como Cartagena havia assinalado, de nada valia ao cavaleiro somente a força ou a posse das armas, se ele não tivesse acesso a certos conhecimentos oferecidos pela leitura e pelos estudos. É certo que esse embaixador castelhano admitia que a nobreza era, assim como as disposições do corpo, uma herança legada pelos pais, todavia, não desconsiderava que a conduta virtuosa, ou mesmo o empenho, acrescentavam a nobreza.

Sanchez de Arévalo considerava a educação tão significativa que, segundo ele, ela “constituía uma sucessão segura e um legado estável, pois, enquanto os momentâneos e fugazes bens da fortuna” eram considerados por ele “inseguros”, a “possessão das artes e da virtude” poderia ser vista como um “bem permanentemente eterno e nosso”.²¹⁷ Por isso, Sanchez de Arévalo teria se empenhado em escrever um tratado, provavelmente em 1453, “sobre a educação dos filhos e das crianças e sobre suas qualidades naturais e seus costumes”. Dedicado a Alonso de Hoces, conselheiro do rei Enrique IV, o registro recebeu o título de *Tratado sobre técnica, método e manera de criar a los hijos, niños y juvenes*, e, nele, o nobre apresentava indicações: de quais mulheres deveriam ser escolhidas para serem esposas e mães; do que deveria ser feito para que os corpos dos filhos fossem vigorosos; de como era preferível que somente a mãe amamentasse o filho; de quando deveria começar a instrução das crianças; de quais qualidades deveriam ter os preceptores delas; e de outros temas que se referiam à formação das crianças e dos jovens. Assim, Sánchez de Arévalo também nos apresenta algumas reflexões sobre as mulheres de seu tempo, vistas por ele como peças importantes tanto no matrimônio – como transmissoras de seus costumes aos filhos – quanto na procriação, dado que deveriam suportar fisicamente a gestação, o parto e a criação. Daí a importância dos pais e sobretudo das mães na criação dos filhos, pois, conforme adverte Sánchez de Arévalo, fazendo menção a Plutarco,

... se alguém deseja ser pai de filhos ilustres, é necessário o seguinte: que não se deixe dominar por mulheres depreciáveis ou abjetas como as meretrizes e as concubinas. Quem nasceu com alguma mancha procedente do pai ou da mãe, a estes, onde quer que vivam, os acompanham certas indeléveis reprovações [...].²¹⁸

²¹⁶ TUDELA VELASCO, P.M. I. La dignidad de la caballería en el horizonte intelectual del siglo XV. **En la España Medieval**. Madri: Editorial de la Unviuersidad Complutense, 1986. p.826.

²¹⁷ SÁNCHEZ DE ARÉVALO, R. *Tratado sobre técnica, método y manera de criar a los hijos, niños y juvenes*. In: **Rodrigo Sanchez de Arévalo**. *Manera de criar a los hijos (1453)*. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p.68.

²¹⁸ SÁNCHEZ DE ARÉVALO, R. *Tratado sobre técnica, método y manera de criar a los hijos, niños y juvenes*, p.30.

Em suma, pautando-se sobretudo nas reflexões que Plutarco²¹⁹ havia realizado sobre o que deveria e como deveria ser aprendido, Sanchez de Arévalo ressalta o papel que a aprendizagem tinha para a composição do perfil dos jovens, para instruí-los segundo seus ofícios, torná-los mais polidos e afastá-los de todo defeito.

Como se pode observar, todos esses tratadistas, apesar de não ignorarem o valor da consanguinidade como elemento veiculador de uma herança de dignidades, virtudes e nobreza, de igual modo frisaram o papel da aprendizagem como elemento catalisador das capacidades do nobre. A despeito do elevado valor concedido por eles às armas e às destrezas corporais, nenhum deles ignorou a importância das letras, pelo contrário, consideraram-nas fontes de acesso a saberes e bens duradouros. Há, assim, entre esses tratadistas, uma insistente necessidade de compreender em que se amparava o valor da nobreza, de que forma ela poderia ser alcançada, como poderia ser mantida, quem ou o que poderia concedê-la.²²⁰ Há, até mesmo, entre eles, uma persistente crítica em relação à ênfase que, a essa época, alguns homens concediam às aparências, em detrimento do que outros julgavam ser os “verdadeiros” valores da nobreza. Sem contar que nenhum deles deixou de refletir, de algum modo, sobre as questões emergenciais de seu tempo, como a dos papéis e dos valores das mulheres.

Juan Rodriguez Del Padrón e Diego de Valera, embora tenham apresentado perspectivas particulares, de igual modo discutiram essas questões. A propósito da origem da nobreza e da virtude, Del Padrón – que, a despeito dos escassos dados sobre a sua vida, conheceu o ambiente cortesão do século XV, conviveu com o cardeal Juan de Cervantes, tomou o hábito franciscano em 1441, percorreu várias partes da Europa e foi iniciador da prosa novelística em Castela²²¹ – realizou um estudo sobre essas questões em um texto, provavelmente escrito em 1440, a saber: *Cadeira de honor*.²²² Conforme apontam alguns estudos, tal texto, a despeito de ter sido conhecido pelos leitores por esse título, foi escrito pelo padronense como prólogo à defesa das

²¹⁹ É importante lembrar que Plutarco foi um dos primeiros a fazer uma aclamação dos atos virtuosos das mulheres, tendo realizado um catálogo intitulado *Mulierum Virtutes*. Para maiores informações sobre esse catálogo ver em: RUIZ MONTERO, C; JIMÉNEZ, A.M. *Mulierum Virtutes de Plutarco: aspectos de estructura y composición de la obra*. *Myrtia*, Espanha, n. 23, p. 101-120, 2008.

²²⁰ Conforme os estudos da medievalista francesa Adeline Rucquoi, os tratados produzidos em Castela no século XV ajudam-nos a compreender o que é ser nobre nesse período. RUCQUI, A. *Être noble en Espagne au XIV^e – XVI^e siècles*. p.2.

²²¹ Embora não tenha tido tanta notoriedade, em sua época, como tiveram Juan de Mena e o Marquês de Santillana. HERNÁNDEZ ALONSO, C. La figura literaria de Juan Rodríguez Del Padrón. In: DEL PADRÓN, J.R. *Obras Completas*. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982. p.21.

²²² Rodriguez Del Padrón escreveu, além de poesias, a *Cadeira de Honor*, o *Triunfo de las donas*, *Siervo de libre amor* e algumas cartas. MALKIEL, M. R. L. Juan Rodríguez Del Padrón: vida y obras. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, México, ano VI, n. 4, p. 321, 1952.

mulheres apresentado no citado *Triunfo de las donas*.²²³ Quer dizer, antes de lançar os argumentos que, segundo Del Padrón, faziam as mulheres, muitas das vezes, superiores aos homens, tinha sido necessário falar sobre a ordem das honras e dignidades dos nobres. O que nos indica o quão entrelaçados estavam os temas da nobreza e da defesa das mulheres a essa altura em Castela.

No que tange à *Cadeira de honor*, Del Padrón tenta primeiramente entender o sentido da nobreza, o que faz recorrendo aos significados que lhe foram atribuídos nas *Etimologias*, nos estudos de Bártolo de Sassoferrato (1313-1357)²²⁴ e no *Regimento de Príncipes*²²⁵, para ressaltar que a nobreza dependia sobretudo do nome, da linhagem, daqueles que tinham “fama louvável”.²²⁶ Nesse sentido, a despeito de considerar que poderiam ser encontrados quatro tipos de nobreza: teológica, moral, política e vulgar; Del Padrón, contrariando as reflexões de Bártolo de Sassoferrato – jurista que abriu espaço, em suas reflexões, para uma nobreza alcançada por meio dos méritos²²⁷ – chegava à conclusão de que “a virtude por si nunca era nobreza”, ainda que “a nobreza algumas vezes fosse uma virtude”. Assim, somente considerava que possuíam a *Cadeira de honor* aqueles verdadeiros nobres, que “defendiam e regiam os povos” usando a justiça e a honestidade, enquanto os homens simples, não obstante fossem virtuosos, não “poderiam ser nobres”, salvo se conseguissem do rei a concessão do benefício da nobreza. Desse modo, para ser considerado nobre, além da autorização do soberano e da dignidade da linhagem, era necessária a posse de “bons costumes” e de “antigas riquezas”.²²⁸ Tal defesa de uma nobreza tradicionalmente ligada ao sangue e a um passado de dignidades e riquezas teria causado incômodo ao nobre donzel Diego de Valera que, conhecedor das reflexões de

²²³ DEL PADRON, J.R. **Obras completas**. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982. p.99.

²²⁴ Segundo esse jurista medieval, a nobreza deveria ser entendida a partir da aproximação entre o conceito de dignitas, próprio da lei justiniana, e o de nobilitas, os quais garantiam a preservação da especificidade da nobreza no corpo social. Daí a exigência de três tipos de nobreza: teológica, natural e política (civil). QUINTANILLA RASO, M. C. La nobleza. In: NIETO SORIA, J. M. (Org.). **Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación (1450-1520)**. Madri: Editorial Dynkinson, 1999. p.67.

²²⁵ O *Regimento de Príncipes* foi mandado fazer por volta de 1285, pelo rei da França, Felipe (O Atrevido), a Egídio Romano, para compor a educação do príncipe Felipe (O Belo), de quem Egídio Romano era preceptor. Amplamente difundido por toda a França, o *Regimento de Príncipes* foi o livro de ensinamentos sobre como conduzir o poder mais divulgado em toda a Europa na Baixa Idade Média. Entre as versões glosadas, é importante mencionar aquela escrita em Castela, no ano de 1344, pelo frei Juan García de Castrojeriz. BENEYTO PÉREZ, J. Estudio Preliminar. In: GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. **Glosa castellana al Regimiento de Principes de Egídio Romado**. Madri: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2005. p. XXVII.

²²⁶ DEL PADRÓN, J.R. *Cadeira de Onor*. In: **Obras Completas**. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982. p.261.

²²⁷ QUINTANILLA RASO, M. C. La nobleza. In: NIETO SORIA, J. M. (Org.). **Orígenes de la monarquía hispánica: propaganda y legitimación (1450-1520)**. Madri: Editorial Dynkinson, 1999. p.68.

²²⁸ DEL PADRÓN, J.R. *Cadeira de Onor*. p. 268-269.

Sassoferrato²²⁹, teria buscado esclarecer, assim, como responder a essas interpretações sobre a nobreza realizadas por Del Padrón.²³⁰

A ênfase dada por Sassoferrato²³¹ à nobreza civil ou política, isto é, ao argumento de que o reconhecimento pelos reis dos méritos de alguns poderia fazê-los nobres, teve algumas repercussões no reino castelhano, visto que dividia aqueles que, por um lado rechaçavam esse argumento, privilegiando a nobreza sustentada no valor do sangue²³²; por outro, defendiam-nos amparados na importância do mérito.²³³ Mais próximo dessa segunda perspectiva, Diego de Valera²³⁴ – pertencente de uma família de judeus conversos e donzel do rei desde os seus doze anos – dedicou o seu *Espejo de verdadera nobleza* (1441) ao soberano Juan II, reconhecendo a figura régia como indispensável para a concessão de qualquer enobrecimento. É certo que Valera²³⁵, respaldando-se nas referências jurídicas de seu tempo, também não ignorava que, além da civil ou política, havia outras duas formas de nobreza, a saber: a teológica, derivada da vontade divina, e a natural, sustentada nas obras e feitos dos homens ao longo dos tempos. Nessa divisão da nobreza em três categorias, em especial a política ou civil representava a valorização da vontade do príncipe, em troca dos serviços prestados por alguns homens – seja através das armas, dos ofícios régios ou dos títulos universitários – de fazê-los nobres. Logo, consoante salientava Valera, tanto os méritos poderiam ser fontes de acesso à nobreza concedida pelo rei, como os deméritos poderiam levar a uma possível perda dessa condição. Mesmo que fosse esperado, entre aqueles que tinham a nobreza por herança adquirida

²²⁹ Foram tomados como referência pelos tratadistas castelhanos para a reflexão sobre a nobreza especialmente dois textos de Bartolo de Sassoferrato: *De nobilitate* et le *De insignis et armis*. RUCQUOI, A. **Être noble en Espagne au XIV^e – XVI^e siècles**. p.6.

²³⁰ A respeito da resposta dada por Valera a Del Padrón, ver: RODRÍGUEZ VELASCO, J. D. **El debate sobre la caballería en el siglo XV**. La tratadística castellana en su marco europeo. Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1996. p.223.

²³¹ Sobre a circulação dos textos de Sassoferrato na Espanha, ver em: GARCIA Y GARCIA, A. **Derecho comun en España**: los juristas y sus obras. Murcia: Universidad de Murcia, Secretariado de publicaciones, 1991. p.99.

²³² Enquanto Ferrán Mexía e Juan Rodríguez Del Padrón sustentavam a nobreza na consanguinidade, Diego de Valera chegou até mesmo a desvincular linhagem de nobreza, ou mesmo a destacar que a nobreza poderia ser perdida se o nobre não agisse de acordo com o que era esperado de sua condição. QUINTANILLA RASO, M. C. La nobleza. In: NIETO SORIA, J. M. (Org). **Orígenes de la monarquía hispánica**: propaganda y legitimación (1450-1520). p.69. HEUSCH, C. Le chevalier Ferrán Mexía et son Nobiliario vero (1492): de l'imaginaire chevaleresque à la logique de l'exclusion. *Atalaya*. Revue d'études médiévales romanes, nov. 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/598?lang=es>>. Acesso em 25 set. 2015.

²³³ QUINTANILLA RASO, M. C. La nobleza. In: NIETO SORIA, J. M. (Org). **Orígenes de la monarquía hispánica**: propaganda y legitimación (1450-1520). p.68.

²³⁴ Valera, de origem conversa, foi filho do médico Alonso Chirino. Compôs o grupo de nobres que se contrapôs a Álvaro de Luna, tendo participado ativamente na decisão sobre a morte do condestável. Depois da morte do rei e de seu valido, Valera se distanciou da política. Durante o reinado de Enrique IV, foi nomeado responsável pela fortaleza de El Puerto de Santa María, onde escreveu vários textos: cartas, tratados, poemas e crônicas. RODRIGUEZ PUÉRTOLAS, J; CAMILLO, O; Díez Borque, J. M. **Mosén Diego de Valera y su tiempo**. Cuenca: gráficas Cuenca, 1996. p.8.

²³⁵ Foi armado cavaleiro pelo rei Juan II às vésperas do ataque à cidade de Huelma em 1435.

consanguineamente, que acrescentassem as virtudes próprias de suas linhagens, a quebra dessa cadeia de virtudes significava, em grande medida, a dissolução da garantia de perpetuidade da nobreza.

Segundo Valera, no *Espejo de verdadera nobleza*, a síntese da vida ativa ou civil, antes restrita às atividades militares e políticas, ampliava-se com os estudos das letras, as quais compunham o esboço de um novo desenho do cavaleiro letrado. Para Valera, pois, a busca pelo conhecimento não deveria ser encarada pelos nobres meramente como um passatempo em tempos de ócio, nem mesmo motivada por uma vã paixão pelo saber, mas sim, deveria ser encarada como um privilégio e/ou obrigação dos homens que dedicavam suas vidas ao regimento do reino.²³⁶ Assim, buscando referência em Sêneca, Cícero e Aristóteles, Valera repetia a máxima de que o “ócio sem letras” era “a morte da alma” e a “sepultura do homem vivo”.²³⁷ Repetia também Valera, como havia feito em suas poesias, a constatação do elevado grau de degeneração a que haviam chegado os nobres cavaleiros em seu tempo, tendo em vista a ânsia que, por vezes, eles apresentavam não só por possuir riquezas, mesmo que indignamente, mas também por exibi-las.²³⁸ Como, anos mais tarde, faria Sanchez de Arévalo, Diego de Valera alertava que muitos cavaleiros deixavam seus ofícios de defesa e o amparo ao reino para exercerem atividades mais lucrativas, ou mesmo preferiam gastar com ricas joias e ornamentos, ao invés de reservar seus recursos para os armamentos e cavalgadura.²³⁹ Quer dizer, mais uma vez, as palavras escritas por um nobre enfatizavam tanto a junção das armas e letras na composição do perfil da nobreza, como o quão distantes eram as atitudes e os gestos de alguns nobres coevos, em relação ao que, desde as *Siete Partidas*, afirmava-se ser uma das principais tarefas da nobreza, a saber: a defesa do reino.²⁴⁰

Como podemos notar, não obstante fossem tentativas de elaborar uma definição de nobreza, pautadas sobretudo sobre argumentos jurídicos, esses tratados constituíram parte das formas pelas quais a nobreza buscou traçar sua legitimação ao longo do século XV.²⁴¹ Se,

²³⁶ RODRÍGUEZ VELASCO, J. D. *El debate sobre la caballería en el siglo XV*. La tratadística castellana en su marco europeo. Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1996. p.356-357.

²³⁷ Ibid., p.62.

²³⁸ TUDELA VELASCO, P.M. I. La dignidad de la caballería en el horizonte intelectual del siglo XV. *En la España Medieval*. Madri: Editorial de la Unviersidad Complutense, 1986. p.820.

²³⁹ RUCQUOI, A. *Être noble en Espagne au XIVè – XVIè siècles*. p.7.

²⁴⁰ Sobre como a leitura das Siete Partidas alimentou os debates políticos em Castela no século XV, ver em: NIETO SORIA, J. M. *La Segunda Partida en los debates políticos de la Castilla del siglo XV*. E-Spania. In: La Deuxième partie d'Alphonse X le Sage, s/p., jun. 2008. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/9993?lang=pt>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

²⁴¹ Outra forma ganhou corpo com a elaboração dos livros de linhagem. No século XV, diante das disputas entre os grupos nobiliárquicos e das novas estruturas de clientela e parentesco, houve um reforço da memória escrita com a produção dos nobiliários. Nesses livros, a antiguidade da linhagem e um conjunto de valores herdados dos

durante muitos séculos, as constantes peijas contra os mouros, bem como a persistente necessidade de defesa e expansão do território do reino, haviam contribuído para a emergência, assim como para a justificativa da preeminência de grupos sociais ligados à atividade guerreira, o surgimento de novos grupos sociais, já no século XIV – advindos das universidades e versados em direito, ou que haviam ganhado prestígio prestando serviços ao rei – concomitantemente ao desaparecimento de parte dessa antiga aristocracia dizimada pelas guerras e pela peste, teria exigido novas formas de legitimidade.²⁴² Logo, como é notável nos tratados anteriormente mencionados, paulatinamente começava a fazer parte da configuração social castelhana a equivalência entre cavaleiros, homens doutos, oficiais régios e nobres.²⁴³ Homens cujas aptidões iam além da destreza com as armas, visto que afora deverem se mostrar aptos a conduzir suas espadas e lanças, igualmente deveriam ser versados nas letras e preparados para executar os ofícios relacionados a elas, ou mesmo eram-lhe exigidas determinadas posturas ligadas aos modos, à fala, à vestimenta e à conduta em relação às mulheres, para que fizessem parte dos círculos de poder então em disputa pelo reino.²⁴⁴

Entre as qualidades do virtuoso cavaleiro, indicadas pelos tratadistas anteriormente mencionados, a defesa das mulheres, bem como de todos aqueles do reino que como elas eram considerados mais fracos, ao menos fisicamente, já compunha, pode-se dizer, o perfil desejado dos nobres cavaleiros. Com elas, as novas práticas de sociabilidade cortesã ajudaram a fortalecer a necessidade de o nobre não só ter bons modos em relação a elas, como também a incumbência de defendê-las. Desse modo, tanto por intermédio das armas como das letras, a defesa das mulheres se colocava como uma das tarefas a ser desempenhada pelo nobre cavaleiro e cortesão. Pensando nisso, cabe agora analisarmos e compararmos de que maneira e, em que medida, certos nobres, como os mencionados Juan Rodriguez Del Padrón, Diego de Valera e

antepassados foram elementos importantes elencados por seus autores. HEUSCH, C. **La pluma al servicio del linaje**. El desarrollo de los nobiliarios en la Castilla trastámara. E-Spania. In: *Légitimation et lignage en péninsule Ibérique au Moyen Âge*, s/p., mai. 2011. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/20313>>. Acesso em 28 jan. 2016.

²⁴² A justificação da nobreza e dos privilégios repousavam geralmente sobre os serviços prestados ao rei e não somente nas habilidades com as armas. RUCQUOI, A. *Caballeros et hidalgos: la noblesse et la ville en Castille*. In: DUTOR, T. (Dir.). **Les nobles et la ville dans l'espace francophone (XIIe- XVIe siècles)**. Paris: PUPS, 2010. p.311.

²⁴³ RUCQUOI, A. **Être noble en Espagne au XIV^e – XVI^e siècles**. p.10.

²⁴⁴ Segundo os estudos de Rodríguez Velasco, a luta entre armas e letras, tão candente no século XV castelhano, pode ser interpretada como uma disputa entre letrados e nobres, sendo que, esses últimos, por sua vez, enveredavam-se pelos caminhos das letras para continuarem a integrar os jogos de poder no reino. Nesse percurso, a busca por referências da cavalaria romana, pautadas na conciliação entre atividades militares e públicas, entre virtude e nobreza, e a composição de um saber superior, que justificasse o status dos nobres, teriam sido característicos do debate sobre cavalaria e nobreza. **El debate sobre la caballería en el siglo XV**. La tratadística castellana en su marco europeo. Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1996. p. 380-381.

Álvaro de Luna, dedicaram especial atenção à defesa das mulheres. Cabe sobretudo indagarmos as relações entre essas formas de arrazoado em favor dessas, realizados por esses nobres sob os auspícios do rei Juan II e principalmente da rainha Dona Maria, a quem esses textos foram dedicados.

1.5- *Da defesa das damas*

Mais do que preservar a memória e defender uma imagem virtuosa das mulheres, como vimos, foi comum na escrita dos seus defensores, a retomada, bem como a refutação dos argumentos dos detratores. Autoridades do passado como Joviano, Ovídio, Aristóteles e outras mais recentes, como Boccaccio, Pere de Torrella e Alfonso Martínez de Toledo, foram retomadas pelos defensores para que fossem elaboradas as respostas contra aquilo que eles julgavam ser fruto da falta de conhecimento, ou mesmo da má fé dos detratores das mulheres.²⁴⁵ Na lírica, como vimos, os prejuízos causados à imagem delas nos versos do poeta catalão Pere de Torrella tinham levado, por volta de 1458, vários poetas castelhanos a criticar os dizeres do catalão e a compor respostas em defesa delas; na prosa, na primeira metade do século XV, os tratadistas diziam responder principalmente aos ditos por Boccaccio em *Corbaccio* (1355), ou mesmo aos vitupérios contra elas escritos por Alfonso Martínez de Toledo no *Corbacho* (1438).²⁴⁶

Juan Rodriguez Del Padrón logo no início do seu *Triunfo de las donas* (1440), dando voz a uma ninfa chamada Cardiana, que lhe aparecera em um sonho, enfatizava que os ofensores do “valor das donas” buscavam referências sobretudo no “Corbacho”, o qual, segundo as palavras da ninfa, não se fundamentava nem na “autoridade divina”, nem na “humana”, mas sim na “ficção”. Conforme contava a ninfa a Del Padrón, o autor dessa composição ofensiva às mulheres, por “ter dito mais do que convinha” e “por ter fingido novelas torpes e desonestas”,

²⁴⁵ Diego de Valera afirma que, contra o que diziam os maledicentes “cegados pela ignorância ou pela louca malícia”, muitos haviam sido os exemplos de donas virtuosas dados pelos escritores antigos e pelas Sagradas Escrituras. **En defensa de virtuosas mujeres**. Edição para a biblioteca Saavedra Fajardo de Rafael Herrera Guillén, 2005. p.26.

²⁴⁶ Na edição desse texto realizada em Sevilha, no ano de 1498, foi adicionada uma demanda na qual Alfonso Martínez de Toledo teria se retratado dos prejuízos causados à fama e imagem das mulheres, no entanto, em virtude das diferenças semânticas e de vocabulário que marcam o texto do Corbacho e essa demanda, além da distância temporal entre eles, alguns autores não acreditam que Martínez de Toledo tenha composto essa retratação. Para maiores informações, ver em: GOROG, R. La atribución de la “Demanda” al Arcipreste de Talavera. **Cahiers de Linguistique hispanique médiévale**, n. 7-1, p. 73-81, 1982.

havia “perdido a sua fama”, tal como tinha acontecido com o “corvo” da história contada por Ovídio.²⁴⁷ Ora, não podemos nos esquecer de que o corvo, segundo as narrativas arcádicas e conforme narra Ovídio em *Metamorfoses*, foi um animal castigado pelo deus Apolo, por delatar o adultério de Corônís de Larissa, filha de Flégias, rei da Tessália, e amada por Apolo. Assim, antes branco, o corvo recebeu o castigo de levar penas negras e grasnar por ter motivado Apolo a matar Corônís, mesmo tendo ela no ventre um filho desse deus.²⁴⁸ Em outras palavras, remetendo-se a esse conto arcádico no qual os corvos, castigados por Apolo, haviam sido condenados a viver afastados das aves de alva cor, obrigados a conviver com a negritude de suas penas e a crocitar por serem falsos, maus conselheiros e portadores de enganosas palavras, Del Padrón compunha sua metáfora. O padronense interpretava o seu presente a partir da atualização de um conto antigo, ou seja, aproximava dos corvos os detratores das mulheres, porque estes também precisavam ser alijados da corte, dado que não só falseavam as informações sobre elas, como eram maus conselheiros dos reis. Quer dizer, mais do que aproximar graficamente as palavras corvo e Corbacho, Del Padrón aproximava o significado de ambas, assim como definia o perfil daqueles que não eram dignos de compor a corte, a saber: todos aqueles que vilipendiavam as mulheres.

Não muito diferente, Diego de Valera dizia responder às ofensas lançadas contra as mulheres tanto por Ovídio como por Boccaccio. O primeiro, conforme destacou Valera, havia sido “contraditório” em relação às mulheres – ora exaltando as castas, como fez em *Metamorfoses*, ora as infames e “luxuriosas” em outro texto intitulado as *Artes de Amar* – e, por essa sua inconstância e ambiguidade, não poderia ser levado em consideração. O segundo não mereceu mais crédito do donzel de D. Juan II, haja visto que lhe parecia uma “torpidade” que este escritor tivesse ao mesmo tempo elaborado *De Mulieribus claris*, “no qual descreveu com grande louvor a vida de muitas castas e virgens” e *Corbaccio*, no qual escreveu “coisas muito feias sobre todas as mulheres”.²⁴⁹ Por esses e outros motivos, desenvolvidos em seu tratado *En defensa de virtuosas mujeres* (1445), ele recomendava que esses e todos aqueles que vituperavam as senhoras do passado e do presente fossem reprovados.

O poeta Juan de Mena, no proêmio que escreveu ao *Libro de las claras e virtuosas mugeres* (1446)²⁵⁰, elaborado por Álvaro de Luna, enfatizava tanto o trabalho do condestável

²⁴⁷ DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*. p.216.

²⁴⁸ CARVALHO, R. N. B. *Metamorfoses em tradução*. Trabalho de pós-graduação - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Letras clássicas, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 79. verso 535.

²⁴⁹ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres*. p. 35-37.

²⁵⁰ Esse proêmio escrito por Juan de Mena ao texto de Luna só pode ser encontrado no manuscrito de Madri, já que no manuscrito de Salamanca não consta o proêmio. LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mugeres*. p.12.

nesse livro para que “os maldizentes fossem contraditos e as mulheres louvadas”, quanto a importância desses escritos de Luna para que fosse “freado o maldizer dos homens” e composta uma “fama gloriosa” e “duradoura”²⁵¹ das mulheres. Diferentemente dos outros tratadistas acima mencionados, que dialogaram diretamente com alguns nomes próprios considerados responsáveis pelos principais vitupérios dirigidos às mulheres, ou mesmo que acrescentaram a fama de Boccaccio como maldizente delas, Luna não nomeou os responsáveis pelos aviltos, pois dizia responder genericamente àqueles “que sinistras coisas disseram sobre elas”. Contrariando esses outros tratadistas que partiram de Boccaccio como detrator, Luna cita-o como um dos principais responsáveis por compor “uma memória das virtuosas mulheres e de seus claros feitos”, ou seja, toma como referência não o *Corbaccio*, mas sim o *De Mulieribus claris*.²⁵² Tal persistência de referências a Boccaccio no espaço ibérico, seja como autoridade na reafirmação dos seus vícios, seja como responsável por um compêndio das suas virtudes, demanda, pois, dada a força dos seus modelos positivo e negativo, que tentemos buscar, antes de analisarmos a quem os tratados castelhanos foram dedicados, bem como de que maneira e em que medida esses tratadistas compuseram as suas defesas das mulheres – uma certa lógica dos caminhos percorridos pelo *De Mulieribus claris* e pelo *Corbaccio*.

Considerado autoridade pelos nobres castelhanos, ao lado de Lucano, Petrarca e Virgílio, Boccaccio encontra-se entre os autores que mais foram traduzidos e cujos textos circularam no espaço da península ibérica.²⁵³ Provavelmente escrito por ele em 1361, *De Mulieribus claris* circulou em versões manuscritas e foi traduzido e impresso em Zaragoza em 1494, o que indica a popularidade que o texto já tinha no espaço peninsular ibérico, uma vez que, além dele, outro, *De casibus virorum illustrium*, já havia sido traduzido por Pero Lopez de Ayala e Alfonso de Cartagena.²⁵⁴ Já *Corbaccio*, escrito em 1355, encontrou espaço na corte castelhana a partir da tradução realizada pelo catalão Narcís Franch e pelo texto homônimo, escrito em 1438, pelo capelão do rei Juan II, Alfonso Martínez de Toledo. Ou seja, além de estes textos de Boccaccio terem encontrado difusão no espaço castelhano, eles fomentaram outros semelhantes – ao menos no que diz respeito ao título e à temática das mulheres –, como o *Libro de las claras e virtuosas mugeres*, escrito por Álvaro de Luna, e o já citado *Corbacho*,

²⁵¹ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres**. p.17-18.

²⁵² Ibid., p.20.

²⁵³ A difusão do “humanismo” italiano na península ibérica ocorreu sobretudo por meio das traduções. Cf. RECIO, R. Boccaccio y la difusión del humanismo italiano en Castilla: la traducción llamada Laberinto del Amor. **Cuadernos de Filología Italiana**, n. extraordinário, p. 275-294, 2001.

²⁵⁴ DIAZ CORRALEJO, V. La traducción castellana del *De Mulieribus claris*. **Cuadernos de Filología Italiana**, Espanha, n. extraordinário, p. 241, 2001.

elaborado por Alfonso Martínez de Toledo.²⁵⁵ Não podemos nos esquecer de que os textos de Boccaccio estiveram presentes nas bibliotecas da aristocracia castelhana, sobretudo naquela pertencente ao já citado marquês de Santillana, Iñigo López de Mendoza, que reunia versões em italiano de *Fiammetta*, *Filostrato*, *Corbaccio*, *Vita di Dante*, *Teseida* e *Filocolo*, bem como traduções para o castelhano do *Ninfal d'Ameto*, *Genealogía de los Dioses* e *De los montes, ríos y selvas*.²⁵⁶ Sem contar que o *Decamerón* estava incluído entre os livros tanto da rainha Isabel (a católica), como entre aqueles que compunham a biblioteca do conde de Benavente, Rodrigo Pimentel; e da irmã do marquês de Santillana, Aldonza de Mendoza, temos notícias de que *De Mulieribus claris* encontrava-se entre os seus livros.²⁵⁷

No caso das duas composições boccaccianas sobre as mulheres, *De Mulieribus claris* e *Corbaccio*, a primeira tratou-se de um compêndio de uma série de 106 mulheres ilustres que haviam se destacado desde Eva, passando por figuras célebres da antiguidade, “das gentis gregas, latinas e bárbaras”, até algumas mais contemporâneas, como Constança (1154-1198), rainha da Sicília. Conforme consta no proêmio do autor a essa sua obra, ela foi dirigida a Andrea Accioli, condessa de Altavilla. Mulher a quem o autor considerava, a despeito da “natureza fraca e feminina”, uma “ilustre senhora” e que, por suas “façanhas”, era uma espécie de “padrão, um espelho e clara imagem da antiguidade”. Como enfatizava Boccaccio, o nome Andrea derivava do “grego andros”, que “os latinos chamaram homem”, assim, Andrea significava “varonilidade e virtude mais varonil que de dama”, o que não só a igualava às “melhores mulheres antigas”, como a sobrelevava.²⁵⁸ Assim, sem desconsiderar a natureza por vezes inferior da mulher em relação ao homem, ou até mesmo a grande dignidade sobretudo das mulheres antigas que praticavam as virtudes consideradas predominantemente varonis, Boccaccio compunha um repertório de vidas das mulheres dignas de serem memoradas, como, guardadas as suas especificidades, haviam preparado alguns homens antigos, a saber: Plutarco

²⁵⁵ Álvaro de Luna destaca no proêmio ao seu tratado que “salvo Juan Boccaccio” a “memória das virtuosas mulheres e de seus claros feitos” foram quase sempre calados. LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres**. p.20. Como ressalta Alfonso Martínez de Toledo na segunda parte do seu tratado, no capítulo III – De como as mulheres amam o direito e o errado pela grande cobiça que têm, “E ainda disso falou Juan Boccaccio dos golpes das mulheres e de seus defeitos e como elas os encobrem- ainda que não tão largamente; e muitos outros têm escrito e escreveram, eu não digno de ser entre eles nomeado. Pois não se maravilhem de mim se algo em prática escrevi, pois Juan Boccaccio disse muito sobre isso, e outros, também disso escreveram”. MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. **Corbacho o Reprobación del amor mundano**. Cap. III.

²⁵⁶ ALVAR, C. Boccaccio en Castilla: entre recepción y traducción. **Cuadernos de Filología Italiana**, n. extraordinário, p. 333, 2001.

²⁵⁷ BECEIRO PITA, I. **Libros, lectores y bibliotecas en la España Medieval**. Murcia: Nausícaa, 2007. p.297.

²⁵⁸ BOCCACCIO, J. **De las mujeres illustres en Romance**. Edição preparada por José Luis Canet, 1997. p.8-9. Disponível em: <<http://parnaseo.uv.es/lemir/Textos/Mujeres/Index.html>>. Acesso em 27 mai. 2014.

e Homero.²⁵⁹ Coleção de vidas que, segundo ele, era importante por que faria com que os homens se sentissem motivados a serem melhores que as mulheres e permitiria às donas virtuosas a confirmação de “grandes exemplos” e de suas “virtudes”.²⁶⁰ Já no Corbaccio, escrito cerca de seis anos antes desse em que o mote foi a glorificação das mulheres, Boccaccio apresenta uma postura diferente em relação a elas. Neste texto, Boccaccio conta a história de um homem que, possivelmente desiludido após as negativas amorosas de uma dama viúva, recebe em sonho a visita do marido de sua amada, que lhe alerta sobre os defeitos físicos e morais de sua esposa e das demais mulheres. Descritas como seres imperfeitos, incapazes e não merecedores do amor dos homens, as mulheres são abominadas por Boccaccio, que retoma, nesse texto, a tradição aristotélica da mulher como um ser incompleto e impossibilitado de controlar seus desejos e vontades mais simples. Por isso, o autor termina o livro enfatizando o esforço que os homens deveriam empreender para não “cair nas mãos ímpias das mulheres”.²⁶¹

A propósito dessa postura de Boccaccio diante das mulheres, que foi denominada por Diego de Valera de contraditória e torpe, é importante salientar que, ao longo do medievo, muitos foram os exemplos da convivência entre defesa e vilipêndio das mulheres em um mesmo texto, ou nas obras de um mesmo escritor; dicotomia que fez parte dos possíveis dos homens medievais sobre suas mulheres durante muito tempo.²⁶² A ambiguidade no que se focalizava, ora virtudes e capacidades, ora vícios e incapacidades das mulheres, não era, pois, uma novidade, já que a dualidade paulínia, presente nas passagens das epístolas aos Gálatas²⁶³ e aos Coríntios²⁶⁴, que, por vezes, fazia da mulher semelhante ao homem e, por outras, inferior a ele, igualmente esteve presente no medievo nas interpretações sobre a criação divina do homem e da mulher.²⁶⁵ A igualdade entre o homem e a mulher, bem como a inferioridade dela perante o varão, foram temas retomados por grandes pensadores medievais, como Santo Agostinho, para quem a mulher, a despeito de ter recebido, assim como o homem, a graça divina, deveria obedecer ao varão, pois havia sido criada fisicamente para submeter-se e resignar-se a ele.²⁶⁶

²⁵⁹ BOYER, A. *Estudio descriptivo del “Libro de las virtuosas e claras mugeres” de Don Álvaro de Luna, fuentes, género y ubicación en el debate.*, p. 65.

²⁶⁰ BOCCACCIO, J. *De las mujeres illustres en Romance.*, p. 252.

²⁶¹ BOCCACCIO, G. *Il Corbaccio*. Edição preparada por P.G Ricci. Torino: Editora Einaudi, 1977. p.86.

²⁶² Um exemplo dessa “ambiguidade” podemos encontrar no *Tratado do amor cortês* escrito por André, o Capelão, em 1180. Esse clérigo parisiense, oscilou destacando a natureza, as formas, os modos de manutenção e os deleites do amor e da amada, temas abordados nos dois primeiros livros que compõem o seu *Tratado*, e salientar os perigos relacionados às mulheres, as quais, no terceiro livro desse mesmo tratado, recebem os epítetos de invejosas, maledicentes, inconstantes, soberbas, dentre outros.

²⁶³ *Bíblia Sagrada de Jerusalém*. Gálatas, 3, p. 28.

²⁶⁴ Ibid. Coríntios, 11, p. 7-9.

²⁶⁵ Cf. SARANYANA, J. I. *La discusión medieval sobre la condición femenina*. (siglos VIII al XIII). Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1997.

²⁶⁶ AGOSTINHO. S. *Confissões*. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2000. p. 13-32.

Foi retomada também por Isidoro de Sevilha, que, de modo parecido, não deixou de frisar que a palavra Eva significava ao mesmo tempo vida e calamidade. Isto é, ao remeter esta palavra à primeira mulher criada por Deus, Isidoro acreditava ligar-se a ela o sentido de vida, todavia, por ter sido esta mulher aquela que, ao prevaricar, foi causa do pecado, acreditava esse religioso que ela igualmente trazia consigo a desordem da queda e a morte do estado paradisíaco.²⁶⁷ Além dessa ambiguidade indicada por esses grandes pensadores medievais, que tiveram seus textos e noções vistos como autoridades entre aqueles de seu tempo, é importante destacar que, já no século XI, o hino *Salve Regina*, ao chamar Maria de “filha de Eva”, aproximava a redentora da pecadora e fazia todo cristão, em momento de oração, lembrar-se de que as mesmas três letras do nome daquela tantas vezes tomada como símbolo da perdição da humanidade, Eva, invertidas, compunham Ave e remetiam àquela que, por meio de suas virtudes, possibilitou a remissão dos pecados das que lhe sucederam.²⁶⁸

Feito esse parêntese para mostrar como nem sempre a defesa e o vilipêndio delas foram posturas excludentes, todavia, devemos lembrar que, desde o século XII, o poder enobrecedor do amor e a superioridade da dama haviam ganhado espaço entre os temas discutidos e vivenciados por laicos e religiosos nas diversas cortes da Europa medieval, sobretudo e primeiramente na Provença e, alguns séculos depois, na península itálica e em outros recantos. No caso de Castela, como foi adiantado, tais temas relacionados à exaltação da mulher amada igualmente alimentaram a poesia e a prosa, bem como fizeram parte das preocupações dos cortesãos no século XV.²⁶⁹ O gosto pelas leituras e traduções²⁷⁰ de textos que versavam sobre

²⁶⁷ RUCQUOI, A. La mujer medieval. *Cuadernos de Historia* 16, n. 262, p. 6, jan. 1991.

²⁶⁸ Cf. FRANCO JÚNIOR, H. *Os três dedos de Adão*. Ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 315.

²⁶⁹ A propósito do “Renascimento espanhol” existem divergências entre os historiadores se seria possível percebê-lo já no século XV. Entre os hispanistas franceses como T. J Boudet, conde de Puymaigre (La cour littéraire de Don Juan II roi de Castille), a corte de Juan II representou a transição do medievo para o renascimento. Contudo, para alguns hispanistas ingleses como Nicholas Round (Renaissance Culture and its Opponents in Fifteenth Century Castile) e E. Russel (Las armas contra las letras: para una definición del humanismo español del siglo XV), bem como para alguns historiadores espanhóis, como Francisco Rico (Nebrija frente a los Bárbaros), no século XV e até a primeira metade do século XVI, ainda não se pode perceber características renascentistas tais como: considerar as letras tanto como as armas e o esforço em escrever com o latim correto. Frente a esses últimos, González Rolán defende que a correspondência epistolar com os humanistas italianos, os contatos pessoais entre os espanhóis e os humanistas italianos, bem como a importação e tradução de livros italianos foi muito comum já no século XV e envolveu figuras importantes, como o rei Juan II, Alfonso de Cartagena e Fernando Díaz de Toledo. GONZÁLEZ ROLÁN, T. Los comienzos del Humanismo Renascentista en España. *Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca*, Espanha, n. 9, p. 23-28, 2003.

²⁷⁰ Esse interesse foi apresentado por nobres como: Afonso de Cartagena, Iñigo López de Mendoza, Juan Rodríguez Del Padrón, Juan de Mena, Enrique de Villena, Rodrigo Sanchez de Arévalo, Alonso de Palencia. KAHOUT, K. *El humanismo castellano del siglo XV*. Replanteamiento de la problemática. AIH. Actas VII (1980). p. 640. Sem contar que alguns castelhanos, como Afonso de Cartagena, instigaram colegas italianos a dedicar edições de textos da antiguidade a Juan II, como foi o caso da *Iliada* de Pier Candido Decembrio. SUAREZ-SOMONTE, P; GONZALEZ ROLAN, T. Sobre La presencia en España de la versión latina de la *Iliada* de Pier

temas ou personagens da antiguidade, tão comum nas terras italianas, já podia ser percebido entre os nobres e reis castelhanos do Quatrocentos²⁷¹, assim como crescia, ainda que restritamente entre eles, o interesse pelos *studia humanitatis*²⁷², isto é, pela retórica, poética, gramática e história.²⁷³ Considerando que havia entre os cortesãos a necessidade de discutir sobre as maneiras corretas de se vestir, falar e portar-se, bem como sobre quais deveriam ser os modos em relação às mulheres, não surpreende o interesse que os castelhanos tiveram a respeito dessas obras de Boccaccio. Quer dizer, não é estranho que, tendo em vista os contatos que já eram estabelecidos entre a Península Ibérica e a Itália, principalmente através da Catalunha²⁷⁴, o diálogo com os textos boccaccianos tenha sido recorrente entre aqueles que se debruçaram sobre o tema das mulheres em Castela, seja para conceder a elas uma memória e uma imagem virtuosas, seja para destacar seus vícios e defeitos. No entanto, em virtude das transformações que agitavam o reino castelhano à época de Juan II, conforme já dissemos, a defesa delas, além de compor as exigências do perfil do cavaleiro e cortesão, também resultava de uma encomenda régia aconselhável aos homens letrados do reino, postulantes a permanecer ou integrar a corte.

Todos os tratados em defesa das mulheres escritos em Castela do Quatrocentos, como já referido abreviadamente, foram dedicados, salvo o de Luna – no qual não há menção à rainha –, a Dona Maria (1403-1445), filha de Fernando de Antequera e Leonor de Albuquerque. Princesa aragonesa que havia se casado com Juan II, seu primo, como parte das táticas de seu

Candido Decembrio. Edición de la Vita Homeri y de su traducción castellana. Cuadernos de Filología Clásica: Universidade Complutense de Madrid, v. XXI, p. 321-344, 1988.

²⁷¹ Tal interesse foi comum dentre os reis de Trastâmara, notadamente em Juan II, Enrique IV e Isabel. GONZÁLEZ ROLÁN, T. **Los comienzos del Humanismo Renascentista en España**. p. 28.

²⁷² Afonso de Cartagena fez uso desse termo no Duodenarium ao explicar no que se sustentava seus saberes como homem letrado. Para Cartagena *studia humanitatis* tinha relação com a ampliação dos conhecimentos aos campos ainda não explorados, sem qualquer contradição com a escolástica. FERNÁNDEZ GALLARDO, L. El en torno a los “studis humanitatis” en la Castilla del Cuatrocientos, Alonso de Cartagena y los autores antiguos. **En la España Medieval**, n. 22, p. 245-246, 1999.

²⁷³ Segundo defende Monsalvo Antón, o interesse pelo *studia humanitatis*, pelas traduções dos textos antigos e pela filologia, em suma, pelos temas discutidos nas porções italianas, também foi alvo do interesse dos nobres castelhanos, já no século XV. A hipótese que o autor defende é a de que houve na época de Juan II um ativo e comprometido projeto cultural régio de apoio à recepção do humanismo. No entanto, tais temas teriam sido apropriados segundo as necessidades da monarquia castelhana, o que teria impossibilitado a aceitação de alguns pressupostos do humanismo italiano, tanto no que diz respeito às ideias políticas (defesa da república), como da visão da história (retomada do modelo ideal de Roma) e das conquistas filológicas (apreço pelo latim). Esse distanciamento do modelo italiano, dado que, em terras castelhanas privilegiou-se a defesa da monarquia, o passado visigodo e a língua castelhana, não diriam respeito, como defende esse historiador, a um atraso intelectual dos castelhanos, mas sim à incompatibilidade do projeto cultural de Juan II e o italiano. MONSALVO ANTÓN, J. M. Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos. **Miscelánea Alfonso IX**, Salamanca, 2010. p.213-246.

²⁷⁴ Em terras catalãs a apropriação do humanismo italiano pode ser percebida um pouco antes que em Castela, dado que já podia ser notada em alguns autores como: Bernat Metge no seu *Lo Somni* (1399), que havia buscado inspiração em Petrarca. Na corte aragonesa de Alfonso, o Magnânimo, a admiração por Roma e pelas glórias catalãs pelo mediterrâneo podiam ser apreciadas nas obras de Joan Margarit em finais do século XV. MONSALVO ANTÓN, J. M. **La Baja Edad Media en los siglos XIV-XV**. Política y Cultura. Madri: Editorial Síntesis, 2005. p.228.

pai para estabelecer seus descendentes em posições de poder no reino castelhano, Dona Maria ocupou uma posição estratégica na política do reino.²⁷⁵ Dividida entre seus irmãos, os infantes de Aragão, que em diversos momentos entraram em conflito com seu marido, Juan II, – chegando um deles, Enrique, a mantê-lo cativo em Tordesilhas²⁷⁶ (1420) e outros, Alfonso (o Magnânimo, rei de Aragão) e Juan, rei de Navarra, a ameaçarem invadir o reino para derrotar Álvaro de Luna e depor Juan II –, a posição e o lugar ocupados por D. Maria não podem ser entendidos senão em relação a esses conflitos.²⁷⁷ Segundo os cronistas²⁷⁸, D. Maria foi peça fundamental da política de seus irmãos aragoneses no reino castelhano, visto que, muitas vezes, atuou mais em favor de sua linhagem aragonesa, do que como rainha castelhana e, portanto, cumpridora das obrigações que os seus vínculos matrimoniais exigiam-lhe. Obscurecida nos relatos cronísticos quando da predominância do poder do condestável Álvaro de Luna, a rainha é mencionada em outros momentos sempre associada aos interesses de seus irmãos, colocando-se como intermediadora entre esses e seu marido, ou mesmo, tentando fazer de seu filho (o infante Enrique) porta voz de suas vontades e dos aragoneses junto do rei.²⁷⁹ Se em alguns momentos os cronistas a pintaram como uma esposa resignada, que acompanhava o seu marido quando solicitada por ele, em outros, como no episódio de 1437, em que a rainha, “contra a sua vontade”²⁸⁰, cede aos pedidos do rei e concede a fortaleza de Montalbán (herança que havia recebido de sua mãe, Leonor de Albuquerque) a Álvaro de Luna, é enfatizada a sua indisposição com o rei e o condestável, bem como sua aproximação aos seus irmãos aragoneses para a queda do condestável.²⁸¹ Assim, de rainha abdicada, pouco a pouco, sua imagem é convertida pelos cronistas a estratégica para os aragoneses e a ameaçadora para a manutenção dos poderes do rei e do seu condestável. Aspecto que ganha maior nitidez no relato de morte da rainha, momento em que o cronista sugere o pouco pesar demonstrado pelo rei, que “teve aquele sentimento que

²⁷⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. **Nobleza y monarquía**. Entendimiento y rivalidade. El processo de la construcción de la corona española. Madri: La esfera de los Libros, 2003. p. 166.

²⁷⁶ Com esse episódio Enrique de Aragão conseguiu casar-se com a irmã de Juan II, dona Catalina e confirmar o casamento de Dona Maria com Juan II.

²⁷⁷ Segundo conta-nos o cronista, uma das reclamações do rei de Navarra em 1429 era que “certas coisas que se haviam ordenado a respeito da casa da rainha, sua irmã”. **Crónica del serenísimo príncipe Don Juan**. t. II, p. 452. É importante lembrar também, que a rainha endereçou uma carta, redatada por Fernando de Lugones, criado de Juan de Navarra, ao condestável Álvaro de Luna na qual declarou os danos que a ação do condestável trazia ao reino, bem como deixou claro o seu posicionamento favorável aos seus irmãos e ao bando aragonês. CALDERÓN ORTEGA, J. M. **Álvaro De Luna (1419-1453)**. Madri: Colección Diplomática, 1999. p. 281-282.

²⁷⁸ Referimo-nos à crônica de Juan II e à crônica del Halconero de Juan II, escrita por Pedro Carrillo de Huete.

²⁷⁹ ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A. **María, infanta de Aragón y reina de Castilla**. In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 4, p. 370, 2006.

²⁸⁰ **Crónica del serenísimo príncipe Don Juan**. t. II, p.532.

²⁸¹ RABADE OBRADÓ, M. P. La visión de la mujer en la Crónica del Halconero de Juan II. In: SALVADOR GONZÁLEZ, J. M. (Org.). *Mulier aut Femina. Idealismo ou realidade da mulher na Idade Média*. **Mirabilia**, Brasil, n. 17, p. 322, 2013.

de razão devia”, quando soube da morte de sua esposa, ou mesmo, quando o cronista sugere que ela teria morrido envenenada, ou seja, “morta de ervas”²⁸², a mando do rei e de seu condestável. Em suma, a despeito dessas imprecisões do cronista a propósito de um possível assassinato da rainha e dos vaivéns da postura dela na narrativa, é notória a atuação de Dona Maria como consorte, mas também como partícipe dos jogos de poder no reino.²⁸³ Tendo isso em conta, vejamos como os tratadistas se referem a ela em seus textos.

Logo no início da narrativa do *Triunfo de las donas*, Juan Rodriguez Del Padrón dedica seu texto a quem considerava a “mais ensinada e perfeita”, ou seja, a rainha Dona Maria, bem como se arriscava, com essa sua narrativa, a “entrar na caverna do basilisco”, onde, segundo ele, “por algum tempo havia sido vetada” a sua entrada. Em outras palavras, ao escrever sobre as mulheres, esse clérigo franciscano dizia estar se aventurando a entrar na corte do rei Juan II. Corte que nem sempre o padronense havia integrado e que é denominada metaforicamente por ele como a “caverna do basilisco”.²⁸⁴ O Basilisco, que em latim e grego significa “pequeno rei”, foi um animal presente nas fábulas desde os tempos antigos, tendo sido nelas considerado poderoso, dado que tinha o poder de matar todos aqueles que o olhavam.²⁸⁵ Por meio dessa comparação, o padronense alertava para os perigos que rondavam a corte de Juan II, assim como enfatizava a dificuldade de se inserir na corte desse soberano. Por isso, pedia a intervenção da “muito gloriosa” rainha, a quem chega a denominar de “Minerva” e que, por ser possuidora de grande “benignidade”²⁸⁶, Del Padrón acreditava que poderia interceder por ele. Recordando a aproximação dos próprios nomes Minerva e Maria, por iniciarem e finalizarem com as mesmas letras, ele enfatizava que, assim como a deusa Minerva era conhecida por sua sabedoria, “benevolência com as ciências”²⁸⁷ e “batalha contra os tiranos”, igualmente deveria ser considerada a rainha Dona Maria. Tal postura de defesa e exaltação da figura de Dona Maria, adotada por Del Padrón, mostra-se, portanto, significativa da escolha política do clérigo, que a teria escolhido como autoridade no reino castelhano, sobrelevando-a e, assim, reputando-a

²⁸² *Crónica del serenísimo príncipe Don Juan*. t. II, p. 625.

²⁸³ Não se pode negligenciar que a corrente de defesa das mulheres está vinculada à importância da rainha nos jogos políticos do reino, às qualidades da mesma, de acordo com seu estado, além do respaldo dado pela soberana a alguns autores e seus escritos. PELAZ FLORES, D. “A la más virtuosa de las mujeres”. La reina Maria de Aragón (1420-1445) como impulsora de las letras en la corona de Castilla. *Hispania*, Espanha, Madri, v. LXXIV, n. 247, p. 332-333, mai./ago. 2014.

²⁸⁴ DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*., p. 211.

²⁸⁵ Por diversas vezes o Basilisco também foi associado à mulher, pois acreditava-se que ele teria se originado do sangue de Medusa e era tão impuro e maléfico quanto as mulheres. VELEZ-SAINZ, J. De Cuervos y Basiliscos: alegoría y corte en el “Triunfo de las donas” de Juan Rodríguez Del Padrón. *RILCE*, v.22, n. 2, p. 259-273, 2006.

²⁸⁶ DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*., p. 258.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 230.

como mais apta para deliberar no reino do que seu próprio marido.²⁸⁸ Tal juízo se justificava, em grande parte, pelo claro posicionamento dessa rainha nos conflitos entre os bandos aragoneses e os defensores de D. Juan II e de seu condestável. Entre aqueles que compunham o bando aragonês questionava-se o poder conquistado pelo condestável, já que, segundo interpretou Fernán Perez de Guzmán, esse poder era excessivo. Como Perez de Guzmán chegou mesmo a destacar: “toda a autoridade do rei” se restringia a “assinar as cartas”, enquanto “a ordenação e execução delas”²⁸⁹ cabia ao condestável. Diante de tais circunstâncias de tirania, desrespeito e debilidade do poder real, ou seja, de uma situação extrema²⁹⁰, não pareceria estranho que a rainha se apresentasse como mais digna e propensa a exercer o regimento do reino.²⁹¹ No vigésimo quarto argumento em defesa das mulheres, Del Padrón advoga: “as donas devem reger e batalhar quando convém”, sempre que “os homens por tirania” regessem e um “vicioso mundo” se anunciasse.²⁹²

É interessante notar que, além de contar e entreter, a maioria dos textos na Idade Média teve o compromisso de instruir, isto é, de apresentar algum ensinamento a propósito da experiência passada que confirmasse sua utilidade no presente. Comprometido com esse ideal, ao longo do *Triunfo de las donas*, Juan Rodríguez Del Padrón desenvolve os quatro sentidos comumente atribuídos às palavras durante a Idade Média, a saber: o literal, o moral, o alegórico e o anagógico.²⁹³ Mais do que só informar e recomendar, a partir das experiências de outrora, a construção das personagens e do enredo por Del Padrón denunciam os significados mais

²⁸⁸ SERRANO, F. Del debate a la propaganda política mediante la Querella de las Mujeres en Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera y Álvaro de Luna. **TALIA DIXIT**, Espnha, n. 7, p. 100, 2012.

²⁸⁹ PEREZ DE GUZMÁN, F. **Generaciones y Semblanzas**., p. 121.

²⁹⁰ As mulheres que alcançaram alguma posição de poder na sociedade medieval pertenceram à nobreza, contudo, sempre ocuparam uma posição inferior àquela dos seus parentes varões. Na ausência do marido ou com a autorização do mesmo, a senhora poderia ser considerada autoridade máxima no senhorio, todavia, tratava-se de uma autoridade delegada e temporária. BECEIRO PITA, I. La mujer noble en la Baja Edad Media castellana. FONQUERNE, Y.R; ESTEBAN, A. (Coord.) **La condición de la mujer en la Edad Media**. Atas do Colóquio celebrado na Casa de Velázquez de 5 a 7 de novembro de 1984. Madri: Universidad Complutense, 1986. p. 292-293.

²⁹¹ Conforme nos informam os estudos sobre o inventário dos bens de Dona Maria, daqueles livros que compunham sua biblioteca, encontrava-se o *Regimento de Príncipes ao rei do Chipre* escrito por São Tomás de Aquino. Quer dizer, além de ter nutrido interesse pelos textos religiosos, essa rainha igualmente interessou-se pelos espelhos de príncipes e modos de governar. PELAZ FLORES, D. La imagen de reina consorte como muestra de poder en el reino de Castilla durante el siglo XV. Construcción y significado. **Medievalismo**, n. 23, p. 272, 2013. É importante esclarecer que, desde a morte de Fernando de Antequera, vários nobres do reino castelhano se associaram aos infantes aragoneses, representando os interesses desses infantes no reino castelhano. Dentre esses nobres podemos citar: Pero Fernández de Velasco, Fernán Perez de Guzmán e Pero Niño (que tomaram partido do infante Enrique) e o Conde de Castro, Pedro Manrique e o Almirante Fradique Enríquez (que colocaram-se favoráveis ao infante Juan). GOMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana**. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2195.

²⁹² DEL PADRÓN, J. R. **Triunfo de las donas**. p. 234.

²⁹³ MATTOSO, J. **A leitura e a escrita na cultura monástica medieval**. Portugal: Universidade do Porto, 2010. p. 3-4.

profundos das metáforas e comparações, bem como o sentido místico da escrita do padronense. Por isso, as relações entre o corvo e o Corbacho, entre Dona Maria e Minerva, entre o basilisco e o rei ganham conotações históricas importantes e amparam sua defesa de modo geral da mulher e especificamente da rainha de Castela.

De maneira parecida, porém, sem chegar ao extremo de sobrepor a rainha ao rei²⁹⁴, Diego de Valera, em seu tratado *En defensa de virtuosas mujeres*, justificava a eleição da rainha Dona Maria como principal destinatária de seu texto, pois a considerava: discreta, benigna e responsável por autorizar os textos que circulavam no reino de Castela. Segundo destacava Valera no prólogo do seu tratado:

quatro rios passam pelo inferno, dos quais um deles é chamado de Lete, a propriedade do qual é que, quem bebe a água dele, esquece todas as coisas passadas, como tem assim, os sentidos por ele turvados, duvidas tu, quem seja esta, conhecendo a muito esclarecida rainha de Castela, a quem a coroa de virtude maiormente que a outras mulheres é devida, a esta apresentes tua obra e saibas que ganharás, se em algo tu falhaste, por discrição dela será corrigido ou benignamente tolerado e se algo de bem escrevestes, por favor dela será autorizado.²⁹⁵

Assim como Del Padrón, Valera colocava seu tratado sob a proteção da rainha Dona Maria, confiando no poder que a consorte do rei tinha para evitar que os acontecimentos passados fossem esquecidos e para que os escritos fossem bem acolhidos e autorizados no reino.

Conforme dissemos em outra oportunidade, Diego de Valera conhecia os textos de Del Padrón, já que teria se preocupado em responder as interpretações que esse religioso havia feito acerca das formas e tipos de nobreza no *Cadeira de honor*; texto que, como vimos, foi escrito pelo padronense vinculado ao *Triunfo de las donas*. Por isso, embora Valera se unisse a Del Padrón, ao cumprir sua função, como nobre cavaleiro e cortesão, de defender as senhoras dos aviltes dos maledicentes, apresentava uma postura um pouco distinta daquela adotada pelo outro letrado. Não buscava, porém, sobrelevar as virtudes das mulheres²⁹⁶, bem como fazer da rainha – e não do rei, segundo comumente se fazia – a pessoa que reunia as virtudes mais

²⁹⁴ Conforme os estudos de Ana Vargas Martínez, a produção do *Triunfo de las Donas* estaria diretamente ligada ao desejo da rainha Dona Maria e das damas de sua corte de divulgarem uma versão mais positiva das mulheres, em oposição à circulação do texto difamatório delas preparado pelo capelão do rei, o arcebispo de Talavera, Alfonso Martínez de Toledo. Sobre los discursos políticos a favor de las mujeres (El Triunfo de las donas de Juan Rodríguez de la Cámara). *Arenal: Revista de Historia de las Mujeres*, Granada, v. 20, n.2, p. 287, jul./dez. 2013.

²⁹⁵ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres*, p. 4.

²⁹⁶ Fazendo uso dos silogismos, Del Padrón defende que “como as criaturas menos nobres foram primeiramente no mundo criadas e as mais nobres ultimamente”, sucedeu a criação do primeiro animal racional a criação da mulher, logo, as mulheres são superiores aos homens, uma vez que, além de terem sido criadas depois deles, enquanto os homens e os demais animais foram concebidos “a partir do vapor da terra”, as mulheres foram criadas a partir da carne purificada”. DEL PADRÓN, J. R. *Triunfo de las donas*, p. 217.

elevadas e dignas do reino. Valera, diferentemente, a despeito de frisar que homens e mulheres “eram feitos da mesma natureza”, destacava que cabia a elas se submeterem a eles, pois eram discípulos e eles mestres, posto que “Nosso Senhor ao varão deu a lei, e não à mulher”.²⁹⁷ Este tratadista, apesar de não se mostrar favorável a Álvaro de Luna, e de ter participado até mesmo da sentença de morte do condestável²⁹⁸, manteve-se sempre fiel ao rei Juan II, além de ter feito questão de enfatizar, no seu *Espejo de verdadera nobleza*, que a condição de nobre dependia, em grande medida, não só das virtudes e dos esforços de cada um, mas sobretudo da vontade do soberano. Desse modo, assim como no *Espejo de verdadera nobleza* Diego de Valera parece ter tentado compor uma espécie de resposta às considerações feitas sobre a nobreza por Juan Rodriguez Del Padrón no *Cadira de honor*, em certo sentido, o *En defensa de virtuosas mujeres* também pode ser lido como uma espécie de resposta ao *Triunfo de las donas* acerca do tema das mulheres. Resposta de um nobre conhecedor das “cavalarias” e da cortesia, as quais exigiam a defesa das mulheres, mas que, contudo, não lhe permitiam colocar em questão o poder do rei, nem o *status quo* do reino.

Ainda sobre o posicionamento de Rodriguez Del Padrón e Valera em relação à rainha Dona Maria, é importante lembrar que, quando o *Triunfo de las donas* foi escrito, provavelmente em 1440, as relações entre Dona Maria, o rei e seu condestável, segundo nos informam os cronistas, ainda não haviam sido abaladas pelos eventos de 1443. O que não se pode dizer de 1444, quando Valera escreveu o seu tratado. O golpe de estado de Rámaga (1443), através do qual Juan de Navarra, com o apoio de sua irmã, Dona Maria, havia se apoderado da pessoa régia, colocava em questão a imagem da rainha como boa esposa e também como garantidora da unidade do reino castelhano em relação ao navarro. Assim, não obstante o padronense considerasse a possibilidade do exercício da autoridade da rainha, diante dos eventos ocorridos em 1443, os quais evidenciavam o perigo de perder a unidade e a autonomia do reino castelhano-leonês para Navarra ou Aragão, Diego de Valera preferiu se posicionar a favor não só de Juan II, como também da preservação do reino castelhano-leonês.²⁹⁹

No que tange ao *Libro de las claras e virtuosas mugeres*, como anteriormente mencionado, o condestável Álvaro de Luna não o dedicou à rainha, mesmo porque a nobre senhora havia morrido um ano antes da finalização da escrita desse tratado. Como o rei Juan II

²⁹⁷ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres.*, p. 28.

²⁹⁸ Sobre esse ponto, ver em: RODRIGUEZ PUÉRTOLAS, J; CAMILLO, O; DÍEZ BORQUE, J. M. **Mosén Diego de Valera y su tiempo**. Cuenca: gráficas Cuenca, 1996. p. 8.

²⁹⁹ PELAZ FLORES, D. “A la más virtuosa de las mujeres”. La reina Maria de Aragón (1420-1445) como impulsora de las letras en la corona de Castilla. **Hispania**, Espanha, Madri, v. LXXIV, n. 247, p. 345, mai/ago. 2014.

rapidamente, e por articulação do condestável, se casou com Isabel de Portugal (1428-1496), se Luna pretendia dedicar a Dona Maria esses seus escritos, o fato de já haver outra senhora em vias de ocupar o lugar daquela pode ter sido impedimento. Além disso, as insatisfações da rainha e a oposição de seus irmãos aragoneses ao condestável de Castela não lhe eram ignorados. Conforme destacou Luna no proêmio a esse seu livro, não havia desculpas para não cumprir tal obra senão a falta de tempo que suas atividades como cavaleiro e regedor da coisa pública o obrigavam a ter para com a escrita. Nessa ocasião, o condestável igualmente aproveitou para afirmar suas virtudes como cavaleiro e administrador da “coisa pública”, além de afirmar o seu lugar no reino como “mestre da ordem de Santiago” e “condestável de Castela”, sob o “regimento e senhorio do muito esclarecido príncipe e muito alto e muito virtuoso rei e senhor, o rei D. Juan”, a quem considerava “rei dos sobreditos reinos”, seu senhor e seu rei.³⁰⁰ Ou seja, era como oficial régio que Luna dizia escrever para que “saísse em maior luz a glória das virtudes” das senhoras, quer dizer, para que a “glória das virtuosas mulheres”³⁰¹ resplandecesse. Era, por conseguinte, contra aqueles que diziam ser o condestável usurpador da autoridade do rei, que Luna afirmava suas dignidades sob o regimento desse soberano e não acima dele.

Depois dessa atenção concedida a quem ou o que teria inicialmente motivado a escrita desses tratados em defesa delas, cabe agora mapearmos quais foram os argumentos elaborados pelos tratadistas em defesa delas. Diferentemente de Álvaro de Luna e Diego de Valera que escreveram respectivamente um catálogo da vida de mulheres e uma *disputatio* escolástica, o gênero de escrita escolhido por Juan Rodríguez Del Padrón foi a narrativa novelesca.³⁰² Escrito em primeira pessoa, o texto do *Triunfo de las donas* é iniciado com uma questão levantada pelo autor: “seria o homem ou a mulher mais nobre e de mais excelência?”³⁰³ Na tentativa de responder a essa questão, o autor conta que se refugiou em um lugar solitário e, através de um sonho, escutou a voz, vinda de uma fonte, de uma ninfa, Cardiana, a dizer-lhe primeiramente quatro razões para que as mulheres mereçam mais afeição que os homens e, em seguida, cinquenta argumentos em defesa delas. Segundo a voz da ninfa, as mulheres deveriam receber mais afeto, pois “toda criatura é naturalmente mais amada pela mãe”, “por ser mais certa a maternal dívida”, “por trazer dela mais parte da geração” e “por ela ter se esforçado mais para

³⁰⁰ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres.**, p.20.

³⁰¹ Ibid., p. 20-21.

³⁰² VELEIZ-SANZ, J. De Cuervos y Basiliscos: alegoria y corte en el “Triunfo de las donas” de Juan Rodríguez Del Padrón. **RILCE**, n. 22, v.2, p.260. 2006.

³⁰³ DEL PADRÓN, J.R. **Triunfo de las donas.** p., 213.

a criação”.³⁰⁴ Justificativa que também é apresentada por Diego de Valera nas últimas páginas de seu tratado, ao recomendar que os homens não se esquecessem de que eram suas mães as responsáveis pelos cuidados que recebiam grande parte de suas vidas e que, por isso, deveriam se envergonhar de dizer mal da “linhagem das mulheres” ou, ao menos, se lembrarem dos exemplos de “Nossa Bem aventurada Senhora Santa Maria”, que também foi mulher e mãe.³⁰⁵ Álvaro de Luna igualmente não ignorou o peso da referência materna e santa da Virgem Maria, dado que, segundo ele, “se as mulheres fossem naturalmente viciosas, nenhuma delas teria alcançado santidade, religião, limpeza”, como alcançou “nossa senhora Santa Virgem Maria”.³⁰⁶ Assim, podemos dizer que, nesses tratados, parte da defesa das mulheres é estabelecida a partir da transferência ou associação dos méritos do modelo mariano às demais mulheres, o que justificava que elas fossem respeitadas e não vilipendiadas.³⁰⁷

Depois de apresentar essas quatro razões que colocavam ênfase no aspecto positivo que o fato de ser mãe trazia às mulheres, associadas ao modelo exemplar da virgem Maria, a ninfa Cardiana garantia ser capaz de mostrar, por “divinas, humanas e verdadeiras razões”³⁰⁸, as excelências das mulheres em relação aos homens. No total, são apresentados, para justificar a sobreposição das virtudes das mulheres às dos homens, cinquenta argumentos respaldados nos textos bíblicos – que compõem o *Gênesis*, o *Números* e o *Eclesiastes* – e nas autoridades da antiguidade clássica e do medievo, como: Sêneca, Quintiliano, Aristóteles e São Bernardo. Dentre esses argumentos, Del Padrón dedica os primeiros treze ao tema da criação divina do homem e da mulher.

A retomada do *Gênesis* na parte referente à criação e à queda de Eva³⁰⁹ tanto nos textos de vilipêndios às mulheres como nos de defesa delas era notável no período e mesmo antes. A criação da mulher a partir do homem e o pecado original tinham um relevante peso, tanto para justificar a condição pecaminosa e inferior delas, como para enfatizar a igualdade de homens e mulheres no que diz respeito à procedência divina e à responsabilização da caída em pecado.

³⁰⁴ Ibid., p. 217.

³⁰⁵ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres.*, p. 38-39.

³⁰⁶ LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mugeres.*, p. 22.

³⁰⁷ MUÑOZ FERNÁNDEZ, A. María y el marco teológico de la Querella de las Mujeres (Interferencias y transferencias con los debates culturales de la Castilla siglo XV). *Arenal: Revista de Historia de las Mujeres*, v.20, n.2, p. 257, jul./dez. 2013. VARGAS MARTÍNEZ, A. Discursos sobre la maternidad en tratados filóginos del siglo XV. In: CID LÓPEZ, R. M. A. (Ed.). *Maternidades: Representaciones y realidad social*. Edades Antigua y Media. Madri: A. C. Almudayna, 2010. p.315-330.

³⁰⁸ DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas.*, p. 217.

³⁰⁹ Consoante destaca Elaine Pagels, a aceitação pela Igreja católica da explicação dada por Santo Agostinho à criação, contribuiu para que a figura de Eva adquirisse uma dimensão de culpabilidade pela queda dos homens ao pecado que não havia nos primeiros três séculos do cristianismo. *Adam, Eve and the Serpent*. Vintage Book: Nova Iorque, 1989.

Em raros casos, a culpabilização recai somente sobre os homens, como o faz Del Padrón no *Triunfo de las donas*. Recorrendo aos silogismos, Del Padrón defende que, “como as criaturas menos nobres foram primeiramente no mundo criadas e as mais nobres ultimamente”, sucedeu a criação do primeiro animal racional, a criação da mulher, logo, as mulheres poderiam ser consideradas superiores aos homens, uma vez que, além de terem sido criadas depois deles, enquanto os homens e os demais animais foram concebidos “a partir do vapor da terra”, as mulheres foram criadas a partir da carne purificada”.³¹⁰ Frisa, ainda, Del Padrón, “a mulher foi criada do meio e não dos extremos do homem; e como o meio é a virtude, a mais nobre morada da alma, o coração”³¹¹, por conseguinte, seria ela mais propensa à virtude que o homem. A responsabilidade da queda em pecado para o padronense, por consequência, não podia ser atribuída à mulher, já que “o fruto da ciência foi pessoalmente vedado ao homem e não à mulher” e foi justamente o aspecto angélico delas que fez com que a serpente se aproximasse primeiro de Eva. Dessa forma, Del Padrón atacava uma das principais culpas atribuídas às mulheres, a saber: a condenação da humanidade ao pecado³¹²; pena que, de certo modo, enfatizava o caráter pecaminoso e inferior delas, ou mesmo realçava a necessidade de muito esforço e penitência corporal para que elas conseguissem alcançar a salvação. Justas, piedosas, castas e de fama superior à dos homens, as mulheres, no *Triunfo de las donas*, são exaltadas e encontram um ataque a tudo que sugerisse o contrário.

Dentre as virtudes que integram o rol apresentado pelo padronense nos trinta e sete argumentos que seguem aqueles em que o mote foi a criação divina, são apresentadas como próprias das mulheres, ou superiores nelas, as seguintes: a honestidade, pois, ao contrário do homem, a mulher sempre se preocupou em cobrir as suas “partes vergonhosas”³¹³; a castidade, uma vez que muitos foram os exemplos daquelas que, “mesmo jovens, permaneceram viúvas”³¹⁴; a misericórdia, dado que era comum ouvir dizer que, “onde não há mulher, começa fortemente a gemer o enfermo”³¹⁵; a temperança, porque não só as mulheres não “proferem más palavras e blasfêmias”, como impedem, “somente com a presença, que os homens as digam”³¹⁶; e o espírito de profecia, que já havia se manifestado em Sibila Tiburtina na profecia singular do “salvador nos braços da Virgem”.³¹⁷ Embora algumas dessas virtudes fossem consideradas

³¹⁰ DEL PADRÓN, J.R., op. cit., p. 217.

³¹¹ Ibid., p. 218.

³¹² SARANYANA, J. I. *La discusión medieval sobre la condición femenina*. (siglos VIII al XIII). Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1997. p.40.

³¹³ DEL PADRÓN, J.R. *Triunfo de las donas*. p. 221.

³¹⁴ Ibid., p. 225.

³¹⁵ Ibid., p. 227.

³¹⁶ Ibid., p. 231.

³¹⁷ Ibid., p. 239.

comumente próprias das mulheres, como o caso da castidade, da misericórdia e da capacidade de predição, manifestas por figuras bíblicas recorrentemente mencionadas por sua exemplaridade – como Santa Ana, Maria e Isabel –, outras, como a honestidade e a temperança, eram comumente associadas aos homens. Como bem lembrava Alfonso Martínez de Toledo sobre as mulheres, ao retomar a tradição de vilipêndios sobre elas, as senhoras não eram dignas de confiança, porque “amam mais pássaro na mão do que andorinha voando, e mais asno que as carregue do que cavalo que as derrube”; além disso, “são amadoras de temporais riquezas em grau superlativo e, para terem dinheiro e alcançá-lo, trabalham seus espíritos e corpos”.³¹⁸ Elas igualmente não poderiam ser consideradas firmes e equilibradas, pois, conforme ressaltava o Arcipreste de Talavera, “esperar firmeza do amor de uma mulher é querer esgotar um rio”³¹⁹, sem contar que “a mulher, que é má, não somente é avara como é chamada de invejosa, maledicente, ladra, gulosa, e em seus ditos não constante”.³²⁰ Ou seja, comumente repetia-se a debilidade das mulheres em relação à honestidade e temperança, mas, a despeito dessa moeda corrente, o padronense defendia o contrário.

Del Padrón, conhecedor dos vícios comumente associados às mulheres, buscou negá-los em alguns casos, ou mesmo, respondê-los em outros. A propósito dessa tentativa de resposta, lembra-nos ele de que, comumente, as mulheres eram acusadas de "magia", ao darem beberagens a seus maridos com o intuito de fazê-los mais apaixonados por elas, todavia, Del Padrón atribuía essa atitude à deslealdade do amado e caracterizava como cruéis as atitudes punitivas que esses homens aplicavam às suas mulheres. Responsável pelos desenfreados sentimentos que ligaram Isolda a Tristão³²¹ – segundo narraram os diversos relatos que circularam no medievo – e que levaram ambos à morte; pela gravidez de mulheres, outrora consideradas estéreis; pela morte ou paixão desenfreada de maridos, antes infiéis e distantes; a elaboração de beberagens quase sempre foi associada aos infiéis, mouros e judeus, ou às mulheres. No livro *Flores del Tesoro de la Belleza*, escrito no final do século XIV por Manuel Dies de Calatayud, mordomo do rei aragonês Alfonso (o magnânimo), o autor, dirigindo-se às mulheres, reuniu um conjunto de métodos caseiros para tingir os cabelos, deixar a pele mais branca, aliviar dores de cabeça e prevenir doenças. Com isso, ele enfatizava que as senhoras de

³¹⁸ MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. *Corbacho o Reprobación del amor mundano*. Cap. XVIII.

³¹⁹ Ibid., Cap.V.

³²⁰ Ibid., Cap. XVIII.

³²¹ A despeito das variações compositivas e narrativas sobre a história de Tristão e Isolda conta-se que a serviço de seu tio, o rei Marcos da Cornualha, Tristão viajou à Irlanda para buscar a princesa Isolda para casar-se com seu tio. Durante a viagem de volta à Grã-Bretanha, os dois acidentalmente bebem uma poção feita pela mãe de Isolda, destinada a fazer com que Isolda e Marcos se apaixonassem. Em virtude dessa beberagem, Tristão e Isolda apaixonam-se. **Tristán e Isolda**. Introdução de Luis M. Valdés, versão modernizada por Ana Maria Sanz e Estudo iconográfico feito por Edmond Pognon. Madri: Ed. Casariego, 1992. p. 44-46, 49-50, 92-93.

sua época sabiam confeccionar perfumes, unguentos, conheciam a propriedade de várias ervas e inclusive algumas utilizadas em sortilégios.³²² Antes dele, Buchard de Worms, bispo de Worms, nomeado pelo imperador do Sacro Império Romano-germânico Oto III, não deixou de frisar a conotação negativa e pecadora das mulheres a esse respeito no século XI, em seu *Decretum* (1008-1012). Além de responsabilizá-las por crimes de luxúria, infanticídio, feitura de poções abortivas, envenenamentos e outros mais, ressaltava que as penitências dadas a elas deveriam ser mais pesadas do que aquelas dadas aos homens.³²³ Del Padrón não desconhecia, portanto, que tanto as mulheres eram associadas às práticas mágicas, quanto eram elas comumente e veementemente punidas por as cometerem, contudo, o padronense culpava os homens por induzirem-nas a essas práticas.

A culpabilização dos homens, ou pelo menos de alguns deles, por erros antes associados às mulheres, bem como pelo esquecimento ou obscurecimento da história delas, é mencionada pelos três nobres castelhanos cujos tratados analisamos. Nas palavras de Juan Rodriguez Del Padrón, “Os homens, seus pequenos feitos por ficção exaltaram, os atos viciosos poetando encobriram, e as obras das mulheres, por virtude e merecimento, claras, com ficções falsas as escureceram”.³²⁴ De maneira parecida, Diego de Valera enfatizava que a falta de exemplos louváveis de mulheres coevas “acontecia pela falta de diligência dos escritores” de seu tempo, os quais “deixavam os notáveis feitos em silêncio”, e eles pouco a pouco se desvaneciam da “memória deles”.³²⁵ Álvaro de Luna acrescentava que lhe parecia inumano que “tantas obras de virtudes e exemplos de bondade, falados na linguagem das mulheres, fossem calados e enterrados nas escuras incertezas do esquecimento”.³²⁶ Esses nobres compartilhavam, por conseguinte, a vontade de lançar luz sobre a história das mulheres fazendo-as conhecidas dos seus contemporâneos, além de lançarem-se contra o que os maledicentes diziam sobre elas. Se a memória na Antiguidade havia sido pensada como técnica e teve o papel de, através da retórica, convencer os homens sobre o que havia ocorrido, na Idade Média, não obstante ainda tivesse permanecido como técnica e estivesse comprometida em convencer acerca de uma verdade, essa verdade ganhou entre os medievos os foros de uma obrigação moral e ética. Os homens que desejassem agir prudentemente com a meta de alcançar a salvação eterna deveriam

³²² **Flores del Tesoro de la Belleza.** Tratado de muchas medicinas o curiosidades de las mujeres. Manuscrito n. 68 da Biblioteca da Universidade de Barcelona. Introdução de Teresa Maria Vinyoles, prólogo de Josefina Roma e tradução de Oriol Comas. Palma de Mallorca: José J. de Olañeta editor, 2001. p.9.

³²³ VANINA NEYRA, A. La tradición en la cultura medieval: el Decretum de Buchard de Worms. **Mirabilia**, n. 3, p. 130-145, dez. 2013.

³²⁴ DEL PADRÓN, J.R. **Triunfo de las donas.**, p. 249.

³²⁵ VALERA, D. **En defensa de virtuosas mujeres.**, p. 32.

³²⁶ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres.**, p.20.

buscar esteio no passado, ou seja, na memória, para que assim, de forma prudente, conseguissem conduzir suas ações no presente e no futuro.³²⁷ Logo, a recordação, bem como a defesa das mulheres virtuosas do passado guardavam relações com o presente e o futuro almejados por esses nobres, entres os quais via-se a “necessidade de firmar, através da escrita, a fama que se perde com o passar do tempo”.³²⁸ Entre os quais, fazia-se premente não só a necessidade de lembrá-las e defendê-las como parte dos requisitos da cavalaria e cortesia do presente, mas também do imperativo de recomendar condutas exemplares às gerações por vir.

Se a narrativa novelesca, perpassada pelos sentidos profundo e místico, havia sido uma das características da escrita do padronense em defesa de uma memória positiva e superior das mulheres, a *disputatio* escolástica foi escolhida por Diego de Valera para compor a sua defesa dessas mesmas figuras. Valera parte de três premissas que fundamentavam os argumentos dos detratores das mulheres, a saber: primeiro, “de um dito de Sêneca que, em seus provérbios, escreveu dizendo: então é boa a mulher quando claramente é má”; segundo, “que como toda linhagem humana seja tão fraca que não podemos resistir às tentações, e seja verdade as mulheres serem mais fracas que os homens” e terceiro, “que pelo menos em pensamento não há nenhuma mulher que não seja adúltera”.³²⁹ A partir delas, apresenta argumentos que nos levam a uma sentença que ele pretende ser a mais verdadeira sobre o tema.³³⁰ Para refutar esses argumentos dos detratores, Valera recorre às autoridades e aos exemplos das mulheres do passado.

No que diz respeito ao primeiro argumento, Valera busca respaldo nos textos de Sêneca, sustentando que o mesmo, em suas sentenças, não partia de generalizações, logo, não teria atribuído a todas as mulheres a maldade e, se assim o tivesse feito, Santo Agostinho tinha vindo nos advertir, em *A cidade de Deus*, que nem todos os filósofos deixaram boas contribuições. Ao segundo argumento, responde, recorrendo a Aristóteles, Sêneca, Boécio e Egídio Romano, para destacar o livre arbítrio dos homens e das mulheres, bem como a possibilidade de os mesmos alcançarem, de igual modo, todas as virtudes, fossem elas cardinais, teologais, intelectuais ou corporais, uma vez que: “todas as virtudes, assim sendo exercitadas pelas mulheres como pelos varões, claro parece pelas Sagradas Escrituras e pelas antigas e modernas histórias, que se das mulheres dos gentis, exemplos queremos, de muitas podemos falar”.³³¹ No entanto, Valera não menciona que essas autoridades haviam restringido suas análises ao varão,

³²⁷ Cf. YATES, F. A. *A arte da memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

³²⁸ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres*, p. 27.

³²⁹ *Ibid.*, p. 7.

³³⁰ SALINAS, D. *Disputatio*. Buenos Aires: Dunkein, 2013. p. 41.

³³¹ VALERA, D. *En defensa de virtuosas mujeres*, p. 13.

equiparando-o à humanidade; e que, em alguns casos, como no de Aristóteles, em *De animalibus*, havia sido destacada a debilidade fisiológica das mulheres. Sem levar em conta tais questões e de maneira a comprovar a sentença de que as mulheres poderiam ser consideradas tão virtuosas quanto os homens, Valera narra resumidamente a história de vida de trinta e seis mulheres da antiguidade clássica e do antigo testamento, como: Lucrecia, Penélope, Pórcia, Cornélia, Sara, Ana, Rebeca, Raquel e outras, destacando virtudes sobretudo cristãs, a saber: castidade, fidelidade e espírito de profecia; mesmo em tempos de crenças consideradas pagãs ou mosaicas; e outras excepcionais, como a arte da pintura e escultura, apresentadas por Márcia, ou a “virilidade de coração” apresentada por Tamariz, através de seu espírito de luta nas batalhas. É importante esclarecer que a história antiga foi apropriada no medievo no sentido de compor uma história da salvação, isto é, o significado atribuído ao passado pelos medievos atrelou-se à escatologia, bem como à preparação para a salvação, de forma que a incessante retomada do passado, à maneira de Marco Túlio Cícero, atuava como possibilidade de conquistar a luz da verdade e ser testemunha dos antigos tempos e, ao modo de Plotino, servia para aproximar os homens, através da alma, ao divino. Daí ser possível destacar o comprometimento da memória entre os medievais com a moral, bem como a impossibilidade desses homens de olhar para o passado, sem ver nele os indícios de uma perspectiva do tempo que se acreditava organizada teleologicamente.³³² Em uma só palavra, ao olharem para o passado, Diego de Valera e seus contemporâneos partiram de um horizonte de expectativa que dizia respeito muito mais ao tempo deles, do que ao dos antigos, e de uma noção de verdade sobre as coisas que eles acreditavam atravessar o tempo.³³³

À última acusação, Valera responde dizendo que as mulheres resistem tanto ou mais às tentações que os homens, pois, se assim não fosse, não haveria nenhuma virtude nelas, e a história não poderia comprovar, como faz, os exemplos de louváveis mulheres. Além disso, segundo afirma Valera, a culpa de as mulheres coevas não terem suas histórias registradas era dos escritores, que costumavam negligenciá-las. Entretanto, segundo Valera, não só o silêncio dos escritores deveria ser motivo de advertência, precisava ser motivo de correção também a falta de entendimento dos maledicentes acerca do que os filósofos haviam escrito sobre as mulheres, pois se tratava de um erro lógico. A confusão se dava, nas palavras de Valera, pelo

³³² COLEMAN, J. The critical texts of antiquity. In: COLEMAN, J. **Ancient and medieval memories**. Studies in the reconstruction of the past. Reino Unido: Universidade de Cambridge, 1992. p.74.

³³³ Santo Agostino valoriza a temporalidade, a mudança, uma vez que essas implicam em um aperfeiçoamento e, por conseguinte, em um encaminhamento ao divino. Contudo, o eterno para Plotino não é marcado por progressos, mas sim pelo retorno, pois tudo o que sai do eterno alcança a degradação. GUITTON, J. **Les temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin**. Paris: Livraria Filosófica, 2004. p. 224-270.

fato de os maledicentes confundirem um termo determinado com um termo distributivo, ou seja, pela generalização que alguns escritores faziam a propósito dos defeitos que acometiam somente algumas mulheres e não todas. Como se pode perceber, os conhecimentos de retórica do oficial régio são nítidos pelos argumentos que o mesmo formula para responder aos detratores e até mesmo pela organização do tratado em exórdio, narração, petição e conclusão. Assim, pode-se dizer que Diego de Valera não ignorou alguns temas – como as intrigas do palácio e as disputas dos nobres cortesões acerca da honra, das mulheres, da virtude e do poder – e, entre suas preocupações, encontram-se outras relacionadas à leitura de textos da antiguidade e à discussão em torno de certos argumentos sobre os quais se sustentavam algumas autoridades.³³⁴

No que diz respeito ao *Libro de las claras y virtuosas mujeres*, o qual, dentre os textos em defesa das mulheres aqui analisados, talvez reúna mais claramente os aspectos de um tratado didático, nota-se o compartilhamento de algumas tópicas já apontadas nos tratados anteriormente citados, a saber: a reafirmação das virtudes das mulheres, a partir de exemplos do passado; e a resposta àqueles que as maldisseram. Dividido em três partes, o livro inicia-se com um proêmio e cinco preâmbulos. No proêmio, com já indicamos, Luna apresenta os motivos que o levaram a escrever e os fins que buscava perseguir, logo em seguida apresenta os seguintes preâmbulos que orientam a sua defesa das damas: os vícios são praticados por homens e mulheres não por natureza, mas por maus costumes; as mulheres são tão virtuosas quanto os homens; mulheres e homens não são culpados pelo pecado original; aqueles que maldisseram sobre as mulheres só levaram em consideração o exemplo das más; e os motivos para iniciar o catálogo com a história de Maria. Como se pode perceber, também nesse tratado de Luna, o tema do pecado original é retomado, contudo, diferentemente de Del Padrón, que havia atribuído a culpa aos homens, Luna enfatizava que, a esse respeito, não deveriam ser culpadas as mulheres, ou não somente elas. O condestável dividia, assim, entre homens e mulheres uma possível culpa a propósito do pecado original, ou mesmo atribuía à Virgem Maria a responsabilidade por ter quitado ou restaurado essa mácula engendrada por Eva.

À semelhança do que Diego de Valera havia ressaltado, em seu *Tratado en defensa de las mujeres*, ou seja, que os homens se sobrepunham em alguns casos às mulheres, Álvaro de Luna, a despeito de enfatizar que as portas dos caminhos que levavam à virtude estavam abertas para ambos, varões e fêmeas, considerava que o varão tinha mais excelências que a mulher, uma vez que, amparando-se no que havia dito o apóstolo São Paulo nas suas epístolas aos

³³⁴ PÉREZ, J. **Humanismo en el Renacimiento español**. Madri: Gadir Editorial, 2013. p. 8.

Coríntios³³⁵, acreditava que o homem era a cabeça dela, por ser imagem e semelhança de Deus. Quer dizer, ambos, Valera e Luna, apesar de defenderem a possibilidade de se poder equiparar homens e mulheres em virtudes, não desconsideraram as diferenças e limites da igualdade entre varões e fêmeas. A despeito de contar a história de mulheres castas, piedosas, fiéis a seus maridos, sábias, mártires, valentes, guerreiras, pacientes, honestas e santas, as quais em alguns casos se igualaram, ou mesmo se sobrepuseram a homens como Aquiles, Salomão, Tito Lívio e outros varões lembrados por suas mais diferentes e dignas excelências, Álvaro de Luna nunca deixa de mencionar as mesmas como mães, irmãs, esposas, rainhas – mas ressaltando suas relações com algum homem, ou seja, o ponto de referência para denominá-las nunca deixa de ser o homem. Por isso, Luna se refere a elas da seguinte maneira: Penélope (filha do rei Ycaro e mulher de Ulisses), Policena (filha de Príamo) e Diana (filha de Júpiter).

Tal como em todos os tratados escolásticos, Luna apresenta argumentos que comprovam a sentença maior que procura defender como verdadeira através do elenco das 117 mulheres que compõem seu catálogo. Dividido em três livros, os seguintes temas são abordados no tratado: o primeiro, referente à história de 18 mulheres do antigo testamento, momento em que predominava, segundo o autor, a lei divinal; o segundo, diz respeito a 78 mulheres dos gentis, gregas e romanas, as quais ignoravam as sagradas escrituras e viveram segundo a lei natural; e o terceiro, que faz menção a 21 mulheres do Novo Testamento, as quais viveram sob a lei da graça. É certo que, reunir em um mesmo tratado mulheres cristãs e “pagãs”, poderia trazer alguns questionamentos para aqueles que viam nessa junção uma possível equivalência entre as virtudes de umas e outras. Contra, porém, essas possíveis indagações, o condestável buscava encontrar e enfatizar, mesmo nessas mulheres “não conhecedoras da fé cristã”, virtudes essencialmente cristãs. Remetendo-se a Tito Lívio, por exemplo, ressaltava a modelar castidade de Lucrécia, que tinha se mantido casta de coração mesmo depois de ter cedido às forças de Tarquínio.³³⁶ Lembrava igualmente a continência de Antônia, mulher de Drusio, grande senhor romano, que “depois da morte de seu marido só dormiu no leito de sua sogra”.³³⁷ E não deixava sem menção a temperança apresentada por Terência, mulher de Cícero, “que foi clara de honestos costumes e maravilhosas virtudes”³³⁸, ou a simplicidade de Cornélia, mulher de Tibério e mãe dos irmãos Graco, que “por seus atos mostrou que a verdadeira riqueza são as

³³⁵ “Quanto ao homem, não deve cobrir a sua cabeça, porque é imagem e esplendor de Deus; a mulher é o reflexo do homem. Com efeito, o homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem; nem foi o homem criado para a mulher, mas sim a mulher para o homem.” **Bíblia Sagrada de Jerusalém**. Coríntios, 11, p. 7-9.

³³⁶ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres.**, p. 83-84.

³³⁷ Ibid., p. 102.

³³⁸ Ibid., p.141.

virtudes e não as outras riquezas e ornamentos e joias”.³³⁹ Além disso, devemos nos lembrar de que algumas virtudes compartilhadas pelos antigos, como *pietas*, *clementia*, *fides*, *caritas patriae*³⁴⁰, foram apropriadas pelos medievos, passando a compor o rol das virtudes cristãs indicadas nos espelhos de príncipes medievais.³⁴¹ Se, em alguns desses espelhos, os exemplos de virtudes dos homens antigos eram mencionados, não faltaram alusões às virtudes das mulheres antigas.³⁴² Em suma, com essa divisão, o autor sugeria que, em todos os tempos, Deus não teria feito diferença entre homens e mulheres e que as ações virtuosas sempre foram praticadas por estas últimas. Luna também deixava claro que, em seu livro, procurou mencionar os três estamentos sociais, “maior, mediano e menor”, e que não incluiu as mulheres vivas no compêndio, porque, segundo se via no *Eclesiastes*, não se deveria louvar “ninguém antes de sua morte”, isto é, até à morte, elas poderiam seguir pecando.³⁴³

A despeito de o título do tratado de Luna sugerir sua ligação direta ao texto boccacciano *De Mulieribus claris*, o que se pode perceber pelos exemplos de mulheres, inclusive das 34 que Luna retoma desse texto de Boccaccio, e pela organização do tratado, é que essa não foi a principal e única fonte que fomentou a escrita do mesmo, já que outras, escritas por São Jerônimo, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, Boécio, Jacopo de Varazze, Tito Lívio e Valério, também tiveram um relevante peso para a composição do texto.³⁴⁴ Para mais, como *De casibus virorum illustrium*, repertório de homens e mulheres ilustres, também escrito por Boccaccio, já tinha sido traduzido por Pero López de Ayala e Afonso de Cartagena, este texto igualmente pode ter servido como fonte para o tratado de Luna.³⁴⁵ Este, contudo, distancia-se da proposta de Boccaccio de apenas apresentar um repertório de mulheres ilustres, sobretudo gregas e romanas, pois amplia o rol de vida de mulheres, incluindo as bíblicas, do antigo e novo testamento, e algumas das santas reunidas na *Legenda Áurea*. Assumindo também um propósito

³³⁹ Ibid., p.117-118.

³⁴⁰ Durante a Idade Média, houve uma retomada de diversos temas com os quais na antiguidade se havia elaborado a ideia de pátria, dessa forma, juristas, teólogos e cronistas medievais puderam evocar em seus escritos a noção de que os reinos deveriam ser defendidos mesmo se fosse preciso morrer para que isso ocorresse. GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**. Os Estados. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1981. p.10

³⁴¹ A função especular para Sêneca, e de modo geral para os antigos, visava confirmar as excelências dos grandes homens, bem como permitir que estes homens se reconhecessem. No entanto, o espelho para os medievais é tanto instrumento de autoconhecimento como de purificação. Ele não serve mais como para Sêneca, para ligar o príncipe à sua própria perfeição, mas para dar-lhe os meios de corrigir suas imperfeições; não mais o encaminha, pela contemplação de sua própria imagem, à volúpia, mas por uma meditação purificadora à beatitude celestial. SENELLART, M. **As artes de governar**. São Paulo: Editora 34, 2006.

³⁴² Luna repete uma tradição, ao apresentar modelos de virtuosas pagãs, dado que Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Jerônimo já os haviam mencionado. BOYER, A. **Estudio descriptivo del “Libro de las virtuosas e claras mugeres” de Don Álvaro de Luna, fuentes, género y ubicación en el debate.**, p. 159.

³⁴³ LUNA, A., op. cit., p. 248.

³⁴⁴ BOYER, A. **Estudio descriptivo del “Libro de las virtuosas e claras mugeres” de Don Álvaro de Luna, fuentes, género y ubicación en el debate.** p. 221-222.

³⁴⁵ Ibid., p. 62.

que não era o de Boccaccio, defendê-las contra os maledicentes, Luna abre seu repertório de vidas não com Eva – como fizera Boccaccio no *De Mulieribus claris* –, mas sim, com a Virgem Maria, a quem pede ajuda para escrever o tratado:

[...] humildemente suplico-te que estejas presente nesta obra e que queira guardar dos enganos e invejados maus, para que eu possa dizer aquilo que diz o profeta David: ‘não a mim, Virgem gloriosa, não a mim, mas a teu santo nome seja glória’.³⁴⁶

Se, portanto, o significado dado a *claritas* por Boccaccio se restringia àquelas que foram ilustres, no sentido de que, de algum modo, chamaram a atenção por serem excepcionais, para Luna, essa palavra ligava-se sobretudo às virtudes, àquelas mulheres cuja exemplaridade de virtudes poderia iluminar os caminhos das coevas e das que estavam por vir.³⁴⁷ Por isso, ninguém melhor do que a mãe de Cristo, aquela que reuniu as mais apreciadas virtudes cristãs, como a castidade e a misericórdia, para possibilitar às demais mulheres, através do seu exemplo, uma possível salvação e remissão dos pecados.

Como o argumento principal de Luna era enfatizar que homens e mulheres eram semelhantes, no que diz respeito aos seus potenciais vícios e virtudes, dado que considerava “as mínguas e desvirtudes” como maus costumes e não como defeitos inatos aos homens e mulheres, o condestável preocupou-se em discutir sobre a noção de virtude. Após apresentar brevemente como os epicuristas, estoicos e peripatéticos depositavam a “bem-aventurança” respectivamente no equilíbrio dos prazeres, no apetite por virtude e nas obras contemplativas, Luna se aproximava à virtude tal como a havia pensado Aristóteles, a saber: uma disposição da alma para alcançar o bem. Meta que podia ser alcançada através de hábitos e costumes que ensinavam homens e mulheres a escolherem o meio termo, isto é, o equilíbrio diante dos excessos. Não podemos nos esquecer de que essa noção de virtude aristotélica circulou amplamente na corte castelhana do século XV, sobretudo por intermédio da *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egídio Romano*³⁴⁸, preparada por Juan García de Castrojeriz, em 1344, a pedido do rei castelhano D. Afonso XI. Largamente difundido por toda a Europa medieval³⁴⁹, esse texto de Egídio Romano, glosado em Castela pelo frei García de Castrojeriz,

³⁴⁶ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres.**, p. 30.

³⁴⁷ VELEZ-SAINZ, J. Boccaccio, virtude y poder en el Libro de las claras e virtuosas mugeres de Álvaro de Luna. **La Corónica**, n. 31.1, p. 113, 2002.

³⁴⁸ GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. **Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egídio Romano.**, p. 85.

³⁴⁹ Foram produzidos cerca de 248 manuscritos e por volta de 78 traduções do regimento de príncipes escrito por Egídio Romano, números bem incomuns em um contexto de rarefeita produção livresca como foi o medieval. BIZZARRI, H. O. La metamorfosis sapiencial. **CEHM**, n. 29, p. 46, 2006.

buscava referências em Aristóteles e São Tomás de Aquino para definir as virtudes que competiam sobretudo ao rei no equilíbrio do governo de si, da sua casa e do reino.³⁵⁰ Todavia, diferentemente desse regimento, que reconhecia essa capacidade de alcançar o equilíbrio sobretudo nos homens, Luna admitia que a mulher podia também alcançá-lo, ou seja, posicionava-se contra a comum falta de comedimento das mulheres, tão propalada nos textos que as vilipendiavam. Admitindo que os maus costumes e práticas sociais viciosas podiam perverter uns e outras, lembrava a todos de que existiam exemplos de mulheres virtuosas e valia ensinar-lhes os passos para alcançarem tal condição.³⁵¹

No que tange aos exemplos de virtudes selecionados por Álvaro de Luna, além dos modelos de castidade, temperança, piedade, fé e paciência, os quais, de certo modo, eram asseguradores da obediência dessas mulheres aos seus maridos, filhos ou parentes e varões mais próximos, o condestável apontou outros relacionadas à cavalaria e à cortesias. Dito de outro modo, em casos excepcionais, segundo Luna, algumas mulheres teriam atuado como “a dona que matou Abimelech”, que “mostrou ter grande fortaleza de coração, tomando o ofício das armas”, mesmo sendo ele “próprio dos varões”, para “livrar da morte e cruel servidão os povos de sua terra”.³⁵² Ou mesmo, Panthasilea, senhora das Amazonas e rainha que “matou muitos homens”, tendo sido, “nos feitos de armas, tão esforçada e virtuosa e varonil que não somente é de igualar aos grandes e esforçados cavaleiros, mas, inclusive, passou alguns deles”.³⁵³ Esses eram, pois, exemplos de mulheres varonis que, pela força e poder com que tinham defendido seus povos, assemelhavam-se aos cavaleiros do tempo de Luna. Outros costumes que igualmente remetiam ao tempo de Luna, bem como ao ambiente de corte ao qual este pertencia, eram aqueles apresentados por algumas romanas que, segundo o condestável, eram “polidas”, “limpas” e “comiam à mesa moderadamente”. Mulheres que haviam ensinado aos seus maridos que não se devia, como comumente alguns romanos faziam, comer e beber estando em suas camas.³⁵⁴

Vista muitas vezes a partir do prisma de uma mera disputa retórica, que teria marcado o diálogo entre detratores e defensores das mulheres, ou por meio de uma perspectiva anacrônica feminista, que tenta enxergar na Idade Média um feminismo extemporâneo, a querela sobre as mulheres em Castela nos possibilita, ao menos, uma aproximação aos vários temas candentes

³⁵⁰ BENEYTO PÉREZ, J. Estudio Preliminar. In: GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. *Glosa Castellana al Regiminetto de Principes de Egidio Romano.*, p. XXII.

³⁵¹ BOYER, A. Estudio descriptivo del “*Libro de las virtuosas e claras mugeres*” de Don Álvaro de Luna, *fuentes, género y ubicación en el debate.* p. 86.

³⁵² LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mugeres.*, p. 54.

³⁵³ Ibid., Cap. XXXVI.

³⁵⁴ LUNA, A. *Libro de las claras e virtuosas mugeres.*, p.145.

nesse reino no século XV. Como pudemos ver, na corte cada vez mais eram apreciados ou valorizados os modos de se falar, de se vestir e de se portar do séquito real. Nela, as letras eram organizadas com o fito de prescrever condutas para o galã apaixonado refletir sobre os valores da nobreza, bem como eram fontes de poder e manual das obrigações. No seu âmbito, a defesa das mulheres não pode ser considerada simplesmente como parte de uma justa verbal, pois, no percurso aqui realizado em busca de traçar a série discursiva em defesa das mulheres, na Castela do final da Idade Média, pudemos perceber que, na corte de Juan II, circularam, seja em prosa, seja em verso, formas de exaltação que, mais do que simplesmente servir para valorizá-las, definiram e redefiniram os próprios perfis dos nobres cortesãos defensores. O que se passou a ver foram: homens que transitavam entre as armas e as letras e faziam dessas últimas também arma contra o vilipêndio e o esquecimento que há tantos séculos rondavam as mulheres; homens que discutiam sobre em que ou em quem se fundamentava o valor da nobreza e assistiam a algumas mulheres nobres, sobretudo a rainha, atuando e deliberando na ausência ou ingerência de seu senhor; nobres, enfim, que, ao estabelecerem os perfis das mulheres dignas de serem rememoradas, compuseram prescrições às senhoras de seu tempo e do futuro, ou mesmo ajudaram a introjetar nelas os perfis ou verdades por eles moralmente aceitos.

Depois de termos mapeado algumas nuances da querela sobre as mulheres no reino castelhano, sobretudo durante o reinado de Juan II, buscaremos, na sequência, analisar em que medida algumas circunstâncias nos reinados dos seus filhos, Enrique IV e Isabel I, abriram brechas para uma nova querela envolvendo os direitos sucessórios e a capacidade governativa das mulheres. Analisaremos outros conjuntos discursivos que tiveram como mote a crise sucessória envolvendo a filha de Enrique IV, D. Juana, e a irmã deste rei, D. Isabel. Nossa reflexão deslocar-se-á para a sondagem dos lugares e papéis das mulheres nos jogos de poder e para os mecanismos de formação das rainhas.

Capítulo 2- Da querela sobre as mulheres à querela entre duas mulheres

Em uma história ambientada no “reino da Escócia”, Juan de Flores³⁵⁵ (1430- 1525), cronista dos reis Fernando (1452-1516) e Isabel (1451-1504) e autor de novelas sentimentais, conta que um rei temeroso pelo fascínio que a beleza de sua única filha, Mirabella, exercia sobre os homens do reino decide “tirá-la das vistas” deles trancando-a em um “lugar secreto”. Conquanto o esforço do governante para que a “flor de sua cavalaria”³⁵⁶ não fenecesse em guerra pela disputa do amor de sua filha, um de seus guardas, Grisel, consegue ser correspondido pela princesa e os desejos de ambos se concretizam. Denunciados ao rei, Grisel e Mirabella são levados ao cárcere, porém, como “as leis do reino não eram iguais para aqueles que cometiam este erro” e se atribuía mais culpa a um que ao outro dos apaixonados, o rei “manda averiguar qual dos dois” era o responsável pelo delito.³⁵⁷ Ao culpado, a morte seria sua sentença, já à vítima, o desterro seu destino. Diante, entretanto, do reconhecimento de culpa por ambos conjuntamente, o governante é orientado pelos letrados do reino a mandar “buscar por todo o mundo uma dama e um cavaleiro” que “pudesse saber mais de amores e fosse mais experimentado em tais casos”. A dama tomaria a voz das mulheres, já o cavaleiro, a dos varões, e “quem melhor causa e razão mostrasse em defesa do seu direito” venceria o pleito.³⁵⁸ É nesse momento da narrativa que o autor de *Grisel y Mirabella*³⁵⁹ nos apresenta o personagem Torrella, possivelmente fazendo alusão ao já conhecido poeta e cortesão, lembrado por seus vilipêndios

³⁵⁵ Provavelmente de origem mudéjar, Juan de Flores entrou na corte de Juan II prestando serviços ao rei em Granada. Depois da morte de Juan II, atuou como oficial régio de Enrique IV, todavia, diante das disputas sucessórias entre a filha desse rei, Juana, e Isabel, Flores atuou como partidário dessa última. Passou grande parte de sua vida em Salamanca, onde exerceu algumas atividades na Universidade. Conviveu com o conde de Alba e recebeu a incumbência da rainha Isabel de escrever uma crônica sobre seu reinado. FLORES PEÑA, J. J. **La historia derivada de Juan de Flores**. La Ciesma, Santa Cruz de Tenerife, 2009. p. 2.

³⁵⁶ FLORES, J. **Grisel y Mirabella**. Madri: Real Academia Española de la Lengua, 1954. p. 5.

³⁵⁷ A mácula da honra das mulheres significava, em grande medida, a desonra dos homens a elas ligados, fossem eles: maridos, pais, irmãos. Por isso, a elas cabiam penas, sancionadas juridicamente, mais elevadas que aos homens. Ver: CAAMAÑO TOMÁS, A. Castigos y doctrinas que un sabio dava a sus hijas: un ejemplo bajomedieval de la literatura de matrimonio en España. **Medievalia**, n. 39, p. 120, 2007.

³⁵⁸ FLORES, op. cit., p. 17.

³⁵⁹ *Grisel y Mirabella* foi impressa por volta de 1495, junto com outra obra de Juan de Flores, Grimalte y Gradissa. Contudo, não se sabe ao certo quando esses textos foram escritos. Provavelmente o primeiro tenha sido escrito entre 1475-1485. DEYERMOND, A. D. **Historia de la literatura española**. La Edad Media. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. p. 300.

à honra das mulheres³⁶⁰, como aquele que é “buscado nos reinos de Espanha”³⁶¹ para defender Grisél. À defesa de Mirabella, elege-se Briseida, personagem da *Crónica Troyana* e senhora que, segundo Flores, “por seu merecimento”, havia integrado “muitas batalhas de amor e casos dignos de grande memória”.

Dos argumentos apresentados por Flores por meio de ambos personagens, as responsabilidades de homens e mulheres nos jogos amorosos, bem como a discrepância de poder dos varões em relação às fêmeas são escolhidos entre os motes dessa *disputatio*. Na voz de Briseida os homens são acusados de criar “as danças, as justas, os torneios e as festas de touros e canas” para distrair as mulheres, e, até mesmo, são responsabilizados por conquistá-las forçosamente através de “embaixadas e muito apaixonadas letras”. Por meio das palavras do poeta catalão são apresentadas, por outro lado, as respostas a essas acusações. Ele contesta Briseida dizendo que “nunca tinha visto tão boa mulher que recusasse” as palavras e obras de amor e que, “até mesmo a mais honesta, apreciava ser amada”. Além disso, alegava conhecer muitos casos de mulheres que não honraram “seus maridos, pais, filhos, nem a si mesmas”³⁶², não temendo, portanto, a morte. Ou seja, se nas palavras de Briseida o amor era uma ilusão criada pelos homens para enganar as mulheres e desfrutar delas, nas de Torrella, as mulheres também participavam desse jogo de aparências, pois além de se entregarem facilmente aos embaixadores do amor, sentiam-se satisfeitas pelo louvor que eles lhes prestavam.³⁶³ Se, de acordo com Torrella, eram plausíveis as razões que atribuíam a culpa à Mirabella e a todas as mulheres, conforme asseverava Briseida, o resultado dessa querela só era favorável a Grisél e indiretamente aos homens, porque eles detinham o poder, ou seja, eram “juízes, partes e advogados do mesmo pleito”, assim como “tinham a pluma na mão” e as pintavam como bem queriam.³⁶⁴

Marcada por essa ambiguidade, visto que, ora são apresentados os argumentos dos defensores das mulheres, ora daqueles que as vilipendiavam, a narrativa de Juan de Flores nos apresenta não só uma suma dos debates iniciados na primeira metade do século XV, pelos tratadistas e poetas da corte de Juan II, como uma leitura do cenário cortesão de finais do

³⁶⁰ Uma das características das novelas de Flores é a utilização de fontes ou personagens históricos, mesclando-os com elementos da ficção. EUGENIA LACARRA, M. Juan de Flores y la ficción sentimental. *AIH*. Actas IX, p. 223-233, 1986.

³⁶¹ FLORES, J. *Grisel y Mirabella*. Madri: Real Academia Española de la Lengua, 1954. p. 18.

³⁶² *Ibid.*, p. 24.

³⁶³ Segundo os estudos de Antony Van Beysterveldt, em *Grisel y Mirabella*, Juan de Flores realiza, a partir das personagens de Briseida e Torrella, um dismantelamento do edifício poético do amor cortês. Revisión de los debates feministas del siglo XV y las novelas de Juan de Flores. *Hispania*, v.64, n. 1, p. 9, 1981.

³⁶⁴ FLORES, op. cit., p. 31-41.

Quatrocentos.³⁶⁵ Ela é representativa, por conseguinte, do triunfo da lei sobre o desejo, uma vez que, dado o parecer favorável ao pleito de Torrella, antevendo a morte de seu amado, Mirabella se jogou aos leões e Grisél, em seguida, se atirou ao fogo. A ênfase dada por Flores às consequências negativas da paixão para o cavaleiro e para a dama, assim como o destaque aos prejuízos que esse sentimento trazia à observância das obrigações e virtudes de uns e outros, deixavam entrever, nessa novela sentimental, sua proposta moralizante.³⁶⁶ Além de levar os amantes à morte, como fazia lembrar o autor dessa novela, o amor atentava contra as instituições, pois, quando sucumbiam a ele, as mulheres se esqueciam de seus deveres familiares e sociais, arrastando todos aqueles que estivessem ao seu redor para a desonra. Logo, pode-se dizer que essa narrativa é significativa da necessidade, cada vez mais candente na segunda metade do século XV, de se elaborar, mesmo que a partir de histórias fantasiosas ambientadas em lugares remotos, ou seja, através do entretenimento, um alerta a propósito dos perigos do amor, bem como uma gramática dos comportamentos para as mulheres de Castela.³⁶⁷

Outro integrante da corte isabelina que retomou o tema do pleito entre o elogio e o vilipêndio das mulheres, bem como da relação dessa querela com os hábitos de cortesia foi Diego de San Pedro (¿1437-1498?). Criado do conde de Ureña, Juan Téllez- Girón, nobre que mantinha uma relação muito próxima com o séquito de damas da rainha Isabel, Diego de San Pedro escreveu suas duas principais obras – *Cárcel de Amor* (1492) e *Arnalte y Lucenda* (1491) –, respectivamente dedicando-as a Diego Fernández de Córdoba, alcaide dos donzéis, e às damas da rainha. Nessas novelas sentimentais, San Pedro também insistiu na centralidade que as mulheres tinham nos diversos momentos de sociabilidade na corte. No *Cárcel de amor*, conforme destacara este autor, dentre as vinte razões apresentadas pelo personagem Leriano, que justificavam as obrigações dos homens para com as mulheres, incluía-se a de que era para elas que se “organizavam as justas, os pomposos torneios e as alegres festas”. Por elas,

³⁶⁵ Os tratados didáticos largamente produzidos durante o reinado de Juan II são uma das referências fundamentais dos tratados novelísticos elaborados a partir da segunda metade do século XV. KRAUSE, A. El Tractado novelístico de Diego de San Pedro. *Bulletin Hispanique*, t. 54, n. 3-4, p. 245-275, 1952.

³⁶⁶ São diversas as referências que alimentaram as novelas sentimentais. Desde elementos da tradição arturiana dos livros de cavalaria, alguns traços da ficção sentimental italiana de Enea Silvio e Boccaccio, até os poemas alegóricos sobre o amor produzidos na França e na Itália. DEYERMOND, A. D. *Historia de la Literatura Española. La Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. p. 294.

³⁶⁷ Embora as primeiras novelas sentimentais tenham surgido em Castela durante o reinado de Juan II, especialmente pelas iniciativas de Juan Rodríguez Del Padrón, elas quase não foram produzidas no reinado de seu filho, Enrique IV. A produção delas só foi retomada, no reinado de Isabel, momento em que o empenho moralizante dessa rainha e de sua corte parece ter favorecido a circulação deste gênero de textos. REDONDO, F. *Historia de la prosa de los Reyes Católicos: El umbral del Renacimiento*. Madri: Ediciones Cátedra, t. II, 2012. p. 1399-1400.

acabavam e começavam todas “as coisas de gentileza”.³⁶⁸ A elas eram vertidos, portanto, todos os esforços de cortesia e todas as virtudes dos cavaleiros. Na novela que dedicou às damas da rainha Isabel, San Pedro, tal como Juan de Flores, não negou sua preocupação a respeito de como as mulheres deveriam agir e sobre quem elas deveriam se assemelhar. As protagonistas respectivamente do *Cárcel de Amor* e do tratado de *Arnalte y Lucenda*, Lauréola e Lucenda eram, como sugeriam seus nomes, uma espécie de laurel para os homens e luz para as demais senhoras do reino. A primeira, nobre princesa de um reino da Macedônia, louvada pelo autor por sua generosidade, seu “coração real” e sua piedosa condição³⁶⁹, só havia conseguido resistir ao amor, mesmo diante das insistentes tentativas de Leriano, porque se considerava mais obrigada à “fama” do que à “vida”. Quer dizer, por se tratar de uma mulher cujo “real nascimento” colocava-lhe na mira de “muitas gentes”, via-se na obrigação de se apresentar como exemplo.³⁷⁰ Do mesmo modo, em *Arnalte y Lucenda*, contrariando as investidas amorosas de Arnalte, a viúva Lucenda dizia preferir mudar-se para uma “casa de religião”³⁷¹ a contrair segundas núpcias com seu pretendente.³⁷² Nesse sentido, conquanto essas personagens fossem a causa dos sentimentos que faziam Leriano e Arnalte e, de maneira geral os nobres cortesãos, prisioneiros do amor e, por vezes, reféns das expectativas não correspondidas, diferente de Mirabella, elas representavam um modelo de conduta exemplar: não haviam se deixado corromper pelo amor, tinham preferido, antes, salvaguardar suas virtudes.³⁷³

Não obstante o relato fabuloso tenha sido o caminho encontrado por Juan de Flores e Diego de San Pedro, dentre outros, para apresentarem, cada um a seu modo, uma leitura crítica sobre os hábitos de cortesia que envolviam as relações amorosas, ele é representativo da necessidade compartilhada pelos nobres cortesãos de discutir não apenas sobre os vícios ou virtudes das mulheres, mas sobretudo de refletir sobre os mecanismos de formação delas e especialmente a propósito da conduta esperada das princesas e rainhas. Pode-se observar, no conjunto dos escritos, que eram muito semelhantes os temas abordados pelos autores dessas narrativas sentimentais e aqueles relatados pelos cronistas acerca do cenário das cortes dos reis

³⁶⁸ SAN PEDRO, D. *Cárcel de amor*. Arnalte y Lucenda. Sermón. Edição de José Francisco Ruiz Casanova. Madri: Edições Cátedra, 2001. p. 140.

³⁶⁹ Ibid., p. 14.

³⁷⁰ Ibid., p. 21.

³⁷¹ Ibid., p. 214.

³⁷² Para lidar com algumas situações do amor, consideradas socialmente inapropriadas, San Pedro escreve em defesa de algumas normas sociais: a honra da dama, o casamento como solução aos contratempos do amor, o retiro religioso para solucionar o amor não correspondido. KRAUSE, A. El tractado novelístico de Diego de San Pedro. *Bulletin Hispanique*, t. 54, n. 3-4, p. 255, 1952.

³⁷³ Tanto Lauréola como Lucenda agiram inicialmente motivadas pela compaixão em relação à tristeza de Leriano e Arnalte, depois, com respeito por seus nomes e em defesa de suas honras, por fim, com indiferença pelo amor desses seus pretendentes. KRAUSE, A. *El tractado novelístico de Diego de San Pedro*. p. 262.

castelhanos. Como quiseram pintar alguns oficiais da escrita, os excessos da vida áulica, marcada pelo luxo, pelas pompas, pelas festas e pela conduta desregrada e depravada de D. Juana – esposa do sucessor e filho de Juan II, o rei Enrique IV –, haviam criado brechas para a construção da ilegitimidade da princesa Juana e contribuído para que a irmã do rei, D. Isabel, fosse considerada herdeira legítima do trono e alcançasse o lugar de rainha proprietária. Dito de outro modo, a entrega ao desejo, a rendição aos deleites dos ambientes festivos e a valorização da aparência pela rainha D. Juana tinham colocado em risco a entrega do trono ao seu legítimo herdeiro e dado ensejo a uma crise sucessória no reino. No entanto, sob o regimento de Isabel, segundo frisaram seus cronistas, a relaxação e o contra modelo de rainha teriam dado lugar ao rigor moral e à exemplaridade. Embora os autores das novelas sentimentais não tenham tido, tais como os cronistas, o compromisso de elaborar um testemunho da verdade dos fatos presentes e passados, ambos advertiram sobre algo comum: os riscos que algumas práticas da vida cortesã impunham à manutenção das virtudes, sobretudo das mulheres. Ora, cabe recordar que um dos motes principais das novelas sentimentais, gênero de textos que encontrou na corte de D. Isabel seu grande público leitor, era justamente apontar os inconvenientes das relações amorosas, os perigos da entrega ao desejo e a imprescindibilidade de que fosse corrigida a frouxidão moral tão comum na corte de Enrique IV.

Os temas amorosos e os debates a propósito dos vícios e virtudes das mulheres, como é possível perceber, continuaram motivando a escrita dos nobres castelhanos na segunda metade do século XV. No entanto, as circunstâncias que deram a duas mulheres, D. Isabel e sua sobrinha, D. Juana, um protagonismo decisivo nos jogos de poder do reino potencializaram o interesse acerca da representatividade social e política das mulheres.³⁷⁴ Os escândalos e as difamações que haviam recaído sobre a rainha e as damas da corte de Enrique IV haviam alimentado a empreitada moralizante da corte de D. Isabel. Desse modo, as discussões mais amplas entre detratores e defensores das mulheres, iniciadas no reinado de Juan II, passaram a compartilhar espaço no reinado de seus filhos, por um lado, com uma querela específica envolvendo essas senhoras, os direitos sucessórios e as capacidades governativas das mulheres, por outro, com a urgência de que, através da educação, as mulheres alcançassem o caminho da virtude, garantissem os bons modos na corte, cuidassem de suas famílias ou conduzissem –

³⁷⁴ Embora não conste na biblioteca de Isabel nenhuma novela sentimental e o rigor moral que marcou sua corte tenha favorecido outros tipos de leituras, o grande público dessas novelas foi a corte dessa rainha. GÓMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos**: El umbral del Renacimiento. Madri: Edições Cátedra, t. II, 2012. p. 1399.

como era o caso excepcional da rainha – o regimento do reino de modo a salvaguardar os interesses do bem comum.

2.1- As mulheres nos jogos de poder

No dia 13 de dezembro de 1474, poucas horas depois da morte do rei Enrique IV, alguns cavaleiros e nobres se reuniam em Segóvia para a entronização do novo rei. Junto à porta da igreja românica de *San Miguel*, onde todos haviam se juntado para a celebração, podia-se ouvir o alto oficial, Juan Díaz de Alcocer³⁷⁵ (1435/1445-1504), proferir o discurso que lhe havia sido encomendado para abrir a aclamação e o juramento régios. Suas palavras representavam uma das primeiras tentativas de se estabelecer as bases da legitimidade da sucessão do reino, não por um varão, como comumente ocorria, mas por uma mulher: a irmã do rei falecido e filha de Juan II, D. Isabel.³⁷⁶ Aos presentes, Díaz de Alcocer lembrava que o “ofício de reinar” demandava uma “autoridade” “altamente canonizada pela autoridade de Deus” e que Este “milagrosamente” havia escolhido Isabel para ser “rainha e senhora” daquele reino. Depois de apresentar sete causas que punham em evidência essa escolha divina, recordava as obrigações que a rainha devia a Deus, a si mesma e ao cargo que passava a ocupar. Na sequência do seu discurso, retomava a lembrança dos defeitos do corpo natural e da miséria da existência terrena – tópica das missas, dos sermões e de outras liturgias realizadas nos juramentos, nas entronizações e coroações³⁷⁷ – para enfatizar que um dos principais desafios de Isabel, na sua trajetória como futura rainha, era vencer os “defeitos naturais” derivados de sua condição de mulher. Quer dizer, conforme as palavras do oficial, ela não podia se esquecer de que “era mulher” e de que, à semelhança de às outras mulheres, não só tinha nascido, padeceria e morreria, mas também estava “sujeita às prisões e aos defeitos naturais” dessa condição. Para

³⁷⁵ A despeito das imprecisões sobre a vida desse homem, acredita-se que ele pertenceu a uma família de conversos que tradicionalmente prestou serviços aos reis castelhanos. Seu pai, por exemplo, foi escrivão do rei Juan II. Já Juan Díaz de Alcocer prestou serviços ao rei Enrique IV, ao príncipe Afonso (aclamado rei na chamada Farsa de Ávila), e atuou como oficial régio dos reis católicos. Possivelmente realizou seus estudos na Universidad de Valladolid. RABADE OBRADO, M. D. P. El doctor Juan Díaz de Alcocer: apuntes biográficos de un servidor de los Reyes Católicos. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, série II, Historia Medieval, t. 3, p. 259-287, 1990.

³⁷⁶ CÁTEDRA, P. M. Oratoria política y modelo de propaganda. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). *Atalaya*, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/576>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

³⁷⁷ Os juramentos, as entronizações e as homenagens foram mais comuns do que as coroações e unções entre os reis da dinastia Trastámara. Mesmo assim, estes momentos representavam o apoio da nobreza à eleição de um novo monarca e revestiam-se de elementos que punham em evidência a sacralidade do rei. NIETO SORIA, J. M. *Ceremonias de la realeza*. Propaganda y legitimación de la Castilla Trastámara. Madri: Nerea, 1993. p. 36-41.

sanar, todavia, tal desventura humana da monarca, catalisada por sua natureza mulheril, o oficial indicava-lhe a obediência a Deus, pois considerava que, só assim, sujeitando-se à vontade divina, ela encontraria remédios para suprir seus defeitos e suficiência para reger o reino.³⁷⁸ Como se pode notar, antes que os nobres jurassem fidelidade à nova monarca e a aclamassem sua rainha, aqueles que a apoiavam tinham apontado o respaldo divino como solução para o que poderia ser considerado uma fragilidade do seu reinado: sua legitimidade na escala sucessória e a dissonância entre sua natureza mulheril e o ofício que passava a exercer.

O frei agostiniano, Martín de Córdoba (? -1476), por exemplo, não ignorou essas questões. Motivado por argumentar a favor da legitimidade de Dona Isabel como “herdeira de Castela e Leão”, ele havia lhe preparado – alguns anos antes de sua entronização e da leitura do referido discurso – o *Jardín de nobles doncellas* (1468).³⁷⁹ Contra aqueles que viam com maus olhos o reino ser regido por mulheres, o frei dizia escrever para mostrar como, “desde o começo do mundo”, até o momento presente, Deus “sempre tinha colocado a saúde nas mãos da fêmea”. A necessidade de lembrar aos citados opositores que “muitos povos e reinos” tinham sido “livrados e bem regidos” por mulheres, nas palavras do clérigo, era, pois, uma das principais razões que o teria feito escrever este tratado. Todavia, mais do que conferir legitimidade ao governo das mulheres, respondendo às questões daqueles que se opunham a este direito, e, indiretamente, aos que se recusavam a aceitar que a mencionada princesa herdasse o reino, Martín de Córdoba também dizia escrever com o intuito de orientar a futura rainha a respeito de sua conduta moral, apresentando-lhe os exemplos das mais virtuosas donzelas.³⁸⁰ Ou seja, antes mesmo da entronização de Isabel, a possibilidade de que ela viesse futuramente a reger o reino já tinha impulsionado o frei a aplicar-se às questões que, por ventura, representassem algum impedimento. Uma delas era discutir sobre até que ponto seriam considerados legítimos a sucessão e o regimento do reino pelas mulheres. A outra, estabelecer quais modelos de conduta elas deveriam seguir quando assumissem tais posições.

Não foi o frei, entretanto, o único a dedicar-se a tal trabalho. A ele, posteriormente se juntaram outros letrados da corte de Isabel, tais como: Hernando del Pulgar (1436- 1493), Diego

³⁷⁸ DÍAZ ALCOCER, J. Oración que hizo el doctor Alcoçer en Segovia a la Reyna Doña Isabel, nuestra señora, en nombre destos reynos, quando fue sublimada y resçebida por reyna dellos, martes, día de santa Luzía, XIII días de diciembre de LXXXIII años. In: CÁTEDRA, P. M. Oratoria política y modelo de propaganda. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). *Atalaya*, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/576>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

³⁷⁹ Não existe conservada nenhuma versão manuscrita deste tratado, apenas duas versões impressas: Valladolid (1500) e Medina del Campo (1542). GÓMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa medieval castellana*. Madri: Cátedra, v. IV, p. 3662-3663, 2007.

³⁸⁰ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*. Introdução de Padre Felix García. Madri: Coleção Joias Bibliográficas, 1953. p. 7-9.

de Valera³⁸¹ (1412-1488), Alonso de Palencia (1424-1492), Andrés Bernaldez (1450-1513), Hernando de Talavera (1428-1507), Íñigo de Mendoza (1425-1507), Juan Díaz de Alcocer (1435/1445-1504), Diego Rodríguez de Almela (1426- 1489/1492), dentre tantos que escreveram entre os séculos XV e início do XVI. A julgar pelo maior volume de textos sobre este tema, e de autores que se dedicaram a ele, após a elevação de Isabel ao trono, parece que essa discussão ganhou mais espaço e contornos mais nítidos durante o reinado da monarca, especialmente nas ocasiões em que sua legitimidade foi questionada. Conforme sugerem as crônicas, as orações, os espelhos de princesa e os diversos tipos de textos elaborados pelos letrados, fazia-se necessário enfatizar a legitimidade da sucessão da coroa pelas mulheres, resgatando as normativas do reino que previam tal direito e os episódios do passado em que outras senhoras tinham herdado a coroa. Mas não apenas isso, era imprescindível justificar que a sucessão pertencia à irmã do rei Enrique IV e não à sua suposta filha, a princesa Juana. Daí o papel fundamental dos cronistas e de outros letrados na elaboração das narrativas: sobre a honra e a desonra, respectivamente, de uma e outra mulher; acerca das imagens exemplares da rainha Isabel e do seu reinado; sobre as possibilidades de as mulheres herdarem e regerem o reino; e ainda a propósito dos parâmetros da atuação de uma mulher no regimento do reino.

Durante o reinado de Juan II, como pudemos ver no primeiro capítulo, alguns nobres, a exemplo do clérigo franciscano, Juan Rodríguez Del Padrón, tinham chegado a defender que, em momentos de situação extrema, a rainha poderia ser considerada a pessoa mais digna e propensa a exercer o regimento do reino.³⁸² Àquela altura, como vimos, mesmo sendo uma rainha consorte, Dona Maria havia participado ativamente dos jogos de poder que opunham as alas aragonesa e castelhana da nobreza. Nela tinha sido depositada a confiança de que os tratados escritos em defesa das mulheres fossem recebidos e aceitos na corte. Antes de Dona Maria, a mãe de Juan II, Dona Catarina de Lancaster, tinha já visto seus poderes ampliados depois da morte de seu marido, o rei Enrique III. Diante de tal circunstância, tinha-lhe sido atribuída a tarefa de não apenas exercer a regência do reino³⁸³, mas de cuidar da educação do futuro rei Juan II. Antes do século XV, algumas circunstâncias anômalas também levaram outras mulheres a ocupar condições excepcionais nos jogos de poder como regentes ou

³⁸¹ Embora tenha tido destaque na corte de Juan II, acabou tendo menor expressividade na corte de Enrique IV, voltando a desempenhar funções importantes a cargo dos reis católicos. MOYA GARCÍA, C. La producción historiográfica de Mosén Diego de Valera en la época de los Reyes Católicos. SALVADOR MIGUEL, N; MOYA GARCÍA, C. (Ed.). *La literatura en la época de los Reyes Católicos*. Madri: Iberoamericana, 2008. p. 146.

³⁸² DEL PADRÓN, J. R. *Triunfo de las donas.*, p. 234.

³⁸³ Ainda que compartilhada com seu cunhado: Fernando de Antequera.

consortes.³⁸⁴ Conquanto a afirmação do poder das mulheres tenha tido alguns antecedentes no reino castelhano, o governo de Dona Isabel, filha de Juan II, ganharia parâmetros específicos, dado o posto de rainha proprietária alcançado por ela. Diferente de grande parte das rainhas que lhe antecederam, sua esfera de atuação não se limitou à condição de consorte, isto é, não se deveu meramente ao *status* de esposa, viúva ou mãe do rei, mas antes à sua titularidade.³⁸⁵

Levando isso em consideração, propomo-nos, neste capítulo – depois de termos examinado o empenho dos castelhanos na defesa de suas mulheres –, analisar mais um aspecto que as colocou no alvo das discussões promovidas por eles no Quatrocentos: o poder.³⁸⁶ Procuraremos, assim, mapear alguns conjuntos discursivos em que os poderes delas, sobretudo da rainha, foram discutidos, bem como avaliar a função da escrita na construção desses poderes. Nosso fito é refletir sobre até que ponto podem ser estabelecidas relações entre o alto lugar ocupado pela rainha Dona Isabel, no que diz respeito à condução do regimento do reino, e a maior atenção dada aos lugares e papéis das mulheres.

2.2- A história a serviço dos reis. Os cronistas e a coroa

A escrita é coisa para que se mantenha a memória dos feitos, por isso, é necessário que os escrivães que a irão fazer sejam bons e entendidos, e principalmente que sejam da casa do rei, pois a este convém que eles tenham bom sentido e bom entendimento, e que sejam leais e saibam guardar os segredos [...]³⁸⁷

Desde o reinado de Afonso X (1252-1284), a relevância dada aos registros escritos exigiu que se conferisse maior atenção ao perfil dos escolhidos para exercer as atividades escriturárias. Além de serem “bons” e “entendidos” nas letras, como sugere o código legislativo preparado sob os auspícios do rei sábio, eles deveriam ser “fieis” aos reis. Para tanto, cumpriam-lhes compor a corte dos monarcas, mostrando-se dignos da confiança deles. Assim, para o *scriptorium* do rei sábio foram convocados ajuntadores, iluminadores e tradutores para

³⁸⁴ JESUS FUENTE, M. ¿Reina la reina? Mujeres en cúspide del poder en los reinos hispánicos de la Edad Media (siglos VI-XIII). **Espacio, Tiempo y Forma**, Historia Medieval, série III, t. 16, p. 53-71, 2003.

³⁸⁵ DEL VAL VALDIVIESO, M. I; PELAZ FLORES, D. La historia de las mujeres en el siglo XXI a través del estudio de la reginalidad medieval. **Revista de Historiografía**, Espanha, n. 22, p. 101-127. 2015.

³⁸⁶ NIETO SORIA, J. M. **Ser reina**. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica. e-Spania. Governar en Castille au Moyen Âge: la part des femmes, 1 jun. 2006. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/327>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

³⁸⁷ **LAS SIETE PARTIDAS**. Partida II, título IX, Lei 8.

trabalhar em projetos de grande envergadura escritos em vernáculo. Narrar a história sagrada e pagã desde o episódio genesíaco da criação até o tempo do reinado deste rei foi um desses empreendimentos, dado a conhecer pela *General Estoria*; outro, inscrito na *Estoria de España*, foi o de elaborar uma narrativa particular sobre o espaço hispânico desde Noé até a restauração hispânica cristã, conduzida pelos reis que se intitulavam herdeiros dos visigodos. Ou seja, remonta a essas iniciativas de fomento à escrita no século XIII, o início de uma história cada vez mais realizada sob os auspícios dos monarcas e integrante do programa de afirmação do poder régio.³⁸⁸

A Chancelaria régia³⁸⁹, por reunir letrados aptos aos afazeres ligados à justiça e à administração, colocou os escrivães, notários, chanceleres, e outros que nela trabalhavam, sob a mira dos monarcas interessados, dentre outras coisas, em regular o regimento do reino e registrar os eventos presentes e passados. Por isso, não foi incomum o preparo de algumas das primeiras histórias gerais e particulares do reino ficar a cargo dos oficiais da chancelaria.³⁹⁰ Pelo contrário, proveio dela grande parte dos homens escolhidos para atender às expectativas historiográficas dos reis.³⁹¹ Todavia, como as crônicas preparadas durante o reinado de Afonso X tiveram o monarca como enunciador do discurso histórico e propuseram uma história geral do reino, somente tempos depois, isto é, na primeira metade do século XIV, foi que uma figura da chancelaria do rei Afonso XI (1311-1350) pôde se destacar e se intitular autor de uma crônica, focalizando reinados particulares³⁹²: o chanceler Fernán Sanchez de Valladolid (1325-?).³⁹³ Anos mais tarde, outro chanceler, o nobre Pero López de Ayala (1332-1407), pelas

³⁸⁸ MÁRQUEZ VILLANUEVA, F. **El concepto cultural alfonsí**. Edición revisada y aumentada. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 35. KRUS, L. Os heróis da reconquista e a realeza sagrada peninsular: Afonso X e a Primeira Crônica Geral de Espanha. **Penélope**. Fazer e desfazer História, n. 4, p. 6, 1989. FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos. **Nuevo panorama**. Cahiers d'études hispaniques medievales, n. 18-19, p. 12, 1994-1996.

³⁸⁹ GONZÁLEZ CRESPO, E. Organización de la cancellería castellana en la primera mitad del siglo XIV. **En la España Medieval**, n. 8, p. 447-470, 1986.

³⁹⁰ KAGAN, R. **Los cronistas y la corona**. La política de la historia en España en las Edades Media y Moderna. Madri: Marcial Pons, 2010. p. 60.

³⁹¹ Na França do século XIV, por possuírem uma cultura livresca e estarem em contato com os arquivos, os servidores da chancelaria também foram escolhidos pelos reis para compor a história do reino. GUENÉE, B. Chancelleries et monastères. La mémoire de la France au Moyen Âge. In: NORRA, P. (Org.). **Les Lieux de Mémoire**. França: Edições Gallimard, 1997. p. 604.

³⁹² A despeito disso, há que ponderar que ainda são mantidas nessas crônicas aproximações com o modelo das crônicas gerais, uma vez que o trabalho dos cronistas foi escrever dando continuidade à *Estoria de Espanha*. GÓMEZ REDONDO, F. De la crónica general a la real. Transformaciones ideológicas en Crónica de tres reyes. In: MARTÍN, G. **La Historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII- XV)**. Madri: Casa de Velázquez, 2000. p. 95-108.

³⁹³ Foi notário maior de Castela e chanceler do selo e da puridade durante o reinado de Afonso XI. Escreveu as crônicas dos reis Afonso X, Fernando I, Sancho IV e provavelmente de Afonso XI. PUYOL, J. El presunto cronista Fernán Pérez de Valladolid. **Boletín de la Real Academia de Historia**, Madri, t. 77, p. 5, 1920.

narrativas que compôs acerca da ascensão da dinastia de Trastâmara e dos três primeiros reinados dessa casa dinástica, também ganharia o título de autor das crônicas do reino.³⁹⁴

Conquanto os oficiais da chancelaria e outros membros da casa real tenham atuado como escritores das histórias do reino, a oficialização do cargo de cronista só veio a ocorrer durante o reinado de Juan II, momento em que o ofício se tornou especializado e exigiu denominações específicas, a saber: cronista-mor e cronista do rei. A carta de nomeação do cronista de Juan II, Juan de Mena (1411-1456), expedida por volta de 1444, foi, pois, significativa do reconhecimento de tal ofício e de que passavam a ser garantidos pelos monarcas os direitos e a remuneração destes funcionários.³⁹⁵ Pelo que se pode deduzir das outras cartas de nomeação preparadas no decorrer dos reinados dos filhos de Juan II, Enrique IV e Isabel, tal ofício foi ganhando cada vez mais importância, uma vez que, além de os referidos monarcas terem aumentado o número deste tipo de funcionário, passaram a evidenciar, de modo mais claro, as razões que os motivavam a escolhê-los. Segundo consta nessas missivas, a idoneidade, a habilidade em lidar com a escrita, a discrição e sobretudo a fidelidade compunham o perfil do cronista desejado por esses monarcas.³⁹⁶ Quer dizer, pouco a pouco, a tarefa de compor a história do reino ganhava os foros de uma atividade cuja finalidade maior era traduzir as vontades dos reis, o que exigia daqueles que a desempenhavam afinação às pretensões do poder real. A esse respeito, Fernán Perez de Guzmán, no prólogo de *Generaciones y Semblanzas* (1450-1455), ao discutir sobre a forma de historiar vigente em seu tempo, tinha feito um alerta. Para ele, “muitas vezes acontecia de as crônicas falarem dos poderosos reis, dos notáveis príncipes e das grandes cidades” de maneira “incerta e suspeitosa”, dentre outros motivos, porque aqueles que as escreviam trabalhavam “mais para agradar, lisonjear, ou não aborrecer esses nobres”, “do que para alcançar a verdade das coisas que se passaram”.³⁹⁷

É certo que o crescimento do apelo instrutivo da história – pelas possibilidades que ela apresentava aos reis e nobres de conhecerem os exemplos positivos e negativos do passado –, associado às exigências administrativas do reino³⁹⁸, explicam em parte a oficialização do

³⁹⁴ FERRO, J. N. El intertexto político en las crónicas del canceller Ayala. **Incipit**, Buenos Aires, n. 10. p. 66-89, 1990. La elaboración de la doctrina política en el discurso cronístico del canceller Ayala. **Incipit**, Buenos Aires, n. 11, s/p, 1991. Ayala y Aljubarrota: Actitud didáctica y lócus doctrinal. **Studia Spanica Medievalia**, Buenos Aires, n. 2, p. 58-64, 1992. GUIMARÃES, M. L. Os protagonismos do cruel e do cru, antes dos “favoritos” de Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 41, p. 107-129, 2004.

³⁹⁵ TATE, R. La historiografía del reinado de los Reyes Católicos. In: CODOÑER, C; GONZÁLEZ IGLESIAS, J. A. (Ed.). **Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento**. Salamanca: Universidad, 1994. p. 18.

³⁹⁶ BERMEJO CABRERO, J. L. **Orígenes del oficio de cronista real**. Hispania, Madrid, n. 40, p. 395-409, 1980.

³⁹⁷ PÉREZ DE GUZMÁN, F. **Generaciones y Semblanzas**. p. 3-5.

³⁹⁸ Se por muito tempo, a administração real e senhorial se apoiou nos clérigos, no século XV, foram os letrados os escolhidos para dirigir os assuntos dos reis e nobres. TATE, R. Los trabajos del cronista cuatrocentista. **Studia Historica**. Historia Moderna, Espanha, v. XIII, p. 29, 1995.

cargo de cronista em meados do século XV.³⁹⁹ No entanto, as constantes lutas internas que assolaram Castela, durante os reinados de Juan II e de seus filhos, parecem ter tido um peso decisivo na sobrelevação de tal função.⁴⁰⁰ Diante dos vaivéns das forças em contenda, cabia aos responsáveis por relatar a história do reino legitimar, difundir e perpetuar uma determinada imagem dos monarcas; contar e, por vezes, recontar alguns episódios dos grupos em conflito.⁴⁰¹ Assim, muitas vezes, o que garantiu a permanência de um cronista no seu cargo não foi só a duração dos reinados, ou o caráter vitalício que alguns monarcas tentaram conferir a tal ofício, mas sobretudo a habilidade que este oficial deveria demonstrar em seus relatos de traduzir a vontade dos reis.⁴⁰²

Como vimos, o reinado de Juan II foi marcado por uma série de conflitos entre bandos da aristocracia castelhana e aragonesa, entre defensores e opositores da privança régia do condestável Álvaro de Luna; contendas que são perceptíveis até mesmo na elaboração e refundição da *Crónica de Juan II*, não só por causa da pluralidade de perspectivas reunidas na crônica, mas ainda pela rivalidade entre os diversos escritores que a prepararam.⁴⁰³ Guardadas as devidas particularidades, os relatos cronísticos sobre o reinado de Enrique IV também foram marcados pelos embates entre alguns privados régios, como Beltrán de la Cueva e Juan Pacheco⁴⁰⁴, pelas contendas entre os que apoiavam o monarca e aqueles que sustentavam os poderes de seu irmão, Afonso, e depois da morte deste (1468), dos poderes de sua irmã, Isabel.⁴⁰⁵ Não obstante as espadas e lanças tenham sido armas a que os grupos em conflito recorreram, as plumas também tiveram relevância nessas querelas.⁴⁰⁶ Para se ter uma ideia do quão conturbada foi a cronística nesses tempos, a crônica preparada pelo oficial de Enrique IV,

³⁹⁹ BERMEJO CABRERO, J. L. Orígenes del oficio de cronista real. *Hispania*, Madri, n. 40, p. 395-409, 1980.

⁴⁰⁰ NIETO SORIA, J. M. La parole: un instrument de lutte politique dans la Castille de la fin du Moyen Âge. *Revue historique*, França, v. 4, n. 632, p. 707-725, 2004.

⁴⁰¹ BLANCHARD, J; MUHLETHALER, J. C. *Écriture et pouvoir à l'aube des temps modernes*. Paris: Imprensa da Universidade, Paris, 2002. p. 2.

⁴⁰² HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, P. La memoria de la historia oficial: Crónicas y cronistas en la España de los Reyes Católicos. *Revista EPCCM*, n. 15, p. 241, 2013.

⁴⁰³ GOMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa medieval castellana*. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2209-2217.

⁴⁰⁴ CARCELLER CERVINO, M del P. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado régio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, n. 32, p. 85-112, 2009.

⁴⁰⁵ Conforme a análise de Maria Isabel Del Val Valdivieso algumas medidas tomadas por Enrique IV, tais como: a concessão de benefícios a certos grupos, sua indisposição e rivalidade com o rei aragonês Juan II e os conflitos entre o monarca e algumas cidades pela nomeação de seus regedores; parecem ter sido motivos para o enfraquecimento do seu reinado. La sucesión de Enrique IV. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, série III, t. 4, p. 43-78, 1991.

⁴⁰⁶ Os enfrentamentos entre a nobreza e a monarquia marcaram o reino castelhano ao longo dos séculos XIII, XIV e XV. Suárez Fernández explica detalhadamente como essas disputas marcaram a dinastia Trastâmara, desde sua fundação, a partir de um fratricídio, até as guerras civis que opuseram reis e ligas nobiliárquicas nos reinados de Juan II e Enrique IV. *Nobleza y monarquía*. Madri: La esfera de los libros, 2003. p. 10-23.

o cronista e capelão Diego Enríquez de Castillo (1443-1503), foi roubada em 1467⁴⁰⁷ e entregue a Alonso de Palencia (1423-1492), cronista partidário de Afonso e Isabel (irmãos do rei), para que este elaborasse outra versão dos fatos sobre aquele reinado. De tal versão, preparada em latim, um outro autor, cujo nome não se sabe, fez uma terceira versão em vernáculo, a qual, durante o reinado dos reis católicos, Diego de Valera recorreu para escrever uma quarta versão sobre o reinado de Enrique IV.⁴⁰⁸

Obrigado a refazer a crônica que lhe havia sido roubada, Diego Enríquez de Castillo compôs a *Crónica del rey Enrique*, na qual dizia escrever para justificar sua posição em relação aos fatos ocorridos, responder às calúnias de que era acusado pelos que lhe haviam roubado, louvar a “pujança e grandeza” de Enrique IV, embora dissesse que não deixaria de lembrar os “infortúnios” deste rei. Já os outros cronistas, mais comprometidos em focalizar a legitimidade dos irmãos de Enrique na sucessão ao trono, acabaram destacando os deméritos do monarca ou descrevendo seu reinado como pano de fundo para os que eles consideravam ser os verdadeiros legatários do reino.⁴⁰⁹ Ou seja, enquanto Diego Enríquez de Castillo, defendendo a monarquia, compôs uma história que, de certo modo, favorecia o rei Enrique IV, Alonso de Palencia colocou sua pluma a serviço da defesa da liga nobiliárquica formada contra tal rei⁴¹⁰, já Diego de Valera, fazendo uma retrospectiva dos fatos daquele reinado, escreveu retomando os seus prejuízos, pois, afinal, eles justificavam a eleição dos reis católicos – para os quais ele trabalhava. Como se pode notar, essa proliferação de crônicas, evidenciada pela avalanche de relatos concorrentes, às vezes, escritos por cronistas adversários, é representativa de como o apanágio da verdade foi uma arma importante nos jogos de poder. A esse privilégio recorreram os cronistas a fim de enfatizar que, em meio a tantas disputas, as suas versões eram as mais verdadeiras.⁴¹¹ Sobre essa questão lembrava Palencia, referindo-se provavelmente a Enríquez de Castillo, que não faltavam “historiadores subornados” a quem chamavam de cronistas, os quais prometiam deixar descritas tantas “insígnias façanhas” em “eternos monumentos”, mas

⁴⁰⁷ Alonso de Palencia também narra esse episódio e denomina Enríquez de Castillo de “escritor mentiroso”. **Crónica de Enrique IV**. Tradução de D. A. Paz y Melia. Madri: Revista de Archivos, t. II, 1905. p. 93.

⁴⁰⁸ As crônicas preparadas por Enríquez de Castillo, Alonso de Palencia, pelo autor anônimo e por Diego de Valera receberam as seguintes denominações: *Crónica del rey Enrique el Cuarto*, *Gesta Hispaniense* (Décadas), *Crónica Castellana* e *Memorial de diversas hazañas*. GOMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana**. El reinado de Enrique IV. El final de la Edad Media. Madri: Edições Cátedra, 2007. p. 3481.

⁴⁰⁹ Enquanto Palencia focou mais nos vícios do rei Enrique IV e daqueles que compunham sua corte, Diego de Valera colocou em evidência os erros cometidos pelo monarca no regimento do reino.

⁴¹⁰ MONTERO MÁLAGA, A. I. Dos cronistas para un reinado: Alonso de Palencia y Diego Enríquez de Castillo. **Estudios Medievales Hispánicos**, Espanha, n. 2, p. 109, 2013.

⁴¹¹ Segundo Foucault os processos do verdadeiro são inseparáveis dos processos que o estabelecem, ou seja, as relações de poder produzem realidades e verdades. DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 38.

“exaltavam com o maior descaro o vituperável”.⁴¹² Por certo, esses cronistas não atuaram meramente executando a tarefa de colocar suas plumas a serviço de um ou outro grupo em disputa pelo poder, eles se envolveram diretamente nessas querelas, participaram de algumas das intrigas, viram seus escritos serem roubados, tiveram, por vezes, de refazê-los.

Isabel, de sua parte, depois que assumiu a coroa, não ignorou o poder da pluma e daquele que a manejava no preparo da história oficial do reino, nem desprezou o quão importante era exercer algum tipo de controle sobre a escrita e sobre quem a realizava. Em 1474, cortou o salário do cronista de Enrique IV, Diego Enríquez de Castillo. Nas Cortes de Toledo (1480), dispensou o cronista Alonso de Palencia, logo após ele ter se negado a submeter seus escritos ao seu exame, e passou a Hernando del Pulgar o cargo de cronista régio. A dispensa de Palencia provavelmente também estava relacionada ao rompimento do acordo tácito comumente estabelecido entre reis e cronistas: o comprometimento dos últimos com a elaboração de uma história favorável aos primeiros. Certas declarações feitas pelo cronista, nos seus relatos, punham em evidência o rompimento desse convênio, uma vez que, nelas, antes de fazer sobressair os louvores à rainha, tinha desabonado algumas das posturas da monarca.⁴¹³ A narrativa sobre a entronização de Isabel, por exemplo, é um dos momentos em que o cronista dizia desaprovar a conduta da rainha, de um lado, pela demora com que ela teria agido para avisar seu marido da morte do rei Enrique IV, de outro, por não ter esperado Fernando para o ritual de entronização. Sobre esse episódio, segundo Palencia, “alguns suspeitaram que a notícia” da morte do rei Enrique “atrasava pelo mal acordo dos conselheiros” da monarca, “desejosos, segundo haviam começado a tramar nos primeiros dias do matrimônio, de que a Rainha tivesse o primeiro lugar na governação do reino”.⁴¹⁴ O cronista denunciava, assim, a iniciativa da monarca de relegar o seu marido à condição de rei consorte.⁴¹⁵ Palencia deixava entrever no seu texto, ademais, que considerava a monarca suscetível à opinião de seus conselheiros, dado que, nas palavras dele, ela se deixava “levar pelo influxo dos mal intencionados que a rodeavam”.⁴¹⁶ Logo, não obstante os serviços prestados por Palencia aos opositores de Enrique IV, em ocasiões como a missão enviada ao papa (1464) para pedir-lhe apoio contra tal rei, ou nos momentos que antecederam a concretização da união dos ramos

⁴¹² PALENCIA, A. *Crónica de Enrique IV*. Tradução de D. A. Paz y Melia. Madri: Revista de Archivos, tomo I, 1905. p. 183.

⁴¹³ TATE, R. La historiografía del reinado de los Reyes Católicos. In: CODOÑER, C; GONZÁLEZ IGLESIAS, J. A. (Ed.). *Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento*. Salamanca: Universidad, 1994. p. 19.

⁴¹⁴ PALENCIA, A. *Crónica de Enrique IV*. Tradução de D. A. Paz y Melia. Madri: Revista de Archivos, tomo III, 1905. p. 315.

⁴¹⁵ CARRASCO MANCHADO, A. I. *Isabel I de Castilla*. La sombra de la ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 35-36.

⁴¹⁶ PALENCIA, op. cit., p. 320.

aragonês e castelhano da dinastia de Trastâmara, através do matrimônio entre Fernando e Isabel; ele teria perdido a confiança da rainha pelas críticas que lhe havia feito. Diante de um cronista que levantava dúvidas sobre suas virtudes e sua capacidade de reinar, não admitia que examinassem seus escritos, bem como depositava apenas no rei a autoridade para reger o reino, Isabel de pronto o teria preterido em favor de outro.⁴¹⁷

O escolhido para ocupar tal lugar, Hernando del Pulgar, já tinha sido escrivão da chancelaria de Juan II e secretário de Enrique IV. Tinha também se mostrado digno da confiança da rainha, quando, em 1475, ela o escolhera para liderar uma missão diplomática ao reino francês, governado por Luis XI. Sem contar que ele havia demonstrado vontade de atender às petições da monarca. Em uma de suas cartas enviadas a Isabel, no ano de 1482, Hernando del Pulgar dizia que não se recusava a enviar seus escritos à corte, para que eles passassem por um exame prévio conduzido pela rainha e pelas outras pessoas da confiança dela. Nessa missiva, o cronista dirigia-se à monarca com as seguintes palavras: “Eu irei a Vossa Alteza, segundo me manda e levarei o escrito até aqui, para que o mande examinar [...]”. Além de se declarar obediente à monarca, não deixava de exaltar a diligência com que Isabel “mandava compor sua História”, trabalhando para que os fatos passados não caíssem nem calassem com o passar do tempo.⁴¹⁸ Desse modo, desde os anos 80, até sua morte, Hernando del Pulgar ocupou o lugar de porta-voz da história que os reis católicos desejaram para seu o reinado, relatando os episódios do reino até 1490. Nessa condição, enfatizou sua reponsabilidade de escrever sobre a “verdade das coisas” e de ensinar aos seus contemporâneos, a partir do conhecimento das experiências passadas, o que eles deveriam seguir e evitar.⁴¹⁹ Tarefa que compartilhou com Diego de Valera, autor da *Crónica de los Reyes Católicos*, na qual o nobre relatou o reinado de Isabel e Fernando até 1488; Juan de Flores, suposto autor da *Crónica incompleta de los Reyes Católicos*, narrativa centrada entre os anos de 1468 e 1476; e André Bernáldez, responsável pela *Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, cujo recorte final alcança o ano de 1513; dentre outros.⁴²⁰ Crônicas que ganharam maior dimensão no reino tendo em vista

⁴¹⁷ TATE, R. Los trabajos del cronista cuatrocentista. *Studia Historica*. Historia Moderna, v. XIII, p. 42, 1995.

⁴¹⁸ PULGAR, H. *Claros varones de Castilla y Letras de Fernando de Pulgar, consejero, secretario y coronista de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*. Madri: Geronimo Ortega e Hijos de Ibarra, 1789, p. 202-203.

⁴¹⁹ PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Valladolid: Editorial Maxtor, 2011. p. 1.

⁴²⁰ Desses nomes, têm-se notícias de que apenas Juan de Flores recebeu a nomeação de cronista oficial. Diego de Valera recebeu, da rainha Isabel, o encargo de escrever a *Crónica abreviada* (centrada no reinado de Juan II), o *Memorial* (onde relatou o reinado de Enrique IV) e a *Crónica de los Reyes Católicos*. Já Bernáldez, foi cura na vila de Los Palacios e confessor do rei Fernando, no entanto, não disfrutou de nenhum ofício cortesão, nem do cargo de cronista real. Segundo suas palavras, escreveu as memórias daquele reinado motivado pela curiosidade. GÓMEZ REDONDO, F. *Historia de la prosa de los Reyes Católicos*: El umbral del Renacimiento. Madri:

o avanço da tipografia, já que, seus manuscritos, antes restritos à leitura/audição dos reis e daqueles que compunham as cortes, puderam alcançar, através das versões impressas, um público mais amplo.⁴²¹

Conforme havia declarado Juan de Flores, na *Crónica incompleta de los Reyes Católicos*⁴²², “evangelistas” e cronistas aproximavam-se pelo trabalho que realizavam. Se os primeiros escreviam dando fé às obras divinas, os segundos faziam o mesmo, só que em relação às obras terrenas. Por isso, cabia denominar estes últimos de “evangelistas temporais”. A autoridade e a sacralidade que revestiam este ofício o assemelhavam, no âmbito terrestre, à tarefa celestial dos apóstolos de Cristo.⁴²³ Assim como Juan de Flores, embora nem sempre apelando da mesma forma para o valor sagrado dos seus escritos e de suas tarefas, outros foram convocados a imortalizar o passado por intermédio de suas plumas. Enquanto Lucio Marineo Sículo e António de Nebrija foram encarregados de preparar, no primeiro caso, a história do pai de Fernando (Juan II de Aragão) e, no segundo, a tradução para o latim da crônica escrita por Hernando del Pulgar e uma *Muestra de la Historia de la Antigüedades de España*; a Pedro Mártir de Anglería (1457-1526) coube a tarefa de reunir as notícias sobre o novo mundo em *De orbe novo*. Em suma, entre o final do século XV e o início do XVI, na maioria das vezes, os historiadores régios não eram mais simplesmente funcionários da chancelaria. Eram letrados que exibiam o título de cronista, atestavam a veracidade dos fatos, deveriam mostrar habilidade em usar a escrita em defesa dos poderes de uma rainha titular, atuavam como porta-vozes dos reis em embaixadas no estrangeiro, preparavam-lhes certas obras e, em grande parte dos casos, não se recusavam a submeter os seus textos à leitura e ao crivo dos monarcas.⁴²⁴

Como efeito, alguns aspectos distinguiram a produção historiográfica do período dos reis católicos. O notável apoio concedido pelos monarcas à produção de textos históricos escritos em latim e vernáculo, o reconhecimento do controle que deveriam exercer sobre os textos, bem como a relevância dada por eles às letras na consolidação dos seus poderes, foram alguns desses aspectos. A estes, somaram-se outros, tais como: a escolha cada vez mais

Ediciones Cátedra, t. I, 2012. p. 44-120. Ver também: LADERO QUESADA, M. A. Isabel la Católica vista por sus contemporáneos. **En la España Medieval**, Espanha, n. 29, p. 225-286, 2006.

⁴²¹ HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, P. La memoria de la historia oficial: Crónicas y cronistas en la España de los Reyes Católicos. **Revista EPCCM**, n.15, p. 255, 2013.

⁴²² Apesar das dúvidas acerca da autoria dessa crônica, alguns estudos apontam que Juan de Flores foi seu autor. A crônica trata dos episódios do reino desde a morte de Afonso, irmão mais novo de Isabel, até ao ano de 1476, ou seja, até o segundo ano de governo da monarca. RÁBADE OBRADÓ, M. P. **La imagen de Isabel I de Castilla en la Crónica incompleta de los Reyes Católicos**. e-Spania. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/333>>; DOI: 10.4000/e-spania.333>. Acesso em: 08 mar. 2016.

⁴²³ AGNEW, M. Evangelista temporal: The limits of historiographical discourse in Juan de Flores’s royal chronicle. In: GWARA, J. J. **Juan de Flores: four studies**. Londres: University of London, 2005. p. 19.

⁴²⁴ HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, op. cit., p. 242.

recorrente de homens versados nos *studia humanitatis* para escreverem a história do reino; a recomendação aos letrados de retomar costumes e eventos passados no reino que justificassem a sucessão e o regimento das mulheres; o empenho desses letrados em exaltar o governo dos católicos em detrimento dos monarcas antecessores, apelando para a paz instaurada por aqueles e/ou para a habilidade demonstrada por eles de não se conduzirem, como seus predecessores, por seus privados.⁴²⁵ Não menos importante foi o reforço messiânico dado ao caráter e à história dos reis católicos, por um lado, pela luta que eles haviam empreendido contra os inimigos da fé, simbolizada pela reconquista do último reduto muçulmano (Granada- 1492), expulsão dos judeus (1492) e expansão da fé cristã aos novos recantos conquistados⁴²⁶; por outro, pela construção da imagem desses monarcas como responsáveis por recuperar o passado geográfico peninsular visigótico, anterior à invasão muçulmana, ou seja, como restauradores da unidade hispânica.⁴²⁷

É importante esclarecer que, a despeito da proliferação e relevância dos relatos cronísticos, ao longo do século XV, floresceram diferentes tipos de escritos sobre o poder. Parte das lutas entre os grupos em contenda e da tentativa de consolidação do poder monárquico, as orações, os sermões, os tratados de educação de príncipes, ou seja, os diferentes gêneros de textos em prosa e verso foram preparados para servirem de registro escrito e/ou serem representados oralmente nas cerimônias privadas e régias.⁴²⁸ Sem desconsiderar, assim, as diversas nuances dadas ao reinado dos católicos e os diferentes gêneros textuais que tiveram como pauta os jogos de poder no reino, mas sem a pretensão de dar conta de todos eles, centraremos nossa análise, pelo menos por ora, entre os anos finais do reinado de Enrique IV e iniciais da rainha Católica, momento em que a sucessão e o regimento de Castela por Isabel ou Juana acabaram alimentando novamente no reino uma nova querela envolvendo as mulheres. Ocasão em que, portanto, não só a defesa de uma e o vitupério de outra foram representativos

⁴²⁵ Mesmo em meio à guerra contra os portugueses, defensores dos direitos sucessórios de Dona Juana, foi comum, nos discursos legitimadores do poder dos católicos, a ideia de que estes últimos eram responsáveis por reparar os erros do passado, dentre eles, as constantes contendas entre os nobres e a fragilidade do poder régio. CARRASCO MANCHADO, A. I. **Isabel I de Castilla**. La sombra de la ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 140 e 166.

⁴²⁶ AZCONA, T. **Isabel la católica**. Estudio crítico de su vida y su reinado. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993. p. 632-702, 795-802, 810-871.

⁴²⁷ RIBOT GARCÍA, L. La España de los Reyes Católicos como fundamento de la Monarquía Hispánica. In: VALDEÓN BARUQUE, J. **Arte y cultura en la época de Isabel la Católica**. Valladolid: Ámbito, 2003. p. 351-367.

⁴²⁸ Pedro Cátedra denomina de *funcionarial* os textos em vernáculo de caráter administrativo, cerimonial, ritual, de etiqueta e burocrático, preparados não apenas para servir de registro escrito, mas também, através da leitura pública, compor performaticamente as cerimônias e os ritos. Cátedra considera, retomando os estudos de Nieto Soria, esses registros importantes na legitimação, propaganda e representação dos reis Trastâmaras. CÁTEDRA, P. La literatura funcionarial en tiempos de los Reyes Católicos. In: CHAS AGUIÓN, A; TATO GARCÍA, C. (Ed.). **Siempre soy quien ser solía**: Estudios de literatura española medieval en homenaje a Carmen Parrilla. Coruña: Universidad de Coruña, 2009. p. 57-58.

das disputas pela coroa, mas também o foram as pautas de conduta e as imagens modelares criadas para a mulher que assumiu o posto de rainha.

2.3- Das querelas no reino e da sucessão ao trono. Duas mulheres e uma coroa

[...] levantou-se perto dos muros de Ávila, em um plano espaçoso, um cadafalso à maneira de um edifício de madeira, aberto ao redor, para que todos os circundantes pudessem ver o que na parte mais alta se fazia. Colocou-se ali logo uma estátua do rei D. Enrique, sentado em seu trono; subiram imediatamente os Grandes, e diante da estátua foram lidas as súplicas e representações que tantas vezes, e tão em vão, haviam levado à Majestade real os oprimidos; acrescentaram as acusações da obstinação com que se aumentavam os agravos aos povos e a corrupção cada vez mais escandalosa, e veio a ser decretada a sentença de destronamento [...] O arcebispo tirou da estátua a coroa, o Marquês arrancou da mão direita dela o cetro; o conde de Plasencia, a espada; despojando-a de todas as insígnias reais [...]. Ato contínuo, subiu ao trono o príncipe D. Afonso, e foi revestido daquelas insígnias com aplauso da multidão que, entre o barulho dos clarins, o aclamou como rei [...]⁴²⁹

No dia 5 de junho de 1465, após meses de negociação entre o rei Enrique IV e a liga nobiliárquica que havia se formado em sua oposição, o monarca foi destronado simbolicamente por alguns integrantes dessa liga⁴³⁰ que haviam se reunido na cidade de Ávila.⁴³¹ Segundo as palavras do cronista Alonso de Palencia, o principal motivo alegado pelos “Grandes” para a deposição do monarca era a sua má condução do regimento do reino, tanto pelos agravos cometidos contra o povo, como pela corrupção escandalosa do seu governo. Partidário daqueles que se opunham ao rei, provavelmente o cronista não ignorava o teor crítico do manifesto de queixas e agravos preparado contra o monarca pelos nobres em setembro de 1464. Não desconhecia, deveras, que os opositores a este rei acusavam-lhe de trazer infiéis para sua corte,

⁴²⁹ PALENCIA, A. *Crónica de Enrique IV*. t. I, p. 457-458.

⁴³⁰ O reinado de Enrique IV é visto como um momento culminante da oposição entre nobreza e monarquia. Embora a participação de alguns nobres na liga que se formou contra o rei tenha sido flutuante, haja visto o exemplo do marquês Juan Pacheco que ora se manteve contra, ora a favor do rei; Alfonso de Carrillo (arcebispo de Toledo), Álvaro de Estuñiga, Rodrigo Pimentel, Rodrigo Manrique, Gómez Solís, dentre outros membros da alta nobreza a compuseram. SUÁREZ, L. *Enrique IV de Castilla*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001. p. 165-187.

⁴³¹ Angus Mackay analisou este episódio cruzando os relatos cronísticos com as *Coplas de Mingo Revulgo*, poema no qual o autor tratou dessa crise política a partir de uma alegoria envolvendo pastores. Os caracteres dramático e simbólico da chamada Farsa de Ávila constituem, segundo este autor, “o teatro da política” em que foi encenada a morte do rei Enrique IV. Ritual and propaganda in fifteenth-century Castile. *Past and Present*, Reino Unido, n. 107, p. 3-43, 1985.

imputavam-lhe a culpa de conceder benefícios a pessoas indignas, não lhe reconheciam como pai da princesa Juana e, por este motivo, pediam-lhe que declarasse o seu irmão, o infante Afonso, como seu herdeiro.⁴³² Quer dizer, ao frisar que em 1465, diante da estátua de Enrique IV, eram mais uma vez lidas as súplicas dos nobres, tantas vezes ignoradas pelo monarca, o cronista descrevia este episódio como o culminar das insatisfações daqueles, diante da falta de respostas deste.⁴³³ Por isso, justificava a encenação da sentença do destronamento⁴³⁴, aprovava a usurpação da coroa por Alfonso Carrillo, do cetro por Juan Pacheco e da espada por Álvaro de Estuñiga, isto é, validava a tomada das insígnias do poder régio pela liga nobiliárquica, assim como autorizava a atitude dos nobres de transferi-las ao novo governante.⁴³⁵

Não obstante o cronista de Enrique IV, Diego Enríquez de Castillo, tenha descrito esse episódio como fruto da perversidade dos nobres, arrebatadores da dignidade régia (coroa), do governo do reino (cetro) e da administração da justiça (espada)⁴³⁶, Alonso de Palencia não só o glorificou, como passou, a partir dele, a se referir a Afonso como legítimo sucessor ao trono. Assim, enquanto Enríquez de Castillo interpretou este momento como um exemplo de vilania e de ataque ao poder régio, Palencia o descreveu como uma reação justificada dos nobres em busca de um governante que melhor lhes atendesse. Tratava-se tal governante do irmão do rei, um jovem de apenas onze anos de idade que facilmente se deixaria conduzir pelos anseios da liga nobiliárquica.⁴³⁷ Ora, não podemos nos esquecer de que, desde 1464, buscando a pacificação do reino, Enrique IV já tinha declarado Afonso como seu herdeiro e cuidado para que ele se unisse em matrimônio com a princesa Juana. Contudo, acusado pela liga nobiliárquica de não cumprir o que fora pactuado, o monarca foi simbolicamente destronado e substituído por seu irmão, atitude que, segundo Diego de Valera, tinha causado temor em uns e acréscimo de ousadia em outros.⁴³⁸

⁴³² AZCONA, T. **Isabel la católica**, p. 91-102.

⁴³³ Enrique IV preferiu negociar com a liga. Atendeu alguns dos seus pedidos, inclusive reconheceu Afonso como herdeiro, ainda que para isso, dependesse o casamento entre D. Juana (sua filha) e D. Afonso (seu irmão). AZCONA, T. **Isabel la católica**, p. 95.

⁴³⁴ Para um estudo mais amplo acerca dos rituais e símbolos utilizados no destronamento dos reis castelhanos, desde Afonso X até Juana de Castela, ver: VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. La escenificación de la ruptura: las deposiciones y sus ritos en Castilla Bajomedieval (siglos XIII-XV). In: NIETO SORIA, J. M. (Dir.). **El conflicto en escenas**. La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval. Madri: Sílex, 2010. p. 211-246.

⁴³⁵ VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. La escenificación de la ruptura: las deposiciones y sus ritos en Castilla Bajomedieval (siglos XIII-XV). In: NIETO SORIA, J. M. (Dir.). **El conflicto en escenas**. La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval. Madri: Sílex, 2010. p. 233.

⁴³⁶ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, D. **Crónica del Rey D. Enrique el Cuarto**. Edição e correção de José Miguel de Flores. Madri: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1787. p. 128-131.

⁴³⁷ DEL VAL VALDIVIESO, M. I. **La sucesión de Enrique IV**. Revista Espacio, Tiempo y Forma, série III, t. 4, p. 51, 1991.

⁴³⁸ VALERA, D. Memorial de diversas hazañas. In: **Crónica de los reyes de Castilla**: desde Don Alfonso X hasta los reyes católicos. Edição preparada por Cayetano Rosell. Madri: M. Rivadeneyra, 1878. p. 33.

É importante esclarecer que, ao longo do medievo, malgrado a herança tenha sido habitualmente transmitida pela via varonil e em grande parte dos reinos os homens tenham tido a prerrogativa de legar o trono, as leis castelhanas garantiam às mulheres, sobretudo desde o século XIII, a possibilidade de herdar o reino sempre que não existisse um descendente varão legítimo.⁴³⁹ A este respeito, o código de leis preparado sob os auspícios de Afonso X previa que, “se não houvesse filho varão, a filha mais velha herdaria o reino”.⁴⁴⁰ Isto é, embora as mulheres, em comparação com os homens, tivessem desvantagem no direito sucessório, ou seja, só pudessem ser sucessoras na ausência deles, não lhes era negado o privilégio de herdar o trono.⁴⁴¹ Desse modo, no caso em questão, a coroa pertencia por linha direta à filha de Enrique IV e não a Afonso, que, afinal, por ser irmão do rei, ocupava posição colateral na linha sucessória. Daí, pode-se supor a importância atribuída pela liga oligárquica de fazer ecoar pelo reino a ilegitimidade da princesa Juana. Na ausência de um descendente direto e legítimo do rei, homem ou mulher, o infante Afonso passaria a ser o sucessor de direito.

A morte precoce de Afonso em Cardeñosa, no dia 05 de julho de 1468, acabou, entretanto, colocando duas mulheres, Juana e Isabel, na disputa pela sucessão da coroa. A primeira tinha sido jurada herdeira ao trono nas Cortes de 1462, logo após seu nascimento. Nessa ocasião, respaldando-se nas leis e nos costumes do reino, o rei Enrique IV lembrou, consoante as atas de tal corte e algumas cartas, que na falta de um filho seu, varão e legítimo, Juana, sua filha legítima e primogênita, o sucederia e herdaria o reino.⁴⁴² No que tange a Isabel, seu pai, o rei Juan II havia-lhe garantido, em seu testamento, a sucessão ao trono, ainda que remotamente, quer dizer, somente se morressem seus irmãos, Enrique e Afonso, e estes não deixassem herdeiro legítimo, é que Isabel estaria à frente na linha de sucessão.⁴⁴³ Em outras palavras, em ambos os casos havia o reconhecimento do que fora estabelecido legalmente pelas

⁴³⁹ ARMERO DOMINGO, I. Las mujeres y su vinculación al poder según las crónicas castellanas de los siglos XI al XV. In: DEL VAL VADIVIESO, M. I; SEGURA GRAÍÑO, C. (Coord.). **La Participación de las mujeres en lo político**. Mediación, representación y toma de decisiones. Madri: Almudayna, 2011. Disponível em: <http://www.aeihm.org/sites/default/files/XV_Coloquio/Sesion3/Armero>. Acesso em: 17 mar. 2016.

⁴⁴⁰ **LAS SIETE PARTIDAS**, Partida II, título XV, lei II.

⁴⁴¹ SEGURA GRAÍÑO, C. Las mujeres en la España Medieval. In: GARRIDO GONZÁLEZ, E; FOLGUERA CRESPO, P; ORTEGA LÓPEZ, M; SEGURA GRAÍÑO, C. (Ed.). **Historia de las mujeres en España**. Madri: Editorial Síntesis, 1997. p. 209-210.

⁴⁴² Como lembrava Enrique IV em carta enviada ao conde de Benavente, Rodrigo Pimentel: “Bem sabeis, ou deveis saber, que segundo o direito, as leis e as façanhas destes meus reinos, o filho varão legítimo primogênito, que ao rei nasce, é herdeiro e sucessor em ditos reinos, e não havendo filho varão, é herdeira e sucessora a filha legítima primogênita [...]. Enrique IV: Rodrigo de Pimentel, conde de Benavente. Madrid, 16 de maio de 1462. A carta foi disponibilizada integralmente por: AZCONA, T. **Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja**. Vida de la hija de Enrique IV de Castilla y su exilio en Portugal (1462-1530). Madri: La esfera de los libros, 2007. p. 315-316.

⁴⁴³ DEL VAL VALDIVIESO, M. I. La sucesión de Enrique IV. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**, série III, t. 4, p. 48, 1991.

Siete Partidas e pelo direito consuetudinário.⁴⁴⁴ Diferentemente do reino da França, a título de exemplo, no qual as mulheres foram, sobretudo a partir das várias interpretações da Lei Sálica elaboradas nos séculos XIV e XV⁴⁴⁵, impedidas de herdar e até mesmo de legar o reino aos seus descendentes⁴⁴⁶, no reino castelhano, as leis e os costumes garantiram-lhes este direito.

Feito este parêntese sobre a não exclusão das mulheres da herança ao trono nas leis e nos costumes castelhanos, retomemos a trama sucessória que envolveu os filhos de Juan II elaborada pelos cronistas e que deu notoriedade a duas mulheres. Diante das pressões exercidas pela liga nobiliárquica e do apoio concedido pelas cidades e vilas a Afonso e, depois da morte deste, a Isabel, a solução encontrada por Enrique IV foi mais uma vez recorrer a um acordo. Segundo o pacto estabelecido em *Toros de Guisando* (1468), enquanto Isabel e os nobres que lhe defendiam se comprometeram a reconhecer Enrique IV como único rei – exortando todos que haviam se rebelado contra ele a, mais uma vez, obedecê-lo –, o rei e todos os presentes juravam Isabel como princesa herdeira, prometendo-lhe, após o falecimento do rei, fidelidade como rainha e senhora.⁴⁴⁷ O acordo⁴⁴⁸, a despeito de ter reestabelecido a legalidade no reino, haja visto que buscou pôr fim à cisão deflagrada após 1465 entre defensores e detratores do monarca, não conseguiu apaziguar as rivalidades que o haviam fomentado.

A entrada de Fernando de Aragão no reino castelhano e o seu matrimônio com Isabel (1469), sem a autorização de Enrique IV, culminariam no rompimento de tal pacto e na

⁴⁴⁴ OHARA, S. **La propaganda política en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV (1457-1474)**. 2004. f. 459. Tese (Doutorado) – Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Valladolid, Valladolid, 2004. p. 102. Tese apresentada sob a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Del Val Valdivieso.

⁴⁴⁵ No século XV, houve no reino francês um acirrado debate acerca da capacidade de suceder e governar das mulheres. Para sustentar este debate, a lei sálica, o direito consuetudinário e os precedentes históricos foram retomados. Alguns autores como Jean de Montreuil, Richard Lescot, Jean Juvénal des Ursins escreveram motivados por destacar que a lei sálica justificava juridicamente a exclusão das mulheres do poder no reino. Contrária a essa corrente, Christine de Pisan buscou na história elementos do direito que respaldavam a capacidade de governar das mulheres. HANLEY, S. La ley sálica. In: FAURÉ, C. (Dir.). **Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres**. Europa y América. Madri: Edição Akal, 2010. p. 22.

⁴⁴⁶ Vale lembrar que a dinastia dos Capetos foi substituída pela casa de Valois (1328-1589), na França, justamente pela ausência de um descendente varão e direto dos Capetos, bem como pela negação de que as mulheres daquela dinastia tinham direito de herdar o trono. OHARA, S. **La propaganda política en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV (1457-1474)**. p. 102.

⁴⁴⁷ Enquanto Enríquez de Castillo justifica a decisão do rei Enrique IV de reconhecer Isabel sua herdeira como “reconhecimento da vontade dos súditos” e saída para evitar “escândalos, mortes, roubos e danos”; Alonso de Palencia descreve essa atitude como reconhecimento de que Juana “não era sua filha”. ENRÍQUEZ DE CASTILLO, D. **Crónica del Rey D. Enrique el Cuarto**. p. 226. PALENCIA, A. **Crónica de Enrique IV**, t. II. p. 183.

⁴⁴⁸ Segundo alguns autores (Juan Batista Sitges, Orestes Ferrara e Jaime Vicens Vives) este tratado teria sido fruto de falsificações posteriores realizadas durante o governo de Isabel. Por outro lado, há quem defenda a existência deste acordo, no entanto, com algumas divergências. Isabel Del Val Valdivieso, a partir dos documentos encontrados no arquivo de Frías, acredita que, embora não tenha sido firmado nenhum documento em Guisando, existiu uma negociação prévia. Já Tarcisio de Azcona acredita ter existido um documento firmado em Guisando, cuja existência é confirmada pelas cartas posteriormente trocadas entre Enrique IV e Isabel. VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 123-124.

resolução tomada pelo monarca, no ano seguinte, em *Valdelozoya*, de deserdar sua irmã e jurar novamente a sua filha, a princesa Juana, sua herdeira. Como salientou o cronista Enríquez de Castillo, o “desrespeito e falta de obediência” demonstrados por Isabel, “que sem o consentimento e licença do rei” havia se casado com o príncipe de Aragão, tinham sido os motivos alegados pelo monarca para deserdar sua irmã e retirar-lhe os títulos de princesa e sucessora.⁴⁴⁹ Sobre essa questão, a princesa Juana, em carta enviada à cidade de Zamora no ano de 1475, enfatizava que Isabel, ao se casar com Fernando, “rei estranho e não confederado, nem aliado” de Enrique IV, tinha atuado contra as leis, as quais “dispunham que as donzelas e virgens menores de vinte e cinco anos de idade não podiam se casar sem o consentimento de seus pais ou irmãos mais velhos”. Por isso, tal como Enríquez de Castillo, considerava merecida e justa a perda do direito de sucessão por Isabel. Revogando seus direitos frente aos de sua tia, Juana acrescentava ainda que, mesmo perante a mudança de posicionamento do rei, Isabel, exibindo o título de rainha da Sicília que o casamento com Fernando de Aragão lhe havia proporcionado, teria conseguido o apoio de alguns nobres e logrado fazer com que algumas cidades e vilas voltassem a jurar-lhe princesa herdeira, reestabelecendo, desse modo, a crise de obediência, já que os nobres se dividiam entre os que lhe eram fiéis e os que defendiam a decisão tomada pelo rei em *Valdelozoya*.⁴⁵⁰

Assim, em 1474, quando o rei Enrique IV morreu, já circulavam pelo reino diversos panegíricos, atas municipais, espelhos de príncipes, crônicas, ou seja, diversos textos que tentavam construir a legitimidade de Isabel à sucessão. Aclamada rainha por seus partidários poucas horas após a morte do seu irmão, o rei Enrique IV, ainda que excluída da sucessão por ele, Isabel se antecipou à princesa Juana, a qual só foi aclamada pelos que a apoiavam meses depois de sua tia.⁴⁵¹ Pelo que se pode deduzir dos registros que relatam a crise sucessória que se seguiu à morte do rei, a disputa pelo reino entre essas duas mulheres não se deu apenas por meio das espadas e lanças, ou seja, entre os enfrentamentos das tropas comandadas pelos maridos de uma e outra⁴⁵², ela se deu igualmente por meio das letras. Diante da ofensiva de

⁴⁴⁹ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, D. *Crónica del Rey D. Enrique el Cuarto*. p. 295.

⁴⁵⁰ Carta enviada por Juana como reina de Castilla, a la ciudad de Zamora, informándole de los acontecimientos del reino en los últimos años, de la usurpación de Isabel y cómo ha sido reconocida como heredera y proclamada reina junto a su marido Alfonso V de Portugal. AHP Zamora, fondo antiguo, v. 119, n. 19. Disponibilizada integralmente por: VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. *Juana la Beltraneja*. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 308-322.

⁴⁵¹ Isabel e Fernando conseguiram estabelecer vantagem em relação a seus inimigos, adiantaram-se em todos os atos cerimoniais comumente realizados nas sucessões. CARRASCO MANCHADO, A. I. *Isabel I de Castilla*. La sombra de la ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 95.

⁴⁵² Juana, então com 13 anos, casou-se com seu tio português, Afonso V, em maio de 1475. O rei português reivindicou a legitimidade de sua esposa ao trono castelhano, levando suas tropas portuguesas à guerra contra os

Isabel, Juana também escreveu às cidades e aos nobres do reino apresentando-lhes as razões de sua legitimidade e reclamando-lhes oposição à mulher que, segundo considerava, lhe havia usurpado a coroa. Tendo isso em vista, fazemos inicialmente um mapeamento dos argumentos elaborados na construção dessas legitimidades em disputa.

2.3.1- A difamação dos reis como argumento da ilegitimidade da princesa Juana: um rei afeminado e impotente, uma rainha depravada e adúltera

Construir a legitimidade de direito de Isabel e a ilegitimidade de Juana foi um dos primeiros desafios dos defensores da primeira. No entanto, antes de colocar em evidência os motivos que justificavam a eleição daquela em detrimento desta, coube àqueles que se dedicaram a discutir sobre este tema elencar as razões que afastavam Juana da escalada ao trono. Razões que, afinal de contas, já vinham sendo elaboradas e alimentadas pela liga nobiliárquica opositora a Enrique IV desde o momento em que ela passou a apoiar os poderes do infante Afonso. Grande parte dos ataques apresentados à legitimidade de Juana já se centrava, desde meados da década de 60, do século XV, nas ofensas às figuras de seus pais, o rei Enrique IV e a rainha Dona Juana. Alonso de Palencia foi um dos cronistas que tão afincadamente contribuiu na difamação desses monarcas, contudo, não foi o único, a ele se juntaram outros oficiais da escrita que se dedicaram a compor a história do reinado do afamado rei Impotente.⁴⁵³ Os desvios sexuais e morais da corte durante o reinado de Enrique IV foram significativamente enfatizados por Palencia e representam, pela avultada descrição das posturas pecaminosas do rei e da rainha, um dos pontos mais notáveis de sua crônica, a que outros oficiais da escrita recorreram.⁴⁵⁴

Referido como um rei “afeminado”⁴⁵⁵, que frequentemente punha em risco sua moralidade e a de sua corte por seus atos vergonhosos e infames, Enrique IV foi acusado por

defensores dos católicos. O conflito sucessório que se arrastou de 1475-1479 através das armas foi comando pelo português Afonso V e o aragonês Fernando. AZCONA, T. **Isabel La Católica.**, p. 263-267.

⁴⁵³ Palencia entregou sua crônica à rainha Isabel em 1480, contudo, acredita-se que em 1477 ele já a tinha finalizado. O relato desse cronista encontrou grande repercussão nas crônicas que foram escritas posteriormente sobre o reinado desse monarca. VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 242-243.

⁴⁵⁴ Os rumores sobre a vida sexual do rei Enrique teriam sido uma arma política utilizada por seus opositores e uma prática comum na anti propaganda criada contra alguns reis. FIRPO, R. A. Los reyes sexuales. Ensayo sobre el discurso sexual durante el reinado de Enrique IV de Trastámara, 1454-1474. **Melanges de la Casa de Velázquez**. Madri, t. 20, p. 119, 1984.

⁴⁵⁵ PALENCIA, A. **Crónica de Enrique IV.**, t. I. p. 539.

Palencia de ser sodomita, de consentir o adultério de sua esposa, a rainha Dona Juana, e de ser impotente. Devemos recordar que a sodomia, associada frequentemente, sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, às heresias e às práticas sexuais dos muçulmanos, foi considerada uma das formas mais graves de luxúria, visto que caracterizava, como destacaram alguns teólogos, a exemplo de São Tomás de Aquino, oposição à natureza divina⁴⁵⁶, falta de razão e proximidade à condição bestial.⁴⁵⁷ O marquês de Villena, Juan Pacheco – um dos homens mais próximos do rei e que mais exerceu influência sob a formação e condução do seu regimento –, teria consentido a luxúria do monarca, conforme sugeriu o cronista, “deixando-o se precipitar em qualquer lascívia e se entregar às tentações dos vícios com os viciosos”. Até mesmo a presença comum nas cortes dos reis ibéricos de alguns muçulmanos toma ares de excepcionalidade na pena do cronista a propósito do séquito de Enrique IV. Alega ele que o próprio rei teria mostrado condescendência com os “hábitos de voluptuosidade” dos mouros que havia chamado para comporem sua corte.⁴⁵⁸ Chega até mesmo a avaliar essa proximidade como representativa da contaminação dos costumes da corte, das perniciosas práticas dos nobres e sobretudo da postura devassa do rei.⁴⁵⁹

À falta de autocontrole demonstrada pelo monarca, segundo o cronista, acrescentava-se ainda a sua falta de habilidade na administração da sua própria casa, já que, em virtude de sua natural “impotência”⁴⁶⁰, teria favorecido a infidelidade da rainha e recebido o fruto dessa perfídia como “sua prole”.⁴⁶¹ Contrariando o que os regimentos de príncipes prescreviam aos reis⁴⁶², como sugere Palencia, Enrique IV demonstrava que, além de não ter conseguido controlar suas vontades, entregando-se aos pecados da carne e aos costumes nefastos dos infiéis; não tinha sido capaz de cuidar de sua própria família, pois, ao contrário do que se esperava de

⁴⁵⁶ As primeiras reflexões acerca do pecado contra a natureza foram realizadas entre os séculos XII e XIII, nos espaços das universidades. Comumente associado aos desvios sexuais de homens e mulheres, o pecado contra a natureza representava oposição ao naturalmente criado por Deus. Remonta igualmente a estes séculos, o maior rigor dado às penas relativas à sodomia, entendida como pecado contra a natureza. CARRASCO MANCHADO, A. I. Entre el delito y el pecado: el pecado contra naturam. In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 113-143.

⁴⁵⁷ ROUSSIAUD, J. **Sexualités au Moyen Age**. França: Éditions Gisserot, 2012. p. 45-46.

⁴⁵⁸ PALENCIA, op. cit., p. 90 e 176.

⁴⁵⁹ Conforme os apontamentos de Ana Isabel Carrasco Manchado, ao contrário do que o foi declarado por Palencia, muitos foram os esforços do rei Enrique IV para punir os acusados de práticas de sodomia e a presença dos muçulmanos não foi uma especificidade da corte deste rei. Para essa historiadora, o combate à sodomia foi encarado novamente como um problema digno perseguição e punição, tempos depois, pelo rei Fernando, através dos poderes que este monarca concedeu à Inquisição. Enrique IV de Castilla. Esbozo de una representación de la propaganda política. **Orientaciones**. Revista de Homosexualidades, Madri, n. 2, p. 55-72, 2001.

⁴⁶⁰ PALENCIA, op. cit., p. 7, 165, 168 e 465.

⁴⁶¹ Ibid., p. 417.

⁴⁶² NOGALES RINCÓN, D. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): Un modelo literario de la realeza bajomedieval. **Medievalismo**. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, Espanha, n. 16, p. 9-40, 2006.

um rei virtuoso, incitava os encontros fortuitos entre sua esposa e Beltrán de la Cueva, um de seus privados, bem como reconheceu o resultado deste escândalo, a princesa Juana, como sua filha. Sem o controle do cuidado de si e sem as rédeas da sua casa, o monarca tão pouco havia logrado conduzir o regimento do reino em conformidade com os preceitos divinos e no sentido de que seus súditos alcançassem, através de seu exemplo, a salvação eterna.⁴⁶³ Dessacralizada a figura régia pelo desprestígio de sua pessoa, pela infâmia da rainha consorte, pela degeneração moral da corte e pelas demonstrações de sua incapacidade de reinar, parecia justificável, aos olhos do cronista, as atitudes da liga nobiliárquica opositora ao rei.

Até mesmo o cronista deste rei, Diego Enríquez de Castillo, apresentou algumas críticas acerca da inabilidade do monarca em lidar com algumas situações de governo. Para este cronista, faltava ao rei a “ousadia” necessária para fazer-se temer e impor sua vontade frente às imposições e aos desejos dos nobres do reino. Contrariando as exigências que sua condição de governante e varão lhe impunham, Enrique IV, nas palavras de Enríquez de Castillo, teria colocado sua autoridade em questão, ao submeter-se à vontade dos nobres e ao preferir, antes, pactuar com eles a puni-los. A este respeito, tal como Palencia, o cronista salientava a fragilidade do monarca. Mais comum entre as princesas e rainhas, os apelos à pacificação e à concessão do perdão em momentos de conflito⁴⁶⁴ eram, aos olhos de seu cronista, característicos da postura deste rei e colocavam em evidência sua debilidade e inabilidade no regimento do reino, dado que não correspondiam à sua condição de rei e varão. Como apontavam os espelhos de príncipes, embora os reis não devessem espalhar o medo através dos atos de crueza, careciam instigar temor entre os povos do reino para que estes lhe amassem e respeitassem, bem como para que fizessem valer a justiça.⁴⁶⁵ Por isso, conforme indicava Enríquez de Castillo, Enrique IV não se mostrava merecedor do seu posto, não agia de acordo com suas obrigações de rei e varão.

⁴⁶³ Essa relação entre o cuidado com o foro íntimo (ética), a administração da casa (economia) e o governo do reino (política) foi desenvolvida por Egídio Romano no Regimento de Príncipes, espelho que foi glosado em Castela no século XIV e teve larga circulação na Europa medieval. SENELLART, M. **As artes de governar**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 194-198.

⁴⁶⁴ A respeito desse tema ver: MUÑOZ FERNÁNDEZ, A. **La mediación como forma de acción política**. Tiempos, contextos y transformaciones de un rol político (Castilla, siglos XIV-XV). e-Spania. La Paix des dames. Femmes, paix et pacification en péninsule ibérique au Moyen Âge (Xe- XVe siècle), s/p, 20 fev. 2015. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/24146>>. Acesso em: 18 abr. 2016. RÁBADE OBRADÓ, M. P. **Una reina en la retaguardia**: las intervenciones pacificadoras de Isabel la Católica en la guerra de sucesión. e-Spania. La Paix des dames. Femmes, paix et pacification en péninsule ibérique au Moyen Âge (Xe- XVe siècle), s/p, 20 fev. 2015. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/24164>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

⁴⁶⁵ BERMEJO CABRERO, J. L. Amor y temor al Rey. Evolución histórica de un tópico político. **Revista de Estudios Políticos**, n. 192, p. 107-128, 1973. FORONDA, F. **El miedo al rey**. Fuentes y primeras reflexiones acerca de una emoción aristocrática en la Castilla del siglo XIV. e-Spania. La parole des rois. Pratiques politiques, n. 4, s/p, dez. 2007.

Diego de Valera, por sua vez, além de recordar que Enrique IV foi deposto simbolicamente em Ávila sob a entoação popular “à terra, puto”, expressão grosseira da época que equivalia a sodomita⁴⁶⁶, também fez questão de enfatizar, assim como Palencia, os deméritos do monarca. De acordo com aquele cronista, faltavam a Enrique IV “vigor de coração, prudência, esforço e todas as outras habilidades que a um bom Príncipe convinha”, restando-lhe apenas o “nome de rei”.⁴⁶⁷ É interessante notar que, para justificar a postura daqueles que haviam participado da encenação de usurpação das insígnias régias, Valera acabou retomando um dos episódios inauguradores da dinastia de Trastâmara, do mesmo modo emblemático de uma quebra na linha sucessória: o assassinato do rei D. Pedro por seu irmão, D. Enrique I, o conde de Trastâmara (Montiel, 1369).⁴⁶⁸ Traçando um paralelo entre o rei Pedro e Enrique IV pela tirania que haviam caracterizado seus reinados, o oficial régio respaldava a postura de Enrique I e Afonso. Embora lembrasse que estes últimos, num primeiro momento, não puderam ser considerados legítimos, visto que não eram os sucessores de direito, não deixou de reconhecer que a oposição deles às atitudes tirânicas de seus irmãos, as virtudes que cultivaram e o apoio popular que haviam galgado, tinham-lhes feito merecer o trono.⁴⁶⁹ Como é possível notar, vários argumentos apresentados pelos cronistas punham em xeque o governo de Enrique IV: a degeneração de sua moral, como sugeriu Palencia, sua falta de “ousadia de varão em fazer-se temer”⁴⁷⁰, como lembrou Enríquez de Castillo, bem como a insuficiência de atributos que lhe reputassem a fama de bom rei, conforme assinalou Diego de Valera⁴⁷¹. Para todos eles, a falta, no monarca, de virtudes tipicamente varonis colocava em relevo sua incapacidade de exercer as funções régias.

A poesia satírica também teve um papel importante na vituperação do rei Enrique e de toda sua corte.⁴⁷² Em 1464, antes que o monarca fosse destronado em Ávila, foram compostas

⁴⁶⁶ CARRASCO MANCHADO, A. I. Enrique IV de Castilla. Esbozo de una representación de la propaganda política. **Orientaciones**. Revista de Homosexualidades, Madri, n. 2, p. 66, 2001.

⁴⁶⁷ VALERA, D. Memorial de diversas hazañas. In: **Crónica de los reyes de Castilla**: desde Don Alfonso X hasta los reyes católicos. Edição preparada por Cayetano Rosell. Madri: M. Rivadeneyra, 1878. p. 33.

⁴⁶⁸ LÓPEZ DE AYALA, P. **Crónica del Rey Don Pedro y Del Rey Don Enrique su Hermano, hijos del rey Don Alfonso Onceno**. Edição preparada por German Orduña. Buenos Aires: Secrit, 1997, v. II. p. 82.

⁴⁶⁹ CARRASCO MANCHADO, A. I. Enrique IV de Castilla., p. 55-72.

⁴⁷⁰ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, D. **Crónica del Rey D. Enrique el Cuarto**. p. 155.

⁴⁷¹ Não podemos nos esquecer de que a oposição entre tirano e rei também foi retomada por Juan Díaz de Alcocer no discurso que proferiu durante a abertura da entronização de Isabel (Segóvia, 1474). Para justificar a elevação de Isabel ao trono, o oficial régio retomou a oposição entre os personagens bíblicos Saul e Davi. Enquanto Enrique IV, por sua crueldade e desprezo aos preceitos divinos, pudesse ser comparado a Saul, Isabel, tal como Davi, tinha sido escolhida por Deus para livrar o povo dos malefícios causados pelo tirano. CÁTEDRA, P. M. Oratoria política y modelo de propaganda. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). **Atalaya**, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/576>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

⁴⁷² A produção da literatura satírica em castelhano durante o século esteve estreitamente ligada à crise política e social castelhana. SANCHIS LLOPIS, J. El mundo clásico en obras satíricas de la literatura en castellano del siglo XV. **Studia Philologica Valentina**, Valencia, v. 13, n. 10, p. 369-384, 2011.

as *Coplas de Mingo Revulgo*. Nessas, o seu suposto autor, frei Íñigo de Mendoza (1425-1507)⁴⁷³, incluiu no diálogo entre dois pastores, Mingo Revulgo e Gil Arribato, a grave situação pela que passava o reino, entregue aos lobos (nobres) por Candaulo, outro pastor que se acredita ser uma espécie de representação do rei. Em virtude da má condução do reino pelo monarca e sua não consagração ao exercício das virtudes cardeais, Íñigo de Mendoza chegou a pressagiar um arremate apocalítico para o reino: sua entrega a três lobas (a fome, a guerra e a peste), a penalização do monarca, ou o fim de seu reinado pela intervenção divina: “E verás como será/ como a este se castigará/ ou dará Deus outro bom”.⁴⁷⁴ Mais provocativas e ácidas, contudo, as *Coplas del Provincial*, preparadas provavelmente por Juan Hurtado de Mendoza, entre 1465 e 1466⁴⁷⁵, ou seja, em meio ao acirramento das disputas entre o rei e a liga nobiliárquica, também podem ser vistas como uma crítica alegórica da corte castelhana. Nelas, um provincial, religioso responsável pelas inspeções de casas e conventos de uma província, insultava os homens chamando-os de sodomitas, cornos e incestuosos, bem como se referia às mulheres, denominando-as adúlteras e prostitutas. Além de lembrar a degeneração generalizada da moral dos homens e das mulheres da corte, o autor salientou o quão notório era no reino o tipo de relação que Beltrán de la Cueva havia mantido com o rei, a rainha e a filha do marquês de Santillana, Dona Mencia de Mendoza y Luna, sua esposa desde 1462. A propósito dessa relação, o autor das *Coplas del Provincial* destacava a sodomia do rei e o adultério da rainha, com as seguintes palavras: “e é pública voz e fama/ que fodeste a três pessoas/ a teu amo e a tua ama/ e a filha do marquês;/ fodes o rei e a rainha”.⁴⁷⁶

Paralelo à difamação do rei, o vilipêndio da rainha também ganhou espaço nas crônicas para assinalar a ilegitimidade da princesa Juana. A esse respeito, Alonso de Palencia destacou que a nobre de origem portuguesa e irmã do rei Afonso V, Dona Juana, tinha sido responsável por disseminar na corte diversos costumes libertinos. Sempre acompanhada de jovens de “deslumbrante beleza”, mais inclinadas “à sedução do que convinha às donzelas”, a rainha tinha recomendado às suas damas, antes, a entrega ao ócio e às conversas com os galãs, do que o “útil aprendizado”. Dela eram conhecidas igualmente outras práticas reprováveis. Consumir o tempo

⁴⁷³ RODRÍGUEZ PUÉRTOLAS, J. Sobre el autor de las Coplas de Mingo Revulgo. *AIH*. Holanda, Actas II, p. 513-516, 1965.

⁴⁷⁴ **Coplas de Mingo Revulgo**. Edição de Rafael Herrera Guillén para a Biblioteca Saavedra Fajardo. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. p. 11. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0186.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

⁴⁷⁵ LÓPEZ ÁLVAREZ, C; DEL OLMO, F. T. **El autor, sus pretensiones y otros aspectos de las Coplas del Provincial**. *Bulletín Hispanique*, v. 83, n. 3, p. 237-262, 1981. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1981_num_83_3_4446>. Acesso em: 07 abr. 2016.

⁴⁷⁶ **Coplas del Provincial**. Edição de Rafael Herrera Guillén para a Biblioteca Saavedra Fajardo. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. p. 4. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/FichaLibro.aspx?id=1733499>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

dormindo ou ornamentando o corpo com enfeites, perfumes e roupas que “descobriam do seio até o estômago” era uma delas, veementemente criticada pelo cronista. Disputar com algumas mulheres da corte os olhares do rei e dos jovens cavaleiros era outra. Por despertar estes tipos de costumes lascivos entre os homens e as mulheres, Palencia atribuía-lhe a culpa de ter sobreposto, no reino, os vícios aos “hábitos de virtude”.⁴⁷⁷ Antes deste cronista, todavia, outros letrados já tinham advertido acerca deste tipo de ameaça que rondava os palácios dos reis. Os novos costumes cortesãos que haviam ganhado espaço entre as mulheres nas cortes de Juan II e de seu filho Enrique IV, por vezes, foram alvo da crítica de alguns poetas. Jorge Manrique (1440-1479), em uma de suas *Coplas*, foi um dos que alertou a propósito da fugacidade da vida e da superficialidade desses costumes:

O que fizeram as damas,
de seus penteados e vestidos,
seus odores?
O que fizeram as chamas
dos fogos acesos
dos amadores?
O que foi feito daquele trovar,
das músicas compostas
que tocavam?
O que foi feito daquele dançar,
daquelas roupas bonitas
que traziam?⁴⁷⁸

Pois bem, do mesmo modo que o poeta tinha apresentado essa crítica às damas do reino, muitos cronistas haviam condenado os hábitos da rainha Juana por esta ter dado mais crédito à frivolidade e à efemeridade da cortesia, do que às virtudes e exigências de sua condição.

Diego Enríquez de Castillo foi outro cronista que associou a depravação de Dona Juana à decadência moral da corte. Para ele, a “desonesta vida da rainha” tinha sido o principal motivo do crescimento “das suspeitas nos corações das gentes no reino” acerca de quem seria o pai da princesa Juana, o que teria servido para alimentar a crise sucessória.⁴⁷⁹ Segundo apontam os relatos cronísticos, depois de vários anos casado com dona Blanca de Navarra sem lograr, contudo, descendência, Enrique IV tinha conseguido a anulação papal desse matrimônio e se

⁴⁷⁷ PALENCIA, A. *Crónica de Enrique IV*. t. I. p. 194-195.

⁴⁷⁸ MANRIQUE, J. *Obras doctrinales*. Edição, prólogo e vocabulário de Augusto Cortina. Alicante: Biblioteca virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/obra-completa--0/html/ff6c9480-82b1-11df-acc7-002185ce6064_4.html#I_53>. Acesso em: 11 abr. 2016.

⁴⁷⁹ ENRÍQUEZ DE CASTILLO, D. *Crónica del Rey D. Enrique el Cuarto*. p. 233.

casado, em 1455, com a infanta portuguesa Dona Juana.⁴⁸⁰ O fruto dessas segundas núpcias, todavia, só viria sete anos após a união. Dada essa dificuldade do monarca de engendrar descendentes, grande parte dos oficiais da escrita, antes de atribuir o êxito da gravidez da segunda esposa do rei às práticas do físico judeu, Samaya Lubel – convocado à corte para resolver o suposto problema de fertilidade do casal –, tinha preferido imputar o nascimento da princesa ao suposto adultério de Dona Juana.⁴⁸¹ A esse respeito, na narrativa de Palencia, embora a rainha tivesse inicialmente resistido aos intentos do rei, que, em virtude da “fraqueza de seu sexo”, insistentemente lhe pedia que garantisse a sucessão do reino substituindo-o na cama por outro homem, ela não teria resistido às incitações de seu marido. Nas palavras do cronista:

[...] como a natural fraqueza da mulher fazia esperar que ao fim se deixaria levar pelos seus instintos, não deixava [o rei] de incitá-la dia e noite a dar o primeiro passo no caminho da corrupção, em que, uma vez já vencida a tenaz resistência dos princípios, mais bem necessitava freio do que estímulo.⁴⁸²

As notícias de que a rainha continuou a cometer adultério e, inclusive, teve outros filhos, também foi afirmada por Palencia.⁴⁸³

Isabel, de sua parte, veio colaborar na proliferação das suspeitas sobre a concorrente ao trono. Na carta que endereçou aos nobres do reino, protestando a decisão tomada em *Valdelozoya* pelo rei Enrique IV, e em defesa de seu posto de princesa, declarou o quão era “público e manifesto que a rainha Dona Juana não havia usado limpamente de sua pessoa como cumpria à honra de sua mercê”.⁴⁸⁴ Ora, se a todas as mulheres casadas convinha, conforme as normas morais e jurídicas do reino, garantir fidelidade irrestrita a seus maridos, afiançando-lhes a boa fama e assegurando-lhes a legitimidade de seus herdeiros, ainda mais deveriam se esforçar nesse sentido as princesas e rainhas. A entrega dessas mulheres à concupiscência ou o ensejo que, por ventura, viessem a dar à difamação de suas condutas, punham em risco não só a reputação e linhagem de seus maridos, mas também a sobrevivência da dinastia que eles

⁴⁸⁰ Isabel, em uma de suas cartas escritas em 1471, desqualificou a princesa Juana como sucessora ao trono, destacando que o casamento de seu irmão com a Juana de Portugal não tinha recebido autorização régia para se concretizar. Embora alguns autores, tais como Luis Suárez Fernández, tenham insistido na invalidação desse matrimônio, outros, como José Luis Martín, relacionam esta acusação ao esforço isabelino de deslegitimar a princesa Juana. VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 45.

⁴⁸¹ Sumaya teria usado instrumentos e técnicas de inseminação para conseguir a fecundação da rainha. AZCONA, T. **Juana de Castilla, mal llamada la Beltraneja**. Vida de la hija de Enrique IV de Castilla y su exilio en Portugal (462-1530). Madri: La esfera de los libros, 2007. p. 33-36.

⁴⁸² PALENCIA, A. **Crónica de Enrique IV**. t. I. p. 354.

⁴⁸³ Ibid., p. 172.

⁴⁸⁴ Tal carta foi publicada integralmente por: VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 295.

encarnavam.⁴⁸⁵ Representativo de como os viciosos costumes cortesãos poderiam desvirtuar toda a corte, bem como pôr em risco a segurança e a legitimidade da sucessão do reino, o perfil de D. Juana desenhado pelos cronistas colocava em evidência mais um motivo para a ilegitimidade da princesa Juana. Filha de uma rainha que, por seus pecados e vícios, aproximava-se mais do exemplo pecador da genesíaca mãe, ou mesmo de algumas protagonistas arrebatados pelo desejo das novelas sentimentais, Juana não tinha, conforme destacavam os cronistas, ascendência digna de uma futura rainha.

Pelo que se pode deduzir da carta que Juana enviou a Zamora, em 1475, para comunicar aos cidadãos daquela cidade o seu matrimônio com o rei português, Afonso V, e reclamar, frente a Isabel, seus direitos como rainha de Castela, tais rumores acerca das condutas de Enrique IV e Dona Juana tinham ganhado larga repercussão no reino. Contra os detratores da honra de seus pais, asseverava Juana como era “ público e notório” no reino que, “ para sanear e satisfazer as dúvidas que maliciosamente se divulgaram e puseram contra” a sua primogenitura, o rei “sempre em sua vida disse, publicou, jurou em público e em segredo a todos os prelados e grandes de seus reinos” ser ele verdadeiramente seu pai. Os principais interessados em negar as juras e os intentos do rei Enrique IV, eram, entretanto, nas palavras de Juana, Isabel e Fernando. Mas, ao contrário dos que estes insistiam com “má e sinistra intenção” negar, Juana destacava explicitamente, em carta, que seu pai tinha “sido homem poderoso para engendrar”, havia tido com a rainha, sua mãe, “ajuntamento” carnal e, por isso, não deveriam pairar dúvidas sobre os seus direitos à sucessão da coroa.⁴⁸⁶

Mesmo diante da tentativa de defesa de Juana, a difamação do rei e da rainha teve um papel importante na afirmação de sua ilegitimidade. Nas palavras dos defensores dos poderes de Isabel, sem a garantia de que Juana carregava, através dos laços da consanguinidade, a herança transmitida pelo rei e sob os rumores de que herdava, antes os vícios e a desonra materna, ela não poderia ser considerada legitimamente a sucessora da coroa. Deflagrado o conflito sucessório entre os apoiantes de Isabel e Juana, em março de 1475, quando as tropas comandas pelo marido da segunda, o rei português Afonso V, invadiram Castela para que lhe fossem reconhecidos os direitos de rainha, os cronistas encontram mais uma vez uma maneira de lhe dissolver a legitimidade: atribuíram ao conflito o caráter de invasão estrangeira.

⁴⁸⁵ Nem por isso os bastados ficaram à margem dos poderes. OTIS-COUR, L. **Historia de la pareja en la Edad Media**. Placer y amor. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2000. p. 62-67.

⁴⁸⁶ Carta enviada por Juana como reina de Castilla, a la ciudad de Zamora, informándole de los acontecimientos del reino en los últimos años, de la usurpación de Isabel y cómo ha sido reconocida como heredera y proclamada reina junto a su marido Alfonso V de Portugal. AHP Zamora, fondo antiguo, v. 119, n. 19. Disponibilizada integralmente por: VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 314-315.

Praticamente obscurecida pelos cronistas, Dona Juana tem um papel secundário nos relatos sobre essa guerra que se estendeu até 1479. Sob a ameaça de que o reino castelhano poderia ser tomado e regido por um rei estrangeiro, os cronistas acabaram convertendo o conflito em uma guerra justa e defensiva diante de um inimigo externo: o português. Encontraram ensejo, inclusive, para exaltar os feitos de armas do rei Fernando e afirmar que, mesmo em tempos de guerra, a condição mulheril de Isabel não era obstáculo para o exercício de seu poder.⁴⁸⁷ Findada a guerra e selada a vitória das forças isabelinas, a ilegitimidade de Juana foi colocada em evidência pelos tratados firmados entre Afonso V e os reis católicos, os quais estabeleceram, dentre outras coisas, que ela fosse enviada ao Convento de Santa Clara (Coimbra) e nele permanecesse confinada até sua morte.⁴⁸⁸

Paralelamente à construção da ilegitimidade de Juana, e mesmo após a guerra de sucessão, vários autores trabalharam na construção da legitimidade de direito e exercício de Isabel. Vejamos, pois, que tipos de argumentos eles elencaram e quais foram os parâmetros de atuação que estabeleceram como aceitáveis para uma mulher no regimento do reino. Ou seja, analisemos em que medida a possibilidade de que uma mulher viesse a ascender à condição de rainha titular acabou estimulando a escrita sobre as prerrogativas das mulheres que eventualmente viessem a herdar e reger o reino, bem como a escrita em defesa dessa rainha e uma discussão acerca dos modelos de conduta que ela deveria seguir. Tudo isso porque, embora a sucessão ao trono tenha sido realizada pela mediação de uma mulher, isto não significava necessariamente que ela viesse a governar o reino. Como costumeiramente acontecia em Castela, havia a possibilidade de que a rainha simplesmente transmitisse sua legitimidade a favor de seu marido, para que ele, investido então de autoridade, regesse o reino. A despeito, pois, da limitada aplicação do texto da concórdia firmada na cidade de Segóvia, em janeiro de 1475, que estabeleceu um acordo de governação do reino entre Isabel e Fernando, tal pacto foi representativo dos desejos da rainha e dos seus defensores de que ela tivesse posição

⁴⁸⁷ Enquanto Diego de Valera concedeu mais atenção aos feitos guerreiros do rei Fernando, Juan de Flores, na *Crónica incompleta*, destacou, dentre os elementos que legitimavam Isabel, a sua capacidade de reinar, os seus direitos sucessórios e a sua participação destacada na guerra contra Portugal. RÁBADE OBRADÓ, M. P. **La imagen de Isabel I de Castilla en la Crónica incompleta de los Reyes Católicos**. Gouverner en Castille au Moyen Âge: la part des femmes. e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, 1 jul. 2006. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/333>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

⁴⁸⁸ Fez parte desse acordo a política matrimonial entre Portugal e Castela que previa o casamento entre a primogênita de Isabel e o neto de Afonso V. NOGALES RINCÓN, D. Los proyectos matrimoniales hispano-portugueses durante el reinado de los Reyes Católicos y los Sueños de Union Ibérica. **De Medievo Aevo**, n. 4, p. 43-68, 2013.

preeminente frente a seu marido.⁴⁸⁹ Conquanto a guerra de sucessão contra o reino português, conforme destacaram os cronistas e a rainha em algumas de suas missivas, tenha dado ao rei Fernando um protagonismo decisivo no regimento do reino castelhano e colocado em evidência a necessidade de que fossem equalizados os poderes dos cônjuges, o problema do estabelecimento dos padrões da função política e governativa das rainhas converteu-se em tema incontornável de discussão entre os castelhanos.⁴⁹⁰

2.4- Uma querela entre os sexos. Da herança e do regimento do reino pelas mulheres

As leis e costumes castelhanos garantiam às mulheres, como dissemos anteriormente, a possibilidade de serem herdeiras da coroa, por isso, não foi incomum entre os defensores de Isabel a menção a essa dignidade de sangue ou mesmo a retomada de exemplos do passado que colocassem em evidência as ordenações e costumes do reino ligados a este direito. Conquanto a legitimidade do direito hereditário por via das mulheres fosse uma prerrogativa resguardada pelos costumes e normas jurídicas de Castela, parece que houve, especialmente em alguns momentos do reinado de Isabel, divisão de opiniões a esse respeito entre os defensores dos seus poderes e os que, ao contrário, defendiam os poderes de seu marido. Outra questão que causava divisão dizia respeito à capacidade das mulheres de exercerem o regimento do reino. Martín de Córdoba foi um dos primeiros a escrever para afirmar esse direito das mulheres e lembrar, aos que se opunham a que elas assumissem as funções do regimento, que “muitos povos e reinos” tinham sido “livrados e bem regidos” por mulheres. Quer dizer, os direitos das mulheres de legarem o trono, mesmo resguardados pelas leis, foram colocados em questão, assim como foram colocadas à prova a aptidão e a competência delas de conduzirem o regimento do reino. As interpretações acerca da inferioridade da mulher no que diz respeito à racionalidade e

⁴⁸⁹ Nessa concórdia ficou estabelecido que o recebimento de homenagens, a disposição das rendas castelhanas e a regulação das provisões dos ofícios públicos deveriam ser controlados pela rainha. AZCONA, T. **Isabel la católica**, p. 245-253.

⁴⁹⁰ NIETO SORIA, J. M. **Ser reina**. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica. e-Spania. Governer in Castille au Moyen Âge: la part des femmes, 1 jun. 2006. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/327>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

fortaleza, glosadas sobretudo a partir das referências aristotélicas, eram um lugar comum, assim como o era a crença de que os seus poderes poderiam ter algo de monstruoso. Com efeito, se os reis eram considerados vigários de Deus no âmbito terrestre, uma mulher ocupando tal lugar poderia causar algum tipo de estranhamento. As deficiências e os vícios frequentemente associados à sua condição, bem como a propalada necessidade de que, em virtude de sua natural debilidade, devesse ser conduzida e governada por quem lhe era considerado superior em virtudes, ou seja, pelo homem, punham em evidência a dissonância entre sua natureza e o ofício do regimento.⁴⁹¹ Daí a necessidade apresentada pelos letrados da corte de Isabel de discutir sobre a permissão às mulheres de herdar e as capacidades dessas de reger, em especial, a referida rainha.

Juan Díaz de Alcocer, no pronunciamento que proferiu como abertura para a entronização de Isabel, não ignorou a necessidade de afirmar o caráter justo e providencial da escolha de tal mulher como rainha. Interpretando a história da monarca como uma aglutinação de episódios milagrosos e circunstâncias maravilhosas, Díaz de Alcocer afirmava, diante dos presentes à cerimônia realizada em Segóvia (1474), que até mesmo o nascimento de Isabel tinha sido marcado por elementos proféticos. Nas palavras desse oficial régio, Deus havia agido para que ela fosse “engendrada” e nascesse da “real estirpe do virtuoso e próspero sangue gótico”, bem como trabalhado para que “misteriosamente” fosse “produzida” nos “últimos dias” de vida de seu pai, o rei Juan II, pois o futuro resguardava-lhe uma missão: “suprir a orfandade e viuvez que o reino” padeceria sem um “sucessor varão”.⁴⁹² Remontando às origens góticas dos reis ibéricos e às passagens bíblicas em que homens mais velhos, a exemplo de Abraão e Zacarias, haviam engendrado milagrosamente filhos destinados a serem santos ou profetas, o oficial justificava a eleição da nova rainha por sua ascendência histórico/consanguínea e pela designação divina. Não só a ausência de um descendente varão autorizava Isabel a ser rainha, segundo afirmava o oficial, a herança de seus antepassados e a vontade de Deus tinham-lhe conduzido a ocupar tal posição. É certo que o problema da dissonância entre a natureza mulheril e o ofício de regente do reino não tinha passado despercebido por este nobre. Embora ele ressaltasse que, assim como qualquer mulher do reino, Isabel padecia dos mesmos defeitos e

⁴⁹¹ LADERO QUESADA, M. A. Isabel la Católica vista por sus contemporáneos. **En la España Medieval**, Madri, n. 29, p. 238, 2006.

⁴⁹² DÍAZ ALCOCER, J. Oración que hizo el doctor Alcoçer en Segovia a la Reyna Doña Isabel, nuestra señora, en nombre destos reynos, quando fue sublimada y resçebida por reyna dellos, martes, día de santa Luzia, XIII días de diciembre de LXXXIII años. In: CÁTEDRA, P. M. Oratoria política y modelo de propaganda. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). **Atalaya**, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/576>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

privações próprios da natureza mulheril, como solução para tal problema, destacava que Deus haveria de suprir-lhe as faltas e sustentar-lhe o poder.⁴⁹³

A discussão envolveu igualmente o cronista Hernando del Pulgar. Nos primeiros capítulos de sua crônica, ele destaca que, quando Isabel foi alçada rainha, em 1474, havia no reino quem a considerasse não capacitada para herdar e governar “por ser mulher”, e, por causa disso, defendesse os direitos de seu marido, o príncipe aragonês Fernando, de herdá-lo e de cuidar da sua governação “em todas as coisas”. Levando em consideração a desaprovação do cronista Alonso de Palencia em relação ao alçamento de Isabel na ausência de seu marido, as críticas que este cronista lhe dirigiu⁴⁹⁴ e os elogios que despendeu a Fernando, ele foi um dos que defendeu a sobreposição dos direitos do rei aos da rainha.⁴⁹⁵ Contra estes, no entanto, nas palavras de Pulgar, outros diziam em defesa de Isabel que, “segundo as leis de Espanha e maiormente dos Reis de Castela, as mulheres eram capazes de herdar e a elas pertencia a herança na ausência de herdeiro varão e descendente por linha direta”, o que era atestado inclusive pelas menções feitas, nas “crônicas antigas”, a respeito de algumas rainhas que tinham herdado o reino diante de circunstâncias semelhantes. Ormisinda, Odisinda e Sancha eram exemplos de mulheres que haviam herdado o reino de Leão em virtude da morte ou ausência de seus irmãos varões; Elvira, Urraca, Berenguela e Catarina, por sua vez, tinham sido herdeiras dos reinos de Castela e Leão pelos mesmos motivos. Ou seja, as crônicas eram testemunho de que as mulheres podiam herdar o reino castelhano em determinadas circunstâncias.

Acrescentava o cronista aos argumentos daqueles que defendiam os privilégios à herança e ao regimento por Isabel que, “segundo os direitos dispunham, nenhum reino podia ser dado” na forma de “dote”, portanto, Fernando não poderia governar aquilo que não recebera por direito. A ele não cabia conceder benefícios, dispor das fortalezas, nem administrar a fazenda e o patrimônio real, pois tais direitos só pertenciam a quem tinha a “faculdade jurídica

⁴⁹³ CÁTEDRA, P. M. Oratoria política y modelo de propaganda. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). *Atalaya*, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/576>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

⁴⁹⁴ Além de levantar suspeitas sobre a rainha, destacando que a mesma deixava-se conduzir, assim como Juan II e Enrique IV, pelos interesses de seus privados, Alonso de Palencia a caracterizou como mestra da dissimulação e do engano. Embora o cronista louvasse a dissimulação do rei Fernando, visto que nele a considerava uma demonstração de astúcia, em Isabel, a dissimulação era desaprovada. CARRASCO MANCHADO, A. I. Simular y disimular, percepción de un concepto moderno en la Edad Media hispana. *Res publica*, n. 18, p. 351, 2007. CÓRDOVA MIRALLES, A. F. *La corte de Isabel I*. Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504). Madrid: Dykinson, 2002. p. 75.

⁴⁹⁵ Alonso de Palencia deixou claro o seu posicionamento favorável aos poderes do rei Fernando destacando o quão lhe parecia imprudente que o reino fosse regido por uma mulher e não por um varão. Para ele, Fernando detinha “tão singular prerrogativa” e era por sua “estirpe régia” o “legítimo herdeiro do cetro de Leão e Castela quando a mulher faltasse, já que tinham um bisavô em comum, e por linha de varão na Casa Real, a ele correspondia o primeiro lugar da coroa”. PALENCIA, A. *Crônica de Enrique IV*. T. III, 1905. p. 331.

para ministrá-los”, ou seja, à rainha. “Ainda que fosse mulher”, era ela a “herdeira por linha descendente dos Reis de Castela e Leão” e a quem, como proprietária daqueles reinos, competia governá-los.⁴⁹⁶ Ora, não podemos nos esquecer de que, embora o direito de herdar e reger segundo os sexos fosse o alvo da discussão apresentada pelo cronista, o receio de que a ampliação dos poderes de Fernando significasse a entrega do reino castelhano a um príncipe aragonês era uma questão de fundo. Essa querela entre os sexos colocava em evidencia o temor de parte da nobreza castelhana de que o reino ficasse suscetível aos interesses aragoneses. Receio este que, diga-se de passagem, assolava alguns nobres castelhanos desde o reinado de Juan II, quando os irmãos da rainha D. Maria haviam disputado poderes com o rei castelhano.⁴⁹⁷

No que diz respeito à herança e governação do reino, a julgar pelo favorecimento dado a Isabel por Pulgar, provavelmente ele não desconhecia as cláusulas do acordo elaborado, em janeiro de 1475, pelo arcebispo Carrilo e pelo cardeal Mendoza acerca da divisão da governação do reino entre Fernando e Isabel.⁴⁹⁸ Segundo o estabelecido nessa concórdia, não obstante a provisão dos benefícios eclesiásticos ficasse aos cuidados dos cônjuges e o título dos documentos da chancelaria fosse o mesmo para ambos, convinha à rainha: autorizar a concessão de benefícios e serviços; cuidar da justiça quando ao lado de seu marido ou na sua ausência; receber a fidelidade das fortalezas; e nomear os contadores, tesoureiros e oficiais de Castela.⁴⁹⁹ A esse respeito, ressaltava o cronista que a rainha “trabalhava muito nas coisas da governação do reino”, tanto naquelas ligadas à condução das guerras, como nas relativas à “administração da justiça e de outras coisas”.⁵⁰⁰ Apesar dessa tentativa de divisão de poderes entre os cônjuges, que, em certa medida, favorecia a rainha, a guerra contra Portugal teria levado a monarca a preparar, em abril de 1475, um documento concedendo amplos poderes a seu marido, autorizando-o a realizar em seu nome o que ele tivesse que fazer. O mesmo fez Fernando, em 1481, concedendo à sua esposa largos poderes em Aragão. Sobre essa harmonia no trato do regimento dos reinos estabelecida entre os cônjuges, Hernando del Pulgar destacou que:

⁴⁹⁶ PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Valladolid: Editorial Maxtor, 2011. p. 34-35.

⁴⁹⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. *Nobleza y monarquía*. Entendimiento y rivalidad. El proceso de la construcción de la corona española. Madri: La esfera de los Libros, 2003. p. 179-210.

⁴⁹⁸ Luis Suárez Fernández destaca que a concórdia não foi um mero acordo entre cônjuges, mas sim um pacto entre alas rivais da nobreza. *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*. Madri: Rialp, 1989. p. 85.

⁴⁹⁹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. S. *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*. Madri: Rialp, 1989. p. 85. AZCONA, T. *Isabel la católica*. Estudio crítico de su vida y su reinado. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993. p. 249-250.

⁵⁰⁰ PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Valladolid: Editorial Maxtor, 2011. p. 36.

[...] quando era necessário que o Rei fosse prover em algumas partes e a Rainha em outras, ainda que estivessem apartados, nunca se pronunciou que um desse mandamento que deixasse sem efeito a provisão que o outro tivesse dado. Porque, se a necessidade apartava as pessoas, o amor tinha juntas suas vontades. E ainda que alguns cavaleiros e outras pessoas de danosas intenções procurassem divisão entre eles, dando a entender ao Rei que, como varão, devia ter toda a governação, o Rei e a Rainha, conhecendo que estes tais procuravam divisões entre eles, por seus próprios interesses, conformaram-se tanto que não davam lugar a nenhuma divisão.⁵⁰¹

Como é possível perceber, a monarquia, operando como uma espécie de diarquia⁵⁰², isto é, de forma compartilhada, era, pelo cronista, a imagem que os reis católicos queriam fazer sobre o seu governo. Tal configuração resolvia em parte o problema da distribuição do regimento do reino e das desconfianças das alas aragonesa e castelhana da nobreza acerca de qual era mais digno e capaz de reger: o varão ou a fêmea.

No que tange aos direitos sucessórios das mulheres, o testamento preparado pelo frei jerônimo, Hernando de Talavera, a pedido do rei Fernando, momentos antes que este partisse para a guerra contra os portugueses, em 12 de julho de 1475, é um indicativo de que estes privilégios acabaram recebendo a chancela do rei, já que, além de reconhecê-los no âmbito do reino de Castela, o monarca passou a, inclusive, recomendá-los ao reino aragonês. Neste documento solene, o monarca declarava a sua “cara e amada filha”, a princesa Dona Isabel, como sua herdeira universal, reconhecendo-lhe a legitimidade sucessória não só nos reinos de Castela e Leão, mas até nos reinos de Aragão e da Sicília. Mesmo sabendo que “as leis, os foros, os ordenamentos e costumes” de Aragão e da Sicília não autorizavam a sucessão por via das mulheres, Fernando suplicava a seu pai, o rei aragonês Juan, que anulasse estes impedimentos para que, assim, os reinos de Castela e Aragão permanecessem unidos sob um único rei.⁵⁰³ Em outras palavras, diante da possibilidade de que morresse em combate, Fernando mostrou em seu testamento o desejo de evitar que a ameaça de uma nova crise, envolvendo a sucessão mulhêr, ganhasse vulto e dissolvesse a união entre os citados reinos ibéricos.⁵⁰⁴ Por isso, além

⁵⁰¹ PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. p. 36.

⁵⁰² CARRASCO MANCHADO, A. I. *Isabel I de Castilla*. La sombra de la ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014. p. 203.

⁵⁰³ Testamento de Fernando II de Aragón, 12 de julio de 1475. Archivo de los Ariños. Autógrafo de Fr. Hernando de Talavera. In: IANNUZZI, I. *El poder de la palabra en el siglo XV*: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009. p. 505-507.

⁵⁰⁴ Hernando del Pulgar apresenta em sua crônica, dando voz à rainha Isabel, os inconvenientes que ela teria apresentado ao seu marido se este não reconhecesse a sucessão por via das mulheres: “a Princesa nossa filha há de se casar com um príncipe estrangeiro, o qual se apropriará da governação destes reinos ...”. PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. p. 35-36.

de validar os direitos castelhanos à herança através das mulheres, recomendou que eles fossem incluídos nas normativas aragonesas, com vistas a que, também naquele reino, as mulheres fossem admitidas como legatárias e regentes da coroa.

O empenho evidenciado pelo capelão da rainha católica, Diego Rodríguez de Almela⁵⁰⁵ (1426-1489), de retomar o tema da legitimidade da sucessão pelas mulheres na carta que, acompanhada de um tratado, enviou, em junho de 1483, a Juan Chacón – chefe político e militar da província de Murcia e filho do mordomo maior da rainha, Gonzalo Chacón – é representativo de como tal questão continuou a ser alvo das discussões dos letrados no reino. Respalhando-se nos seus conhecimentos cronísticos, ou seja, convertendo a história em argumentos de comprovação jurídica, o citado capelão recuperou os exemplos do passado para emitir um parecer afirmativo sobre os privilégios das mulheres de “herdaram sempre na Espanha os reinos, ducados, condados, senhorios, e morgados”, quando seus pais morressem sem deixar “filhos varões legítimos”. Sob a alegação de que escrevia este texto motivado por discorrer a respeito dos interesses de um conde francês de tomar a coroa da princesa de Navarra, Dona Catarina⁵⁰⁶, casando-se com ela, o capelão, fazendo um retrospecto histórico de casos em que as mulheres foram herdeiras em Navarra, Aragão e sobretudo em Castela, desde o tempo dos reis godos até o reinado de Isabel, propunha-se a provar o direito delas de legar e transmitir o trono. No prólogo do tratado, declarava ainda que se dispunha a escrever sobre esses casos, porque tinha ouvido dizer que a “ilustríssima Rainha” teria “prazer de ver semelhantes escrituras”.⁵⁰⁷ Ou seja, apesar de se propor a discutir uma questão específica, pautando-se nas referências do passado, o capelão dizia atender aos desejos da rainha de que o direito à coroa pelas mulheres fosse afirmado.⁵⁰⁸

A retomada dos exemplos da história com vistas à comprovação dos privilégios das mulheres na sucessão dinástica não foi alvo apenas da escrita de Diego Rodríguez de Almela. A morte do príncipe Juan (1497), único filho varão e herdeiro dos reis católicos, voltaria a colocar tal tema na mira dos letrados do reino por meio dos tratados consolatórios endereçados aos reis. O cardeal Bernardino López de Carvajal (1456-1523), por exemplo, na *Epístola*

⁵⁰⁵ Nasceu em Murcia, no entanto, mudou-se para Burgos em 1440, quando passou a atuar como servidor do bispo Afonso de Cartagena. A este bispo deveu seu conhecimento das crônicas castelhanas e a visão de defesa da unidade peninsular. Atuou em comissões na Itália, no mesmo tempo em que Rodrigo Sánchez de Arévalo. Sabe-se que foi chamado à corte, em 1483, pelos reis católicos. REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos: El umbral del Renacimiento**. Madri: Ediciones Cátedra, t. I, 2012. p. 167-168.

⁵⁰⁶ Com quem os reis católicos planejavam unir em matrimônio com o príncipe Juan. REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos: El umbral del Renacimiento**. Madri: Ediciones Cátedra, t. I, 2012. p. 580.

⁵⁰⁷ RODRÍGUEZ DE ALMELA, D. **Cartas** (BL Ms Egerton 1173). Edição preparada por David Mackenzie. Exeter, 1980, p. 61-71.

⁵⁰⁸ REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos: El umbral del Renacimiento**. Madri: Ediciones Cátedra, t. I, 2012. p. 579-580.

consolatoria (1497) que enviou aos reis, chegou a defender que, diante da morte do único descendente varão dos monarcas, os direitos sucessórios de sua primogênita, a princesa Dona Isabel, deveriam ser afiançados. Sob a alegação de que às mulheres correspondia a sucessão em todos os reinos da *Hispania*, quando não existissem descendentes varões, López de Carvajal resgatava, a começar pelos visigodos, os exemplos históricos para atestar como essa prática tinha sido válida nos reinos de Leão, Navarra e Castela. Embora reconhecesse certas especificidades desses reinos, isto é, que em Aragão e Navarra as mulheres eram consideradas capazes de transmitir seus direitos sucessórios a seus descendentes, ainda que não pudessem assumir a coroa e governar; e que, em Castela, a sucessão e o governo lhes eram permitidos; chegava a uma conclusão: no reino de “Espanha”, elas sempre tiveram, por si próprias ou por seus descendentes, acesso à coroa. Diferentemente do reino da França, onde elas foram e continuavam “proibidas de herdar o trono”, o que parecia a este prelado “antinatural, oposto ao amor paternal e motivo da dissolução da linha genealógica das mais nobres e numerosas famílias”, na península ibérica, o direito sucessório pela via das mulheres era um costume antigo, a ser preservado. Como lembrava López de Carvajal, a propósito, desde a tomada da Espanha pelos árabes, havia transcorrido cerca de setecentos e oitenta e três anos até que um príncipe, tal como o herdeiro dos Reis Católicos, conseguisse um posto tão poderoso, que incluía toda a Espanha, com exceção de Portugal e Navarra. Por isso, recomendava a Fernando e Isabel que cuidassem para que os direitos sucessórios fossem assegurados por suas filhas, evitando, assim, uma possível divisão entre esses reinos.⁵⁰⁹

Por certo, estes testemunhos não fazem senão confirmar o desejo da corte castelhana de manter a tradição do direito sucessório mulhêr. Mais do que legitimar as prerrogativas da rainha em exercício, visto que lhe autorizava legar e reger o reino, a afirmação deste direito sustentava a união dos ramos castelhano e aragonês da dinastia Trastâmara, alcançada através do matrimônio entre Isabel e Fernando. Diante do que se considerava ser a possibilidade de quebra da unidade alcançada pelos reis católicos, considerados restauradores de um passado cristão hispânico, a autorização da herança e do governo pelas mulheres representava uma garantia, sobretudo na falta de um descendente varão, da perpetuação das conquistas destes reis para além de suas vidas através das suas descendentes.⁵¹⁰ Todavia, se a legitimidade do direito

⁵⁰⁹ Citamos a partir dos comentários e da tradução feitos por: GONZÁLEZ ROLÁN, T; SUÁTEZ-SOMENTE, P. S. Un importante texto político-literario de finales del siglo XV: la Epístola consolatoria a los Reyes Católicos del extremeño Bernardino López de Carvajal. **Cuaderno de Filología Clásica de Estudios Latinos**, Madri, n. 16, p. 247-277, 1999.

⁵¹⁰ Nas palavras de Andrés Bernaldez a deterioração da saúde da rainha Isabel teria sido motivada pelos golpes que, simbolicamente, haviam atingido seu coração, isto é, em virtude das mortes que lhe haviam atingido o âmbito familiar, a saber: do seu único filho varão, o príncipe Juan; de sua primogênita, Isabel; e o filho desta, seu neto

hereditário pela via das mulheres foi sendo aceita de forma quase unânime no reino, diferentes foram as opiniões acerca dos tipos de modelos que elas deveriam buscar como referência.⁵¹¹ Vejamos alguns deles, a começar pelos textos que, à maneira dos espelhos de príncipes, foram endereçados à rainha Isabel, apresentando-lhe instruções de como agir em conformidade com exercício de suas funções. Debrucemo-nos sobre os modelos que lhes foram indicados e, por conseguinte, sobre os parâmetros de atuação de uma mulher no regimento do reino pactuados pelos castelhanos.

2.5- *Regimento de princesas: da arte de fazer-se virtuosa*

Algumas das rainhas castelhanas do século XV, segundo apontam os registros escritos, parecem não ter alcançado, entre os seus contemporâneos, uma imagem estimável. Dona Catarina de Lancaster (esposa de Enrique III), apesar de ter sido, nas palavras de Fernán Perez de Guzmán, “muito honesta, guardada em sua pessoa e fama, liberal e magnífica”, teve um “vício muito comum entre os reis”: “submeter-se às vontades dos privados”, permitindo que eles a regessem.⁵¹² Conhecidas e criticadas eram as relações que a monarca tinha mantido, por exemplo, com uma de suas protegidas: Dona Leonor López de Córdoba (1362/63-1430), senhora cuja família havia prestado serviços ao avô da rainha, o rei D. Pedro I.⁵¹³ A esposa de Juan II, Dona Maria de Aragão, por sua vez, não obstante tivesse recebido elogios de alguns tratadistas, tinha, como enfatizaram os cronistas desse rei, atuado mais em favor de sua família aragonesa do que em conformidade com as vontades e os interesses castelhanos de seu marido.⁵¹⁴ A essas mulheres, juntava-se a já citada Dona Juana, rainha consorte de Enrique IV,

Miguel, ainda com poucos anos de vida. As mortes destes que lhe sucederiam no reino, lhe teriam causado angústias e contribuído para adiantar-lhe a morte.

⁵¹¹ NIETO SORIA, J. M. **Ser reina**. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica. e-Spania. Governer en Castille au Moyen Âge: la part des femmes, 1 jun. 2006. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/327>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

⁵¹² PÉREZ DE GUZMÁN, F. **Generaciones y Semblanzas**. Edição e notas de J. Domínguez Bordona. Madrid: Espasa- Calpe, S.A, 1941. p. 19.

⁵¹³ Em virtude de algumas intrigas, tal mulher perderia a proteção da rainha. FÉLIX BELLIDO, J. **Razones de una mujer**. Memórias autobiográficas de Leonor López de Córdoba. Córdoba: Alamendro, 2012. p. 97-100. GUIMARÃES, M. L. As memórias de D. Leonor López de Córdoba (1362/63-1430): uma poética do não esquecimento. **Mirabilia**, n.21, 2015.

⁵¹⁴ ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A. **María, infanta de Aragón y reina de Castilla**. In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 4, p. 370, 2006.

lembrada pelos cronistas por sua conduta depravada e por seus incentivos à promoção de atos viciosos no reino. É certo que, até então, ao passo que sobravam indicações e orientações acerca de como os príncipes e reis deveriam conduzir o governo de si, da casa e do reino⁵¹⁵, minguadas eram as diretrizes dirigidas às rainhas.

Na *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egídio Romano* – texto de larga repercussão no reino castelhano, tomado como referência para a instrução dos monarcas – e em outros espelhos de príncipes, as menções feitas às mulheres se restringiam ao que os homens, e em especial os reis, na condição de seus maridos, deveriam procurar ao escolhê-las. Eles eram instigados a buscar, através do matrimônio, laços familiares que ajudassem a fortalecer o reino, mulheres cultivadas nos bons costumes e fortes fisicamente que acrescentassem suas famas e lhes garantissem a perpetuidade de suas linhagens, dando-lhes descendentes saudáveis e legítimos.⁵¹⁶ Não elas, mas sim eles eram os alvos destes tipos de instrução. Esses textos eram preparados para que eles fossem orientados acerca de um conjunto de diretrizes morais e de governo. Junto dos servos e dos filhos, elas eram mencionadas como um dos elementos que, por sua natureza inferior e debilidade, conferiam aos reis, poder, superioridade e autoridade para conduzir e governar. Dito de outro modo, conquanto os espelhos prescrevessem, a partir das indicações apresentadas aos príncipes, o comportamento das infantas e consortes, nenhum deles havia indicado diretamente as mulheres como público-alvo de seus ensinamentos, nem mesmo contemplado a relação entre mulher, coroa e poder.⁵¹⁷ No entanto, na segunda metade do século XV, a possibilidade que se apresentou no reino castelhano de que a coroa fosse herdada e regida por uma mulher, bem como o imperativo de que a ordem e a boa condução do reino não fossem mais colocadas em risco pelos erros e vícios cometidos pelas rainhas, despertou o interesse e a urgência de que também elas fossem esclarecidas e educadas sobre como deveriam se conduzir.⁵¹⁸ A ascensão de Isabel ao trono mobilizou o preparo dos *specula*

⁵¹⁵ NOGALES RINCÓN, D. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): Un modelo literario de la realeza Bajomedieval. *Medievalismo*, Espanha, n. 16, p. 9-39, 2006.

⁵¹⁶ “[...] que sejam castas não somente por guardar a fé que devem a seus maridos, mas ainda por guardar o direito a seus filhos, pois se tivessem filhos de outro varão, estes poderiam herdar os bens que não são seus [...]”. “[...] a boa mulher e casta compõe e honra muito a sua casa”. GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egídio Romano*. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Pérez. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005. Livro II, Primeira Parte, cap. XIX. Sobre este tema ver: FERNANDES, F. R; SANTANA, E. V. Buona e leale, esprovata e quieta. Aspectos da imagem feminina na literatura pedagógico-política no século XIII. O tratado De Regimine Principum de Egídio Romano. In: SALVADOR GONZÁLEZ, J. M. (Org.). *Mirabilia*, v. 17, n. 2, p. 235-249, 2013.

⁵¹⁷ HARO CORTÉS, M. Mujer, corona y poder en espejo de princesas: El Jardín de nobles doncellas de fray Martín de Córdoba. In: CELMO VALERO, M. P; RODRÍGUEZ PEQUEÑO, M. (Ed.). *Vivir al Margen*. Mujer, poder e institución literaria. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la lengua, 2009. p. 43-44.

⁵¹⁸ Tal posicionamento é defendido por: CODET, C. *Femmes et éducation en Espagne à l’aube des Temps Modernes (1454-fin des années 1520)*. 2014. f. 770. Tese (Doutorado) – École normale supérieure de Lyon, Lyon, 2014. p. 121.

principum, gênero de textos que, até então, não tinha as rainhas como alvo. À feitura desses roteiros de governo se dedicaram especialmente os clérigos Martín de Córdoba, Íñigo de Mendoza e Hernando de Talavera. Por isso, a partir de um mapeamento das aproximações e dos distanciamentos dessas gramáticas de governo que foram endereçadas a D. Isabel, analisaremos quais foram as pautas de comportamento e as orientações para o regimento que estes clérigos prepararam para a rainha.

Foi para compor o caráter de quem seria futuramente rainha que frei Martín de Córdoba⁵¹⁹ escreveu a Isabel apresentando-lhe e dedicando-lhe o *Jardín de nobles doncellas*. Conforme sugerem as menções feitas no prólogo deste texto, o frei possivelmente o preparou após a morte de Afonso, irmão mais novo de Isabel, e no momento em que a sucessão ao trono por ela tinha sido firmada pelo pacto de *Toros de Guisando* (1468). Quer dizer, além de instruir a princesa acerca de suas futuras funções apresentando-lhe uma espécie de compêndio das condições requeridas às nobres donzelas, o agostiniano dizia escrever com a motivação de justificar a legitimidade de direito da nova sucessora.⁵²⁰ Conforme sintetizou Martín de Córdoba dirigindo-se a Isabel:

[...] como no jardim de donzelas, mire vosso vivo entendimento e tome deleite, porque, já que a sucessão natural vos dá o regimento, que não faleça por defeito de sabedoria moral; antes a vossa aprovada sabedoria vos faça digna de reger, como vos faz digna a real e primogenitura do sangue. Onde, Senhora, quis tomar este trabalho de fazer um breve escrito que fale da geração, condição e composição das nobres donas; em especial, daquelas que são ou esperam ser rainhas, esperando deste trabalho só de Deus galardão, pelo qual os reis reinam e os servos são dignos de terem reis. Acrescento a isso, a grande benevolência que concedeu a mim o senhor de gloriosa memória, o rei D. Afonso, vosso irmão, e a grande devoção que ele, em mim tinha, por sua doce e real clemência.⁵²¹

⁵¹⁹ Frei agostiniano, Martín de Córdoba foi docente nas universidades de Salamanca e Toulouse, vigário da ordem de Santo Agostinho em Salamanca. Além do *Jardín de nobles doncellas* preparou um *Compendio de la Fortuna* (dedicado a Álvaro de Luna). Pouco se sabe sobre as relações que o frei teria mantido com Isabel. Possivelmente ele integrou a corte que se formou em torno de Afonso quando este foi alçado rei em Ávila e apoiou Isabel, depois da morte de seu irmão. HARO CORTÉS, M. *Mujer, corona y poder en espejo de princesas: El Jardín de nobles doncellas de fray Martín de Córdoba*. In: CELMO VALERO, M. P.; RODRÍGUEZ PEQUEÑO, M. (Ed.). **Vivir al Margen**. p. 45.

⁵²⁰ Cogitou-se a possibilidade de Martín de Córdoba ter sido chamado por Isabel de Portugal para compor a educação de Afonso e Isabel, no entanto, não há nenhum vestígio documental sobre isso. Também não há nada que confirme que o frei e Isabel tenham tido uma relação pessoal, embora seja claro o empenho do frei em legitimá-la como rainha. SORIANO, C. *Conveniencia política y tópico literario en el Jardín de Nobles Doncellas (1468?) de Fray Martín Alonso de Córdoba*. In: LUCÍA MEGÍAS, J. M. **Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de literatura medieval**. Alcalá de Henares: Servicios de publicaciones de la Universidad de Alcalá, 1997, t. II, p. 1460.

⁵²¹ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*, p. 9.

De modo parecido, porém falando a Isabel já como rainha, o franciscano Íñigo de Mendoza (1425-1507) e o jerônimo Hernando de Talavera também lhe endereçaram algumas orientações sobre como conduzir-se no regimento no reino. No *Dechado*, poema de 1475, escrito na forma de 42 coplas de pé quebrado, o frei franciscano apresentava as suas motivações, ao preparar tal poema dizendo à rainha na terceira estrofe:

Por isso, rainha excelente,
muito prudente,
determina minha rudeza
de servir a vossa alteza
sem preguiça
com este rude presente,
no qual minha mão atenta
e se afronta
a preparar-vos um modelo
de onde possa ser sacado
e preparado
o modo com que a gente
governeis discretamente.⁵²²

Se foi como presente que o frei franciscano ofertou seus conselhos de governo à rainha, falando-lhe através da analogia que criou entre o molde – pano que servia de modelo (*dechado*) para o bordado e a costura das mulheres – e as instruções de governo que lhe havia preparado para servir de exemplo na tessitura do governo, Hernando de Talavera apresentou suas recomendações, em 1476, como peça sermonária adaptada *ad usum reginae* na *Colación muy provechosa*. Ou seja, se o franciscano tinha apresentado seus conselhos recorrendo à metáfora têxtil, o jerônimo dizia atender às expectativas espirituais e de governo de Isabel, ao ajustar uma peça homilética, destinada aos clérigos no início do tempo litúrgico do Advento, na qual lhes falava sobre a necessidade da renovação moral à maneira de uma águia⁵²³, a um programa moral que auxiliasse e iluminasse o coração da monarca no regimento e governo do reino. Como salientou o jerônimo, no prólogo deste sermão, ele havia acatado a demanda da monarca, escrevendo-lhe o conteúdo dessa prédica para que ela o pudesse ler individual ou coletivamente

⁵²² MENDOZA, Í. *Dechado que hyzo frey Yñigo de Mendoza a la muy excelente reyna doña Ysabel, nuestra soberana señora*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/dechado-que-hizo-frey-ynigo-de-mendoza-a-la-muy-escelente-reyna-dona-ysabel-nuestra-soberana-senora--0/html/ff9224fc-82b1-11d1df-acc7-002185ce6064_2.html#I_0>.

Acesso em: 04 mai. 2016.

⁵²³ Aos animais foram dados, conforme indicam as análises feitas acerca dos bestiários, tratados escolásticos e das enciclopédias, caráters de alegoria moral e simbologia profética. Durante o reinado dos católicos, muito se recorreu a eles para exaltar nos monarcas algumas virtudes e a marca divina, ademais, eles tiveram relevante participação em alguns cerimoniais. CARRASCO MANCHADO, A. I. La metáfora animal en la propaganda política de los Reyes Católicos (1474-1482). *Cahiers de linguistique et civilisation hispaniques médiévaux*, França, p. 402, 2002.

e conseguisse se renovar moralmente, a exemplo da águia, “rainha das aves”, a quem São João Evangelista, patrono da rainha⁵²⁴, era comparado. Atendia-lhe este pedido para que lograsse “coração ensinado e simples de ensinar para julgar o povo e para discernir entre o bem e o mal”.⁵²⁵ Não obstante estes clérigos tenham recorrido a metáforas diferentes (o jardim das donzelas, o molde de costura e à águia), pode-se notar que eles perseguiram um propósito comum: orientar D. Isabel acerca de suas funções como rainha e, de certo modo, conceder-lhe legitimidade na sucessão e no regimento do reino. Ademais, o preparo sob as demandas da monarca da *Colación* é representativo de que também ela aspirava ser aconselhada nesse sentido e havia concedido auspícios a esse tipo de recomendação.

Como a expectativa de assumir a coroa era contemplada apenas por Isabel e aqueles que a apoiavam quando Martín de Córdoba lhe ofereceu o *Jardín de nobles doncellas* (1468) é possível notar, nesse espelho, um maior empenho, especialmente se comparado com os outros espelhos dedicados à Isabel já rainha, de legitimar e consolidar os seus poderes tendo em conta sua condição mulheril. Nem Íñigo de Mendoza, nem Hernando de Talavera revelam em suas obras a preocupação em investir inicialmente na defesa de todas as mulheres para só depois orientar Isabel acerca da governação do reino. Razão pela qual, as reflexões feitas pelo frei agostiniano merecerão maior atenção. O percurso que trilharia em sua obra é delineado a partir da retomada da tópica dos regimentos de príncipes de que o governo dos reis era uma concessão divina que exigia deles a observância do regimento de si, da casa e do reino. É essa tópica que Martín de Córdoba retoma para defender os direitos sucessórios de Isabel e ilustrar a “sabedoria moral” da futura rainha: inicialmente propunha falar-lhe a respeito das condições naturais das mulheres; na sequência, ensinar-lhe a discernir os bons dos maus costumes e, por fim, mostrar-lhe, através dos exemplos das mulheres passadas – tomados dos textos bíblicos, dos pais da igreja e das referências dos antigos –, quais modelos deveria imitar. Organizava assim o seu texto, seguindo não apenas a tradição escolástica que previa a proposição de uma questão, o esgotamento de argumentos e posterior retomada do assunto para adentrar a uma nova problemática, mas também um recurso muito comum entre os *studia humanitatis*: o uso da

⁵²⁴ O interesse e a devoção da rainha a São João Evangelista teriam motivado a escrita de tratados e poesias em louvor a este santo. Hernando de Talavera preparou à monarca um Breve Tratado de Loores del bienaventurado san Juan Evangelista. Frei Ambrosio de Montesino, de sua parte, ofereceu a Isabel *Al sol vence con tus vistas e Razón tiene vuestra alteza*. PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014. p. 65-66.

⁵²⁵ TALAVERA, H. Colación muy provechosa. In: PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014. p. 104.

citação e do exemplo para conceder autoridade, sustentação e caráter pedagógico aos argumentos defendidos.⁵²⁶

Assim como fizeram, em defesa das mulheres, os tratadistas da corte de Juan II, o frei agostiniano preocupou-se inicialmente em retomar no *Jardín* algumas passagens bíblicas do livro do *Gênesis*, a fim de explicar algumas questões controversas acerca da natureza e condição das mulheres. Empenhou-se, inclusive, em mostrar certas características naturais delas que colocavam em evidência o que Deus tinha planejado a elas quando operou a obra da criação e o que lhes tinha determinado como castigo após a queda.⁵²⁷ Da costela, e não de outra parte do corpo de Adão, Deus teria criado as mulheres, pois, segundo o frei, isso era representativo do lugar que elas deveriam ocupar junto do varão: “nem senhora, nem serva”, mas sim “sua companheira no matrimônio”. Por elas terem sido feitas desse material, muitas semelhanças poderiam ser percebidas entre ele e as características delas. Mole, fraco e capaz de emitir muito barulho, quando dispostos em um recipiente e remexidos, os fragmentos da costela encontravam paralelo na “alma suscetível aos desejos e às vontades” delas, bem como na capacidade que tinham de “falar mais que os homens”.⁵²⁸ No entanto, Martín de Córdoba fazia um alerta a respeito dessa questão. Destacava que, embora esta interpretação insinuasse que as mulheres tinham “má propriedade”, sobretudo pela associação que podia ser estabelecida entre elas e a “mãe Eva”, também a Virgem Maria tinha suas origens numa costela. Por isso, se de uma parte considerasse que Eva era o motivo do vitupério das mulheres, visto que era a “costela” que havia se deixado conduzir pelo “demônio” e feito Adão pecar, de outra, lembrava que da Virgem Maria derivava o imperativo de que elas fossem louvadas, dado que a mãe de Cristo era a “costela” responsável por ter “prendido o Diabo”.⁵²⁹ Quer dizer, segundo as considerações do clérigo, conquanto as mulheres fossem inclinadas naturalmente a alguns vícios, elas estavam, do mesmo modo, aptas a emendá-los. Seus pecados tinham encontrado redenção na Virgem Maria. Todavia, respaldando-se em Santo Agostinho, o clérigo dizia existir um propósito maior conduzindo-as depois que, em virtude do pecado inicial, foram expulsas do estado paradisíaco: cuidar da “multiplicação da linhagem humana”; “evitar a fornicção” através do matrimônio; e, “especialmente entre os reis”, ou seja, no caso das princesas e rainhas,

⁵²⁶ NARRO SÁNCHEZ, A. Tradición clásica en el Jardín de Nobles donzelas de Fray Martín de Alonso de Córdoba. *Calamus Renascens*, Espanha, n. 13, p. 6, 2012.

⁵²⁷ Segundo apontam alguns estudos, dentre as fontes que teriam alimentado o texto de Martín de Córdoba destacam-se: o Triunfo de las donas, Libro de las virtuosas e claras mugeres e o Tratado em defensa de virtuosas muges. NARRO SÁNCHEZ, A. Tradición clásica en el Jardín de Nobles donzelas de Fray Martín de Alonso de Córdoba. *Calamus Renascens*, Espanha, n. 13, p. 5, 2012.

⁵²⁸ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*, p. 16-17.

⁵²⁹ Ibid., p. 16-17, 20-21.

promover a paz e o entendimento dos reinos através das alianças matrimoniais.⁵³⁰ Em suma, caso se esforçassem, elas seriam capazes de alcançar as virtudes, ainda que sem poderem abster-se dos sofrimentos das dores do parto, da responsabilidade da vida conjugal e da sujeição à vontade de seus maridos e pais.⁵³¹

Considerados estes pontos relativos à natureza e ao propósito divino da criação das mulheres – os quais representavam a recuperação da tópica, já comum em Castela desde o reinado de Juan II, de conceder, através da escrita, um espaço importante à defesa das mulheres a partir das menções à origem divina delas –, o frei agostiniano passava à proteção específica de Isabel. A ela dizia que, segundo Aristóteles havia anunciado na *Retórica*, “as mulheres tinham algumas condições boas e outras não boas”, ou seja, a elas eram reputados vícios e virtudes característicos, por isso alertava-lhe a respeito da necessidade de conhecê-los para que pudesse agir corretamente. Partindo, pois, da defesa das potenciais virtudes ou propensões de todas as mulheres, Martín de Córdoba buscava salvaguardar as virtudes exigidas à rainha, isto é, a uma mulher específica. Apresentava, desse modo, as pautas de comportamento que deveriam ajustar as ações de Isabel. Dizia-lhe que, enquanto a vergonha, a piedade e o obséquio outorgavam bondade às mulheres; a intemperança, a fala excessiva, a porfia e a inconstância atribuíam-lhe uma condição “não tão boa”.⁵³²

Embora todas as virtudes próprias das mulheres apontadas pelo clérigo derivassem de alguma fraqueza ou debilidade mulheril, ele as considerava importantes por dois motivos: algumas dessas virtudes tinham a capacidade de catalisar outras e, ao mesmo tempo, impedir que alguns vícios fossem acionados nas mulheres. Por frear os apetites da jovem idade, impulsionar a honestidade e preservar a castidade, a vergonha, ainda que derivasse da fraqueza e do temor das mulheres, era importante para as donzelas, especialmente para as princesas, pelo fato de que estas se casariam com príncipes e reis e, segundo Martín de Córdoba, estes primeiramente “pesquisam sobre a esposa é se é honesta, virtuosa e composta de vergonha”. Além desta virtude da vergonha, que lhes auxiliava a frear a língua, a vestir “trajes que

⁵³⁰ CORDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*, p. 26-27.

⁵³¹ Embora as mulheres devessem ser obsequiosas a seus maridos, as rainhas, assim como as altas donas que tinham seu estado a parte de seus cônjuges, não deviam a eles total benevolência. “[...] a mulher há de ser obsequiosa ao marido, amando-o, honrando-o e por si e por outras, servindo-o. É verdade que isto não cabe às altas donas que têm seu estado a parte de seus maridos. Isto, ainda que não seja sempre, porém ao menos quando queira e convenha, a dona deve estes obséquios a seu senhor e marido”. CORDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*, p. 53. Sobre este tema ver: BECEIRO PITA, I. La mujer noble en la Baja Edad Media castellana. In: FONQUERNE, Y-R; ESTEBAN, A. (Coord.). *La condición de la mujer en la Edad Media*. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez del 5 al 7 de noviembre de 1984. Madri: Casa de Velazquez, Universidad Complutense, 1986. p. 289-313.

⁵³² CORDOBA, op. cit., p. 43.

cobrissem suas cabeças e peitos”⁵³³ para que nada sugerisse desonestidade, emendava o frei, a piedade, própria de quem tinha corpo fraco, era-lhes uma condição natural e ninguém mais do que a princesa deveria ser: “mãe, advogada e escudo” dos povos de seu reino. Assim como a mãe deveria ser naturalmente piedosa com seus filhos, a rainha ou princesa, que “também era mãe de seus povos”, deveria ser piedosa com seus súditos. Deveria, ademais, defendê-los diante de qualquer ato tirânico do rei, bem como proteger os “humildes trabalhadores, os devotos oradores, os estudiosos mestres e doutores, as viúvas, os órfãos e os pobres sem amparo”, daqueles que lhes eram superiores no reino.⁵³⁴ Como também eram naturalmente obsequiosas, pelo fato de que “demandavam menos razão que os homens”, era comum que se entregassem inteiramente à devoção divina, à compaixão ao próximo e aos cuidados da casa. Por isso, o frei dizia à princesa que como lhe era exigido, mais do que a qualquer outro, mostrar-se obsequiosa, servindo de exemplo a todos, louvando a Deus e defendendo a Igreja. Era-lhe indispensável, entre outras coisas: ir à missa todos os dias, rezar, ouvir sermões e as palavras de Deus, pedir que lhe fossem feitas leituras honestas durante as refeições, conversar com letrados e sábios sobre a doutrina divina e pensar sempre na outra vida.⁵³⁵ Sugeria-lhe ainda, cuidar dos enfermos, peregrinos, das donzelas e dos servidores de sua casa, bem como honrar seu marido e criar seus filhos em conformidade com os preceitos divinos. Em suma, que atenta-se para as referidas três esferas contempladas nos espelhos de príncipes como fundamentais da atuação dos governantes.

Somente depois de justificar a condição mulheril de Isabel e de lembrar-lhe de suas responsabilidades como mulher, esposa e mãe, é que o frei Martín de Córdoba passou a orientá-la mais detalhadamente sobre as exigências que lhe recaíam por ser rainha. Nesse aspecto, podem ser estabelecidos alguns paralelos e distanciamentos entre os apontamentos deste frei e aqueles realizados por Íñigo de Mendoza e Hernando de Talavera. A partir das noções aristotélicas repassadas aos medievos, sobretudo a partir dos regimentos de príncipes preparados por São Tomás de Aquino e Egídio Romano⁵³⁶, de que eram indissociáveis nos reis a moralidade de suas ações e suas práticas de governo, todos eles advertiram Isabel a respeito

⁵³³ Ibid., p. 44-46.

⁵³⁴ Ibid., p. 50.

⁵³⁵ Ibid., p. 52.

⁵³⁶ Referimo-nos às reflexões aristotélicas realizadas na Política e na Ética a Nicômaco e à apropriação dessas considerações, ainda que de forma específica, por São Tomás de Aquino, no *De Regno* (1267), e por Egídio Romano, no *Regimento de Príncipes* (1285). Textos, estes, que serviram, a partir do século XIII, como parâmetro de governo para os reis medievais. Sobre esse tema, ver: SENELLART, M. **As artes de governar**. São Paulo: Editora 34, 2006. KRITSCH, R. **Soberania: a construção de um conceito**. São Paulo: Humanitas, 2002. ROCHE ARNAS, P. (Coord.). **El pensamiento político en la Edad Media**. Madri: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces. 2010.

da relação entre o cuidado de si e do reino. Conforme salientou o frei agostiniano, maiores obrigações recaíam sobre a rainha porque ela, assim como o rei, era “lugartenente de Deus”⁵³⁷ e por isso devia se ordenar em “respeito a Deus, a si mesma e ao povo”.⁵³⁸ Assim, se por um lado, devia mostrar amor e respeito a Deus pelo fato de que Ele lhe havia predestinado a ser “rainha de tão nobre reino como o de Espanha”⁵³⁹, por outro, cabiam-lhe algumas obrigações de foro íntimo e outras relativas à condução do povo. Íñigo de Mendoza, porque considerara a eleição de Isabel como efeito da graça divina, organizou o *Dechado* de maneira a associar as quatro virtudes cardeais (Justiça, Fortaleza, Temperança e Prudência), comumente exigidas aos reis e consideradas necessárias ao governo do reino, a certas práticas pessoais da rainha. De maneira parecida, Hernando de Talavera destacava, na *Colación*, que grandes encargos recaíam sobre aqueles que, como os reis, serviam a Deus. Dessa forma, enfatizava que lhes convinha, mais do que a ninguém, pensar como fariam com suas vontades, uma vez que, “grandes penas” encontrariam no inferno se fossem “negligentes e se esquecessem de seus cargos entregando-se aos deleites e prazeres”⁵⁴⁰

Tanto Martín de Córdoba como Íñigo de Mendoza advertiram Isabel sobre os cuidados de si, apontando alguns perigos que rondavam a vida cortesã, a saber: o amor desordenado, a riqueza, as pompas e os deleites carnavais. Para ambos, Isabel, sustentando-se em seus gestos pessoais, deveria pôr fim aos comportamentos negativos que, naqueles tempos, rondavam a corte. Instigando Isabel a afastar-se dos amores furtivos, Martín de Córdoba destacava que, enquanto as mulheres más eram “arma do Cupido, que é o deus do amor”, e conquistavam seguidores por meio de “furtivos olhares e de brandas palavras para ferir os corações dos varões e arrendá-los, as santas e boas eram arma e arco turco para matar o Cupido e os sujos amores”.⁵⁴¹ Íñigo de Mendoza, de maneira parecida, ao recomendar a Isabel a virtude da temperança, pedia-lhe que defendesse sua honra e fosse inimiga de amores, dizendo-lhe:

contra o carnal movimento
para que não com desatento
em um momento
nos manche fama e vida;
se a carne não é regida
e submetida
ao freio da razão,

⁵³⁷ CÓRDOBA, M. **Jardín de nobles doncellas.**, p. 63.

⁵³⁸ Ibid., p. 59.

⁵³⁹ Ibid., p. 65.

⁵⁴⁰ TALAVERA, H. Colación muy provechosa. In: PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera.** Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014. p. 107-108.

⁵⁴¹ CÓRDOBA, op. cit., p. 17.

as esporas da paixão
 em tal são
 lhe dão tal arremetida
 que é muito certa sua caída
 Será de branca cor
 por honra, que é inimiga de amores,
 e serão de seus trabalhos
 bordadores.⁵⁴²

Lembrava ainda à rainha que muitos “maus recados” eram passados pelas cortes onde “damas e galãs soltos/ e revoltos/ como se fossem casados”, transitavam “pelos cantos abraçados, / por estrados, / sem vergonha pela sala”. Ou seja, a rainha devia exercer o papel de reguladora da conduta moral nas cortes. Nestes espaços, cumpria-lhe atuar de maneira a afastar tudo que desonrasse a fama de seu séquito de damas e cavaleiros. Até mesmo porque, segundo advertiu Hernando de Talavera à rainha, em uma de suas missivas, por ter dado “licença para mesclar cavaleiros franceses com as damas castelhanas” durante um jantar, muita honra ficou ameaçada, pois os estrangeiros saíam do reino carregando a imagem da “pouca honestidade e gravidade castelhana”.⁵⁴³ Isto é, as atitudes da rainha e de sua corte tinham impacto para além dos limites territoriais do reino, de forma que cabia à monarca não só assegurar a boa fama de sua corte entre os seus povos, mas ainda garantir que essa fosse a imagem repassada aos estrangeiros.

Às advertências ao desordenado amor juntavam-se, ainda, aquelas feitas aos gastos excessivos, ao exagero no ornamento das roupas e às brechas que estes descomedimentos abriam aos deleites carnavais. Dos corações das princesas e rainhas deveriam ser arrancados os apetites por riqueza, honra e voluptuosidade, consoante lembrava Martín de Córdoba, pois, se de uma parte o “amor às riquezas” colocava seus corações em “terras sujas” e o “amor às honras os enchia de vaidade”; de outra, o “desejo da carnalidade” ocupava seus corações com “lodo e fedor”.⁵⁴⁴ Emendava o agostiniano que muito errava a mulher que procurava “parecer mais formosa do que era”, não respeitando as formas de vestir condizentes com seu estado, já que suas vestes deveriam traduzir não só o estado a que pertenciam, mas inclusive a honestidade que estes estados requeriam.⁵⁴⁵ Íñigo de Mendoza, de maneira parecida, também chegou a advertir Isabel a respeito dos perigos do dinheiro, dizendo-lhe que o apreço pela riqueza era

⁵⁴² MENDOZA, Í. **Dechado que hyzo frey Yñigo de Mendoza a la muy excelente reyna doña Ysabel, nuestra soberana señora**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/dechado-que-hizo-frey-ynigo-de-mendoca-a-la-muy-escelente-reyna-dona-ysabel-nuestra-soberana-senora--0/html/ff9224fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#I_0>.

Acesso em: 04 mai. 2016.

⁵⁴³ OCHOA, E. **Epistolario Español**. Colección de cartas de españoles ilustres antiguos y modernos. Madrid: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1870, t. II. p. 19.

⁵⁴⁴ CÓRDOBA, M. **Jardín de nobles doncellas**, p. 66.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 73.

“coisa muito vergonhosa” e “Perigosa/ na pessoa real”, dado que fazia muitos monarcas, por cegueira, se subjugarem a ele. Em função disso, dizia-lhe que pouca fortaleza demonstravam os reis que, instigados por acumular riqueza, cometiam atitudes viciosas. Nesse sentido, pedia à rainha, dentre outras coisas, equilíbrio e simplicidade na sua forma de vestir, pois suas damas poderiam repetir suas práticas e a honra de todas as mulheres, independentemente de seus estados, lograria ser acrescentada.

tanto sã
tens vós vossa limpeza
de vossa real alteza
não se reza
outra coisa neste ponto
senão que com muita vontade
à maneira simples
fazeis que vivam as damas,
porque à volta de suas famas
e suas tramas
a malícia castelhana
não digam qual é simples.⁵⁴⁶

Para além do cuidado de si, Isabel foi instigada pelos clérigos a conceder especial atenção às virtudes necessárias à condução dos povos do reino. A esse respeito, Martín de Córdoba apontou-lhe as virtudes da justiça, liberalidade e afabilidade como essenciais para “dar boa ordem aos próximos e súditos”.⁵⁴⁷ Íñigo de Mendoza igualmente indicou-lhe a justiça, mas, diferentemente do agostiniano, a essa virtude acrescentou a fortaleza, a temperança e a prudência. Retomando a tópica egidiana de que a justiça era a alma do reino, enquanto aquele que a exercia, isto é, o rei, representava a cabeça⁵⁴⁸, Martín de Córdoba lembrava Isabel de que, se ela quisesse impor “ordem entre seus súditos” e defender a “guarda de seu reino”, deveria agir com justiça, dando “a cada um” o que era merecido, “segundo seus bons ou maus méritos”.⁵⁴⁹ Em consonância com essa perspectiva, lembrava o frei franciscano à rainha que,

⁵⁴⁶ MENDOZA, Í. *Dechado que hyzo frey Yñigo de Mendoza a la muy excelente reyna doña Ysabel, nuestra soberana señora*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/dechado-que-hizo-frey-ynigo-de-mendoza-a-la-muy-escelente-reyna-dona-ysabel-nuestra-soberana-senora--0/html/ff9224fc-82b1-11d1df-acc7-002185ce6064_2.html#I_0>.

Acesso em: 04 mai. 2016.

⁵⁴⁷ CÓRDOBA, op. cit., p. 75.

⁵⁴⁸ Egídio Romano, no Regimento de Príncipes, partindo de Aristóteles, destacava que o rei era a justiça animada e a partir dele todos os povos do reino deveriam buscar orientação. Na glosa desse regimento realizada pelo frei Juan García de Castrojeriz, o mesmo recorre a Cícero, a Santo Agostinho e a Valério, para apresentar exemplos de bons reis que agiram com retidão e justiça. GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egídio Romano*. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Pérez. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005. p. 117-122.

⁵⁴⁹ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*, p. 74.

para agir com justiça, impunha-lhe matar e punir os que tinham vida corrompida e, ao mesmo tempo, ter clemência e compaixão com os que mereciam perdão. Ao passo que a liberalidade e afabilidade eram, segundo Martín de Córdoba, associadas à equilibrada distribuição de benefícios aos povos e à cara amigável com que a rainha deveria receber os virtuosos; a fortaleza, temperança e a prudência vinculavam-se, consoante Íñigo de Mendoza, respectivamente: à firmeza e ao destemor diante dos interesses dos privados e dos gananciosos por dinheiro, à guarda da fama e à capacidade de ater-se ao passado para saber conduzir-se no presente. Hernando de Talavera, por sua vez, extraiu de algumas propriedades da águia os ensinamentos que julgou serem necessários à rainha, tais como: a liberalidade, a agudeza visual, a compleição quente e seca, a animosidade, a falta de ociosidade, a busca de amparo em lugares altos, a capacidade de proteger e educar seus filhos e a peculiar maneira com a qual esse animal se renovava constantemente, cortando seu bico e banhando-se. Partindo, pois, da alegoria moral da águia, o jerônimo lembrava à rainha que, a exemplo de São João, Abraão, São Paulo e Samuel, Isabel deveria saber dividir os benefícios do reino com seu povo. Citando Santo Isidoro e o *Eclesiastes*, instigava-lhe a ter olhar forte e agudo. Admoestava-lhe ainda a: conformar-se em tudo com a vontade divina; praticar a castidade e o amor a Deus; nunca ficar ociosa; repetir os exemplos de virtude do passado; corrigir e ensinar os súditos com rigor e, por fim, “renovar sua alma, procurando a perfeição”.⁵⁵⁰

Como é possível notar, conquanto estes clérigos tenham tentado estabelecer um modelo de rainha, ou seja, um conjunto de comportamentos destinados e dignos de serem reproduzidos por Isabel, eles levaram a cabo esta tarefa de maneiras diferentes. Mais próximo, no que diz respeito à forma e ao conteúdo dos *specula principum* e dos tratados em defesa das mulheres, o texto de Martín de Córdoba foi preparado para atender as urgências de defesa das mulheres e de legitimação dos direitos de uma futura rainha. Sem desconsiderar que alguns vícios eram inerentes à natureza mulheril, o agostiniano apresentou o *Jardín* a Isabel como uma espécie de “arte de fazer-se virtuosa”, isto é, como compêndio de técnicas para auxiliar a jovem princesa a conduzir seus gestos e posturas de modo que estes confirmassem e estivessem à altura da posição que ela ocuparia no reino. Embora tenha levado em consideração e exaltado algumas virtudes comumente associadas às mulheres, como a castidade, a afabilidade e a vergonha – provavelmente porque tinha em mente os problemas e as amargas consequências que o questionamento acerca da castidade da rainha D. Juana havia trazido a Castela –, não negou

⁵⁵⁰ TALAVERA, H. Colación muy provechosa. In: PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014. p. 109-132.

que o esforço exigido à rainha, em virtude das cobranças de sua função, deveria fazê-la ultrapassar sua condição mulheril; ou seja, o posto de monarca requeria dela, até mesmo, ânimo varonil:

Pois a mulher que quer ser virtuosa há de consentir consigo e dizer: Eu sou mulher; e nisso não há culpa nenhuma, já que ser mulher me deu natureza assim como a outro ser varão; porém, pois que sou mulher, tenho que olhar os defeitos que comumente seguem as mulheres e me distanciar deles. As mulheres comumente são faladeiras: eu quero pôr porta à minha boca. As mulheres comumente são de pouca constância: eu quero ser firme em meu propósito, que outras foram antes de mim que tiveram grande constância; e por exemplo delas eu quero ser firme em virtude. E, se esta conjugação devem fazer todas as mulheres, muito mais a princesa, que é mais que mulher, e em corpo mulheril deve trazer ânimo varonil.⁵⁵¹

Quer dizer, para vencer os vícios comuns às mulheres, Martín de Córdoba propunha a Isabel que tivesse, tal como os homens, esforço e determinação. Lembrava-lhe que, “ainda que fosse fêmea por natureza”, deveria trabalhar para ser “varão em virtude”.⁵⁵² Ora, ser varão em virtudes significava, em grande medida, contrapor-se aos vícios comumente praticados pelas mulheres, mostrar-se equilibrada e cuidadosa com as exigências de suas funções, apresentar-se como a mais excepcional das mulheres, já que o lugar que ocuparia no reino obrigava-lhe a ser digna de ser imitada pelas outras donzelas e senhoras castelhanas. Por isso, o frei indicava-lhe, recordando algumas mulheres exemplares compendiadas por Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera e Álvaro de Luna, as lições de castidade e honestidade dadas por donzelas, viúvas e casadas, tais como: Santa Pelágia, Santa Brígida, Márcia, Marcela, Júlia, Pórcia, dentre outras senhoras do passado. Para o agostiniano, somente a castidade dava fama imortal às mulheres. Levando em consideração que o agostiniano associou as tarefas de governo de Isabel ao cuidado maternal com os súditos, à salvaguarda da igreja e à mediação entre o povo e o rei, parece que não se encontrava no seu horizonte de expectativa que ela fosse atuar como rainha proprietária, mas, sim, que ela desempenharia as funções comumente exercidas pelas rainhas consortes.⁵⁵³

Diferentemente de Martín de Córdoba, que escreveu a Isabel quando ela era ainda princesa, Íñigo de Mendoza e Hernando de Talavera escreveram-lhe no momento em que sua

⁵⁵¹ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas.*, p. 87.

⁵⁵² *Ibid.*, p. 107.

⁵⁵³ RÁBADE OBRADÓ, M. P. Ética y Política: recomendaciones de Fray Martín Alonso de Córdoba a la futura Isabel I. In: LÓPEZ-CORDÓN, M. V; FRANCO RUBIO, G. (Coord.). *La reina Isabel I y las reinas de España: realidad, modelos e imagen historiográfica*. Actas de la VIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna, 2-4 jul. 2004. Espanha: Fundación Española de Historia Moderna, 2005. p. 75.

titularidade de rainha já não era mais uma promessa, mas uma constatação. Embora o frei franciscano tenha falado à rainha no *Dechado*, partindo de referências ao universo mulhêr, tais como os elementos relativos aos afazeres do bordado e da costura, diferente do frei agostiniano, ele não dialogou com uma nobre donzela, antes se dirigiu a uma rainha em exercício, capaz de ocupar o trono, exibir a coroa e cumprir as funções de governo com o mesmo rigor de um varão. Não obstante Íñigo de Mendoza tenha compartilhado com Martín de Córdoba o empenho em encorajar Isabel a romper com os hábitos viciosos da corte de Enrique IV, notadamente aqueles relativos aos escândalos morais e ao mau uso do dinheiro, não foi do seu interesse discutir sobre a condição mulhêr da rainha. Ele se importou, ao contrário, em sobrepor a função da monarca à sua condição de mulher. Assim, como comumente era exigido dos reis o cumprimento das quatro virtudes cardeais, o franciscano reforçou a capacidade da monarca para fazer justiça, agir conduzida pela temperança e fortaleza, bem como para se guiar pelos caminhos da prudência. Falou, pois, à rainha como se estivesse se referindo a um rei.

Hernando de Talvera também escreveu a Isabel quando ela já se encontrava no exercício de suas funções. Sua *Colación*, por exemplo, tratou-se de uma adaptação do sermão proferido por ele, provavelmente em Valladolid, para atender às demandas espirituais e aos anseios por orientação governativa da rainha. Como os clérigos compunham inicialmente o público para o qual eram dirigidas as orientações do frei jerônimo e a temática da homilia girava em torno da urgência de os religiosos se prepararem para o tempo litúrgico do Advento, são notáveis na *Colación*, sobretudo se comparada ao *Jardín* e ao *Dechado*, os apelos ao sagrado. Integrando a monarca ao público dessa obra, Talavera a orientava a buscar nas propriedades da águia as diretrizes para alcançar perfeição moral e para atender às exigências de sua condição de rainha. Partindo da associação que podia ser estabelecida entre a rainha das aves, isto é, a águia, animal associado a São João Evangelista, e a monarca, o jerônimo destacava a sacralidade do ofício régio. Somente aos clérigos e aos monarcas, pelo alto lugar que ocupavam junto a Deus e perante os povos, nas palavras de Hernando de Talavera, cabia a comparação com essa ave. Tal como ela, clérigos e reis “ensinavam seus filhos a voar”.⁵⁵⁴ Por isso, o jerônimo considerava tão importante que os reis e as rainhas buscassem não só referência nas propriedades da águia⁵⁵⁵, mas também nos exemplos do passado, especialmente bíblicos. Recomendava a Isabel que

⁵⁵⁴ TALAVERA, H. Colación muy provechosa. In: PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014. p. 108.

⁵⁵⁵ A águia, com suas asas abertas, sustenta o escudo de armas adotado por Fernando e Isabel. CARRASCO MANCHADO, A. I. La metáfora animal en la propaganda política de los Reyes Católicos (1474-1482). **Cahiers de linguistique et civilisation hispaniques médiévaux**, França, p. 410, 2002.

criasse e educasse seus filhos seguindo “as boas obras e os nobres costumes”, que se mirasse nos exemplos de “reverência e acatamento” de Sara, na “vergonha e recolhimento” de Rebeca, na “devoção e contemplação” de Raquel, na “benignidade, graça e liberalidade” de Abigail, “na humildade de entendimento e de obra” da rainha Ester, dentre outras mulheres do antigo testamento.⁵⁵⁶ Da mesma maneira que Martín de Córdoba, Talavera recorreu à exemplificação para ensinar à rainha quais virtudes ela deveria imitar, no entanto, distinguindo-se dele e também de Íñigo de Mendoza, não se dirigiu a ela como se estivesse diante de uma jovem donzela, nem mesmo de uma mulher com ânimo varonil, mas sim, de uma “dona e senhora tão perfeita e cheia de toda virtude e bondade como entre as aves é a águia”.⁵⁵⁷ Logo, pode-se dizer que as recomendações dos mencionados clérigos sugeriam a Isabel que ela, pelo fato de ser rainha, se apresentasse ou como uma mulher excepcionalmente virtuosa e/ou com ânimo varonil.

Com efeito, as referências às virtudes da Virgem e ao exemplo mariano para indicar como Isabel deveria se portar, ou mesmo para exaltar seu alto lugar e excepcionalidade, são significativos em todos os citados regimentos escritos pelos clérigos, assim como em certas missivas endereçadas à rainha por alguns laicos. No *Jardín*, Martín de Córdoba lembrava a Isabel que, se todos os fiéis deveriam seguir os exemplos de castidade, pureza, paciência e piedade evidenciados pela mãe de Cristo, especialmente a princesa deveria segui-los por três motivos em especial: ela era de “linhagem real, tal como a Virgem foi filha de reis”, “donzela como era a Virgem quando concebeu o filho de Deus” e porque esperava “ser rainha, tal como a Virgem, Rainha dos céus, senhora dos anjos, mãe dos pecadores e manto de todos os fiéis”.⁵⁵⁸ Hernando de Talavera, de sua parte, na *Colación*, dizia a Isabel que “sobre todas e entre todas” as mulheres ela deveria “fazer cama e leito, estrado e ninho nas virtudes da Rainha das rainhas e Senhora dos anjos e dos céus, a Virgem gloriosa”. No modelo de Maria, ela era instigada pelo jerônimo a encontrar a “perfeitíssima humildade e a mais perfeita misericórdia”.⁵⁵⁹ Ao passo que, para esses freis, alguns paralelos entre as vidas e as funções de Isabel e Maria pudessem ser estabelecidos e fossem imperativo de que as virtudes da mãe de Cristo seriam seguidas, antes de todos, particularmente pela rainha, o frei franciscano, Íñigo de Mendoza, chegou a comparar claramente Isabel à Virgem:

⁵⁵⁶ TALAVERA, op. cit., p. 126-127.

⁵⁵⁷ Ibid., p. 132.

⁵⁵⁸ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas.*, p. 21.

⁵⁵⁹ TALAVERA, H. *Colación muy provechosa*. In: PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. *Colación muy provechosa*. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014. p. 127.

Alta rainha esclarecida,
 Guarneçada
 de grandezas muito reais,
 a remediar nossos males
 Desiguais
 pela graça de Deus vinda,
 como quando foi perdida
 nossa vida
 pela culpa de uma mulher,
 nos quer Deus guarnecer
 e refazer
 por aquele modo e medida
 que levou à nossa caída.⁵⁶⁰

Nas palavras do frei franciscano, assim como Maria tinha recebido a missão de redimir os pecados de Eva, Isabel, pela graça de Deus, tinha sido colocada no caminho dos castelhanos para remediar-lhes os males e redimir-lhes dos pecados.

Outros escritores laicos, também lançaram mão dessa imagem da rainha Isabel. Diego de Valera, em uma das epístolas que encaminhou à rainha, chegou a dizer que “assim como nosso Senhor quis que neste mundo nascesse a gloriosa Senhora nossa, para que dela procedesse o universal Redentor da linhagem humana”, também a rainha tinha nascido para “reformular e restaurar” o reino, livrando-o de toda “tirânica governação”.⁵⁶¹ Do mesmo modo, porém ampliando a área da atuação restauradora da monarca, Pedro Martír de Anglería, em uma de suas cartas, investindo Isabel de tal perfil reformador, havia declarado que, “como Maria remediou a humana linhagem, encarregando seu filho Deus” de redimir a todos, assim Isabel, “com suas virtudes, remediou a Espanha e toda Europa”. Até mesmo Cassandra de Fedele (1465-1558), uma jovem poeta e letrada veneziana com quem Isabel trocou cartas entre 1487 e 1497, se dizia seduzida e entusiasmada, assim como outros letrados, a descrever as “virtudes” e “os atos extraordinários” da rainha, por considerá-los mais “divinos” do que “humanos”.⁵⁶²

⁵⁶⁰ MENDOZA, Í. *Dechado que hyzo frey Yñigo de Mendoza a la muy excelente reyna doña Ysabel, nuestra soberana señora*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/dechado-que-hizo-frey-ynigo-de-mendoza-a-la-muy-escelente-reyna-dona-ysabel-nuestra-soberana-senora--0/html/ff9224fc-82b1-11d1-acc7-002185ce6064_2.html#I_0>.

Acesso em: 04 mai. 2016.

⁵⁶¹ VALERA, D. Epístola que Mosen Diego de Valera enbió á la Reyna Nuestra Señora. In: *Epístolas de Mosen Diego de Valera enviadas en diversos tiempos e a diversas personas juntamente con otros cinco tratados del mismo autor*. Madri: Sociedad de los Bibliófilos Españoles, 1878, p. 46. Disponível em: <<https://archive.org/details/epistolademosen00balegoog>>. Acesso: 09 mai. 2016.

⁵⁶² ROBIN, D. (Ed.). *Cassandra de Fedele*. Letters and orations. Chicago: The University Chicago Press, 2000. p. 19-23.

Alguns desses mesmos letrados, igualmente enfatizaram o caráter extraordinário de Isabel, só que a partir de suas qualidades varonis. A esse respeito dizia Pedro Martír de Anglería na carta que enviou a Pomponio Leto em 23 de março de 1488:

É esta mulher mais forte que um varão forte, mais constante que toda alma humana, maravilhoso exemplo de honestidade e pudor, semelhante à qual nunca a Natureza fez outra mulher. Não é, pois, admirável, oh Pomponio! Que aquelas qualidades alheias à mulher – como termos opostos – se encontrem nesta como nativas e amplificadas?⁵⁶³

Em outra carta enviada a Ascanio Visconti, datada de 1 de agosto de 1488, novamente se dizia surpreendido pelo incomparável valor de Isabel e por ela ter superado sua condição mulhêril:

A meu juízo, esta mulher não se pode comparar com nenhuma das Rainhas louvadas pela antiguidade: é valorosa, grande e digna de elogio em suas empresas. Costumam as mulheres, em sua maioria, revestir-se de uma invencível firmeza para o mal. Esta é mais constante que a mesma constância, o que é de todo contrário à fragilidade da mulher, animal imperfeito.⁵⁶⁴

Cassandra de Fedele, de modo parecido, fazia alusão à força de ânimo da monarca ao converter Isabel na capitã dos exércitos contra os bárbaros, na soberana que havia garantido a sobrevivência do nome cristão, ao expulsar os infiéis, ou seja, ao descrever Isabel como uma mulher guerreira, tal qual uma amazona clássica.⁵⁶⁵

A partir das recomendações feitas pelos clérigos nos espelhos de princesa endereçados a Isabel e das descrições que dela fizeram também outros letrados, podemos perceber que, em muitos casos, a solução encontrada por eles para dar conta da dissonância entre a natureza mulhêril e o exercício de governo foi, por vezes, ressaltar a excepcionalidade das circunstâncias e características de Dona Isabel, ou mesmo, investir nas suas qualidades varonis. A incompatibilidade entre as exigências das funções relativas ao regimento do reino e as características que se consideram próprias da natureza das mulheres foram explicadas por aqueles que discutiram sobre essa questão, pela ênfase dada à exceção ou mesmo à anomalia.⁵⁶⁶

⁵⁶³ MARTÍR DE ANGLERÍA, P. Epistolario. In: LÓPEZ TORO, J. (Ed.). **Documentos inéditos para la historia de España**. Edição de José López Toro. Madri: Imprenta Gongora, 1953. p. 10-11.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 40.

⁵⁶⁵ SEGARRA AÑON, M. I. Bajo la sombra de tus alas. Isabel la católica y Cassandra de Fedele. **Miscelánea Comillas**, Espanha, v. 69, n. 134, p. 284, 2011.

⁵⁶⁶ NIETO SORIA, J. M. **Ser reina**. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica. e-Spania. Góverner en Castille au Moyen Âge: la part des femmes, 1 jun. 2006. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/327>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Como é possível observar, as circunstâncias que haviam dado a duas mulheres, D. Juana e D. Isabel, um protagonismo decisivo nos jogos de poder do reino castelhano, intensificaram o interesse já perceptível em Castela, sobretudo desde o reinado de Juan II, pela representatividade social das mulheres, maiormente das rainhas. As disputas sucessórias entre as duas mulheres mencionadas colocaram no alvo das discussões tanto o tema da legitimidade de direito hereditário pela via das mulheres, como a capacidade governativa delas. Se na corte de Juan, os novos hábitos da vida cortesã relativos ao amor, às festas e aos ideais de cavalaria tinham motivado alguns letrados a colocarem suas plumas a serviço da defesa das mulheres, na corte de Enrique IV, filho deste rei, estas mesmas práticas e costumes envolvendo as damas do reino tinham fundamentado o vitupério de D. Juana e das mulheres de sua corte. As dúvidas a respeito da castidade e moralidade dessa rainha tinham colocado em perigo o regimento e dado ensejo a uma crise sucessória no reino. Diante da difamação e dos escândalos que recaíram sobre a esposa de Enrique IV, D. Juana, e demais mulheres da corte, atribui-se àquela que foi sucessora da coroa, D. Isabel, uma empreitada moralizante no reino.

Nessas circunstâncias, fez-se necessário não apenas legitimar os poderes da sucessora da coroa, mas igualmente ensiná-la a governar⁵⁶⁷, o que veio, como veremos no próximo capítulo, a estimular novos cuidados com as mulheres. Cabe, pois, a partir de agora questionar até que ponto as referidas querelas acabaram fomentando um cuidado maior em relação à educação das mulheres, a rainha, as nobres damas ou as mulheres de vida religiosa? Para tanto, realizaremos uma sondagem dos mecanismos de formação das mulheres, ou seja, dos guias de instrução elaborados para as mulheres de um modo geral e para as nobres damas, as religiosas e a rainha, ou princesa particularmente, especialmente durante os reinados de Enrique IV e de Isabel. Seguiremos, pois, no encaixe dos saberes, posturas e gestos prescritos e interditos a essas senhoras. Buscaremos, pois, mais detalhadamente, indagar sobre quais foram os parâmetros da reforma moral conduzida pela rainha Isabel no que diz respeito à educação das mulheres.

⁵⁶⁷ Não podemos desconsiderar que também ao rei Fernando foram endereçados alguns espelhos de príncipes, tais como: *Doctrinal de príncipes* (Diego de Valera), *Regimiento de Príncipes* (Gomez Manrique), dentre outros. No entanto, como até o governo de Isabel não tinham sido produzidos espelhos exclusivos para as princesas e rainhas focamos nossa análise nos que foram diretamente endereçados a Isabel.

CAPÍTULO 3 – Os cuidados com a educação das mulheres

No prólogo da sua tradução para o castelhano da *Instutione feminae christianae*, realizada em 1528 e dedicada à segunda esposa do rei Fernando (1452-1516), dona Germana de Foix (1488-1538), Juan Justiniano⁵⁶⁸ alertava que muitos haviam sido os homens que, “ao invés de darem a mão às mulheres”, tinham se negado a ajudá-las, não se preocupando em “instruí-las”, muito menos “ensiná-las”, mas sim, em “repreendê-las e vituperá-las”. Atitude que, vale destacar, o tradutor considerava digna de repreensão. Entre os seus diversos detratores, citava o grego Eurípedes, o latino Juvenal, o italiano Boccaccio e, entre aqueles da “Espanha”, Torrella e Alfonso Martínez, o Arcipreste de Talavera. Homens que, nas palavras de Justiniano, “mais apaixonadamente se dedicaram a dizer que as mulheres eram más”, do que “trabalharam sabiamente para fazer com que elas fossem boas”. Acrescentava Juan Justiniano, todavia, que alguns homens do passado, como São Paulo, São Cipriano, Santo Ambrósio e Santo Agostinho tinham-lhes direcionado conselhos eficazes; e outros contemporâneos, ainda que não fossem muitos, haviam escrito com o claro propósito de ensinar-lhes as maneiras de se conduzirem em todos os estados da vida. Com a finalidade de exaltar aqueles que se dedicaram a instruí-las, o tradutor enfatizava o quão relevante considerava o trabalho feito pelo valenciano Juan Luis Vives (1492-1540) no texto por ele traduzido, pois este elaborara um “regimento para a vida das mulheres”⁵⁶⁹, com o fito de ajudá-las, desde os primeiros anos de vida, a se transformarem em exemplares donzelas, excelentes esposas e virtuosas viúvas.⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ São escassos os dados sobre a vida e a formação de Juan Justiniano, contudo, segundo apontam os estudos de Helena Rausell Guillot, ele teria nascido na ilha de Creta e teria vivido em Pádua, Veneza e Ferrara. Sobre sua formação nada se sabe, apenas que atuou como preceptor/mestre e tradutor do latim para o castelhano e italiano. Em sua estância em Valencia, na condição de criado de Fernando de Aragão, teria traduzido para o castelhano o texto de Juan Luis Vives. Juan Justiniano y el arte de traducir en la Europa del Renacimiento. **e-Humanista**, n. 29, p. 569, 2014.

⁵⁶⁹ LUIS VIVES, J. **Instrucción de la mujer cristiana**. Tradução de Juan Justiniano. Introdução, revisão e anotação de Elisabeth Teresa Howe. Madri: Fundação Universitária Espanhola, Universidad Pontifica de Salamanca, 1995. p. 28-31.

⁵⁷⁰ A *Instrucción de la mujer cristiana* foi escrita por Juan Luis Vives em latim, no ano de 1523, a pedido de Catarina de Aragão, esposa de Henrique VIII e filha de Isabel (a católica), para instruir sua filha, Maria Tudor. Esse regimento ganhou larga divulgação, tendo sido traduzido em diversas línguas, bem como alimentado outros textos de caráter instrutivo para as mulheres. LUIS VIVES, J. **Instrucción de la mujer cristiana**, p.21.

Justiniano, no entanto, parecia ignorar⁵⁷¹ nesse seu compêndio de referências dos educadores das mulheres que outros homens antes do valenciano Luis Vives⁵⁷² já tinham trabalhado nesse sentido. Na segunda metade do século XV, por exemplo, Fernán Perez de Guzmán e um autor anônimo, respectivamente em *Relación a las señoras y grandes dueñas de la doctrina que dieron a Sarra* e nos *Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas*, apresentavam os propósitos que os conduziam a escrever: primeiramente, ensinar às mulheres – partindo das referências bíblicas sobre Sara, esposa de Tobias – como elas deveriam “respeitar seus sogros, amar seus maridos, ordenar suas casas e reger suas famílias”⁵⁷³; em segundo lugar, através da fala de um pai, orientar as filhas a propósito do que elas deveriam saber e “guardar sobre o casamento”.⁵⁷⁴ À semelhança desses homens, Hernando de Talavera (1428-1507), confessor dos reis católicos, tinha apresentado como motivação de seus escritos auxiliar as mulheres a se conduzirem, fosse em relação ao matrimônio, às tarefas diárias, às maneiras de se vestir, comer e calçar, fosse na ordenação da vida religiosa ou pública. Em *Avisación* (1475), dizia ser sua meta, ao escrever esse texto, ajudar a condessa de Benavente, Dona Maria Pacheco, a pedido de quem tinha escrito, a “ordenar e ocupar” cada um de seus dias para que ela pudesse “aproveitar bem o seu tempo”. Segundo ele, o poder do bom costume e a perseverança em aprender a cultivar as virtudes eram capazes de transformar, até o que fosse mais “amargo”, em “doce”.⁵⁷⁵ Aos homens e especialmente às mulheres da cidade de Valladolid, para os quais Talavera endereçou o seu *Tratado sobre la demasia en el vestir, calzar, comer y beber*, escrito em 1477, esse clérigo alertava para os excessos cometidos pelas mulheres, mormente no que diz respeito aos modos diante da mesa e aos tipos de vestimentas que trajavam, assim como apresentava a elas indicações sobre o que deveriam fazer para evitar os descomedimentos e os

⁵⁷¹ Podemos considerar também que a não menção a escritos pedagógicos contemporâneos ou anteriores direcionados às mulheres foi uma das maneiras encontradas pelo tradutor de exaltar o texto de Juan Luis Vives.

⁵⁷² De origem judaica, Juan Luis Vives nasceu em Valência em 1492. Realizou seus estudos na universidade de Paris, estabelecendo-se, no ano de 1512, em Bruges. Integrou o círculo de estudos das humanidades do qual faziam parte, dentre outros, Erasmo de Roterdã e Thomas More. Foi conselheiro da rainha da Inglaterra (Catarina de Aragão). Notabilizou-se pela defesa da educação como via que permitia aos homens e às mulheres alcançarem as virtudes, valorizando a instrução não como vã erudição, mas como caminho seguro às virtudes morais e intelectivas. GÓMEZ-HORTIGUELA AMILLO, A. La vida sin querela de Juan Luis Vives. **e-Humanista**, n. 26, p. 345-356, 2014.

⁵⁷³ PÉREZ DE GUZMÁN, F. *Relación a las señoras e grandes dueñas de la doctrina que dieron a Sarra, muger de Tobias el moço, su padre e su madre, quando la enviaron a su marido; la qual doctrina conviene a toda muger, así a las altas dueñas e nobles, como a las otras damas de qualquier estado*. In: FOULCHÉ DELBOSC, R. (Dir.). **Cancionero castellano del siglo XV**. Nueva Biblioteca de Autores Españoles, Madri: Casa editorial Bailly-Baillière, copla 8, 1912.

⁵⁷⁴ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a suas hijas**. Edição preparada por Rafael Herrera Guillén. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. p.5.

⁵⁷⁵ TALAVERA, H. De cómo se há de ordenar el tiempo para que sea bien expendido. *Avisación a la virtuosa e muy noble señora Dona Maria Pacheco, condesa de Benavente, de cómo se debe cada día ordenar e ocupar para que expienda bien su tiempo*. **Escritores Místicos Españoles**, Nueva Biblioteca de Autores Españoles. Madri: Casa Editorial Bailley e Beilliére, Tomo I, Cap. XIV, 1911, p.103.

pecados nesses âmbitos. Além desse tratado, Talavera também escreveu, entre 1486 e 1492, a *Suma y Breve compilación*, dirigindo-se às religiosas do monastério de São Bernardo da cidade de Ávila. Nessa *Suma*, o clérigo alegava que a particularidade do seu texto era compensar uma falta, pois considerava que, não obstante “muitos santos tivessem escrito muitas doutrinas do estado de observância da santa religião”, nem todos esses ensinamentos haviam sido “adaptados à religião das mulheres”. Além disso, acrescentava Talavera que esses preceitos não haviam sido escritos em castelhano, tampouco “continham breve e claramente” o que os estados delas as obrigavam saber; daí a justificativa da elaboração desse guia prático e moral voltado para as mulheres religiosas.⁵⁷⁶ Sem contar, que o prelado não tinha ignorado a necessidade de elaborar uma gramática dos comportamentos para aquela que, no seu tempo, ocupou o lugar de ordenadora da vida pública do reino castelhano: a rainha Isabel (1451-1504). A essa soberana, para quem Talavera prestou diversos serviços, ele preparou algumas orientações sobre como deveria organizar e “ordenar” a “condução dos negócios” relacionados à “governança do reino” e a respeito do que ela deveria priorizar nas suas atividades semanais para que, assim, cumprisse todas as tarefas que lhe eram exigidas como governante.⁵⁷⁷

Como se pode perceber, a partir das palavras desses homens e de outros que escreveram sobre as mulheres entre meados do Quatrocentos e início do Quinhentos, mais do que refletir sobre os vícios ou as virtudes delas, cabia elaborar mecanismos específicos para sua formação, isto é, convinha estabelecer uma normativa dos comportamentos própria para as mulheres. Interessava a eles, pois, pensar quais eram os caminhos condutores do aperfeiçoamento moral das filhas de Eva, do mesmo modo que lhes importava ensinar os atos, as palavras, os gestos e as posturas exemplares respectivos às fêmeas, para que, assim, pudessem se transformar em mulheres modelares, conforme as funções que exerciam. Ora, é certo que vários dos textos que integraram a defesa ou o elogio das mulheres – especialmente das ilustres e virtuosas –, escritos pelos nobres analisados no primeiro capítulo, não avançaram muito além da contraposição dos argumentos de defesa e vitupério. Não foram muito além da evocação das mulheres consideradas exemplares, fossem elas gregas, romanas e cristãs. Estiveram, antes, até mesmo, ligados às circunstâncias do governo de um rei considerado politicamente débil (Juan II) e de

⁵⁷⁶ TALAVERA, H. *Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila*. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. *Memorabilia*, Espanha, n. 14, p. 25, 2012.

⁵⁷⁷ TALAVERA, H. Memorial de Hernando de Talavera para la reina cerca de la órden que debía tener en el despacho de los negocios. AGS, Estado- Castilla, leg. 1, fol. 81, [autografado sem data]. In: IANNUZZI, I. *El poder de la palabra en el siglo XV*: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009. p.508.

uma rainha (Dona Maria), ou de um grupo ligado a ela, aspirante a tomar o lugar do monarca. É certo também que os *specula principum* analisados no segundo capítulo, preparados entre a 1468 e 1476, foram endereçados exclusivamente à rainha Isabel e tiveram como mote a legitimação dos seus direitos sucessórios, além de conceder-lhe algumas diretivas para o regimento do reino.

Apesar desse ainda incipiente desejo de ensiná-las, a partir dos exemplos do passado, expresso pelos tratadistas da corte de Juan II e por alguns letrados, nos anos iniciais do governo de Isabel, o que se pôde ver, entre a segunda metade do século XV e início do XVI⁵⁷⁸, foi uma paulatina acentuação da força da educação, da instrução e da edificação do caráter das mulheres, perceptível pela produção de um conjunto de textos pedagógicos destinados especificamente a elas.⁵⁷⁹ Isto é, se julgá-las por seus aspectos negativos ou positivos havia motivado a escrita dos tratadistas da corte de Juan II e fomentado a querela sobre as mulheres, o desejo de ensiná-las a serem virtuosas, ou de ensinar os homens responsáveis por elas a conduzi-las e educá-las para esse fim, passou a ser o mote daqueles que escreveram sobre as mulheres entre o final do Quatrocentos e início do Quinhentos.⁵⁸⁰ Momento em que, por sinal, de acordo com alguns cronistas, a conduta desregrada e depravada de Dona Juana, esposa do sucessor e filho de Juan II, o rei Enrique IV, havia criado brechas para que a irmã do rei, Dona Isabel, fosse considerada herdeira legítima do trono castelhano e alcançasse o lugar de rainha proprietária.⁵⁸¹ Diante dessa circunstância, pois, não só a fama das mulheres mais importantes do reino era vista como peça decisiva nos jogos de poder⁵⁸², mas também a sua educação era compreendida como saída para que evitassem os erros, fossem virtuosas e, no caso das rainhas, legitimassem o lugar que ocupavam. Ocasão, ainda, em que Isabel, a rainha Católica, foi notabilizada por seus contemporâneos justamente por sua vontade de aprender as letras, de agir virtuosamente, de

⁵⁷⁸ A querela sobre as mulheres ocorreu ao longo do século XV, tendo coexistido temporalmente com a elaboração dos tratados pedagógicos. No entanto, o que se pode dizer, é que, esses últimos, voltados para a educação das mulheres, não obstante tenham repetido alguns motivos e formas da querela, apresentaram uma perspectiva mais pedagógica, indicando as mulheres como um grupo a ser educado. CODET, C. **Femmes et éducation en Espagne à l'aube des Temps Modernes (1454-fin des années 1520)**. 2014. f.770., p.119.

⁵⁷⁹ Embora instrução, educação e edificação se entrecruzem nesse momento, poderíamos entender a primeira como uma forma de erudição (alcançada por poucas mulheres que lograram aprender a ler e escrever); a segunda como a aquisição de saberes práticos que as ajudam a se preparar para o futuro; e a terceira, como o empenho de aprenderem a exemplaridade nos planos religioso e moral. SEGURA GRAIÑO, C. La educación de las mujeres en el tránsito de la Edad Media a la Modernidad. **Historia de la Educación**, Ediciones Universidad de Salamanca, n. 26, p. 65-83, 2007.

⁵⁸⁰ MAESO FERNANDEZ, M. E. **Defensa y vituperio de las mujeres castellanas**. Mundos Nuevos. In: Colóquio Familia y organización social en Europa y América siglos XV-XX. Murcia-Albacete 12-14, s/p., dez. 2007. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/23692>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

⁵⁸¹ PALENCIA, A. **Crónica de Enrique IV.**, t. I, 1904. p. 299.

⁵⁸² JESÚS FUENTE, M. Gritos dan en el real... Figuras de mujer en la propaganda política y social de la Edad Media hispana. **Espacio, Tiempo y Forma**, série III, História Medieval, t. 19, p. 117, 2007.

rodear-se de homens e mulheres letrados, bem como pelo seu desejo de proteger e ensinar a serem virtuosos os homens, e especialmente as mulheres do reino.⁵⁸³

Tendo isso em vista, caberá ao longo deste capítulo primeiramente mapearmos em que medida a valorização da instrução, nas cortes de Juan II e de seus filhos, especialmente de sua filha Isabel, esteve ligada à elaboração das prescrições com fins pedagógicos dirigidas aos nobres e principalmente às mulheres castelhanas. Buscaremos, pois, a partir da análise das expectativas declaradas por aqueles que procuraram educá-las, tentar perceber que verdade definiram e partilharam na proposição do que elas deveriam saber, de como deveriam agir e a respeito do que deveriam se ocupar. Propomo-nos indagar sobre quais foram os saberes e as práticas indicados a elas de acordo com os lugares que ocuparam na sociedade castelhana, atentando especialmente para as nobres damas, as religiosas, as princesas e a rainha, que foram as principais destinatárias das prescrições elaboradas pelos tratadistas. Nosso fito, em linhas gerais, é compreender as relações estabelecidas entre a produção desses textos de caráter pedagógico e a atuação de uma mulher, Dona Isabel (1451-1504), como governante do reino castelhano⁵⁸⁴, ou mesmo, de entender, até que ponto, algumas medidas adotadas pelos reis, Fernando e Isabel, estiveram relacionadas com o interesse pela educação das mulheres e pelo estabelecimento de regras próprias para elas.

3.1- Da exortação às letras e dos incentivos régios à instrução

3.1.1- Saber e ensinar: deveres dos reis

[...] todos calemos diante da muito resplandecente Diana, rainha nossa Isabel, casada, mãe, rainha, e tão grande, assentando nossos reais, ordenando nossas batalhas; nossos cercos parando; ouvindo nossas querelas, nossos juízos formando; inventando formas de vestir; pompas falando; escutando músicos; touradas olhando; rondando nosso reino; andando, e nunca parando; gramática ouvindo [...]. Não vês quantos começam a aprender admirando a realeza? O que os reis fazem bem ou mal, todos ensaiamos fazer. Se é bem, para o prazer de nós mesmos. Se é mal, para agradá-los. Jogava o rei, éramos todos

⁵⁸³ SEGURA GRAIÑO, C. Las sabias mujeres de la corte de Isabel la católica. GRAÑA CID. M. M. **Las sabias mujeres**: educación, saber y autoría (siglos III-XVII). Madri: Al- Mudayana, 1994. p.175-187.

⁵⁸⁴ OHARA, S. La formación de la memoria y la función del derecho consuetudinario en el caso del derecho sucesorio al trono de las mujeres en Castilla Medieval. **Edad Media**. Revista de Historia, n. 7, p. 115, 2005.

jogadores, estuda a rainha, somos agora estudantes. E se vós me confessais o certo, é certo que o estudo dela é causa do vosso; quer seja para agradá-la, quer seja porque vos agrada, ou por inveja dos que começaram a segui-la.⁵⁸⁵

Foi com essas palavras que o clérigo Juan de Lucena (1431-1504)⁵⁸⁶ fez menção, na sua *Carta exhortatoria a las letras*, preparada em 1482 e endereçada ao oficial régio Fernán Álvarez Zapata, ao crescente afã esboçado pelos cortesãos de aprenderem mais com os reis Fernando (1452-1516) e Isabel (1451-1504). Ânimo certamente impulsionado, conforme frisava Lucena, pela exemplaridade desses soberanos – sobretudo de Isabel, a quem esse clérigo considerava exemplo em “matéria de letras”⁵⁸⁷ – não só por seus incentivos à escrita, mas especialmente por se notabilizarem pelo desejo de aprender os saberes elaborados nessa forma. Certo é que, embora Juan de Lucena tenha apresentado como mote dessa epístola um convite ao estudo, aproveitando a decisão tomada pelo notário e secretário régio, Fernán Álvarez Zapata, de dedicar, ao menos uma hora dos seus atribulados dias, especialmente ao estudo do latim, esse clérigo acabou ressaltando o saber como um bem máximo, acessível aos nobres do reino através do que eles poderiam aprender estando próximos dos reis, ou seja, integrando as cortes deles. Aprendizagem que, conforme alertava Juan de Lucena, ocorria à medida que os nobres tomavam como modelo as formas de vestir, falar e reagir dos soberanos nos diversos ambientes, inclusive nos festivos, ou mesmo quando buscavam inspiração nos tipos de estudos professados pelos monarcas. Aliás, de acordo com Lucena, o estudo, além de ter o propósito de comprazer os reis e aqueles que o cultivavam, possibilitava a estes últimos serem incluídos no séquito real.⁵⁸⁸

A exemplaridade do saber como prerrogativa dos reis e o dever dos soberanos de ensinar os povos não era propriamente uma novidade no período em questão. Alguns séculos

⁵⁸⁵ LUCENA, J. Carta Exhortatoria a las letras. In: PAZ Y MELIA, A (Ed.) **Opúsculos literarios de los siglos XIV a XV**. Madri: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892, p. 215-216. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0174.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

⁵⁸⁶ Oriundo de Soria e de origem conversa, Juan de Lucena recebeu parte de sua formação em Roma, na cúria do pontífice Pio II. Foi embaixador e conselheiro dos reis católicos. Além do *Diálogo sobre la Vida Feliz* e da *Carta Exhortatoria a las letras*, ele escreveu *Tratado de los galardones*, *De temperandis apud patres fidei vindices poenis haereticorum*, dentre outros pequenos textos. LUCENA, J. **Diálogo de la vida feliz y Epístola Exhortatoria a las letras**. Edição, estudo e notas de Jerónimo Miguel. Madri: Real Academia Española. Centro para las ediciones de los clásicos españoles, 2014. p. 9 e 62.

⁵⁸⁷ LUCENA, J. Carta Exhortatária a las letras. In: PAZ Y MELIA, A (Ed.) **Opúsculos literarios de los siglos XIV a XV**. Madri: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892, p. 216. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0174.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

⁵⁸⁸ Lucena elogia a ciência dizendo que ela não era apenas um bem, mas uma escada por onde as pessoas poderiam ter acesso a ele. Bem que, segundo Lucena, não se comparava a nenhuma riqueza na terra. GÓMEZ IVANOV. M. L. Algunas noticias sobre Lucena, hijo de Juan Ramírez de Lucena y autor de Repetición de amores e arte de axedrez: con Cl juegos de partido. **e-Humanista**, v. 5, p. 101, 2005. GOMÉZ REDONDO, F. **Historia de la prosa de los reyes católicos: el umbral del renacimiento**. Madri: Ediciones Cátedra, 2012, tomo 1, p. 740-742.

antes, Isidoro de Sevilha (560-636), proeminente mentor da vida política, social e religiosa da *Hispania* visigoda, cuja obra fez fortuna ao longo do medievo, já atribuía ao monarca a responsabilidade de afastar o povo de todos os erros, pois considerava a ignorância a origem de todos os enganos e os reis, providos de maior discernimento e responsabilidade, pelo menos no que tange ao âmbito temporal, para disciplinar o povo.⁵⁸⁹ De modo parecido, havia sido destaque dos diversos textos escritos sob os auspícios do rei Afonso X, no século XIII, a máxima de que: como Deus havia dado maior conhecimento aos reis, isso os tornava, por ordem divina, aptos e obrigados a ensinar os povos de seu reino.⁵⁹⁰ No entanto, se para Isidoro de Sevilha o saber era o que permitia ao monarca escolher entre o bem e o mal na sua tarefa de disciplinar os corpos de seus súditos, nos textos afonsinos, ele era uma espécie de dádiva divina, concedida aos governantes para lograrem o bem-comum do reino. Entre os séculos XIV e XV, por sua vez, o saber passou a ser visto, paulatinamente, como fonte de privilégios para os nobres e reis.⁵⁹¹ Em outras palavras, se antes o saber tinha sido considerado uma necessidade e um dever, aos poucos ele começou a ser pensado também como fonte de poder e via de acesso a certas prerrogativas.⁵⁹²

Nesse sentido, o siciliano Lucio Marineo Sículo (1460-1533) considerava digno de lembrar, na sua obra *Cosas Memorables de España*, preparada em 1530 e endereçada ao rei Carlos I (1500-1558)⁵⁹³, a postura de Isabel e Fernando a propósito das letras, dado que a ação distinta desses reis nesse âmbito tinha dado, nas palavras do siciliano, ensejo para que os “bons e talentosos homens” do reino se interessarem pelo “exercício das letras”. O destaque concedido para esses reis justificava-se por aquilo que se acreditava fazê-los distintos e exemplares, mas também por aquilo que se acreditava representativo do poder desses soberanos: o interesse pelas letras e o incentivo ao saber. A propósito disso, assim como Lucena, Marineo Sículo frisava o

⁵⁸⁹ DEUS, A. D. P A lei e o rei na Hispania Tardo- Antiga: uma perspectiva da teoria política de Isidoro de Sevilha (Hispania século VII). *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 3, n. 6, p. 2, jul./dez. 2009.

⁵⁹⁰ O saber nos séculos XII e XIII pertencia ao campo da teologia e do comentário bíblico, sendo ele condenado, caso não correspondesse as finalidades para quais Deus o havia concedido e/ou permitido. As menções ao rei e às suas responsabilidades diante dos súditos como instrutor deles aparecem no *Setenario*, na *General Historia* e nas *Siete Partidas*. RUCQUOI, A. *El rey sabio*. Cultura y poder en la sociedad castellana. Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval, Aguilar de Campo, Centro de Estudios del románico, 1993, p. 77-87.

⁵⁹¹ Sobre os caminhos do regimen ao regnum e deles à dominação ver: SENELLART, M. *As artes de governar*. Do regimen medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 41-45.

⁵⁹² RUCQUOI, A. *El deber del saber*: la tradición docente en la Edad Media castellana. Oscar Mazín Gómez. México en el mundo hispánico. El Colegio de Michoacán, Zamora, Mexique, p. 309-329, 2000.

⁵⁹³ Esse texto foi inicialmente publicado com o título *De Rebus Hispaniae laudibus* no ano de 1496, em Burgos, quando Marineo Sículo ainda era professor da universidade de Salamanca. No ano de 1530, foi traduzido, acrescentado e publicado com o título *De las cosas memorables de España*. No prólogo, dirigindo-se ao rei Carlos e à sua esposa Isabel, Marineo Sículo destaca o que o motivava escrever, a saber: fazer conhecer toda Espanha e todas as coisas dignas de memória que nela havia. MARINEO SÍCULO, L. *De las cosas memorables de España*. Madri: La hoja del monte, 2004. p.2.

papel fundamental da rainha, que, segundo ele, para dar “exemplo aos outros”, começou a “estudar os princípios da gramática”, do mesmo modo que concedeu às “donzelas” e aos “pajens” de seu palácio “preceptores e mestres”, para que pudessem aprender com eles.⁵⁹⁴ Quer dizer, dos reis partiam as referências do que se devia aprender e saber, além dos incentivos para que esses ensinamentos chegassem àqueles que compunham o seu séquito.

Deles partiam igualmente os critérios de escolha dos perfis daqueles que exerciam os ofícios régios. Conforme havia salientado Diego Hurtado de Mendoza (1503-1575), no seu relato sobre a *Guerra de Granada*, tinha sido característico do governo dos Reis Católicos conceder a “justiça e as coisas públicas” aos “letrados”, “gente média entre os grandes e os pequenos”, os quais deveriam apresentar, dentre outras características: “comedimento, segredo, verdade, vida simples e sem corrupção de costumes”, do mesmo modo que disposição para “ouvir ou determinar causas relacionadas ao bem público”. Homens que deveriam evitar: “vestir e gastar suntuosamente”, “amizades muito estreitas” e recebimento de “dons”.⁵⁹⁵ Em suma, era reconhecido o valor do saber como dever e prerrogativa que responsabilizava os reis pela saúde moral e material de seu povo. Igualmente admitia-se a relevância do saber como elemento de afirmação do poder dos reis e daqueles que, de algum modo, buscavam integrar a esfera do poder real.⁵⁹⁶ Emergia, assim, mormente no século XV, um novo grupo de oficiais régios que, através do conhecimento fundamentalmente das letras e das leis, alcançado, cada vez mais, por via da formação universitária e das práticas de sociabilidade aprendidas e compartilhadas na corte, lograva colocar seus saberes à disposição da coroa. Homens que prestavam serviços assumindo funções ligadas aos conselhos, à chancelaria, à justiça, à política externa e, de modo geral, à escrita.⁵⁹⁷ Vejamos, pois, antes de analisarmos como algumas práticas do século XV estiveram ligadas à valorização da palavra⁵⁹⁸ como meio de instrução a

⁵⁹⁴ SÍCULO, M. L. De las Cosas Memorables de España. Madri: Hoja del Monte, 2004 apud THERESE OETTEL. Una catedrática en el siglo de Isabel la Católica: Luisa (Lucia) Medrano. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, CVII, p. 307, 1935.

⁵⁹⁵ HURTADO DE MENDOZA, D. **Guerra de Granada hecha por el Rey de España Don Felipe II contra los moriscos de aquel reino, sus rebeldes**: historia escrita en cuatro libros. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999. s/p. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmczg6p0>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

⁵⁹⁶ Verger destaca a necessidade que os reis tiveram em suas cortes de secretários aptos a lidar com os arquivos e com a escrita de cartas; de juristas capacitados a defender e garantir a execução da justiça no reino; e, por fim, de homens que pudessem auxiliar os reis na construção da legitimidade do poder que exerciam frente as possíveis ameaças dos poderes nobiliárquicos e papal. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001. p.245.

⁵⁹⁷ Pouco a pouco, passou-se a entender que o exercício do poder e o regimento da vida coletiva exigiam o conhecimento da ciência. ANTONIO MARAVALL, J. La formación de la conciencia estamental de los letrados. **Revista de estudios políticos**, n. 70, p. 53-81, 1953.

⁵⁹⁸ A menção à valorização da palavra no século XV refere-se ao aumento da relevância dela em diversos âmbitos, sobretudo no da escrita, sem, contudo, desconsiderar a fala e a representação. IANNUZZI, I. **El poder de la**

quais âmbitos corresponderam a responsabilidade pela organização e o direcionamento da educação, bem como de que maneira a formação moral e espiritual, acompanhada do adestramento cortesão e da instrução letrada, compuseram o padrão de educação desejado pelos reis e pelos membros da corte, incluindo algumas mulheres.

Antes desses esforços dos reis católicos, muitos outros reis da península ibérica haviam se empenhado, desde os séculos VI e VII, em fundar ou conceder auxílio ao ensino e à produção de saberes nos monastérios, catedrais e, até mesmo, na corte. Dos séculos VI e VII, temos notícias de concílios que teriam reunido prelados e homens de confiança dos reis com a meta de fundar e manter algumas escolas paroquiais, bem como instituir escolas episcopais, para que os jovens recebessem algumas instruções antes de escolherem entre a vida eclesiástica e laica.⁵⁹⁹ Logo, sob o amparo dos bispos e dos poderes locais floresceram escolas catedralíticas em Sevilha, com Leandro e seu irmão Isidoro, em Palência, com Conâncio, em Zaragoza, com Juan, e em outras cidades. Eram conhecidas tanto algumas escolas de prelados, que funcionavam em alguns monastérios – como o de Agali, perto de Toledo e San Zoilo, em Córdoba –, como as escolas palacianas, fruto das iniciativas de reis como Sisebuto (612-621) e Wamba (672-680). Nessas últimas, os príncipes e nobres aprendiam as primeiras letras, através de técnicas de memorização e de um sistema oral de perguntas e respostas, assim como estudavam algumas noções básicas das sete artes liberais.⁶⁰⁰ Já naquelas voltadas para a formação religiosa, os futuros clérigos, por sua vez, aprendiam, além desses saberes, aqueles próprios da função religiosa relacionados aos saltérios, cânticos, hinos e aos rituais da igreja. Não obstante a ocupação muçulmana, em 711, tenha contribuído na dissolução do reino visigodo, as notícias sobre as discussões entre Elipanto de Toledo (717-808) e o Beato de Liébana (701-798), a propósito da divindade de Cristo, são ilustrativas de que algumas cidades ainda constituíam centros de ensino e produção de saber, mesmo diante das pelejas contra os mouros e, sobretudo, pelo conhecimento dos textos da antiguidade renovado pelo contato com os muçulmanos.⁶⁰¹ Dos séculos XI e XII, não se pode ignorar o destaque das escolas monásticas, que, naquela altura, eram um dos principais centros de saber, pois, nos seus *scriptorium*,

palavra en el siglo XV: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009. p.24.

⁵⁹⁹ RUCQUOI, A. Éducation et société dans la Péninsule Ibérique médiévale. **Histoire de l'éducation**, Paris, n. 69, p. 7-11, jan. 1996.

⁶⁰⁰ A base dos ensinamentos medievais foi aquela apresentada pelo cartaginês Marciano Capela na sua obra *O casamento da Filologia e Mercúrio*, escrita entre 410 e 427. Nela, Capela tratou das Sete Artes Liberais como damas daquele casamento, sendo elas: a gramática, a retórica, a dialética, a aritmética, a geometria, a astronomia e a harmonia. COSTA, R. A educação na Idade Média. A busca da sabedoria como caminho para a felicidade: Al-Farabi e Ramon Llull. **Dimensões Revista de História da Ufes**, v. 15, p. 101, 2003.

⁶⁰¹ RUCQUOI, A. **El deber del saber**. p. 309-329.

copistas, iluminadores e tradutores trabalhavam nos manuscritos e códices antigos. Ao mesmo tempo, e sobretudo no século XIII, passam a ser ministradas, nas escolas catedralíticas, a partir do apoio concedido pela coroa, pela igreja e pelos conselhos urbanos, as disciplinas do *trivium* e *quadrivium*.⁶⁰² Da ampliação e especialização desses centros de estudos, especialmente daqueles de origem palaciana, nascem, na segunda metade do século XII, os chamados “estudos gerais”, que viriam constituir as universidades no século XIII.

De acordo com o *corpus* de leis que integra as *Siete Partidas*, elaborado no século XIII, sob o amparo do rei Afonso X (1252-1284), ainda que fosse permitida a fundação dos estudos particulares pelos poderes locais e pelos prelados, somente “os papas, imperadores e reis” tinham autoridade para estabelecer os “estudos gerais”. Esses reuniam “mestres de artes, gramática, lógica, retórica, aritmética, geometria, música, astronomia, mestres em decretos e senhores de leis”.⁶⁰³ Assim, é importante destacar que foram principalmente as iniciativas régias que permitiram, não somente a criação das primeiras universidades⁶⁰⁴, como a de Salamanca⁶⁰⁵, em 1218, e a de Valladolid, que começou a funcionar em 1346, mas, desde longa data, foram elas expressões de um dever e da necessidade dos reis ibéricos de ensinar aos súditos o que eles deveriam saber.⁶⁰⁶ Dever e necessidade que, conquanto tenham marcado as atuações políticas de reis como: Afonso VIII (1155-1214), Afonso IX (1171-1230), Fernando III (1201-1252) e Afonso X (1221-1284), a partir dos seus empreendimentos historiográfico⁶⁰⁷ e universitário, não foram ignorados, guardadas suas especificidades, por exemplo, pelo rei Juan I (1379-1390),

⁶⁰² Os dominicanos e franciscanos também foram responsáveis pela abertura de escolas municipais, sobretudo, a partir do século XIII. Essas ordens ganharam grande apoio régio, tendo os franciscanos e dominicanos criado escolas de línguas em seus conventos, motivados pelo interesse de converter os infiéis. RUCQUOI, A. **El deber del saber**. p. 309-329.

⁶⁰³ **LAS SIETE PARTIDAS**. Partida II, título XXXI, Lei 1.

⁶⁰⁴ Sobre as relações que se pode estabelecer entre a criação das primeiras universidades e a afirmação do poder dos reis, sobretudo dos ibéricos, soberanos que, por sinal, tomaram a frente da criação dos centros de estudos, a despeito das participações episódicas ou discretas dos papas, ver: VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 246.

⁶⁰⁵ O *studium* de Salamanca foi fundado em 1218, por Afonso IX de Leão, e novamente fundado por Fernando III, em 1243. Em 1254, recebeu de Afonso X a denominação de *generale studium* e, um ano depois, recebeu do papa Alexandre IV privilégios semelhantes aos de Bolonha. RUCQUOI, A. *Studia Generalia y Pensamiento Hispánico Medieval*. **Miscelánea**. Relaciones, n. 75, v. XIX, p. 247-148, 1998.

⁶⁰⁶ Adeline Rucquoi ressalta que, apesar de não terem sido frequentemente ungidos, coroados, nem terem tido o poder de curar como fundamentos do poder, os reis da península ibérica – por esta região ter sido herdeira da tradição romana, ter sido cedo cristianizada e ter se entregado desde longa data à empresa cristã cruzadista – elaboraram uma teoria e uma prática do poder condizentes com os conceitos clássicos e cristãos, os quais se faziam notar pela presença do direito romano nos escritos, pela defesa da fé cristã diante da iminente ameaça muçulmana e pelo dever do rei de ser sábio, para poder instruir os povos de seu reino. De los Reyes que non son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones**. Estudios de Historia y Sociedad, México, v. XIII, n. 51, p. 55-100, 1992.

⁶⁰⁷ Destaco os escritos cronísticos como obras historiográficas, uma vez que apresentam, além de uma unidade de sentido e a pretensão de afirmarem uma verdade, reflexões sobre seu próprio fazer, ou seja, descrevem como a crônica foi elaborada, a seleção das fontes e os objetivos que conduziram a escrita. MARTIN, G. **La historia alfonsí: el modelo y sus destinos** (siglos XIII-XV). Madri: Casa de Velázquez, 2000. p. 17.

que, com o respaldo e apoio do Papa aragonês, Benedito XIII (Pedro de Luna), cuidou para que fossem criadas cátedras na universidade de Salamanca e para que os mestres recebessem mais pelas atividades que exerciam. Na verdade, desse apoio concedido à universidade de Salamanca pelo rei e pelo papa estabeleceram-se condições para que a vida acadêmica fosse organizada, ou seja, por meio desses incentivos, os programas de estudos puderam ser divididos em etapas, a biblioteca da universidade pôde ser formada, e uma estrutura estável aos acadêmicos pôde se consolidar. Auxílio que não se restringiu aos limites do reinado de Juan I, visto que, referendado por seu sucessor, Enrique II, passou a ser vitalício.⁶⁰⁸ Logo, essa universidade viria a se constituir, dado o contínuo apoio oferecido também pelos reis castelhanos do século XV, – como aquele cedido às artes e às letras por Juan II (1405-1454), conforme vimos no primeiro capítulo, e que, como veremos nesse, foi ampliado durante o reinado de sua filha, Isabel (a católica)⁶⁰⁹ – como um dos principais centros de formação dos nobres pretendentes a integrar o conjunto dos oficiais régios.⁶¹⁰

3.1.2- *A corte como ‘domus palatina’*

A corte⁶¹¹ real, por sua vez, também reuniu tradutores, juristas, cronistas, poetas e especialistas, isto é, homens que buscaram aprender ou aperfeiçoar o que já sabiam pela proximidade com os nobres que a integravam, ou que tiveram a possibilidade de fazer parte do corpo de oficiais régios – que reunia os responsáveis pela elaboração do discurso da história, das leis, dos saberes, enfim, da organização do reino em seus diversos âmbitos – justamente por suas competências como homens letrados ou por suas aptidões para determinados ofícios. No

⁶⁰⁸ CHACÓN, P. **Historia de la Universidad de Salamanca hecha por el maestro Pedro Chacón**. Edição preparada por Ana María Carabias Torres. Salamanca: Edições da Universidade de Salamanca, 1990. p. 78-80.

⁶⁰⁹ Os reis católicos foram lembrados por seus incentivos e apoio oferecidos à Universidade de Salamanca, o que pode ser visto até mesmo pela forma com que foram representados na fachada dessa universidade, em 1520, ou seja: como patrocinadores e protetores do saber. SUÁREZ FERNÁNDEZ, L; MANSO PORTO, C. **Isabel la católica en la Real Academia de Historia**. Espanha: Real Academia de História, 2004. p. 298.

⁶¹⁰ CARABIAS TORRES, A. M. Salamanca, académica palanca hacia el poder. In: ARANDA PÉREZ, F. J. (Coord.). **Letrados, juristas y burócratas en la España Moderna**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2005. p. 26. DE DIOS, S; TORIJANO, E. **Cultura, Política y Práctica del derecho**. Juristas de Salamanca (siglos XV-XX). Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2012. p. 45.

⁶¹¹ Integravam as cortes: a casa real (responsável pelos serviços domésticos e pelas cerimônias), a chancelaria e a audiência (cuidavam das documentações e da justiça) e o conselho real (responsável por deliberar sobre as ações de governo). Todos pertenceram à jurisdição real, embora nem todos acompanhassem o rei na sua itinerância, que, por sinal, durante o governo dos católicos ultrapassou o eixo Madri- Burgos- Valladolid. CÓRDOVA MIRALLES, A. F. Sociedad cortesana y entorno regio. **Medievalismo**. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 13-14, p. 50, 2004.

século XIII, por exemplo, na corte do rei Afonso X (1252-1284), as primeiras produções em vernáculo elaboradas em Castela só foram realizadas graças ao fato de que, entre outros fatores, o monarca dispunha de uma equipe de colaboradores que reunia materiais, realizava a tradução para o romance de textos em latim e árabe e redigia escritos que posteriormente eram ordenados de forma unificada.⁶¹² Já a corte, no século XV, além de reunir homens envolvidos por certos conhecimentos ligados à atividade escriturária, conhecimentos esses que faziam deles prestigiados por suas habilidades em traduzir as expectativas dos reis, estava habilitada, mediante autorização papal, até mesmo a conceder os títulos de mestre e doutor. A autorização papal de 1411, que permitiu ao médico Fernando Diaz de Toledo receber o seu título na corte ou em qualquer universidade do reino foi, pode-se dizer, ilustrativa de como a corte também era vista como um espaço potencialmente capacitado para a formação dos nobres.⁶¹³

A casa dos monarcas era, pois, de acordo com as indicações do poeta Juan del Encina (1492-1530), “uma escola excelente/ de criação e cortesia/ e de um viver diligente / e um saber que ao mais prudente/ dá maior soberania”.⁶¹⁴ Nela eram, por conseguinte, criados os filhos e as filhas das famílias mais nobres do reino. No caso dos jovens varões, os filhos dos altos oficiais régios, que poderiam ser nobres ou não, entravam na corte como pajens, criados do rei, ou ainda, quando proviessem de condição nobre, como donzéis. Todos recebiam instruções a respeito dos serviços do palácio, do latim, do canto, da dança e do preparo militar. Em alguns casos, os donzéis chegavam a receber, junto dos infantes, uma instrução especializada oferecida pelos preceptores e mestres dos *studia humanitatis*. Já na casa da rainha, que reunia algumas damas casadas, chamadas de donas, eram criadas as donzelas. Moças que recebiam, dentre outras coisas, instruções sobre o latim e os textos sagrados, bem como eram preparadas para o casamento.⁶¹⁵ Ou seja, cada vez mais a corte podia ser vista como lugar onde os nobres encontravam possibilidade de aprender os saberes, respectivos às funções que iriam executar, com os preceptores e mestres que circulavam nela. Nela encontravam, pois, oportunidade para aprender, com os outros que ali viviam, os padrões de cortesia. Quer dizer, a ordenação da sociabilidade na corte apresentava aos nobres certas exigências e expectativas em relação à maneira de se vestir, falar, comer, amar, festejar e tratar uns aos outros.

⁶¹² MARTIN, G. **La Historia alfonsí: el modelo y sus destinos** (siglos XIII- XV). Madri: Casa de Velázquez, 2000. p.10.

⁶¹³ Cf. RUCQUOI, A. *Studia Generalia y Pensamiento Hispánico Medieval*. Miscelánea. **Relaciones**, México, n.75, v. XIX, p. 250, 1998.

⁶¹⁴ ENCINA, J. **Obras completas**. Edição preparada por A.M. Rabaldo. Madri: Espasa- Calpe, v. II, p. 32-33, 1978.

⁶¹⁵ MIRALLES, A. F. *Sociedad cortesana y entorno regio*. **Medievalismo**. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 13-14, p. 65, 2004.

A título de exemplo sobre essa questão, o arauto real, Pedro Gracia Dei⁶¹⁶, nos poemas que integram a *Crianza y virtuosa doctrina*⁶¹⁷, escritos em 1478 e endereçados à infanta Isabel – uma das filhas da rainha católica –, havia apresentado como motivação de sua escrita ensinar à jovem infanta e aos demais jovens cortesãos quais deveriam ser as maneiras corretas daqueles que compunham as cortes dos reis ou pretendiam ser incorporados a essas.⁶¹⁸ Destacava Pedro Gracia Dei, a propósito dos “costumes”, que convinha “à política juventude”⁶¹⁹ saber: “ler, escrever, tocar e cantar, / dançar e nadar, lutar, esgrimir/ arco e catapulta, latinar e dizer/ xadrez e bola saber bem jogar”. Ao que Gracia Dei acrescentava “viver de modo muito simples/ não cuspir jamais na janela/ ser doce ao chamar e cortês a quem chama/ e na mesa somente um cotovelo colocar”, “os dedos nunca lambar”, guardar para que “narizes, orelhas” não fossem “tocados” e para que as “unhas fossem cortadas” e “as mãos lavadas”, “falar pouco e muito ouvir/ e ao responder, não ser muito rápido”, “andar seguro, manso e contente”.⁶²⁰ Em suma, aos homens e às mulheres que frequentavam as cortes eram aconselhadas a dedicação a determinados saberes e a imitação de certas destrezas praticadas pelos cortesãos, bem como eram interditos alguns gestos e posturas que estivessem em desacordo com os padrões de sociabilidade.⁶²¹ Segundo as indicações de Gracia Dei, pois, algumas práticas e saberes deveriam ser ensinados aos nobres para que eles soubessem: respeitar os momentos certos em que deveriam se levantar e reverenciar uns aos outros, se portar corretamente durante os banquetes, controlar os seus corpos e, até mesmo, reagir da melhor maneira possível diante de algumas circunstâncias adversas. Aliás, sobre esse último aspecto, Gracia Dei apresentava, até mesmo, orientações a propósito de como os cortesãos deveriam reagir para contornar um encontro com uma pessoa indesejada. Para ele, dever-se-ia primeiramente “abaixar o olhar, ou

⁶¹⁶ Gracia Dei inicia o seu texto apresentando-se como galego e descrevendo sua formação, fruto dos estudos feitos na universidade de Salamanca. Além da *Crianza*, o nome de Gracia Dei está vinculado à escrita de *Libro del Blasón de Caballería, Escudos de reyes y príncipes del mundo* ou le *Blasón general y Nobleza del universo*. CODET, C. Manieres et vertus a la cour a la fin du XVeme siècle: l’éducation d’Isabelle de Castille, infante de Castille. **Librosdelacorte.es**, Espanha, ano 6, n. 9, s/p., 2014.

⁶¹⁷ A quem atribua a escrita desse tratado a Juan de Lucena. Ver: LEÓN GUERRERO, M. M. Didáctica y educación en época de los Reyes Católicos. In: LEÓN GUERRERO, M. M. (Coord.). **Educación y cultura en época de los Reyes Católicos**. Valladolid: Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía, 2015. p. 29.

⁶¹⁸ CODET, C. Manieres et vertus a la cour a la fin du XVeme siècle: l’éducation d’Isabelle de Castille, infante de Castille. **Librosdelacorte.es**, Espanha, ano 6, n. 9, s/p., 2014.

⁶¹⁹ GRACIA DEI, P. *Crianza y virtuosa doctrina*. In: **Opúsculos Literarios de los siglos XIV a XVI**. Madrid: Sociedad de los Bibliófilos españoles, 1832, p. 381. Disponível em: <<https://archive.org/stream/opusculosliterar00pazy#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

⁶²⁰ *Ibid.*, p. 398-399.

⁶²¹ CORDOVA MIRALLES, A. F. Sociedad cortesana y entorno regio. **Medievalismo**. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 13-14, p. 56, 2004.

fazer cara torta. Como se estivesse olhando para outro lugar”, mas, se mesmo assim, a pessoa se aproximasse, era indicado dizer-lhe: “Por minha fé, senhor, não o tinha visto!”.⁶²²

É importante esclarecer que esse tipo de descrição da corte como lugar de formação, embora diga respeito ao cenário das cortes dos reis católicos⁶²³, foi igualmente desenhado por Alonso de Cartagena (1384-1456) a propósito das cortes de Juan II, que, por sinal, foram referidas por ele como “*domus palatina*”.⁶²⁴ Isto é, como lugar de encontro e formação dos nobres, tanto no que se refere ao domínio dos saberes intelectivos e morais, como a propósito dos conhecimentos práticos ligados à sociabilidade nas cortes. Esses regulamentos aproximam-se, a propósito, das observações feitas por Juan de Lucena e Marineo Sículo, a respeito da corte dos reis Fernando e Isabel, de que, não só os cortesãos aprendiam a apreciar as letras e algumas condutas pelos exemplos e incentivos dados pelos reis católicos, como, cada vez mais, os oficiais régios eram selecionados por suas competências como letrados e suas habilidades cortesãs.⁶²⁵

A ampliação do interesse dos laicos pelos saberes, fossem eles práticos ou teóricos, especialmente no século XV, pelo que se pode deduzir do inventário de suas bibliotecas e dos seus círculos de relacionamento, os motivaram a estar rodeados de livros e de pessoas instruídas.⁶²⁶ Aliás, a posse dos livros permitia a eles evidenciar a privilegiada posição que ocupavam na sociedade castelhana, uma vez que eram poucos os que tinham renda suficiente para adquirir-los, ou mesmo dispunham de tempo e formação adequada para lê-los.⁶²⁷ A exemplo disso, Rodrigo Sánchez de Arévalo (1404-1470) ressaltava os efeitos da admiração que a sua biblioteca havia causado no conselheiro e secretário do rei Enrique IV, Alonso de Hoces. Esse nobre, segundo destacava Sánchez de Arévalo, tinha sentido “imensa alegria interna” ao “examinar detidamente sua biblioteca”, especialmente “porque entre os estudos de cultura espiritual, costumes e artes da eloquência”, que integravam os saberes “dos homens distintos e suficientemente doutos”, esse nobre havia encontrado “opúsculos que lhe pareceram

⁶²² GRACIA DEI, P. *Crianza y virtuosa doctrina*. p. 406.

⁶²³ MARTÍNEZ ALCORLO, R. La Criança y virtuosa dotrina de Pedro Gracia Dei, ¿un speculum principis para la infanta Isabel de Castilla, primogénita de los Reyes Católicos? In: HARO CORTÉS, M. (Ed.). **Literatura y ficción: “estorias”, aventuras y poesía en la Edad Media**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, v. I, p. 388, 2015.

⁶²⁴ MONSALVO ANTÓN, J. M. Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos. **Miscelánea Alfonso IX**, Salamanca, 2010. p.39.

⁶²⁵ CÓRDOVA MIRALLES, A.F. **La corte de Isabel I**. Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504). Madri: Editorial Dykinson, 2002. p. 101-102.

⁶²⁶ DI CAMILLO, O. **El humanismo castellano del siglo XV**. Valencia: Fernando Torres editor, 1976. p.113.

⁶²⁷ BARBIER, F. **Historia del Libro**. Madri: Alianza Editorial, 2005. p. 83.

excelentes” e títulos que poucos especialistas possuíam.⁶²⁸ Ou seja, além da quantidade de títulos reunidos pelo eclesiástico, outro fator que o notabilizava, aos olhos do nobre, era a posse de certos tipos de livros, os quais, por suas especificidades, sugeriam um leitor distinto e douto, capaz de apreciá-lo e compreendê-lo. Por outro lado, essa notável admiração do secretário, relatada por Sánchez de Arévalo, colocava em destaque a importância dada, de modo geral, pelos nobres laicos do reino aos saberes outrora mais restritos aos clérigos e aos espaços frequentados por eles, mas que, progressivamente, se tornavam passíveis de serem apropriados pelos leigos. Tudo isso era possível não só por intermédio da leitura pública e pela discussão aberta, mas principalmente através do estudo solitário que os espaços das bibliotecas privadas permitiam.

Talvez isso explique, segundo os dados referentes aos espólios da nobreza castelhana⁶²⁹, a considerável quantidade de livros reunidos nas bibliotecas dos nobres da casa dos Mendoza, Zuñiga, Pimentel, inclusive na de algumas mulheres, membros dessas famílias, como Aldonza de Mendoza⁶³⁰, Mencía de Mendoza e María de Vega; e quiçá esclareça a motivação da nobreza de se envolver direta ou indiretamente na tradução e fabricação de textos.⁶³¹ Um estímulo que, conforme as anotações do tesoureiro régio, Gonzalo de Baeza⁶³², havia sido compartilhado pela rainha Isabel, devido às iniciativas dadas por essa monarca à compra e à encomenda de livros destinados a ela, aos seus filhos e às doações que ela fazia. Aliás, conhecida também tinha sido a preocupação da marquesa de Cenete, dona Mencía de Mendoza, de aumentar os títulos que possuía, promovendo a encomenda e encadernação de livros, além da cópia de manuscritos.⁶³³

Já a proximidade às pessoas instruídas, capazes de traduzir e transcrever textos, elaborar tratados, crônicas e poemas, bem como discutir questões filosóficas e espirituais, ilustra o grande valor que, a essa altura, a instrução alcançava entre os nobres do Quatrocentos, fossem eles homens ou mulheres. Apreço notável pela crescente busca pelos mestres e doutores, prelados ou laicos, que pudessem instruir os nobres e as damas da corte apresentando-lhes

⁶²⁸ SÁNCHEZ DE ARÉVALO, R. Tratado sobre técnica, método y manera de criar a los hijos, niños y juvenes. In: **Rodrigo Sanchez de Arévalo. Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p.63.

⁶²⁹ ANTELO IGLESIAS, A. Las bibliotecas del otoño medieval. Con especial referencia a las de Castilla en el siglo XV. **Espacio, Tiempo y Forma. Historia Medieval**, t. 4, 1991. p. 285-350.

⁶³⁰ Cf. BECEIRO, I. **Libros, lectores y bibliotecas en la España Medieval**. Murcia: Medievalia, 2007. p. 296-297.

⁶³¹ ALVAR, C. Promotores y destinatarios de traducciones en Castilla durante el siglo XV. **CLCHM**, n. 27, p. 133, 2004.

⁶³² Para maiores informações sobre esse livro de contas ver: FRANCISCO OLMOS, J. M. La evolución de los cambios monetarios en el reinado de Isabel la Católica según las cuentas del tesorero Gonzalo de Baeza (1477-1504). **En la España Medieval**, Madri, n. 21, p. 115-142, 1998.

⁶³³ CATEDRA, P. Bibliotecas y libros de mujeres en el siglo XVI. **Península Revista de Estudios Ibéricos**, n. 0, p. 17-18, 2003.

conselhos, orientações e ensinamentos que os auxiliassem não só em relação ao letramento, mas principalmente a viver melhor e de modo virtuoso.⁶³⁴ Busca que teria levado a nobre Dona Maria de Pacheco a pedir ao seu confessor, Hernando de Talavera, que lhe escrevesse indicações sobre como ela deveria aproveitar melhor e virtuosamente o seu tempo, ou que teria motivado os secretários régios, Alonso Hoces e Miguel Pérez de Almanzán, a encomendarem, respectivamente a Rodrigo Sánchez de Arévalo e a Antonio de Nebrija, tratados que os ajudassem a educar os seus filhos.⁶³⁵ Não se pode ignorar que esse interesse chegou a impulsionar, sobretudo por intermédio do arcebispo Pedro González de Mendoza⁶³⁶ (1428-1495) – um dos nobres mais influentes da corte da rainha Isabel – e de seu irmão, Íñigo López de Mendoza y Quiñones, o conde de Tendilla⁶³⁷, uma política de atração ou facilitação da entrada, em Castela, de grandes mestres italianos especialistas em humanidades, como: Alejandro Giraldino, Lucio Marineo Sículo e Pedro Mártir de Anglería⁶³⁸; estrangeiros convidados a contribuir com os seus conhecimentos na formação dos nobres cortesãos castelhanos, durante o reinado dos reis católicos.⁶³⁹

No entanto, essa prática de oferecer apoio às letras e prestígio àqueles que delas viviam já era comum antes do reinado dos católicos. Embora Juan II tenha sido lembrado por sua falta de dotes para o governo, não foram ignorados, por aqueles que escreveram sobre esse rei, os seus esforços no sentido de apoiar as artes e as letras, tendo esse soberano nutrido um especial interesse pelos “livros e histórias”, pelo estudo do latim e pelos “dizeres rimados”.⁶⁴⁰ Além disso, o rei teria cuidado especialmente da nomeação de um competente letrado, o dominicano e mestre em Teologia, Lope de Barrientos, como responsável por ensinar a seu filho, o futuro

⁶³⁴ LEÓN GUERRERO, M. M. Didáctica y educación en época de los Reyes Católicos. In: LEÓN GUERRERO, M. M. (Coord.). **Educación y cultura en época de los Reyes Católicos**. Valladolid: Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía, 2015. p. 15.

⁶³⁵ Fazemos referência, no primeiro caso, ao *Avisação* (1475) preparado por Talavera, e a *De liberis educandis* (1509) e *De arte, disciplina et modo alendi et erudiendi filios pueros et juvenis* (1456), preparados respectivamente por Nebrija e Sánchez Arévalo.

⁶³⁶ Sobre o relevante papel da família Mendoza na construção da legitimidade dos reis castelhanos, sobretudo de Isabel (a católica), bem como de seu papel cultural como incentivadora das artes e letras, entre a segunda metade do século XIV e meados do século XVI, ver: NADER, H. **The Mendoza Family in the Spanish Renaissance 1350-1550**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2000. s/p. Disponível em: < <http://libro.uca.edu/mendoza/mendoza.htm> >. Acesso em 10 maio 2016.

⁶³⁷ Ambos eram filhos do marquês de Santilla, Íñigo López de Mendoza.

⁶³⁸ Sobre a forma com que Mártir de Anglería foi recebido pela corte dos reis católicos e os motivos que o conduziram a participar da conquista de Granada ver: ARMILLAS VICENTE, J. A. Pedro Mártir de Anglería, contino real y cronista de Castilla. La invención de las nuevas Indias. In: SALAS, J.A; SERRANO, E. (Coord.). Jerónimo Zurita y los cronistas de Aragón. **Jerónimo Zurita**, n. 88, p. 213-214, 2003.

⁶³⁹ IANNUZZI, I. **El poder de la palabra en el siglo XV**: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009. p. 162.

⁶⁴⁰ PÉREZ DE GUZMÁN, F. **Generaciones y Semblanzas**. p. 118.

rei Enrique IV, a escrita e a gramática.⁶⁴¹ Tal estima do rei Juan II pelas letras, e especialmente por aqueles que ocupavam funções relacionadas a elas, o teria levado, até mesmo, a aceitar alguns pedidos que os nobres reunidos nas cortes tinham-lhe feito para que poupasse alguns homens de participar das guerras, dada a imprescindibilidade deles na organização e administração do reino e por que deles dependiam “o governo da justiça régia e outras necessidades do povo”. Segundo indicam os documentos que integraram as cortes de Burgos e Zamora, realizadas respectivamente em 1430 e 1432, os procuradores urbanos dessas cidades haviam pedido a Juan II que dispensasse das guerras realizadas contra o reino Nazarí de Granada todos os “alcaldes, oficiais de justiça, regedores, jurados [...], advogados, escrivães de números, cirurgiões, mestres de gramática e escrivães” que tinham como incumbência ensinar aos moços” como “ler e escrever”. Pedido que foi aceito em 1430, e reafirmado dois anos depois, apenas com a ressalva de que esses oficiais só seriam convidados para a guerra, caso o rei tivesse “muita necessidade” deles em combate.⁶⁴² Ou seja, muito estimados eram aqueles que, por exercem funções relacionadas às letras, conseguiam auxiliar o rei no regimento do reino, aspecto que justificava o esforço de Juan II de conceder-lhes certos benefícios.⁶⁴³

Essa grande consideração dada às letras não se restringiu, todavia, às deliberações régias, visto que alguns nobres integrantes da corte de Juan II, como Fernán Perez de Guzmán, Iñigo López de Mendoza (marquês de Santillana), Alonso de Cartagena e Fernández de Madrigal, igualmente evidenciaram grande apreço por elas, produzindo, com seus próprios esforços, diversas traduções⁶⁴⁴ para o vernáculo de textos da antiguidade, crônicas, tratados e poemas. Inclusive, alguns desses nobres, chegaram até mesmo a formar círculos de letrados aos seus redores. Em torno do marquês de Santillana, por exemplo, haviam convivido o jurista

⁶⁴¹ GONZÁLEZ ROLÁN, T. El Humanismo italiano en la Castilla del cuatrocientos: estudio y edición de la versión castellana y del original latino del *De infelicitate principum* de Poggio Bracciolini. **Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos**, n. 21, p. 120, 2001.

⁶⁴² **CORTES DE LOS ANTIGUOS REINOS DE LEÓN Y DE CASTILLA**. Madri: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1866, t. III, p. 93-94 e 137-138.

⁶⁴³ Não se pode ignorar o apoio oferecido por este governante à criação dos cargos de secretário de cartas latinas e de tradução de documentos, bem como a oficialização que ele promoveu do cargo de cronista régio. GONZÁLEZ ROLÁN, T. El Humanismo italiano en la Castilla del cuatrocientos: estudio y edición de la versión castellana y del original latino del *De infelicitate principum* de Poggio Bracciolini. **Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos**, n. 21, p. 121, 2001. BERMEJO CABRERO, J. L. Orígenes del oficio de cronista real. **Hispania**, Madri, n. 40, p. 396, 1980.

⁶⁴⁴ As traduções foram encomendas pelos reis e por poucas famílias poderosas do reino, na tentativa de alcançarem prestígio. Dos períodos de maior produção se destacam: os concílios da Basileia e o reinado de Isabel e Fernando. ALVAR, C. Promotores y destinatarios de traducciones en Castilla durante el siglo XV. **CLCHM**, n. 27, p. 127-140, 2004.

Pedro Díaz de Toledo, o médico Martín González de Lucena, o secretário Diego de Burgos, dentre outros homens letrados.⁶⁴⁵

Foram igualmente lembrados por seus dotes relacionados às letras os reis católicos, Fernando e sobretudo Isabel, especialmente pelo apoio que concederam à promoção dos escritos e da instrução no reino.⁶⁴⁶ Sobre Fernando, sabe-se que, desde seus primeiros anos em Aragão, ele recebeu uma boa formação conduzida pelos mestres Miguel de Morer, Antonio Vaquer, Francisco Vidal de Noya e Gregorio Prestimarco.⁶⁴⁷ Embora as notícias sobre os livros realizados sob os auspícios da rainha e o número de títulos que compuseram a sua biblioteca⁶⁴⁸ sejam mais conhecidas, o preparo de algumas obras como o *Libro de Horas de Isabel la Católica*, o *Cancionero ilustrado* e o *Misal-Breviario de Fernando el Católico* é representativo do amparo desse rei à composição de manuscritos no reino.⁶⁴⁹ Já no que tange à formação recebida por Isabel, a despeito dos escassos dados a propósito desse tema, é possível saber, segundo as informações do testamento do rei Juan II, que ela recebeu de sua mãe, Isabel de Portugal, na cidade de Arévalo, os primeiros cuidados com sua educação. Nessa cidade, onde viveu com sua mãe o seu irmão Afonso, Isabel teria aprendido, com o auxílio de alguns clérigos, a doutrina religiosa, as primeiras letras, alguns cálculos, a dança e a música.⁶⁵⁰ Conhecimentos que foram aprofundados e acrescentados posteriormente, durante o período em que se manteve sob os cuidados de Gonzalo Chacón, na corte de seu irmão, Enrique IV, e ao longo de seu próprio reinado, dado o desejo da rainha de aprender o latim e os temas relativos à condução do reino. Conforme havia salientado o cronista Hernando del Pulgar (1436- 1493), sobre o perfil de Isabel, essa rainha “falava muito bem” e tinha apresentado “tão excelente esforço” que, conquanto os árduos negócios relativos à governação do reino” lhe tivessem tomado muito tempo, ela “havia trabalhado para aprender as letras latinas”, logrando aprendê-las em “um

⁶⁴⁵ GONZÁLEZ ROLÁN, T. El Humanismo italiano en la Castilla del cuatrocientos: estudio y edición de la versión castellana y del original latino del De infelicitate principum de Poggio Bracciolini. **Cuadernos de Filología Clásica**. Estudios Latinos, n. 21, p. 122, 2001.

⁶⁴⁶ RICO CAMPS, D. Imágenes del saber en tiempos de los Reyes Católicos. In: VALDEÓN BARUQUE (Ed.). **Arte y Cultura en la época de Isabel la Católica**. III Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica, Valladolid y Santiago, Chile, 2002. Valladolid: Ámbito, 2002. p. 249-252.

⁶⁴⁷ DEL VAL VADIVIESO, M. I. La educación en la corte de la reina católica. **Miscelánea comillas**, v. 69, n. 134, p. 256.

⁶⁴⁸ Sobre a biblioteca e as leituras feitas por Isabel, ver: GARCIA RUIZ, E. **Los libros de Isabel la Católica**. Arqueología de un patrimonio escrito. Madri: Fundación Germán Sanchez Ruipérez, 2004.

⁶⁴⁹ PEDRAZA GRACIA, M. J. Libro y poder. La imprenta y la cultura escrita. In: CENTELLAS SALAMERO, R. (Coord.). **Ferdinandus Rex Hispaniarum**: príncipe del renacimiento. Zaragoza: Palacio de la Aljafería, Cortes de Aragón, 2006. p. 353.

⁶⁵⁰ Retornaremos à essa questão mais adiante. SALVADOR MIGUEL, N. La instrucción de Isabel la Católica. Los años cruciales (1451-1467). **Arbor**, n. 701, mai. 2004, p. 115 ou do mesmo autor, **Isabel La Católica**. Educación, mecenazgo y entorno literario. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008. p. 89-185.

ano”.⁶⁵¹ A biblioteca dessa soberana, composta por quase quatrocentos títulos, entre manuscritos e impressos⁶⁵², também é, pode-se dizer, mais um dos indicativos do interesse de Isabel pelos saberes livrescos.⁶⁵³ Embora a posse dos livros não significasse necessariamente que eles fossem lidos, a preferência por alguns gêneros e autores é representativa do gosto dessa soberana e de grande parte dos nobres, seus contemporâneos, que lhe presentearam ou lhe dedicaram alguns títulos. Dos livros que compuseram o seu acervo, numerosos foram os de caráter religioso, voltados para as práticas devocionais⁶⁵⁴, e a eles se juntaram outros, como as crônicas, os tratados militares e de língua latina, as obras sobre retórica e poesia, as aventuras cavaleirescas, os regimentos de príncipes e alguns tratados voltados para a educação das mulheres.⁶⁵⁵

Afora isso, esses soberanos igualmente foram lembrados pelo grande empenho com que educaram os seus filhos. Isabel, pelo que se pode deduzir dos espelhos de príncipes e princesas, e outros tipos de textos que foram escritos e endereçados a seus filhos e filhas, cuidou para que seu filho Juan e suas quatro filhas recebessem, por intermédio de seus preceptores, os conhecimentos necessários às funções que exerceriam futuramente.⁶⁵⁶ O príncipe Juan (1478-1497), a título de exemplo, conforme destacou Alonso Ortiz no *Diálogo sobre la educación del príncipe don Juan* – texto que tratou da educação do príncipe, a partir das considerações da rainha e do arcebispo Pedro Gonzalez de Mendoza – deveria ser instruído de tal forma que ultrapassasse os saberes dos príncipes que o haviam antecedido. Das orientações que Alonso

⁶⁵¹ PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. p. 37.

⁶⁵² Integravam sua biblioteca livros escritos em diversas línguas, tais como: português, catalão, francês, italiano, latim e árabe. GARCIA RUIZ, E. *Los Libros de Isabel la Católica*. Arqueología de un patrimonio escrito. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruipérez, 2004. p. 90-91.

⁶⁵³ Além do gosto por livros, também foi conhecida a estima de Isabel por tapetes e pinturas (especialmente pelas flamengas e italianas). GÓMEZ MOLLEDA, M. D. Cultura femenina en la época de Isabel la Católica. Cortejo y estela de una reina. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, n. 61, p. 156, 1955.

⁶⁵⁴ Mais precisamente, sessenta e dois, segundo o levantamento de Elisa Garcia Ruiz, um número bem elevado para um laico, especialmente para uma mulher. Ainda mais porque desse número, parte era de Breviários, obras dedicadas aos clérigos regulares e aos membros das ordens monásticas. **Los Breviarios de la reina Católica: un signo de modernidad**. In: III Jornadas Científicas sobre Documentación de la época de los Reyes Católicos. Madrid: UCM, 2004. p. 222 e **Las prácticas de lectura de una reina: Isabel I de Castilla**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/las-prcticas-de-lectura-de-una-reina---isabel-i-de-castilla-0/html/00a66c2c-82b2-11df-acc7002185ce6064_6.html#I_0>. Acesso em: 27 abr. 2015.

⁶⁵⁵ Uma tradução para o castelhano do *Llibre de les dones*, escrito por Francesc Eiximenis, e outra para o português do *Livre des Trois Vertus*, escrita por Cristine Pizan, integravam o acervo de Isabel. CODET, C. Variations et permanences d'un modele. L'éducation des femmes au fil des traductions du Livre de Trois vertus et du Livre de les dones, entre Moyen Âge et Renaissance dans la péninsule ibérique. *Circé. Histoires, Cultures & Sociétés*, n. 4, s/p., jan. 2014.

⁶⁵⁶ Ao príncipe Juan, Alonso Ortiz escreveu *Diálogo sobre la educación del príncipe don Juan, hijo de los Reyes Católicos*, à princesa Isabel escreveram Pedro Gratia Dei a *Crianza y virtuosa doctrina (1488)* e Andres de Li a *Summa de Pasciencia (1493)*. DEL VAL VADIVIESO, M. I. La educación en la corte de la reina católica. *Miscelánea comillas*, v. 69, n. 134, p. 261, 2011.

Ortiz apresentava ao infante Juan, destacada era aquela de que, todo homem, especialmente os que fossem príncipes e reis, deveria estar atento não apenas à “doutrina e à erudição”, mas especialmente à formação espiritual e moral, para que, assim, pudesse alcançar a perfeição terrena e espiritual.⁶⁵⁷

A responsabilidade pela condução das primeiras instruções dirigidas ao infante Juan pertenceu ao dominicano Diego de Deza (1443-1525). Catedrático de filosofia da universidade de Salamanca, Deza foi escolhido pelos reis, em 1486, como preceptor do príncipe para que pudesse ensinar-lhe as primeiras letras e a doutrina católica. Formação ampliada pela proximidade do infante ao mestre italiano Pedro Mártir de Anglería, que, por sinal, naquela época, era responsável pela instrução dos nobres das grandes famílias do reino.⁶⁵⁸ Na verdade, tem-se notícias de que a rainha, para facilitar os estudos do infante, organizou até mesmo uma pequena escola na corte, onde o príncipe e outros poucos cortesãos puderam receber algumas instruções e se familiarizar com diversos temas, dentre eles: a música, a dança, a caça, a montaria, o latim e os conhecimentos relativos ao regimento do reino.⁶⁵⁹ Sabe-se até mesmo que, para treinar o príncipe nas tarefas de governo, a rainha ordenou que fosse criada uma espécie de conselho de ministros, para que o infante pudesse conhecer na prática todos os problemas do reino.⁶⁶⁰

No que diz respeito às quatro infantas – Isabel (1470-1498), Juana (1479-1555), Maria (1482-1517) e Catarina (1485-1536) –, não poucos foram os esforços da rainha no sentido de criar condições para que elas fossem instruídas.⁶⁶¹ Conforme destacou Juan Luis Vives todas essas infantas, além de terem tido uma “boa” formação “letrada”, haviam causado “admiração” nos “povos e cidades” por onde haviam passado, dentre outras coisas, pela desenvoltura com a qual elas haviam aprendido a se expressar em latim.⁶⁶² Da educação das infantas Isabel e Juana, cuidaram respectivamente o frei Pedro de Ampudia e Andrés de Miranda, ao passo que das

⁶⁵⁷ ORTIZ, A. **Diálogo sobre la educación del príncipe don Juan hijo de los Reyes Católicos**. Edição preparada por G.M. Bertini. Madri: Porrúa, 1983. Cap. 2 e 29.

⁶⁵⁸ SANZ HERMIDA, J. Literatura consolatoria en torno de la muerte del príncipe Juan. **Studia Historica**. Historia Medieval, v. XI, p. 159, 1993.

⁶⁵⁹ DEL VAL VADIVIESO, M. I. La educación del príncipe y de las infantas en la corte castellana al final del siglo XV. **Acta Lauris**, n. 1, p. 17, 2013.

⁶⁶⁰ GÓMEZ MOLLEDA, M. D. Cultura femenina en la época de Isabel la católica. Cortejo y estela de una reina. **Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos**, n. 61, p. 165, 1955.

⁶⁶¹ Além de Luis Vives, o autor do *Carro de las Donas* (1554) também faz menção aos elevados saberes das infantas Isabel, Maria, Juana e Catarina (ainda que critique essa última por seu casamento desastroso) nos capítulos IXV, LXVI e LXVII. **Carro de las donas**. Adapatación del Llibre de les dones de Francesc Eiximenis O.F.M. realizada por el P. Carmona O.F.M. Estudo e edição de Carmen Clausell Nácher. Madri: Fundación Universitaria Española. Universidad Pontificia de Salamanca, v. I, p. 426-437, 2007.

⁶⁶² LUIS VIVES, J. **Instrucción de la mujer cristiana**. p.53-54.

infantas, Maria e Catarina, coube a Alejandro Giraladini essa tarefa.⁶⁶³ Das mulheres que as acompanharam em seus estudos de latim e música, bem como as auxiliaram a aprender a fiar, costurar e bordar, podemos citar a salmantina Beatriz de Galindo.⁶⁶⁴ Nas palavras de Marineo Sículo, Beatriz, também conhecida pelo nome de “a Latina”, tinha sido uma “grande gramática”, “honesta e virtuosa donzela”, que fora chamada à corte pela rainha Isabel para que lhe ensinasse o latim.⁶⁶⁵ À Latina, juntaram-se Juana Contreras, Isabel de Vergara e Magdalena de Bobadilla.⁶⁶⁶ Mulheres lembradas por suas competências nas letras, especialmente, no caso de Beatriz de Galindo, Juana de Contreras e Isabel de Vergara, por suas habilidades em relação ao latim. Destrezas que, aliás, eram pouco regulares entre as mulheres, sobretudo entre as laicas, mas que compuseram o perfil da rainha, das infantas e de algumas mulheres próximas a elas.⁶⁶⁷

Como se pode perceber, a partir dos tipos de formação que tiveram os reis católicos e seus filhos, bem como das habilidades dos mestres escolhidos para ajudá-los nesse âmbito, a formação dos primeiros congregava saberes intelectivos, morais e práticos condizentes com a posição social que ocupavam; e, entre os segundos, era crescente o prestígio usufruído pelos preceptores laicos, especialmente se comparado aos séculos anteriores, em que predominaram muito mais os eclesiásticos.⁶⁶⁸ No que concerne à instrução das princesas, é certo que, desde o século XIII, de acordo com as *Siete Partidas*, pela consideração de que as filhas dos reis deveriam ser “boas” e servir de exemplo para as outras mulheres do reino, dispunha-se que elas deveriam “aprender a ler”, de modo que pudessem “ler bem cartas” e “rezar os saltérios”, da mesma maneira, exigia-se delas o comedimento nas maneiras de “comer, beber, falar e vestir”.⁶⁶⁹ No entanto, a preocupação da rainha com sua própria instrução e com aquela

⁶⁶³ DEL VAL VADIVIESO, M. I. **La educación del príncipe y de las infantas en la corte castellana al final del siglo XV**. p.18.

⁶⁶⁴ São escassos os dados sobre a vida de Beatriz de Galindo, contudo, sabe-se que ela nasceu em Salamanca, em 1465, e foi filha de um fidalgo chamado Grizio. Dedicou-se desde cedo aos estudos, tendo sido provavelmente aluna de Antonio de Nebrija, autor da primeira *Gramática Castellana* (1492). Por seus elevados conhecimentos dos autores clássicos e do latim, teria sido escolhida pela rainha para auxiliá-la e, às suas filhas, a aprender essa língua. ANDREU, L. B. **Vida de Beatriz Galindo**. Madri: EILA editores S.L, 2009. p. 15-21. ARTEAGA, A. **Beatriz Galindo, La Latina maestra de reinas**. Madri: Algaba, 2007. p.15.

⁶⁶⁵ MARINEO SÍCULO, L. **De las cosas memorables de España**. Madri: La hoja del monte, 2004.

⁶⁶⁶ DELGADO CRIADO, B. Política educativa. La educación durante el reinado de los Reyes Católicos. In: DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)**. Madri: Fundación Santa María, 1993. p.23. GÓMEZ MOLLEDA, M. D. **Cultura femenina en la época de Isabel la católica**. p.174-184.

⁶⁶⁷ SEGURA GRAIÑO, C. Las sabias mujeres de la corte de Isabel la Católica. In: GRAÑA CID, M. M. **Las sabias mujeres: educación, saber y autoría (siglos III-XVII)**. Madri: Al-Mudayana, 1994. p. 182-183.

⁶⁶⁸ Segundo ressalta Isabel de Beceiro Pita os eclesiásticos foram os educadores exclusivos dos infantes até 1440, panorama que foi alterado pela maior instrução recebida pelos laicos no final do século XV. Já em relação às mulheres, perdurou ainda no século XV, embora menos entre as nobres damas, enviá-las às abadias para que fossem educadas. BECEIRO PITA, I. **Libros, lectores y bibliotecas en la España Medieval**. Murcia: Nausícaa, 2007. p. 70 e 75.

⁶⁶⁹ **LAS SIETE PARTIDAS**. Partida II, título VII, lei XI.

respectiva às suas filhas, contanto, inclusive, com auxílio de algumas mulheres letradas nesse processo, é representativa do peso que a instrução letrada ganhava na formação de algumas mulheres.⁶⁷⁰ Formação que, antes, muitas vezes se restringia aos saberes práticos ligados às destrezas relativas à condução da casa, do convívio em sociedade, ou mesmo às práticas religiosas. Dito de outro modo, merece atenção a relativa importância que determinados saberes relacionados ao domínio da leitura, com ênfase no latim, antes restritos à formação dos homens, e sobretudo dos clérigos, começam a ter também na educação de algumas mulheres, especialmente da rainha, das princesas e de algumas nobres damas, ou mesmo o cuidado com que começava a ser tratado o preparo delas, com vista a torná-las aptas a exercerem às posições que ocupariam ou ocupavam na sociedade. Em suma, deve-se ter em conta o considerável prestígio que a educação passa a ter entre os nobres, homens e mulheres, no século XV, para ajudá-los a se transformarem não só em bons cristãos, mas para prepará-los da melhor maneira possível para o futuro que os aguardava.⁶⁷¹

Tendo isso em vista, havia feito parte das preocupações da rainha velar pela formação dos nobres de seu reino. Incumbência que delegou aos mestres italianos Pedro Martír de Anglería e Lucio Marinero Sículo e, de certo modo, até mesmo a Antonio de Nebrija (1441-1522) e ao prelado Hernando de Talavera. O primeiro atuou desde 1492, inicialmente em Valladolid e depois em Granada, após ter participado da conquista dessa cidade. Como salientava Martír de Anglería em carta enviada ao cardeal Ascanio, em 29 de julho de 1492, e posteriormente em outra missiva encaminhada ao arcebispo de Braga, em 1 de setembro daquele mesmo ano, era “por ordem da rainha que ele tinha aberto uma escola para os fidalgos”. Estes, nas suas palavras, a despeito de terem inicialmente “resistido às letras”, por julgarem-nas pertencentes a uma esfera diferente daquela militar, para a qual há tempos eles eram preparados para atuar, começavam a compreender que focar no “conhecimento das letras” não era impedimento para o “preparo militar”, ao contrário, conhecê-las só os ajudava nesse quesito.⁶⁷²

⁶⁷⁰ De acordo com os estudos de Montañó Montero, Lucio Marineo Sículo, no livro *das Cosas memorables de España* (1530), havia apontado que, em Salamanca, era conhecida uma “donzela eloquentíssima”, Lucía de Medrana. A qual, segundo Marineo Sículo, “ouvira-se não somente falando como orador, mas também lendo e declarando publicamente livros latinos nos estudos de Salamanca”. *Humanistas en la corte de Isabel la católica: Luisa de Medrano ¿primera catedrática en una universidad europea?* **Cuadernos sobre Vico**, Sevilha, n. 27, p.129, 2013.

⁶⁷¹ Os reis católicos também ofereceram auxílio, entregando valores pontuais, a certos nobres que buscassem realizar os seus estudos fora da corte e até mesmo em Paris. Sabe-se que Antonio de Arévalo e Andrés de Sepúlveda receberam dos reis auxílios para que estudassem em Paris. LEÓN GUERRERO, M. M. *Didáctica y educación en época de los Reyes Católicos*. In: LEÓN GUERRERO, M. M. (Coord.). **Educación y cultura en época de los Reyes Católicos**. Valladolid: Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía, 2015. p.18.

⁶⁷² Essas cartas foram parcialmente transcritas por: DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)**. Madri: Fundación Santa María, 1993. p. 315-316.

Lucio Marinero Sículo, por sua vez, professor da universidade de Salamanca entre 1496 e 1498, foi convidado pela rainha, em 1499, a também contribuir com seus conhecimentos na formação dos nobres das famílias mais distintas do reino, ensinando-lhes o necessário para formar parte da corte real, a saber: as artes liberais, os serviços da corte, os cuidados com o corpo, as boas maneiras e o latim.⁶⁷³ Já António de Nebrija, que em viagem às terras italianas havia aperfeiçoado seus conhecimentos do latim clássico⁶⁷⁴ e que ocupava a cátedra de gramática na universidade de Salamanca desde 1476, foi solicitado pela rainha, em 1486, por intermédio do prelado Hernando de Talavera, para que realizasse a tradução do latim para o castelhano das *Instrucciones latinae*. Gramática latina elaborada por Nebrija em 1481.⁶⁷⁵ Dos motivos apontados por Nebrija para justificar seu trabalho de reunir em uma mesma obra as versões latina e vernácula, ele destacava o público para o qual ela era destinada, ou melhor, “aos que sabiam e queriam saber”, “aos que ensinavam e aprendiam”, “aos que esqueceram o que algum tempo souberam” e àqueles que gostariam de “novamente aprender”. Ao que Nebrija acrescentava o que ele atribuía ser, aos olhos da rainha Isabel, o maior proveito do seu trabalho, ou seja: permitir às “mulheres religiosas e virgens dedicadas a Deus, sem participação dos varões, conhecer algo da língua latina”.⁶⁷⁶

Ora, não se pode esquecer de que o conhecimento da língua latina no século XV, e mesmo antes, embora fosse apanágio de poucos, sobretudo dos clérigos, servia fundamentalmente à comunicação entre os reinos, integrava a educação nobiliárquica e universitária, mas, fundamentalmente, constituía parte da formação religiosa. Certamente, para a rainha, o conhecimento do latim proporcionava não apenas facilidade para lidar com os assuntos referentes à política externa do reino, mas também para que ela pudesse ler as obras clássicas, os textos sagrados, os hinos, os salmos e as horas, ou seja, para que pudesse realizar as práticas que integravam a sua ação política, a sua observância religiosa e seu gosto por estudos clássicos. Desse modo, o esforço dispensado por Isabel ao florescimento do latim e das

⁶⁷³ DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)**. Madri: Fundación Santa María, 1993. p. 316.

⁶⁷⁴ Depois de realizar seus estudos de humanidades na universidade de Salamanca, Nebrija foi, no ano 1460, à Itália completar sua formação em diversas universidades e no colégio de San Clemente, em Bolonha. DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)**. Madri: Fundación Santa María, 1993. p.87.

⁶⁷⁵ A primeira versão dessa gramática foi endereçada a Pero González de Mendoza e teve a meta de, segundo Nebrija, oferecer um remédio à ignorância dos homens do reino em relação ao latim. IANUZZI, I. Talavera y Nebrija. Lenguaje para convencer, gramática para pensar. **Hispania**, Espanha, v. LXVIII, n. 228, p. 40, 2008.

⁶⁷⁶ NEBRIJA, A. **Introducciones latinas, contrapuesto el romance al latin, para que con facilidad puedan aprender todos y principalmente las religiosas y otras mujeres dedicadas a Dios, para que este fin mandó hacer S.A. la Reyna Catolica Doña Isabel al maestro Antonio de Nebrija**. Madri: Imprenta de D. Joachin de Ibarra, 1773, p. IV. Disponível em: <http://trobes.uv.es/tmp/webpac2_1515635.25421>. Acesso em 17 mar. 2015.

traduções para o vernáculo colocava em relevo, nesta ordem, o desejo dela de que, de uma parte, os nobres e oficiais régios fossem habilitados a lidar com aquela língua e com as atividades ligadas a ela e, de outra, que algumas mulheres do reino, conjuntamente àqueles que restritivamente tinham domínio sobre o latim, também tivessem acesso aos saberes elaborados nessa língua e, por conseguinte, pudessem reforçar suas práticas religiosas.⁶⁷⁷ Como julgava Nebrija, se o conhecimento da língua, e particularmente do latim, era importante porque permitia aos seus conhecedores se esquivarem dos “erros de compreensão” que rondavam a leitura dos textos antigos e coevos, as traduções apresentavam um grande potencial pedagógico, visto que ajudavam na difusão do saber.⁶⁷⁸ Em outras palavras, Nebrija considerava que o conhecimento do latim permitia, dentre outras coisas, a retomada pelos religiosos, juristas, médicos e pelas mulheres de seu tempo, respectivamente, dos textos fundadores da doutrina católica, da compreensão dos códigos romanos, dos ensinamentos antigos, que haviam inicialmente inspirado os cuidados com o corpo e, por fim, das letras, em que “floresceram” algumas “santas fêmeas” antigas, tais como: “Paula, Marcela e Julia”. Já o conhecimento do castelhano⁶⁷⁹ possibilitava uma maior divulgação desses saberes entre aqueles que, em grande medida, não tinham domínio sobre o latim e que, como a maioria das mulheres, dependiam dos “varões” conhecedores dessa língua para terem acesso aos saberes preparados nela.⁶⁸⁰

⁶⁷⁷ MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M. **Trasmisión y difusión de la literatura caballeresca**. Doce estudios de recepción cultural hispánica (siglos XIII-XVII). Lleida: Ediciones de la Universidad de Lleida, 2013. p. 77-78. SALVADOR MIGUEL, N. **Isabel La Católica**. Educación, mecenazgo y entorno literario. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008. p. 189 e 211.

⁶⁷⁸ Nebrija questionava-se sobre a impossibilidade de os homens conhecerem, sem o latim e a gramática, os autores que fundaram a religião católica, assim como indagava sobre o conhecimento dos juristas e dos médicos que desconheciam as versões latinas dos textos fundadores do direito e da medicina antigos. IANUZZI, I. Talavera y Nebrija. Lenguaje para convencer, gramática para pensar. **Hispania**, Espanha, v. LXVIII, n. 228, p. 44, 2008.

⁶⁷⁹ Os traços ético, religioso e pedagógico do humanismo espanhol haviam sido acompanhados por outro caráter específico: a atenção especial à língua vernácula. Os humanistas espanhóis teriam privilegiado mais a divulgação que a erudição, dado que consideravam que o saber necessário à vida e ao governo da própria existência deveria ser comunicado a todos. CÁRCELES LABORDE, C. **Humanismo y Educación en España (1450-1650)**. Pamplona: EUNSA, 1993. p.46.

⁶⁸⁰ NEBRIJA, A. **Introducciones latinas, contrapuesto el romance al latin, para que con facilidad puedan aprender todos y principalmente las religiosas y otras mujeres dedicadas a Dios, para que este fin mandó hacer S.A. la Reyna Catolica Doña Isabel al maestro Antonio de Nebrija**. Madri: Imprenta de D. Joachin de Ibarra, 1773, p. IV. Disponível em: <http://trobes.uv.es/tmp/webpac2_1515635.25421>. Acesso em 17 mar. 2015.

É importante lembrar que esse potencial de difusão foi mais de uma vez explorado por Nebrija.⁶⁸¹ Em 1492, por exemplo, ele endereçou à rainha a primeira⁶⁸² *Gramática de la lengua Castellana*, destacando “a indústria, o trabalho e a diligência” com que Isabel havia se dedicado a divulgar o vernáculo, apoio que, segundo Nebrija, só encontrava paralelo nas “iniciativas” tomadas no passado pelo “rei Afonso, o sábio”, soberano que, nas palavras do gramático, havia cuidado para que fossem “escritas em vernáculo as *Siete Partidas*” e a “*General Estoria*”, bem como havia trabalhado para que fossem “transpostos” para o castelhano “muitos livros do latim e do árabe”.⁶⁸³ Conforme destacava Nebrija, a justificativa da elaboração dessa gramática lhe havia sido dada pelo bispo de Ávila e confessor dos reis católicos, Hernando Talavera, prelado responsável pela apresentação e defesa dos projetos desse gramático à rainha Isabel. De acordo com Nebrija, Talavera considerava fundamentais dois aspectos dessa gramática: por um lado, possibilitar “aos povos bárbaros” e às “nações de peregrinas línguas”, quando eles estivessem sob o poder da rainha Isabel, aprenderem, através do castelhano, as leis do “vencedor”; por outro, alertar aos “viscaínos, navarros, franceses, italianos e todos os outros”, que tivessem “algum trato e conversação com Espanha”, da necessidade do castelhano, para que, “desde pequenos” ou pela “consulta” dessa gramática, fossem inimigos ou amigos, todos pudessem aprender com ela.⁶⁸⁴ Como se pode perceber, Hernando de Talavera e Antonio de Nebrija reconheciam o valor da palavra como instrumento capaz de organizar e unificar o reino, bem como pareciam concordar sobre o relevante papel do vernáculo na educação e disciplina dos súditos. Reconhecimento que, diga-se de passagem, ganhava maior peso sobretudo porque já se apresentava no horizonte de expectativas desses homens⁶⁸⁵ o traço de novas rotas que abririam caminho a outros povos e terras, redefinindo, por conseguinte, os limites do reino.

⁶⁸¹ O rei Fernando III (1230-1252) já havia declarado o castelhano como língua oficial da real chancelaria, bem como havia decretado que os documentos e leis fossem expedidos em vernáculo. Nesse mesmo sentido, o seu filho, o rei Afonso X, havia ordenado que, nas decisões judiciais, prevalecesse a língua castelhana. Por isso, desde o século XIII, era comum entre os nobres do reino o conhecimento maior do vernáculo ao do latim. DELGADO CRIADO, B. (Coord.). *Historia de la Educación en España y América. La educación en la Hispania Antigua y Medieval*. Madri: Fundación Santa María, Ediciones SM, 1992. p.658.

⁶⁸² Embora a gramática de Nebrija tenha sido a primeira publicada com o apoio régio, tem-se notícia de que a *Gramática de Palacio*, também produzida no âmbito da Universidad de Salamanca, teria circulado alguns anos antes da produção nebrijense. GÓMEZ MORENO, A. Gramática de Palacio: Un nuncio de Nebrija. *Revista de Literatura Medieval*, n. I, p. 41-51, 1989.

⁶⁸³ NEBRIJA, A. *Gramática de la lengua castellana*. Edição preparada por A. Quilis. Madri: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1992. p. 14-15.

⁶⁸⁴ *Ibid.*, p. 17.

⁶⁸⁵ Hernando de Talavera integrou, a pedido da rainha Isabel, a junta que se reuniu em Salamanca, no ano de 1486, para a análise da viagem de Colombo. Nesse mesmo ano, Talavera apresentou Antonio de Nebrija e a gramática elaborada por ele à rainha. Ademais, esse prelado auxiliou nesse empreendimento marítimo arrecadando fundos junto à Santa Irmandade. IANNUZZI, I. *El poder de la palabra en el siglo XV*: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009. p.261.

Logo, conforme havia declarado Nebrija na sua gramática⁶⁸⁶, a língua não deveria ser considerada senão “companheira do império”.⁶⁸⁷

Hernando de Talavera (1428-1507), titular da cátedra de teologia da universidade de Salamanca (1463-66), prior do monastério de Santa Maria del Prado de Valladolid (1466), bispo de Ávila (1486) e Arcebispo de Granada (1493), também traduziu as expectativas da rainha de que alguns textos fossem vertidos para o vernáculo e de que, com isso, alguns do reino, acima de tudo as mulheres, conseguissem ter acesso a eles. Na tradução para o castelhano que preparou do *Vita Christi*, texto escrito inicialmente em catalão por Francesc de Eiximenis (1324-1409), Talavera alertava sobre a importância dessa tradução, destacando que, ao passo que o vernáculo facilitava a leitura e/ou audição dessa obra por um número maior de pessoas, igualmente contribuía no aprendizado mais claro daquilo que, reunido nesse texto, deveria ser imitado e seguido, pelos leitores e/ou ouvintes, a propósito da “santa doutrina”.⁶⁸⁸ Além disso, Talavera, atendendo às expectativas da rainha e de alguns prelados de que fosse promovida uma reforma religiosa e moral no reino⁶⁸⁹, havia enfatizado na *Suma y Breve compilación* – dirigindo-se particularmente às religiosas de São Bernardo de Ávila e, de modo geral, a todas as religiosas do reino – a importância de que os textos atinentes aos estudos dessas mulheres estivessem em vernáculo. Segundo considerava Talavera, as religiosas não só poderiam “aproveitar e entender” melhor as “leituras” se elas estivessem em “romance”⁶⁹⁰, mas sobretudo, nessa forma, elas teriam melhor entendimento das noções elaboradas por aqueles que Talavera julgava serem autoridade em matéria de religião e, portanto, produtores de textos recomendáveis à leitura dessas mulheres. Nesse sentido, esse prelado indicava a elas as leituras

⁶⁸⁶ Nebrija teria buscado inspiração para a associação entre língua e império nas ideias de Lorenzo Valla (*Elegantiae linguae* – 1444) especialmente naquelas sobre a responsabilização do latim pela sobrevivência do império romano, mesmo após o aumento das migrações bárbaras. Para Valla, a propagação do latim teria ajudado a disseminar o direito e a cultura dos antigos, ainda que o império romano tivesse deixado de existir fisicamente. Assim, Nebrija considerava que a Espanha necessitava da língua para propagar a sua influência política. PÉREZ, J. **Isabel y Fernando**: los Reyes Católicos. Hondarribia: Editorial Nerea, 1997. p. 239.

⁶⁸⁷ NEBRIJA, A. **Gramática de la lengua castellana**. Edição preparada por A. Quilis. Madri: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1992. p.17.

⁶⁸⁸ Primer volumen de *vita Christi* de fray Francisco Xymenes, corregido y añadido por el arzobispo de Granada, BNM, Inc. 1126 e Inc. 1885 apud IANUZZI, I. **Talavera y Nebrija**. *Lenguaje para convencer, gramática para pensar*. Hispania, Espanha, v. LXVIII, n. 228, p. 54-53, 2008.

⁶⁸⁹ Dos projetos colocados em prática pelos reis católicos podemos incluir a reforma dos costumes clericais, a boa gestão dos estabelecimentos religiosos, além da reforma moral daqueles que integravam a corte. A autorização papal para a reforma religiosa foi concedida em julho de 1493, a partir desse ano, os reis puderam nomear os prelados, atribuindo a cada um deles a responsabilidade por uma ordem. CODET, C. Introducción. In: TALAVERA, H. *Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila*. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. **Memorabilia**, n. 2, p. 25, 2012.

⁶⁹⁰ TALAVERA, H. *Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila*. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. **Memorabilia**, n. 33, p. 25, 2012.

dos textos de Santo Agostinho, São Gregório e São Boa Ventura, aos quais Talavera acrescentava inclusive, por seus esforços de apresentar conselhos às mulheres, o nome de Francesc Eiximenis.⁶⁹¹ Com efeito, essas considerações são representativas dos motivos que conduziram Hernando de Talavera a apresentar e apoiar, junto da rainha Isabel, os projetos de Antonio de Nebrija ligados à importância do latim e, acima de tudo, daqueles relacionados à divulgação das versões em vernáculo. Assim como Nebrija, Talavera apreciava o valor da vulgarização dos textos com vistas à difusão da palavra, pois considerava que, através dela, os fiéis e súditos poderiam aprender a ser virtuosos e exemplares, além de se preparem melhor para desempenhar as funções para as quais haviam nascido ou aquelas que estavam mais propensos a realizar. Por isso esse prelado havia se empenhado tanto em promover a tradução ou a produção de textos endereçados à educação das mulheres, do mesmo modo que havia elaborado, por seus próprios esforços, algumas cartilhas em vernáculo para catequizar os fiéis cristãos, e havia concedido incentivos para o preparo de outras cartilhas escritas em árabe, na tentativa de converter à fé cristã os muçulmanos do reino.⁶⁹²

3.1.3- O florescimento da tipografia e dos centros educativos

Somam-se, a esses esforços de divulgação da palavra escrita e de valorização da instrução, outros, como a introdução da imprensa e a aprovação, pelos reis, da pragmática de 1480, assim como a criação de alguns centros educativos. Sabe-se que a técnica da impressão⁶⁹³ chegou às terras hispânicas no começo dos anos 70 do século XV, e que as *Constituciones*

⁶⁹¹ Talavera indica às religiosas a leitura de *Llibre de les Dones*, *Vita Christi* e *De natura angélica*, escritos por Eiximenis. CODET, C. Introducción. In: TALAVERA, H. Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. **Memorabilia**, n. 2, p. 17, 2012. ARCHER, R. **The problem of woman in Late-Medieval Hispanic Literature**. Suffolk: Tamesis, 2005. p. 64-65.

⁶⁹² A *Breve doctrina y enseñanza que ha de saber y poner en obra todo cristiano y cristiana. En la cual deven ser enseñados los moçuelos primero que en otra cosa* foi escrita por Talavera, no ano de 1496, em Granada. Além de trazer, nas suas oito folhas, um conjunto de orações em vernáculo, indicava qual deveria ser a conduta dos cristãos nos atos e ofícios da igreja, explicava os sacramentos, os mandamentos, as obras de misericórdia, os pecados capitais, assim como destacava as obrigações do jejum, do dízimo e dos votos. Para a conversão dos árabes, Talavera havia pedido a alguém, próximo a ele, que escrevesse a *Arte para ligeramente saber la lengua aráviga*. IANNUZZI, I. **Educar a los cristianos**: Fray Hernando de Talavera y su labor catequética dentro de la estructura familiar para homogeneizar la sociedad de los Reyes Católicos. Nuevo Mundo. In: Colóquio Família y organización social en Europa y América siglos XV-XX Murcia-Albacete 12-14, s/p., dez. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/19122>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

⁶⁹³ Sobre essa questão em âmbito europeu ver: JEAN MARTIN, L. **Historia y poderes de lo escrito**. Gijón: Ediciones Trea, 1999. p. 252.

Sinodales, do Sinodal de Aguilafuente, em Segóvia, foi o primeiro texto a ser impresso, em 1472, pelo tipógrafo alemão Juan Parix de Heidelberg.⁶⁹⁴ Ainda sob os cuidados deste tipógrafo e ilustrativo de outras demandas, dentre elas, aquelas ligadas às universidades e aos profissionais do direito, foram publicadas: *Expositiones Nominum Legalium* e *Commentarium in symbolum quicumque vult* (Pedro Osma), *Modus Confitendi* (Andreas Escobar), *Singularis Iuris* (Pontano) e *Repertorium Iuris*. Tem-se notícias de que, entre 1472 e 1477, a tipografia passou a ser praticada em Segóvia, Valência, Barcelona, Zaragoza, Tortosa, Sevilha, Burgos, Salamanca, Zamora, Toledo, dentre outras cidades. Hernando de Talavera, de sua parte, cuidou para que a primeira tipografia de Valladolid fosse instalada em 1480⁶⁹⁵, do mesmo modo que, ao ser nomeado arcebispo de Granada, atraiu para aquela cidade dois impressores alemães, que, a propósito, já realizavam alguns trabalhos de impressão em Sevilha, a saber: Meinardo de Ungut e Juan Pegnitzer.⁶⁹⁶ Além do apoio concedido pelos clérigos e pelas universidades ao desenvolvimento da imprensa, os reis católicos igualmente contribuíram no fomento à impressão de textos históricos, civis, religiosos e de caráter político.⁶⁹⁷

É certo que, desde o reinado de Juan II, o livro já gozava, conforme as leis do reino, dos favores reais. De acordo com os registros do recolhimento dos tributos régios referentes a 1430, ao livro se juntavam “as armas, os cavalos, os potros, as mulas, o pão cozido e as pérolas”, dentre os tipos de coisas que, “vendidas ou compradas”, não exigiam o pagamento das “alcabalas”.⁶⁹⁸ Durante o reinado dos reis católicos, por sua vez, as isenções de 1430 foram retomadas. Os livros continuaram isentos das “alcabalas” independentemente da língua em que fossem escritos, “latim ou romance”, e sem restrições a propósito da forma em que eram preparados, isto é, fossem eles “encadernados, escritos à mão ou em molde”. Aspecto que denotava o recente desenvolvimento da imprensa no reino.⁶⁹⁹ Todavia, somente em 1480 realmente se estabelece a primeira lei relativa à tipografia. De acordo com a pragmática sancionada pelos reis, em 1480, pelo fato de esses soberanos considerarem “proveitoso e

⁶⁹⁴ Cf. MONSALVO ANTÓN, J. M. *La Baja Edad Media en los siglos XIV-XV*. Política y Cultura. Madri: Editorial Síntesis, 2005. p. 180.

⁶⁹⁵ Implantou a imprensa dentro do Monastério del Prado e a utilizou principalmente para imprimir bulas de cruzadas e determinadas indulgências. IANNUZZI, I. *El poder de la palabra en el siglo XV*. p. 140.

⁶⁹⁶ CASTRO, T. Hernando de Talavera. In: TALAVERA, H. *El tratado sobre vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera*. Edição e comentários de Teresa de Castro. *Espacio, Tiempo y Forma*. Revista de Historia Medieval, serie III, t. 14, p. 13, 2001.

⁶⁹⁷ LÓPEZ-VIDRIERO, M. L. La imprenta y los libros. In: VADEÓN BARUQUE, J. (Ed.). *Arte y Cultura en la época de Isabel la Católica*. Valladolid: Instituto Universitario de Simancas y Ámbito ediciones, 2003. p. 115-117.

⁶⁹⁸ MOXO, S. Los cuadernos de alcabalas. Origen de la legislación tributaria castellana. *Anuario de Historia del Derecho Español*, n. 39, 1969, p. 341.

⁶⁹⁹ *Ibid.*, p. 342.

honroso que a seus reinos fossem trazidos livros de outras partes”, já que era através deles que “os homens letrados” do reino eram preparados, os reis ordenavam que sobre os livros não recaísse nenhum tipo de tributo. Dito de outro modo, consoante as palavras dos monarcas citadas na pragmática, como alguns comerciantes, “naturais e estrangeiros”, regularmente produziam ou traziam ao reino “bons e muitos livros” para “o proveito universal” e “enobrecimento dos reis”, pedia-se que eles fossem livres de qualquer encargo.⁷⁰⁰ Como é possível perceber, o apoio ao comércio e à produção dos livros concedido por Fernando e Isabel permitia uma fluida entrada, circulação e venda deles, não apresentando, pelo menos inicialmente, nenhuma preocupação a respeito dos temas tratados.⁷⁰¹ Ao contrário, nessa pragmática de 1480, o que parece sobressair é muito mais o aspecto dignificante e edificante dos livros, bem como as possibilidades que a sua divulgação apresentava aos povos do reino, especialmente aos reis, de acrescentarem os seus saberes.⁷⁰² No entanto, é importante lembrar que a retomada da Inquisição em 1478, através da bula *Exigir sinceras devotionis affectus*, expedida pelo papa Sisto IV, a pedido de Fernando e Isabel, assim como a atuação mais efetiva dos inquisidores na restrição de algumas leituras, impulsionou os reis a reverem a pragmática de 1480 e, por conseguinte, a sancionarem uma outra em 1502, restringindo qualquer preparação ou venda de livros sem a autorização régia.⁷⁰³ Destarte, do apoio deliberado às letras e à circulação dos livros, os reis católicos passaram a controlar, no século XVI, com o auxílio dos arcebispos de Toledo, Sevilha, Granada, Burgos e Salamanca⁷⁰⁴, assim como dos presidentes das Audiências de Valladolid e Granada, todos os livros produzidos e de cujos autores era conhecida a vontade de colocá-los em circulação.⁷⁰⁵

No que diz respeito à criação e à proteção dos centros educativos, não se pode esquecer de que muitos deles foram estabelecidos, ou mesmo começaram a ganhar relativa importância

⁷⁰⁰ PASCUAL, P. **Las pragmáticas y la industria editorial española en el reinado de Felipe II**. Madri: Parteluz, 1998, p. 403.

⁷⁰¹ Ibid., p. 404.

⁷⁰² O livro foi visto como símbolo do poder régio e daqueles que viviam na corte. Ademais, ele foi considerado uma importante ferramenta para as tarefas pedagógicas e docentes, para a instrução piedosa e devocional, bem como parte para os divertimentos e construção da legitimidade dos poderes. FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, L. Los espacios del conocimiento en palacio: de las arcas de libros a las bibliotecas cortesanas en el reino de Castilla. **Anales de Historia del Arte**, v. 23, n. II, p. 110, 2013.

⁷⁰³ LUCÍA MEGÍAS, J. M. **Los Libros de Caballería y la imprenta**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/los-libros-de-caballeria-y-la-imprenta/html/c15cee2f-a7a5-476e-b585-07b7f57f37ca_2.html#I_2>. Acesso em: 06 abr. 2015.

⁷⁰⁴ Em 1486 e 1501, respectivamente os papas Inocêncio VIII e Alexandre IV, haviam alertado para o fato de que a imprensa deveria estar a serviço da fé, por isso, destacavam a necessidade do cuidado com relação à publicação de textos contrários à ortodoxia religiosa. GALENDE DÍAZ, J.C. El reinado de Isabel la Católica: un antes y un después en la Historia de la imprenta y del libro. **Cuadernos de Investigación Histórica**. Publicación del Seminario Cisneros de la Fundación Universitaria Española, Alcalá, n. 21, p. 85, 2004.

⁷⁰⁵ GARCÍA PEREZ, S. Imprenta y censura en España desde el reinado de los Reyes Católicos a las Cortes de Cádiz: Un acercamiento a la legislación. **Boletín de la ANABAD**, t. 48, n. 2, p. 198, 1998.

a partir dos auspícios dos reis católicos, dado que, dentre outras coisas, esses monarcas zelaram pela escolha de oficiais régios considerados confiáveis e aptos a lidar com a administração do reino e, portanto, buscaram candidatos cada vez mais preparados nos colégios maiores e nas universidades.⁷⁰⁶ Em Salamanca, por exemplo, o colégio de *San Bartolomé*, criado em 1401 por Diego de Anaya e Maldonado, presidente do conselho de Castela, conforme nomeação do rei Enrique III, preparava, desde aquela época, e principalmente durante o governo dos reis católicos, os futuros oficiais régios para lidarem com os ofícios das letras e com a doutrina religiosa. Pedro González de Mendoza, de sua parte, durante o reinado de Fernando e Isabel, tentou implementar esse modelo na universidade de Valladolid, criando, em 1484, o colégio maior de Santa Cruz, na tentativa de melhorar a formação espiritual e letrada dos homens do reino. Do colégio de San Bartolomé e da universidade de Salamanca, onde as doações régias possibilitavam a formação, até mesmo dos discentes pobres ingressantes, partiram aqueles que ocuparam os ofícios régios no século XV e que, em alguns casos, auxiliaram no assessoramento sobre questões colocadas pelos reis.⁷⁰⁷ Homens que, ao conjugarem o domínio das letras e as tarefas de governo, deveriam mostrar-se aptos a guiar e formar outros homens, a ministrar alguma cátedra na universidade, a produzir ou traduzir textos, a garantir o respeito ao governo dos reis, a zelar pelo cumprimento das leis, bem como representar os interesses do reino em diversas ocasiões, inclusive quando, por exemplo, fossem enviados aos concílios religiosos e às cortes estrangeiras na condição de embaixadores.⁷⁰⁸

As fundações da universidade de Alcalá de Henares (1499), do colégio maior de *San Ildefonso* e de outros colégios menores ligados a essa universidade, vêm compor os empreendimentos educativos fomentados no final do século XV e início do XVI. Embora, desde 1293, Alcalá contasse com um *studium generale* criado a partir dos esforços do rei Sancho IV, somente em 1499, um dos confessores da rainha Isabel, o cardeal de Toledo, Francisco Jiménez de Cisneros (1436- 1517), através de uma bula emitida pelo papa Alexandre VI, havia conseguido fundar a instituição, dotando-a de estrutura material e garantindo a oficialidade dos títulos dos discentes que se formavam nela. Nesses espaços, além de ser oferecido, até aos sacerdotes e estudantes pobres a possibilidade de, com o financiamento régio, continuar seus

⁷⁰⁶ CARAIBAS TORRES, A. M. Salamanca, académica palanca hacia el poder. In: ARANDA PÉREZ, F. J. (Coord.). *Letrados, juristas y burócratas en la España Moderna*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2005. p.26-27.

⁷⁰⁷ Juntas de especialistas foram formadas em Salamanca para deliberarem sobre algumas questões colocadas pelos reis católicos, a saber, aquelas que avaliaram: a viagem de Colombo, o Tratado de Tordesilhas e a propriedade das Ilhas Molucas. CARABIAS TORRES, A. M. Salamanca, académica palanca hacia el poder. In: ARANDA PÉREZ, F. J. (Coord.). *Letrados, juristas y burócratas en la España Moderna*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2005. p.30.

⁷⁰⁸ IANNUZZI, I. *El poder de la palabra en el siglo XV*. p. 58.

estudos, Cisneros⁷⁰⁹ e um conjunto de estudiosos trabalhavam em projetos de grande envergadura, tal como a elaboração da primeira *Biblia Políglota* escrita no reino. Obra que, por sinal, reunia versões do grego, latim, hebreu e caldeu dos textos sagrados.⁷¹⁰

A esses colégios, voltados fundamentalmente para a formação dos varões do reino, futuros clérigos e/ou oficiais régios, se juntou outro criado por Cisneros, também em Alcalá de Henares, no ano de 1509⁷¹¹, especificamente destinado às donzelas “pobres, da nobreza e de qualidade”.⁷¹² Organizados de forma a reservar às monjas terciárias franciscanas⁷¹³, do convento de *San Juan de la Penitencia*, os cuidados com a educação das donzelas e aos responsáveis pelo colégio de *San Ildefonso* a supervisão, o colégio das donzelas funcionava como centro docente e residência das mulheres. Nele, as pobres e órfãs, assim como as mulheres das nobres famílias, público para o qual ele havia sido criado, aprendiam a obter, acrescentar e manter certas virtudes que se acreditava terem sido praticadas por Santa Isabel de Hungria, protetora da ordem terceira de São Francisco. Santa que, segundo os relatos sobre sua vida, por ter vivenciado “a virgindade”, “a vida conjugal”, “a viuvez”, “a vida ativa e contemplativa”, “a profissão religiosa e a bem aventurança eterna”⁷¹⁴, apresentava às donzelas do colégio os exemplos das virtudes atinentes a cada um dos estados que elas poderiam alcançar. Ou seja, pela primeira vez no reino, ainda que com conotações monásticas, criava-se um espaço próprio para a educação das donzelas laicas, onde elas aprendiam a ser caridosas, pacientes, comedidas nas formas de comer, vestir e falar, atentas às tarefas manuais e às orações diárias, assim como encontravam oportunidade para seguir suas vidas futuras como exemplares esposas ou

⁷⁰⁹ As reformas fomentadas pelos reis católicos no âmbito das universidades receberam autorização do papa Alexandre VI, que as autorizou através da bula *Inter Caetera*. Através dela, Cisneros e Deza foram autorizados a implementar reformas nas universidades de Salamanca e Valladolid, bem como nos demais estudos gerais. DELGADO CRIADO, B. Política educativa. La educación durante el reinado Reyes Católicos. In: DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)**. Madri: Fundación Santa María, 1993. p.28.

⁷¹⁰ Ibid., p.25.

⁷¹¹ Entre 1498 e 1508, Cisneros, com a autorização dos reis, já planejava e vinha trabalhando para colocar em prática a criação do colégio de donzelas. GRAÑA CID, M. M. Mujeres y educación en la prerreforma castellana: Los colegios de doncellas. In: GRAÑA CID, M. M. (Ed.). **Las sabias mujeres: educación, saber y autoria (siglos III-XVII)**. Madri: A.C. Al-Mudayna, 1994. p.121.

⁷¹² ARANDA QUINTANILLA. P. M. **Archetipo de virtudes, espexo de prelados, el venerable Padre y siervo de Dios Fray Francisco Ximénez de Cisneros**. Palermo, 1653. p.188. Disponível em: <http://alfama.sim.ucm.es/dioscorides/consulta_libro.asp?ref=B18754715&idioma=0>. Acesso em 08 abr. 2015.

⁷¹³ As mulheres que compunham essa ordem eram, na maioria das vezes, antigas beatas. O incentivo à composição dessa ordem menor ocorreu em um contexto de reforma religiosa no reino, ou seja, submeter as comunidades de mulheres religiosas às regras de uma ordem criada e regulamentada pela Igreja foi uma das formas encontradas pelos reformadores de conduzir e regular essas manifestações de religiosidade professadas por mulheres. GRAÑA CID, M. M. Mujeres y educación en la prerreforma castellana: Los colegios de doncellas. In: GRAÑA CID, M. M. (Ed.). **Las sabias mujeres: educación, saber y autoria (siglos III-XVII)**. Madri: A.C. Al-Mudayna, 1994. p. 126.

⁷¹⁴ VORÁGINE, J. **La leyenda dorada**. Madri: Alianza Editorial, 2005. p. 730.

monjas.⁷¹⁵ Espaço que, ademais, serviu de exemplo para a fundação de outros colégios de donzelas, guardadas as especificidades deles, como os que foram criados em Toledo (1514), Guadalajara (1524) e Cifuentes (1527), a partir do apoio concedido pelas famílias de grandes nobres, pelas autoridades eclesiásticas, pelos conselhos das cidades. E, no caso dos colégios de Guadalajara e Cifuentes, pela iniciativa de algumas mulheres da alta nobreza.⁷¹⁶ Logo, ao passo que as universidades e alguns colégios eram gradativamente concebidos como espaços favoráveis à formação dos clérigos e dos homens do reino – futuros letrados pretendentes aos cargos régios e/ou eclesiásticos –, os colégios de donzelas eram vistos como espaços propícios para a formação moral e prática das donzelas, futuras esposas, viúvas e religiosas.

Como se pode ver, a partir do percurso até aqui trilhado, foi crescente a valorização da instrução dos homens e das mulheres no reino castelhano, tendo-a fomentado algumas medidas e posicionamentos adotados pelos reis do século XV, especialmente pela rainha Isabel. Monarca que, por sinal, se notabilizou, conforme indicações daqueles que procuraram descrevê-la, dentre eles o cronista Andrés Bernáldez (1450-1513), por seu “poder, sua prudência e sabedoria”.⁷¹⁷ E que também foi lembrada por outros cronistas e escritores pelos seus esforços no sentido de oferecer incentivos à formação de seus filhos e filhas, daqueles e daquelas que compuseram a sua corte, ou ainda às instituições que preparavam para o futuro os varões e donzelas do reino.⁷¹⁸ Como salientava o tradutor de um dos textos do catalão Francesc Eiximenis, no *Carro de las Donas* (1542)⁷¹⁹, Isabel tinha se esforçado tanto para “criar seu filho e suas filhas” em

⁷¹⁵ Embora não haja indicação, na maioria dos registros dos colégios de donzelas, de que as mulheres aprendessem a ler e a escrever neles, alguns estudos e fontes do século XVI indicam que elas recebiam algumas instruções nesse sentido. Segundo a *Real Cédula de confirmación y ampliación de las Constituciones y Nuevas Ordenanzas del Colegio de Doncellas Nobles de Toledo*, de 1566, as mestras deveriam ensinar às donzelas a leitura e a escrita, podendo a reitora do colégio escolher algumas donzelas, já aptas nessas tarefas, como ajudantes das outras não aptas. AGUADO, A. M.; CAPEL, R.M.; GLEZ, T.; CLABET, C.; MTNEZ; LÓPEZ, M. **Textos para la historia de las mujeres en España**. Madri: Ediciones Cátedra, 1994, p.244.

⁷¹⁶ Foram criados respectivamente sob os auspícios de dona Brianda de Mendoza y Luna e dona Isabel de Silva. GRAÑA CID, M. M. Mujeres y educación en la prerreforma castellana: Los colegios de doncellas. In: GRAÑA CID, M. M. (Ed.). **Las sabias mujeres**: educación, saber y autoría (siglos III-XVII). Madri: A.C. Al-Mudayna, 1994. p. 127.

⁷¹⁷ BERNÁLDEZ, A. Historia de los reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel. In: **Crónica de los Reyes de Castilla desde Alfonso X hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel**. Edição preparada por Don Cayetano Rosell. Madri: Rivadeneyra Editor, 1878. t. III, Cap. CCII, p. 722.

⁷¹⁸ Muito teria contribuído essa rainha para a fundação do Monastério de la Concepción, em 1489, por Beatriz de Silva. SALVADOR MIGUEL, N. **Isabel La Católica**. Educación, mecenazgo y entorno literario. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008. p. 27-28.

⁷¹⁹ Essa tradução, ou mesmo, essa adaptação (já que há acréscimos e cortes) para o castelhano do texto de Francesc Eiximenis, *Llibre de les dones* (1388), foi publicada em Valladolid em 1542 e dedicada à rainha de Portugal, dona Catarina da Áustria. A despeito do anonimato do tradutor, acredita-se que ele foi o padre de Carmona, confessor de Adriano VI. Antes dessa tradução, o texto de Eiximenis circulou no reino em catalão e castelhano, tendo feito parte dos títulos que compuseram o acervo da rainha católica e de Hernando de Talavera. **Carro de las donas**. Adaptación del Llibre de les dones de Francesc Eiximenis O.F.M. realizada por el P. Carmona O.F.M. Estudio e edición de Carmen Clausell Nácher. Madri: Fundación Universitaria Española. Universidad Pontificia de Salamanca, v. I, p. 11-14, 2007.

conformidade com a “católica e cristianíssima religião, dotando-os de mestres” que os instruissem na “vida e nas letras”, quanto para que as “damas e mulheres de sua casa” se consagrassem à “perfeição e santidade”.⁷²⁰ A propósito desse último aspecto, o cronista Hernando del Pulgar (1436- 1493) frisava que “não se podia ler em nenhuma crônica” do reino, retomando a história das outras rainhas, prática semelhante àquela que havia caracterizado o governo da rainha Isabel, a saber: “criar em seu palácio donzelas nobres, filhas dos grandes de seus reinos”, guardando-as e dotando-as de “grandes mercês” para que se casassem bem. Ao que esse cronista acrescentava como mais uma das peculiaridades do reinado de Isabel “as tantas súplicas” da monarca “ao Papa”, em favor dos “homens generosos, letrados e de vida honesta”.⁷²¹ Vejamos, pois, quais foram os parâmetros da valorização da educação no reino castelhano e qual lugar concedido neles às mulheres.

3.2 – Dos diálogos da nobreza castelhana com o que vinha de fora

3.2.1- Da estima pela antiguidade

Desde as primeiras décadas do século XV, os problemas que envolveram o Papado, dividido entre Roma e Avignon, tinham fomentado uma nascente política externa castelhana,⁷²² uma vez que recorrentemente eram estabelecidos espaços diplomáticos e enviadas embaixadas castelhanas ao reino francês e às porções italianas, na tentativa de solucionar o cisma religioso. Assim, os diversos concílios, como os de Constança (1414-1418) e Basileia (1434-1439)⁷²³,

⁷²⁰ **Carro de las donas**. v. I, p. 419.

⁷²¹ PULGAR, H. **Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón**. Valladolid: Editorial Maxtor, 2011. p. 37.

⁷²² Durante o reinado de Juan II, as relações entre o reino castelhano e o reino de Granada se modificaram, passando elas a serem intermediadas pelos embaixadores e tradutores em reuniões diplomáticas, na tentativa de evitar os confrontos diretos. Assim, essa burocracia criada nesse período, para dar suporte à política externa, serviu de base para aquela que se desenvolveu mais largamente durante o reinado dos reis católicos. CAÑAS GALVEZ, F de P. La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la cancellería en las embajadas regias. **Anuario de estudios medievales**, n. 40/2, p. 706, jul/dez. 2010. Sobre a política externa dos reis católicos, ver: DEL VAL VADIVIESO, M. I. La política exterior de la monarquía castellano-aragonesa en la época de los reyes católicos. **I E**, n. 16, p. 11-27, 2006.

⁷²³ Organizado com a meta de colocar fim ao cisma religioso e, portanto, à divisão da cristandade entre mais de um papa, o Concílio de Constança resolveu essa questão aprovando a eleição do papa Martin V, o que fez a partir do reforço do protagonismo das teorias conciliaristas. Já os Concílios da Basileia, que posteriormente foram transferidos para Ferrara e Florença, notabilizaram-se pela liquidação dos planos conciliaristas, e, por conseguinte,

puderam ser vistos como espaços propícios para que os castelhanos se aproximassem de algumas questões candentes naquelas porções⁷²⁴, dentre elas: o interesse pelas referências gregas e romanas; a ampliação da autoridade do conhecimento das letras aos leigos; e a primazia da educação, ao ponto de considerá-la um dos maiores bens que se poderia alcançar.⁷²⁵ Dito de outra forma, a partir das relações estabelecidas nesses concílios, parece ter sido crescente entre os castelhanos o interesse pelos estudos das humanidades e por aqueles que os realizavam em terras italianas, tendo os castelhanos encontrado ensejo para aperfeiçoar, pelos contatos com os italianos, a visão dos textos clássicos. O desejo de estabelecer contatos com alguns italianos, através de missivas⁷²⁶, de garantir condições para que alguns mestres daquelas porções fossem até o reino compartilhar o que sabiam, e a vontade de realizar viagens até aquelas terras, com a finalidade de aprender e conhecer o que nelas era fomentado, foram, pode-se dizer, igualmente representativos da estima dos castelhanos aos temas que vinham, desde o século XIV, ganhando força naquelas porções territoriais.⁷²⁷

O clérigo Afonso de Cartagena, por exemplo, foi um dos que, ao participar do concílio da Basileia na condição de membro da embaixada enviada por Juan II, estabeleceram uma rede de comunicação, através de cartas intermediadas pelo bispo de Milão, Francesco Pizolpasso, com Leonardo Bruni, para que pudesse discutir as traduções que este havia feito, diretamente do grego, da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles.⁷²⁸ Outro que também aproveitou o ambiente dos concílios para estabelecer diálogos com o escritor florentino Giannozzo Manetti (1396-1459), aumentar seu acervo de livros pelo contato com os livreiros italianos, bem como encontrou ensejo para conhecer alguns temas discutidos naquelas terras e comunicá-los aos seus conterrâneos, especialmente a Íñigo López de Mendoza, foi Nuño de Guzmán (1410-1475?).⁷²⁹

pela reafirmação da primazia pontifícia. NIETO SORIA, J. M. **El Pontificado Medieval**. Madri: Arco Libros, 1996. p. 34-35.

⁷²⁴ Outro fator que favoreceu o contato com esses temas foi a eleição, pelos cardeais de Avignon, do aragonês Pedro de Luna ao papado. Pedro de Luna (Benedicto XIII), além de ter sido conhecido pelos benefícios e privilégios que concedeu às universidades da Espanha, também é lembrado pela cessão de postos em sua corte papal a professores e graduados provindos dessas universidades. DI CAMILLO, O. **El humanismo castellano del siglo XV**. Valencia: Fernando Torres editor, 1976. p.20.

⁷²⁵ CÁRCELES LABORDE, C. **Humanismo y Educación en España (1450-1650)**. Pamplona: EUNSA, 1993. p.38.

⁷²⁶ GONZÁLEZ ROLÁN, T. Los comienzos del Humanismo Renascentista en España. **Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca**, n. 9, p. 23-28, 2003.

⁷²⁷ A realização de viagens pela possibilidade que elas ofereciam aos nobres de aprenderem e conhecerem coisas novas foi comum durante o reinado de Juan II, tendo-as realizado: Pedro Tafur, Juan de Mena, Juan de Torquemada, dentre outros. MONSALVO ANTÓN, J. M. **Poder y cultura en la Castilla de Juan II**. p. 36.

⁷²⁸ FERNÁNDEZ GALLARDO, L. El en torno a los “studis humanitatis” en la Castilla del Cuatrocientos, Alonso de Cartagena y los autores antiguos. **En la España Medieval**, n. 22, p. 228, 1999.

⁷²⁹ ALVAR, C. Promotores y destinatarios de traducciones en Castilla durante el siglo XV. **CLCHM**, n. 27, p. 133, 2004. A despeito de vários autores citarem as relações mantidas entre Nuño de Guzmán e o marquês de Santillana, Fernando Gómez Redondo se contrapõe a essa informação. Para esse historiador, Guzmán, a despeito de ter sido responsável pelos contatos entre Castela e o mundo italiano, não foi próximo ao marquês, nem pertenceu

Quer dizer, cada vez mais, a par da formação buscada pelos nobres nas universidades, os ambientes aristocráticos e privados, assim como os círculos nobiliárquicos eram vistos por eles como lugares favoráveis às suas pretensões de formação.⁷³⁰ Aliás, como analisado anteriormente, as estreitas relações e os frequentes diálogos estabelecidos, não só entre os castelhanos e os estrangeiros, mas sobretudo entre alguns nobres castelhanos, como Afonso de Cartagena, Íñigo López de Mendoza e Fernán Pérez de Guzmán, haviam alimentado, durante o reinado de Juan II, a escrita de várias cartas e tratados, nos quais esses nobres buscavam discutir, dentre outras questões: os fundamentos da nobreza; as virtudes e os vícios das mulheres; a relação entre as armas e as letras; tal como as interpretações que eles faziam de alguns temas vindos de outras terras.⁷³¹ Questões que, por sinal, continuaram a ser debatidas e/ou promovidas, acrescidas de outras relacionadas à educação, à importância das letras, aos sentidos da felicidade, dentre tantas, por Juan de Lucena, Afonso Ortiz, Hernando del Pulgar, Alonso de Palencia, Pedro Gonzalez de Mendoza, Hernando de Talavera, e por outros nobres que escrevem ou concederam apoio aos escritos durante o governo dos reis católicos.

Dos círculos nobiliárquicos que se formaram em Castela, ao longo do século XV, o que se pode dizer, a partir dos registros deixados por aqueles que os integraram, é que não foi homogênea a maneira com que esses grupos lidaram com alguns temas vindos da Itália.⁷³² Em um deles, que reuniu o marquês de Santillana, Íñigo López de Mendoza (1398-1458)⁷³³ e outros nobres formados na universidade de Salamanca, conforme descrito por alguns homens do século XV, estabeleceu-se um ambiente profícuo para a apropriação das referências do mundo clássico e dos temas dos *studia humanitatis*, ao ponto de esses aspectos poderem ser considerados, por alguns nobres do Quatrocentos, como uma espécie de arma na luta contra a

a qualquer círculo cortesão. **Historia de la prosa medieval castellana.** Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2581.

⁷³⁰ MONSALVO ANTÓN, J. M. **Poder y cultura en la Castilla de Juan II.** p. 22.

⁷³¹ Há uma discussão entre os historiadores a propósito da existência de um humanismo castelhano no século XV. Se para Ottavio di Camillo e José Monsalvo Antón, por exemplo, o humanismo italiano foi característico da corte de Juan II, porque encontrou condições favoráveis, tendo se manifestado conforme as particularidades do reino e não segundo o padrão italiano (propagado na historiografia, a partir dos estudos de Jacob Burckhardt em *A cultura do Renascimento na Itália*); para historiadores como Fernando Gómez Redondo e Francisco Rico, alguns empecilhos políticos, para o primeiro, e as referências do padrão italiano, para o segundo, são impedimentos para se encontrar, no século XV, características humanistas na Espanha.

⁷³² SÉRES, G. **La autoridad literaria.** Círculos intelectuales y géneros en la Castilla del siglo XV. Bulletin hispanique, n. 109-2, p. 336, 2007. Disponível em: <<http://bulletinhispanique.revues.org/209>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

⁷³³ Filho do almirante Diego Hurtado de Mendoza e sobrinho do chanceler Pero López de Ayala, Íñigo López de Mendoza representou sua família durante o reinado de Juan II e Enrique IV. Participou da destituição e morte do condestável Álvaro de Luna. Através de sua proximidade a Enrique de Villena conheceu Dante e Virgílio, tendo auxiliado na divulgação dos saberes do humanismo italiano em Castela. Escreveu vários poemas, dos quais podemos citar: *Bías contra Fortuna*, *Comedieta de Ponza* e *Doctrinal de privados*. GERLI, M. **Poesía cancioneril castellana.**, p. 162.

ignorância. Conforme assegurava Gomez Manrique (1413-1491), um dos contemporâneos de Santillana, este nobre havia sido o primeiro a conseguir “congregar a ciência com a cavalaria e a armadura com a toga”.⁷³⁴ Diego de Burgos⁷³⁵, secretário de Santillana, de sua parte, igualmente tinha se preocupado em destacar essa característica do marquês no texto que encaminhara ao filho deste nobre, com o fito de consolá-lo após a morte do seu pai. Escrito em 1458, o *Triunfo del Marqués de Santillana* representava não só a defesa da superioridade do cavaleiro letrado, mas sobretudo os interesses do autor desse texto, Diego de Burgos, de continuar integrando a casa do marquês defunto e de respaldar seu lugar social, por meio das letras, dada sua origem conversa.⁷³⁶ Diego de Burgos, além de retomar a imagem exemplar do marquês pela consideração de que este teria harmonizado os ofícios das armas e das letras, o responsabilizava por ter “livrado” as “Espanhas” da “cega ignorância”. O que teria sido possível, segundo ele, graças ao fato de que Íñigo López de Mendoza⁷³⁷ havia trazido para as suas terras “a notícia” do “conhecimento do maior bem” que “poderia ser buscado pelos homens” na “vida mortal”: a “ciência”.⁷³⁸ Nas palavras do secretário, o marquês “por seus próprios estudos e destrezas”, “e com muitas obras” compostas por seus próprios esforços, teria buscado comparar e igualar os homens e as obras de sua “pátria” com “a glória dos famosos homens de Atenas, ou da Academia e também dos romanos”. O que teria feito graças à sua diligência de levar para suas terras várias “cópias de livros de todo o gênero de filosofia”, até então desconhecidas⁷³⁹, com o objetivo de ensinar “a muitos” e possibilitar aos “homens sábios” leituras proveitosas.⁷⁴⁰ Ora, o secretário de Santillana, nesses termos, além de frisar o relevante

⁷³⁴ GÓMEZ MANRIQUE, D. Cancionero. Edição com notas e Antonio Paz y Melia. Madri: Pérez Dubrull, 1885. t. II, p. 8. Disponível em: <<https://archive.org/details/cancionerodegm02manruoft>>. Acesso em: 22 abr. 2015. DI CAMILLO, O. *El humanismo castellano del siglo XV*. Valencia: Fernando Torres editor, 1976. p. 122.

⁷³⁵ Diego de Burgos (? – antes de 1515) pertenceu a uma família vinculada ao governo de Burgos e inclinada às letras. Foi secretário do marquês de Santillana e continuou, mesmo depois da morte do marquês, servindo a família desse nobre. Além do *Triunfo del marqués de Santilla*, escreveu alguns dizeres dirigidos a Afonso V, rei de Portugal; uma pergunta dirigida a Íñigo de la Cerda, uma resposta dirigida a uma pergunta realizada por de Peña; e a *Querelle de la fe*, obra que deixou inconclusa. GUTIÉRREZ CAROU, J. Dante en la poesía de Diego de Burgos. In: FORTUÑO LLORENS, S; MARTÍNEZ ROMERO, T. (Org.). *Actes del VII Congress de l'associació Hispànica de Literatura Medieval*. Castello de la Plana: Publicacions da Universidade Jaume I, 1999. p. 209. Disponível em: <<http://www.ahlm.es/IndicesActas/ActasPdf/Actas7.2/17.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

⁷³⁶ MORENO HERNÁNDEZ, C. *Retórica y Humanismo: El Triunfo del Marqués de Santilla (1458)*. Universidade de Valencia: Textos Lemir, 2008. p. 34.

⁷³⁷ Íñigo López de Mendoza, Afonso de Cartagena e Juan de Mena foram denominados por Juan de Lucena, no *Libro de la vida beata*, como os três petrarcas. LUCENA, J. Libro de la Vida Beata. In: PAZ Y MELIA, A (Ed.) *Opúsculos literarios de los siglos XIV a XV*. Madri: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892. p. 106-107.

⁷³⁸ BURGOS, D. El Triunfo del Marqués de Santilla (1458). In: MORENO HERNÁNDEZ, C. *Retórica y Humanismo: El Triunfo del Marqués de Santilla (1458)*. Universidade de Valencia: Textos Lemir, 2008. p. 135.

⁷³⁹ Integravam o acervo da biblioteca do Marqués de Santilla, dentre outros, alguns dos livros escritos por Giovanni Boccaccio. ALVAR, C. Boccaccio en Castilla: entre recepción y traducción. *Cuadernos de Filología italiana*, n. extraordinário, p. 333, 2001.

⁷⁴⁰ BURGOS, D. *El Triunfo del Marqués de Santilla (1458)*., p. 136.

papel do marquês pelo seu empenho de fazer conhecer certos textos, trazidos de outras terras, e por seus incentivos à instrução dos homens do reino, sobretudo daqueles que gravitavam em torno do seu círculo de influência, referia-se a López de Mendoza como um dos primeiros castelhanos responsáveis por ecoar uma máxima que, em terras italianas, já era comum desde o século XIV, a saber: o comprometimento dos homens letrados em vencer certa obscuridade dos saberes que eles julgavam própria do interregno entre o tempo em que viviam e a antiguidade clássica.⁷⁴¹

No entanto, outros nobres se aproximaram dos temas da antiguidade de outras formas, seja vislumbrando-os em uma perspectiva atemporal, glosando-os e combinando-os com as autoridades do medievo, seja alertando para os perigos que rondavam a leitura dos textos escritos por homens não cristãos.⁷⁴² Ilustrativo do primeiro caso e digno de menção, Enrique de Villena (1380- 1434)⁷⁴³, a despeito de sua tentativa de reunir os relatos da antiguidade sobre a figura mitológica de Hércules, nos *Doce trabajos de Hércules* (1417), o fez imitando os tratados medievais e interpretando os mitos clássicos segundo as expectativas dos seus leitores/ouvintes. Conforme indicava Villena, quem buscasse o seu texto poderia encontrar nele “estímulo” para fazer “valente” os “corações” e oportunidade para “imitar” os grandes feitos de Hércules. Dessa forma, endereçado especialmente aos cavaleiros⁷⁴⁴, esse texto podia ser visto como um manual da moral cavaleiresca, ou mesmo como um compêndio dos exemplos da antiguidade considerados ilustres, já que esse nobre associava cada um dos doze trabalhos de Hércules a doze estados, assim distribuídos: aos príncipes, prelados, cavaleiros, religiosos, cidadãos, comerciantes, lavradores, menestréis, mestres, discípulos, solitários e, por fim, às mulheres. Organizando o seu texto dessa forma, Villena interpretava, pois, os mitos referentes à figura de Hércules em um sentido prático, dado que, cada um dos estados do seu tempo poderia encontrar nos feitos daquele personagem algum tipo de exemplo.⁷⁴⁵ Nas palavras desse nobre, a propósito

⁷⁴¹ DI CAMILLO, O. **El humanismo castellano del siglo XV.**, p. 123.

⁷⁴² COLEMAN, J. **Ancient and medieval memories.** Studies in the reconstruction of the past. Reino Unido: Universidade de Cambrige, 1992. p.74.

⁷⁴³ Enrique de Villena nasceu da estirpe aristocrática mais elevada de Castela e Aragão, dado que foi neto de Enrique II de Castela e bisneto de Pedro (o cerimonioso) de Aragão, contudo morreu desprestigiado e teve sua biblioteca tomada e seus livros vistoriados (alguns deles queimados) durante o reinado de Juan II. Escreveu e traduziu textos a pedido do Marquês de Santilla, nobre para quem teria traduzido a *Divina Comédia de Dante* e a *Traducción y glosa de la Eneida*, primeira versão da obra de Virgílio feita na Espanha. VILLENA, E. **Los doce trabajos de Hércules.** Edição preparada e comentada por Pedro M. Cátedra e Paolo Cherchi. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2007. p. 94-96.

⁷⁴⁴ O texto de Villena foi escrito primeiramente em catalão, a pedido de Mosén Pero Prado, e depois em castelhano sob as instâncias do escrivão Juan Fernández Valera. GOMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana.** Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 2482-2483.

⁷⁴⁵ VILLENA, E. **Los doce trabajos de Hércules.** Edição preparada e comentada por Pedro M. Cátedra e Paolo Cherchi. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2007. p.20.

dos cavaleiros – associado ao segundo trabalho de Hércules, quer dizer, à tarefa de matar um leão –, a lembrança desse episódio servia aos cavaleiros coevos para ensiná-los a serem corajosos no “combate aos inimigos” e cientes da responsabilidade de “garantir da paz”.⁷⁴⁶ Aliás, frisava Villena que o seu texto servia como uma espécie de “espelho atual” para os cavaleiros, no sentido de que, por um lado, “movia” os corações deles a “não duvidarem da prática dos ásperos feitos das armas” e, por outro, os motivava a “empreender grandes e honradas competências”, tomando como referência as histórias passadas protagonizadas por Hércules.⁷⁴⁷ A propósito do estado das mulheres – associado ao décimo segundo trabalho, ou seja, à sustentação do céu por Hércules –, o nobre alertava sobre a semelhança entre o esforço do personagem mitológico e o empenho das mulheres de sustentar suas virtudes. Em outras palavras, de acordo com Villena, a insistência, “a fidelidade e a firmeza” de Hércules de continuar segurando o céu, mesmo diante da “cobiça dos gigantes de colocá-lo abaixo”⁷⁴⁸; ajudava os seus contemporâneos a se lembrarem de algo similar a respeito do estado das mulheres, a saber: a “perseverança” com que elas praticavam os bons costumes, mesmo sendo elas de “condição tão frágil e fraca”.⁷⁴⁹ Quer dizer, ao olhar para o passado, Villena partia de um horizonte de expectativa que se referia muito mais aos tipos de virtudes esperadas de cada um dos estados de seu tempo, no caso dos cavaleiros e das mulheres, respectivamente, as virtudes da valentia e da perseverança, do que daquele dos mitos da antiguidade. Logo, as alegorias míticas eram atualizadas por ele em conformidade com a proposta moral indicada a cada estado, dada a equivalência de significado estabelecida entre elas por ele.⁷⁵⁰

Já outros nobres, como Fernán Pérez de Guzmán, Alonso de Cartagena e Rodrigo Sánchez de Arévalo, a despeito de terem se envolvido direta ou indiretamente na tradução de textos da antiguidade, ou de terem, no caso dos dois últimos, conhecido de perto, nas terras italianas que visitaram como embaixadores, os homens doutos responsáveis pela retomada dos textos antigos, lembraram-se não só dos perigos que envolviam essas leituras, mas da necessidade de não sobrepô-las aos textos sagrados e aos escritos preparados pelas autoridades da igreja.⁷⁵¹ Nesse sentido, Fernán Perez de Guzmán, em um de seus poemas, alertava sobre os

⁷⁴⁶ Ibid., p.27.

⁷⁴⁷ Ibid., p.16.

⁷⁴⁸ Ibid., p.80.

⁷⁴⁹ Ibid., p.85.

⁷⁵⁰ Mais informações sobre a atualização das referências dos antigos pelos castelhanos do século XV, ver: FERNÁNDEZ LÓPEZ, J. Humanismo y comentario en la Castilla del siglo XV: Juan de Mena y Alonso de Cartagena. *Minerva*, n. 24, p. 17-30, 2011.

⁷⁵¹ A discussão sobre quem deveria ser considerado mais digno de autoridade, se os “pais da igreja” ou os homens da antiguidade, marcou a poesia de Gómez Manrique, Pero Guillen, Jorge Manrique, dentre outros. SÉRES, G. **La autoridad literaria**. Círculos intelectuales y géneros en la Castilla del siglo XV. *Bulletin hispanique*, n. 109-2, p. 366-367, 2007. Disponível em: <<http://bulletinhispanique.revues.org/209>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

perigos de se conceder peso à eloquência, tal como julgava terem feito os antigos, dizendo: “Não disse o apóstolo sejam bons falantes, / sigam a teoria de Quintiliano, / mas disse: caríssimos, sejam fazedores, / não imitadores, que é ato leviano”.⁷⁵² Alonso de Cartagena, de sua parte, em um tratado sobre as diversas formas com que se podia praticar a oração⁷⁵³, escrito provavelmente depois de 1454, a pedido de Fernán Pérez de Guzmán, salientava sua reprovação a que fosse anteposto à “santa fé” o “estilo antigo, gentil e pagão” dos gregos e romanos.⁷⁵⁴

De modo parecido, alguns episódios da vida de Rodrigo Sánchez de Arévalo⁷⁵⁵ como alcaide do castelo de *Sant'Angelo*, cargo para o qual havia sido nomeado pelo papa Paulo II, em 1464, foram representativos da oposição desse prelado ao posicionamento de alguns italianos. Em 1468, sob as acusações de insubmissão ao papa e de práticas pagãs, haviam sido encarcerados no castelo de *Sant'Angelo*, sob os cuidados de Sánchez de Arévalo, alguns importantes nomes dos *studia humanitatis* italiano, tais como: Platina, Pomponio Leto, Maffei, Campano, Fazini e Caffarelli. Homens com os quais Sánchez de Arévalo – em resposta aos pedidos que estes tinham-lhe feito em carta para que, junto do papa, interviesse por suas libertações – trocou diversas missivas, apresentando-lhes tratados teológicos, bem como palavras em defesa da maior autoridade dos textos sagrados e dos autores católicos, frente aos filósofos e escritores da antiguidade.⁷⁵⁶ Seguindo essa mesma linha de defesa, salientava Sánchez de Arévalo, em *De remediis afflictæ ecclesiæ*⁷⁵⁷, que dos males e das atribulações que atingiam a igreja em seu tempo, ele considerava, um dos maiores, o hábito de “muitos” lerem “dia e noite” “escritos mundanos e livros pagãos”, e “poucos” se dedicarem à leitura da “lei

⁷⁵² DÍEZ GARRETAS, M. J; DIEGO LOBEJÓN, M. W. **Un cancionero para Álvaro Garcia de Santamaría**. Diversas virtudes y vicios de Fernán Pérez de Guzmán. Tordesilhas: Universidad de Valladolid, 2000. p. 142.

⁷⁵³ Fernán Perez de Guzmán escreve a Alonso de Cartagena solicitando-lhe uma obra que lhe pudessem ajudar a enfrentar algumas atribulações. Assim, Cartagena escreve o *Oracional* a Pérez de Guzmán indicando-lhe a prática devocional como principal remédio. GOMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana**. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002. p. 3015-3016.

⁷⁵⁴ GONZALO-QUEVEDO ALONSO, S. **El Oracional de Alonso de Cartagena**. Valencia: Hispanófila, 1983. Cap. XXXV.

⁷⁵⁵ Enviado pelo rei Enrique IV a Roma como embaixador, Sánchez de Arévalo viveu nessa cidade desempenhando altas posições na cúria romana como *referendarius utriusque signature* (1458) e alcaide de *Sant'Angelo* (1464). Suas atividades políticas e eclesiásticas mais importantes começaram no Concílio da Basileia, quando integrou a delegação castelhana liderada por Afonso de Cartagena, devendo, portanto, aos reis Juan II e Enrique IV, bem como aos papas agradecimento às posições políticas e eclesiásticas que havia ocupado. KOUHT, K. **Sánchez de Arévalo (1404-1470) frente al humanismo italiano**. In: RUGG, E; GORDON, A. M. (Coord.). *Actas del sexto Congreso Internacional de hispanistas*. Toronto: University of Toronto, 1980. p. 431. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/06/aih_06_1_111.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁷⁵⁶ Ibid., p. 431-432 e TATE, R. **Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV**. Madri: Editorial Gredos, 1970. p. 102-103.

⁷⁵⁷ Sánchez Arévalo apresenta dois aspectos como condutores desse tratado: a necessidade do fortalecimento da autoridade papal, frente ao movimento conciliarista; e a indicação, a partir dos males enfrentados pela igreja, dos remédios necessários para curá-la. KOUHT, K. **Sánchez de Arévalo (1404-1470) frente al humanismo italiano**. In: RUGG, E; GORDON, A. M. (Coord.). *Actas del sexto Congreso Internacional de hispanistas*. Toronto: University of Toronto, 1980. p. 433.

divina”. Por isso, esse clérigo indicava aos jovens que cultivassem inicialmente as leituras e os estudos das sagradas escrituras e, somente depois disso, buscassem o contato com os escritos preparados pelos “pagãos”. Agindo assim, segundo esse clérigo, eles poderiam aproveitar o que os textos dos antigos lhes ofereciam sem correrem o risco de se afastar da “verdadeira fê”.⁷⁵⁸ Com efeito, sem desconsiderar a importância das referências greco-romanas, o que Sánchez de Arévalo e outros nobres pontuavam era justamente que essas alusões à antiguidade não poderiam ser equiparáveis em peso e autoridade às aquelas que integravam os cânones católicos. Por isso, indicavam aos esses contemporâneos cuidado e atenção para que eles não sobrepusessem as palavras e a autoridade dos pagãos aos ditos e à importância dos cristãos.

3.2.2- Da autoridade sobre as letras

Outro aspecto colocado em discussão pelos nobres castelhanos a essa altura, também a partir dos contatos estabelecidos com os *studia humanitatis*, foi aquele relativo à definição dos grupos que eles julgavam aptos a conhecer as letras e aos tipos de conhecimentos que eles consideravam autorizados a esses grupos. Nesse sentido, Alonso de Cartagena em uma epístola que encaminhara, provavelmente em 1440, ao conde de Haro, Pedro Fernández de Velasco⁷⁵⁹, salientava não considerar viável que, “numa multidão de homens”, todos se dedicassem ao estudo dos livros, dado que, segundo esse prelado alertava, não seria “conveniente à república” – para cuja “governança plena e próspera” ele julgava serem necessários “muitos, melhor dizendo, infinitos ofícios, artes e indústrias” – que os “*laboratores*” gastassem tempo com o “estudo das ciências”. Para Cartagena, os únicos autorizados “convenientemente” a “cultivar os livros e a passar a maior parte de suas vidas ouvindo, lendo e escrevendo” eram aqueles que,

⁷⁵⁸ SÁNCHEZ DE ARÉVALO, R. De remediis afflictæ ecclesiæ. Ms Z-L-XC da Bibl. Naz. de San Marco. Veneza, flo. 66r apud KOUHT, K. Sánchez de Arévalo (1404-1470) frente al humanismo italiano. In: RUGG, E; GORDON, A. M. (Coord.). *Actas del sexto Congreso Internacional de hispanistas*. Toronto: University of Toronto, 1980. p. 433.

⁷⁵⁹ Essa epístola foi encaminhada ao conde, camareiro maior do rei Juan II, acompanhada do *Libri minores*, os *Disticha Catonis* e o *Contemptus mundi*. Livros utilizados durante toda a Idade Média para ensinar as primeiras letras. Cartagena enviava tais livros porque o conde lhe havia pedido algumas instruções. No entanto, essas referências seriam julgadas pelos humanistas como distantes do que poderia ser considerado ciência. LAWRENCE, J. La autoridad de la letra: un aspecto de la lucha entre humanistas y escolásticos en la Castilla del siglo XV. *Atalaya*. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques. Écrites et lectures au Moyen Age. Espagne, France, Italie, n. 2, p. 93, 1991.

como ele, exerciam a “profissão escolástica”, isto é, os “*oratores*”.⁷⁶⁰ Assim, não obstante Cartagena considerasse que, tal como o conde de Haro, outros cavaleiros, mesmo atarefados com suas atividades ligadas à defesa do reino, pudessem se dedicar ao cultivo dos “estudos honestos”, ele fazia algumas advertências a esse grupo. De acordo com o bispo, os “*defensores*” deveriam aceitar que “o trato e o estudo das investigações teológicas e filosóficas, inclusive quando elas não contradissem a fé ou a moralidade, excediam o alcance de seus dotes de inteligência”, cabendo-lhes, por conseguinte, a ocupação com “coisas mais levianas”, que não excedessem suas capacidades, nem lhes trouxessem danos “à saúde intelectual ou moral”.⁷⁶¹ Ora, nesses termos, ao dizer que a sociedade era dividida entre *oratores*, *defensores* e *laboratores*, cabendo a cada um dos grupos tarefas específicas no reino e um tipo de saber, Cartagena restringia a autoridade sobre as letras aos clérigos, os únicos qualificados por ele como capazes de compreender os livros dos profissionais da escolástica, ou seja, aqueles escritos em latim.⁷⁶²

Ao passo que para Cartagena, no entanto, o domínio das letras era marca distintiva dos clérigos, para António de Nebrija, por exemplo, que em terras italianas havia se aproximado dos *studia humanitatis* e ocupava, na segunda metade do século XV, cátedra de gramática na universidade de Salamanca, o conhecimento das letras e, por conseguinte, da gramática, latina e vernácula, era o requisito fundamental para permitir àqueles que quisessem se esquivar dos “erros de compreensão” uma aproximação às “artes e ciências”. As quais, para ele, tornavam “mais culta a sociedade humana”.⁷⁶³ Por isso, até mesmo os laicos, homens e mulheres, eram convidados por Nebrija, no prólogo de seus textos, a aprender, começando pela gramática, os exemplos e saberes antigos e coevos elaborados em latim. Assim, pouco a pouco, a autoridade sobre as letras, antes vista como atributo do estamento dos clérigos, começava a ser estendida aos laicos, isto é, aos nobres, aos reis e àqueles que, por ocuparem alguma função de poder, dispunham de tempo para se dedicar aos estudos, bem como tinham autorização para cultivar

⁷⁶⁰ LAWRENCE, J. (Ed.). *Un tratado de Alonso de Cartagena sobre la educación y los estudios literarios*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 1979. p. 34-35.

⁷⁶¹ Ibid., p. 56.

⁷⁶² O latim foi, pelos escolásticos, considerado língua *litteralis* ou gramática. Tudo o que era escrito em latim, e, por conseguinte, pertencia ao universo de leitura dos clérigos, era entendido por eles como literatura, o que excluía as obras escritas em vernáculo, consideradas próprias dos divertimentos cortesãos. LAWRENCE, J. *La autoridad de la letra: un aspecto de la lucha entre humanistas y escolásticos en la Castilla del siglo XV*. Atalaya. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques. Écrites et lectures au Moyen Age. Espagne, France, Italie, n. 2, p. 91, 1991.

⁷⁶³ Jeremy Lawrence confronta a *Epistula ad Petrum Fernandi de Velasco*, escrita em 1440, por Cartagena como abertura aos livros que esse bispo encaminhara ao conde de Haro, com o texto de Antonio de Nebrija *De vi ac potestate litterarum*, preparado em 1486. La autoridad de la letra: un aspecto de la lucha entre humanistas y escolásticos en la Castilla del siglo XV. *Atalaya*. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques. Écrites et lectures au Moyen Age. Espagne, France, Italie, n. 2, p. 97, 1991.

certos saberes.⁷⁶⁴ Em outras palavras, começava a ser desenhada uma nova relação entre poder e saber, em que as letras, entendidas, em grande medida, como responsáveis pela domesticação dos espíritos e corpos, propiciavam àqueles que a cultivavam o acesso ao conhecimento que julgava-se próprio do ser humano e não apenas de uma ordem ou estado. Considerava-se, pois, o conhecimento como aspecto distintivo dos homens em relação aos outros animais.⁷⁶⁵ No entanto, ainda que o conhecimento fosse compreendido a partir desse viés universalista, ele não estava ao alcance de todos, mas sim daqueles que trilhassem os caminhos da legitimação dos poderes, do acesso às honras e riquezas, bem como da distinção social.⁷⁶⁶ Cada vez mais, entendia-se, por conseguinte, que o valor dos homens não dependia somente do nascimento, mas, acima de tudo, da educação recebida, dos dotes e méritos logrados através do esforço, das boas maneiras mimetizadas nas cortes e do bom gosto mediante o cultivo das letras e das artes. Gradativamente a exortação às letras e o empenho nos estudos começavam a compor o perfil da realeza e da nobreza castelhanas, tal como haviam descrito, dentre tantos, Juan de Lucena e Diego de Burgos nos seus textos dirigidos aos nobres Fernán Alvarez Zapata e Íñigo López de Mendoza.

Nesse sentido, ou seja, de destacar uma progressiva afirmação do interesse dos laicos pelas letras, o poeta Gomez Manrique dizia opor-se aos que defendiam não ser necessário aos cavaleiros “ler e saber”, dado que considerava conveniente a eles “a dedicação aos estudos”, pois, outrora, “os famosos varões romanos, tebanos, cartagineses e lacedemônios” o tinham feito.⁷⁶⁷ No entanto, essas brechas que os estudos haviam propiciado aos laicos, conferindo-lhes certa autoridade sobre as letras, não haviam sido abertas somente para os homens. Com relação às mulheres, Hernando de Talavera no texto que havia escrito a pedido da condessa de Benavente, Dona Maria Pacheco, indicava à nobre senhora que reservasse parte de seu tempo para “ler, ouvir e se comunicar com pessoas sábias e espirituais”.⁷⁶⁸ Luis Vives, na sua

⁷⁶⁴ LAWRENCE, J. La autoridad de la letra: un aspecto de la lucha entre humanistas y escolásticos en la Castilla del siglo XV. *Atalaya*. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques. Écrites et lectures au Moyen Age. Espagne, France, Italie, n. 2, p. 92, 1991.

⁷⁶⁵ Destacava Luis Vives no primeiro diálogo dos *Ejercicios de la lengua latina*, quando um pai explicava ao seu filho a diferença entre ele e um cão, que o aspecto fundamental da diferenciação entre homens e animais era a educação. Logo, a educação começava a ser compreendida como elemento fundamental da formação humana. BERNARDO, D.G.; TOLEDO, C. A. A. Educação e Humanismo no pensamento de Juan Luis Vives (1492-1540). *Revista HISTEDBR* on-line, Campinas, n. 25, p. 28, mar. 2007. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art02_25.pdf >. Acesso em: 10 maio 2016.

⁷⁶⁶ A educação, entre o século XV e XVI, começa a ser entendida como instrumento gerador de uma nova estratificação social, aquela que diferenciava os distintos dos vulgares. VICO, M. Educación de caballeros. In: DELGADO CRIADO, B. (Coord.). *Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)*. Madri: Fundación Santa María, 1993. p. 312.

⁷⁶⁷ GÓMEZ MANRIQUE, *Cancionero*. Edição preparada por Francisco Vidal González. Madri: Ediciones Cátedra, 2003. p. 98-100.

⁷⁶⁸ TALAVERA, H. *De cómo se há de ordenar el tiempo*. Cap. VIII. p. 100.

Instrucción de la mujer cristiana (1523) – obra destinada a compor a educação de uma das netas da rainha católica, Maria Tudor –, salientava que, a despeito do receio de alguns de que a permissão do conhecimento das letras às mulheres, fosse tão perigosa como a ação de jogar “óleo no fogo”, ou seja, ajudasse a acrescentar “sagacidade a quem naturalmente tinha malícia”, defendia ser tão “útil” como “necessário” às mulheres “lerem bons livros compostos por santos varões”. Para sustentar tal posicionamento, Vives considerava necessário que seus contemporâneos se lembrassem das mulheres dos gentis, tais como: Leoncia, Sempronia, Lesbia, Cornélia, Porcia, Clebulina, dentre outras tantas que, nas palavras dele, foram “doutas nas letras”, mas nem por isso cometeram pecado ou foram “más pessoas”.⁷⁶⁹ Considerava ainda ser importante a recordação dos exemplos das cristãs e das suas contemporâneas, como aqueles das Catarina de Alexandria e Siena, de Hildegarda de Bigen, da rainha Isabel e de suas filhas, bem como das filhas de Thomas More para as quais, o “estudo das letras” havia sido, nas palavras de Vives, o melhor “caminho para o entendimento das virtudes”.⁷⁷⁰ Logo, as letras eram entendidas por Gomez Manrique, Talavera e Vives, dentre outros, como via que permitia aos homens e às mulheres alcançarem as virtudes, não se constituindo meramente como caminho que conduzia à vã erudição, mas sim como passagem segura aos valores morais e espirituais. Luis Vives dizia que, para as mulheres, os estudos das letras “davam forma à criação e aos costumes, instituíam a vida, ensinavam a agir virtuosamente, encaminhavam à razão” e, finalmente, permitiam que “vivessem sem prejuízo a ninguém, nem a si mesmas”.⁷⁷¹ Entendimento que teria facilitado especialmente aos nobres, fossem eles homens ou mulheres, o acesso ao letramento e/ou a algumas outras instruções práticas com vistas à confirmação do *status* de sua nobreza e da sua condição virtuosa e honrada.

3.2.3- Do primado da educação

É certo que essa aspiração dos laicos aos saberes e a necessidade de compor argumentos que os autorizassem a conhecer as letras estiveram associados a uma crescente valorização da educação e a uma paulatina criação de modelos educativos destinados à formação dos filhos e das filhas dos nobres castelhanos. É certo, igualmente, que, em alguns casos, para a composição de tais modelos, os castelhanos buscaram inspiração nos tratados da antiguidade, como no *De*

⁷⁶⁹ LUIS VIVES, J. *Instrucción de la mujer cristiana*. p. 50-55.

⁷⁷⁰ Ibid. p.55.

⁷⁷¹ Idem.

liberis educandi e *Institutionis oratoriae*, escritos respectivamente por Plutarco (45-120) e Quintiliano (35-100). Textos que, diga-se de passagem, foram retomados e traduzidos nas porções italianas, no primeiro caso, em 1411, por Guarino Guarini de Verona, e, no segundo, em 1416, por Poggio Bracciolini. Entre os italianos, tão significativo havia sido o interesse dos quatrocentistas pelos tratados pedagógicos⁷⁷² que, além da retomada dos textos dos homens da antiguidade, numerosos tinham sido os opúsculos desse gênero produzidos por eles, como nos fazem lembrar: Pier Paolo Vergerio (1370-1444) com *De ingenuis moribus et liberalibus adolescentiae studii* (1402), Leonardo Bruni (1274-1444) com *De studiis et litteris liber* (1429), Eneas Silvio Piccolomini (1405-1479) com *De liberorum educatione* (1450), dentre outros.⁷⁷³

Em terras castelhanas, os tratados pedagógicos *De arte, disciplina et modo alendi et eruerendi filios pueros et juvenis* (1453) e *De liberis educandis* (1509), escritos respectivamente por Rodrigo Sánchez Arévalo e Antonio de Nebrija, foram igualmente representativos da circulação e da relevância dos tratados antigos já conhecidos entre castelhanos⁷⁷⁴ – especialmente os de Plutarco e Quintiliano –, como do peso dado pelos homens de Castela à criação e educação das crianças e jovens à moda dos italianos. Educação que previa, fundamentalmente, instruções aos progenitores para que eles lograssem reger seus descendentes. No entanto, é importante lembrar que, desde o século XIII, ainda que não tenham se dedicado da mesma forma ao tema do adestramento dos filhos, tal como os antigos e os italianos, alguns homens da península ibérica já haviam esboçado semelhante preocupação. Ramón Llull (1232-1315), por exemplo, endereçou algumas instruções ao seu filho, Doménic, na *Doctrina pueril*, na *Blanquerna*, no *Libre de meravelles* e na *Arbre de la ciencia*.⁷⁷⁵ E a ele haviam se juntado Juan Manuel (1282- 1348), ao apresentar algumas referências sobre esse tema no *Libro de los estados*, especialmente no *Libro infinido*⁷⁷⁶, e o frei Juan García de

⁷⁷² Philippe Ariès destaca que, no século XV, os italianos sentiam-se surpresos e consideravam cruel a forma com que os estrangeiros (no caso, os ingleses) tratavam suas crianças, deixando-as entregues a estranhos. Por isso, o historiador considera que, já no século XV, havia uma sensibilidade maior dos italianos em relação à infância, no sentido de vê-la como um momento peculiar da vida, que exigia dos pais cuidado, afeto e preocupação com a instrução. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p.154.

⁷⁷³ SÁNCHEZ ARÉVALO. R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 8.

⁷⁷⁴ Têm-se notícias, a partir de uma carta de Nicolás Clamange ao papa Benedito XIII, de que esse texto de Quintiliano já era conhecido entre os castelhanos no século XIV, ou seja, antes que Poggio o tivesse encontrado. CÁRCELES LABORDE, C. **Humanismo y Educación en España (1450-1650)**. Pamplona: EUNSA, 1993. p. 34.

⁷⁷⁵ TORRANO VIANOU, C. La Doctrina Pueril de Lulio: una enciclopèdia escolar del siglo XIII. **Educación XXI**, n.16, v. 2, p. 97-114.

⁷⁷⁶ Juan Manuel endereçou o *Libro infinido* ao seu filho, para que ele pudesse aprender, a partir da prática, a agir em conformidade com seu estado. No entanto, o fim último da aprendizagem era permitir a seu filho que ele alcançasse a salvação de sua alma. JANIN. E. El conocimiento en el Libro Efenido de Don Juan Manuel: Concepción del saber y estrategias de transmisión. **Revista de poética medieval**, n. 15, 2005, p.71.

Castrojeriz, ao glosar o *Regimiento de Principes de Egidio Romano*, impelido por sua tarefa de preceptor do infante Pedro (1334-1369).⁷⁷⁷ Assim, não obstante Sanchez de Arévalo e Nebrija tenham buscado inspiração nos tratados pedagógicos da antiguidade e naqueles produzidos pelos italianos, para a elaboração de seus textos, eles não ignoraram a força das referências de algumas das produções ibéricas acima mencionadas, principalmente da *Glosa castellana al Regimiento de Principes*. Suma do pensamento medieval sobre a realeza que, diga-se de passagem, foi diversas vezes retomada pelos cronistas e tratadistas castelhanos⁷⁷⁸, justamente por apresentar orientações sobre os aspectos imprescindíveis aos infantes, desde os seus primeiros anos de vida, para que lograssem o futuro regimento de si, da família e do reino.⁷⁷⁹

Escrito por Rodrigo Sánchez de Arévalo, sob as instâncias de Alonso de Hoces, conselheiro do rei Enrique IV, o *Tratado sobre técnica, método e manera de criar a los hijos, niños y juvenes*, como ficou conhecido esse texto em castelhano, foi ilustrativo do desejo desse nobre oficial régio de que o clérigo Sánchez de Arévalo lhe apresentasse algumas diretrizes educativas para que pudesse educar o seu filho, o jovem Esteban. Nas palavras de Sánchez de Arévalo, a visita que o oficial régio lhe havia feito, a serviço do rei, quando passava por Burgos, e o encanto que a sua biblioteca havia despertado em Hoces, tinham motivado o nobre a lhe fazer tal pedido. Logo, de acordo com o clérigo, como era de seu conhecimento a disposição e o cuidado com que Alonso Hoces procurava que seus filhos, desde cedo, “bebessem da sabedoria, da virtude e dos nobres costumes” – elementos que, aos olhos do prelado, constituíam um bem “eterno e permanente” –, ele prometia escrever-lhe, com base no que já fora escrito, um “pequeno tratado sobre a educação dos filhos e crianças”.⁷⁸⁰ De modo parecido, Antonio de Nebrija alegava como motivação da escrita do seu *De liberis educandis* a preocupação do conselheiro e secretário do rei Fernando (o católico), Miguel Pérez de Almanzán, sobre “quais regras de conduta, quais tipos de técnicas e com que método e

⁷⁷⁷ O frei Juan García de Castrojeriz foi designado em 1344, na corte de Afonso XI, chanceler maior do infante Pedro, ocasião em que escreveu a glosa do Regimento de Príncipes para ensinar ao príncipe o que ele deveria saber para ser rei. BENEYTO PÉREZ, J. Estudio Preliminar. In: GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. *Glosa castellana al Regimiento de Principes de Egidio Romado*. Madri: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2005. p. XXVII.

⁷⁷⁸ As referências diretas ou indiretas à essa glosa são notáveis nas crônicas de Pero López de Ayala, bem como nos seus poemas reunidos no *Rimado de Palacio*. Cf. LOPEZ DE AYALA, P. *Libro Rimado de Palacio*. Edição organizada por Kenneth Adams. Madri: Catedra Letras Hispánicas, 1993. p. 243-244. FERRO, J. N. La elaboracion de la doctrina política en el discurso cronístico del canceller Ayala. Buenos Aires: *Incipit*, n.11, p. 23-106, 1991. Sobre a circulação do Regimentos de Príncipes na Península Ibérica, ver: BUESCU, A. I. *Imagens do Príncipe- Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. p. 50.

⁷⁷⁹ VILLA PRIETO, J. *La educación nobiliaria en la tratadística bajomedieval castellana: aspectos teóricos*. 2013. f. 889. Tese (Doutorado) – Universidad de Oviedo, Espanha, 2013. p.211. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10651/20293> Acesso em: 10 maio 2016.

⁷⁸⁰ SÁNCHEZ ARÉVALO. R. *Manera de criar a los hijos (1453)*. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 68.

inteligência ele poderia instruir os seus filhos”. Questões que, conforme destacava Nebrija, poderiam ser respondidas atentando-se para algumas leituras, das quais ele destacava: a “Ciropedia de Xenofonte”, pelos cuidados que este autor teria tido com “a formação, desde a infância, do futuro rei” Ciro; os “opúsculos sobre educação dos filhos”, escritos por Plutarco; os textos de Quintiliano, onde teria sido desenhada, a começar pelos primeiros anos de vida, a figura do orador; e a todos os outros escritos que Nebrija julgava terem levado em consideração a necessidade de os pais não descuidarem da infância.⁷⁸¹

Embora mais de cinquenta anos tenham separado a elaboração desses tratados, salta à vista a semelhança deles no que tange aos textos a que fazem referência, aos fundamentos que conduziram os seus autores a escrevê-los e organizá-los, bem como a selecionar os exemplos utilizados e os temas discutidos.⁷⁸² Nos dois, os autores recorrem aos textos de Plutarco, não obstante Sánchez de Arévalo busque mais amparo na *Glosa castellana al Regimiento de Príncipes*, e Nebrija procure respaldo principalmente nos textos de Quintiliano. Tanto Sánchez de Arévalo como Antonio de Nebrija louvam o interesse dos oficiais régios de procurarem oferecer aos seus filhos a melhor educação, discutem sobre as qualidades necessárias aos progenitores, destacam como e quem deveria alimentar os filhos, comentam as características indispensáveis aos preceptores e apresentam o conteúdo da educação exigido às crianças e aos jovens. Conquanto tenha sido mais comum, ao longo do medievo, o tratamento quase indistinto entre crianças e adultos, ou mesmo tenha sido mais frequente ter se concedido pouca importância às crianças, em virtude da grande e precoce mortalidade delas nesses tempos, em ambos os tratados há uma notável sensibilidade em relação à infância.⁷⁸³ Sensibilidade⁷⁸⁴

⁷⁸¹NEBRIJA, A. De liberis educandis. In: SÁNCHEZ ARÉVALO, R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 98.

⁷⁸² A despeito da grande semelhança entre os textos, Nebrija introduz alguns temas que não foram discutidos por Sánchez Arévalo, temas mais caros aos humanistas, tais como: a importância da escola, do educador e das disciplinas seculares. VILLA PRIETO, J. La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos. **Revista Tiempo y Sociedad**, n. 6, p. 79-122, 2011-2012.

⁷⁸³ Philippe Ariès ao colocar a infância como objeto de estudo da história, na década de 60 do século XX, destacou que a sensibilidade em relação às crianças teria sido pouco perceptível ao longo do medievo, ganhando expressividade somente no século XVIII. No entanto, alguns estudos desenvolvidos por Danièle Aldexandre-Bidon e Didier Lett, dentre outros medievalistas, assinalam para os cuidados dispensados por pais, mães, monges e preceptores no que tange à educação e ao amparo de crianças e jovens ao longo do medievo, sobretudo a partir dos séculos XIII e XIV. ALEXANDRE-BIDON, D; LETT, D. **Les enfants au Moyen Âge**. Ve- XVe siècle. Paris: Fayard, 2013. p. 9.

⁷⁸⁴ Essa sensibilidade transitava entre o que se esperava que as crianças deveriam ser, fazer e proporcionar para os seus pais, linhagens e dinastias; e o que elas eram, faziam e proporcionavam. Dito de outro modo, entre a consideração da infância meramente ligada à descendência, ao entendimento de que ela correspondia a um momento peculiar da vida, que exigia atenção e afeto dos pais. GARCÍA HERRERO, M.C. **Elementos para una Historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media**. Actas de la VIII Semana de Estudios Medievales. La vida cotidiana en la Edad Media. Nájera, 4 a 8 ago. 1997. DUATE, J. I. de la I. (Coord.), 1998. p. 226.

traduzida pela preocupação com o comportamento ideal dos pais e dos mestres, para que elas, desde os primeiros anos de vida, fossem adestradas. Dessa maneira, contrariando os preceitos aristotélicos de que não era necessário ensinar nada a elas, pelo menos não antes dos cinco anos, Sánchez de Arévalo alertava que as crianças deveriam receber, através do “leite da lactante”, “as forças da carne e da alma” e, por intermédio da mãe ou da “ama”, “geralmente a disposição dos costumes”.⁷⁸⁵ De igual modo, Antonio de Nebrija chegava a enfatizar que, mesmo antes dos cinco anos, “existiam algumas atividades que poderiam influenciar” o futuro “modo de viver” da criança, por isso, ele indicava que nessa fase elas já deveriam conhecer as letras através dos jogos. Para ele, as naturezas, intelectual e apetitiva da alma, deveriam ser “instruídas desde os anos de berço”, dado que a função da educação era preencher aquilo que faltava ou era mais débil por natureza.⁷⁸⁶ Nesses termos, um e outro letrado destacava a ideia de que a nobreza e as virtudes não derivavam apenas das heranças ligadas ao sangue, mas sobretudo dos cuidados que as crianças e os jovens recebiam ao longo de suas vidas. Em outras palavras, se por um lado frisavam que da compleição dos corpos e do caráter dos pais, especialmente dos modos da mãe, dependiam o êxito de uma gestação, o porte físico e as dignidades morais do filho, por outro, não deixavam de lembrar a capacidade da educação de corrigir os defeitos e acrescentar as virtudes.

Nesse percurso de valorização da educação trilhado pelos tratadistas, os pais e as mães desempenhavam um papel crucial.⁷⁸⁷ As mulheres, mencionadas por Sánchez de Arévalo e Nebrija como progenitoras e esposas, deveriam ser escolhidas por seus maridos justamente pelo critério do porte físico, ou seja, pela possibilidade de seus corpos suportarem uma gestação, bem como pelos bons costumes herdados de suas famílias e potencialmente transmissíveis aos seus filhos.⁷⁸⁸ No entanto, elas não foram lembradas meramente pelo atributo da reprodução,

⁷⁸⁵ SÁNCHEZ ARÉVALO. R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 70 e 102.

⁷⁸⁶ NEBRIJA, A. De liberis educandis. In: SÁNCHEZ ARÉVALO. R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 114 e 122.

⁷⁸⁷ Os italianos do século XV escreveram vários textos sobre as regras que deveriam conduzir a família e o matrimônio, bem como aquelas que deveriam orientar a mulher nesse conjunto: João Dominici -*Regola del governo di cura familiare* (1405), Santo Antonio *Opera a ben vivere* (1450), Querubim de Espoleto - *Regola dela vita matrimoniale* (1450), João o Cartuxo - *Gloria mulierum* (1470). Segundo os apontamentos de Silvana Vecchio, sobre esses textos, a responsabilidade da educação dos filhos recaía sobretudo no pai, cabendo à mãe os cuidados com a formação religiosa e moral. DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 172-181.

⁷⁸⁸ A possibilidade de trazer uma criança ao mundo era considerada uma bênção. A mulher que não fosse apta a ter filhos era considerada uma mulher incompleta, quase maldita. GARCÍA HERRERO, M.C. Elementos para una Historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. Actas de la VIII Semana de Estudios Medievales. DUATE, J. I. de la I. (Coord.). **La vida cotidiana en la Edad Media**. Nájera, 4 a 8 ago. 1997. 1998. p. 224.

ou melhor, pelo fato de que em seus ventres era gestada e garantida, principalmente através dos filhos varões, a perpetuação das dignidades e do sangue das linhagens e dinastias. Elas o foram também pelo relevante papel que poderiam exercer nos momentos iniciais da vida da criança. Durante os primeiros anos de suas vidas, e sobretudo até os sete anos de idade⁷⁸⁹, a mãe deveria cumprir um papel fundamental, educando os filhos e garantindo-lhes o bem-estar. Dela dependia a alimentação, o asseio e todos os cuidados com o corpo da criança, que nenhuma “ama” poderia oferecer à altura. Nebrija, reverberando as palavras de Sánchez de Arévalo, tomadas a Plutarco, lembra:

Quem, com mais diligência, alimentaria o menor? A mãe, que o engendrou e que o ama com muitíssima ternura, ou a cuidadora, que, movida pela recompensa, e sem amor, mede seus afazeres pelo seu salário?⁷⁹⁰

Com o auxílio da mãe, a criança era, pois, alimentada, amparada e tinha condições de aprender algumas noções sobre as letras, a história sagrada e alguns conhecimentos matemáticos, ou seja, todos os conhecimentos que as auxiliassem a iniciar, depois dos sete anos de idade, as aulas conduzidas por um preceptor.⁷⁹¹ Sobre esse aspecto, Diego de Valera, Álvaro de Luna e Juan Rodríguez Del Padrón, nos textos que escreveram em defesa das mulheres, quiseram ressaltar o trabalho e empenho com que as mães cuidavam de seus filhos da infância até a adolescência.⁷⁹² Nas palavras de Del Padrón, eram elas as que mais se “esforçavam na criação das criaturas”⁷⁹³ e, nas de Álvaro de Luna, maiores eram os trabalhos e incômodos sofridos por elas para “criarem e doutrinares”⁷⁹⁴ os seus filhos.⁷⁹⁵ Hernando de Talavera, de sua parte, lembrava à condessa de Benavente que ela deveria reservar parte de seu dia para ver seus filhos, “dar-lhes alguma doutrina boa”, também a instava a alimentá-los com leite, criá-los e fazê-los

⁷⁸⁹ Vários autores medievais, que se dedicaram a pensar numa divisão das idades dos homens, partiram das reflexões sobre esse tema feitas por Isidoro de Sevilha. Para Isidoro, as idades poderiam ser divididas em: 1ª- *infantia* (0-7 anos), 2ª- *pueritia* (7-14 anos), 3ª- *adolescentia* (14-28 anos), 4ª- *iuventus* (28-50 anos), 5ª- *gravitas* (50-70 anos), 6ª- *senectus* (mais de 70 anos). A única idade com a qual alguns discordaram foi a adolescência, Sánchez de Arévalo e Nebrija a delimitaram, por exemplo, até os 21 anos. VILLA PRIETO, J. **La educación nobiliaria en la tratadística bajomedieval castellana: aspectos teóricos.**, p. 228-229.

⁷⁹⁰ NEBRIJA, A. De liberis educandis. In: SÁNCHEZ ARÉVALO, R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p.105.

⁷⁹¹ VILLA PRIETO, J. La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos. **Revista Tiempo y Sociedad**, n. 6, p. 79-112, 2011-2012.

⁷⁹² VALERA, D. **En defensa de virtuosas mujeres**. p. 38.

⁷⁹³ DEL PADRÓN, J.R. **Triunfo de las donas**. p. 217.

⁷⁹⁴ LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres**. p. 249.

⁷⁹⁵ VARGAS MARTÍNEZ, A. Discursos sobre la maternidad en tratados filóginos del siglo XV. In: CID LÓPEZ, R. M. A. (Ed.). **Maternidad/es: Representaciones y realidad social**. Edades Antigua y Media. Madri: A. C. Almudayna 2010, p. 315-330.

crescer em sua companhia.⁷⁹⁶ Para mais, Juan Luis Vives, não obstante ressaltasse os padecimentos sofridos pelas mães, chegando a denominar de bem aventuras as mulheres que fossem estéreis, destacava as responsabilidades daquelas que lograssem ter filhos. Para ele, a elas cabia o dever de criá-los com o leite de seus próprios peitos e ensiná-los a ler, fossem meninos ou meninas. Entretanto, a essas últimas, de acordo com Vives, as mães deveriam conceder em idade oportuna, além da alimentação e do ensino das letras, orientações sobre todas as coisas relativas ao cuidado com a casa e com os trabalhos manuais.⁷⁹⁷ Logo, enquanto cabia à mãe o amparo aos filhos homens até os sete anos e das filhas até que elas se casassem; ao pai era-lhe atribuído o dever de zelar por sua instrução futura.⁷⁹⁸

Ora, se até os sete anos quase não havia distinções em relação aos cuidados e instruções dispensados aos filhos e às filhas⁷⁹⁹, após essa idade, cada um era orientado a conhecer os saberes e as práticas que os preparassem para a sua respectiva vida futura.⁸⁰⁰ Os nobres varões, por sua vez, eram encaminhados pelos pais à casa de um preceptor, à corte ou a uma escola catedralítica, onde deveriam receber o preparo físico, moral, religioso e o letramento, que os tornassem capazes de cumprir futuramente as funções militares, eclesiásticas e/ou públicas. Como alertava Nebrija, em defesa de que o estudo, nessa fase da vida, fosse realizado nas escolas, era no espaço delas, através da “sociabilidade”, que os homens aprendiam, desde pequenos, a lidar com as situações públicas e com “o sentido comum”.⁸⁰¹ Já as donzelas eram preparadas para serem excelentes esposas e mães. Destarte, muitas delas continuavam sob os cuidados de suas mães, outras chegavam a receber, geralmente no espaço de suas casas, as

⁷⁹⁶ TALAVERA, H. **De cómo se há de ordenar el tiempo**. Cap. XIV. p. 103.

⁷⁹⁷ Juan Luis Vives chega a dizer que dos conselhos e cuidados da mãe dependia a orientação para o bem ou para o mal do filho. **Instrucción de la mujer cristiana**. p. 314 e 323.

⁷⁹⁸ LEÓN GUERRERO, M. M. Didáctica y educación en época de los Reyes Católicos. In: LÉON GUERRERO, M. M. (Coord.). **Educación y cultura en época de los Reyes Católicos**. Valladolid: Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía, 2015. p. 15.

⁷⁹⁹ Há notícias de que as meninas eram amamentadas por menos tempo que os meninos, os quais, geralmente, o eram por cerca de três anos. Além disso, os casos mais frequentes de abandono envolviam meninas. GARCÍA HERRERO, M.C. **Elementos para una Historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media**. p. 237.

⁸⁰⁰ Até os sete anos, meninas e meninos eram cuidados quase da mesma forma e recebiam, na maioria das vezes, o mesmo tipo de instrução. Eles chegavam, até mesmo, a usar a mesma roupa. Depois dessa idade, enquanto as meninas começavam a usar vestidos e os cabelos longos, bem como aprendiam a bordar e a costurar, os meninos se preparavam para serem futuros cavaleiros. CASSAGNES-BROUQUET, S. **La vie des femmes au Moyen Age**. Rennes: Éditions Ouest-France, 2012. p.15.

⁸⁰¹ NEBRIJA, A. De liberis educandis. In: SÁNCHEZ ARÉVALO, R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 126.

instruções de um preceptor. Algumas poderiam ser conduzidas à corte, para integrarem a casa da rainha, ou então poderiam ser enviadas a algum colégio de donzelas ou convento.⁸⁰²

Embora Sánchez de Arévalo e Antonio de Nebrija tenham endereçado os seus tratados aos filhos varões dos citados oficiais régios, o primeiro chegou a salientar, no sétimo capítulo do seu tratado, ao discorrer sobre a disciplina e a severidade com que os pais deveriam educar os seus filhos, que “tudo o que” ele tinha “falado sobre os infantes e a propósito dos meninos também” valia “para as meninas”. Deste modo, tal como deveria ocupar-se de exigir disciplina e uma conduta regrada dos meninos, o pai deveria mostrar-se cauteloso na maneira de tratar e vigilante na maneira de conduzir as meninas. A propósito, retomando as palavras de São Jerônimo, Sánchez de Arévalo frisava que ao pai cabia impedi-las de aprender “a escutar ou falar coisas que não fossem referentes ao temor a Deus”, evitar que elas “compreendessem palavras indecentes”, que tivessem acesso “aos cânticos mundanos” e que, principalmente, se aproximassem “da incontinência dos meninos”. Além disso, era indicado ao pai levá-las à igreja, quando alcançassem idade adequada, e igualmente cuidar para que elas nunca ficassem sozinhas.⁸⁰³ Com efeito, a retomada das palavras de São Jerônimo (347-420) por Sánchez de Arévalo para indicar os cuidados que o pai deveria ter com as filhas devia-se, em grande medida, ao peso que essa referência havia alcançado, no que diz respeito à educação das mulheres, ao longo do medievo. A força dessa referência, aliás, possivelmente estava associada à circulação das notícias sobre os contatos que São Jerônimo havia estabelecido com algumas importantes mulheres romanas, bem como a partir de algumas cópias das cartas que ele havia enviado a essas mulheres. Em Roma, entre os séculos IV e V, convidado pelo papa Dâmaso, Jerônimo havia entrado em contato com um grupo de mulheres e jovens da alta aristocracia, tais como: Marcela, Paula, Blesila, Eustóquia, dentre outras, que, por intermediação do clérigo, adotaram costumes e práticas cristãs. Logo, as cartas escritas por São Jerônimo e endereçadas a algumas dessas mulheres, indicando-lhes como deveriam se alimentar, preservar a virgindade e se dedicar a certas leituras foram retomadas no medievo como um dos principais guias de instrução para as mulheres.⁸⁰⁴

⁸⁰² Na corte, as donzelas tinham a oportunidade de receber mais instruções e encontrar bons partidos, já que os serviços delas eram recompensados pela rainha pela possibilidade de realizarem um casamento vantajoso. CASSAGNES-BROUQUET, op. cit., p.28.

⁸⁰³ SÁNCHEZ ARÉVALO, R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999. p. 80-81.

⁸⁰⁴ FLECHA GARCIA, C. Las mujeres en la Historia de la Educación Medieval. In: GRAÑA CID, M. M. (Ed.). **Las sabias mujeres: educación, saber y autoría (siglos III-XVII)**. Madri: A.C. Al-Mudayna, 1994. p. 54. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, N. **La educación de las mujeres durante los primeros siglos del cristianismo**: Carta de San Jerónimo. In: II Congreso Virtual sobre Historia de las Mujeres. Asociación de los amigos del Archivo H. Diocesano de Jaen, p. 1-21, 15 a 31 out. 2010.

De fato, a retomada de algumas referências da antiguidade pelos castelhanos, ainda que conjugadas àquelas dos pais da igreja e dos textos bíblicos; o florescimento entre eles, fossem clérigos ou laicos, do interesse pelas letras; bem como a valorização da educação, nos âmbitos familiar e escolar – questões que ganhavam a atenção dos italianos desde o século XIV – começavam a ganhar força na Castela do século XV. As armas junto das letras compunham o perfil do nobre castelhano, e as discussões sobre os fundamentos da nobreza, além de se pautarem meramente na consanguinidade, acabavam indicando a conduta virtuosa como um dos seus princípios fundamentais. Nesse âmbito, a educação e o cultivo dos saberes ganhavam nuances de distinção social, do mesmo modo que passavam a ser entendidos como meios através dos quais se podia alcançar e/ou aperfeiçoar as virtudes e lograr a confirmação do *status* de nobreza. Pouco a pouco, os castelhanos reconheciam a família como pilar significativo sobre o qual se sustentava a ordenação social, pois passavam a considerá-la um espaço importante para que, através dos cuidados dos pais com a educação de seus filhos, fossem criados os primeiros mecanismos de controle dos corpos e das almas dos futuros fieis e súditos. Em outras palavras, paulatinamente a família deixava de ter apenas a função de ser transmissora dos bens e nomes, pois passava a assumir a função moral e espiritual de formar os corpos e as almas de seus filhos.⁸⁰⁵

Examinemos, agora, até que ponto tais questões favoreceram uma maior atenção em relação à educação das mulheres.

3.3- Da educação das mulheres

No caso específico da educação das meninas ou donzelas, e das mulheres em geral, os castelhanos não ignoraram a força dos escritos produzidos nas porções italianas, escritos nos quais, por sinal, houve uma retomada dos modelos da antiguidade. Como vimos anteriormente, Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera e Álvaro de Luna conheceram os textos de Giovanni Boccaccio, bem como recorreram direta ou indiretamente a eles, quer para retomar os exemplos das mulheres ilustres do passado, ensinando aos contemporâneos que suas mulheres, tal como aquelas, poderiam ser virtuosas, quer fosse para responder às maledicências dirigidas a elas por seus detratores.

⁸⁰⁵ ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p.195.

Os castelhanos tão pouco desconhecera um dos primeiros tratados escritos na península ibérica destinado mais claramente à educação das mulheres, o *Llibre de les dones*, preparado em 1388, em terras catalãs, por Francesc Eiximenis⁸⁰⁶ e dedicado à condessa de Prades, Dona Sancha Jiménez de Arenós. Traduzido para o castelhano na segunda metade do século XV, com o título de *Libro de las donas* e no século XVI – embora acrescido de modificações – com a designação de *Carro de las Donas*⁸⁰⁷, o texto de Eiximenis pôde não só ser encontrado entre as obras que compuseram a biblioteca da rainha Isabel e do prelado Hernando de Talavera, como incluído entre as leituras indicadas por Talavera às mulheres de vida religiosa, na *Suma y Breve compilación*. Para mais, o nome de Eiximenis integrou o rol dos educadores das mulheres junto ao do valenciano Luis Vives, conforme as considerações feitas, em 1528, por Juan Justiniano no prólogo da sua tradução da *Instrucción de la Mujer cristiana*.⁸⁰⁸ Existiram várias versões manuscritas desse texto de Eiximenis no reino castelhano. Uma delas teria pertencido ao Arcipreste de Talavera, Alfonso Martínez de Toledo. A rainha Isabel, que tinha esboçado grande interesse pelos textos deste prelado catalão, teria pedido a Hernando de Talavera, homem de sua confiança, que traduzisse *Vita Christi* e publicasse exemplares do *Libro de las donas*. Acredita-se que, provavelmente, as filhas da rainha Isabel tenham sido educadas por Beatriz de Galindo com o auxílio deste livro.⁸⁰⁹

Destinado às mulheres e aos homens, que estavam ligados pelos laços de sangue através do nascimento e/ou do matrimônio, o *Libro de las donas* foi elaborado em duas partes. Na primeira delas, Eiximenis havia se dedicado à análise da subordinação natural das mulheres aos homens, já que, consoante as considerações dele, elas haviam sido criadas por Deus para serem companheiras dos varões e eram fisiologicamente inferiores a eles. Logo, assim como muitos detratores, Eiximenis indicava os vícios comumente praticados pelas mulheres, tais como: a ganância, a vaidade, o apreço pelos cosméticos, a instabilidade, o orgulho, a malícia, dentre

⁸⁰⁶ Entre 1478 e 1542 foram produzidas mais de 20 edições impressas dos livros de Eiximenis. SILLERAS-FERNANDEZ, N. **Chariots of ladies**. Francesc Eiximenis and the Court Culture of Medieval and Early Modern Iberia. Londres: Cornell University Press, 2015. p. 1-2.

⁸⁰⁷ Essa versão foi endereçada à rainha de Portugal e neta de Isabel, a católica, Dona Catarina da Áustria, esposa de D. João III. Dividido em cinco partes, o autor se dirige: às donzelas, às casadas, às viúvas, aos cristãos e cristãs; e, por fim, escreve um tratado sobre a morte. Também a essa rainha, que atuou como regente, foram escritos: *Dos privilégios e Prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais que o gênero masculino* por Rui Gonçalves, em 1557; o *Tratado em loor de las mugeres y de la castidade, onestidad, constância, silencio, iusticia: com outras muchas particularidades y varias historias* por Cristóvão da Costa, em 1592; e o *Espejo de la princesa christiana* por Francisco de Monzón, entre 1544 e 1545. MENESES, J. R. S. O pensamento político na época de Catarina de Áustria e as mulheres no governo. **RIDB**, ano 2, n. 10, p. 11639-11681, 2012. TERREIRO, A. A educação da mulher em L. Vives e F. Monçon. **Revista Brotéria**. Cultura e Informação, p. 451, abr. 1976. VARGAS MARTÍNEZ, A. Mujeres sabias en la obra de Cristóbal Acosta (1525-1593). **Misceláneas Comillas**, v. 69, n.134, p. 325-344, 2011.

⁸⁰⁸ LUIS VIVES, J. *Instrucción de la mujer cristiana*. p. 30.

⁸⁰⁹ *Carro de las donas*. v. I, p. 12-14.

outros. Todavia, diferente daqueles que meramente tinham-nas vituperado, o prelado catalão, na segunda parte do seu livro, dizia distanciar-se dos meros maledicentes, pois destacava a educação como caminho seguro para conduzi-las às virtudes. Dessa maneira, nessa segunda parte de seu livro, dirigia-se às donzelas, às casadas, às viúvas e às religiosas, indicando-lhes, de acordo com a idade e o estado civil, quais gestos e posturas deveriam assumir. Salientava, pois, que, desde cedo, as donzelas deveriam aprender a praticar o silêncio, a ter boas maneiras à mesa, a guardar os seus corpos e a fazer as orações. Orientava as casadas para que, a exemplo de Constança de Aragão, se dedicassem a leituras proveitosas para o fortalecimento das práticas devocionais. Às viúvas recomendava que, livres dos esposos carnaís, se dedicassem ao esposo celestial. E às religiosas advertia que obedecessem irrestritamente as regras da igreja.⁸¹⁰ Em outras palavras, de acordo Eiximenis, as mulheres primeiramente deveriam conhecer os defeitos que lhes eram característicos por natureza, pois, só depois de conhecê-los, elas estariam preparadas para aprender a agir de modo a remediá-los e em conformidade com os estados de suas vidas.⁸¹¹

Os relatos sobre a predicação realizada pelo valenciano Sant Vicent Ferrer (1350-1419) igualmente somam-se a essas referências. Em 1411, este frei teria peregrinado pelo reino castelhano ensinando aos homens e às mulheres o que deveriam saber e evitar para serem virtuosos cristãos.⁸¹² Em seus sermões, esse frei dominicano destacava, dentre outras coisas, os caminhos que conduziam ao paraíso: a inocência pura e a penitência digna; cada qual representado por mulheres. Para o caminho da inocência, conforme as palavras de Ferrer, Deus teria escolhido a virgem Maria, ao passo que para a via da penitência, Maria Madalena. Mesmo que Ferrer atribuísse a Eva a responsabilidade pelos pecados dos homens e das mulheres, e assumisse que, por ela, todas as mulheres eram malditas, considerava que a inocência e excelência de Maria justificavam que elas fossem benditas.⁸¹³ Outrossim, Maria Madalena teria tido um papel importante na predicação desse dominicano. Como ressaltado em seus sermões,

⁸¹⁰ CODET, C. **Variations et permanences d'un modèle. L'éducation des femmes au fil des traductions du Livre des Trois Vertus et du Libre de les dones, entre Moyen Âge et Renaissance dans la péninsule ibérique.** Circé; Historires, Cultures & Sociétés, n. 4, s/p, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.revue-circe.uvsq.fr/variations-et-permanences-dun-modele-leducation-des-femmes-au-fil-des-traductions-du-livre-des-trois-vertus-et-du-libre-de-les-dones-entre-moyen-age-et-renaissance-dans-la-peninsul/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

⁸¹¹ ARCHER, R. **The problem of woman in Late-Medieval Hispanic Literature.** Suffolk: Tamesis, 2005. p. 64-65.

⁸¹² Ele predicou em Murcia, Molina, Cieza, Jumilla, Hellín, Tovarra, Chincilla, Alcaraz, Moraleja, Albacete, Villaverde, Villarrela, Malagón, Jémenes, Orgaz, Nambroca e Toledo. CÁTEDRA, P. M. La predicación castellana de San Vicent Ferrer. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona**, n. 39, p. 238, 1983-1984.

⁸¹³ ARCHER, R. **The problem of woman in Late-Medieval Hispanic Literature.** Suffolk: Tamesis, 2005. p. 60.

por meio do exemplo dela, Deus havia ensinado aos homens e sobretudo às mulheres que, mesmo aqueles que tivessem cometido pecados poderiam encontrar na penitência e na devoção os rumos para a salvação.⁸¹⁴ Através dos pecados cometidos por Maria Madalena, Ferrer alertava os ouvintes de seus sermões para que se convertessem a uma vida virtuosa e, partindo dos relatos sobre a conversão dela, indicava a eles a prática da penitência, o zelo por uma vida pura e a pregação da palavra de Cristo.⁸¹⁵ Vicent Ferrer convertia, pois, Maria Madalena em modelo de penitente, a quem todos deveriam imitar, especialmente as mulheres. Conservados pelos reis, como pelo português D. Duarte, e pelos nobres e prelados peninsulares, como o conde de Haro e Hernando de Talavera, os relatos dos sermões vicentinos compuseram as bibliotecas particulares dos ibéricos, integraram suas leituras, bem como contribuíram na elaboração da conduta esperada de suas mulheres.⁸¹⁶ .

A essas referências estrangeiras, devemos acrescentar o *Livre de Trois Vertus* preparado por Christine de Pizan, em 1405, e dedicado a Marguerite de Bourgogne.⁸¹⁷ Não obstante esse texto tenha sido escrito em francês, têm-se notícias de que ele circulou na península ibérica através de traduções portuguesas e de que, até mesmo, uma de suas versões pertenceu à rainha Isabel (a católica), a qual aprendera o português com sua mãe, Isabel de Portugal (1425-1496). A versão portuguesa intitulada *Espelho de Cristina* havia sido encomendada, em 1450, pela rainha Dona Isabel (1432- 1455), esposa do soberano português D. Afonso V, e publicada posteriormente sob os auspícios de Dona Leonor, esposa de D. João II. Embora grande parte desse livro tenha sido dirigida às rainhas e princesas, ou ainda às nobres damas, Pizan igualmente havia reservado espaço nele para as mulheres dos comerciantes, menestrelis, oficiais e lavradores, as quais, independentemente de suas condições ou dos seus estados, segundo

⁸¹⁴ ESPONERA CERDÁN, A. **El oficio de predicar**. Los postulados teológicos de los sermones de San Vicente Ferrer. Salamanca: Editorial San Esteban, 2007. p. 63-67. RUCQUOI, A. Lieux de spiritualité féminine en Castille au XVe siècle. Via Spiritus. **Revue du Centre Interuniversitaire de l'histoire de la Spiritualité**, Porto, n. 7, 2000, p. 7-29.

⁸¹⁵ A pregação conduzida pelas mulheres não era aceita por grande parte dos clérigos, tendo ela sido associada, muitas vezes, às práticas heréticas. A despeito de destacar a missão de pregação realizada por Maria Madalena, Vicent Ferrer nunca usou o termo *apostolorum apostola* para descrever o papel de pregação dela. FERREIRO, A. St. Vicent Ferrer's catalán sermon on Saint Mary Magdalene. **Anuario de Estudios Medievales (AEM)**, n. 40/1, p. 427, jan/jun. 2010.

⁸¹⁶ O rei português, D. Duarte, fez menções aos sermões vicentinos no *Leal Conselheiro* (1438). Sabe-se também que a versão do sermão atribuídas a Pedro Marín foi lida pelo Conde de Haro. CÁTEDRA, P. M.. La predicación castellana de San Vicent Ferrer. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona**, n. 39, p. 267-268, 1983-1984.

⁸¹⁷ O texto tratava-se de uma encomenda de João Sem Medo, pai de Marguerita, a Christine de Pizan, para quem havia pago 100 escudos para que o escrevesse e preparasse a biografia do rei Carlos V. LACARRA LANZ, E. Las enseñanzas de Le livre de tois vertus à l'enseignement des dames de Christine de Pizan y sus primeras lectoras. **Cultura Neolatina**, n. LXI, p. 8, 2001.

Pizan, estavam obrigadas a cultivar três virtudes: razão, retidão e justiça.⁸¹⁸ A todas elas Pizan lembrava, pois, que agir com inteligência, paciência e honestidade poderia conduzi-las às virtudes, fossem elas de origem nobre ou não.⁸¹⁹ Não se sabe ao certo, como essa versão portuguesa teria chegado ao reino castelhano, mas provavelmente os laços históricos entre Portugal e Castela, assim como os frequentes contatos estabelecidos entre esses reinos por meio dos matrimônios dos nobres e reis, teriam facilitado a sua circulação.⁸²⁰ Como afirmava Christine de Pizan, ao concluir o seu texto, ela acreditava que, não obstante sua obra tivesse sido preparada em francês, ela seria “espargida e publicada em todas as terras”, assim como esperava que muitas “valentes senhoras e mulheres de autoridade”, contemporâneas e futuras, pudessem vê-la ou ouvi-la.⁸²¹ Seguramente, as rainhas e nobres damas ibéricas puderam ser incluídas entre esse público leitor/ouvinte de mulheres mencionado por Christine de Pizan.

Para além desses textos, que a despeito de não terem sido produzidos em terras castelhanas, chegaram a ser conhecidos pelos homens e mulheres de Castela, algumas indicações sobre os cuidados dispensados à criação das filhas dos reis podiam ser encontradas nas *Siete Partidas* (XIII) e na *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes* (XIV). Dito de outro modo, embora esses textos não tivessem sido escritos com o propósito de discutir somente esse tema, neles havia algumas considerações sobre que tipos de cuidados as mulheres, especialmente as filhas dos reis, deveriam receber. No *corpus* de leis preparado sob os auspícios do rei Afonso X, especialmente na segunda Partida, os monarcas eram convidados a se lembrar das obrigações que deviam às suas filhas. Em concordância com esse código de leis, aos reis e especialmente às rainhas cabiam os cuidados com a aprendizagem das infantas. A elas, os monarcas deveriam ensinar, ou escolher aias e amas que os auxiliassem nessa tarefa, a leitura, os bons costumes e os bons modos à mesa e em relação à vestimenta. Também cabia a eles casá-las com homens de “boa linhagem e bons costumes”, a fim de garantir que suas futuras

⁸¹⁸ MENDONÇA, M. Espelho de Cristina (século XV). **História Revista**. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, v. 18, n. 1, p. 57-58, 2013.

⁸¹⁹ São essas mesmas virtudes que auxiliam Pizan a construir a sua *Cidade das Damas*, e, portanto, a defender as mulheres daqueles que as vituperavam, a justificar a necessidade de que as mulheres fossem educadas e a apresentar os exemplos de mulheres sábias. VARGAS MARTÍNEZ, A. “La ciudad de las damas” de Christine de Pizan: obra clave de la querella de las mujeres. In: SEGURA GRAÍÑI, C. S. (Coord.). **La Querella de las Mujeres I. Análisis de textos**. Madri: A. C. Almudayna, 2009. p. 247.

⁸²⁰ Em alguns casos os textos franceses chegaram a Portugal através da Galícia, sem a intermediação de Castela. LORENZO, R. La interconexión de Castilla, Galicia y Portugal en la confección de las crónicas medievales y en la transmisión de textos literarios. **Revista de Filología Románica**, n. 19, p. 107, 2002. Tem-se notícias de que Margarida da Áustria, esposa de filho de Isabel, teria levado uma versão francesa do livro de Pizan à corte castelhana. LACARRA LANZ, E. Las enseñanzas de Le livre de tois vertus à l’enseignement des dames de Christine de Pizan y sus primeras lectoras. **Cultura Neolatina**, n. LXI, p. 31, 2001.

⁸²¹ PIZAN, C. **O Livro das Tres Vertudes ou O Espelho de Cristina**. Edição crítica por Maria de Lourdes Crispim, da tradução quatrocentista de *LE LIVRE DES TROIS VERTUS*. Dissertação de doutoramento, policopiada, Lisboa, 1995 apud MENDONÇA, M, op. cit., p. 61.

gerações fossem virtuosas e honradas.⁸²² Já na *Glosa Castellana*, esses cuidados foram apresentados na forma de castigos, isto é, como advertências e admoestações que os pais deveriam fazer às suas filhas.⁸²³ Assim, recorrendo aos exemplos e reflexões apresentados por São Jerônimo, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, pelos evangelistas, dentre outros, o autor da *Glosa* chamava os reis e, de modo geral, os pais das filhas de todos os cidadãos do reino a guardar suas filhas em suas casas, a impedir que elas bebessem vinho ou cometessem exageros à mesa e a garantir que elas não fugissem ao exemplo casto e humilde da mãe de Jesus. Eram convocados ainda, a nunca deixarem suas filhas ociosas, a garantir que elas conseguissem preservar o silêncio e a castidade, pois, como “os homens muito louvavam a fama das boas donzelas”, todas deveriam se “esforçar para serem boas”.⁸²⁴ Em ambos os textos, a preocupação maior recaía menos sobre as filhas, pelo apego que os pais lhes tinham, e mais na contribuição que as instruções destinadas a elas poderiam trazer à obra comum da dinastia ou da linhagem.

Depois de termos garimpado, nessas referências estrangeiras e em outras difusas sobre a educação delas produzidas no reino, alguns elementos que integraram os mecanismos de formação das mulheres, interroguemos quais foram as motivações que impulsionaram os castelhanos, laicos e clérigos, a escreverem sobre esse tema especialmente no século XV, e de que maneira eles o discutiram.

3.3.1- *As virtudes, a nobreza e o matrimônio ensinados pelos pais*

Alguns textos produzidos entre o final da primeira e o início da segunda metade do século XV, ou seja, no período que corresponde aos reinados de Enrique IV e Isabel I, foram, por assim dizer, representativos do desejo dos castelhanos de doutrinar e advertir suas filhas e, de modo geral, suas mulheres, sobre o que elas deveriam aprender, fazer e evitar.⁸²⁵ Doutrinas e advertências que, preparadas por Fernán Pérez de Guzmán às nobres donas e às mulheres de

⁸²² LAS SIETE PARTIDAS, Partida II, Título VII, lei XI- XII.

⁸²³ Esses castigos são elencados e exemplificados, por meio de histórias e casos ilustrativos, nos capítulos XX, XXI e XXI do segundo livro da glosa.

⁸²⁴ GARCIA DE CASTROJERIZ, J. G. *Glosa Castellana al Regimiento de Príncipes de Egidio Romano*. p. 541.

⁸²⁵ Tendo em vista à elaboração de uma ideia de família mais ligada à noção de domesticidade e de vida privada, sobretudo a partir do século XVI, houve um aumento do número de autores que se dedicaram a escrever sobre as funções de esposa e mãe, bem como ao tema da criação dos filhos. Dos quais podemos citar: Juan Luis Vives (*Instrucción de la mujer cristiana* -1523) e frei Luis de León (*La perfecta casada* -1583). RIVERA, O. Juan Luis Vives y Erasmo de Rotterdam: La formación moral y doméstica en la retórica de la crianza de las hijas. *Romance Review*, Cincinnati, v. 32, p.71, 2011.

todos os estados e por um autor anônimo às suas filhas, se relacionaram principalmente à vontade desses homens de conduzir as mulheres a um futuro de virtudes, na condição de esposas e de baluartes do matrimônio. Quer dizer, pouco a pouco, mais do que se preocuparem com a elaboração de catálogos de mulheres exemplares, com a discussão sobre se seriam elas mais propensas ao vício ou às virtudes, ou reservarem um espaço secundário a elas nos textos pedagógicos, os nobres castelhanos começavam a escrever motivados pela aspiração de educar as suas mulheres, conferindo-lhes certo protagonismo nos tratados didáticos.⁸²⁶ Tendo isso em vista, analisaremos como cada um desses autores elaborou uma pedagogia para as casadas, bem como, de que maneira algumas dessas orientações e advertências, preparadas por eles, aparecem na narrativa dos cronistas castelhanos quando eles se referem a mulheres específicas.

Provavelmente em meados do século XV, entre 1440 e 1460, o senhor de Batres, Fernán Pérez de Guzmán, nobre de ilustre família, sobrinho do chanceler Pero López de Ayala e tio de Íñigo López de Mendoza (marquês de Santillana), incluía entre os textos de sua produção⁸²⁷ a *Relación a las señoras e grandes dueñas de la doctrina que dieron a Sarra*. Nesse poema, composto em 69 coplas de arte maior, o nobre propunha-se orientar as mulheres pretendentes a se casar. Dirigindo-se às grandes donas, mas também às mulheres de todos os estados, apresentava-lhes alguns ensinamentos dados à Sara, personagem bíblica do antigo testamento. Quer dizer, a partir da exegese do Livro de Tobias, de algumas outras referências bíblicas e de adágios populares, Pérez de Guzmán buscava compor o seu poema inspirando-se nos conselhos dados às casadas e particularmente naqueles oferecidos pelos pais de Sara, antes que a jovem deixasse a casa paterna e se unisse ao seu futuro esposo, Tobias. A referência bíblica em questão era a propósito da história de Tobias, jovem que, para pagar uma dívida de seu pai, realizara uma viagem, na qual conhecera Sara, viúva de sete maridos. Aconselhados pelo anjo Gabriel, os jovens haviam se casado e Tobias escapado da maldição responsável pela morte dos anteriores maridos de Sara. Orientados por Deus, Sara e Tobias haviam se unido em matrimônio, mas se entregado carnalmente, um ao outro, apenas depois de terem reservado os três primeiros dias da vida conjugal à continência e à oração. Dessa história, por sua vez, Pérez de Guzmán retomava, por um lado, o caráter sagrado do matrimônio e, por outro, as

⁸²⁶ CODET, C. *Femmes et éducation en Espagne à l'aube des Temps Modernes.*, p.119.

⁸²⁷ Fernán Pérez de Guzmán evidenciou um grande interesse pela história e pelo retrato dos homens das grandes linhagens. Dentre suas produções podem ser incluídas: *Generaciones y Semblanzas*, *Los Loores de los claros varones de España* e a sua tradução e reelaboração do *Mare historiarum* de Giovanni della Colonna. VAQUERO, M. Cultura Nobiliaria y biblioteca de Fernán Pérez de Guzmán. *Revista Lemir*, n. 7, s/p, 2003.

recomendações dos pais de Sara, a saber: que ela “honrasse seus sogros, amasse seu marido, cuidasse bem da sua família e governasse a sua casa”.⁸²⁸

Fernán Pérez de Guzmán, a respeito do primeiro aspecto, destacava o quão importante considerava a obediência das casadas aos seus sogros e imprescindível que elas seguissem o exemplo bíblico de Rute, mulher que, mesmo depois da morte de seu marido, preferiu continuar vivendo com sua sogra Noemi. No que diz respeito ao amor que as mulheres deveriam demonstrar a seus maridos, esse nobre chegava a compará-lo à regra de uma ordem monástica. Exaltava, pois, o matrimônio em detrimento das ordens religiosas dizendo: “Esta santa ordem não foi estabelecida/ nem por São Benedito, nem Santo Agostinho/ nem por São Francisco, mas do rei Divino/ no paraíso foi instituída”.⁸²⁹ Assim, de acordo com as indicações do nobre castelhano, o matrimônio, entendido como uma ordem instituída por Deus, exigia dos casados a observância de determinadas regras. O amor, a propósito, deveria ser visto como, entre as regras e obrigações devidas à ordem matrimonial, a principal das esposas, uma vez que, se a profissão de fé era requisitada aos religiosos, a profissão do amor era obrigação dos casados e sobretudo das mulheres. Para o senhor de Batres, o amor da mulher a seu marido poderia ser evidenciado pela sua fidelidade conjugal, sujeição e obediência ao seu esposo e também pelos cuidados com que deveria preservar a sua reputação e, indiretamente, a do seu marido. No entanto, além de amarem e demonstrarem obediência a seus maridos, elas deveriam se ocupar com a casa e com a família. Nas palavras de Pérez de Guzmán, antes de ser conveniente que elas se preocupassem com a “ciência” ou com o “trabalho de estudar”⁸³⁰, elas deveriam cuidar para conservar todos os bens que seu marido conseguia reunir. O que poderiam fazer prestando atenção no trabalho feito pelas criadas, ordenando, mandando e regendo a conduta delas para que não cometessem erros, bem como pagando-as corretamente.⁸³¹ Logo, era no espaço de suas casas e obedecendo a seus maridos que as mulheres casadas logravam, de acordo com Pérez de Guzmán, exercer algum tipo de poder, pois como ele salienta na vigésima estrofe de seu poema: “pois se o que quereis, senhoras, olhar/ do obedecer resulta o mandar/ que com arte e manha se doma o leão”.

Exemplo contrário dessa imagem de esposa fiel, casta, honesta, continente e comedida desenhada por Fernán Pérez de Guzmán, como já mencionado, havia sido aquele elaborado

⁸²⁸ **BÍBLIA SAGRADA DE JERUSALÉM.** Livro de Tobias. Cap. 10, versículo 13. São Paulo: Editora Claretiana, 1997. p. 526.

⁸²⁹ PÉREZ DE GUZMÁN, F. *Relación a las señoras e grandes dueñas de la doctrina que dieron a Sarra.* p. 658.

⁸³⁰ Ibid., copla 54, p. 662.

⁸³¹ Ibid., copla 58, p. 662.

pelo cronista da *Crónica del rey Enrique IV*, a respeito da rainha Dona Juana, esposa do irmão de Isabel, o rei Enrique IV. Sobre essa rainha, conforme havia relatado o cronista, além das suspeitas que lhe recaíam de ter cometido adultério com um dos privados do rei, Beltrán de la Cueva, era-lhe atribuída a culpa de, com isso, ter colocado em risco a legitimidade de sua filha, Juana, como herdeira do reino. Ademais, tinha ela sido lembrada por ter se preocupado em ensinar, ao seu séquito de donzelas, mais os artifícios da “sedução”, a prática do ócio, o “uso de trajes desonestos”, “as palavras provocativas” e o mal hábito das “contínuas gargalhadas”, do que o “útil ensino”.⁸³² Ou seja, muito reprovadas deveriam ser as mulheres que fugissem ao modelo de fidelidade, honestidade e bons modos, pois delas dependia a garantia da preservação da honra de seus maridos, da fama e honestidade de suas casas e, em alguns casos, como o das rainhas, a certeza de que o reino seria entregue a um sucessor legítimo.⁸³³

Do mesmo modo que os conselhos dos pais de Sara haviam sido tomados como ponto de partida por Fernán Pérez de Guzmán na elaboração da sua pedagogia para a mulher que vislumbrava se casar, o autor anônimo⁸³⁴ dos *Castigos y Doctrina que un sabio daba a sus hijas*, texto preparado provavelmente no início da segunda metade do século XV, colocava-se na posição de um pai que deixava por escrito um “breve tratado”, com a finalidade de ensinar a suas filhas os sentidos e os deveres que o matrimônio impunha “às boas mulheres casadas”. Como alertava o autor, no prólogo de seu texto, dirigindo-se às suas “amadas filhas”, ele escrevia-lhes essas prescrições como uma forma de “dote”⁸³⁵, pois considerava que não havia melhor herança possível de ser ofertada às suas filhas, e indiretamente aos futuros maridos delas, do que prepará-las para o casamento. Quer dizer, para o pai, nenhuma riqueza se comparava aos ensinamentos que ele poderia deixar para as suas filhas, preparando-as para serem esposas. Para justificar tal declaração, o autor destacava que “muitos filósofos e sábios antigos” haviam se questionado sobre em que se amparava a nobreza, se “na riqueza, formosura,

⁸³² PALENCIA, A. *Crónica de Enrique IV*. t.I, p.194.

⁸³³ As imagens da rainha Juana e de sua filha foram alvo dos cronistas defensores de que, a irmã do rei, Dona Isabel, era quem deveria ser considerada legítima herdeira ao trono do reino castelhano. Diego de Valera e Alonso de Palencia, por exemplo, insistiram na descrição de uma rainha adúltera e de má fama, pois, atacando a honra dela atingiam indiretamente a honra do rei. JESÚS FUENTE, M. Gritos dan en el real... Figuras de mujer en la propaganda política y social de la Edad Media hispana. *Espacio, Tiempo y Forma*, série III, História Medieval, t. 9, p. 118, 2007.

⁸³⁴ A propósito de quem seria o autor, embora alguns destaquem que ele teria sido realmente um pai que escrevera às suas filhas, outros enfatizam que a obra tratava-se de uma ficção, elaborada por um possível escritor secular, que quis escrever um manual de doutrinas sobre um tema corrente: a educação das mulheres. CAAMAÑO TOMÁS, A. Castigos y doctrinas que un sabio dava a suas hijas: un ejemplo bajomedieval de la literatura de matrimonio en España. *Medievalia*, n. 39, p. 120, 2007.

⁸³⁵ O dote consistia na parte da herança recebida pela mulher quando ela deixava a sua família de origem e compunha uma nova, junto de seu marido, que, por sinal, se tornava responsável por administrar a herança de sua esposa. OTIS-COUR, L. *Historia de la pareja en la Edad Media*. Placer y amor. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A, 2000. p. 22-24.

fortaleza, linhagem, ou na virtude”. De acordo com o pai, muitos dos filósofos e sábios teriam concordado que era na virtude que se sustentava a nobreza, dado que a primeira podia ser considerada “a coisa mais digna e mais excelente” que qualquer pessoa poderia ter. Quer dizer, por considerar que os “homens discretos comumente preferiam as mulheres boas e virtuosas” às “ricas e formosas”, o pai pedia às suas filhas que “guardassem na memória” e colocassem em prática as orientações que ele lhes preparava.⁸³⁶

Possivelmente fazendo alusão ao peso que o texto do Decálogo havia alcançado no regramento da conduta dos cristãos⁸³⁷, o pai apresentava às suas filhas dez preceitos básicos norteadores das vidas delas, que incluíam, desde princípios religiosos e conselhos sobre os exemplos ideais de mulheres, até orientações domésticas a propósito de como elas deveriam administrar suas casas e tratar suas criadas. Nesses termos, o autor dos *Castigos y Doctrinas* restringia o público do seu tratado às suas filhas e, indiretamente, às mulheres do estamento mediano ou nobiliárquico, dado que, somente as mulheres provenientes dessas categorias poderiam ter tido acesso a uma instrução letrada, ao ponto de serem leitoras do tratado, ou mesmo, de compreenderem claramente o que estava escrito nele. Somente as mulheres dessas estirpes deveriam ter a preocupação de saber lidar com criadas.⁸³⁸ Recorrendo a algumas referências bíblicas, aos autores clássicos e contemporâneos, bem como a algumas narrativas, como aquelas que contavam a história de *Walter y Griselda*, da *Doncella de Antioquia* ou de *Espela*, o autor apresentava às suas filhas os ensinamentos sobre o casamento, acompanhados de alguns exemplos daquilo que elas deveriam praticar e/ou guardar na memória.⁸³⁹

As duas primeiras doutrinas apresentadas às mulheres que estivessem “sob o poder de seus maridos”, ou seja, que fossem casadas, apresentadas pelo pai, retomavam as passagens bíblicas dos evangelistas Lucas e Mateus a respeito dos deveres de todo cristão de “amar” ao “Senhor Deus sobre todas as coisas” e de não desejar “ao próximo e cristão” aquilo que não se

⁸³⁶ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a suas hijas**. Edição preparada por Rafael Herrera Guillén. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. p. 4.

⁸³⁷ MARTINS, M. **A Bíblia na Literatura Medieval portuguesa**. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. p. 85.

⁸³⁸ CAAMAÑO TOMÁS, A. Castigos y doctrinas que un sabio dava a suas hijas: un ejemplo bajomedieval de la literatura de matrimonio en España. **Medievalia**, n. 39, p. 122-123, 2007. Há quem defenda que o autor foi algum comerciante enriquecido. HENTSCH, A. A. **De la littérature didactique du moyen age s’adressant spécialement aux femmes**. Dissertation inaugurale. Halle: Université Frédéricienne, 1903. p. 174.

⁸³⁹ Há menções claras e outras indiretas aos Provérbios, às Epístolas, ao Salmos, ao Gênesis, a Horácio, Valério, Sêneca, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, São Jerônimo e ao livro de cavaleiro da Torre de Landry. CAAMAÑO TOMÁS, A. Castigos y doctrinas que un sabio dava a suas hijas: un ejemplo bajomedieval de la literatura de matrimonio en España. **Medievalia**, n. 39, p. 121, 2007. Alguns estudos indicam que possivelmente o autor dos Castigos teria tido acesso à *Relación de la doctrina que dieron a Sarra* de Fernán Perez de Guzmán. CANO BALLESTA, J. Castigos y doctrinas que un sabio dava a sus hijas: un texto del siglo XV sobre la educación femenina. **AIH**. Actas X, p. 140, 1989.

desejava para si. Na sequência dessas doutrinas religiosas, o pai recomendava às suas filhas que “guardassem e amassem seus maridos”, sendo “resignadas e obedientes” a eles.⁸⁴⁰ Para exemplificar tal doutrina, além de rememorar o exemplo de Maria e a obediência de Abraão, que entregara o seu filho em sacrifício a Deus, o autor dos *Castigos y Doctrinas* retomava uma história ilustrativa da obediência e bondade que as casadas deviam a seus maridos, a história de Walter y Griselda.

Tratava-se esta de um conto que, embora o autor não tenha se preocupado em revelar a sua origem, certamente foi retirado do *Decameron* – conjunto de cem novelas escritas por Boccaccio, entre 1348 e 1353. No entanto, essa história havia sido copiada e modificada em alguns pontos por Petrarca, em *Epistolae Seniles*. Nessa adaptação, Petrarca retirara do texto de Boccaccio algumas descrições profanas e mundanas, conferindo ao texto uma visão mais cristã e convertendo Griselda em símbolo de submissão à vontade divina. Ao longo do medievo, teria sido essa versão de Petrarca a que ganhou maior número de cópias e traduções em diversas línguas⁸⁴¹, do mesmo modo que teria sido essa a que o autor dos *Castigos y Doctrinas* provavelmente teve a possibilidade de consultar.⁸⁴² Segundo contava o sábio pai às suas filhas, tal história havia se passado na Itália, onde um marquês “muito virtuoso e discreto”, motivado pelas súplicas de seus “vassalos e cavaleiros”, de que buscasse se casar com uma mulher e tivesse “frutos” para herdar a terra, teria escolhido a filha de um “cavaleiro pobre” como sua esposa. No entanto, depois de casados, o marquês havia decidido colocar sua mulher à prova, testando “até onde podia chegar a paciência e bondade” dela. Primeiro, havia afastado Griselda de sua filha, depois do filho, alegando que seus vassalos não estavam contentes por estes serem fruto de uma “mulher de tão baixa linhagem”. Por fim, havia devolvido Griselda ao seu pai e a ela havia dito que se casaria com outra mulher mais nobre, “filha de um conde”. Atitudes que Griselda respondia obedientemente, dizendo-lhe que fosse “feita a vontade de seu marido”. Assim, depois das provas de obediência e paciência de Griselda, o marquês a recompensara contando-lhe a verdade e devolvendo-lhe os filhos e o lugar de esposa. Rememorando essa história, o sábio pai dos *Castigos y Doctrinas* dirigia-se às suas filhas advertindo-lhes de que, se tamanha obediência havia sido demonstrada pela filha de um pobre cidadão, ainda mais

⁸⁴⁰ *Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas.*, p. 5.

⁸⁴¹ Na Espanha essa história foi contada por Bernat Metge em *Història de Valter i Griselda*. Na França ela apareceu no *Le Fresne*, um dos lais de Maria da França. LÓPEZ ALCARAZ, J. *El drama de Griselda: en rimas y por personajes* (1395). Tradução e notas de Josefa López Alcaraz. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1988. p. 9-10. ROMERA CASTILLO, J. Bernat Metge y Joan Timoneda (patraña segunda): El doble filo de imitatio. *eHumanista*, v. 13, p. 210-211, 2009.

⁸⁴² CANO BALLESTA, J. *Castigos y doctrinas que un sabio dava a sus hijas: un texto del siglo XV sobre la educación femenina*. *AIH*. Actas X, p. 144, 1989.

empenho deveriam ter as filhas dos homens de “boas linhagens” para mostrarem-se pacientes e obedientes aos seus maridos.⁸⁴³ Do mesmo modo, o pai salientava, nesses termos, que a virtude, muitas vezes, se sobrepunha à linhagem e à nobreza de sangue.

Para exemplificar a quarta doutrina, ou seja, a obrigação das mulheres de guardarem a castidade, mesmo sendo casadas, o pai recorria às palavras de Santo Agostinho, Valério Máximo e Santo Ambrósio. Lembrava, por conseguinte, às suas filhas que “guardar castidade a seus maridos significava, de acordo com o que havia dito Santo Agostinho, que elas fossem fieis aos seus esposos. De Valério, retomava a história de mulheres que, como Espela, preferiram “perder a vida” à “castidade. Já de Santo Ambrósio, o pai recobrava uma passagem do *De virginibus* a propósito de uma donzela de Antioquia⁸⁴⁴, a qual, por sua recusa de se entregar aos desejos de um príncipe, fora enviada por ele a uma casa de “más mulheres” e depois martirizada. De fato, a inclusão da exigência da fidelidade da esposa ao marido, dentre as doutrinas do Decálogo, devia-se, em grande medida, à consideração de que o adultério era, dos pecados, um dos mais graves praticados pelas mulheres casadas, uma vez que colocava em risco a manutenção do patrimônio e da honra familiar, segundo os laços de sangue.⁸⁴⁵ A esse respeito, as leis castelhanas resguardavam os direitos dos maridos, autorizando-os a matar os amantes, caso fossem pegos em flagrante, ou, caso o marido suspeitasse de uma traição, a acusá-los diante de um juiz.⁸⁴⁶

No entanto, mais do que se esforçarem para serem castas e honestas, de acordo com o pai, na quinta doutrina, suas filhas deveriam parecer honestas. Para isso, indicava a elas que usassem roupas e adornos que estivessem em concordância com “os estados e as rendas” de seus maridos, seu “hábito de viver”, “sua idade e sua disposição” e que, principalmente, se vestissem para agradar aos seus maridos.⁸⁴⁷ Sobre esse aspecto avisava às suas filhas do grande perigo que corriam se buscassem, por meio dos subterfúgios e adereços, corromper a imagem física que Deus lhes havia dado. Ora, a luxúria era, dos pecados, um dos mais associados às mulheres, uma vez que recorrentemente se retomava a figura de Eva como desencadeadora do pecado original e como aquela que teria sido responsável por, através de seus encantos e

⁸⁴³ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas.**, p. 10.

⁸⁴⁴ Essa mesma história é retomada por Álvaro de Luna no *Libro de las claras y virtuosas mugeres*, no capítulo XLIX.

⁸⁴⁵ SEGURA GRAÍÑO, C. El pecado y los pecados de las mujeres. In: CARRASCO MACHADO, A. I.; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 223.

⁸⁴⁶ TUDELA VELASCO, M. I. P. Acerca de la condición de la mujer castellano-leonesa durante la Baja Edad Media. **En la España Medieval**, n. 4, p. 771, 1984.

⁸⁴⁷ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas.**, p. 14.

artifícios, levar o primeiro homem a pecar.⁸⁴⁸ No entanto, mais do que atentarem contra as leis divinas quando se deixavam levar pela voluptuosidade que os adornos e as vestimentas lhes proporcionavam, elas acabavam burlando as leis do reino, as quais, a essa altura as obrigavam a se vestir em concordância com a estirpe e o estado de seus maridos.⁸⁴⁹ Retomando, por conseguinte, essa tópica da mulher naturalmente luxuriosa, desencadeadora do pecado e corruptora das leis divinas e humanas o pai alertava suas filhas para que se vestissem em conformidade com a idade que possuíam e os lugares que ocupavam junto a seus maridos.⁸⁵⁰ Orientava, ainda, que elas se afastassem “das más companhias e das más palavras”, que evitassem sair de suas casas, especialmente se fosse para frequentar “jogos, justas e touradas”, que não pronunciassem palavras “suja e de putarias”⁸⁵¹ e que se mantivessem o mais longe possível dos homens, fossem eles estranhos ou parentes. Aliás, para evitar qualquer tipo de difamação, o pai recomendava às suas filhas que, quando casadas, evitassem que outros homens as vissem em seus quartos e camas e que, na ausência de seus maridos, cuidassem falar somente o necessário com os outros homens da casa. E, a fim de que nenhuma suspeita sobre a honestidade de suas filhas pairasse, o pai indicava-lhes que, nessas circunstâncias, elas até mesmo buscassem a companhia de outras damas para dormir.⁸⁵² Em suma, da regulação do foro íntimo das casadas dependia a fama pública de seus maridos, por isso cabia ao pai orientá-las especialmente sobre esse âmbito.⁸⁵³

Acrescentava ainda o pai, ao rol de restrições à vida das casadas, que evitassem os excessos à mesa, isto é, que fossem “comedidas nas formas de beber e comer”, evitando “guloseimas e comidas caras” e, principalmente, o vinho. Nas palavras do pai, retomando as considerações de Horácio sobre esse tema, além de o vinho “abrir o corpo às obras de luxúria” fazia com que as mulheres tivessem a razão e o entendimento perturbados, por isso, para se conservarem na condição de “damas honestas”, pedia a elas que o evitassem, ou mesmo, se em

⁸⁴⁸ SEGURA GRAÍÑO, C. El pecado y los pecados de las mujeres. In: CARRASCO MACHADO, A. I.; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 222.

⁸⁴⁹ O vestuário foi uma das formas de os maridos evidenciarem os direitos que possuíam sobre suas mulheres. Contudo, mais do que atuarem na definição social da mulher, segundo a patrilinearidade, as vestimentas foram reguladas pelas leis suntuárias do reino, ou seja, foram um dos signos de distinção social. HUGHES, D. O. As modas femininas e seu controlo. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 190.

⁸⁵⁰ Uma das referências mais importantes sobre esse tema, ao longo do medievo, foi Tertuliano (160-225). Para esse cartaginês, que teve relevante peso nas reflexões de São Jerônimo, as mulheres eram seres moralmente perigosos que deveriam recusar a beleza alcançada com o uso de enfeites, já que, fazendo uso de artifícios, elas corrompiam a natureza divina. MARTÍNEZ CRESPO, A. **La belleza y el uso de afeites en la mujer del siglo XV**. Madri: Editora Complutense. DICENDA. Cuadernos de Filología Hispánica, n.11, p. 213, 1993.

⁸⁵¹ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas**, p. 16.

⁸⁵² Ibid., p. 19-20.

⁸⁵³ BOLLO-PANADERO, M. D. Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas: una tercera vía de representación literaria de la mujer en el siglo XV. **Memorabilia**, n. 16, p. 67, 2014.

alguma ocasião os maridos as autorizassem a bebê-lo, que o tomassem moderadamente.⁸⁵⁴ A necessidade de que as mulheres honestas se privassem do vinho, também era uma tópica da correta conduta sugerida pelos cronistas e moralistas, por exemplo, o cronista Hernando del Pulgar associava a continência e o comedimento nos movimentos da rainha Isabel ao fato de que ela não bebia vinho⁸⁵⁵, já o arcipreste de Talavera, Alfonso Martínez de Toledo, no *Corbacho*, advertia que “até mesmo a mais direita das mulheres”, fosse ela “casada, monja, viúva, solteira ou amiga”, que tivesse provado do vinho, “não vedaria o seu corpo a quem tomá-lo quisesse”.⁸⁵⁶ Daí a importância de todas as mulheres se absterem do vinho, já que muitos acreditavam na capacidade dessa bebida de potencializar suas debilidades, tornando-as ainda mais inclinadas aos apetites da carne.

No que tange aos cuidados com a casa, o autor dos *Castigos y Doctrinas* destinava às suas filhas o sétimo e o décimo mandamentos. Descritas como guardiãs e administradoras do patrimônio familiar, as mulheres, de acordo com o autor dos *Castigos y Doctrinas*, eram aconselhadas a cuidar diligentemente, no âmbito de suas casas, da conservação e administração de tudo aquilo que seus maridos conseguissem adquirir fora delas. Para que lograssem tal feito, propunha-lhes que velassem para que seus maridos não tivessem “mais homens e mulheres”, como criados, do que o “necessário”, já que, os gastos com estes deveriam ser feitos em conformidade com suas “fazendas e estados”. Recomendava, pois, a elas que tratassem bem das suas criadas, criando-as e castigando-as como se elas fossem suas próprias filhas, de modo a afastar de suas casas qualquer tipo de descomedimento ou qualquer difamação sobre as pessoas que viviam nelas.⁸⁵⁷ Além do salário, comumente as criadas recebiam de suas senhoras: roupas, algumas somas em moedas, algum tipo de contribuição para seus dotes e, até mesmo, alguns benefícios testamentários.⁸⁵⁸

Com efeito, não obstante a submissão das esposas aos maridos fosse um dos preceitos norteadores das suas vidas, no âmbito familiar, as mulheres nobres exerciam algumas funções

⁸⁵⁴ *Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas.*, p. 21.

⁸⁵⁵ PULGAR, H. *Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. p. 37.

⁸⁵⁶ MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. *Corbacho o Reprobación del amor mundano*. Edição de Cristóbal Pérez Pastor. Madri: Sociedade dos bibliófilos espanhóis, 1901. Cap. XI.

⁸⁵⁷ As meninas mais pobres eram encaminhadas às casas de ricas famílias para que fossem criadas por elas e, em troca dos serviços que prestassem, recebessem um dote para que pudessem se casar. SEGURA GRAÍÑO, C. Las mujeres en la organización familiar. IGLESIA DUARTE, J. I. I (Org.). *La familia en la Edad Media*: XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, p. 209-220, 31 jul. a 4 ago. 2000.

⁸⁵⁸ BECEIRO PITA, I. La mujer noble en la Baja Edad Media. In: FONQUERNE, Y-R; ESTEBAN, A. (Coord.). *La condición de la mujer en la Edad Media*. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez del 5 al 7 de noviembre de 1984. Madri: Casa de Velázquez, Universidad Complutense, 1986. p. 310.

de mando e cuidado frente aos criados, bem como de poder administrativo das rendas.⁸⁵⁹ De acordo com as palavras do cronista Andrés Bernáldez, a rainha Isabel tinha sido, em seu tempo, “exemplo de boa casada” justamente porque, além do grande amor dedicado a seu marido, tinha se notabilizado por ser “amiga de sua casa, reparadora de suas criadas e donzelas”.⁸⁶⁰

Já, na oitava e nona doutrinas, o pai pedia às suas filhas, respectivamente, que tivessem atenção para que fossem afastados todos os males e inimizades de seus maridos e para que elas, na condição de esposas, não se deixassem dominar pelos ciúmes. Nesse sentido, a respeito do primeiro caso, recomendava que fossem humildes e temperadas no tratamento dos parentes de seus esposos e de seus vizinhos. Advertia-lhes a não pronunciar “palavras de escândalo”, ou qualquer forma de ira, dado que esse tipo de conduta demonstrava mais “fraqueza de alma” do que “esforço ou nobreza”.⁸⁶¹ No que tange aos ciúmes, o pai dizia-lhes que três males decorriam das mulheres que se deixavam levar por esse sentimento: a tristeza, a má vida que davam a seus maridos e a falta de concentração na guarda e administração da fazenda de seus esposos. Todavia, como solução para tal problema, e em caso de comprovada a traição, dava-lhes três conselhos: que abandonassem a administração da fazenda, se o marido não se separasse da outra mulher; que pedissem auxílio a algum parente, para que ele orientasse seu esposo a abandonar a outra e que, por fim, rogassem pela ajuda divina, pois Deus “nunca abandonaria aqueles que tivessem fé” nele.⁸⁶² Em relação a esse tema, os escritores e cronistas que se dedicaram a registrar o reinado dos reis católicos lembravam-se não só do amor de Isabel por seu marido, mas também da infidelidade de Fernando e dos ciúmes que essas relações extraconjugais traziam à monarca. Senhora que, “prudentemente” e “reservadamente”, buscava agir de modo a distanciar da corte e da proximidade do rei os motivos que, na condição de marido, o afastavam dela.⁸⁶³

Como se pode notar, por meio de doutrinas e advertências apresentadas afavelmente apresentava às suas “amadas filhas”, o pai não deixava de reconhecer que a vida das mulheres casadas era não só “perigosa” como “áspera”⁸⁶⁴, por isso, julgava que nenhuma outra mulher

⁸⁵⁹ OPTIZ, C. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). O lugar das mulheres: casamento e família. In: DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 372.

⁸⁶⁰ BERNÁLDEZ, A. Historia de los reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel. In: **Crónica de los Reyes de Castilla desde Alfonso X hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel**. Edição preparada por Don Cayetano Rosell. Madri: Rivadeneyra Editor, 1878. Tomo III, Cap. CCII, p. 722.

⁸⁶¹ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas**, p. 23.

⁸⁶² Ibid., p. 24.

⁸⁶³ MARTÍN RAMOS, R. **Isabel la Católica**: su personalidad a través de la escritura. Bienes Culturales: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español, n. 4, p. 148, 2004.

⁸⁶⁴ **Castigos y Doctrinas que un sabio daba a sus hijas**, p. 14.

era merecedora de tantos méritos como as casadas.⁸⁶⁵ Delas dependia que seus maridos não gastassem mais do que tivessem, que os recursos de suas casas fossem bem administrados, que não fossem criadas inimizadas com seus esposos, que as criadas executassem corretamente os seus serviços, que, através de sua honra, a dos seus maridos fosse acrescentada e que, enfim, o casamento tivesse êxito. Dito de outro modo, apesar de não desconsiderar que as mulheres deveriam se submeter à autoridade de seus maridos e que honra delas estava relacionada com as obrigações que deviam à organização familiar, o autor dos *Castigos y Doctrinas* atribuía a elas o papel de esteio da vida conjugal⁸⁶⁶. Por isso, o pai considerava imprescindível que deixasse como herança às suas filhas os ensinamentos necessários para que elas viessem a ser excelentes esposas.

Aliás, nesses e noutros aspectos, muitos paralelismos podem ser traçados entre o poema escrito por Pérez de Guzmán e os *Castigos y Doctrinas*. Em ambos, através das vozes dos pais, ganhavam força as palavras de autoridade a propósito de como deveriam se conduzir⁸⁶⁷, com o que deveriam se ocupar e como deveriam agir as mulheres que pretendessem se casar. Neles a obediência e a fidelidade irrestrita delas a seus maridos, o cuidado com a casa e a exigência de, não só serem, como parecerem virtuosas foram, por assim dizer, indicados como comportamentos ideais das mulheres e uma espécie de receita que as ajudavam, por um lado, a se prepararem para o casamento e, por outro, a se verem como responsáveis pelo triunfo ou insucesso dele.⁸⁶⁸ Num e noutro, os cuidados dos pais em relação às suas filhas ganham relevante papel para fazerem delas, no futuro, esposas modelares. Tanto na *Relación* como nos *Castigos y Doctrinas*, os vícios associados à natureza das mulheres, assim como havia assinalado Eiximenis, não deveriam ser ignorados, mas sim tomados como ponto de partida para ensiná-las a contorná-los ou remediá-los, através da imitação dos bons exemplos e,

⁸⁶⁵ HARO, M. La concepción del amor Cristiano a través de la virtuosa casada: Castigos y Doctrinas que un sabio dava a sus hijas. In: NASCIMENTO, A. A; RIBEIRO, C. A. (Org.). **Literatura Medieval**. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval, Lisboa, out. 1991. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 158.

⁸⁶⁶ A vida e a honra das mulheres medievais estavam intimamente ligadas à posição que elas ocupavam na família, por isso elas foram vistas como filhas, mães, esposas, viúvas e monjas. SEGURA GRAÍÑO, C. Las mujeres en la organización familiar. IGLESIA DUARTE, J. I. I. (Org.). **La familia en la Edad Media**: XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, p. 209-220, 31 jul. a 4 de ago. 2000.

⁸⁶⁷ A despeito de alguns estudiosos considerarem que, pelo menos o autor dos *Castigos y Doctrinas*, conheceu *Le livre du chevalier de la Tour- Landry*, texto preparado por um cavaleiro de Anjou preocupado com a educação de suas filhas, muitos aspectos distanciam um texto do outro. Não obstante os textos façam menção à educação de jovens da nobreza, a produção francesa, além de apresentar recomendações de cunho moral, não necessariamente associadas à vida das casadas, manifestou a preocupação com a instrução cortesã e letrada das jovens, aspecto que não é contemplado por essa produção castelhana. CANO BALLESTA, J. **Castigos y doctrinas que un sabio dava a sus hijas**: un texto del siglo XV sobre la educación femenina. p. 141.

⁸⁶⁸ Segundo os estudos de María Dolores Bollo- Pandero, longe de vituperar ou idealizar amorosamente as mulheres, o autor anônimo busca traçá-las a partir de descrições da vida prática das casadas, individualizando-as como agentes da organização social. Castigos y Doctrinas que un sabio dava a sus hijas: una tercera vía de representación literaria de la mujer en el siglo XV. **Memorabilia**, n. 16, p. 70, 2014.

consequentemente, do respeito a determinadas condutas consideradas próprias das mulheres virtuosas. Quer dizer, a educação, pautada na força do exemplo e da advertência⁸⁶⁹ ganhava nesses textos as funções de corrigir, reformar e conduzir os gestos, as posturas e as atitudes das mulheres que quisessem ser consideradas por seus pais e maridos, filhas e esposas modelares. Para mais, essa educação repercutia na honra e posição social dos pais e maridos delas.⁸⁷⁰

Outro aspecto que aproxima os dois textos é o convite que fazem às mulheres. As postulantes a se casar, ou mesmo as casadas, são instadas a bem gerir o poder que tinham sobre seus maridos. Consideradas aliadas e, até mesmo, úteis na manutenção das virtudes daqueles que viviam sob a tutela familiar, essas mulheres são vistas como dignas de confiança. A elas é dada a responsabilidade de gerir corretamente os bens que seus esposos possuíam, a elas é conferido o cuidado de afastar as inimizades e os perigos da vida de seus cônjuges. Delas passava a depender, cada vez mais no âmbito familiar, o triunfo das virtudes diante dos pecados.⁸⁷¹ Por isso, cabia ensiná-las, elas eram úteis aliadas na preservação e manutenção da vida matrimonial.

Ora, como é possível perceber, ao passo que o debate entre defensores e detratores das mulheres havia ganhado espaço na corte de Juan II, os questionamentos sobre a possibilidade de educar as mulheres e a elaboração dos conteúdos específicos para tanto começavam a ganhar força na segunda metade do século XV, no reinado de Enrique IV. Marcado por diversas disputas nobiliárquicas em torno do favoritismo do rei⁸⁷², pela suscetibilidade do monarca aos seus privados⁸⁷³, bem como pelo suposto adultério da rainha, o reinado de Enrique IV igualmente tinha sido palco, a partir de 1468, das contendas, pela sucessão do reino, entre duas mulheres e dos grupos nobiliárquicos ligados a elas, a saber: entre a suposta filha de Enrique

⁸⁶⁹ Frente a uma aprendizagem mais teórica de conhecimentos, característica do ensino dado aos homens, as mulheres medievais teriam recebido uma educação mais empírica, baseada na força do exemplo e na capacidade de imitação. CUADRA GARCIA, C; GRAÑA CID, M. M; MUÑOZ FERNANDEZ, A; SEGURA GRAÍÑO, C. Notas a la educación de las mujeres en la Edad Media. GRAÑA CID, M. M. **Las sabias mujeres**: educación, saber y autoría (siglos III-XVII). Madri: Al- Mudayana, 1994. p. 44.

⁸⁷⁰ HARO, M. “De las buenas mujeres”: su imagen y caracterización en la literatura ejemplar de la Edad Media. In: PRADES, J. (Ed.). **Medievo y Literatura**. Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, Granada, v. II, p. 461, set./out. 1993.

⁸⁷¹ DUBY, G. **Eva e os Padres**: Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 88.

⁸⁷² A esse respeito, Hernando del Pulgar, no seu compêndio sobre os homens mais importantes do reino, declarava que, pelo fato de o rei ter dado aos “homens pequenos” do reino grande benefícios e títulos, e estes, para acrescentá-los, ou mesmo assegurá-los, terem entrado em conflito com os grandes nobres, muitos foram aqueles que “ousaram desobedecer o rei”. **Claros varones de Castilla y Letras de Fernando de Pulgar, consejero, secretario y coronista de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel**. Madri: Geronimo Ortega e Hijos de Ibarra, 1789. p. 14. Disponível em:

<<https://books.google.es/books?id=Eaz4AaGLGr8C&printsec=frontcover&hl=es#v=onepage&q&f=false>>
Acesso em: 09 jun. 2015.

⁸⁷³ CARCELLER CERVIÑO, M. P. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. **En la España Medieval**, n. 32, p. 85-112, 2009.

IV, a infanta Juana, e Isabel, a irmã do rei. Assim, quando Isabel assumiu o poder, após a morte de seu irmão, em 1474, tinha sido com o apoio e sob o triunfo de grande parte da nobreza que julgava ilegítimo que o rei fosse sucedido por uma suposta bastarda. Fazia-se necessário, pois, o reforço moral das mulheres do reino, especialmente da rainha. Como já adiantamos, conforme os registros deixados pelos cronistas, diversos tinham sido os esforços de Isabel nesse sentido, no entanto, os mais expressivos, pode-se dizer, foram encabeçados pelo prelado e confessor dela, Hernando de Talavera. Assim, depois de termos discutido sobre a autoridade dos pais acerca da formação e educação das mulheres, vejamos como essa autoridade também foi exercida pelos clérigos.

3.3.2- Regular o tempo, reformar os costumes e orientar as práticas das mulheres: o afã organizador de um clérigo

Considerado por Pedro Martír de Anglería um homem “experiente, ensinado” e um notável “conselheiro” dos reis católicos, Hernando de Talavera ocupou lugares e funções de destaque na corte castelhana.⁸⁷⁴ Nela ingressou como confessor dos reis por volta dos primeiros anos da década de setenta, do século XV. Serviço que prestou por pouco tempo ao rei Fernando, mas que se estendeu, no caso da rainha Isabel, por cerca de vinte anos. Defendeu diante dessa monarca, ao lado de Antonio de Nebrija, como já alertamos, o valor da palavra como instrumento capaz de organizar e unificar o reino, apoiando a publicação da primeira gramática castelhana. Igualmente em defesa da palavra, evidenciou o relevante peso que atribuía ao vernáculo na educação e disciplina dos súditos e fiéis, dentre outras ocasiões: compondo cartilhas para catequizar os povos do reino, preparando traduções, elaborando tratados que ajudassem a moralizar e organizar a conduta dos homens e especialmente das mulheres, bem como incentivando a instalação da tipografia, com vistas a facilitar que estes e outros textos alcançassem um público mais amplo.⁸⁷⁵ A despeito de não ter dedicado os seus escritos somente

⁸⁷⁴ Essa descrição é feita por Pedro Martír de Anglería em carta enviada a Hernando de Talavera, no dia 15 de outubro de 1488. A carta foi publicada por: IANNUZZI, I. **El poder de la palabra en el siglo XV**: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009. p. 129-130.

⁸⁷⁵ IANNUZZI, I. **Educar a los cristianos**: Fray Hernando de Talavera y su labor catequética dentro de la estructura familiar para homogeneizar la sociedad de los Reyes Católicos. Nuevo Mundo. Colóquio Família y

ao tema da educação das mulheres, muito versou sobre esta questão, provavelmente motivado pela rainha, a quem prestou o serviço de guia espiritual, pela fama que sua assistência religiosa e moral alcançou entre algumas nobres mulheres do reino e pelas atribuições que assumiu, ao longo de sua vida, ocupando alguns cargos na hierarquia eclesiástica. Com efeito, o prestígio alcançado como confessor e autoridade eclesiástica, exercendo, dentre outras, as funções de prior e bispo, permitiu-lhe falar das e às mulheres, dirigindo-lhes palavras sobre como deveriam se conduzir.⁸⁷⁶ À vista disso, analisaremos a princípio em que sentido essas funções exercidas por Talavera lhe conferiram permissão e renome para elaborar algumas normativas de comportamentos para as principais receptoras desses seus discursos, a saber: a rainha, as nobres laicas e as religiosas do reino. Partindo de alguns elementos significativos e comuns nessas normativas, como a tentativa de regular o tempo, reformar os costumes e orientar as práticas delas, examinaremos qual foi o percurso trilhado por esse frei jerônimo nessas gramáticas. Nosso ponto de partida será, pois, avaliar como, na condição de confessor, Talavera esteve próximo da rainha e de uma nobre e, investido dessa função, escreveu-lhes algumas recomendações ligadas ao aproveitamento do tempo.

A partir do IV Concílio de Latrão, realizado em 1215, havia sido instituída – segundo as disposições do cânon XXI – a obrigação sacramental dos homens e das mulheres de, “tendo atingido a idade de discernimento, confessarem fielmente todos os seus pecados, pelo menos uma vez ao ano, diante de um sacerdote, e realizarem a melhor penitência imposta”.⁸⁷⁷ Desde o século XIII, portanto, a escuta dos pecados por um clérigo e sua autorização para julgar e penitenciar os pecados dos fiéis eram considerados imprescindíveis na sacração da vida dos cristãos e na condução da salvação de suas almas. Conforme o cânon XXII, do citado concílio, ao confessor cabiam os cuidados com a alma e a saúde espiritual dos fiéis, antes mesmo que qualquer médico cuidasse dos males que acometiam o corpo, pois considerava-se que somente depois de recobrada a saúde espiritual poderia ser restaurado o bem-estar corporal.⁸⁷⁸ Conduzidas pelo confessor, a confissão e a penitência passavam a integrar, assim, o caminho apresentado aos cristãos para que examinassem sua consciência, pagassem por seus pecados e garantissem, através da mortificação física e espiritual, o perdão, ou seja, o livramento dos

organización social en Europa y América siglos XV-XX Murcia-Albacete 12-14, s/p., dez. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/19122>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

⁸⁷⁶ CODET, C. **Hablar de la mujer o hablar a la mujer en tiempos de los Reyes Católicos**: visiones contrastadas en tres tratados de Hernando de Talavera. La Clé des Langues. Lyon: ENS Lyon/DGESCO, mai. 2010. Disponível em: <<http://cle.ens-lyon.fr/espagnol/hablar-de-la-mujer-o-hablar-a-la-mujer-en-tiempos-de-los-reyes-catolicos-visiones-contrastadas-en-tres-tratados-de-hernando-de-talavera--95016.kjsp>>. Acesso em: 22 out. 2015.

⁸⁷⁷ CÂNONES DO IV CONCÍLIO DE LATRÃO. Disponível em: <<http://legacy.fordham.edu/halsall/basis/latran4.asp>>. Acesso em: 29 out. 2015.

⁸⁷⁸ Ibid.

empecilhos que, ainda vivos, os impediam de alcançar a saúde espiritual e corporal e, depois de mortos, lograr a glória eterna e a graça de Deus.⁸⁷⁹

Se a figura do confessor gozou de tal importância na absolvição dos pecados e na condução da salvação das almas dos homens comuns, grande relevância ela passou a ganhar junto do rei, cujos pecados se considerava que reverberavam além da esfera pessoal, afetando sua linhagem e todos aqueles que, no reino, viviam sob sua condução.⁸⁸⁰ Hernando de Talavera, retomando as palavras de Isidoro de Sevilha, lembrava, a propósito disso, que o monarca era quem “sustentava os povos e estava cercado e encarregado deles”, logo, “por onde quer se movessem e fossem o rei e a rainha nos costumes honestos e desonestos”, o povo os seguia.⁸⁸¹ Ou seja, os pecados dos reis e das rainhas não só colocavam em risco as suas almas como punham em perigo a boa marcha política do reino, visto que os súditos, por tomarem os soberanos como modelo, eram conduzidos para a mesma direção que eles. Daí o papel fundamental dos confessores régios. Deles dependia que os reis e rainhas cuidassem do regramento de si, evitando os pecados, e que, consequentemente, por intermédio do modelo personificado pelos soberanos fosse garantido aos homens e às mulheres do reino um espelho de virtudes que lhes ensinasse o bem-comum e lhes encaminhasse para a salvação eterna. No entanto, além das funções penitencial e religiosa, os confessores acabaram assumindo outros papéis junto dos reis.⁸⁸²

Alguns monarcas castelhanos, sobretudo aqueles da dinastia de Trastâmara, haviam mostrado muitos cuidados com a escolha de seus confessores, assim como grande dependência em relação às orientações dadas por eles. Isabel, no ano de 1471, ainda na condição de princesa, pelos cuidados que teve com este tema e por seus esforços junto à cúria papal, recebeu do papa, Sisto IV, autorização para escolher o seu confessor e, três anos mais tarde, ganhou do mesmo pontífice outra licença que permitia a este seu guia espiritual absolver-lhe de todos os pecados.⁸⁸³ Alguns fatores teriam motivado Isabel, já na condição de rainha, a receber em sua

⁸⁷⁹ DELUMEAU, J. **A confissão e o perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 13-14. SOTO SÁBANOS, J. M. Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la baja edad media hispana. **Hispania Sacra**, v. 58, n. 118, p. 411-447, 2006.

⁸⁸⁰ NOGALES RINCÓN, D. Confesar al rey en la Castilla bajo medieval (1230-1504). In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 56-57.

⁸⁸¹ TALAVERA, H. El tratado sobre el vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera. Edição preparada por Teresa de Castro. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**. Historia Medieval, série 3, t. 14, p. 47, 2001.

⁸⁸² Os confessores reais teriam saído do anonimato pelos esforços dos reis da dinastia de Trastâmara, sobretudo a partir do reinado de Juan I, de conceder-lhes não somente funções eclesiásticas, mas também políticas. NIETO SORIA, J. M. **Iglesia y Genesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1994. p. 140-150.

⁸⁸³ NOGALES RINCÓN, D. Confesar al rey en la Castilla bajo medieval (1230-1504). In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 59.

corte, como seu confessor, Hernando de Talavera. Provavelmente, entre os anos de 1475 e 1476, já era conhecida a fama que ele, exercendo o ofício de prior do Monastério jerônimo de Nossa Senhora do Prado, de Valladolid, havia alcançado como guia espiritual. A isso, somava-se o prestígio que este clérigo havia conquistado entre os homens letrados do reino, depois de ter assumido, entre 1463 e 1466, a cátedra de Filosofia Moral na Universidade de Salamanca. Notoriedades que teriam motivado a monarca a escolhê-lo, mas que se associava a uma prática muito comum entre os reis da dinastia de Trastâmara: atribuir confiança nos conselhos espirituais e políticos dos sacerdotes da ordem dos jerônimos.⁸⁸⁴ Ao longo do século XV, os clérigos dessa ordem assumiram paulatinamente um relevante protagonismo nas reformas políticas e religiosas conduzidas pelos reis dessa dinastia, bem como contribuíram na construção da legitimidade régia. É certo que, depois desta escolha, Talavera influenciou cada vez mais na condução pessoal e governativa da citada monarca, assumiu diversas funções delegadas por ela no reino, tomando a frente de responsabilidades no meio cortesão e na hierarquia eclesiástica castelhana que incluíram, dentre outras coisas, regular a postura da rainha e das outras mulheres.⁸⁸⁵ A trajetória de Hernando de Talavera na corte de Isabel foi, pois, representativa das diversas atribuições que um confessor régio poderia assumir.

Nas missivas trocadas entre a penitente régia e seu confessor é possível notar a importância que ela conferia às palavras dele, assim como a sua recorrente necessidade de apelar aos conselhos do clérigo. Isabel dizia sentir “consolação” com as palavras desse prelado e a ele lembrava que, além do conforto que suas cartas lhe traziam, elas lhe davam “vida”.⁸⁸⁶ Ao seu confessor pedia, em uma das epístolas que lhe enviara de Barcelona – após a tentativa de assassinato do rei Fernando⁸⁸⁷ e na qual refletia sobre a necessidade de bem morrer dos reis⁸⁸⁸ – que cuidasse do preparo de um memorial de suas dívidas, para que os “empréstimos, os serviços e os danos das guerras passadas” fossem pagos e, com isso, nenhum dos seus súditos

⁸⁸⁴ Embora nem todos os confessores dos reis trastâmaras tenham tido atribuições políticas muito claras. COUSSEMAKER, S. **Les confesseurs hiéronymites des souverains castillans, de 1373 à 1474**. Quels confesseurs pour quels rois? Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, 29^e Congrès. Les serviteurs de l'Etat au Moyen Âge. Pau, 1998, p. 85-103.

⁸⁸⁵ NIETO SORIA, J. M. **Iglesia y Genesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1994. p. 149.

⁸⁸⁶ OCHOA, E. **Epistolario Español**. Colección de cartas de españoles ilustres antiguos y modernos. Madri: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1870, t. II. p.16.

⁸⁸⁷ No dia 7 de dezembro de 1492, quando a corte estava em Barcelona, o rei Fernando foi alvo de um atentado cometido por Juan de Cañamás. BLATTE Y PRATS, L. El atentado contra Fernando el Católico, y el municipio gerundense. **Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita**, n. 19-20, p. 231-239, 1966-1967.

⁸⁸⁸ Também a morte dos reis deveria ser exemplar, isto é, acompanhada do recebimento litúrgico dos sacramentos e de sinais marcantes de sua virtuosidade e sacralidade. MATROSO, J. A morte dos reis na cronística pré-afonsina. In: MATTOSO (Dir.). **O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1995. p.187-200.

e naturais deixasse de ser restituído durante a sua vida e após a sua morte.⁸⁸⁹ Em outras cartas, demandava a ele orientações a respeito da condução do casamento de seus filhos e conselhos sobre “outros negócios maiores do reino e da boa governação deles”.⁸⁹⁰ Tanta era a confiança depositada pela rainha nos ensinamentos de Talavera que ela o julgava, mesmo quando não estivesse presente na corte, melhor capacitado para lhe dar “parecer sobre tudo”, pois considerava que ninguém melhor do que este clérigo saberia “sentir e louvar a paz”, dizendo e ensinando a todos o que eles deveriam fazer a Deus para tê-la e para agradecer outras graças recebidas. Reputava-lhe, inclusive, a competência de “bem repreender o que tivesse que repreender, do que se devia repreender” acerca de tudo e todos no reino.⁸⁹¹

Investido de tal autoridade e em resposta às demandas da rainha, Talavera, por sua vez, escreveu-lhe conselhos relativos ao regimento do reino. Nestes, ensinou-lhe a agradecer os benefícios recebidos e, exercendo seu papel de guia do regimento moral da monarca, advertiu-lhe sobre os excessos relacionados aos tipos de roupas que trajava e dava às suas damas e admoestou-lhe a respeito da prática da dança e das touradas nas festas cortesãs.⁸⁹² Como salientava este prelado, esses excessos e práticas deveriam ser repreendidos porque repercutiam para além da moral da monarca, ou seja, também impactavam na maneira como ela e o seu reino eram vistos e avaliados pelos reinos estrangeiros.⁸⁹³ Ora, como é possível perceber, o papel de confessor régio não se restringia aos cuidados que este deveria ter com a moral e a alma régias, pois a essa função espiritual eram agregadas tarefas relativas ao regimento do reino, próprias da interpenetração, nos reis, das esferas política e religiosa.⁸⁹⁴ Ao confessor régio não cabia, como nos fazem supor as missivas trocadas entre o jerônimo e a rainha, apenas aconselhar sobre assuntos estritamente religiosos ou de consciência, a ele convinha orientar os soberanos sobre todos os assuntos que afetavam suas decisões políticas e o regimento do reino. Por isso, podiam ser incluídos entre os temas sob os cuidados dos confessores régios: a política matrimonial dos infantes, a administração das rendas e dívidas régias, as relações estabelecidas

⁸⁸⁹ OCHOA, E. **Epistolario Español**. Colección de cartas de españoles ilustres antiguos y modernos. Madrid: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1870, t. II. p.15

⁸⁹⁰ Ibid., p. 16.

⁸⁹¹ Ibid., p. 16.

⁸⁹² GÓMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos**: El umbral del Renacimiento. Madrid: Ediciones Cátedra, t. I, 2012. p. 659.

⁸⁹³ OCHOA, E. **Epistolario Español**, t. II. p. 19. Acerca dos significados que as roupas régias, especialmente as da rainha Isabel, poderiam ter para os reinos estrangeiros, ver: MARINO, N.F. La indumentaria de Isabel la Católica y la retórica visual del siglo XV. **Atalaya**. Revue d'études médiévales romanes, n. 13, nov. 2013.

⁸⁹⁴ De acordo com as reflexões de Ernst Kantorowicz, o rei na Idade Média foi visto a partir de seu aspecto dual. Dualidade alcançada através da sagração com os santos óleos, que permitia fazer do corpo humano do rei um corpo também divino; pela atribuição do lugar de vigário da justiça divina na terra; e pelo caráter dual de seus corpos, um místico e imortal, outro terreno e mortal. **Os dois corpos do rei**. Um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

com os outros reinos, a escolha dos oficiais, a regulação da agenda dos monarcas, dentre outras questões de ordem prática.⁸⁹⁵

No sentido de orientar a rainha sobre como ela deveria se organizar para reger o reino, Talavera preparou-lhe até mesmo um memorial acerca da ordem que ela deveria ter no despacho de seus negócios. Segundo as palavras do prelado, ele escrevia esse memorial para que a “muito excelente alma” da rainha “vivesse contente”, “descansada, e sua sereníssima consciência descarregada, e sua real pessoa aliviada e livre para tomar as recreações e passatempos necessários à vida humana”. Justificava ainda a escrita desse seu texto dizendo à rainha que, se ela o seguisse nas suas orientações, poderia “mais livremente descansar de suas árduas ocupações”. Para que Isabel conseguisse conjugar o tempo dedicado ao regimento do reino àquele consagrado ao cuidado de si e de sua casa, seu confessor propunha-lhe que tivesse atenção a quatro aspectos: que distribuísse e encomendasse os negócios a “pessoas idôneas”, que ordenasse a essas pessoas “cuidado” na expedição desses negócios, que “confiasse” nelas e que tivesse “constância insuperável” nisso. Quer dizer, para o prelado, se a rainha escolhesse bem os seus oficiais régios e pudesse confiar neles, a concretização e condução do despacho dos negócios do reino exigir-lhe-iam menos trabalho e lhe sobraria tempo para outras atividades. A fim de que isso ocorresse, depois de escolhidos esses oficiais, recomendava-lhe que destinasse cada dia da semana a determinadas tarefas, a saber: terças, quintas e sábados à assinatura de documentos; o horário das quatro, nas terças, à consulta ao seu Conselho; esse mesmo horário, nas quartas, à escuta do contador maior; uma hora das suas segundas e quintas respectivamente ao seu confessor e aos seus fiscais; todas as noites à distribuição das cartas e petições; dentre outras.⁸⁹⁶ Talavera zelava, portanto, pela organização e condução do tempo que cabia à monarca dedicar aos assuntos do reino, sem ignorar que da boa regulação desses assuntos dependia o bom aproveitamento do tempo despendido pela rainha no regimento de si. Como as esferas temporal e espiritual compunham a condição dual dos reis medievais, dupla era, pois, a tarefa do confessor régio, então responsável por lidar simultaneamente com a pessoa

⁸⁹⁵ NOGALES RINCÓN, D. Confesar al rey en la Castilla bajo medieval (1230-1504). In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 59. NIETO SORIA, J. M. **Iglesia y Genesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1994. p.72-73. Parecido foi o caso dos confessores franceses: MINOIS, G. **Le confesseur du roi: Les directeurs de conscience sous la monarchie française**. França: Fayard, 1988. p. 8.

⁸⁹⁶ TALAVERA, H. Memorial para la Reyna cerca de la orden que debia tener en el despacho de los negocios. AGS, Estado- Castilla, leg. 1, fol. 81, [autografado sem data]. In: IANNUZZI, I. **El poder de la palabra en el siglo XV.**, p. 508.

do rei e o regimento do reino, com o caráter circunstancial dos assuntos terrenos e eterno dos sagrados.⁸⁹⁷

Não foi, no entanto, somente à rainha a quem Talavera prestou esse tipo de assistência, não foi apenas a ela que o jerônimo apresentou um roteiro de como bem gerir o tempo, assim como não foi ela a única a atribuir confiança nos conselhos e nas palavras deste prelado. Também investido da autoridade de confessor e, por conseguinte, envolvido pela motivação de ordenar e conduzir a vida de seus penitentes, este clérigo recebeu o encargo de preparar uma normativa para outra mulher do reino. Em 1475, para orientar Dona Maria Pacheco a respeito de como ela deveria “ordenar e ocupar” os seus dias, de modo que pudesse “aproveitar bem o seu tempo”, Talavera escreveu-lhe *Avisación*. A nobre, a propósito, era esposa do Conde de Benavente, Rodrigo Alfonso Pimentel, e estava ligada matrimonialmente a uma das famílias que tinha apoiado os reis católicos para se estabelecerem no poder, auxiliando-os contra as investidas dos portugueses que defendiam os direitos sucessórios de Juana, a suposta filha de Enrique IV.⁸⁹⁸ Membro do círculo de mulheres que foi digno da confiança da rainha e que viveu em torno dela, a condessa de Benavente acompanhou a monarca em algumas de suas viagens pelo reino e, como boa parte da nobreza que tomou a realeza como modelo, escolheu como seu confessor o mesmo homem que prestava assistência religiosa à rainha.⁸⁹⁹ Foi, desse modo, na condição de responsável pela alma e saúde espiritual, bem como de homem douto e digno da confiança real e cortesã que Talavera atendeu ao pedido de Dona Maria Pacheco, preparando-lhe *Avisación*.

Neste texto, tal como naqueles preparados para a rainha Isabel, embora sem a preocupação de lidar com os assuntos do regimento do reino, este clérigo concedeu um lugar relevante ao tempo. Essa importância derivava, como Talavera fazia lembrar à nobre senhora no primeiro dos quatorze capítulos deste tratado, da sua preciosidade⁹⁰⁰, uma vez que, além das virtudes teológicas e morais serem acrescentadas no seu decorrer, aproveitar o tempo adequadamente, dizia o clérigo, retomando as palavras de Sêneca, “fazia os homens merecerem

⁸⁹⁷ As atividades ligadas ao regimento do reino e aquelas relativas às funções eclesiásticas não foram encaradas separadamente por Talavera. Ao auxiliar na organização da cidade terrestre, ele considerava estar ajudando na preparação da cidade de Deus. Vale lembrar, que Talavera participou ativamente da elaboração do pedido régio de ajuda financeira, feito às igrejas, para que o reino tivesse recursos na guerra contra os portugueses. LADERO QUESADA, M. A. Fray Hernando de Talavera en 1492: De la corte a la misión. *Chronica Nova*, n. 34, p. 262, 2008.

⁸⁹⁸ Afonso V, rei de Portugal e tio de Juana, se casou com sua sobrinha, então com 13 anos, em 29 de maio de 1475. Momento em que invadiu as terras de Castela reivindicando os direitos sucessórios de sua esposa. AZCONA, T. *Isabel La Católica*, p. 263-267.

⁸⁹⁹ CODET, C. “Queréis saber, muy noble señora”: jeux de pouvoir dans les prologues de trois traités d’éducation destinés aux femmes (fin XVe- début XVIe). *Cahiers d’études hispaniques médiévales*, n. 35, p. 246, 2002.

⁹⁰⁰ TALAVERA, H. *De cómo se há de ordenar el tiempo*. Cap. XIV, p. 94.

e alcançarem glória maior do que a de muitos anjos”.⁹⁰¹ Por isso, antes de apresentar à nobre a diretiva que ele lhe havia preparado, dizia-lhe que essa incumbência era muito importante e, igualmente, muito difícil. Sobretudo por que se tratava da ordenação do devir de uma mulher nobre e casada. Pois bem, confrontando os textos destinados à penitente régia e este preparado à nobre, podemos perceber que, assim como o confessor tinha levado em consideração a especificidade da condição daquela, quando lhe escreveu os textos dedicados a ordenar o tempo, também tinha se dirigido à condessa de Benavente, inicialmente recordando-lhe as peculiaridades de sua condição, isto é, de mulher nobre e casada.

A respeito das dificuldades com as quais Maria Pacheco teria que lidar para ordenar o seu tempo, especialmente aquelas ligadas à sua estirpe, Talavera destacava que, conquanto a desordem fosse especialmente prejudicial aos nobres, provavelmente por que deles se esperava a perpetuação do equilíbrio, da harmonia e das virtudes transmitidos por seus antepassados e/ou mimetizados nas cortes⁹⁰², era muito comum que eles tivessem a vida e o tempo desordenados. Destarte, pedia à condessa que atentasse para alguns “pecados e males comedidos em palácios e casas de grandes”, tais como: fazer do “dia a noite e da noite o dia”, dormir e recrear em excesso, cometer atos de luxúria, gastar demasiadamente com velas, lenhas e outras muitas coisas. Fazendo, pois, uma crítica à desordem da vida palaciana e cortesã⁹⁰³, Talavera frisava que a primeira das dificuldades que Maria Pacheco teria que lidar para ordenar o seu tempo era “fazer e ter vida concertada”, mesmo pertencendo a uma estirpe cujos costumes e práticas justamente a distanciavam desse tipo de vida.⁹⁰⁴ A esse obstáculo, somava-se aquele relacionado à condição de mulher casada. “As donas casadas” tinham mais dificuldade no ordenamento de suas vidas e de seu tempo, consoante destacava o prelado, porque não tinham “liberdade para fazerem suas vontades” e deveriam se conformar com o “querer de seus maridos”. No entanto, Talavera fazia-lhes uma ressalva, elas deveriam se “conformar” com as vontades deles “em tudo o que não fosse pecado mortal e venial”. Considerado esse precedente, a obediência das mulheres casadas aos seus maridos, frisava o clérigo à Maria de Pacheco, devia-se a dois motivos: por um lado, à herança deixada a todas as mulheres pela “primeira mãe”, “que acreditou muito rapidamente nas mentiras de Satanás e não esperou o conselho de

⁹⁰¹ Ibid., p. 95.

⁹⁰² QUINTANILLA RASO, M. C. “Nobilitas virtus causa”. De la virtud al pecado en la nobleza. In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008. p. 59.

⁹⁰² NIETO SORIA, J. M. **Iglesia y Genesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1994. p. 158.

⁹⁰³ PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Valencia: Publicaciones de la Universitar de València, 2014. p. 34.

⁹⁰⁴ TALAVERA, H. **De cómo se há de ordenar el tiempo**. Cap. XIV., p. 96-97.

seu bom marido, Adão”; por outro, à condição “natural” das mulheres, que por terem o “corpo fraco”, “pouco esforço” e “rara discrição”, deveriam obedecer ao varão, que em tudo lhes era “mais perfeito”.⁹⁰⁵ De modo notável, o prelado retomava dois princípios que tanto fizeram fortuna entre os detratores das mulheres, ao longo do medievo, para justificar a obediência e inferioridade delas: as interpretações das passagens bíblicas do *Gênesis*, que as culpabilizavam pelo pecado original⁹⁰⁶, e os preceitos aristotélicos da inferioridade fisiológica delas.⁹⁰⁷

Antes de atender às expectativas espirituais de Maria Pacheco, Talavera teve, portanto, que advertir a nobre a propósito dos seus vícios legados de Eva.⁹⁰⁸ Teve que lembrá-la das debilidades derivadas de sua natureza e da corrupção dos costumes de sua estirpe.⁹⁰⁹ Como bem destacou este clérigo, em outro tratado de sua autoria, no qual tentou de maneira “simples” esclarecer os cristãos sobre como venial ou mortalmente pecavam contra os dez mandamentos, era importante que todos os fiéis “conhecessem seus pecados para que pudessem fugir deles”. Só a lembrança dos pecados cometidos poderia permitir aos penitentes alcançar a contrição e apenas essa rememoração os conduziria a sentir dor e arrependimento.⁹¹⁰ Na categoria de confessor da condessa de Benavente, cabia a Talavera aproximar-se de sua penitente, acolher e apontar as debilidades dela, orientando-a sobre as adversidades ligadas à sua condição social e à sua vida religiosa. Mas não apenas isso. A ele cumpria apiedar-se das falhas dela, ajudando-a a encontrar esforço e perseverança para ser salva e ter uma vida virtuosa.

Vale salientar, que em meados do século XV, antes mesmo que Talavera apresentasse tal preocupação, o frei dominicano Juan López de Salamanca (1385-1479)⁹¹¹, confessor da segunda condessa de Plasencia, Dona Leonor Pimentel (1435-1486), tinha preparado algumas

⁹⁰⁵ Ibid., p. 97.

⁹⁰⁶ DUBY, G. **Eva e os Padres**. Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 67.

⁹⁰⁷ Cf. ROUSSIAUD, J. **Sexualités au Moyen Age**. França: Éditions Gisserot, 2012. p. 21.

⁹⁰⁸ BECHTEL, G. **A carne, o diabo e o confessor**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 50-55.

⁹⁰⁹ GÓMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos**: El umbral del Renacimiento. Madrid: Ediciones Cátedra, t. I, 2012. p. 800.

⁹¹⁰ TALAVERA, H. **Breve forma de confesar**. Reduciendo todos los pecados mortales y veniales a los Diez Mandamientos. Escritores Místicos Españoles. Nueva Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Casa Editorial Bailley e Beilliére. Tomo I, Cap. XIV, 1911. p. 3.

⁹¹¹ No convento de San Esteban, em Salamanca, ingressou na ordem dos dominicanos. Chegou a ser regente de estudos nesse convento e alcançou o grau de mestre em Teologia. Ganhou fama como teólogo, predicador e polemista. A serviço dos segundos condes de Plasencia, mudou-se para esta cidade, onde colaborou na construção do convento de San Vicent. JIMÉNEZ MORENO, A. Estudio sobre el Libro de las historias de Nuestra Señora. In: LÓPEZ DE SALAMANCA. J. **Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca**. Edição e estudo de Arturo Jiménez Moreno. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009. p. 433.

orientações para a vida dessa sua penitente.⁹¹² No *Libro de las historias de Nuestra Señora*,⁹¹³ o clérigo apresentava à nobre um extenso manual de meditação religiosa. Nas palavras do dominicano, este texto era organizado a partir da “fala entre duas pessoas do sexo feminino”, em que uma perguntava como “discípula afetuosa por aprender”, e a outra, como “mestra desejosa de ensinar e responder”⁹¹⁴ Construindo sua narrativa a partir de diálogos estabelecidos entre a sua penitente e a Virgem Maria, López de Salamanca, por um lado, respondia às controvérsias acerca da natureza de Maria, concedendo-lhe voz e argumentos em defesa de sua imaculada concepção; por outro, oferecia à nobre, sob a autoridade daquela que fora a mãe de Cristo, respostas às suas dúvidas espirituais e exemplos de como vencer os vícios praticando algumas virtudes. O frei dominicano indicava, nesse manual, que sua motivação para escrever derivava do seu desejo de proporcionar à condessa “o florescimento e resplandecimento de sua mocidade” instigando-lhe, por meio do diálogo com a Virgem, uma piedosa devoção.⁹¹⁵ Ou seja, provavelmente impelidos pelos interesses espirituais de suas nobres penitentes e conhecedores das dúvidas que rondavam suas consciências, os confessores Juan López de Salamanca e Hernando de Talavera prepararam, sob os auspícios dessas mulheres, cujas consciências se responsabilizaram por dirigir, algumas orientações morais e religiosas.⁹¹⁶

Ao organizar a escrita de *Avisación*, de modo que a condessa realizasse inicialmente um exame de consciência e depois organizasse seu tempo virtuosamente, Talavera parecia repetir as práticas recomendadas aos confessores nos manuais de confissão. Tal como haviam declarado outros clérigos nos manuais de confissão que escreveram para orientar os sacerdotes no ofício deste e de outros sacramentos, Andreas Escobar em *Modus confitendi* (1415) destacava que competia ao confessor ser “doce ao corrigir”, “prudente ao instruir”, “caridoso ao punir”, “afável ao interrogar”, “amável ao aconselhar”, “discreto ao impor a penitência”,

⁹¹² Como recompensa aos serviços que López de Salamanca lhe prestara, a nobre construiu para o seu confessor, em Plasencia, um convento em homenagem a San Vicent Ferrer. Além disso, por meio de referências que constam nos inventários dos condes de Plasencia, tem-se notícias de que o clérigo também teria escrito, a pedido da nobre, uma *Vida de San Vicente Ferrer*, *Clarísimo sol de justicia* e um *Libro de la casta niña*. GÓMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana**. El reinado de Enrique IV. Madri: Edições Cátedra, 2007. p. 3859-3860.

⁹¹³ A despeito de López de Salamanca ter escrito este livro em 8 partes, divididas em dois volumes, conservam-se somente 4 delas, reunidas no primeiro volume. JIMÉNEZ MORENO, A. Estudio sobre el Libro de las historias de Nuestra Señora. In: LÓPEZ DE SALAMANCA. J. **Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca**. Edição e estudo de Arturo Jiménez Moreno. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009. p. 433.

⁹¹⁴ LÓPEZ DE SALAMANCA. J. **Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca**. Edição e estudo de Arturo Jiménez Moreno. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009. p. 36.

⁹¹⁵ Ibid., p. 35.

⁹¹⁶ Certamente esses auspícios das nobres também estavam relacionados à memória que elas desejavam preservar de si. Segundo alguns estudos, a condessa de Plasencia teria pedido ao seu confessor este livro, justamente para confrontar a imagem negativa que o cronista Alonso de Palencia havia construído sobre ela, em uma de suas crônicas. CAMIÑA SALGADO, S. **Luces y sombra en el modelo femenino presente en la Vida de Nuestra Señora de Juan López**. Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Noia: Toxosoutos, 2005. p. 567.

“suave ao escutar”, “benigno ao responder”.⁹¹⁷ Mas, antes disso, cumpria-lhe, como lembrou Martín Pérez no *Libro de las Confesiones* (1316), sondar a condição, o estado e o ofício do penitente para compreender quais vícios eram-lhe característicos.⁹¹⁸

Mostrando, assim, uma notável sensibilidade em relação à postura exigida ao confessor diante de sua penitente, bem como frente às especificidades das adversidades associadas à condição e ao *status* social dela, e só depois disso é que Talavera apresentou-lhe um programa particular de ação, assistência e ordenamento espiritual. Programa que, não obstante tenha sido preparado especialmente para que esta “muito nobre senhora” pudesse consumir e gastar seus dias, suas semanas, seus meses e seus anos virtuosamente, como alertava o clérigo, também poderia ser aproveitado pelas outras pessoas do “estado” dela.⁹¹⁹ Embora este tratado tenha tido a condessa de Benavente como destinatária, é importante destacar que ele acabou alcançando um público mais amplo, dada sua publicação, em 1496, conjuntamente a outros textos escritos por Talavera, que reunidos, receberam o título de *Breve y muy provechosa doctrina de lo que deve saber todo Christiano, con otros tratados muy provechosos compuestos por el arcebispo de Granada*. Provavelmente por considerar que esta diretiva do tempo, endereçada a esta dama, poderia pronto servir para orientar a conduta de outras mulheres, o prelado esforçou-se para que ela, junto de outros textos de sua autoria, ganhasse um maior número de leitoras/ouvintes no reino.⁹²⁰

Segundo essa diretiva, o tempo para ser bem aproveitado deveria ser dedicado a Deus, ao cuidado de si e dos outros. A serviço de Deus e em seu louvor deveriam ser expendidas diariamente “duas horas e meia”, “divididas entre três tempos”, a saber: “a manhã, o meio do dia e o final dele”. Todavia, alertava o prelado que as “orações vocais ou mentais” e a “adoração da santíssima missa”, ou seja, a atenção e devoção das mulheres casadas não deveriam ser exageradas, pois, diferentemente do “estado dos clérigos” a quem cabia grande dedicação a Deus, as casadas deveriam realizar “orações esparsas e breves”. No que tange ao tempo que a

⁹¹⁷ DELUMEAU, J. **A confissão e o perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 26.

⁹¹⁸ SALINAS, C. Martín Pérez. *Libro de las confesiones*. Una radiografía de la sociedad medieval española. Edición crítica, introducción y notas por Antonio García y García, Bernardo Alonso Rodríguez, Francisco Cantelar Rodríguez. *Rev. estud. hist-jurídicos*, n. 26, p. 682-684, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552004002600053&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2015.

⁹¹⁹ TALAVERA, H. **De cómo se há de ordenar el tiempo**. Cap. XIV, p. 98. Todos os textos de Talavera, salvo a Católica Impugnación, permaneceram na versão manuscrita até 1496, quando os impressores de Sevilha se mudaram para Granada e abrem um escritório de tipografia. PARRILLA, C. **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa, Tratado de loores de San Juan Evangelista. Edição e estudo de Carmen Parrilla. Valencia: Publicaciones de la Universidad de València, 2014. p. 33.

⁹²⁰ CODET, C. **Femmes et éducation en Espagne à l'aube des Temps Modernes**, p. 242.

condessa de Benavente deveria dedicar a si, Talavera a aconselhava a reparti-lo entre a instrução, a sustentação e a recreação. Quer dizer, respectivamente, entre o tempo destinado à leitura, audição e comunicação com pessoas sábias; ao necessário para dormir e comer; e ao suficiente para entregar-se a “alguns passatempos honestos”. Fora o tempo consagrado a Deus e a si mesma, ela era instada a dedicar-se às pessoas com as quais convivia. Àqueles que lhe eram superiores ou mais velhos, tais como: seus parentes, os eclesiásticos e seu marido; ela devia-lhes “reverência, obediência e serviço” em tudo o que não fosse contrário ao rei e à fé. Já aos seus iguais ou menores, como filhos, parentes de menor idade e vassalos, a ela competia supervisioná-los de modo que cumprissem suas tarefas.⁹²¹ Se na ordenação preparada para a rainha, Talavera não tinha dissociado os cuidados que a monarca deveria ter consigo daqueles relacionados com a condução do regimento do reino; nessa diretiva temporal que ele dedicou a Maria Pacheco, e indiretamente a todas as nobres casadas do reino, ele também não tinha separado as obrigações familiares e sociais das espirituais e devotas da esposa. Os momentos de devoção dela, embora não incluíssem a participação do marido e fossem ocasiões mais pessoais, integravam, na maioria das vezes, parte da rotina de suas outras preocupações e afazeres domésticos.⁹²²

De fato, como é possível notar nessas ordenações do tempo endereçadas à rainha e à nobre, Talavera tentava despertar na primeira, seguindo os passos dos regimentos de príncipes, a responsabilidade de oferecer aos povos do reino uma imagem modelar; já na segunda, tentava alertar, seguindo os passos indicados aos confessores nos manuais de confissão, não só para necessidade de lutar contra os defeitos próprios de sua estirpe e combater outros herdados de sua mais antiga antepassada, Eva⁹²³, mas sobretudo sobre quão relevante era o seu esforço na realização de uma verdadeira reforma dos costumes da vida cortesã. Mesmo que para isso ela tivesse que partir de pequenos gestos, da regulação dos seus hábitos cotidianos e da ordenação virtuosa do tempo de tudo o que, na esfera familiar, lhe competia. Da regulação do foro íntimo de ambas dependia, deveras, o regimento, quer fosse da casa, quer fosse do reino. As práticas e as posturas delas repercutiam nas suas famílias, estirpes, no reino e, por vezes, no caso da rainha, para além dele, por isso cabia educá-las e orientá-las.

⁹²¹ TALAVERA, H. **De cómo se há de ordenar el tiempo.**, Cap. XIV., p. 98-100.

⁹²² Embora há quem considere o contrário. FERNANDES, M.L.C. **Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700.** Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995. p. 113.

⁹²³ Alguns homens da Igreja procuraram inicialmente ensinar às mulheres que elas poderiam triunfar sobre si se soubessem, através da graça divina, vencer a herança de vícios legada de Eva. DUBY, G. **Eva e os Padres.** Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 78-92.

Na condição de Prior do Monastério do Prado, na cidade de Valladolid, Talavera vinha, ao longo da década de 70, do século XV, trabalhando numa reforma moral da sociedade castelhana que focalizava, em grande medida, as mulheres, da qual fizeram parte *Avisación* (1475) e outros de seus textos. A elaboração do *Tratado sobre la demasia en el vestir, calzar, comer y beber*, no ano de 1477, em Valladolid, foi mais um dos sintomas da necessidade que este prelado nutriu de orientar de modo cristão o bem-estar da sociedade em que ele vivia. O que fez partindo não só de críticas às maneiras de vestir, comer e calçar de seus contemporâneos, fossem eles homens, ou sobretudo mulheres⁹²⁴, mas também de indicações do que eles podiam ou não fazer de acordo com os preceitos religiosos e as ordenanças do reino. A este texto, juntou-se outro: *a Suma y Breve Compilación*; que, preparado pelo prelado, entre 1486-1492, às monjas cistercienses do Mosteiro de São Bernardo, da cidade de Ávila, também repercutiu em outros recantos do reino⁹²⁵ e foi representativo da reforma religiosa fomentada pelos reis católicos.⁹²⁶ Já na condição de bispo da cidade de Ávila e investido da delegação de visitar os monastérios para corrigir os abusos e reformar os costumes neles, Talavera preparou para as mulheres de vida religiosa, nessa *Suma*, algumas “doutrinas do estado de observância da santa religião”, adaptadas à condição delas. Diferentemente dos textos endereçados à rainha ou à Maria Pacheco, nos quais o prelado falou como confessor destas mulheres específicas, foi como autoridade eclesiástica, isto é, como prior de Valladolid e bispo de Ávila que ele se dirigiu, respectivamente, no *Tratado sobre el vestir* e na *Suma y Breve Compilación*, a um conjunto de mulheres, isto é, às laicas e religiosas daquelas cidades. Nestes tratados, a reforma e a orientação da conduta delas foram os principais alvos da escrita do jerônimo. Por isso, nossa análise agora deslocar-se-á para os significados dessas investiduras do prelado e para a compreensão de como eles permitiram-lhe orientar tanto as mulheres laicas, apresentando-lhes no âmbito da corte alguns parâmetros de uma reforma moral, como as religiosas em uma reforma espiritual no âmbito dos monastérios. Para além do entendimento desses significados, nosso fito é mapear quais foram os pontos principais e comuns dessas pautas de reforma e ordenação das práticas delas.

⁹²⁴ Sobre algumas das variações nas formas de se vestir e se ornamentar dos homens e das mulheres do reino, no século XV, ver: BERNIS, C. *Indumentaria española del siglo XV: la camisa de mujer*. *Archivo Español de Arte*, v. 30, n. 119, p. 187-209, 1957. *El tocado masculino en Castilla durante el último cuarto del siglo XV*. *Archivo Español de Arte*, v. 22, n. 86, p. 111-135, 1949.

⁹²⁵ As santiaguistas do Monastério Sancti Spiritus, de Salamanca, também conheceram e se apropriaram das recomendações da *Suma y Breve compilación*. Acredita-se que essa *Suma* foi vista como modelo para a reforma dos outros monastérios femininos castelhanos. CODET, C. *Introducción*. In: TALAVERA, H. ***Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila***. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. *Memorabilia*, n. 2, p. 6, 2012.

⁹²⁶ AZCONA, T. *Isabel La Católica.*, p. 723.

Elaborado em resposta aos homens, e especialmente às mulheres, da cidade de Valladolid, que tinham questionado um decreto que lhes impunha a “excomunhão e outras penas pecuniárias e de desterro”, caso trajassem determinados tipos de roupas, o *Tratado sobre la demasia en el vestir, calzar, comer y beber* é representativo do afã reformador deste clérigo, ou seja, da sua tentativa de corrigir alguns costumes da vida na corte. Se, por um lado, a escrita deste texto lhe parecia significativa por que através dela encontrava ocasião para defender os motivos que lhe davam autoridade, e também aos seus congêneres, para opinar e legislar a propósito dos comportamentos morais e sociais dos laicos; por outro, dizia crer que esse seu tratado lhe ajudava a afirmar o dever dos homens, e especialmente das mulheres, de obedecer aos governantes, prelados e aos mais velhos.⁹²⁷ Sem contar que, nele, a regulação da postura e dos modos das mulheres, assim como a obediência irrestrita delas, afigurava-se, tal como em *Aviación*, peça-chave no estabelecimento da ordenação social e moral do reino. Era para elas, mais uma vez, que o jerônimo preparava não só um código de atos permitidos ou proibidos, mas principalmente uma técnica que pudesse ajudá-las a localizar, em seus pensamentos e atos, suas posturas e origens; o que poderia afastá-las ou aproximá-las, e indiretamente os que estavam ao seu redor, de uma vida virtuosa.

No segundo dos trinta e três capítulos que compõem o *Tratado sobre la demasia en el vestir, calzar, comer y beber*, são as mulheres as principais acusadas de colocar em xeque a autoridade dos clérigos que elaboraram o decreto de Valladolid. Elas são apresentadas como as primeiras a crer que não havia uma “regra para se vestir” e que não havia pecado nas vestimentas, razões que as faziam “duvidar” da autoridade dos clérigos e “tardar em crer” que eles pudessem deliberar sobre esse tema.⁹²⁸ Essa insubordinação, segundo o prelado, era explicada pelo fato de ter sido “a mulher a primeira a ter desrespeitado o mandamento divino, ao cobiçar o saber”. Comparáveis a Eva pelo desejo que nutriam de saber o que não lhes convinha⁹²⁹, ou mesmo pelos questionamentos que faziam às proibições dos prelados, as mulheres de Valladolid foram veementemente repreendidas por Talavera, que nesse tratado considerava:

⁹²⁷ TALAVERA, H. *El tratado sobre el vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera*. Edição preparada por Teresa de Castro. Revista Espacio, Tiempo y Forma. Historia Medieval, t. 14, p. 13, 2001.

⁹²⁸ Ibid., p. 28.

⁹²⁹ Vale lembrar, que o pecado original foi associado por alguns, não ao desejo de saber, mas à concretização do ato sexual, ou mesmo à gula. BROWN, P. *Corpo e Sociedade*. O homem, a mulher a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 187. Juan López de Salamanca, por exemplo, associa o pecado original à gula incitada por Eva. LÓPEZ DE SALAMANCA, J. *Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca*. Edição e estudo de Arturo Jiménez Moreno. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009. p. 47.

[...] natural nas mulheres a cobiça pelo saber de que têm maior falta; pois, como têm comumente o entendimento e a discrição mais em falta que os varões, parece que não sem mérito querem suprir seu defeito, o qual suprem sabendo.⁹³⁰

Também à condessa de Benavente o jerônimo tinha advertido sobre os perigos que rondavam o desejo de saber. No quarto capítulo de *Avisación*, o prelado destacava que o pedido que a nobre lhe havia feito para que a orientasse na condução e aproveitamento de seu tempo poderia ser interpretado mais como “tentação” do que “piedosa intenção”. Entretanto, no capítulo seguinte, recordava à condessa que todo desejo de saber era louvável quando fosse conduzido para “agir bem”. Assim, diferentemente das mulheres de Valladolid, que tiveram o desejo de saber reprovado pelo clérigo, Maria Pacheco tinha recebido do seu confessor autorização e respostas à sua aspiração. Ao passo que a vontade de saber das mulheres de Valladolid tinha sido associada à mera curiosidade e à propensão pecaminosa, insigne em todas as mulheres através dos legados de sua mais antiga antepassada⁹³¹, a ânsia pelo saber, evidenciada pela condessa, justificava-se porque o “Espírito Santo”, “semeador e amador de todo bom pensamento”, lhe havia inspirado.⁹³² Ou seja, no caso da nobre, o conhecimento era autorizado, visto que, através dele, ela poderia enfrentar melhor suas debilidades, fortalecer-se espiritualmente⁹³³, obedecer e conduzir a quem devia virtuosamente. É importante lembrar que também Juan López de Salamanca, dando voz à Virgem Maria, havia valorizado o interesse da condessa de Plasencia de aprender com os conselhos da mãe de Cristo.⁹³⁴ Já no caso das mulheres de Valladolid, suas objeções e questionamentos à autoridade dos clérigos apenas colocavam em relevo as deficiências que o jerônimo considerava próprias de sua natureza. De qualquer forma, umas e outras eram chamadas a confiar nas palavras e prescrições dos clérigos, a obedecê-los em suas indicações, de modo que, a partir do regramento de suas condutas, fossem corrigidos os costumes cortesãos.

⁹³⁰ TALAVERA, op. cit., p. 28.

⁹³¹ No *Bocados de oro* (XIII) e nas coplas escritas por Carvajal (XV) as mulheres que leem ou escrevem são associadas a Eva ou à feiticeira. LÓPEZ ESTRADA, F. Las mujeres escritoras en la Edad Media castellana. In: FONQUERNE, Y.R; ESTEBAN, A. (Coord.). **La condición de la mujer en la Edad Media**. Atas do Colóquio celebrado na Casa de Velázquez, de 5 a 7 de novembro de 1984. Madri: Universidad Complutense, 1986. p. 12.

⁹³² TALAVERA, H. **De cómo se há de ordenar el tiempo**, Cap. XIV., p. 98.

⁹³³ O livro e a leitura fizeram parte dos suportes que ajudaram na meditação das mulheres e, portanto, no fortalecimento da vida espiritual delas, conforme indicações de clérigos como: Hernando de Talavera e Juan López de Salamanca. RUCQUOI, A. **Lieux de spiritualité féminine en Castille au XV^e siècle**. Via Spiritus. **Revue du Centre Interuniversitaire de l'histoire de la Spiritualité**, Porto, n. 7, p. 7-29, 2000.

⁹³⁴ “Próxima é da verdade a pessoa que algo duvida, pois duvidar de cada coisa não traz dano, mas traz proveito. E como tu, devota filha e condessa engenhosa, tenha dos meus ditos duvidado algumas coisas, logo conhecerás que tuas dúvidas foram boas e te trouxeram proveito”. LÓPEZ DE SALAMANCA. **J. Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca**, p. 45.

Conforme dito por Talavera, “o ofício dos prelados e dos governadores eclesiásticos e seculares” era “procurar, com toda diligência e estudo, que os cidadãos a eles sujeitos” fossem “justos, virtuosos e bons”. Trabalho que exigia dos primeiros a orientação dos segundos nas “causas e ocasiões” em que pecavam. Por isso, poderiam e deveriam os prelados “ordenar” leis para que os bons fossem “iluminados e avisados”, e os maus, “temperados e freados com penas civis”.⁹³⁵ Nesses termos, o jerônimo justificava a autorização dos prelados de Valladolid para proibir, e até mesmo penalizar o uso dos camisões lavrados pelos varões e dos “verdugos” pelas mulheres. Ao mesmo tempo, apelava para a sua autoridade de prior na hierarquia eclesiástica, ao escrever este tratado, no qual concedia respaldo às decisões tomadas pelos clérigos daquela cidade, sacerdotes que, afinal, estavam sob a sua jurisdição. Dos argumentos elaborados para convencer os homens, e acima de tudo as mulheres, acerca desse aspecto, ele descrevia como no vestir, comer e calçar poderiam ser cometidos pecados, especialmente quando fossem desprezadas: as diferenças naturais entre homens e mulheres, as exigências de cada tempo, o comedimento e as especificidades de cada estado ou ofício.

No que tange ao primeiro aspecto, frisava que, como naturalmente as mulheres tinham sido feitas para permanecer “fechadas e ocupadas com suas casas” e os varões para “andar e procurar coisas fora dela”, as primeiras deveriam usar roupas longas e, os segundos, curtas. Associado à natureza, outro motivo que as obrigava a trazer roupas longas e a “cabeça coberta” era refrear seus inconstantes desejos carnavais e mostrar, cobrindo a cabeça⁹³⁶, ou mantendo seus cabelos compridos, que haviam sido criadas para serem “sujeitas, regidas e governadas” pelos homens.⁹³⁷ Para o clérigo, varões e fêmeas igualmente se diferenciavam por razões naturais, quando se levava em consideração a compleição de seus corpos. A composição dos humores de uns e outros marcava certas especificidades nas formas de beber e comer.⁹³⁸ Mais quente que elas, por exemplo, o corpo deles exigia mais mantimentos para que pudesse ter sustento.

A propósito das exigências de cada tempo e da necessidade de comedimento, o prelado enfatizava que as roupas e a alimentação, nunca em excesso, deveriam variar conforme a

⁹³⁵ TALAVERA, H. *El tratado sobre el vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera*. Edição preparada por Teresa de Castro. Revista Espacio, Tiempo y Forma. Historia Medieval, t. 14, p. 55-56, 2001.

⁹³⁶ Desde o século XIV foi mais comum que as monjas e viúvas seguissem usando os véus, enquanto as outras mulheres, cada vez mais, concedessem atenção aos penteados e trançados. MARTÍNEZ, M. *Indumentaria y sociedad medievales (siglos XII-XV)*. En la España Medieval, n. 26, p. 45, 2003.

⁹³⁷ TALAVERA, op. cit., p. 32-33.

⁹³⁸ A literatura médica medieval a respeito das mulheres foi, em grande medida, perpassada pelas referências aristotélicas e galênicas. Vistas como homens falhos, ou mutilados, essas mulheres também foram olhadas sob o prisma da teoria dos humores, segundo a qual os varões eram quentes e secos e elas frias e úmidas. SARANYANA, J. I. *La discusión medieval sobre la condición femenina (siglos VIII al XIII)*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1997. p. 112.

alteração natural dos tempos.⁹³⁹ Enquanto no verão era necessária a ingestão de “comidas mais leves”, como “frutas verdes e ácidas”, no inverno, comumente o sustento exigia “comidas mais pesadas”, como “frutas secas e doces”.⁹⁴⁰ As roupas, que acompanhavam a mudança de estação, também deveriam ser alteradas entre os tempos “de tristeza, choro e adversidades” e aqueles de “alegria, gozo e prosperidade”.⁹⁴¹ Vale lembrar que esse tipo de prescrição também havia sido apresentado à condessa de Benavente, para a qual Talavera tinha indicado uma diretiva do tempo de inverno e outra de verão, com a diferença de que, nessa última, a condessa deveria antecipar as horas de se levantar e dormir.⁹⁴² A importância de se levar em consideração a variação natural da compleição dos corpos e as exigências naturais dos sexos e estações para a regulação do tempo, das roupas e da alimentação garantiam, segundo os preceitos do prelado nesses textos, o afastamento dos motivos e momentos que conduziam as suas fiéis a desrespeitar os desígnios divinos.⁹⁴³

Afora esses argumentos, o jerônimo ressaltava que, aos diferentes ofícios e estados, também correspondiam limites nos modos de se vestir, comer, beber e calçar; e que excedê-los, ou não os respeitar, poderia ser considerado pecado mortal. Certamente, ao destacar que cada estado ou ofício deveria se portar e consumir segundo sua posição, Talavera fazia menção às chamadas leis suntuárias, conjunto de normativas que, desde o século XIII, tentaram regulamentar no reino castelhano, e em outras porções, os modos de se trajar, os gastos com festejos e o consumo de comidas.⁹⁴⁴ Preparadas em um período em que uma considerável mobilidade social permitia às novas estirpes evidenciar, através de gestos exteriores, suas novas riquezas e status, essas normativas serviram para controlar o comportamento e o consumo privados. A título de exemplo, em concordância com as leis suntuárias aprovadas pelos reis católicos, que em grande medida recuperavam as anteriores, aqueles que não fossem nobres ou não tivessem certa fortuna eram proibidos de se vestir, usando ricos tecidos de seda ou pele. No

⁹³⁹ No caso da alimentação, conforme os tratados médicos, dava-se muita importância ao calor, ao frio, à secura e à umidade dos alimentos. Partia-se da ideia de que o estômago teria mais trabalho para cozinhar as comidas frias. No entanto, cada porção territorial, de acordo com suas tradições, características físicas e religiosas, teria apresentado especificidades alimentares. FLANDRIN, J. L. *Historia de la alimentación: Por una ampliación de las perspectivas*. Manuscrits. **Revista d'història moderna**, n. 6, p. 15-16, 1987.

⁹⁴⁰ TALAVERA, H. *El tratado sobre el vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera*, p. 35.

⁹⁴¹ *Ibid.*, p. 33.

⁹⁴² TALAVERA, H. *De cómo se há de ordenar el tiempo*, Cap. XIV, p. 103.

⁹⁴³ Os alimentos também sofreram, junto das vestimentas, restrições suntuárias. Tais restrições visavam reservar certos atributos e gastos a determinadas categorias sociais. GONZÁLEZ ARCE, J. D. **Aparencia y poder**. La legislación suntuaria castellana en los siglos XIII-XV. Jaén: Universidad de Jaén, 1998. p. 179.

⁹⁴⁴ As indumentárias e as potencialidades de consumo integravam a sociabilidade, possibilitando aos homens e às mulheres evidenciarem, especialmente nos espaços públicos, os traços que marcavam as peculiaridades do grupo a que pertenciam. Além disso, elas foram também marcas de distinção de grupos religiosos, como muçulmanos e judeus. MARTÍNEZ, M. *Indumentaria y sociedad medievales (siglos XII-XV)*. **En la España Medieval**, n. 26, p. 35-59, 2003.

entanto, a dificuldade de fazer valer essas regras em todos os recantos do reino, aliada aos benefícios e/ou prejuízos dados a alguns grupos pelos reis, fizeram com que frequentemente elas fossem retomadas e discutidas. Diante da insubordinação das mulheres de Valladolid, cidade que abrigava àquela altura uma importante universidade, a corte, a chancelaria e notáveis monastérios, e que, portanto, nas palavras do jerônimo, cumpria ser exemplo de virtude para as outras porções do reino, Talavera não hesitou em tomar essas normativas como justificativa para respaldar a decisão dos clérigos daquela cidade, bem como interpretá-las a partir da perspectiva cristã dos pecados.

Conquanto outros estados tenham sido alvo das leis suntuárias, Talavera concedeu mais atenção às mulheres. Sobre os ombros delas recaíam as principais advertências relativas ao uso do chapim, à ostentação de joias e roupas de seda, e sobretudo ao uso dos verdugos, expressamente condenado pelos prelados de Valladolid. Criados provavelmente na segunda metade do século XV, os verdugos, vestidos com aros que aumentavam o quadril das mulheres, foram amplamente difundidos em outras cortes europeias.⁹⁴⁵ Na corte castelhana, este tipo de vestimenta, segundo os relatos do cronista Alonso de Palencia, tinha sido inventada pela rainha Dona Juana, esposa de Enrique IV, para ocultar a gravidez de um filho ilegítimo, fruto de sua infidelidade conjugal. Logo, podemos cogitar que, quando Talavera escreveu o *Tratado sobre vestir*, o uso deste tipo de indumentária encontrava paulatinamente difusão nos círculos cortesãos.⁹⁴⁶ Ainda que não apareça, neste tratado, nenhuma menção clara ao citado relato cronístico, o caráter pecaminoso e infame dos verdugos, assim como a ênfase dada ao crescimento da “dissolução” das “grandes e pequenas donas”⁹⁴⁷, durante o reinado de Enrique IV, ganham espaço nele e sugerem que talvez o jerônimo não o desconhecesse. Tentando afastar as mulheres de seu tempo dessas anteriores, o prelado apresentava-lhes os seguintes argumentos em ataque ao uso de tal traje: era nocivo àquelas que estivessem grávidas, dado que podia lhes causar “riscos no parto”, a perda “da criatura”, ou mesmo “a morte”; provocava a luxúria pelo excesso de panos nas cadeiras; ajudava a encobrir adultérios e fornicações; fustigava a desonestidade, o escândalo e os dispendiosos gastos; causava frio no inverno e calor no verão; e deformava seus os corpos, fazendo-lhes parecer o que não eram.⁹⁴⁸ Em outras palavras, dentre

⁹⁴⁵ A difusão das formas de vestir castelhanas por toda a Europa durante os séculos XV e XVI pode ser explicada pela política matrimonial dos Reis Católicos, pelo destaque e fortalecimento alcançados pelas viagens marítimas e pela subida ao trono do imperador Carlos V, neto dos reis católicos. MARTÍNEZ, M. La creación de una moda propia en la España de los Reyes Católicos. *Aragón en la Edad Media*, n. 19, p. 352, 2006.

⁹⁴⁶ BERNIS, C. *Trajes y modas en la España de los Reyes Católicos*. Madri: Instituto Diego Velázquez, CSIC, 1978. p. 38-39.

⁹⁴⁷ TALAVERA, H. *El tratado sobre el vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera.*, p. 47.

⁹⁴⁸ Os doze argumentos contrários a esse tipo de vestimenta estão dispostos no capítulo XXII.

os males causados por essa vestimenta, não tinham escapado do clérigo aqueles que possivelmente tinham contribuído na difamação de Dona Juana, esposa do rei Enrique IV.⁹⁴⁹

Diferentemente de Diego de San Pedro, que interpretou positivamente a preocupação das mulheres com a aparência e que valorizou a influência delas nos cuidados que os homens pouco a pouco passavam a ter como as formas de vestir⁹⁵⁰, muitos foram aqueles que repudiaram nelas essa inquietação. O arcepreste de Talavera e capelão do rei Juan II, Alfonso Martínez de Toledo, foi um dos que ressaltou a inveja, luxúria e frivolidade com que se moviam as mulheres na busca por adornos, vestidos e joias.⁹⁵¹ Muitos tratadistas e moralistas, desde o século XIII⁹⁵², tinham alertado a propósito da relação entre as mulheres e o gosto pela aparência, fazendo delas símbolo de um mundo degenerado e contingente. Repetindo essa tópica dos textos medievais, cujos fundamentos ancoravam-se nas interpretações genesíacas do pecado original, muitos moralistas, inclusive Talavera, apontaram a vestimenta como fruto da queda, bem como reverberaram a máxima de que esse efeito da primeira insubmissão, muito mais do que evidenciar o pecado de toda humanidade, fazia sobressair a culpa daquelas feitas à semelhança de Eva. Para eles, eram as filhas dessa primeira mulher que insistiam em repercutir o pecado materno, valorizando as formas de vestir e ludibriando os homens através do falseamento de suas aparências.⁹⁵³ Por isso, as mulheres de Valladolid eram chamadas por Talavera a contrariar essa lei hereditária que fazia delas legatárias dos defeitos e devedoras das culpas da primeira mulher. A partir das orientações do clérigo, elas deveriam se esforçar para fugir desse modelo, pois, do contrário, não só punham em risco a si mesmas, mas arrastavam para o mesmo caminho muitos outros do reino.

As filhas de Eva não foram, todavia, as únicas interlocutoras desse prelado, nem as únicas personagens principais dos seus textos. Ele também abriu diálogo com as filhas de Maria. Foi lembrando às monjas cistercienses do Monastério de São Bernardo que elas eram “bem-

⁹⁴⁹ JESÚS FUENTE, M. **Gritos dan en el real... Figuras de mujer en la propaganda política y social de la Edad Media hispana.**, p. 118.

⁹⁵⁰ “[...] por elas nos preocupamos com o vestir, por elas estudamos o que trazer, por elas nos arrumamos de maneira que colocamos empenho em nossas pessoas na boa disposição que a natureza a alguns negou; por artifício se endireitam os corpos, pedindo as roupas com perspicácia, se coloca cabelo onde falta, emagrece ou engorda as pernas se convêm fazê-lo; pelas mulheres se inventam os galãs [...]”. SAN PEDRO, D. **Cárcel de amor**. Arnalte y Lucenda. Sermon. Edição de José Francisco Ruiz Casanova. Madri: Edições Cátedra, 2011. p. 139.

⁹⁵¹ MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. **Corbacho o Reprobación del amor mundano**. Edição de Cristóbal Pérez Pastor. Madri: Sociedade dos bibliófilos espanhóis, 1901. Cap. XXVI.

⁹⁵² Embora o entendimento de que a moda era um mal tipicamente das mulheres tenha sido compartilhado na Roma Imperial, foi retomado no século XIII, momento em que avultaram nos discursos de clérigos e laicos o caráter pecaminoso e artificial das mulheres pelo privilégio que concediam à aparência. HUGHES, D. O. As modas femininas e seu controlo. In: DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 187.

⁹⁵³ HUGHES, D. O. As modas femininas e seu controlo. In: DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 193.

aventuradas” porque gozavam, tal como Maria, da “limpeza da alma” e “da integridade e limpeza do corpo”, que o jerônimo se dirigiu a essas religiosas fazendo menção a essa descendência e ao papel delas como “dignas discípulas e servas” daquela “bendita Mãe”.⁹⁵⁴ No proêmio da *Suma y breve compilación*, voltando-se a essas mulheres, o prelado propunha, dentre os motivos de sua escrita, compensar a falta de orientações “adaptadas à religião” delas, a quase ausência deste tipo de guia em vernáculo e a urgência de esclarecê-las sobre o que concernia à vida que haviam escolhido. Quer dizer, paralelamente aos cuidados e conselhos que prestava à rainha e à reforma moral que propunha às laicas do reino, Talavera trabalhava em uma reforma que alcançasse as mulheres que tinham consagrado suas vidas a Deus, e que, por isso, careciam de orientações específicas, mas que ainda permaneciam vivendo conforme as regras feitas para os varões.

Desde o nascimento da ordem dos cistercienses, que buscou, dentre outras coisas, colocar fim aos excessos dos cluniacenses, a incorporação das casas de religiosas não tinha recebido facilmente a anuência dos varões fundadores da ordem. Apesar de algumas dessas casas terem sido oficializadas em 1213, e da decisão de 1228, que tentou conter o crescimento destes tipos de mosteiros impedindo a incorporação de novos, muitos foram criados após 1228, dando origem a dois desse tipo de mosteiro. Os fundados antes de 1228 eram considerados pertencentes oficialmente à ordem e dependiam de seu capítulo geral, já os outros, criados posteriormente, deveriam respeitar à autoridade do bispo de sua diocese. Segundo os apontamentos de Talavera, no capítulo XXVI da *Suma*, as origens do Mosteiro de São Bernardo referiam-se ao segundo caso, já que, como salientado por ele, as abadessas e todas as outras religiosas deste mosteiro deveriam “obedecer ao prelado e muito mais ao bispo”. Como na ocasião em que esta *Suma* foi confeccionada, era Talavera quem presidia o bispado de Ávila, ele escreveu a essas mulheres como principal responsável por elas. Falando de tal lugar, certamente o jerônimo não ignorava que a resistência da ordem em aceitar a incorporação das mulheres tinha inviabilizado a elaboração de regras específicas para elas, e que, por isso, elas tinham acabado adotando, ainda que com alguns ajustes, as já existentes feitas para os homens.⁹⁵⁵ Embora essa falta em parte justificasse a sua iniciativa de compor uma normativa específica para elas, isoladamente ela não explica o empenho do clérigo em tentar reformar os costumes e as práticas monacais.

⁹⁵⁴ TALAVERA, H. *Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas.*, p. 29.

⁹⁵⁵ CODET, C. Introducción. In: TALAVERA, H. *Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila*. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. Memorabilia, n. 14, p. 5, 2012.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a reforma religiosa, a qual, no século XV, cada vez mais ganhava o respaldo da cúria romana e integrava as pautas da política régia de Fernando e Isabel. Desde o século XIV, embora as epidemias, as guerras, o cisma da igreja ocidental, o relaxamento moral dos clérigos e o distanciamento de um certo ideal religioso tenham fomentado alguns movimentos de observância liderados por clérigos⁹⁵⁶ – os quais, por vezes, tiveram o apoio dos papas e dos reis trastâmaras –, somente no século XV, esses movimentos ganharam oficialmente o respaldo régio e um caráter sistemático no regimento do reino castelhano.⁹⁵⁷ Não obstante os primeiros anos do reinado de Isabel tenham sido tímidos no que diz respeito à reforma religiosa, já que grande parte dos esforços régios haviam se voltado para conter os conflitos sucessórios, a Congregação de clérigos de Sevilha (1478), as Cortes de Toledo (1480), assim como as embaixadas enviadas a Roma, em 1485 e 1486, foram significativos dos primeiros passos oficiais para a consecução da observância religiosa no reino.⁹⁵⁸ Aos poucos, e sobretudo durante o pontificado de Alexandre VI (1492-1503) – o valenciano Rodrigo Borja (1431-1503) –, os reis católicos foram recebendo, por meio de diversas bulas papais, autorização para intervir diretamente na inspeção de mosteiros e para cobrar dos religiosos o cumprimento das regras em matéria religiosa. Embora somente em 1493 os monarcas tenham recebido a bula papal que lhes dava permissão para escolher os clérigos reformadores, desde 1487, investido da autoridade papal e por mandato régio, Talavera já exercia o cargo de reformador da ordem cisterciense.⁹⁵⁹ Realizando inspeções de rotina nos mosteiros, coube a este jerônimo, e aos demais prelados reformadores escolhidos pelos reis, examinar os livros de contas dessas instituições com o propósito de avaliar como elas eram administradas; averiguar se os clérigos respeitavam as regras de sua ordem; coletar, através de entrevistas individuais, informações sobre os costumes e as práticas nos cenóbios; assim como orientar os religiosos e religiosas sobre suas funções e atribuições.⁹⁶⁰

⁹⁵⁶ AZCONA, T. **Isabel La Católica.**, p. 718.

⁹⁵⁷ Enquanto Nieto Soria compreende o movimento de reforma religiosa como parte integrante do governo dos reis da dinastia de Trastâmara, a partir de Juan I, culminando no governo dos reis católicos, quando consolida-se o estado moderno, Adeline Rucquoi ressalta o papel fundamental das ordens, dos clérigos e do papa na condução e concretização desse conjunto de mudanças. NIETO SORIA, J. M. **Iglesia y Genesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1993. p. 381-412. RUCQUOI, A. La réforme monastique en Castille au XV^e siècle: une affaire sociale. In: DUBIIS, H; HOCQUET, J. C; VAUCHEZ, A. **Horizons Marins Itinéraires Spirituels (Ve- XVIIIe siècles)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1987. p. 239-251.

⁹⁵⁸ AZCONA, T. **Isabel La Católica.**, p. 722.

⁹⁵⁹ A mudança dos costumes clericais e a garantia de que as instituições religiosas fossem bem administradas ficaram a cargo de um prelado escolhido pelos reis, que então foi responsabilizado por cuidar da observância de uma determinada ordem e atuar em localidades específicas. CODET, C. Introducción. In: TALAVERA, H. **Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas.**, p. 5.

⁹⁶⁰ CÁTEDRA, P. Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI). In: COURCELLES, D; VAL JULIÁN, C. **Des femmes et des livres**. France et Espagne, XIV^e- XVII^e siècle. Paris: École des Chartres, 1999. p. 10-11.

Feito este parêntese para explicar como a reforma religiosa havia sido conduzida no reino, a elaboração da *Suma y Breve compilación* deve ser compreendida, logo, como parte dessa reforma ambicionada pelos reis e clérigos, como fruto das visitas que o prelado fez ao Mosteiro das cistercienses de São Bernardo, em Ávila. Deve ser vista principalmente como mais uma das tentativas do prelado de traduzir as inquietudes da rainha. Conforme alguns registros, o prelado não desconhecia a grande relevância que Isabel tinha atribuído à fundação⁹⁶¹ e às reformas dos seguimentos de mulheres das ordens religiosas⁹⁶², nem que a monarca tinha se empenhado tanto em conceder respaldo à tradução de alguns textos, justamente para que eles pudessem ser lidos por essas religiosas sem a ajuda dos varões.⁹⁶³ Provavelmente também não lhe eram desconhecidos os esforços da rainha para enviar monjas letradas às comunidades, a fim de que, em outros recantos, ensinassem o que sabiam às suas congêneres.⁹⁶⁴ Em suma, por ser muito próximo da rainha e conhecer aquilo que inquietava seus pensamentos, o jerônimo seguramente não ignorou a grande atenção dispensada pela soberana à formação e educação dessas mulheres. Assim, foi cumprindo o seu trabalho pastoral, o seu cargo de reformador da ordem cisterciense, a sua tarefa de bispo da diocese de Ávila e, de certo modo, o seu papel de responsável por orientar a consciência da rainha que Talavera escreveu às monjas de Ávila.

Organizado em vinte e oito capítulos, acompanhados de um prólogo, a *Suma* trazia às religiosas uma síntese dos princípios doutrinários católicos, apontamentos das obrigações derivadas de seus votos, avisos práticos referentes à organização da vida monacal e algumas regras para o espaço religioso de convivência, respaldados em referências do antigo e, fundamentalmente, do novo testamento. Por meio desses temas, o jerônimo chamava a atenção das religiosas para que elas fossem disciplinadas e cultivassem algumas virtudes cenobíticas e outras, particulares das mulheres, pois considerava que, só assim, elas se enxergariam como

⁹⁶¹ Isabel auxiliou Beatriz de Silva na fundação da Ordem das concepcionistas, concedendo-lhes porções territoriais em Toledo e enviando ao papa, Inocêncio VIII, o pedido de autorização da ordem. DUQUE FÉLIX, J. **Vida e obra de Santa Beatriz da Silva**. Congresso Internacional da Ordem da Imaculada Conceição. Santa Beatriz da Silva Estrela para Novos Rumos. Fátima, 2011. p. 30-31.

⁹⁶² A rainha cooperou pessoalmente na reforma escrevendo cartas aos conventos para que eles recebessem bem os reformadores. AZCONA, T. **Isabel La Católica**, p.756.

⁹⁶³ Como bem lembrou Antonio de Nebrija, Talavera considerava que seria do agrado da rainha a publicação de uma gramática em castelhano, justamente por que permitiria às religiosas e virgens dedicadas a Deus ler sem a ajuda dos varões. NEBRIJA, A. **Introducciones latinas, contrapuesto el romance al latin, para que con facilidad puedan aprender todos y principalmente las religiosas y otras mujeres dedicadas a Dios, para que este fin mandó hacer S.A. la Reyna Catolica Doña Isabel al maestro Antonio de Nebrija**. Madri: Imprenta de D. Joachin de Ibarra, 1773, p. IV.

⁹⁶⁴ A rainha teria enviado a filha de um bacharel de Sepúlveda, que tinha formação latina e queria ser monja, a uma comunidade granadina fundada por monjas salmantinas para que ela ensinasse a língua latina àquelas mulheres. CÁTEDRA, P. *Lectura femenina en el claustro* (España, siglos XIV-XVI). In: COURCELLES, D; VAL JULIÁN, C. **Des femmes et des livres. France et Espagne, XVe- XVII siècle**. Paris: École des Chartres, 1999. p. 29.

esposas de Cristo e integrantes do corpo místico da igreja. Só “olhando, lendo, ou ouvindo com atenção e desejo” de colocar em prática as palavras deste texto é que elas poderiam alcançar a “santa conversão” e “agradar o Esposo celestial”.⁹⁶⁵ Escrevendo a essas suas destinatárias como se estivesse pronunciando um sermão, Talavera tentava se aproximar delas chamando-as de filhas e irmãs, ou se referindo a elas com os termos “devotas filhas” e “senhoras minhas”, para persuadi-las a obedecê-lo e lembrá-las de que lhes falava como instrutor.⁹⁶⁶

Delas exigia, como das outras mulheres para as quais havia escrito, obediência às autoridades eclesiásticas, ainda mais por que, no caso delas, a obediência sustentava e guardava todas as virtudes, bem como evidenciava a escolha que haviam feito: “morrer para o mundo e viver para Jesus Cristo”.⁹⁶⁷ Para que submetesse a sua vontade à autoridade divina, Talavera aconselhava que cada monja fosse “abadessa acusadora e carrasca de si mesma, em todo o tempo e em todo o lugar”⁹⁶⁸, isto é, atribuía à consciência de cada uma, assim como havia apelado ao juízo da rainha, de Maria Pacheco e das mulheres de Valladolid, a tarefa de cuidar de si. A essas filhas de Maria lembrava que os votos feitos a Deus lhes impunham também, além da sujeição, outras obrigações: a clausura, a castidade e a pobreza. Para que permanecessem enclausuradas, recomendava-lhes que fechassem a porta do monastério à chave e que tapassem todos os possíveis buracos pelos quais pudessem entrar em contato com o mundo exterior.⁹⁶⁹ Pedia-lhes que não olhassem pelas janelas, proibia-lhes qualquer contato com familiares varões e instava-lhes a ter conexão como o mundo externo somente quando fosse urgente suprir as carências básicas do monastério. Embora recomendasse a essas mulheres que acudissem, elas mesmas, às necessidades do cenóbio, cozinhando, lavando e tecendo para que nada lhes faltasse, quando isso não fosse possível, orientava-lhes recorrer às “donadas”, pois estas religiosas, que viviam em casas próximas ao monastério, eram as únicas autorizadas a trazer-lhes com segurança o que lhes faltava.⁹⁷⁰

No que tange à castidade, para lhes garantir permanentemente um corpo limpo dos pecados, apresentava-lhes alguns interditos. Além de deverem se manter fechadas nos monastérios, não poderiam “ouvir novidades que não dissessem respeito à religião”, “falar sem

⁹⁶⁵ TALAVERA, H. **Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas.**, p. 26.

⁹⁶⁶ GÓMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos: El umbral del Renacimiento.** Madrid: Edições Cátedra. Tomo I, 2012. p. 813-818.

⁹⁶⁷ TALAVERA, op. cit., p. 38.

⁹⁶⁸ Ibid., p. 27.

⁹⁶⁹ Ibid., Cap XXIII.

⁹⁷⁰ Consoante destaca Talavera, no capítulo XVIII da Suma, ao monastério estavam ligas as religiosas clérigas (preparadas para o ofício divino), as religiosas leigas (aptas aos serviços corporais do monastério) e as “donadas”, que moravam em casas próximas aos monastérios e ficavam responsáveis por levar para estes tudo o que fosse necessário. **Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas.**, p. 44.

necessidade”, “receber ou escrever carta que não passasse primeiro pelas mãos da prelada” responsável. Nunca deveriam se “olhar no espelho”, nem “apalpar o corpo”, nem criar animais com os quais pudessem ter “conjunção carnal”. Recomendava-lhes que evitassem o uso de “vestimentas moles e cama branda”, pois seus corpos não poderiam sentir nenhum tipo de prazer ou incitação ao desejo, pelo contrário, careceriam servir como meio de penitência. Por isso, recomendava-lhes que todas trajassem o mesmo tipo de roupa e que o tecido das vestimentas fosse grosso e áspero. Retomando São Jerônimo, indicava-lhes a “disciplina”, a “mortificação da carne” e a “abstinência” como remédios para aplacar o desejo e fugir dos perigos da existência terrena.⁹⁷¹

É interessante notar que, do mesmo modo que havia alertado essas mulheres sobre os perigos que rondavam o corpo, devendo elas ignorá-lo ou usá-lo como meio de penitência, também às mulheres de Valladolid, como vimos, Talavera tinha advertido sobre os perigos que elas poderiam correr caso expusessem seus corpos usando roupas que mais incitavam à luxúria e levavam à desonra, do que aplacavam sua propensão pecaminosa. No entanto, ainda que na *Suma* e no *Tratado sobre vestir* o corpo das mulheres tenha sido descrito como fonte de perigo⁹⁷², em *Avisación*, Talavera não negou a importância dele para a saúde e disposição da nobre Maria de Pacheco. Para conservá-lo em bom estado, acrescentar saúde e boa disposição, evitando a reuma, enfermidade que acometia sua penitente, orientava-lhe a realizar trabalhos manuais e igualmente lhe indicava um “piedoso e proveitoso exercício para a alma, o corpo, a honra e a fazenda”: andar pela casa, verificando se os outros tinham cumprido suas tarefas e se tudo estava limpo e arrumado.⁹⁷³ Logo, enquanto em *Avisación*, os mesmos exercícios que ajudavam na conservação e bem-estar do corpo da nobre auxiliavam na edificação de sua alma, na *Suma* e no *Tratado sobre vestir*, qualquer atenção demasiada ao corpo significava oposição à saúde espiritual, especialmente para as monjas; representava risco à preservação da castidade das monjas e laicas; e parecia ser a marca de uma falha característica de todas as mulheres.⁹⁷⁴

Outra exigência que recaía sobre elas à medida que ingressavam no monastério e faziam seus votos era de que deixassem para trás, dentre outras coisas, o valor que concediam à beleza, linhagem, riqueza e às suas relações de parentesco, uma vez que as únicas coisas que

⁹⁷¹ Ibid, p. 39.

⁹⁷² Foi comum no discurso eclesiástico, ao longo do medievo, associar a existência corporal das mulheres ao pecado da luxúria e ao caráter diabólico. SANTOS, D. O. A. **O corpo dos pecados**: as representações femininas nos reinos ibéricos (1250-1350). Textos de História, v. 9, n. 1/2, s/p, 2001.

⁹⁷³ TALAVERA, H. **De cómo se há de ordenar el tiempo.**, p. 102.

⁹⁷⁴ LE GOFF, J; TRUONG, N. **O corpo no Ocidente Medieval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 51. CODET, C. **Hablar de la mujer o hablar a la mujer en tiempos de los Reyes Católicos**: visiones contrastadas en tres tratados de Hernando de Talavera. La Clé des Langues. Lyon: ENS Lyon/DGESCO, 2010.

acrescentariam suas vidas no mosteiro eram a “virtude e a honestidade”. Enquanto as mulheres de Valladolid tinham sido orientadas a se vestir e se portar em conformidade com a condição e o *status* de seus maridos, alijadas do mundo material, as monjas eram insufladas a se despojar de tudo em prol do seu Esposo celestial. Por Ele eram convidadas a exercitar a pobreza, demonstrá-la pelas roupas que vestiam, pela cama em que dormiam, pela comida da qual se nutriam e nenhuma delas poderia dizer “isto é meu”, dado que todas as coisas do monastério – excetuando o livro, único objeto cuja possessão não era repreendida – pertenciam à comunidade e não a alguma monja em particular.⁹⁷⁵ Desse modo, cada uma delas era orientada a trabalhar em proveito de todas, a ver no trabalho livramento dos perigos do ócio e merecimento do pão que recebiam como alimento diariamente.⁹⁷⁶

Não podemos nos esquecer de que Talavera adverte a condessa de Benavente quanto ao ócio, lembrando-lhe que a ociosidade era “mãe e mestra de todo o mal” e indicando, mesmo sendo ela de condição nobre, a ocupação com trabalhos manuais. É importante lembrar também que, de maneira parecida, Juan López de Salamanca tinha advertido a condessa de Plasencia, Leonor Pimentel, sobre os pecados derivados da ociosidade. Por isso, havia-lhe indicado a costura, a leitura e a oração.⁹⁷⁷ Entretanto, se, para Maria Pacheco, Talavera tinha incluído entre os momentos de “recreação” a “proveitosa fala com boas pessoas”, a audição da “honesta música” e a “boa leitura”, às monjas, essas recomendações compreendiam exclusivamente o trabalho, a dedicação às orações e às leituras espirituais. Quer dizer, estabelecer quais eram os melhores tipos de momentos de folga de monjas e laicas era considerado imprescindível para afastá-las dos momentos e ocasiões de propensão ao pecado, todavia, esses momentos se diferenciavam de acordo com as exigências dos seus estados. Ao passo que as laicas, a exemplo das condessas, poderiam usufruir de mais liberdade para se comprazerem com algumas diversões mundanas, as monjas necessitavam ter uma vida mais austera, já que, segundo dizia Talavera, ao optarem por esta condição, elas automaticamente tinham escolhido renunciar a existência terrena e estavam obrigadas a atender somente às expectativas da vida celestial.

De maneira semelhante ao que havia feito à rainha e a Maria Pacheco, traçando para elas algumas práticas diárias, às monjas, o prelado tinha apresentado, na *Suma*, várias recomendações acerca de como deveriam regular a vida cotidiana no monastério. Diversos

⁹⁷⁵ TALAVERA, H. *Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas.*, p. 36.

⁹⁷⁶ *Ibid.*, p. 40.

⁹⁷⁷ “Use a roca, maneje a ‘aspa’, povoe o ‘dechado’, exercite o ‘bastidor’. Passarás tempo em que lerás e horas certas em que contemplarás o que foi lido, e momentos em que farás o que estudou. Abra teus livros. Componha teus estudos”. LÓPEZ DE SALAMANCA, J. *Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca.*, p. 42.

tinham sido os seus conselhos a respeito da organização do dormitório, refeitório, locutório, da enfermaria e da botica. Tudo tinha que ser previsto e ordenado para que essas mulheres lograssem superar, devido à grandeza do estado que haviam escolhido, a debilidade e fraqueza de suas naturezas.⁹⁷⁸ Mais do que outras mulheres, as monjas eram orientadas a conceder grande atenção aos momentos relativos à leitura e à oração. Conforme dissemos anteriormente, as orações e leituras foram indicadas por Talavera a Maria Pacheco e integraram as atividades cotidianas sugeridas à nobre e relativas à sua instrução e edificação espiritual. À condessa era apropriado “dormir lendo e ouvindo boa leitura” para ter “espiritual alegria”, consoante as palavras do clérigo. Já às monjas, para que “melhor e mais efetivamente” pudessem “guardar os ditos três votos”, Talavera lembrava-lhes do dever de respeitar, dentre outras coisas, “todas as cerimônias e observâncias da santa religião, o ofício divino, as horas canônicas e outras orações vocais e mentais, as leituras, admoestações e santas meditações”. Ou seja, ainda que o jerônimo considerasse que a leitura poderia ser importante para a nobre, em razão do acréscimo de saberes e virtudes que essa prática lhes proporcionaria, para as religiosas de Ávila, ele julgava a leitura imprescindível na eficaz efetivação da promessa que elas haviam feito a Deus. Talvez isso explique o inventário de leituras que o prelado preparou para essas religiosas; o zelo com que descreveu como a leitura pública deveria ser realizada por uma monja específica, principalmente quando fossem feitas as refeições; o empenho com que apontou quais qualidades eram imprescindíveis na escolha dessa monja leitora; e quiçá esclareça o incentivo que concedeu à leitura individual, autorizando exclusivamente a posse dos livros no cenóbio.⁹⁷⁹

Não obstante tenham sido particulares as circunstâncias de escrita destes textos preparados por Talavera, e eles tenham tido diferentes tipos de interlocutoras, alguns aspectos, pode-se dizer, foram comuns em todos eles. Salta à vista, por exemplo, a imprescindibilidade de as mulheres obedecerem ao varão, quer fosse ele seu marido terreno ou celestial, seu confessor ou qualquer prelado que ocupasse outra função eclesiástica. Todas elas deveriam sujeitar-se a uma vontade mais premente que a sua: o arbítrio dos homens, dado que, conforme enfatizava o clérigo, delas era a culpa pelo pecado original e, conseqüentemente, delas provinha a fraqueza espiritual e corporal, aspectos que justificavam sua sujeição aos varões.⁹⁸⁰

⁹⁷⁸ GOMÉZ REDONDO, F. *Historia de la prosa de los reyes católicos: el umbral del renacimiento*. Madri: Ediciones Cátedra. T. 1, 2012. p. 817.

⁹⁷⁹ Entre os séculos XII e XV a leitura é convertida em um exercício frequente para a mulher. Conquanto alguns moralistas alertassem para os perigos da leitura, muitos foram aqueles que exaltaram as contribuições espirituais da leitura para as mulheres. LÓPEZ ESTRADA, F. Las mujeres escritoras en la Edad Media castellana. In: FONQUERNE, Y.R.; ESTEBAN, A. (Coord.) *La condición de la mujer en la Edad Media*. Atas do Colóquio celebrado na Casa de Velázquez, de 5 a 7 de novembro de 1984. Madri: Universidad Complutense, 1986. p. 20.

⁹⁸⁰ DUBY, G. *Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 54-55.

Conquanto o exercício de confessor exigisse de Talavera atenção às especificidades de suas penitentes e ele tenha levado em consideração algumas singularidades da condição e do *status* social delas, ele não conseguiu fugir de algumas tópicos medievais acerca das mulheres. Não foi capaz de escapar dos modelos que as classificavam como pecadoras ou redentoras, isto é, como filhas de Eva ou de Maria, nem de rotulá-las a partir das referências aristotélicas que destacavam suas debilidades fisiológicas. Assim como tinham feito outros prelados medievais, sobretudo a partir do século XII, Talavera escrevera às mulheres apresentando-lhes conselhos, prevenindo-lhes contra suas cobiças, dirigindo-lhes a consciência, aconselhando-lhes sobre como convenientemente cumpriam seus deveres, e ensinando-lhes a triunfar sobre si.⁹⁸¹ Dito de outro modo, assim como outros moralistas, o prelado tinha tecido um conjunto de ditos e interditos para elas, uma série de mecanismos que as ajudassem a modificar seus hábitos e condutas segundo as expectativas de seus contemporâneos.

Não podemos desconsiderar, todavia, que a multiplicação desses tratados didáticos no período em que Talavera escreveu deve ser explicada pelo fato de que algumas mulheres, a exemplo da rainha Isabel e das nobres senhoras que viviam na corte, passaram a gozar de alguma importância. Com efeito, grande parte desses textos foi escrita como resposta às expectativas espirituais dessas mulheres, pelo fato de que uma delas era responsável pelo regimento do reino e, acima de tudo, pelo papel crucial que a educação delas ganhou na reforma moral e religiosa realizada sob os auspícios da rainha.⁹⁸² A fim de que as contemporâneas de Isabel fossem distinguidas daquelas que lhe haviam antecedido, Talavera havia se esforçado para apresentar-lhes as pautas de condutas que, conforme seus estados, deveriam seguir. O afã organizador evidenciado pelo clérigo o conduziu a prescrever condutas específicas para a rainha, as nobres mulheres laicas e as religiosas do reino. Tal como havia feito São Jerônimo, sacerdote que inspirou a ordem religiosa da qual Talavera fez parte, muitos tinham sido os esforços desse confessor da rainha na elaboração de pautas específicas para as mulheres, na construção de exemplos edificantes para que elas os seguissem, no preparo de um compêndio

⁹⁸¹ Id. **Eva e os Padres**: Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 90-91.

⁹⁸² NÚÑEZ RODRÍGUEZ, M. La dama, el matrimonio y la fama póstuma. **SÉMATA**, Ciências Sociais e Humanidades. Parentesco, família y matrimonio en la historia de Galicia, n. 2, p. 285-302, 1989.

de leituras que as orientassem nos caminhos da fé⁹⁸³ e na composição dos meios para que algumas nobres conseguissem sobrelevar seu *status* a partir do exercício do ascetismo.⁹⁸⁴

Assim, quando Juan Justiniano traduziu para o castelhano, em 1528, a *Instrucción de la mujer cristiana*, obra preparada por Luis Vives à Catarina de Aragão, filha mais nova da rainha Isabel e rainha da Inglaterra, os tratados pedagógicos direcionados para as mulheres já vinham sendo, desde meados do século XV, significativamente produzidos no reino castelhano. Tal produção castelhana, associada ao reconhecimento da família como pilar expressivo sobre o qual se sustentava a ordenação social do reino, bem como à valorização do papel instrutor dos clérigos na regulação dos mecanismos de controle dos corpos e das almas dos fiéis e súditos, deve ser interpretada também a partir da querela sobre as mulheres e pela importância que algumas delas, a exemplo da rainha Isabel, tiveram nos jogos de poder do reino. Importância que, no século XVI, algumas das filhas e netas desta rainha, tais como Catarina de Aragão e Catarina da Áustria, respectivamente nos reinos da Inglaterra e de Portugal, também evidenciaram ao incentivarem, cada uma a seu modo, a produção de textos destinados a exaltar as mulheres e/ou educá-las.⁹⁸⁵

⁹⁸³ Quarenta e duas, das cento e cinquenta cartas, escritas por São Jerônimo, foram dirigidas às mulheres. Nelas, São Jerônimo falou, dentre outras coisas, sobre a necessidade de as mulheres se manterem virgens, castas e realizarem determinadas leituras. Nesse sentido, podem ser feitos alguns paralelos entre as orientações dadas a elas pelo santo e aquelas apresentadas por Talavera. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, N. **La educación de las mujeres durante los primeros siglos del cristianismo**: Carta de San Jerónimo. II Congreso Virtual sobre Historia de las Mujeres. Asociación de los amigos del Archivo H. Diocesano de Jaen, n. 15, p. 1-21, out. 2010.

⁹⁸⁴ RIVAS REBAQUE, F. Exempla bíblicos dirigidos a las mujeres en el epistolario de San Jerónimo. **Estudios Eclesiásticos**, v. 84, n. 330, p. 444-445, 2009.

⁹⁸⁵ MENESES, J. R. S. O pensamento político na época de Catarina de Áustria e as mulheres no governo. **RIDB**, ano 2, n. 10, p. 11639-11681, 2012. TERREIRO, A. A educação da mulher em L. Vives e F. Monçon. **Revista Brotéria**. Cultura e Informação, p. 451, abr. 1976. VARGAS MARTÍNEZ, A. Mujeres sabias en la obra de Cristóbal Acosta (1525-1593). **Misceláneas Comillas**, v. 69, n. 134, p. 325-344, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por elas, ordenam-se as justas reais, os pomposos torneios e as alegres festas; por elas, aproveitam-se as graças, acabam-se e iniciam-se todas as coisas de gentileza. Não sei por qual motivo devem ser vituperadas por nós [...].⁹⁸⁶

[...] às claras, às princesas como às rainhas, não é vedado consagrar-se à sabedoria. Como Santa Catarina, que era filha de rei e era instruída em todas as artes liberais. Assim, as proibições e punições são para as escuras e plebeias fêmeas, mas não para as altas donas [...].⁹⁸⁷

No percurso aqui trilhado, entre as divergências, contradições e posições diversas notáveis ao longo do século XV, nos escritos dos letrados castelhanos que tiveram algum papel na definição de valores no âmbito da corte – instituição que impulsiona o saber escrito neste momento –, uma unidade, ao menos, foi o que nos permitiu formular um inquérito das fontes: o empenho dos letrados em se colocarem no rastro das mulheres, defendendo-as e educando-as. Já na primeira metade do Quatrocentos, eles se diziam motivados a compor uma história daquelas senhoras que haviam sido exemplos de nobreza e virtude, bem como se declaravam impelidos a impedir que a voz dos vituperadores das mulheres prevalecesse. Na tentativa de compreender o significado e os contextos dessa empreitada laudatória, em que se lançaram alguns castelhanos, vimos que as formas de arrazoado em favor delas guardaram relações com os interesses dos defensores e com um ambiente cortesão favorável ao elogio das mulheres. Os padrões de cortesia, ou seja, os costumes e práticas comuns na esfera da corte castelhana – entre os quais incluíam-se os modos amorosos, o cuidado com as vestes, a fala e as posturas nos ambientes festivos –, associados aos novos nuances do ideal de nobreza, contribuíram no fortalecimento da necessidade dos homens de terem bons modos em relação a elas e de defendê-las, sobretudo se elas fossem nobres e virtuosas. Ser nobre, nesse momento, já não dependia apenas da herança adquirida pela consanguinidade, mas igualmente se respaldava em um conjunto de gestos e méritos. Nesse contexto, tanto por intermédio das armas como das letras, a defesa das mulheres colocou-se tanto como uma das tarefas a serem desempenhadas pelo

⁹⁸⁶ SAN PEDRO, D. *Cárcel de amor*., p. 140.

⁹⁸⁷ CÓRDOBA, M. *Jardín de nobles doncellas*., p.83

nobre cavaleiro e cortesão, quanto como uma forma de colocarem sua nobreza e cortesia em evidência.

Na corte de Juan II, circularam, em prosa e em verso, formas de exaltação que, mais do que simplesmente servir para valorizá-las, definiram e redefiniram os próprios perfis dos nobres cortesãos que se dispuseram a defendê-las. Em outras palavras, mais do que promover qualquer tipo de valorização das mulheres, esses discursos colaboraram na afirmação dos valores dos poetas, tratadistas e, em geral, do nobre cortesão, dado que as mulheres eram o objeto através do qual esses homens logravam manter-se ao redor do rei, da rainha e daqueles que o acompanhavam. Ao cotejarmos os tratados elogiosos confeccionados por Álvaro de Luna, Diego de Valera e Juan Rodríguez Del Padrón, entendemos que a defesa das damas também resultou de uma encomenda régia aconselhável aos homens letrados do reino, postulantes a permanecer na corte ou integrá-la. É certo que elas, do mesmo modo, assumiram um papel importante nos momentos de convívio na corte e foram potenciais leitoras/ouvintes dos textos que por ali circularam. Como vimos, a rainha D. Maria, além de ter exercido uma posição estratégica entre as alas aragonesa e castelhana da nobreza, foi a destinatária de grande parte dos tratados em defesa das suas iguais.

Na segunda metade do século XV, a defesa e o vilipêndio das mulheres não ganharam menor relevância nas cortes dos filhos de Juan II – Enrique IV e Isabel I –, pelo contrário, foram temas tratados de forma fabulosa nas novelas sentimentais e alcançaram grande destaque nos jogos de poder. A crise sucessória que se abateu sobre Castela, ainda durante o reinado de Enrique IV, fomentada pelas disputas nobiliárquicas e pela difamação moral e sexual do rei (Enrique IV) e da rainha (Juana), bem como a expectativa de que o reino fosse inevitavelmente herdado por uma mulher – ou pela suposta filha de Enrique IV (Juana), ou por sua irmã (Isabel) –, motivaram novas discussões em torno delas. Fez-se urgente debater sobre os direitos à herança e ao regimento do reino pelas mulheres, retomar as normas do reino que previam tais privilégios e as circunstâncias do passado em que outras senhoras haviam herdado a coroa. Mas não só isto. Foi imprescindível fundamentar por que a sucessão pertencia à irmã do rei e não à sua suposta filha. Daí o papel fundamental das narrativas, seja sobre a honra e desonra de uma e outra mulher; seja acerca da vituperação do rei e da rainha para a afirmação da ilegitimidade da princesa Juana; seja a propósito da construção dos padrões de conduta que deveriam orientar a nova governante no cuidado de si, de sua casa e do reino.

Não se podem negligenciar os fundamentos morais dessa disputa pela sucessão da coroa. Como poetas e cronistas haviam denunciado, a depravação moral tinha se disseminado pela corte de Enrique IV, colocando em evidência os escândalos e a corrupção dos costumes da

rainha Juana e de seu séquito de damas – com destaque para os excessos da vida áulica, marcada pelo luxo, pelas pompas e festas –, bem como os malefícios que essas más posturas traziam não só para as vidas dessas senhoras, mas sobretudo para todos do reino. Ao passo que os hábitos da vida cortesã relativos aos temas amorosos e festivos tinham insuflado, durante o reinado de Juan II, alguns letrados a escrever em defesa das mulheres, na corte de Enrique IV, por sua vez, estes mesmos temas envolvendo as damas do reino sustentaram o vitupério a D. Juana. Nesse contexto de desmoralização da rainha e de um certo silêncio sobre como as monarcas de uma maneira geral deveriam se conduzir, alguns homens se voltaram para a princesa e começaram a reafirmar certos ideais de virtude mirando a futura rainha. Nesses primeiros espelhos de princesa escritos em castelhano, além de as mulheres voltarem a ser o mote dos discursos e do diálogo estabelecido entre os letrados, elas tornaram-se as suas principais destinatárias. Para Isabel, especialmente, e para as outras mulheres do reino foram, nessa altura, preparadas gramáticas de comportamento e prescrições que lhes ensinassem a agir e se portar em conformidade com a posição que ocupavam na sociedade castelhana.

Diversos fatores explicam essa preocupação maior em relação à educação das mulheres, entre quais: a apropriação de algumas referências da antiguidade pelos castelhanos, ainda que conjugadas àquelas dos santos padres da igreja e dos textos bíblicos; o florescimento entre eles, clérigos ou laicos, das letras; e, ainda, a valorização da educação, nos âmbitos familiar e escolar – questões que ganhavam a atenção dos italianos desde o século XIV. Nesse âmbito, a educação e o cultivo dos saberes alcançaram nuances de distinção social, do mesmo modo que foram compreendidos como meios através dos quais se podia alcançar e/ou aperfeiçoar as virtudes e lograr a confirmação do *status* de nobreza. Além disso, a rainha Isabel, aos olhos dos seus contemporâneos, não mediu esforços para que as mulheres de seu reino recebessem alguns cuidados e orientações. A monarca cuidou especialmente da educação de suas filhas, zelou pelas damas de seu séquito e encarregou alguns de seus letrados de traduzirem alguns textos para que eles pudessem ser lidos pelas mulheres de vida religiosa.

A preparação de vários tratados didáticos voltados para as mulheres pelo confessor dessa rainha, Hernando de Talavera, pode ser explicada justamente pelo fato de que algumas mulheres, a exemplo de Isabel e das nobres senhoras que viviam na corte, ganharam alguma importância. Grande parte desses textos preparados pelo clérigo, vale lembrar, foi escrita como resposta às expectativas espirituais de algumas mulheres, pelo fato de que uma delas era responsável pelo regimento do reino e, acima de tudo, pelo papel crucial que a educação delas ganhou na reforma moral e religiosa realizada sob os auspícios da rainha. Por isso, pode-se dizer que houve um esforço para que as contemporâneas de Isabel fossem distinguidas daquelas

que lhes haviam antecedido e houve um empenho maior em educá-las. Diligência que pode ter partido de uma vontade íntima da monarca de distanciar-se, e também a sua corte, da má fama que havia acometido o paço de seu irmão, mas que, do mesmo modo, pode ter encontrado fundamento nas orientações que lhes foram preparadas por alguns clérigos, tais como Martín de Córdoba. Tal comprometimento em educar as mulheres deve ser interpretado também a partir da querela que se estabeleceu em seu entorno e pela importância que algumas delas, a exemplo da rainha Isabel, tiveram nos jogos de poder do reino

Interpretada muitas vezes como uma simples justa verbal entre defensores e detratores das mulheres, ou mesmo como precursora de um feminismo extemporâneo, a querela sobre elas que ganhou espaço na Castela quatrocentista deve ser, ao contrário, compreendida levando-se em consideração as motivações dos letrados para investirem nesse debate. Não se pode interpretar o interesse desses castelhanos pela defesa e educação das mulheres sem considerar a rede de pactos sociais, políticos e morais da sociedade quatrocentista. No contexto aqui examinado, quando rainhas ou futuras rainhas entraram em cena, clérigos e laicos quatrocentistas não agiram como se se tratasse de uma mera alternância no poder. Diante da possibilidade de que o reino fosse conduzido por uma mulher, assumiram a quase missão de refletir sobre o significado da circunstância incomum e, a partir de uma ou duas, refletiram sobre todas, ou melhor, da singularidade da rainha ou princesa avançaram para a sua condição de mulher, especialmente porque esta condição vinha delineada a partir de parâmetros extremados, Eva ou Maria. No rastro delas, refletindo sobre o papel que eles próprios deveriam ter no sentido de defendê-las, educá-las, mantê-las de forma zelosa, sem perdê-las de vista e, acima de tudo, contemplar o seu papel no controle e na ordem, eles teceram um conjunto de questionamentos sobre o seu passado e, de olho no devir, registraram ditos e interditos, forjando-lhes uma série de recomendações que as ajudassem a modificar seus hábitos e condutas, de modo que, em sua natureza Eva perdesse o combate para Maria.

Orientá-las sobre como deveriam se vestir e se portar; acerca do que podiam comer, beber e falar; indicar-lhes certas leituras, afazeres e posturas para que lograssem o autocontrole, cuidassem da casa, garantissem a boa conduta na corte e a boa condução do reino, estas foram algumas das formas de expressão da vigilância e do zelo dos homens para com elas. Prescrições, orientações e diligências que, vindas deles, não foram, convém destacar, de modo algum mal recebidas ou rejeitadas por elas; ao contrário, em um tempo em que ser exemplar e virtuoso era a meta de algumas mulheres, em especial das nobres, não foram incomuns as solicitações partidas delas próprias para que eles as aconselhassem e lhes oferecessem indicações sobre a

ordem do bem. Ordem, é certo, que não se acreditava própria dos varões ou das mulheres, mas de Deus, ainda que intermediada por eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Documentos

AGOSTINHO. **Confissões**. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2000.

AQUINO, S. T. **Suma de Teología**. Edição preparada pelos regentes de estudos das províncias dominicanas da Espanha. Madri: Biblioteca de autores cristianos, 2001.

ARANDA QUINTANILLA. P. M. **Archetipo de virtudes, espexo de prelados, el venerable Padre y siervo de Dios Fray Francisco Ximénez de Cisneros**. Palermo, 1653.

Disponível em:

<http://alfama.sim.ucm.es/dioscorides/consulta_libro.asp?ref=B18754715&idioma=0>.

Acesso em 08 abr. 2015.

ARÉVALO, R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velásquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999.

BAENA, J. A. Prolugus Baenenssis. In: GERLI, M. **Poesía cancioneril castellana**. Madri: Edições Akal, 1994.

BERNÁLDEZ, A. Historia de los reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel. In: **Crónica de los Reyes de Castilla desde Alfonso X hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel**. Edição preparada por Don Cayetano Rosell. Madri: Rivadeneyra Editor, 1878.

BÍBLIA SAGRADA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editora Claretiana, 1997.

BOCCACCIO, G. **Il Corbaccio**. Edição preparada por P.G Ricci. Torino: Editora Einaudi, 1977.

_____. **De las mujeres illustres en Romance**. Edição preparada por José Luis Canet, 1997. Disponível em: <<http://parnaseo.uv.es/lemir/Textos/Mujeres/Index.html>>.

BURGOS, D. El Triunfo del Marqués de Santilla (1458). In: MORENO HERNÁNDEZ, C. **Retórica y Humanismo: El Triunfo del Marqués de Santilla (1458)**. Universidade de Valencia: Textos Lemir, 2008.

CÂNONS DO IV CONCÍLIO DE LATRÃO. Disponível em: <<http://legacy.fordham.edu/halsall/basis/latran4.asp>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CAPELÃO, A. **Tratado do amor cortês**. Edição preparada por Ivone Castillo Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Carro de las donas. Adaptación del Llibre de les dones de Francesc Eiximenis O.F.M. realizada por el P. Carmona O.F.M. Estudo e edição de Carmen Clausell Nácher. Madri: Fundación Universitaria Española. Universidad Pontificia de Salamanca, v. I, 2007.

CARTAGENA, A. **Tratados Militares**. Edição, estudo e notas de Noel Fallows. Espanha: Ministério da Defesa, 2006.

Castigos y Doctrinas que un sabio daba a suas hijas. Edição preparada por Rafael Herrera Guillén. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005.

CHACÓN, G. **Crónica de D. Álvaro de Luna, condestable de los reynos de Castilla y León, maestre y administrador de la orden de la caballeria de Santiago**. Apendices de Josef Manuel de Flores. Madri: Imprensa de António de Sancha, 1734.

CHACÓN, P. **Historia de la Universidad de Salamanca hecha por el maestro Pedro Chacón**. Edição preparada por Ana María Carabias Torres. Salamanca: Edições da Universidade de Salamanca, 1990.

CLARAVAL, B. **Da Consideração**. Tradução de Ricardo da Costa. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/da-consideracao>>. Acesso em 26 fev. 2014.

Coplas de Mingo Revulgo. Edição de Rafael Herrera Guillén para a Biblioteca Saavedra Fajardo. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0186.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

Coplas del Provincial. Edição de Rafael Herrera Guillén para a Biblioteca Saavedra Fajardo. Murcia: Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/FichaLibro.aspx?id=1733499>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

CÓRDOBA, M. **Jardín de nobles doncellas**. Introdução de Padre Felix García. Madri: Coleção Joias Bibliográficas, 1953.

CORTES DE LOS ANTIGUOS REINOS DE LEÓN Y DE CASTILLA. Madri: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, Tomo III, 1866.

Crónica del Sereníssimo príncipe Don Juan. In: **Crónica de los reyes de Castilla**. Edição preparada por D. Cayetano Rosell. Madri: Librería de los sucesores de Hernando, 1923.

DEL PADRON, J.R. **Obras completas**. Edição preparada por Cesar Hernandez Alonso. Madri: Editora Nacional, 1982.

DÍAZ ALCOCER, J. Oración que hizo el doctor Alcoçer en Segovia a la Reyna Doña Isabel, nuestra señora, en nombre destos reynos, quando fue sublimada y resçebida por reyna dellos, martes, día de santa Luzía, XIII días de diciembre de LXXXIII años. In: CÁTEDRA, P.M. **Oratoria política y modelo de propaganda**. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). Atalaya, 11, 2009. Disponível em: <http://atalaya.revues.org/576> . Acesso em: 18 fev 2016.

ENCINA, J. **Obras completas**. Edição preparada por A.M. Rabaldo. Madri: Espasa- Calpe, v. II, 1978.

ENRÍQUEZ DE CASTILLO, D. **Crónica del Rey D. Enrique el Cuarto**. Edição e correção de José Miguel de Flores. Madri: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1787.

FERNÁNDEZ DE OVIEDO y VALDÉS, G. **Batallas y quinquagenas**. Edição de Juan Bautista Avalle-Arce. Salamanca: Disputación de Salamanca, 1989.

Flores de Filosofia. Transcrição do manuscrito 9428 realizada por José Manuel Lucía Megías. Disponível em: <<http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Flores2.html>>.

Flores del Tesoro de la Belleza. Tratado de muchas medicinas o curiosidades de las mujeres. Manuscrito n. 68 da Biblioteca da Universidade de Barcelona. Introdução de Teresa Maria Vinyoles, prólogo de Josefina Roma e tradução de Oriol Comas. Palma de Mallorca: José J. de Olañeta editor, 2001.

FLORES, J. **Grisel y Mirabella**. Madri: Real Academia Española de la Lengua, 1954.

GARCÍA DE CASTROJERIZ, J. **Glosa castellana al Regimiento de Principes de Egidio Romado**. Edição e estudos de Juan Beneyto López. Madri: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2005.

GÓMEZ MANRIQUE, D. **Cancionero**. Edição com notas e Antonio Paz y Melia. Madri: Pérez Dubrull, 1885. Tomo II, p. 8. Disponível em: <<https://archive.org/details/cancionerodegm02manruoft>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

GRACIA DEI, P. Crianza y virtuosa doctrina. In: PAZ Y MELIA, A (Ed). **Opúsculos Literarios de los siglos XIV a XVI**. Madri: Sociedade de los Bibliófilos españoles, 1832. Disponível em: <<https://archive.org/stream/opusculosliterar00pazy#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

HURTADO DE MENDOZA, D. **Guerra de Granada hecha por el Rey de España Don Felipe II contra los moriscos de aquel reino, sus rebeldes**: historia escrita en cuatro libros. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999. s/p. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmczg6p0>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio. Madri: Real Academia de Historia. 1807.

LOPEZ DE AYALA, P. **Libro Rimado de Palacio**. Edição organizada por Kenneth Adams. Madri: Catedra Letras Hispánicas, 1993.

_____. **Crónica del Rey Don Pedro y Del Rey Don Enrique su Hermano, hijos del rey Don Alfonso Onceno**. Edição preparada por German Orduña. Buenos Aires: Secrit, 1997, v. II.

LÓPEZ DE SALAMANCA. J. **Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca**. Edição e estudo de Arturo Jiménez Moreno. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009.

LUCENA, J. Carta Exhortatoria a las letras. In: PAZ Y MELIA, A. (Ed.) **Opúsculos literarios de los siglos XIV a XV**. Madri: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892. Disponível em: <<http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0174.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

LUCENA, J. **Diálogo de la vida feliz y Epístola Exhortatoria a las letras**. Edição, estudo e notas de Jerónimo Miguel. Madri: Real Academia Española. Centro para las ediciones de los clásicos españoles, 2014.

LUCENA, J. Libro de la Vida Beata. In: PAZ Y MELIA, A. (Ed.) **Opúsculos literarios de los siglos XIV a XV**. Madri: Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1892.

LUIS VIVES, J. **Instrucción de la mujer cristiana**. Tradução de Juan Justiniano. Introdução, revisão e anotação de Elisabeth Teresa Howe. Madri: Fundação Universitária Espanhola, Universidad Pontifica de Salamanca, 1995.

LUNA, A. **Libro de las claras e virtuosas mugeres**. Edição preparada por Manuel de Castillo. Toledo: Establecimiento Tipográfico de Rafael G. Menor, 1908.

MANRIQUE, J. **Obras doctrinales**. Edição, prólogo e vocabulário de Augusto Cortina. Alicante: Biblioteca virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/obra-completa--0/html/ff6c9480-82b1-11df-acc7-002185ce6064_4.html#I_53>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MARINEO SÍCULO, L. **De las cosas memorables de España**. Madri: La hoja del monte, 2004.

MARTÍNEZ DE TOLEDO, A. **Corbacho o Reprobación del amor mundano**. Edição de Cristóbal Pérez Pastor. Madri: Sociedade dos bibliófilos espanhóis, 1901.

MARTÍR DE ANGLERÍA, P. Epistolario. In: LÓPEZ TORO, J. (Ed.). **Documentos inéditos para la historia de España**. Edição de José López Toro. Madri: Imprenta Gongora, 1953.

MENDOZA, Í. **Dechado que hyzo frey Yñigo de Mendoça a la muy excelente reyna doña Ysabel, nuestra soberana señora**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/dechado-que-hizo-frey-ynigo-de-mendoca-a-la-muy-escelente-reyna-dona-ysabel-nuestra-soberana-senora--0/html/ff9224fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#I_0>. Acesso em: 04 mai. 2016.

NEBRIJA, A. **Introducciones latinas, contrapuesto el romance al latin, para que con facilidad puedan aprender todos y principalmente las religiosas y otras mujeres dedicadas a Dios, para que este fin mandó hacer S.A. la Reyna Catolica Doña Isabel al maestro Antonio de Nebrija**. Madri: Imprenta de D. Joachin de Ibarra, 1773. Disponível em: <http://trobes.uv.es/tmp/_webpac2_1515635.25421>. Acesso em 17 mar. 2015.

NEBRIJA, A. **Gramática de la lengua castellana**. Edição preparada por A. Quilis. Madri: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1992.

NEBRIJA, A. De liberis educandis. In: SÁNCHEZ ARÉVALO. R. **Manera de criar a los hijos (1453)**. Estudo e notas de Lorenzo Velázquez e tradução de Pedro Arias. Pamplona: Servicio de publicaciones de la Universidad de Navarra, 1999.

ORTIZ, A. **Diálogo sobre la educación del príncipe don Juan hijo de los Reyes Católicos**. Edição preparada por G.M. Bertini. Madri: Porrúa, 1983.

OCHOA, E. **Epistolario Español**. Colección de cartas de españoles ilustres antiguos y modernos. Madri: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1870, t. II.

PALENCIA, A. **Crónica de Enrique IV**. Tradução castelhana preparada por D. A. Paz y Melia. Madri: Tipografia de la Revista Archivos, tomo I, II, III e IV. 1904.

PEREZ DE GUZMÁN, F. **Generaciones y Semblanzas**. Edição e notas de J. Domínguez Bordona. Madri: Espasa-Calpe, S.A, 1941.

_____. Relación a las señoras e grandes dueñas de la doctrina que dieron a Sarra, muger de Tobias el moço, su padre e su madre, quando la enviaron a su marido; la cual doctrina conviene a toda muger, así a las altas dueñas e nobles, como a las otras damas de qualquier estado. In: FOULCHÉ DELBOSC, R. (Dir.) **Cancionero castellano del siglo XV**. Nueva Biblioteca de Autores Españoles. Madri: Casa editorial Bailly-Bailliére. 1912.

PIZAN, C. **O Livro das Tres Vertudes ou O Espelho de Cristina**. Edição crítica por Maria de Lourdes Crispim, da tradução quatrocentista de *LE LIVRE DES TROIS VERTUS*. Dissertação de doutoramento, policopiada, Lisboa, 1995.

PULGAR, H. **Crónica de los señores reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón**. Valladolid: Editorial Maxtor, 2011.

_____. **Claros varones de Castilla y Letras de Fernando de Pulgar, consejero, secretario y coronista de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel**. Madri:

Geronimo Ortega e Hijos de Ibarra, 1789. Disponível em: <<https://books.google.es/books?id=Eaz4AaGLGr8C&printsec=frontcover&hl=es#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 09 jun. 2015.

RODRÍGUEZ DE ALMELA, D. **Cartas** (BL Ms Egerton 1173). Edição preparada por David Mackenzie. Exeter, 1980.

ROJAS, F. **Comedia de Calisto y Melibea**. Edição crítica preparada por José Luis Canet Vallés. Valência: Universidade de Valência, 2011.

SAINT VICTOR, H. **Didascálicon**: da arte de ler. Introdução e tradução de Antonio Marchionni. Bragança Paulista: Ed. Da Universidade São Francisco, 2007.

SAN PEDRO, D. **Cárcel de amor**. Arnalte y Lucenda. Sermón. Edição preparada por José Francisco Ruiz Casanova. Madri: Edições Cátedra, 2011.

TALAVERA, H. Breve forma de confesar. Reduciendo todos los pecados mortales y veniales a los Diez Mandamientos. **Escritores Místicos Españoles**. Nueva Biblioteca de Autores Españoles. Madri: Casa Editorial Bailley e Beilliére. t.1, 1911.

_____. Colación muy provechosa. In: PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera**. Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014.

_____. De cómo se há de ordenar el tiempo para que sea bien expendido. Avisación a la virtuosa e muy noble señora Dona María Pacheco, condesa de Benavente, de cómo se debe cada día ordenar e ocupar para que expienda bien su tiempo. **Escritores Místicos Españoles**. Nueva Biblioteca de Autores Españoles. Madri: Casa Editorial Bailley e Beilliére, t. I, 1911.

_____. El tratado sobre vestir, calzar y comer del arzobispo Hernando de Talavera. Edição e comentarios de Teresa de Castro. **Espacio, Tiempo y Forma**. Revista de Historia Medieval, serie III, t. 14, 2001.

_____. Memorial de Hernando de Talavera para la reina cerca de la órden que debía tener en el despacho de los negocios. AGS, Estado- Castilla, leg. 1, fol. 81, [autografado sem data]. In: IANNUZZI, I. **El poder de la palabra en el siglo XV**: Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009.

_____. Suma y Breve compilación de cómo han de vivir y conversar las religiosas de Sant Bernardo que biven en los monasterios de la cibdad de Ávila. De Hernando de Talavera. Edição preparada por Cécile Codet. **Memorabilia**, n. 14, 2012.

TORRELLA, P. Coplas fechas por Mosén Pedro Torrellas de las cualidades de las donas o Maldecir de las mujeres. Cancioneiro de Estúñiga, Biblioteca Nacional de Madrid apud ARCHER, R. Las coplas de las cualidades de las donas de Pere Torrella y la tradición lírica catalana. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras**, 47, 1991-2000.

Tristán e Isolda. Introdução de Luis M. Valdés, versão modernizada por Ana Maria Sanz e Estudo iconográfico feito por Edmond Pognon. Madri: Ed. Casariego, 1992.

VALERA, D. **En defensa de virtuosas mujeres**. Edição para a biblioteca Saavedra Fajardo de Rafael Herrera Guillén, 2005.

_____. Epístola que Mosen Diego de Valera enbió á la Reyna Nuestra Señora. In: **Epístolas de Mosen Diego de Valera enviadas en diversos tiempos e a diversas personas juntamente con otros cinco tratados del mismo autor**. Madri: Sociedad de los Bibliófilos

Espanoles, 1878. Disponível em: <<https://archive.org/details/epstolasdemosen00balegoog>>. Acesso: 09 mai. 2016.

_____. Memorial de diversas hazañas. In: **Crónica de los reyes de Castilla**: desde Don Alfonso X hasta los reyes católicos. Edição preparada por Cayetano Rosell. Madri: M. Rivadeneyra, 1878.

VILLENA, E. **Los doce trabajos de Hércules**. Edição preparada e comentada por Pedro M. Cátedra e Paolo Cherchi. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2007.

VORÁGINE, J. **La leyenda dorada**. Madri: Alianza Editorial, 2005.

2- Estudos

AGNEW, M. Evangelista temporal: The limits of historiographical discourse in Juan de Flores's royal chronicle. In: GWARA, J. J. **Juan de Flores**: four studies. Londres: University of London, 2005.

AGUADO, A. M; CAPEL, R.M; GLEZ, T; CLABET, C; MTNEZ; LÓPEZ, M. **Textos para la historia de las mujeres en España**. Madri: Ediciones Cátedra, 1994.

ALEXANDRE-BIDON, D; LETT, D. **Les enfants au Moyen Âge**. Ve- XVe siècle. Paris: Fayard, 2013.

ALVAR, C. Boccaccio en Castilla: entre recepción y traducción. **Cuadernos de Filología Italiana**, n. extraordinário, 2001.

_____. Promotores y destinatarios de traducciones en Castilla durante el siglo XV. **CLCHM**, n. 27, 2004.

ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A. **María, infanta de Aragón y reina de Castilla**. In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 4, 2006.

ANDRÉS DIAS, R. Las entradas reales castellanas en los siglos XIV y XV, según las crónicas de la época. **En la España Medieval**, n. IV, 1984.

_____. Las fiestas de caballería en la Castilla Trastámara. **En la España Medieval**. Madri: Editorial Complutense, Tomo V, 1986.

ANDREU, L. B. **Vida de Beatriz Galindo**. Madri: EILA editores S.L, 2009.

ANTELO IGLESIAS, A. Las bibliotecas del otoño medieval. Con especial referencia a las de Castilla en el siglo XV. **Espacio, Tiempo y Forma**. Historia Medieval, tomo 4, 1991.

ANTONIO MARAVALL, J. La formación de la conciencia estamental de los letrados. **Revista de estudios políticos**, n. 70, 1953.

ARAM, B. **La reina Juana**. Gobierno, piedad y dinastía. Madri: Marcial Pons, 2001.

ARCHER, R. Las coplas de las cualidades de las donas de Pere Torrella y la tradición lírica catalana. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras**, 47, 1991-2000.

_____. **Misoginia y defensa de las mujeres**. Antología de textos medievales. Madri: Edições Cátedra, 2001.

_____. **The problem of woman in Late-Medieval Hispanic Literature**. Suffolk: Tamesis, 2005.

ARCHER, R; RIQUER, I. **Contra las mujeres**: poemas medievales de rechazo y vitupério. Barcelona: Quaderns Crema, 1998.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARMERO DOMINGO, I. Las mujeres y su vinculación al poder según las crónicas castellanas de los siglos XI al XV. In: DEL VAL VADIVIESO, M. I; SEGURA GRAÍÑO, C. (Coord.). **La Participación de las mujeres en lo político**. Mediación, representación y toma de decisiones. Madri: Almudayna, 2011. Disponible em: http://www.aeihm.org/sites/default/files/XV_Coloquio/Sesion3/Armero. Acesso em: 17 mar. 2016.

ARMILLAS VICENTE, J. A. Pedro Martír de Anglería, contino real y cronista de Castilla. La invención de las nuevas Indias. In: SALAS, J.A; SERRANO, E. (Coord.). **Jerónimo Zurita y los cronistas de Aragón**. Jerónimo Zurita, n. 88, 2003.

ARTEAGA, A. **Beatriz Galindo, La Latina maestra de reinas**. Madri: Algaba, 2007. p.15.

AVALLE-ARCE, J.B. **Don Juan de Mendoza, festivo poeta del Cancionero general**. In: Bulletin Hispanique. Tome 92, n. 1, 1990.

FERRO, J. N. Ayala y Aljubarrota: Actitud didáctica y locus doctrinal. **Studia Spanica Medievalia**, Buenos Aires, n.2, 1992.

_____. El intertexto político en las crónicas del canciller Ayala. **Incipit**, Buenos Aires, n. 10, 1990.

_____. La elaboración de la doctrina política en el discurso cronístico del canciller Ayala. **Incipit**, Buenos Aires, n. 11, s/p, 1991.

AZCONA, T. **Isabel La Católica**. Estudio crítico de su vida y su reinado. Madri: Biblioteca de autores cristianos, 1993.

_____. **Juana de Castilla, mal llamada La Beltraneja**. Vida de la hija de Enrique IV de Castilla y su exilio en Portugal (1462-1530). Madri: La esfera de los libros, 2007

BALDWIN, J.W. **Les langages de l'amour dans la France de Philippe Auguste**: la sexualité dans la France du Nord au tournant XIIe siècle. Paris: Fayard, 1997.

BARBIER, F. **Historia del Libro**. Madri: Alianza Editorial, 2005.

BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, B. **La educación en la España antigua y medieval**. Madri: Ediciones SM, 1992.

BECEIRO PITA, I. Argumentos ideológicos de la oposición nobiliaria bajo los Trastámaras. **Cahiers de Linguistique et Civilisation Hispaniques Médiévale**: Université Paris-Nord, n. 25, 2002.

_____, I. **La educación derecho y dever del cortesano**. La enseñanza en la Edad Media. In: X [SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES](#), 1999, Nájera; INSTITUTO DE ESTUDIOS RIOJANOS, Logroño, 2000, s/p. Disponible em: <<http://www.vallenajerilla.com/berceo/florilegio/beceiopita/educacioncortesana.htm>>.

_____. La mujer noble en la Baja Edad Media. In: FONQUERNE, Y-R; ESTEBAN, A. (Coord.). **La condición de la mujer en la Edad Media**. Actas del coloquio celebrado en la Casa de Velázquez del 5 al 7 de noviembre de 1984. Madrid: Casa de Velázquez, Universidad Complutense, 1986.

_____. **Libros, lectores y bibliotecas en la España Medieval**. Murcia: Nausícaa, 2007.

_____. Los cambios en el discurso político de la nobleza castellana durante la baja Edad Media. **Cahiers d'études romanes**, n. 4, 2000.

BECHTEL, G. **A carne, o diabo e o confessor**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

BERMEJO CABRERO, J. L. Amor y temor al Rey. Evolución histórica de un tópico político. **Revista de Estudios Políticos**, n. 192, 1973.

_____. Orígenes del oficio de cronista real. **Hispania**, Madrid, n. 40, 1980.

BERNARDO, D.G; TOLEDO, C. A. A. Educação e Humanismo no pensamento de Juan Luis Vives (1492-1540). **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. 25, mar. 2007. Disponible em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art02_25.pdf >. Acceso em: 10 maio 2016.

BERNIS, C. Indumentaria española del siglo XV: la camisa de mujer. **Archivo Español de Arte**, v. 30, n. 119, 1957.

_____. **Trajes y modas en la España de los Reyes Católicos**. Madrid: Instituto Diego Velázquez, CSIC, 1978.

_____. El tocado masculino en Castilla durante el último cuarto del siglo XV. **Archivo Español de Arte**, v. 22, n. 86, 1949.

BEYSTERVELDT, V. A. Revisión de los debates feministas del siglo XV y las novelas de Juan de Flores. **Hispania**. v.64, n. 1, 1981.

BIZZARRI, H. O. La metamorfosis sapiencial. **CEHM**, n. 29, 2006.

BLANCHARD, J; MUHLETHALER, J. C. **Écriture et pouvoir à l'aube des temps modernes**. Paris: Imprensa da Universidade, Paris, 2002

BLANCO VALDÉS, C.F. **El amor en el Dolce Stil Novo**. Fenomenologia, teoría y práctica. Espanha: Universidade de Santiago, 1996.

BLATTE Y PRATS, L. El atentado contra Fernando el Católico, y el municipio gerundense. **Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita**, n. 19-20, 1966-1967.

BLOCH, R. H. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

BOLLO-PANADERO, M. D. Castigos y Doctrinas que un sabio dava a sus hijas: una tercera vía de representación literaria de la mujer en el siglo XV. **Memorabilia**, n. 16, 2014.

BOYER, A. **Estudio descriptivo del “Libro de las virtuosas e claras mugeres” de Don Álvaro de Luna, fuentes, género y ubicación en el debate**. Berkely: Universidade da Califórnia, 1988.

BROWN, P. **Corpo e Sociedade**. O homem, a mulher a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

BUESCU, A. I. **Imagens do Príncipe- Discurso Normativo e Representação (1525-1549)**. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CAAMAÑO TOMÁS, A. Castigos y doctrinas que um sabio dava a suas hijas: un ejemplo bajomedieval de la literatura de matrimonio en España. **Medievalia**, n. 39, 2007.

CALDERÓN ORTEGA, J. M. **Álvaro de Luna: Riqueza y Poder en la Castilla del siglo XV**. Madri: Editorial Dykinson, 1998.

CAMIÑA SALGADO, S. **Luces y sombra en el modelo femenino presente en la Vida de Nuestra Señora de Juan López**. Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Noia: Toxosoutos, 2005.

CANET VALLES, J. L. Literatura ovidiana (Ars Amandi y Rebrotatio Amoris) en la educación medieval. **Revista Lemir**, n. 8, 2004.

CANO BALLESTA, J. **Castigos y doctrinas que un sabio dava a sus hijas: un texto del siglo XV sobre la educación femenina**. AIH. Actas X, 1989.

CAÑAS GALVEZ, F de P. **La diplomacia castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la cancillería en las embajadas regias**. Anuario de estudios medievales, n. 40/2, jul/dez. 2010.

_____. **El itinerário de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)**. Madri: Ediciones Silex, 2007.

CARABIAS TORRES, A. M. Salamanca, académica palanca hacia el poder. In: ARANDA PÉREZ, F. J. (Coord.). **Letrados, juristas y burócratas en la España Moderna**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla- La Mancha, 2005.

CÁRCELES LABORDE, C. **Humanismo y Educación en España (1450-1650)**. Pamplona: EUNSA, 1993.

CARCELLER CERVINO, M del P. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Béltran de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. **En la España Medieval**, 2009.

CARRASCO MACHADO, A. I; RÁBADE OBRADÓ, M. P. **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008.

CARRASCO MACHADO, A. I. **Desplazamientos e intentos de estabilización: la corte de los Trastámara**. E-spania. In: L’itinérance des cours (fin XIe siècle - milieu XVe siècle): un modèle ibérique?, s/p., dez. 2009. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/18876>>.

_____. Enrique IV de Castilla. Esbozo de una representación de la propaganda política. **Orientaciones**. Revista de Homosexualidades, Madri, n. 2, 2001.

_____. Entre el delito y el pecado: el pecado contra naturam. In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008.

_____. **Isabel I de Castilla**. La sombra de la ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014.

_____. La metáfora animal en la propaganda política de los Reyes Católicos (1474-1482). **Cahiers de linguistique et civilisation hispaniques médiévales**, França, 2002.

_____. Simular y disimular, percepción de un concepto moderno en la Edad Media hispana. **Res publica**, n. 18, 2007.

CARVALHO, R. N. B. **Metamorfoses em tradução**. Trabalho de pós-graduação - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Letras clássicas, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASSAGNES-BROUQUET, S. **La vie des femmes au Moyen Age**. Rennés: Éditions Ouest-France, 2012.

CÁTEDRA, P. **Amor y pedagogia en la Edad Media. Estudios de doctrina amorosa y práctica literaria**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989.

_____. Bibliotecas y libros de mujeres en el siglo XVI. **Península Revista de Estudios Ibéricos**, n. 0, 2003.

_____. La literatura funcionarial en tiempos de los Reyes Católicos. In: CHAS AGUIÓN, A; TATO GARCÍA, C. (Ed.). **Siempre soy quien ser solía**: Estudios de literatura española medieval en homenaje a Carmen Parrilla. Coruña: Universidad de Coruña, 2009.

_____. Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI). In: COURCELLES, D; VAL JULIÁN, C. **Des femmes et des livres. France et Espagne, XIVe-XVII siècle**. Paris: École des Chartres, 1999.

_____. La predicación castellana de San Vicent Ferrer. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona**, n. 39, 1983-1984.

_____. **Oratoria política y modelo de propaganda**. La Oración de Juan Díaz de Alcocer en la Proclamación de Isabel La Católica (1474). Atalaya, 11, 2009. Disponível em: <http://atalaya.revues.org/576> . Acesso em: 18 fev de 2016.

CHAS AGUIÓN, A. “El amor ha tales mañas”. **Descriptio amoris en la poesia de cancionero**. Universidad de Coruña. Departamento de Filología Española y Latina. Cancionero General, v. 2, 2004.

CODET, C. “Queréis saber, muy noble señora”: jeux de pouvoir dans les prologues de trois traités d’éducation destinés aux femmes (fin XVe- début XVIe). **Cahiers d’études hispaniques médiévales**, n. 35, 2002.

_____. **Femmes et éducation en Espagne à l’aube des Temps Modernes (1454-fin des années 1520)**. 2014. f.770. Tese (Doutorado) - École normale supérieure de Lyon, Lyon, 2014.

_____. **Hablar de la mujer o hablar a la mujer en tiempos de los Reyes Católicos**: visiones contrastadas en tres tratados de Hernando de Talavera. La Clé des Langues. Lyon: ENS Lyon/DGESCO, mai. 2010. Disponível em: <<http://cle.ens-lyon.fr/espagnol/hablar-de->

[la-mujer-o-hablar-a-la-mujer-en-tiempos-de-los-reyes-catolicos-visiones-contrastadas-en-tres-tratados-de-hernando-de-talavera--95016.kjsp>](#). Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Manieres et vertus a la cour a la fin du XVeme siècle: l'éducation d'Isabelle de Castille, infante de Castille. **Librosdelacorte.es**, ano 6, n. 9, s/p., 2014.

_____. Variations et permanences d'un modèle. L'éducation des femmes au fil des traductions du Livre des Trois Vertus et du Libre de les dones, entre Moyen Âge et Renaissance dans la péninsule ibérique. **Circé; Historires, Cultures & Sociétés**, n. 4, s/p, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.revue-circe.uvsq.fr/variations-et-permanences-dun-modele-leducation-des-femmes-au-fil-des-traductions-du-livre-des-trois-vertus-et-du-libre-de-les-dones-entre-moyen-age-et-renaissance-dans-la-peninsul/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

COLEMAN, J. **Ancient and medieval memories**. Studies in the reconstruction of the past. Reino Unido: Universidade de Cambridge, 1992.

CÓRDOVA MIRALLES, A. F. Sociedad cortesana y entorno regio. **Medievalismo**. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 13-14, 2004.

_____. **La corte de Isabel I**. Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504). Madri: Editorial Dykinson, 2002.

COSTA, R. A educação na Idade Média. A busca da sabedoria como caminho para a felicidade: Al- Farabi e Ramon Llull. **Dimensões Revista de História da Ufes**, v. 15, 2003.

COUSSEMAKER, S. Les confesseurs hiéronymites des souverains castillans, de 1373 à 1474. Quels confesseurs pour quels rois? In: **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, 29º Congrès. Les serviteurs de l'Etat au Moyen Âge**. Pau, 1998.

CUADRA GARCIA, C; GRAÑA CID, M. M; MUÑOZ FERNANDEZ, A; SEGURA GRAÍÑO, C. Notas a la educación de las mujeres en la Edad Media. In: GRAÑA CID, M. M. **Las sabias mujeres: educación, saber y autoria (siglos III-XVII)**. Madri: Al- Mudayana, 1994.

CURI, R. **Reseña a Diego de Valera, En Defensa de virtuosas mujeres**. Biblioteca Saaedra Fajardo de Pensamiento Político Hispano. Disponível em: <<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0023.pdf>>.

DE DIOS, S; TORIJANO, E. **Cultura, Política y Práctica del derecho**. Juristas de Salamanca (siglos XV-XX). Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2012.

DEL VAL VADIVIESO, M. I. La educación del príncipe y de las infantas en la corte castellana al final del siglo XV. **Acta Lauris**, n. 1, 2013.

_____. La política exterior de la monarquía castellano-aragonesa en la época de los reyes católicos. **I E**, n. 16, 2006.

_____. **La sucesión de Enrique IV**. Revista Espacio, Tiempo y Forma, série III, t. 4, 1991.

DEL VAL VALDIVIESO, M. I; PELAZ FLORES, D. La historia de las mujeres en el siglo XXI a través del estudio de la reginalidad medieval. **Revista de Historiografía 22**, Espanha. 2015.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la Educación en España y América. La educación en la Hispania Antigua y Medieval**. Madri: Fundación Santa María, Ediciones SM, 1992.

DELUMEAU, J. **A confissão e o perdão**: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DEUS, A. D. P **A lei e o rei na Hispania Tardo- Antiga**: uma perspectiva da teoria política de Isidoro de Sevilha (Hispania século VII). Revista História em Reflexão, Dourados, v. 3, n. 6, jul./dez. 2009.

DEYERMOND, A. D. **Historia de la literatura española**. La Edad Media. Barcelona: Editorial Ariel, 1978.

DI CAMILLO, O. **El humanismo castellano del siglo XV**. Valencia: Fernando Torres editor, 1976.

DIAZ CORRALEJO, V. La traducción castellana del De Mulieribus claris. **Cuadernos de Filología Italiana**, n. extraordinário, 2001.

DÍEZ GARRETAS, M. J. Fiestas y Juegos cortesanos en el reinado de los reyes católicos. Divinas, motes y momos. **Revista de Historia Jerónimo Zurita**, n. 74, 1999.

DÍEZ GARRETAS, M. J; DIEGO LOBEJÓN, M. W. **Un cancionero para Álvaro García de Santamaría**. Diversas virtudes y vicios de Fernán Pérez de Guzmán. Tordesilhas: Universidad de Valladolid, 2000.

DUBY, G. **Eva e os Padres**: Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Idade Média**. Idade dos homens. Do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

DUQUE FÉLIX, J. Vida e obra de Santa Beatriz da Silva. In: **Congresso Internacional da Ordem da Imaculada Conceição**. Santa Beatriz da Silva Estrela para Novos Rumos. Fátima, 2011.

DUTTON, B. **El Cancionero del Siglo XV**. Salamanca: Biblioteca Espanhola do século XV, v. 1, 1990.

DUTTON, B; GONZALEZ CUENCA, J. **Cancionero de Juan Alfonso de Baena**. Madri: Visor, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ESPONERA CERDÁN, A. **El oficio de predicar**. Los postulados teológicos de los sermones de San Vicente Ferrer. Salamanca: Editorial San Esteban, 2007.

EUGENIA LACARRA, M. Juan de Flores y la ficción sentimental. **AIH**. Actas IX, 1986.

FAURÉ, C. (Dir.). **Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres**. Europa y América. Madri: Edição Akal, 2010.

FÉLIX BELLIDO, J. **Razones de una mujer**. Memorias autobiográficas de Leonor López de Córdoba. Córdoba: Alamendro, 2012.

FERNANDES, F. R; SANTANA, E. V. Buona e leale, esprovata e quieta. Aspectos da imagem feminina na literatura pedagógico-política no século XIII. O tratado De Regimine Principum de Egídio Romano. In: SALVADOR GONZÁLEZ, J. M. (Org.). **Mirabilia**, v. 17, n. 2, 2013.

FERNANDES, M.L.C. **Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, L. Los espacios del conocimiento en palacio: de las arcas de libros a las bibliotecas cortesanas en el reino de Castilla. **Anales de Historia del Arte**, v. 23, n. II, 2013.

FERNÁNDEZ GALLARDO, L. Alonso de Cartagena y el debate sobre la caballería en Castilla del Siglo XV. **Espacio, Tiempo y Forma. Série III. Historia Medieval**, t. 26, 2013.

_____. Alonso de Cartagena y el Humanismo. **La Corónica**. 37.1, 2008.

_____. **Alonso de Cartagena**. Iglesia, Política y Cultura en la Castilla del siglo XV. 1998. Tese (Doutorado em História Medieval) – Departamento de História Medieval, Universidad Complutense, Madri, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/19972000/H/0/H0041305.pdf>>.

_____. El en torno a los “studis humanitatis” en la Castilla del Cuatrocientos, Alonso de Cartagena y los autores antiguos. **En la España Medieval**, n. 22, 1999.

_____. **Lengua e identidad nacional en el pensamiento político de Alonso de Cartagena**. E-Spania. In: Convivencia de lenguas y conflictos de poder en la península ibérica durante la Edad Media, s/p., jun. 2012. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/21012?lang=en>>. Acesso em 12 abr. 2014.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, J. Humanismo y comentario en la Castilla del siglo XV: Juan de Mena y Alonso de Cartagena. **Minerva**, n. 24, 2011.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos. Nuevo panorama. **Cahiers d'études hispaniques medievales**, n. 18-19, 1994-1996.

FERREIRO, A. St. Vicent Ferrer's catalán sermon on Saint Mary Magdalene. **Anuario de Estudios Medievales (AEM)**, n. 40/1, jan/jun. 2010.

FERRO, J. N. El intertexto político en las crónicas del canceller Ayala. **Incipit**, Buenos Aires, n.10. 1990.

FERRO, J. N. La elaboración de la doctrina política en el discurso cronístico del canceller Ayala. Buenos Aires: **Incipit**, n.11, 1991.

FIRPO, R. A. Los reyes sexuales. Ensayo sobre el discurso sexual durante el reinado de Enrique IV de Trastámara, 1454-1474. **Melanges de la Casa de Velázquez**. Madri, t. 20, 1984.

FLANDRIN, J. L. Historia de la alimentación: Por una ampliación de las perspectivas. Manuscris. **Revista d'història moderna**, n. 6, 1987.

FLECHA GARCIA, C. Las mujeres en la Historia de la Educación Medieval. In: GRAÑA CID, M. M. (Ed.). **Las sabias mujeres: educación, saber y autoría (siglos III-XVII)**. Madri: A.C. Al-Mudayna, 1994.

FLORES PEÑA, J. J. **La historia derivada de Juan de Flores**. La Ciesma, Santa Cruz de Tenerife, 2009.

FONQUERNE, Y.R; ESTEBAN, A. (Coord.). **La condición de la mujer en la Edad Media**. Atas do Colóquio celebrado na Casa de Velázquez de 5 a 7 de novembro de 1984. Madri: Universidad Complutense, 1986.

FORONDA, F. **El miedo al rey**. Fuentes y primeras reflexiones acerca de una emoción aristocrática en la Castilla del siglo XIV. e-Spania. La parole des rois. Pratiques politiques, n. 4, s/p, dez. 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FRANCISCO OLMOS, J. M. La evolución de los cambios monetarios en el reinado de Isabel la Católica según las cuentas del tesorero Gonzalo de Baeza (1477-1504). **En la España Medieval**, Madri, n. 21, 1998.

FRANCO JÚNIOR, H. **Os três dedos de Adão**. Ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GACÍA-BERMEJO GINER, M. Algunos aspectos de la definición del amor en la poesía cancioneril castellana del siglo XV. In: MENÉNDEZ COLLERA, A; RONCERO LOPEZ, V (Ed.) **Nunca fue pena mayor**: Estudios de literatura española en homenaje a Brian Dutton. Cuenca: Servicios de Publicaciones de la Universidad de Castilla La-Mancha, 1996.

GALENDE DÍAZ, J.C. El reinado de Isabel la Católica: un antes y un después en la Historia de la imprenta y del libro. In: **Cuadernos de Investigación Histórica. Publicación del Seminario Cisneros de la Fundación Universitaria Española**, Alcalá, n. 21, 2004.

GARCÍA HERRERO, M.C. Elementos para una Historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. In: DUATE, J. I. de la I. (Coord.). La vida cotidiana en la Edad Media Nájera, 4 a 8 ago. 1997. Actas de la VIII Semana de Estudios Medievales., 1998.

GARCÍA PARRILLA, C. M. Qui Scit, docere debet. Acerca de Alfonso de Madrigal El Tostado. **Archivum**: Revista de la Facultad de Filología. t. 54-55, 2004-2005.

GARCÍA PEREZ, S. Imprenta y censura en España desde el reinado de los Reyes Católicos a las Cortes de Cádiz: Un acercamiento a la legislación. **Boletín de la ANABAD**, t. 48, n. 2, 1998.

GARCIA RUIZ, E. **Los Libros de Isabel la Católica**. Arqueología de un patrimonio escrito. Madri: Fundación Germán Sanchez Ruipérez, 2004.

_____. **Los Breviarios de la reina Católica: un signo de modernidad**. In: III Jornadas Científicas sobre Documentación de la época de los Reyes Católicos. Madri: UCM, 2004.

_____. **Las prácticas de lectura de una reina**: Isabel I de Castilla. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/las-prcticas-de-lectura-de-una-reina---isabel-i-de-castilla-0/html/00a66c2c-82b2-11df-acc7-002185ce6064_6.html#I_0>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GARCIA Y GARCIA, A. **Derecho común en España**: los juristas y sus obras. Murcia: Universidad de Murcia, Secretariado de publicaciones, 1991.

GERLI, M (Ed.) **Poesía cancioneril castellana**. Madri: Akal, 1994.

GERLI, M. La “religión del amor” y el antifeminismo en las letras castellanas de siglo XV. **Hispanic Review**, v. 49, n. 1, 1981.

GOMES, R. C. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Portugal: DIFEL, 1995.

GÓMEZ IVANOV, M. L. Algunas noticias sobre Lucena, hijo de Juan Ramírez de Lucena y autor de Repetición de amores e arte de axedrez: con CI juegos de partido. **e-Humanista**, v. 5, 2005.

GÓMEZ MOLLEDA, M. D. Cultura femenina en la época de Isabel la católica. Cortejo y estela de una reina. **Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos**, n. 61, 1955.

GÓMEZ MORENO, A. Gramática de Palacio: Un núncio de Nebrija. **Revista de Literatura Medieval**, n. I, 1989.

GÓMEZ REDONDO, F. De la crónica general a la real. Transformaciones ideológicas en Crónica de tres reyes. In: MARTIN, G. **La Historia alfonsí: el modelo y sus destinos** (siglos XIII- XV). Madri: Casa de Velázquez, 2000.

_____. **Historia de la prosa de los Reyes Católicos**: El umbral del Renacimiento. Madri: Ediciones Cátedra, t. I, 2012.

_____. **Historia de la prosa medieval castellana**. El reinado de Enrique IV. Madri: Edições Cátedra, 2007.

_____. **Historia de la prosa medieval castellana**. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II. Madri: Edições Cátedra, 2002.

GÓMEZ-HORTIGUELA AMILLO, A. La vida sin querella de Juan Luis Vives. **e-Humanista**, n. 26, 2014.

GONZÁLEZ ARCE, J. D. **Apariencia y poder**. La legislación suntuaria castellana en los siglos XIII-XV. Jaén: Universidad de Jaén, 1998.

GONZÁLEZ CRESPO, E. Organización de la cancillería castellana en la primera mitad del siglo XIV. **En la España Medieval**, nº 8, 1986.

GONZÁLEZ DELGADO, R. Tradición clásica y doble autoría en la Crónica de Don Álvaro de Luna. **Bulletin Hispanique**, t.114, n. 2, dez. 2012.

GONZÁLEZ ROLÁN, T. El Humanismo italiano en la Castilla del cuatrocientos: estudio y edición de la versión castellana y del original latino del De infelicitate principum de Poggio Bracciolini. **Cuadernos de Filología Clásica**. Estudios Latinos, n. 21, 2001.

_____. Los comienzos del Humanismo Renacentista en España. **Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca**, n. 9, 2003.

GONZÁLEZ ROLÁN, T; SUÁTEZ-SOMENTE, P. S. Un importante texto político-literario de finales del siglo XV: la Epístola consolatoria a los Reyes Católicos del extremeño Bernardino López de Carvajal. **Cuaderno de Filología Clásica de Estudios Latinos**, Madri, n. 16, 1999.

GONZÁLEZ, Ó. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014.

GONZÁLEZ, Ó. La escenificación de la ruptura: las deposiciones y sus ritos en Castilla Bajomedieval (siglos XIII-XV). In: NIETO SORIA, J. M. (Dir.). **El conflicto en escenas**. La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval. Madri: Sílex, 2010.

GONZALO-QUEVEDO ALONSO, S. **El Oracional de Alonso de Cartagena**. Valencia: Hispanófila, 1983.

GOROG, R. La atribución de la “Demanda” al Arcipreste de Talavera. **Cahiers de Linguistique hipanique médiévale**, n. 7-1, 1982.

GRAÑA CID, M. M. Mujeres y educación en la prerreforma castellana: Los colegios de doncellas. In: GRAÑA CID, M. M. (Ed.). **Las sabias mujeres**: educación, saber y autoría (siglos III-XVII). Madri: A.C. Al-Mudayna, 1994.

GUENEÉ, B. Chancelleries et monastères. La mémoire de la France au Moyen Âge. In: NORRA, P. (Org). **Les Lieux de Memoire**. França: Edições Gallimard, 1997.

GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**. Os Estados. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1981.

GUILLOT, H. R. Juan Justiniano y el arte de traducir en la Europa del Renacimiento. **e-Humanista**, n. 29, 2014.

GUIMARÃES, M. L. Os protagonismos do cruel e do cru, antes dos “favoritos” de Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 41, 2004.

_____. As memórias de D. Leonor López de Córdoba (1362/63-1430): uma poética do não esquecimento. **Mirabilia**, n.21, 2015.

GUITTON, J. **Les temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin**. Paris: Livraria Filosófica, 2004.

GUREVITCH, A. **As Categorias da cultura medieval**. Lisboa: Editora Caminho, 1990.

GUTIÉRREZ CAROU, J. Dante en la poesia de Diego de Burgos. In: FORTUÑO LLORENS, S; MARTÍNEZ ROMERO, T. (Org.). **Actes del VII Congress de l'associació Hispànica de Literatura Medieval**. Castello de la Plana: Publicações da Universidade Jaume I, 1999. Disponível em: <<http://www.ahlm.es/IndicesActas/ActasPdf/Actas7.2/17.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

HARO CORTÉS, M. Mujer, corona y poder en espejo de princesas: El Jardín de nobles doncellas de fray Martín de Córdoba. In: CELMO VALERO, M. P; RODRÍGUEZ PEQUEÑO, M. (Ed.). **Vivir al Margen**. Mujer, poder e institución literaria. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la lengua, 2009

HARO, M. “De las buenas mujeres”: su imagen y caracterización en la literatura ejemplar de la Edad Media. In: PRADES, J. (Ed.). **Medievo y Literatura**. Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, Granada, v. II, set./out. 1993.

_____. La concepción del amor cristiano a través de la virtuosa casada: Castigos y Doctrinas que un sabio dava a sus hijas. In: NASCIMENTO, A. A; RIBEIRO, C. A. (Org.).

Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval, Lisboa, out. 1991. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

HENTSCH, A. A. **De la littérature didactique du moyen age s'adressant spécialement aux femmes.** Dissertation inaugurale. Halle: Université Frédéricienne, 1903.

HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, P. La memoria de la historia oficial: Crónicas y cronistas en la España de los Reyes Católicos. **Revista EPCCM**, n.15, 2013.

HEUSCH, C. (Coord). **De la lettre a l'esprit: hommage à Michel Garcia.** França: Éditions Le Manuscrit, 2009.

HEUSCH, C. La pluma al servicio del linaje. El desarrollo de los nobiliários en la Castilla trastámara. **E-Spania**. In: Légitimation et lignage en péninsule Ibérique au Moyen Âge, s/p., mai. 2011. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/20313>>.

HEUSCH, C. **Le chevalier Ferrán Mexía et son Nobiliario vero (1492):** de l'imaginaire chevaleresque à la logique de l'exclusion. **Atalaya**. Revue d'études médiévales romanes, nov. 2009. Disponível em: <<http://atalaya.revues.org/598?lang=es>>.

HUGHES, D. O. As modas femininas e seu controlo. In: DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente.** A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

IANNUZZI, I. **Educар a los cristianos:** Fray Hernando de Talavera y su labor catequética dentro de la estructura familiar para homogeneizar la sociedad de los Reyes Católicos. Nuevo Mundo. Coloquio Familia y organización social en Europa y América siglos XV-XX .Murcia-Albacete 12-14, s/p., dez. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/19122>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

_____. **El poder de la palabra en el siglo XV:** Fray Hernando de Talavera. Espanha: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009.

_____. **Talavera y Nebrija.** Lenguaje para convencer, gramática para pensar. Hispania, Espanha, v. LXVIII, n. 228, 2008.

IGLESIAS, A. A. Las bibliotecas del Otoño medieval. Con especial referencia a las de Castilla en el siglo XV. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**, série III, t. 4, 1991.

JACQUART, D. e THOMASSET, C. **Sexualidad y saber médico en la Edad Media.** Barcelona: Labor, 1989.

JANIN. E. El conocimiento en el Libro Efenido de Don Juan Manuel: Concepción del saber y estrategias de transmisión. **Revista de poética medieval**, n. 15, 2005.

JEAN MARTIN, L. **Historia y poderes de lo escrito.** Gijon: Ediciones Trea, 1999.

JESUS FUENTE, M. ¿Reina la reina? Mujeres en cúspide del poder en los reinos hispánicos de la Edad Media (siglos VI-XIII). **Espacio, Tiempo y Forma**. Historia Medieval, série III, t. 16, 2003.

_____. Gritos dan en el real... Figuras de mujer en la propaganda política y social de la Edad Media hispana. **Espacio, Tiempo y Forma**, série III, História Medieval, t. 9, 2007.

JIMÉNEZ MORENO, A. Estudio sobre el Libro de las historias de Nuestra Señora. In: LÓPEZ DE SALAMANCA. J. **Libro de las historias de Nuestra Señora de Juan López de Salamanca.** Edição e estudo de Arturo Jiménez Moreno. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2009.

KAGAN, R. L. **Los cronistas y la corona**. La política de la Historia en España en las Edades Media y Moderna. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010.

KAHOUT, K. El humanismo castellano del siglo XV. Replanteamiento de la problemática. **AIH**. Actas VII (1980).

KANTOROWICZ, E. **Os dois corpos do rei**. Um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KELLY, J. Early feminist theory and the Querelle des femmes 1400-1789. **Signs**, n.8, v.1, 1982.

KOUHT, K. Sánchez de Arévalo (1404-1470) frente al humanismo italiano. In: RUGG, E; GORDON, A. M. (Coord.). **Actas del sexto Congreso Internacional de hispanistas**. Toronto: University of Toronto, 1980. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/06/aih_06_1_111.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

KRAUSE, A. El Tractado novelístico de Diego de San Pedro. **Bulletin Hispanique**. t.54, n.3-4, 1952.

KRITSCH, R. **Soberania**: a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas, 2002.

KRUS, L. Os heróis da reconquista e a realeza sagrada peninsular: Afonso X e a Primeira Crônica Geral de Espanha. **Penélope**. Fazer e desfazer História, n.4, 1989.

LABRADOR ARROYO, F. La evolución de lo servicio de la mesa en la casa de las reinas hispanicas durante el siglo XVI. In: MERLOTTI, A. (Org.). **Le tavole di corte tra Cinquecento e Settecento**. Roma: Bulzone, 2013.

LACARRA LANZ, E. Las enseñanzas de Le livre de tois vertus à l'enseignement des dames de Christine de Pizan y sus primeras lectoras. **Cultura Neolatina**, n. LXI, 2001.

LACARRA LANZ, E. Misoginia y vitupério: um caminho de ida y vuelta a los maldits. In: BELTRAN, V; PAREDES, J. **Convivio**. Estudios sobre la poesía de cancionero. Granada: Universidad de Granada, 2006.

LADERO QUESADA, M. A. Fray Hernando de Talavera en 1492: De la corte a la misión. **Chronica Nova**, n. 34, 2008.

_____. Isabel la Católica vista por sus contemporáneos. **En la España Medieval**, Espanha, n. 29, 2006.

_____. **Las fiestas en la cultura medieval**. Barcelona: Areté, 2004.

LAWRANCE, J. (Ed.). **Un tratado de Alonso de Cartagena sobre la educación y los estudios literarios**. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 1979.

_____. La autoridad de la letra: un aspecto de la lucha entre humanistas y escolásticos en la Castilla del siglo XV. **Atalaya**. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques. Écrites et lectures au Moyen Age. Espagne, France, Italie, n. 2, 1991.

LE GOFF, J; TRUONG, N. **O corpo no Ocidente Medieval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEÓN GUERRERO, M. M. Didáctica y educación en época de los Reyes Católicos. In: LÉON GUERRERO, M. M. (Coord.). **Educación y cultura en época de los Reyes Católicos**. Valladolid: Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía,

LÓPEZ ALCARAZ, J. **El drama de Griselda**: en rimas y por personajes (1395). Tradução e notas de Josefa López Alcaraz. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1988.

LÓPEZ ÁLVAREZ, C; DEL OLMO, F. T. El autor, sus pretensiones y otros aspectos de las Coplas del Provincial. **Bulletín Hispanique**, v. 83, n. 3, 1981. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1981_num_83_3_4446>. Acesso em: 07 abr. 2016.

LÓPEZ ESTRADA, F. Las mujeres escritoras en la Edad Media castellana. In: FONQUERNE, Y.R; ESTEBAN, A. (Coord.). **La condición de la mujer en la Edad Media**. Atas do Colóquio celebrado na Casa de Velázquez, de 5 a 7 de novembro de 1984. Madri: Universidad Complutense, 1986.

LÓPEZ FÉREZ, J.A. Notas sobre la tradición clásica en el Labirinto de Fortuna de Juan de Mena. **Nova Tellus**, 28,1, 2010.

LÓPEZ-VIDRIERO, M. L. La imprenta y los libros. In: VADEÓN BARUQUE, J. (Ed.). **Arte y Cultura en la época de Isabel la Católica**. Valladolid: Instituto Universitario de Simancas y Ámbito ediciones, 2003.

LORENZO, R. La interconexión de Castilla, Galicia y Portugal en la confección de las crónicas medievales y en la transmisión de textos literarios. **Revista de Filología Románica**, n. 19, 2002.

LUCÍA MEGÍAS, J. M. **Los Libros de Caballería y la imprenta**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/los-libros-de-caballeria-y-la-imprenta/html/c15cee2f-a7a5-476e-b585-07b7f57f37ca_2.html#I_2>. Acesso em: 06 abr. 2015.

LUIS CANET, J. Literatura ovidiana (Ars Amand y Reprobatio amoris) en la educación medieval. **Revista Lemir**, n. 8, 2004.

LUQUIENS, F. B. **The Roman de la Rose and Medieval Castilian Literature**. Romanische Forschungen 20. Bd., 1. H. (1907). Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/27935574>>.

MACKAY, A. **Ritual and propaganda in fifteenth-century Castile**. Past and Present, n. 107, 1985.

MAESO FERNANDEZ, M. E. **Defensa y vituperio de las mujeres castellanas**. Mundos Nuevos. In: Colóquio Família y organización social en Europa y América siglos XV-XX. Murcia-Albacete 12-14, s/p., dez. 2007. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/23692>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MALKIEL, M. R. L. **Juan Rodríguez Del Padrón**: vida y obras. Nueva Revista de Filología Hispánica, ano VI, n. 4, 1952.

MARINO, N.F. La indumentaria de Isabel la Católica y la retórica visual del siglo XV. **Atalaya**. Revue d'études médiévales romanes, n. 13, nov. 2013.

MÁRQUEZ VILLANUEVA, F. **El concepto cultural alfonsí**. Edición revisada y aumentada. Barcelona: Edições Bellaterra, 2004.

MARTÍN CEA, J.C. Fiestas, juegos y diversiones en la sociedad rural castellana de fines de la Edad Media. **Edad Media**. Revista de Historia, Valladolid, n.1, 1998.

MARTÍN RAMOS, R. **Isabel la Católica**: su personalidad a través de la escritura. Bienes Culturales: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español, n. 4, 2004.

MARTÍN, G. **La historia alfonsí**: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV). Madri: Casa de Velázquez, 2000.

MARTÍNEZ ALCORLO, R. La Criança y virtuosa dotrina de Pedro Gracia Dei, ¿un speculum principis para la infanta Isabel de Castilla, primogénita de los Reyes Católicos? In: HARO CORTÉS, M. (Ed.). **Literatura y ficción: “estorias”, aventuras y poesía en la Edad Media**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, v. I, 2015.

MARTÍNEZ CRESPO, A. La beleza y el uso de afeites en la mujer del siglo XV. Madri: Editora Complutense. DICENDA. **Cuadernos de Filología Hispánica**, n.11, 1993.

MARTÍNEZ, M. Indumentaria y sociedad medievales (siglos XII-XV). **En la España Medieval**, n. 26, 2003.

MARTINS, M. **A Bíblia na Literatura Medieval portuguesa**. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

MATTOSO, J. A morte dos reis na cronística pré-afonsina. In: MATTOSO (Dir.) **O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1995.

_____. **A leitura e a escrita na cultura monástica medieval**. Portugal: Universidade do Porto, 2010.

MATTOSO (Dir.). **O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1995.

MENDONÇA, M. Espelho de Cristina (século XV). **História Revista**. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, v. 18, n. 1, 2013.

MENESES, J. R. S. O pensamento político na época de Catarina de Áustria e as mulheres no governo. **RIDB**, ano 2, n. 10, 2012.

MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M. **Trasmisión y difusión de la literatura caballeresca**. Doce estudios de recepción cultural hispánica (siglos XIII-XVII). Lleida: Ediciones de la Universidad de Lleida, 2013.

MINOIS, G. **Le confesseur du roi**: Les directeurs de conscience sous la monarchie française. França: Fayard, 1988.

MIRALLES, A. F. Sociedad cortesana y entorno regio. **Medievalismo**. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 13-14, 2004.

MONSALVO ANTÓN, J. M. **La Baja Edad Media en los siglos XIV-XV**. Política y Cultura. Madri: Editorial Síntesis, 2005.

_____. Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos. **Miscelánea Alfonso IX**, Salamanca, 2010.

MONTERO MÁLAGA, A. I. Dos cronistas para un reinado: Alonso de Palencia y Diego Enríquez de Castillo. **Estudios Medievales Hispánicos**, n. 2, 2013.

MONTERO, M. Humanistas en la corte de Isabel la católica: Luisa de Medrano ¿primera catedrática en una universidad europea? **Cuadernos sobre Vico**, Sevilha, n. 27, 2013.

MORENO HERNÁNDEZ, C. **Retórica y Humanismo**: El Triunfo del Marqués de Santilla (1458). Universidade de Valencia: Textos Lemir, 2008.

MOXO, S. **Los cuadernos de alcabalas**. Origen de la legislación tributaria castellana. Anuario de Historia del Derecho Español, n. 39, 1969.

MOYA GARCÍA, C. La producción historiográfica de Mosén Diego de Valera en la época de los Reyes Católicos. SALVADOR MIGUEL, N; MOYA GARCÍA, C (Eds.). **La literatura en la época de los Reyes Católicos**. Madri: Iberoamericana, 2008.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, A. La mediación como forma de acción política. Tiempos, contextos y transformaciones de un rol político (Castilla, siglos XIV-XV). **e-Spania**. La Paix des dames. Femmes, paix et pacification en péninsule ibérique au Moyen Âge (Xe- XVe siècle), s/p, 20 fev. 2015. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/24146>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. María y el marco teológico de la Querella de las Mujeres (Interferencias y transferencias con los debates culturales de la Castilla siglo XV). Arenal: **Revista de Historia de las Mujeres**, Granada, v.20, n.2, jul./dez. 2013.

NADER, H. **The Mendoza Family in the Spanish Renaissance 1350-1550**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2000. s/p. Disponível em: <<http://libro.uca.edu/mendoza/mendoza.htm>>. Acesso em: 10 maio 2016. .

NARRO SÁNCHEZ, A. Tradición clásica en el Jardín de Nobles donzelas de Fray Martín de Alonso de Córdoba. **Calamus Renascens**, Espanha, n. 13, 2012.

NIETO SORIA, J. M. **Iglesia y Genesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1994.

_____. (Org.). **Orígenes de la monarquía hispánica**: propaganda y legitimación (1450-1520). Madri: Editorial Dynkinson, 1999.

_____. Apología y propaganda de la realeza en los cancioneros castellanos del siglo XV. Diseño literario de un modelo político. **En la España Medieval**. Madri: Editorial Complutense, n.11, 1988.

_____. **Cereemonias de la realeza**. Propaganda y legitimación de la Castilla Trastámara. Madri: Nerea, 1993.

_____. **El Pontificado Medieval**. Madri: Arco Libros, 1996.

_____. **Iglesia y Génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)**. Madri: Editorial Complutense, 1993.

_____. La parole: un instrument de lutte politique dans la Castille de la fin du Moyen Âge. **Revue historique**, n.632, v. 4. 2004.

_____. **La Segunda Partida en los debates políticos de la Castilla del siglo XV.** E-Spania. In: La Deuxième partie d'Alphonse X le Sage, s/p., jun. 2008. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/9993?lang=pt>>.

_____. Ser reina. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica. **e-Spania.** Governar en Castille au Moyen Âge: la part des femmes. 1 de junho de 2006. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/327> Acesso em: 25 abril 2016.

NOGALES RINCÓN, D. Confesar al rey en la Castilla bajo medieval (1230-1504). In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media.** Madri: Sílex, 2008.

_____. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): Un modelo literario de la realeza bajomedieval. **Medievalismo:** Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, Espanha, n. 16, 2006.

_____. Los proyectos matrimoniales hispano-portugueses durante el reinado de los Reyes Católicos y los Sueños de Union Ibérica. **De Medio Aevo**, n. 4, 2013.

NÚÑEZ RODRÍGUEZ, M. La dama, el matrimonio y la fama póstuma. **SÉMATA,** Ciências Sociais e Humanidades. Parentesco, familia y matrimonio en la historia de Galicia, n. 2, 1989.

OHARA, S. La formación de la memoria y la función del derecho consuetudinario en el caso del derecho sucesorio al trono de las mujeres en Castilla Medieval. **Edad Media.** Revista de Historia, n. 7, 2006.

_____. **La propaganda política en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV (1457-1474).** 2004. f. 459. Tese (Doutorado) – Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Valladolid, Valladolid, 2004.

OPTIZ, C. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). O lugar das mulheres: casamento e família. In: DUBY, G; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente.** A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

OREJA ANDRÉS, S. Cerimónias, fiesta y poder durante los reinados de Juan II y Enrique IV de Castilla: el arte textil como síntoma de prestigio, a la luz de las Crónicas. **Anales de Historia del Arte**, v. 23, n. especial, 2013.

ORTEGA CERVIGÓN, J. I. Por serviços muchos y buenos que me ha fecho. Los criados de las casas nobiliarias coquenses en la Baja Edad Media. **Anuario de Estudios Medievales.** 32/9, 2002.

OTIS-COUR, L. **Historia de la pareja en la Edad Media.** Placer y amor. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A, 2000.

PAGELS, E. **Adam, Eve and the Serpent.** Vintage Book: Nova Iorque, 1989.

PARRILLA, C. (Ed.). **Hernando de Talavera.** Dos escritos destinados a la reina Isabel. Colación muy provechosa. Tratado de loores de San Juan Evangelista. Valencia: Universitat de València, 2014.

PASCUAL, P. **Las pragmáticas y la industria editorial española en el reinado de Felipe II.** Madri: Parteluz, 1998.

PEDRAZA GRACIA, M. J. Libro y poder. La imprenta y la cultura escrita. In: CENTELLAS SALAMERO, R. (Coord.). **Ferdinandus Rex Hispaniarum**: príncipe del renacimiento. Zaragoza: Palacio de la Aljafería, Cortes de Aragón, 2006.

PELAZ FLORES, D. “A la más virtuosa de las mujeres”. La reina Maria de Aragón (1420-1445) como impulsora de las letras en la corona de Castilla. **Hispania**, Espanha, Madri, v. LXXIV, n. 247, mai/ago. 2014.

_____. D. La imagen de reina consorte como muestra de poder en el reino de Castilla durante el siglo XV. Construcción y significado. **Medievalismo**, n. 23, 2013.

PÉREZ, J. **Humanismo en el Renacimiento Español**. Madri: Editorial Gadir, 2013.

_____. **Isabel y Fernando**: los Reyes Católicos. Hondarribia: Editorial Nerea, 1997.

PUYMAIGRE, T. **La cour littéraire de Don Juan II**. Roi de Castille. França: Livraria A. Frank, 1873.

PUYOL, J. El presunto cronista Fernán Perez de Valladolid. **Boletín de la Real Academia de Historia**, Madri, t.77, 1920.

QUINTANILLA RASO, M C. “Nobilitas virtus causa”. De la virtud al pecado en la nobleza. In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008.

_____. La nobleza. In: NIETO SORIA, J. M. (Org.). **Orígenes de la monarquía hispánica**: propaganda y legitimación (1450-1520). Madri: Editorial Dynkinson, 1999.

RÁBADE OBRADÓ, M. P. Ética y Política: recomendaciones de Fray Martín Alonso de Córdoba a la futura Isabel I. In: LÓPEZ-CORDÓN, M. V; FRANCO RUBIO, G. (Coord.). **La reina Isabel I y las reinas de España**: realidade, modelos e imagen historiográfica. Actas de la VIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna, 2-4 jul. 2004. Espanha: Fundación Española de Historia Moderna, 2005.

_____. La imagen de Isabel I de Castilla en la Crónica incompleta de los Reyes Católicos. **e-Spania**. Disponível em: <<http://e-spania.revues.org/333>>; DOI: 10.4000/e-spania.333>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. Una reina en la retaguardia: las intervenciones pacificadoras de Isabel la Católica en la guerra de sucesión. **e-Spania**. La Paix des dames. Femmes, paix et pacification en péninsule ibérique au Moyen Âge (Xe- XVe siècle), s/p, 20 fev. 2015. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/24164>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. El doctor Juan Díaz de Alcocer: apuntes biográficos de un servidor de los Reyes Católicos. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**, série II, Historia Medieval, t.3, 1990.

_____. La visión de la mujer en la Crónica del Halconero de Juan II. In: SALVADOR GONZÁLEZ, J. M. (Org.). **Mulier aut Femina**. Idealismo ou realidade da mulher na Idade Média. Mirabilia 17, (2013/2).

RECIO, R. Boccaccio y la difusión del humanismo italiano en Castilla: la traducción llamada Laberinto del Amor. **Cuadernos de Filología Italiana**, n. extraordinario, 2001.

RIBOT GARCÍA, L. La España de los Reyes Católicos como fundamento de la Monarquía Hispánica. In: VALDEÓN BARUQUE, J. **Arte y cultura en la época de Isabel la Católica**. Valladolid: Ámbito, 2003.

RICO CAMPS, D. Imágenes del saber en tiempos de los Reyes Católicos. In: VALDEÓN BARUQUE (Ed.). **Arte y Cultura en la época de Isabel la Católica**. III Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica, Valladolid y Santiago, Chile, 2002. Valladolid: Ámbito, 2002.

RÍO NOGUERAS, A. del. Diálogo e historia en Batallas y quinquagenas de Gonzalo Fernández de Oviedo, **Críticon**, n. 52, 1991. Disponible en: http://cvc.cervantes.es/literatura/criticon/PDF/052/052_093.pdf.

RIVAS REBAQUE, F. Exempla bíblicos dirigidos a las mujeres en el epistolario de San Jerónimo. **Estudios Eclesiásticos**, v. 84, n. 330, 2009.

RIVERA GARRETA, M. M. **Textos y espacios de mujeres**. Barcelona: Icaria Editorial, 1995.

_____. La querela de las mujeres: una interpretación desde la diferencia sexual. **Revista Política y Cultura**, México, n.6, 1996.

RIVERA, O. **Juan Luis Vives y Erasmo de Rotterdam**: La formación moral y doméstica en la retórica de la crianza de las hijas. *Romance Review: Cincinnati*, v. 32, 2011.

ROBIN, D. (Ed.). **Cassandra de Fedele**. Letters and orations. Chicago: The University Chicago Press, 2000.

ROCHE ARNAS, P. (Coord.). **El pensamiento político en la Edad Media**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces. 2010.

RODRÍGUEZ PUÉRTOLAS, J. Sobre el autor de las Coplas de Mingo Revulgo. **AIH**. Holanda, Actas II, 1965.

RODRIGUEZ PUÉRTOLAS, J; CAMILLO, O; DÍEZ BORQUE, J. M. **Mosén Diego de Valera y su tiempo**. Cuenca: gráficas Cuenca, 1996.

RODRÍGUEZ VELASCO, J. D. **El debate sobre la caballería en el siglo XV**. La tradadística castellana en su marco europeo. Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1996.

ROMERA CASTILLO, J. Bernat Metge y Joan Timonedra (patraña segunda): El doble filo de imitatio. **eHumanista**, v. 13, 2009.

ROUSSIAUD, J. **Sexualités au Moyen Age**. França: Éditions Gisserot, 2012.

RUCQUOI, A. **El deber del saber**: la tradición docente en la Edad Media castellana. Oscar Mazín Gómez. México en el mundo hispánico. El Colegio de Michoacán, Zamora, Mexique, 2000.

_____. **Aimer dans l'Espagne Médiévale**. Plaisir Licites et Illicites. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

_____. Caballeros et hidalgos: la noblesse et la ville en Castille. In: DUTOR, T. (Dir.). **Les nobles et la ville dans l'espace francophone (XIIe- XVIe siècles)**. Paris: PUPS, 2010.

_____. De Jeanne D'Arc à Isabelle la Catholique: l'image de la France en Castille au XVe siècle. **Journal des savants**, n. 1-2, 1990.

_____. De los Reyes que non son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones**. México. Estudios de Historia y Sociedad, v. XIII, n. 51, 1992.

_____. Éducation et société dans la Péninsule Ibérique médiévale. **Histoire de l'éducation**, Paris, n. 69, jan. 1996.

_____. **El rey sabio**. Cultura y poder en la sociedad castellana. Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, 1993.

_____. **Être noble en Espagne au XIV^e – XVI^e siècles**. *Nobilitas. Funktion und Repräsentation des Adels in Alteuropa*, herausgegeben von Otto Gerhard Oexle & Werner Paravicini, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1997.

_____. La mujer medieval. **Cuadernos de Historia** 16, n. 262, jan. 1991.

_____. La réforme monastique en Castille au XV^e siècle: une affaire sociale. In: DUBIIS, H; HOCQUET, J. C; VAUCHEZ, A. **Horizons Marins Itinéraires Spirituels (Ve-XVIII^e siècles)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1987.

_____. Lieux de spiritualité féminine en Castille au XVe siècle. *Via Spiritus*. **Revue du Centre Interuniversitaire de l'histoire de la Spiritualité**, Porto, n. 7, 2000.

_____. Studia Generalia y Pensamiento Hispánico Medieval. Miscelánea. **Relaciones**, México, n. 75, v. XIX, 1998.

RUIZ DOMENEC, J.E. Reflexiones sobre la fiesta en la Edad Media. Reflexiones sobre la fiesta en la Edad Media. **SÉMATA**, Ciencias Sociais e Humanidades, n. 6, 1994.

RUIZ MONTERO, C; JIMÉNEZ, A.M. Mulierum Virtutes de Plutarco: aspectos de estructura y composición de la obra. **Myrtia**, n. 23, 2008.

RUIZ RODADO, A. M. **Tristura conmigo va**. Fundamentos de amor cortés. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000.

RUIZ, E. G. **Las prácticas de lectura de una reina**: Isabel I de Castilla. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. s/p. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/las-prcticas-de-lectura-de-una-reina---isabel-i-de-castilla-0/html/00a66c2c-82b2-11df-acc7002185ce6064_6.html#I_0>. Acesso em: 27 abr. 2015.

RUIZ, E. G. **Los Breviarios de la reina Católica**: un signo de modernidad. III Jornadas Científicas sobre Documentación de la época de los Reyes Católicos. Madri: UCM, 2004.

SALINAS, C. Martín Pérez. Libro de las confesiones. Una radiografía de la sociedad medieval española. Edición crítica, introducción y notas por Antonio García y García, Bernardo Alonso Rodríguez, Francisco Cantelar Rodríguez. **Rev. estud. hist-jurídicos**, n. 26, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552004002600053&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2015.

SALINAS, D. **Disputatio**. Buenos Aires: Dunkein, 2013.

SALVADOR GONZÁLEZ, J. M. (Org.). Mulier aut Femina. Idealismo ou realidade da mulher na Idade Média. **Mirabilia**, n. 17, (2013/2).

SALVADOR MIGUEL, N. **Isabel La Católica**. Educación, mecenazgo y entorno literario. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2008.

_____. La instrucción de Isabel la Católica. Los años cruciales (1451-1467). **Arbor**, n. 701, mai. 2004.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, N. **La educación de las mujeres durante los primeros siglos del cristianismo**: Carta de San Jerónimo. In: II Congreso Virtual sobre Historia de las Mujeres. Asociación de los amigos del Archivo H. Diocesano de Jaen, 15 a 31 out. 2010.

SANCHIS LLOPIS, J. El mundo clásico en obras satíricas de la literatura en castellano del siglo XV. **Studia Philologica Valentina**, Valencia, v. 13, n. 10, 2011.

SANTOS CANALEJO, E. Piedrahita, su comunidad de vida y tierra y los duques de Alba en el siglo XV. **En la España Medieval**: Editorial de la Universidad Complutense de Madri, t. V, 1986.

SANTOS, D. O. A. O corpo dos pecados: as representações femininas nos reinos ibéricos (1250-1350). **Textos de História**, v. 9, n. 1/2, s/p, 2001.

SANZ HERMIDA, J. Literatura consolatoria en torno de la muerte del príncipe Juan. **Studia Historica**. Historia Medieval, v. XI, 1993.

SARANYANA, J. I. **La discusión medieval sobre la condición femenina**. (siglos VIII al XIII). Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1997.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul./dez. 1995. Disponível em: <
http://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 25 maio. 2016.

SEGARRA AÑON, M. I. Bajo la sombra de tus alas. Isabel la católica y Cassandra de Fedele. **Miscelánea Comillas**, Espanha, v. 69, n. 134, 2011.

SEGURA GRAÍÑO, C. El pecado y los pecados de las mujeres. In: CARRASCO MACHADO, A. I; RABADE OBRADÓ, M. D. P. (Coord.). **Pecar en la Edad Media**. Madri: Sílex, 2008.

_____. **La educación de las mujeres en el tránsito de la Edad Media a la Modernidad**. Historia de la Educación, Ediciones Universidad de Salamanca, n. 26, 2007.

_____. Las mujeres en la España Medieval. In: GARRIDO GONZÁLEZ, E; FOLGUERA CRESPO, P; ORTEGA LÓPEZ, M; SEGURA GRAÍÑO, C. (Ed.). **Historia de las mujeres en España**. Madri: Editorial Síntesis, 1997.

_____. Las mujeres en la organización familiar. IGLESIA DUARTE, J. I. I (Org.). **La familia en la Edad Media**: XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, 31 jul. a 4 ago. 2000.

_____. Las sabias mujeres de la corte de Isabel la católica. GRAÑA CID. M. **Las sabias mujeres**: educación, saber y autoría (siglos III-XVII). Madri: Al- Mudayana, 1994.

SENELLART, M. **As artes de governar**. Do regimen medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006.

SÉRES, G. La autoridad literaria. Círculos intelectuales y géneros en la Castilla del siglo XV. **Bulletin hispanique**, n. 109-2, 2007. Disponível em: <http://bulletinhispanique.revues.org/209>. Acesso em: 11 jan. 2015.

SERRANO, F. Del debate a la propaganda política mediante la Querella de las Mujeres en Juan Rodríguez Del Padrón, Diego de Valera y Álvaro de Luna. **TALIA DIXIT**, 7, 2012.

SILLERAS-FERNANDEZ, N. **Chariots of ladies**. Francesc Eiximenis and the Court Culture of Medieval and Early Modern Iberia. Londres: Cornell University Press, 2015.

SORIANO, C. Conveniencia política y tópico literario en el Jardín de Nobles Doncellas (1468?) de Fray Martín Alonso de Córdoba. In: LUCÍA MEGÍAS, J. M. **Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de literatura medieval**. Alcalá de Henares: Servicios de publicaciones de la Universidad de Alcalá, t. II, 1997.

SOTO SÁBANOS, J. M. Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la baja edad media hispana. **Hispania Sacra**, v. 58, n. 118, 2006.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. **Nobleza y monarquía**. Entendimiento y rivalidade. El processo de la construcción de la corona española. Madri: La esfera de los Libros, 2003.

_____. **Los Reyes Católicos**: La conquista del trono. Madri: Rialp, 1989.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L.; MANSO PORTO, C. **Isabel la católica en la Real Academia de Historia**. Espanha: Real Academia de História, 2004.

SUÁREZ, L. **Enrique IV de Castilla**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

_____. **Isabel I Reina**. Barcelona: Editorial Planeta, 2013.

SUAREZ-SOMONTE, P; GONZALEZ ROLAN, T. Sobre La presencia en España de la versión latina de la Ilíada de Pier Candido Decembrio. Edición de la Vita Homeri y de su traducción castellana. **Cuadernos de Filología Clásica**: Universidade Complutense de Madri, v. XXI, 1988.

TATE, R. **Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV**. Madri: Editorial Gredos, 1970.

_____. La historiografía del reinado de los Reyes Católicos. In: CODOÑER, C; GONZÁLEZ IGLESIAS, J.A (Ed). **Antonio de Nebrija**: Edad Media y Renacimiento. Salamanca: Universidad, 1994.

_____. Los trabajos del cronista cuatrocentista. **Studia Historica**. Historia Moderna, v. XIII, 1995.

TERREIRO, A. A educação da mulher em L. Vives e F. Monçon. **Revista Brotéria**. Cultura e Informação, abr. 1976.

THERESE OETTEL. Una catedrática en el siglo de Isabel la Católica: Luisa (Lucia) Medrano. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, CVII, 1935.

TOMÁS LOBA, E del C. Los Diez Mandamientos de Amor de Juan Rodríguez Del Padrón o El discurso alegórico en un Decálogo del amor cortés. **Estudios Románicos**, v. 16-17, 2007-2008.

TORRANO VIANOU, C. La Doctrina Pueril de Lulio: una enciclopedia escolar del siglo XIII. **Educación XXI**, n.16, v. 2, 2013.

TORRES FONTES, J. **Estudio sobre la “Crónica de Enrique IV” del Dr. Galíndez de Carvajal**. Madri: C.S.I.C, 1946.

TUDELA VELASCO, M. I. P. Acerca de la condición de la mujer castellano-leonesa durante la Baja Edad Media. **En la España Medieval**, n. 4, 1984.

_____. La dignidad de la caballería en el horizonte intelectual del siglo XV. **En la España Medieval**. Madri: Editorial de la Universidad Complutense, 1986.

VADEON BARQUE, J. **Los trastámaras**. El triunfo de una dinastía bastarda. Madri: Ediciones temas de hoy, 2001.

VANINA NEYRA, A. La tradición en la cultura medieval: el Decretum de Buchar de Worms. **Mirabilia**, n. 3, dez. 2013.

VAQUERO, M. Cultura Nobiliaria y biblioteca de Fernán Pérez de Guzmán. **Revista Lemir**, Universidad de València, n. 7, s/p., 2003.

VARELA MERINO, E. **Los galicismos en el Español, siglos XVI y XVI**. Madri: CSIC, v. I, 2009.

VARGAS MARTÍNEZ, A. “La ciudad de las damas” de Christine de Pizan: obra clave de la querella de las mujeres. In: SEGURA GRAÍÑO, C. S. (Coord.). **La Querella de las Mujeres I. Análisis de textos**. Madri: A. C. Almudayna, 2009.

_____. Discursos sobre la maternidad en tratados filológicos del siglo XV. In: CID LÓPEZ, R. M. A. (Ed.). **Maternidades: Representaciones y realidad social**. Edades Antigua y Media. Madri: A. C. Almudayna, 2010.

_____. Mujeres sabias en la obra de Cristóbal Acosta (1525-1593). **Misceláneas Comillas**, v. 69, n.134, 2011.

_____. Sobre los discursos políticos a favor de las mujeres (El Triunfo de las donas de Juan Rodríguez de la Cámara). **Arenal: Revista de Historia de las Mujeres**, Granada, v. 20, n.2, jul./dez. 2013.

VAUCHEZ, A. **Beata Stirps: Sainteté et lignage en Occident aux XIIIe et XIVe siècles**. Werner Karl Ferdinand. Roma: Escola Francesa de Roma, 1977.

VELEIZ SAINZ, J. **De amor, de honor e de donas**. Mujer e ideales cortes en la Castilla de Juan II (1406-1454). Madri: Editorial Complutense, 2013.

_____. De Cuervos y Basiliscos: alegoría y corte en el “Triunfo de las donas” de Juan Rodríguez Del Padrón. **RILCE**, 22.2, 2006.

_____. ¿Reprobatio amoris o Rerobatio amoris mundi?: Alfonso Martínez de Toledo, la tradición misógina gregoriana y la corte de Juan II. In: BAUTISTA PÉREZ, F; GAMBA CORRADINE, J. (Eds.). **Estudios sobre la Edad Media, el Renacimiento y la temprana Modernidad**. San Millán de la Cogolla, Cilengua: SEMYR, 2010.

_____. **El debate sobre la naturaleza de la mujer en la corte literaria de Juan II con una edición crítica de la obra completa de Álvaro de Luna**. 2008. f. 638. Tese (Doutorado em Literatura Espanhola e Latino-americana) – Faculdade de Filologia, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2008.

_____. Boccaccio, virtude y poder en el Libro de las claras e virtuosas mugeres de Álvaro de Luna. **La Corónica**, n. 31.1, 2002.

VERDON, J. **El amor en la Edad Media**. La carne, el sexo y el sentimiento. Barcelona: Paidós, 2008.

VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

VEYNE, P. **Foucault**. Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VICO, M. Educación de caballeros. In: DELGADO CRIADO, B. (Coord.). **Historia de la educación en España y América (siglos XVI-XVIII)**. Madri: Fundación Santa María, 1993.

VIENNOT, E. Revisiter la “querelle des femmes”: mais de quoi parle-t-on? In: VIENNOT, E. **Revisiter la “querelle des femmes”**: discours sur l’égalité-inégalité des sexes, de 1750 aux lendemains de la Révolution, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2012.

VILLA PRIETO, J. La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos. **Revista Tiempo y Sociedad**, n. 6, 2011-2012.

_____. La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos. **Revista Tiempo y Sociedad**, n. 6, 2011-2012.

_____. **La educación nobiliaria en la tratadística bajomedieval castellana**: aspectos teóricos. 2013. f. 889. Tese (Doutorado) – Universidad de Oviedo, Espanha, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10651/20293> Acesso em: 10 maio 2016.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Ó. La escenificación de la ruptura: las deposiciones y sus ritos en Castilla Bajomedieval (siglos XIII-XV). In: NIETO SORIA, J. M. (Dir.). **El conflicto en escenas**. La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval. Madri: Sílex, 2010.

_____. **Juana la Beltraneja**. La construcción de una ilegitimidad. Madri: Sílex, 2014.

VIRGILI, F. **L’Histoire des femmes et l’histoire des genres aujourd’hui**. Vingtième Siècle. Revue d’histoire, França, n.75, julho-setembro, 2002.

YATES, F. A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ZIMMERMANN, M. Querelle des femmes, querele du livre. In: COURCELLES, D; VAL JULIÁ, C. (Org.). **Des femmes et des livres. France et Espagnes, XIVE – XVIIe siècle**. Paris: École de Chartes, 1999.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz**. A “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.